

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

Amada de Cássia Campos Reis

**O ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL
NO PIAUÍ REPUBLICANO:
revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal
Oeirense (1952-1969)**

19 52
OEIRAS - PI

Amada de Cássia Campos Reis

**O ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL
NO PIAUÍ REPUBLICANO:
revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal
Oeirense (1952-1969)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, no âmbito da Linha de Pesquisa Prática Educativa e Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora:

Profa. Dra. MARIA DO AMPARO BORGES FERRO

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

- R375e Reis, Amada de Cássia Campos.
 O ensino secundário ginasial no Piauí republicano :
 revelando a cultura escolar do Ginásio municipal oeirense
 (1952-1969) / Amada de Cássia Campos Reis. – 2017.
 382 f.
- Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do
 Piauí, Teresina, 2017.
 “Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro”.
1. História da Educação - Piauí. 2. Instituição Escolar.
 3. Cultura Escolar. 4. Ensino Secundário. 5. Curso Ginasial.
 I. Título.

CDD 370.981 22

Amada de Cássia Campos Reis

**O ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL
NO PIAUÍ REPUBLICANO:
revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense
(1952-1969)**

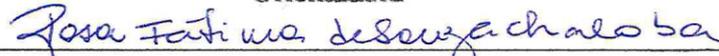
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, no âmbito da Linha de Pesquisa Prática Educativa e Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

APRESENTADO EM 11 / 12 / 2017.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

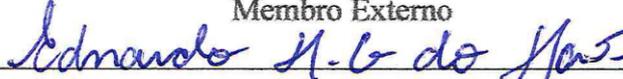
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Rosa Fátima de Souza Chaloba - UNESP

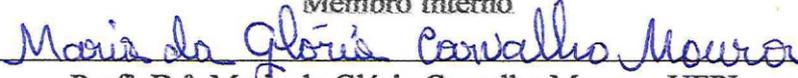
Membro Externo


Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento – UFPI

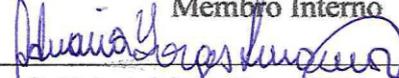
Membro Externo


Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti – UFPI

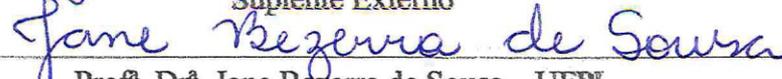
Membro Interno


Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Carvalho Moura – UFPI

Membro Interno


Prof.^a Dr.^a Adriana Borges Ferro Moura – ICF

Suplente Externo


Prof.^a Dr.^a Jane Bezerra de Sousa – UFPI

Suplente Interno

Dedico esse trabalho:

Aos meus pais Ditinho (em memória) e Aldenora (em memória) por agirem como instrumentos de Deus dando-me a vida e conduzindo-me na retidão do bem fazer;

Aos meus filhos Edmo, Edmar Segundo, Amanda e Último por quem sempre lutei;

Aos meus netinhos Benedito e Benício por darem ânimo à minha caminhada;

Às minhas tias Amália Campos e Rita Campos (em memória) que despertaram em mim a paixão de ser professora e às tias Mirista Campos, Alice Campos e Aurora Campos (em memória) pelo amor desmedido a mim dedicado.

Ao meu cãozinho Charlie, fiel companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

**“Hoje eu sei que nada é meu. Tudo é do Pai. Tudo é do Pai, toda honra e toda glória.
É Dele a vitória alcançada em minha vida”.** (Frederico Cruz)

Por aceitar as minhas limitações e necessidades, além de compreender que jornada de estudo semelhante a essa não se atravessa sozinha, quero reconhecer a importante contribuição de todos que se dispuseram estar ao meu lado na realização desse trabalho acadêmico. O que cada um de vocês fizeram por mim jamais será esquecido e aqui quero modestamente externar e deixar registrado os meus mais sinceros agradecimentos.

Obrigada a todos os membros de minha família por me proporcionarem um apoio incondicional, uma acolhida amorosa e um aconchego seguro. Agradeço de forma especial ao meu irmão Bill (Carlos Rubem) por disponibilizar-me o seu acervo fotográfico e informações reveladoras do passado de Oeiras.

Obrigada à minha orientadora e amiga Professora Amparo Ferro pela partilha de seu conhecimento e por acreditar em meu potencial como pesquisadora dando assim firmeza aos meus passos nessa caminhada investigativa.

Obrigada aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação por proporcionarem um rico intercâmbio de saberes acadêmicos ao longo do Curso de Doutorado em Educação.

Obrigada aos colegas de doutorado e do Núcleo de Educação História e Memória – NEHME pela amizade conquistada através da convivência sadia e harmoniosa e da comunhão de conhecimentos.

Obrigada aos sujeitos da pesquisa, ex-professores e ex-alunos do Ginásio Municipal Oeirense, que com os seus testemunhos compartilharam as lembranças de suas vivências escolares colaborando para a reconstituição histórica dessa instituição.

Obrigada aos meus assistentes na garimpagem das fontes, Marta, Paulo, Neto e Raylana, que transbordaram suas bateias com dados preciosos que deram corpo ao trabalho e à Luciane, pelo apoio técnico na adaptação da plataforma moodle como ambiente virtual de pesquisa.

Obrigada ao meu amigo Galdino Botelho que gentilmente colaborou nas filmagens das entrevistas indo comigo ao encontro da informação independentemente do local onde os sujeitos se encontravam.

Obrigada ao meu amigo e compadre Gutemberg Rocha pela revisão ortográfica e preocupação com o aprimoramento da escrita da tese.

Obrigada aos meus verdadeiros amigos, que não precisam ser citados, pois trago todos gravados no meu lado esquerdo do peito, pela confiança de saber que posso contar com todos.

“A instrução é a pedra de toque por onde se afere o grau de desenvolvimento de um povo”
Possidônio Queiroz

RESUMO

Este trabalho está inserido no campo da História da Educação e apresenta resultados de uma análise histórica sobre o ensino secundário no Piauí, com destaque para os ginásios, tomando como base o estudo da cultura escolar manifestada no interior do Ginásio Municipal Oeirense - GMO. Segue as orientações teórico-metodológicas preconizadas pelo paradigma da Nova História Cultural e envereda pelo recorte temático da história das instituições escolares, optando pela cultura escolar como eixo norteador da pesquisa. Diante da ausência de uma maior sistematização das fontes que registrem o passado do ensino secundário no Piauí, e revelem a cultura escolar dos ginásios, de forma particular do GMO, constata-se o desafio que levou ao problema desta pesquisa: Como historicamente o ensino secundário se configurou no Piauí, de forma particular os ginásios republicanos, tomando como modelo a cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense? Na busca de respostas para tal problema elegeu-se como objetivo geral desse estudo analisar historicamente a configuração do ensino secundário no Piauí, destacando os ginásios republicanos através da revelação da cultura escolar manifestada no GMO. O recorte temporal escolhido para essa investigação recai sobre o período limite que se estendeu do ano de 1952 a 1969, marcos esses referentes, respectivamente, ao surgimento e ao fim do GMO. Porém, para melhor compreensão dos fatos ocorridos nesse período, houve a necessidade de um recuo no recorte estabelecido. Apóia-se teoricamente nas idéias de Le Goff (2003), Chartier (1990), Burke (1991, 1992, 2004, 2008), Halbwachs (1990), Thompson (1992), Certeau (2003), Julia (2001), Magalhães (1996, 1998, 1999, 2004), Buffa (2002, 2007), Nosella e Buffa (2005, 2009) Gatti Júnior (2002), Dallabrida (2009), Saviani (2007), Haidar (2008), Monarcha (2005), Ferro (1996), Lopes (2013), Reis (2009) dentre outros. Faz-se uso dos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, documental e da história oral, empregando uma abordagem qualitativa no tratamento de fontes variadas localizadas nas bibliotecas e arquivos públicos e nos depoimentos dos ex-alunos e ex-professores do GMO, obtidos através de entrevistas e por meio de ferramentas virtuais on-line. Com essa pesquisa procura-se preencher uma das lacunas existente na história da educação do Estado do Piauí e da cidade de Oeiras, uma vez que estudos voltados para essa temática carecem ser realizados e aprofundados apresentando mais detalhes que dêem conta de suas particularidades. A análise histórica realizada nesse trabalho conduz à comprovação da tese de que a cultura escolar produzida no interior dos ginásios piauienses a exemplo do Ginásio Municipal Oeirense, foi gerada como parte de um projeto de modernidade empenhado por toda nação e estava imbuída do propósito de formar a elite republicana piauiense e oeirense para atuarem em setores de destaque na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação. Instituição Escolar. Cultura Escolar. Ensino Secundário. Curso Ginásial.

ABSTRACT

This work is part of the History of Education field and presents the results of a historical analysis on secondary education in Piauí, with emphasis on the gymnasiums, based on the study of school culture manifested inside the Municipal Gymnasium Oeirense - MGO. It follows the theoretical-methodological guidelines advocated by the paradigm of New Cultural History and includes the thematic clipping of history of school institutions, choosing for school culture as the guiding axis of the research. Given the absence of a greater systematization of sources that record the past of secondary education in Piauí, and reveal the school culture of gymnasias, particularly the GMO, the following is verified as the challenge that led to the problem of this research: How historically the secondary education was configured in Piauí, particularly the republican gymnasias, taking as a model the school culture manifested in the Municipal Gymnasium Oeirense? In the search for answers to this problem, it was chosen as the general objective of this study to analyze historically the configuration of secondary education in Piauí, highlighting the republican gymnasias through the revelation of the school culture manifested in the MGO. The time cut chosen for this investigation falls on the time limit that extended from the year 1952 to 1969, which marks, respectively, the emergence and end of the MGO. However, in order to better understand the facts that occurred during this period, there was the need of retreating from the established cut. It is theoretically based on the ideas of Le Goff (2003), Chartier (1990), Burke (1991, 1992, 2004, 2008), Halbwachs (1990), Thompson (1992), Certeau (2003), Julia (2004), Buffa (2002, 2007), Nosella and Buffa (2005, 2009), Gatti Júnior (2002), Dallabrida (2009), Saviani (2007), Haidar (2008) and Monarcha, Ferro (1996), Lopes (2013), Reis (2009) and others. There were used methodological procedures of bibliographic, documentary and oral history research, employing a qualitative approach in the treatment of various sources located in public libraries and archives and in the testimonies of former students and former MGO teachers, obtained through interviews and through online virtual tools. This research seeks to fill one of the gaps in the history of education in the state of Piauí and the city of Oeiras, once the studies on this theme need to be carried out in a more detailed way, presenting details that reveal their particularities. The historical analysis carried out in this work leads to the confirmation of the thesis that the school culture produced in the interiors of the Piauí gymnasias, like the Municipal Gymnasium Oeirense, was generated as part of a project of modernity committed by all nation and was imbued with the purpose of forming the republican elite of Piauí and Oeiras to work in leading sectors of society.

KEYWORDS: History of Education. School Institution. School Culture. Secondary Education. Gymnasium.

RESUMEN

Este trabajo está inserto en el campo de la Historia de la Educación y presenta resultados de un análisis histórico sobre la enseñanza secundaria en Piauí, con destaque para los gimnasios, tomando como base el estudio de la cultura escolar manifestada en el interior del Gimnasio Municipal Oeirense - GMO. Sigue las orientaciones teórico-metodológicas preconizadas por el paradigma de la Nueva Historia Cultural y encaminase por el recorte temático de la historia de las instituciones escolares, optando por la cultura escolar como eje orientador de la investigación. Ante la ausencia de una mayor sistematización de las fuentes que registran el pasado de la enseñanza secundaria en Piauí, y revelan la cultura escolar de los gimnasios, de forma particular del GMO, se constata el desafío que llevó al problema de esta investigación: Como históricamente la enseñanza secundaria se configuró en Piauí, de forma particular los gimnasios republicanos, tomando como modelo la cultura escolar manifestada en el Gimnasio Municipal Oeirense? En la búsqueda de respuestas para tal problema se eligió como objetivo general de ese estudio analizar históricamente la configuración de la enseñanza secundaria en Piauí, destacando los gimnasios republicanos a través de la revelación de la cultura escolar manifestada en el GMO. El recorte temporal escogido para esa investigación recae sobre el período límite que se extendió del año 1952 a 1969, marcos referentes, respectivamente, al surgimiento y al final del GMO. Sin embargo, para una mejor comprensión de los hechos ocurridos en ese período, hubo la necesidad de un retroceso en el recorte establecido. Se apoya teóricamente en las ideas de LeGoff (2003), Chartier (1990), Burke (1991, 1992, 2004, 2008), Halbwachs (1990), Thompson (1992), Certeau (2003), Julia (2001), Magalhães (1996, 1998, 1999, 2004), Buffa (2002, 2007), Nosella e Buffa (2005, 2009) Gatti Júnior (2002), Dallabrida (2009), Saviani (2007), Haidar (2008), Monarcha (2005), Ferro (1996), Lopes (2013), Reis (2009) entre otros. Se utiliza de los procedimientos metodológicos de la investigación bibliográfica, documental y de la historia oral, empleando un abordaje cualitativo en el tratamiento de fuentes variadas localizadas en las bibliotecas y archivos públicos y en los testimonios de los ex alumnos y ex profesores del GMO, obtenidos a través de entrevistas y por medio de herramientas virtuales en línea. Con esta investigación se busca llenar una de las brechas existente en la historia de la educación del Estado de Piauí y de la ciudad de Oeiras, una vez que estudios orientados hacia esa temática carecen ser realizados y profundizados presentando más detalles que den cuenta de sus particularidades. El análisis histórico realizado en ese trabajo conduce a la comprobación de la tesis de que la cultura escolar producida en el interior de los gimnasios de Piauí, a ejemplo del Gimnasio Municipal Oeirense, fue generada como parte de un proyecto de modernidad empeñado por toda la nación y estaba imbuida del propósito de formar la elite republicana de Piauí y de Oeiras para actuar en sectores de destaque en la sociedad.

PALABRAS-CLAVE: Historia de la Educación. Institución Escolar. Cultura Escolar. Enseñanza secundaria. Curso de Gimnasio.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO I

29

01	Documento do Ginásio Municipal Oeirense 1952-1969.	45
02	Documento do Ginásio Municipal Oeirense 1952-1969.	45
03	Página Inicial de acesso a plataforma Moodle.	53
04	Página de acesso ao ícone Treinamento.	53
05	Página da Plataforma Moodle adaptada para a pesquisa. Seção 0.	54
06	Página da Plataforma Moodle adaptada para a pesquisa. Seção 1.	55
07	Página da Plataforma Moodle adaptada para a pesquisa. Seção 2.	55
08	Página da Plataforma Moodle adaptada para a pesquisa. Seções 3 e 4	56
09	Página da Plataforma Moodle adaptada para a pesquisa. Seções 5, 6, 7 e 8.	57

CAPÍTULO II

59

10	Seminário e Igreja São Joaquim. Primeira sede do Colégio Pedro II- 1837.	69
11	Fachada atual do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.	70
12	Colégio do Caraça, Minas Gerais.	73
13	Vista aérea do Seminário de Olinda e Igreja de Nossa Senhora da Graça.	74
14	D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho. Bispo de Olinda	75
15	Abílio César Borges – Barão de Macaúbas.	76
16	Padre Marcos de Araújo Costa.	78
17	Mapa das cadeiras e número de alunos da Escola Boa Esperança – 1846.	80
18	Mapa das aulas particulares da Província do Piauí – 1850.	80
19	Cadeiras e frequências dos alunos do Liceu Provincial – 1889	85
20	Benjamim Constant Botelho de Magalhães – Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – 1890-1891.	87
21	Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa – 1898-1901.	89
22	Rivadavia da Cunha Correia, Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil – 1910-1913.	92
23	Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores – 1914-1918.	95
24	João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores – 1922-1925.	99
25	Juvenil da Rocha Vaz, Médico e professor Catedrático da Faculdade Nacional de Medicina do RJ.	99
26	Portal da entrada do antigo Colégio Correntino Piauiense. Hoje, Instituto Batista Correntino.	105
27	Fachada principal do Colégio Correntino Piauiense. Hoje, Instituto Batista Correntino.	105
28	Fachada principal do Colégio Diocesano São Francisco de Salles em Teresina- PI.	106

29	Fachada principal do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Teresina-PI.	107
30	Fachada principal do Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba-PI.	109
31	Fachada do Ginásio Parnaibano.	110
32	Currículo do Liceu Piauiense conforme a Reforma de 1910	113
33	Modelo de diploma expedido pelo Liceu Piauiense em 1910.	117
34	Fachada principal do Colégio Zacarias de Góis - O Liceu.	124

CAPÍTULO III 126

35	Francisco Luis da Silva Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública – período: 06/02/1930 a 31/08/1931.	128
36	Gustavo Capanema Filho, Ministro da Educação e Saúde Publica - 1934-1945.	139

CAPÍTULO IV 199

37	Augusto Rocha Neto (1948 – 1950)	204
38	José Laurentino Pereira Neto (1951 – 1954)	204
39	Mário de Alencar Freitas (1955 – 1958)	204
40	Adelino de Sá Rocha (1959 – 1962)	204
41	Cenas da feira de Oeiras – 195-?	206
42	Cenas da feira de Oeiras ao redor do mercado Público – 195-?	207
43	Igreja de N. S. da Vitória – Oeiras (PI) – Primeiro templo católico do Piauí	209
44	Igreja de N. S. da Vitória – Oeiras (PI) – Primeiro templo católico do Piauí	209
45	Dom Francisco Expedito Lopes – 1º Bispo de Oeiras	210
46	Cenas do carnaval de Oeiras nos anos 1950	213
47	Cenas do carnaval de Oeiras nos anos 1950	213
48	Cenas do carnaval de Oeiras nos anos 1950	213
49	Cine Teatro Oeiras	210
50	Conjunto urbanístico de Oeiras formado pelo Café Oeiras, Associação Comercial, Cine Teatro, Praça da Bandeira e Passeio Leônidas Melo.	215
51	Cenas de eventos religiosos em Oeiras	216
52	Cenas de eventos religiosos em Oeiras	216
53	Ofício enviado ao Diretor do Ensino Secundário solicitando verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense e outras providências [1950?] – Cópia - Frente.	225
54	Ofício enviado ao diretor do Ensino Secundário solicitando verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense e outras providências [1950?] – Cópia – Verso.	226
55	Ata Geral de Exames de Admissão – GMO – 1951	230
56	Ata da 1ª Prova Parcial dos Alunos do GMO - 1952	230

57	Lei nº 153 de setembro de 1952 – Criação do Ginásio Municipal Oeirense.	231
58	Cartazes usados pelos estudantes em passeatas de protesto contra a saída do Padre Balduino da direção do Ginásio Municipal Oeirense – 1957	239
59	Cartazes usados pelos estudantes em passeatas de protesto contra a saída do Padre Balduino da direção do Ginásio Municipal Oeirense – 1957	239
60	Sede do Círculo Operário de Oeiras onde funcionou o Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes. Anteriormente foi Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado dos Ferraz e, atualmente abriga a Prefeitura Municipal de Oeiras.	243

CAPITULO V **249**

61	Atestado Médico – 1951	253
62	Atestado de Vacinação – 1951	254
63	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época 1951 – Homens	256
64	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época 1951 – Homens Continuação	257
65	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época 1951 – Mulheres	257
66	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época 1951 – Mulheres Continuação	258
67	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época 1952	258
68	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época - 1968	259
69	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 Continuação	259
70	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 Continuação	260
71	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 Continuação	260
72	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época – 1969	261
73	Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época – 1969 Continuação	261
74	Dados individuais de matrícula dos alunos do GMO – 1952	263
75	Alunas da primeira turma do GMO e professores - 1955	268
76	Alunos no pátio externo do Ginásio Municipal Oeirense – 195?	269
77	Dom Francisco Expedito Lopes – Diretor do Ginásio Municipal Oeirense – 1951 – 1952	270
78	Solicitação de inscrição para o exame de admissão com a assinatura do Bispo Dom Expedito Lopes como primeiro diretor do GMO – 1951	271
79	Padre Balduino Barbosa de Deus – Diretor do Ginásio Municipal Oeirense – 1952 – 1957	272

80	Cópia dos telegramas comunicado a nomeação e posse do Dr. Jose Expedito como diretor interno do GMO - 195881	274
81	Cópia do telegrama comunicando o afastamento de Dr. José Expedito da direção do GMO e a sua substituição pelo vice-diretor Dr. José Coelho Reis – 1958.	275
82	Padre José Pereira de Maria Diretor do GMO – 1958 e 1959	275
83	Padre David Ângelo Leal – Diretor do GMO – 1960 e 1969	277
84	Padre Djalma Rodrigues de Andrade. Diretor interino do GMO – 1957 e 1958	279
85	Dr. José Expedito de C. Rego Diretor Interino do GMO – jan 1958	280
86	Dr. José Coelho Reis Diretor Interino do GMO – jan/abr de 1958	280
87	Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa Diretor Interino do GMO – 1960	281
88	Professores do Ginásio Municipal Oeirense - 1955	284
89	Carteira de Estudante do Instituto Monitor – Amália Campos. Parte externa	286
90	Carteira de Estudante do Instituto Monitor – Amália Campos. Parte interna	286
91	Documento da Vida Escolar do aluno com destaque para as disciplinas obrigatórias cursadas nos anos iniciais do Ginásio Municipal Oeirense	290
92	Página da Caderneta Escolar do Ginásio Municipal Oeirense com destaque para as disciplinas que formavam o currículo escolar no ano de 1969	291
93	Ficha para controle de frequência de Educação Física – 1952-1955 – Frente	302
94	Ficha para controle de frequência de Educação Física – 1952-1955 – Verso	302
95	Ficha individual de notas – GMO – 1955	305
96	Modelo de certificado de Conclusão do Curso Ginasial	306
97	Formação dos pelotões para o desfile de 7 de Setembro do GMO – 195-	308
98	Carro Alegórico – Família Imperial – 7 de Setembro do GMO – 196-	309
99	Carro Alegórico – Mulheres Brasileiras – 7 de Setembro do GMO – 196-	309
100	Carro Alegórico – Princesa Isabel – 7 de Setembro do GMO – 196-	309
101	Carro Alegórico – Aldeia Indígena – 7 de Setembro do GMO – 196-	309
102	Pelotão Desportivo – 7 de Setembro do GMO – 196-	310
103	Baliza – 7 de Setembro do GMO – 195-?	310

CAPÍTULO VI

311

104	Prédio do Ginásio Municipal Oeirense em fase de conclusão – 195-	314
105	Fachada do prédio do Ginásio Municipal Oeirense em fase de conclusão – 200-	314

106	Capa do livro Programa de Admissão – 2º edição – 1956	317
107	Capa do livro Programa de Admissão – 5º edição – 1959	317
108	Diferentes capas e edições do livro “Admissão ao Ginásio”	318
109	Diferentes capas e edições do livro “Admissão ao Ginásio”	318
110	Diferentes capas e edições do livro “Admissão ao Ginásio”	319
111	Diferentes capas e edições do livro “Admissão ao Ginásio”	319
112	Exemplar do livro Programa de Admissão – Capa	320
113	Exemplar do livro Programa de Admissão – Contracapa	320
114	Ilustrações das páginas de abertura dos conteúdos de Português	323
115	Ilustrações das páginas de abertura dos conteúdos de Matemática	323
116	Ilustrações das páginas de abertura dos conteúdos de História	323
117	Ilustrações das páginas de abertura dos conteúdos de Geografia	323
118	Capa da apostila Questões para o Exame de Admissão – 196-?	329
119	Contracapa da apostila Questões para o Exame de Admissão – 196-?	329
120	Exemplo de questão de Português contida na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questões de múltipla escolha	331
121	Exemplo de questão de Português contida na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questão de preenchimento de lacuna	332
122	Exemplo de questões de Português contida na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questões descritivas	332
123	Exemplos de questões de História contidas na apostila “Questões para o exame o exame de admissão” – Questões de respostas simples	333
124	Exemplo de questão de História contidas na apostila “Questões para o exame o exame de admissão” – Questão de múltipla escolha	334
125	Exemplo de questão de História contidas na apostila “Questões para o exame o exame de admissão” – Questão de múltipla escolha	334
126	Folha de rosto do livro “Economia Doméstica” – 1952	336
127	Sugestão apresentada no livro “Economia Doméstica para móveis e arranjos para dependências de uma casa” – Sala de estar	339
128	Sugestão apresentada no livro “Economia Doméstica para móveis e arranjos para dependências de uma casa” – Sala de estudo	339
129	Sugestão apresentada no livro “Economia Doméstica para móveis e arranjos para dependências de uma casa” – Penteadeira para banheiro	339
130	Sugestão apresentada no livro “Economia Doméstica para móveis e arranjos para dependências de uma casa” – Armário para copa	339
131	Arrumação de mesa coletiva	341
132	Arrumação de mesa individual	341
133	Sugestão de rabisco para bordados	342
134	Pontos de haste e laçada para bordados	342
135	Pontos largo e festão para bordados	342
136	Pontos de cruz e sombra para bordados	342
137	Modelo de planilha financeira para escrituração mensal	343
138	Modelo de planilha financeira para despesas diárias	343
139	Caderneta Escolar do Ginásio Municipal Oeirense	346

140	Página de identidade do aluno contidas na caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense	347
141	Página de observação do aluno contidas na caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense	347
142	Página da caderneta escolar G.M.O – Abertura da seção de frequência	348
143	Página da caderneta escolar G.M.O – Página de registro de frequência	348
144	Página da caderneta escolar G.M.O para lançamento mensal de notas e faltas	349
145	Página da caderneta escolar G.M.O para lançamento das médias anuais	349
146	Página da caderneta escolar do G.M.O referente à disciplina na escola	350
147	Página da caderneta escolar destinada à comunicação entre o Ginásio Municipal Oeirense e a família dos seus alunos – Comunicação do estabelecimento	351
148	Página da caderneta escolar destinada à comunicação entre o Ginásio Municipal Oeirense e a família dos seus alunos – Comunicação do pai ou responsável	351
149	Emblema original do GMO	352
150	Desenho do emblema do GMO	352

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO I		29
01	Cultura Escolar – Quadro Conceitual.	41
02	Perfil dos sujeitos entrevistados – Ex-professores e ex-alunos do GMO.	47
CAPÍTULO II		59
03	Estrutura básica do Ratio Studiorium	61
04	Relação os primeiros professores do Liceu Provincial do Piauí -1845-1850	83
05	Currículo do ensino secundário conforme a Reforma Benjamim Constant-1890	88
06	Currículo do ensino secundário do Ginásio Nacional conforme a Reforma Eptácio Pessoa – 1901	91
07	Disciplinas do Colégio Pedro II e escolas estaduais equiparadas determinadas Pela Reforma Carlos Maximiliano – 1915	97
08	Quadro curricular do ensino secundário na Reforma Carlos Maximiliano – 1915	98
09	Currículo do ensino secundário conforme a Reforma Rocha Vaz – 1925	102
10	Quadro curricular do Liceu Piauiense conforme o Regulamento de 1917	120
11	Quadro de lotação docente do Liceu Piauiense em 1928	123
CAPÍTULO III		126
12	Quadro curricular do Curso Secundário Fundamental, conforme a Reforma Francisco Campos – 1931	129
13	Quadro currículo do Curso Secundário complementar, conforme a Reforma Francisco Campos – 1931	130
14	Leis Orgânicas do Ensino – 1942/1943/1946	135
15	Organização horizontal do Ensino Médio, conforme as Leis Orgânicas do Ensino de 1942, 1943 e 1946	138
16	Estruturação do Ensino Secundário, conforme as Leis Orgânicas do Ensino Secundário/1942	141
17	Matriz curricular do Curso Ginásial, conforme a Reforma Capanema – 1942.	142
18	Mariz curricular dos Cursos Clássico e Científico, conforme a Reforma Capanema – 1942	143
19	Escolas secundárias existentes no Brasil em 1945	151
20	Distribuição por disciplina do corpo docente do Ginásio Oficial do Piauí, segundo o Decreto Lei nº532/1942	156
21	Matriz curricular do Ginásio Oficial do Piauí em 1942	157
22	Professores piauienses habilitados pelo Curso Especial de Educação Física nos anos de 1939, 1940, 1941 e 1942	159
23	Número de professores e disciplinas no Colégio Estadual do Piauí-1943	160
24	Escolas secundárias do Piauí em 1945	163
25	Alunos matriculados, aprovados e reprovados nos cursos ginásial, científico e clássico do Colégio Estadual do Piauí -1959	167

26	Algumas escolas de ensino secundário ativas no Piauí na década de 1950.	168
27	Evolução da matrícula nas instituições públicas de ensino no Piauí 1965 – 1966 - 1967	180

CAPÍTULO IV 199

28	Escolas primárias do Estado do Piauí – 1950 a 1953	202
29	População do estado do Piauí e da cidade de Oeiras com indicação, por sexo, do domínio ou não da leitura e escrita no ano de 1950.	217
30	Relação dos primeiros alunos do Ginásio Municipal Oeirense – 1952	229

CAPÍTULO V 249

31	Dados da concorrência dos primeiros exames de admissão do GMO – 1ª e 2ª épocas.	255
32	Perfil das alunas da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense, 1952 – Turma A – Sexo Feminino	265
33	Perfil dos alunos da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense, 1952 – Turma B – Sexo Masculino	267
34	Professores que atuam no Ginásio Municipal Oeirense 1952 a 1969	283

CAPÍTULO VI 311

35	Relação dos conteúdos de História do Brasil do livro “Programa de Admissão”	326
36	Sugestão de um enxoval para um casal	340
37	Sugestão de um enxoval para recém-nascido	341

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO III 126

- | | | |
|----|---|-----|
| 01 | Distribuição da matrícula de ensino secundário por ciclo - 1954 | 154 |
| 02 | Matricula por série do 1º ciclo (ginasial) e do 2º ciclo (colegial) em 1954 | 155 |

CAPÍTULO V 249

- | | | |
|----|--|-----|
| 03 | Idade dos 76 primeiros alunos do Ginásio Municipal Oeirense. | 264 |
|----|--|-----|

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I	29
1 PELAS SENDAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DEFININDO A DIREÇÃO TEÓRICA E PERCORRENDO OS ATALHOS METODOLÓGICOS	29
1.1 Definindo a direção da trilha investigativa: reflexões teóricas	30
1.2 Abrindo veredas e seguindo a caminhada: condução metodológica da pesquisa	43
CAPÍTULO II	59
2 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ EM RETROSPECTIVA	59
2.1 O ensino secundário no Brasil e no Piauí colonial: uma síntese histórica	59
2.1.1 O ensino secundário no Brasil colonial	59
2.1.2 O ensino secundário no Piauí colonial	65
2.2 O ensino secundário no Brasil e no Piauí imperial: uma viagem ao passado	66
2.2.1 O ensino secundário no Brasil imperial	66
2.2.2 O ensino secundário no Piauí imperial	77
2.3 O ensino secundário no Brasil e no Piauí nas primeiras décadas da República: na busca de uma nova organização escolar para um novo tempo	86
2.3.1 O ensino secundário no Brasil nas primeiras décadas da República	86
2.3.2 O ensino secundário no Piauí nas primeiras décadas da República	104
CAPÍTULO III	126
3 O ENSINO SECUNDÁRIO COMO UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A MODERNIDADE	126
3.1 O ensino secundário no Brasil e no Piauí nos tempos da Reforma Francisco Campos: prenúncios de modernidade na educação	126
3.1.1 A organização do ensino secundário piauiense após a Reforma Francisco Campos	133
3.2 A Reforma Capanema e os novos contornos da cultura escolar no ensino secundário: do fundamental ao ginásio, do complementar ao clássico e científico	136
3.2.1 O ensino secundário piauiense na vigência da Reforma Capanema	156
3.3 Breves considerações acerca do ensino secundário à luz da Lei Nº 4.024/1961	169
3.3.1 A primeira LDB nº 4.024/1961 e a o ensino secundário no Piauí.	177
3.4 Algumas particularidades da cultura escolar do ensino secundário	182
3.4.1 O exame escolar: um ritual de passagem	182
3.4.2 O tornar-se professor secundarista: aspectos históricos de sua formação	188

CAPÍTULO IV		199
4	O GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE NO EMBALO DO PROCESSO EXPANSIONISTA DO ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ	199
4.1	Contextualizando a expansão do ensino secundário: a educação na esteira do desenvolvimento	199
4.2	O Ginásio Municipal Oeirense como um projeto de modernidade: o soerguimento do ensino secundário	218
4.2.1	A concretização de um sonho: criação do Ginásio Municipal Oeirense	220
4.2.2	O lamentável fim de uma escola de sucesso: fecharam as portas do Ginásio Municipal Oeirense	233
CAPÍTULO V		249
5	CULTURA ESCOLAR MANIFESTADA NO INTERIOR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE – GMO	249
5.1	Abrindo a “caixa-preta” do Ginásio Municipal Oeirense e reconstituindo a sua cultura escolar	246
5.1.1	Ultrapassando as barreiras do exame de admissão: tornando-se aluno do Ginásio Municipal Oeirense	247
5.1.2	O Ginásio Municipal Oeirense e seus agentes educativos em ação: memórias do contexto escolar	258
5.1.3	Acionando o motor para o funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense: memórias das práticas escolares.	278
5.1.4	O ginásio municipal oeirense em festa: manifestações cívicas nos desfiles de 7 de setembro	302
CAPÍTULO VI		311
6	OS VESTÍGIOS DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE	311
6.1	O prédio do Ginásio Municipal Oeirense: templo do saber	312
6.2	O livro “Programa de Admissão”: preparando os alunos para o ingresso ao Ginásio Municipal Oeirense	316
6.3	“Questões para o exame de admissão”: elaboração das provas escritas para os exames de admissão do Ginásio Municipal Oeirense	327
6.4	Economia doméstica: aprendendo na escola a dirigir tecnicamente um lar	335
6.5	A caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense: identidade e controle	345
6.6	O emblema do Ginásio Municipal Oeirense: uma forte impressão	351
CONSIDERAÇÕES FINAIS		354
REFERÊNCIAS		359

INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido no campo da História da Educação e apresenta resultados parciais de uma análise histórica sobre o ensino secundário ginasial no Piauí, tomando como base o estudo da cultura escolar manifestada no interior do Ginásio Municipal Oeirense. Procura preencher algumas lacunas existentes na história da educação no Estado e na cidade de Oeiras, uma vez que estudos voltados para essa temática necessitam ser explorados para esclarecimentos mais detalhados que deem conta das especificidades desse nível de ensino. É fruto de uma pesquisa de doutoramento, desenvolvido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e vem aprofundar estudos sobre a história da educação local, já discutida por esta pesquisadora, de forma panorâmica, em dissertação de mestrado.

Para efeito desse estudo, convém destacar e esclarecer os significados de ensino secundário, curso ginasial e cultura escolar. Primeiramente, deve-se deixar claro que o ensino secundário será aqui entendido, assim como declara Dallabrida (2009. p. 186), como sendo “o nível de escolarização entre o curso primário e o ensino superior, [...] que, grosso modo, era dirigido às elites e partes das classes médias”.

No Brasil, apesar das constantes reformas educacionais, foi somente a partir de 1930 que o ensino secundário começou a esboçar contornos mais claros na sua estruturação, pois, até então, esse nível de ensino ainda não havia sido organizado na forma de um sistema nacional de educação, como declaram vários estudiosos educacionais, dentre os quais Romanelli (2002), que por sua vez afirma ter de fato, no Brasil, até essa data, apenas os sistemas estaduais desconectados e sem o norteamento central de uma política nacional de educação.

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecido o Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, veio imprimir uma nova organização ao ensino secundário no Brasil. Em seu Art. 2º consta que “o ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar” (BRASIL, Decreto nº 19.890, 1931). Porém, foi com a nova organização do ensino secundário dada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Reforma Capanema), que surge na legislação a designação de curso ginasial como sendo o primeiro ciclo do ensino secundário. Segundo essa lei, o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: o primeiro, designado de “curso ginasial”, oferecido em quatro anos, e o segundo, formado por dois cursos paralelos, chamados de “curso clássico” e “curso científico”, com a duração de três anos (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.244,

1942). O curso ginásial, portanto, está inserido num contexto maior, que é o ensino secundário. Essa estruturação foi mantida pela Lei nº 4.024/61 e assim permaneceu até a implantação da Lei nº 5.692/71. Estes esclarecimentos deixam claro que a expressão “curso ginásial” refere-se ao primeiro segmento do ensino secundário.

Levando-se em consideração que a cultura escolar constituiu-se como um eixo orientador básico dessa investigação, tomou-se o Ginásio Municipal Oeirense como uma instituição modelar para a reconstituição das normas e práticas que caracterizaram esse ramo do ensino secundário no Piauí. A cultura escolar ginásial manifestou-se para além de seus aspectos legais instituídos, levando-se também em consideração os questionamentos sobre as práticas escolares cotidianas ocorridas no interior da instituição educativa em análise. Dessa forma, o termo “cultura escolar” é aqui empregado de acordo com a concepção de Julia (2001) como um conjugado de normas e práticas que delinham o perfil institucional das escolas de um determinado nível de ensino, manifestados nos modos de pensar e agir difundidos nesses espaços particulares em momentos específicos.

O recorte temporal escolhido para essa investigação recai sobre o período limite que se estendeu do ano de 1952 a 1969, marcos esses referentes, respectivamente, à abertura e fechamento do Ginásio Municipal Oeirense. No entanto, pela carência de uma produção sistematizada que tratasse de forma mais específica sobre o ensino secundário no Piauí em períodos anteriores que satisfizesse e esclarecesse os propósitos deste trabalho, fez-se necessário um recuo para aquém desse recorte.

Esta é uma pesquisa histórica e, como outras dessa natureza, encontrou no campo da educação um terreno fértil para sua produção. Investigação na área da História da Educação começou a tomar corpo, no Brasil, no final da década de 60 e início dos anos 70 do século XX, com a criação dos cursos de pós-graduação. Contribuindo para essa consolidação, pode-se ressaltar o surgimento, nos anos 80, do Grupo de Trabalho “História da Educação” no interior da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), além das associações de pesquisadores como a de História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, em 1991, e da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, em 1999, entre outras. A partir de então, a produção historiográfica educacional brasileira vem crescendo substancialmente, tocada, também, pelos avanços teórico-metodológicos proporcionados, principalmente, pelo paradigma da Nova História, que renovaram o fazer historiográfico, diversificando seus objetos e fontes. Esse paradigma, em particular, tem se destacado na preferência dos historiadores educacionais, na sua vertente conhecida como Nova História Cultural, na qual está incluso este trabalho.

No Piauí, com a implantação do Curso de Mestrado em Educação pela UFPI, em 1991, e, posteriormente, com o surgimento de núcleos de pesquisa imbuídos na reconstrução da história da educação do Estado, como o Núcleo de Educação, História e Memória – NEHME, e o Núcleo de Pesquisa em Educação, Sociedade e Cultura – NESC, as produções acadêmicas nesta área vêm se desenvolvendo cada vez mais. Ultimamente, a criação do Curso de Doutorado em Educação veio reforçar o incentivo e aprofundamento de pesquisas na área e, conseqüentemente, possibilitar uma maior consolidação do campo de pesquisa em História da Educação.

Foi a partir da década de 1990 que as pesquisas na área da História da Educação passaram a apresentar uma convergência maior para os estudos sobre as instituições escolares, passando a ter uma maior visibilidade e avolumando-se cada vez mais no âmbito acadêmico e, é nesse contexto que este trabalho se insere. Resultados de estudo apresentados por Nosella e Buffa (2005) apontam que esse aumento da produção historiográfica envolvendo as instituições escolares coincide com o momento de consolidação da pós-graduação no país e com a crise teórica dos paradigmas. Esse fato, segundo tais autores, gerou pesquisas apresentando um pluralismo epistemológico e uma diversidade de temas, fontes e objetos de estudos singulares. No meio acadêmico, permanece a Nova História Cultural, a tônica das pesquisas realizadas e as Instituições Escolares a temática preferida dos historiadores educacionais.

O estudo sobre o passado educacional traz importante contribuição para a compreensão e esclarecimento de dilemas atuais, apontando soluções mais acertadas e norteando de forma mais consciente as futuras ações. O passado jamais deverá ser esquecido, pois se assim for permitido, o homem perde sua identidade, tornando-se submisso à manipulação e à dominação. Segundo Félix (1998, p. 19), “todo o grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro”. Ciente disso, e diante da ausência de uma sistematização das fontes que registrem o passado do ensino ginasial no Piauí e, de forma particular, do Ginásio Municipal Oeirense, constata-se o desafio que levou ao problema desta pesquisa: Como a história do ensino secundário ginasial se configurou no Piauí republicano tomando como modelo a cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense?

A resposta para a questão central da pesquisa foi sendo encontrada à medida que as seguintes questões norteadoras foram sendo respondidas: Como se estruturou o ensino secundário no Brasil e no Piauí até o surgimento dos ginásios? Quais as principais reformas e

leis que contribuíram para a remodelação do ensino secundário no Brasil e no Piauí durante o Período Republicano? Quais as mudanças ocorridas do ensino secundário piauiense com a inclusão do curso ginasial para a sua adequação às necessidades da sociedade republicana? Como ocorreu o processo de criação, estruturação, organização e funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense? Como se caracterizava a cultura escolar desenvolvida no Ginásio Municipal Oeirense e presente nos vestígios materiais e pela memória de seus ex-dirigentes, ex-professores e ex-alunos?

Diante do que foi acima assentado, levanta-se como objetivo geral deste estudo analisar historicamente a configuração do ensino secundário ginasial no Piauí republicano, através da reconstituição da cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense. Para o alcance desse objetivo, o mesmo foi desmembrado nos seguintes objetivos específicos: traçar o processo histórico de estruturação do ensino secundário brasileiro e piauiense nos períodos Colonial e Imperial; analisar as principais reformas e leis republicanas que implicaram numa reestruturação do ensino secundário no Brasil; caracterizar o ensino secundário com a inserção do curso ginasial para a adequação às necessidades da sociedade republicana em formação; delinear a trajetória histórica do Ginásio Municipal Oeirense, destacando seu processo de criação, estruturação, organização e funcionamento; reconstituir a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense em sua materialidade e na memória de seus ex-dirigentes, ex-professores e ex-alunos.

A análise histórica realizada neste trabalho conduz à comprovação da tese de que “a cultura escolar produzida no interior do Ginásio Municipal Oeirense contribuiu para a formação de um segmento social distinto, apto a atuar em setores de destaque na sociedade, a exemplo de outras instituições de ensino secundário de sua época, criadas como parte do projeto de modernidade empreendido pelo país na busca do progresso”.

O Ginásio Municipal Oeirense foi inaugurado no ano de 1952, época em que o Brasil, principalmente o eixo Sul-Sudeste, passava por proeminentes experiências modernizadoras impulsionadas pela instalação de um processo de industrialização, repercutindo em outras regiões, como no Piauí, que se viu obrigado a buscar alternativas modernizadoras como tentativa de acertar seu passo com o compasso do país. Nesse contexto de mudanças e modernização da sociedade, a educação passou a ser vista como impulsionadora do progresso. Nesse período, no Piauí, observou-se a expansão do ensino secundário e, nesse embalo, o Ginásio Municipal Oeirense foi criado para formar cidadãos para atender as novas exigências sociais.

No desenvolvimento desta investigação histórica fez-se uso dos pressupostos teóricos e metodológicos da tendência historiográfica da Nova História Cultural, que veio ampliar o campo de pesquisa, permitindo a inclusão de diferentes objetos, fontes e abordagens, abrindo um leque de possibilidades para a escrita da história de nossa educação. Segundo Burke (1991), ela veio contribuir para a expansão do campo da História, produzindo uma verdadeira revolução na historiografia. Este modelo especial de historiografia, como afirma Chartier (1990, p. 16-17) procura “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”.

Para a compreensão do ensino ginasial no Piauí foram abertas as portas do Ginásio Municipal Oeirense e, para que fosse possível penetrar no seu interior, foi necessária uma fundamentação metodológica na linha da História das Instituições Escolares. Além de outros autores, procurou-se seguir as sugestões de Magalhães (1996, 1998, 1999), Gatti Jr. (2002), Buffa (2002), que recomendam aos pesquisadores que optam por trabalhar nesse campo, a necessidade de perceber a instituição educativa numa visão contextualizada, traçando sua trajetória abordando os seus mais variados aspectos, a fim de lhe proporcionar um significado histórico abalizado.

Nessa perspectiva, o roteiro investigativo para o estudo do Ginásio Municipal Oeirense levou em consideração sua multidimensionalidade, abordando a cultura escolar exteriorizada na feição física do prédio escolar, na sua estrutura organizacional, funcional e social, englobando desde o processo de sua criação, os procedimentos pedagógicos e gestacionais adotados por aqueles que deram vida à referida escola através da revelação dos seus modos de pensar e agir, das relações de convívio, possibilitando o resgate de sua identidade no seio da sociedade em que foi gerada e que, por sua vez, está inserida e sofre uma influência mais ampla.

Pelo fato do objeto de estudo aqui escolhido para análise ser pouco conhecido, nesse meio acadêmico, pode-se incluir este trabalho como tendo caráter exploratório e, por ser a cultura escolar estudada um fenômeno de natureza social, complexo, e apresentar suas singularidades exigindo uma abordagem nos domínios qualificáveis em que a exatidão numérica é de impossível ou relativa aplicação, optou-se por fazer uma análise considerada descritiva e interpretativa nos moldes sugeridos por Richardson (1999). Por fim, o estilo de caráter descritivo, qualitativo e interpretativo adotado se manifesta também no uso de algumas técnicas de pesquisa adotadas, como a entrevista, análise de conteúdo e análise histórica documental, bem como no tratamento dos dados, procurando dar significado às informações coletadas, segundo orienta Minayo (2003).

Esta pesquisa utilizou, inicialmente, como metodologia de investigação, a análise bibliográfica e documental. Primeiramente, foi feito o levantamento e estudo da literatura sobre o tema em estudo, tomando como fontes de consultas os livros e outros materiais impressos ou eletrônicos; posteriormente, foram localizados e analisados documentos de arquivos públicos e privados, como leis, decretos, relatórios, regulamentos, atas, ofícios, boletins, fotografias e outros. Esses momentos, embora tidos como iniciais, eles permaneceram ao longo de toda a pesquisa, pois, constantemente, surgia a necessidade de fundamentar uma idéia e analisar um documento.

A história oral foi utilizada como recurso metodológico para a obtenção de informações junto aos sujeitos da pesquisa – ex-dirigentes, ex-professores e ex-alunos do Ginásio Municipal Oeirense dando a palavra a esses atores da história que ainda não haviam tido a oportunidade de expressar suas experiências, fazendo vir à tona as lembranças que guardam em suas memórias. A história oral, segundo Meihy (1998), veio servir aos anônimos como abrigo de suas vozes, dando sentido às suas experiências vividas, fazendo com que estes se sintam sujeitos sociais, legítimos fazedores de História. Desta forma, a História, na opinião de Thompson (1992, p. 22), vem se tornando mais democrática, e “[...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

Como uma das técnicas de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, individual, em profundidade e não diretiva, por ser este tipo de entrevista, segundo Cruz Neto (2003, p. 59) aquele que “possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador e informante”. Para Richardson (1999, p. 210), a técnica da entrevista não diretiva, além de dar maior liberdade possível ao entrevistado, permite ao mesmo “desenvolver suas opiniões e informações de maneira que ele estimar conveniente”, cabendo ao entrevistador o papel de orientador e estimulador.

De forma inovadora, os dados foram também coletados lançando-se mão das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), utilizando a Internet. A concretização desse intento deu-se por meio da plataforma Moodle, com acesso dos sujeitos da pesquisa limitado por senhas próprias, como também através das redes sociais, o que facilitou o contato e a interação do pesquisador com os sujeitos colaboradores ao longo da pesquisa. Das ferramentas *online* foram utilizadas, principalmente: o Fórum – instrumento de comunicação em que a pesquisadora e os sujeitos interagiram assincronicamente, obtendo dados a partir de temas previamente agendados; o Chat – ferramenta que proporcionou, em horários previamente estabelecidos, uma interatividade sincrônica entre a pesquisadora e os sujeitos,

para coleta de dados em tempo real; o E-mail – modo rápido, eficiente e seguro para troca de informações individualizadas do pesquisador e sujeitos. Além dessas três principais ferramentas, o espaço virtual foi utilizado para a postagem de fotografias e textos e documentos.

A etapa da análise do conteúdo dos dados baseou-se nas orientações de Bardin (2009), iniciando-se com interpretação das informações obtidas pelas leituras e fichamentos dos livros e artigos previamente selecionados, como forma de construir a fundamentação teórica do trabalho. Os demais dados foram obtidos no decorrer da pesquisa e rigorosamente examinados, confrontados, organizados, classificados, categorizados e sistematicamente analisados, e os resultados desse esforço foram expressos na forma desta tese de doutorado.

Do quadro teórico dos autores que embasaram essa operação historiográfica destacaram-se, entre outros: Le Goff (2003), Burke (1991, 1992, 2004, 2008), Chartier (1990), Certeau (2003), Halbwachs (1990), Thompson (1992) e Meihy (1998), que forneceram os pressupostos teóricos para a compreensão da Nova História, Nova História Cultural e História Oral; Magalhães (1996, 1998, 1999, 2004), Gatti Jr. (2002), Buffa (2002, 2007), Nosella e Buffa (2005) e Dallabrida (2009), que deram o norte para a pesquisa em história das instituições escolares; Julia (2001), Chevel (1990), Frago (1995) e Souza (2000, 2008), que através de seus estudos esclareceram o conceito de cultura escolar; Saviani (2007), Haidar (2008), Monarcha (2005), Romanelli (2014), Ferro (1996), Lopes (2013) e Reis (2009), que colocaram à disposição os conhecimentos sobre a história da educação no Brasil e local.

Todo o esforço despendido para alcançar os objetivos propostos que guiaram o desenvolvimento desta pesquisa se concretiza nesta produção historiográfica que apresenta a seguinte estrutura:

O Capítulo I, “PELAS SENDAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DEFININDO A DIREÇÃO TEÓRICA E PERCORRENDO OS ATALHOS METODOLÓGICOS”, faz uma reflexão teórico-metodológica acerca da pesquisa em história da educação voltada para as instituições escolares com foco na cultura escolar e apresenta o percurso da pesquisa realizada em busca do alcance dos objetivos propostos e resposta para o problema que impulsionou a investigação;

O Capítulo II, “O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ: NOS TEMPOS DE OUTRORA”, esse capítulo faz uma viagem ao passado educacional procurando compreender a institucionalização desse nível de ensino partindo de uma visão mais expandida para um contexto mais localizado. Faz o delineamento de uma síntese histórica do

ensino secundário no Brasil e no Piauí partindo das origens no Período Colonial, passando pelo Período Imperial e chegando às primeiras décadas do Período Republicano procurando apresentar as principais mudanças e permanências que caracterizaram este nível de ensino ao longo dessas épocas. Este recuo no tempo faz-se necessário, pois vem contribuir para uma maior apropriação do objeto de estudo deste trabalho que recai sobre o ginásio como um segmento do ensino secundário no Período Republicano, tomando como base a cultura escolar manifestada pelo Ginásio Municipal Oeirense.

O Capítulo III, “O ENSINO SECUNDÁRIO COMO UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A MODERNIDADE”, mostra o remodelamento do ensino secundário a partir da Reforma Francisco Campos/1931 e o surgimento dos ginásios como tentativa de suprir os anseios de uma sociedade que se modernizava, apresenta a fundamentação legal e a institucionalização do curso ginásial como segmento do ensino secundário na Reforma Capanema/1942 e na Lei de Diretrizes e Base - LDB nº 4.024/61, bem como suas especificidades expressas nas normas e práticas que caracterizaram a cultura escolar desse nível de ensino.

O capítulo IV, “O GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE (GMO) NO EMBALO EXPANSIONISTA DO ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ”, procura traçar um breve perfil da sociedade brasileira, piauiense e oeirense dos anos cinquenta, contextualizando o processo expansionista do ensino secundário ginásial impulsionado pelas ideias modernistas. Destaca a existência do Ginásio Municipal Oeirense como um símbolo de esperança e realização dos sonhos de uma cidade desejosa em despertar para o desenvolvimento e para a modernidade e a crença da educação como mola impulsionadora para o progresso.

O Capítulo V, “CULTURA ESCOLAR MANIFESTADA NO INTERIOR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE (GMO)”, abre as portas do Ginásio Municipal Oeirense para mostrar a cultura escolar construída no seu cotidiano, nas práticas escolares, nas ações dos professores e alunos, festividades e na sua cultura material.

O Capítulo VI, “OS VESTÍGIOS DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE”, traz à tona aspectos da materialidade do Ginásio Municipal Oeirense ressaltando o espaço físico onde a trama escolar ocorria e os elementos usados no processo de escolarização como livros, caderneta escolar além do emblema da escola.

Os resultados desta pesquisa permitem uma melhor compreensão do processo histórico da educação secundária ginásial no Piauí e, particularmente, em Oeiras, com a reconstituição

da cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense o que, certamente, provocará uma reflexão e tomada de posição consciente frente à realidade desse nível de ensino. Além disso, esse trabalho também permite a socialização do conhecimento, fazendo com que informações guardadas em documentos ou na memória das pessoas sejam transformadas em um registro formal, constituindo-se em um saber acadêmico organizado e sistematizado, servindo de fonte ou objeto de estudo no âmbito da educação e contribuindo para a construção da identidade educacional do Estado. Em suma, este trabalho traz subsídios relevantes para a ampliação dos conhecimentos sobre a História da Educação no Piauí e em Oeiras, enriquecendo o perfil histórico educacional deste Estado e do Brasil.

CAPÍTULO I

1 PELAS SENDAS DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DEFININDO A DIREÇÃO TEÓRICA E PERCORRENDO OS ATALHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo encontram-se as reflexões teórico-metodológicas da pesquisa. Deixa evidente a direção tomada na pesquisa, mostrando como opção historiográfica a Nova História Cultural, ou simplesmente História Cultural. Envereda-se no rastro dos estudos sobre instituição escolar e a cultura escolar, procurando fazer uma articulação entre esses dois eixos principais da pesquisa numa perspectiva teórica, discutindo as ideias de alguns estudiosos sobre essas categorias. Apresenta também os passos dados ao trilhar pelos caminhos da pesquisa, esclarecendo a metodologia empregada deixando pistas que venham colaborar com quem também intencione fazer suas pesquisas no campo da história da educação focando seu olhar no estudo das instituições escolares a partir da cultura escolar.

O ponto de partida surgiu com a indagação: Como se processou a educação em Oeiras-PI? Foi essa a pergunta que, em anos anteriores, por motivos pessoais, profissionais e acadêmicos, levou a pesquisadora deste trabalho a enfrentar os desafios do Curso de Mestrado em Educação na busca de sua resposta. Um longo caminho foi percorrido e muitos fatos foram revelados na tentativa de solucionar os questionamentos que iam surgindo durante a caminhada. Porém, no meio do caminho tinha o Ginásio Municipal Oeirense envolto em enigmas à espera de desvendamento. Desde então, essa escola passou a despertar a curiosidade da pesquisadora que a elegeu como peça chave para as suas novas investigações em nível de doutorado, exigindo um estudo sobre o ensino secundário de forma mais geral, porém com um olhar mais direcionado ao ensino ginasial. Todo esse esforço veio se concretizar com a escrita deste trabalho desenvolvido com vista a buscar resposta para o seguinte questionamento decorrente: Como a história do ensino secundário ginasial se configurou no Piauí republicano tomando como modelo a cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense?

Esse questionamento gerou outras inquietações e despertou na pesquisadora desejos por novas descobertas, exigindo-lhe mais disposição para enveredar por caminhos e atalhos não antes explorados e abrir as portas do Ginásio Municipal Oeirense, penetrando mais profundamente na sua cultura escolar, trazendo às claras elementos de sua particularidade, porém, ciente de jamais se esquecer de abrir suas janelas para não perder a visão panorâmica do entorno. Dessa forma, ficou assim estabelecido ser essa instituição escolar e sua cultura

escolar os principais eixos de estudo a serem explorados durante essa nova caminhada no Curso de Doutorado em Educação. Embora possam parecer dois objetos distintos eles estão intrinsecamente ligados, um revelando-se no outro.

O Ginásio Municipal Oeirense foi uma instituição de ensino secundário criada em Oeiras, em 1952, exatamente cem anos após essa cidade ter deixado de ser a sede do governo do Piauí e, em consequência disso, ter perdido a única instituição pública de nível secundário existente na província daquela época, o Liceu Provincial, quando esse foi transferido para Teresina, a nova capital, em 1852. A perda dessa escola “causou estremecimento na educação de Oeiras, que entrou em decadência, tirando de muitos jovens a oportunidade se prepararem adequadamente [...]” (REIS, 2009, p. 143). Nesse ponto, ressalta-se a importância histórica que a criação do Ginásio Municipal Oeirense representou para a cidade de Oeiras que, por um século, teve que conviver com a ausência do ensino de nível secundário.

O Ginásio Municipal Oeirense surgiu como símbolo de esperança para impulsionar o progresso da cidade dando oportunidade aos filhos da terra e de localidades circunvizinhas que, sem maiores dispêndios, passaram a ser mais bem instruídos, ultrapassando os limites do ensino primário. Essa instituição, que foi responsável pela formação de muitos jovens nas décadas de 1950 e 1960, apresenta uma história singular com práticas e relações internas próprias que marcaram a memória de seus ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos e que precisa ser desvelada e conhecida.

Recaindo o foco desse estudo sobre uma instituição escolar com realce na cultura escolar exige-se situá-lo teórica e metodologicamente fazendo uma reflexão sobre as inovações paradigmáticas no campo da História da Educação, nas quais este estudo se insere.

1.1 Definindo a direção da trilha investigativa: reflexões teóricas

Este trabalho segue a linha historiográfica da Nova História Cultural, ou simplesmente História Cultural, que é herdeira da Nova História, corrente historiográfica surgida na França, em 1929, com o movimento dos Annales, exigindo do historiador um posicionamento interdisciplinar, expandindo o campo da história no âmbito das Ciências Sociais, com o alargamento da ideia de fonte e a escolha de novos objetos. Esse novo paradigma historiográfico revolucionou a história tirando de foco os feitos dos grandes homens para mirar nas pessoas comuns e os acontecimentos cotidianos. A História Cultural, de forma mais particular, tem interesse no estudo da vida cotidiana, na prática humana nos seus mais variados sentidos (BURKE, 1992, 2008). Sobre a História Cultural, diz um dos seus maiores

representantes, Chartier (1990, p. 17), que ela “tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada dada a ler”.

Esse paradigma historiográfico tem influenciado muito os historiadores da educação, conseguindo com que grande parte deles passasse a adotar uma postura mais aberta na maneira de selecionar seus objetos de estudo e na aplicação da metodologia de suas pesquisas. Surgem novos temas como o interesse em conhecer a cultura escolar englobando o estudo das organizações e funcionamento das instituições escolares, das práticas e saberes escolares, das disciplinas e matérias escolares, do cotidiano dos professores e alunos e muitos outros que a inventividade do pesquisador possa alcançar para dar conta de alcançar seus objetivos, desviando o olhar dos aspectos legais e dos grandes vultos tidos, anteriormente, como pontos centrais da mira dos estudiosos (LOPES; GALVÃO, 2001).

Apesar do posicionamento explícito quanto à postura teórico-metodológica, este trabalho apresenta-se receptivo ao diálogo com outras dimensões, pois como bem diz Barros (2013, p. 28) “o historiador deve evitar de se deixar trancafiar no isolamento do seu compartimento historiográfico de maior interesse. A tendência do historiador do século XXI, pode-se prever, será de trabalhar cada vez mais habitualmente em campo de interconexões”. Sendo assim, neste texto não há uma preocupação em enquadrar o fenômeno estudado no compartimento fechado de seu campo, pois embora opte pela dimensão cultural para a análise, percebe-se que o fenômeno educacional é multidimensional. Gatti Júnior (2002, p.7) chama atenção para uma inclinação dos historiadores atuais de não admitir “uma forma exclusiva de se compreender a realidade, nem muito menos um ‘único motor’ que determine o desenvolvimento histórico”. Dessa forma, a pesquisadora encontra-se à vontade para transitar por algumas trilhas sempre que for necessário para o esclarecimento das questões de estudo, pois

não importa a que enfoque o historiador se dedique ou seja mais habituado, dificilmente ele poderá alcançar um sucesso pleno no seu ofício se não conhecer todos os outros enfoques possíveis – talvez para conectá-los em determinadas oportunidades, talvez para compor com alguns deles o seu próprio campo complexo de sub-especialidades, ou talvez simplesmente para perceber que a história é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas (BARROS, 2013, p. 15).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a pesquisa em História da Educação no Brasil passou a ser influenciada pelo movimento de alargamento e diversificação das fontes e objetos históricos. Esse movimento encontra no Grupo de Trabalho (GT) de História da

Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), criado em 1984, um espaço fértil para a discussão e divulgação das ideias inovadoras no campo da pesquisa em História da Educação. Nesse contexto, segue a criação de outros grupos organizados de pesquisa na área, incentivando e ampliando mais ainda a pesquisa e a produção historiográfica educacional, a exemplo do grupo História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) fundado em 1991 e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) instituído em 1999. Somando-se a todos esses avanços estão os eventos como congressos, encontros, jornadas, seminários e outros que se constituem em espaços privilegiados de intercâmbio de saberes e divulgação das produções contribuindo para a consolidação do campo de pesquisa na área da História da Educação (LOPES e GALVÃO, 2001; CATANI e FARIA FILHO, 2002).

Nesse ínterim, os pesquisadores ampliaram os estoques de objetos e temas de estudo gerando a necessidade de outras fontes além das documentais escritas oficiais e criando novos métodos de abordagens que possibilitassem a análise e interpretação de tais fontes. Nessa perspectiva eclodiram-se novos temas possíveis à pesquisa em História da Educação, como: “gênero, infância, identidades, tempo, disciplinas e formas escolares, modos de ler, métodos de ensino, profissão docente, **instituições escolares**, periodismo pedagógico e, sobretudo, **cultura escolar**” (MONARCHA, 2007, p. 144, grifo nosso).

Mesmo que se admitam estudos esporádicos envolvendo instituições escolares antes de 1990, foi nessa década que a história das instituições escolares surge com maior ênfase, destacando-se na preferência dos pesquisadores educacionais entre os mais variados temas surgidos no embalo das inovações no âmbito da História da Educação. Para Buffa (2007, p. 151):

Uma característica marcante da produção acadêmica relativa à nossa história da educação, nesse período de consolidação da pós-graduação, é a denominada crise dos paradigmas teóricos. Das críticas às visões genéricas e paradigmas da educação brasileira que não conseguiam abarcar sua complexidade e diversidade, muitos historiadores partiram para a proposta de pluralidade epistemológica e temática, privilegiando o estudo de objetos singulares. Assim temas como a **cultura escolar**, considerada inclusive na sua materialidade, livros didáticos, disciplinas escolares, práticas educativas, questões de gênero, infância, organização do espaço escolar e **instituições escolares** têm sido privilegiado por nossos historiadores da educação. (grifo nosso)

Portanto, foi no cerne das inovações historiográficas que, no campo da história da educação, tomou corpo o estudo sobre as instituições educativas, despertando o interesse de pesquisadores de vários países do mundo e de forma particular os pesquisadores educacionais

brasileiros. Tais trabalhos de pesquisa, tanto no Brasil como em outros países afora, têm certa similaridade em seus itinerários investigativos abordando o desenvolvimento das instituições escolhidas como objeto de estudo, o seu aspecto arquitetônico, o uso do tempo, os conteúdos selecionados, o perfil dos discentes e docentes, as leis e normas, as mudanças e permanências, dentre outros aspectos (GATTI JÚNIOR, 2002; BUFFA, 2002).

Diante do exposto, pode-se então declarar que é na vertente historiográfica das instituições educativas que se insere este estudo que, por sua vez, procura penetrar no interior do Ginásio Municipal Oeirense para conhecer as etapas da existência dessa instituição educativa e analisar sua cultura escolar. Com esse fim, a investigação tomou o seu curso consciente de que, como indica Magalhães (1999), para se escrever a história de uma instituição escolar ou “educativa”, como prefere esse autor, é acima de tudo entender sua complexidade dimensional inserindo-a num contexto mais amplo, extrapolando seus muros com vistas a superar o desafio de dar-lhe uma identidade histórica.

A pesquisa acadêmica em História da Educação no Piauí e a conseqüente produção de um saber sistematizado nessa área nasceram a partir do interesse de alguns professores-pesquisadores em buscar, fora do Estado, sua qualificação em programas de pós-graduação stricto sensu. Com a criação dos Cursos de Mestrado em Educação, em 1991, e mais recentemente, com a institucionalização do Curso de Doutorado em Educação, em 2011, ambos ligados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Piauí (UFPI), a pesquisa historiográfica nas academias piauienses vem crescendo a cada dia, conforme pode-se detectar na quantidade de trabalhos apresentados em eventos locais, nacionais e mesmo internacionais e também no aumento das dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas. Tais pesquisas e produções têm apresentado a preferência em abordar, principalmente, temas locais e elegendo objetos de estudo particulares optando por adotar a Nova História, com maior tendência para a História Cultural, como matriz teórica para suas realizações.

Portanto, pode-se dizer que foi graças ao alargamento teórico-metodológico, com destaque para a diversificação das fontes proporcionadas pelo viés historiográfico da História Cultural, que as pesquisas e produções no campo da História da Educação ganharam impulso no Piauí. Nesse contexto, é oportuno destacar a importância trazida pelos núcleos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) como o Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME/UFPI) e Núcleo de Educação Sociedade e Cultura (NESC/UFPI), no sentido de incentivar a pesquisa, promover eventos para a troca de

experiências e socialização da produção entre estudiosos, além de uma constante reflexão e discussão de obras e aspectos metodológicos da pesquisa na área.

O presente trabalho está inserido no campo renovado das pesquisas em história da educação, no âmbito dos estudos sobre instituições escolares, tendo como objeto de estudo singular – o Ginásio Municipal Oeirense, que oferece a sua intimidade para ser revelada deixando à mostra sua identidade para ser conhecida através do seu processo construtivo tendo como eixo norteador a cultura escolar. Para tanto, recorre-se ao embasamento defendido por Magalhães (1999, p. 63):

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade de contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas.

Na literatura específica da área de História da Educação encontram-se as expressões “instituição educativa”, “instituição escolar” e “instituição educacional” usadas de forma indiscriminada e empregadas como sinônimos. O uso dessas expressões pode se constatar nos trabalhos publicados por grandes expoentes teóricos sobre o assunto como Magalhães (2004) em “Tecendo nexos: história das instituições educativas”, Saviani (2007) em “Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica” e Gatti Júnior (2000) em “A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas”, para citar apenas estes. Neste trabalho faz-se a opção de usar a expressão instituição escolar por achar mais apropriada e específica ao estudo em questão que tem como objeto uma escola – o Ginásio Municipal Oeirense, responsável por uma educação formal de nível secundário ginásial e por entender que as demais expressões apresentam um sentido mais abrangente, embora compreenda-se também que a instituição escolar seja por excelência uma instituição educativa e ainda uma instituição educacional.

Saviani (2005a) diz que a educação quando institucionalizada passa a ser considerada como uma atividade secundária sistematicamente praticada, diferindo-se da atividade educativa primária realizada difusamente. Fazendo a distinção entre essas duas maneiras da educação se manifestar, esse autor, apropriando-se de Bourdieu e Passeron (1975), afirma que a diferenciação diz respeito ao “trabalho pedagógico primário, que se guia por uma pedagogia implícita, e trabalho pedagógico secundário, que se guia por uma pedagogia explícita,

configurando-se como trabalho pedagógico institucionalizado ou trabalho pedagógico escolar” (SAVIANI, 2007, p. 6). Ele também chama atenção para o fato de que, apesar da escola ser uma instituição educativa por excelência, ela não detém a exclusividade do trabalho pedagógico secundário, podendo outras instituições desempenhar, de certa maneira, atividades também educativas. Sendo assim, pode-se dizer que toda instituição escolar é uma instituição educativa ou uma instituição educacional, porém nem todas as instituições educativas ou educacionais são instituições escolares. Acrescenta ainda esse autor:

Na verdade, o que constatamos é uma imbricação de instituições de diferentes tipos, não especificamente educativas que, nem por isso, deixam de cuidar, de algum modo, da educação. Assim, para além da instituição familiar voltada, pelas suas próprias características, ao exercício da educação espontânea, vale dizer, do trabalho pedagógico primário, encontramos instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais, que, além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente. Nesse âmbito, as instituições que se destacam nitidamente entre as demais, são, sem dúvida, a Igreja e o Estado. (SAVIANI, 2005a, p. 29).

Embora a palavra instituição apresente significados variados, segundo Saviani (2007a), tais significados trazem em comum a ideia de algo criado pelo homem para atender as suas necessidades de forma duradoura. Essas necessidades são atendidas por meio da ação dos agentes institucionais com uso de meios e instrumentos próprios para os fins que se aspiram. As instituições são indiscutivelmente sociais, pois além de serem originadas da necessidade humana e funcionarem em benefício do homem elas se mantêm através das relações de seus agentes. Convém alertar que nem toda necessidade humana requer, para sua satisfação, a criação de uma instituição. Muitas necessidades são atendidas informalmente e somente quando se tornam complexas é que passam a exigir uma intervenção consciente e determinada, institucionalizando a ação para que venha satisfazer tais necessidades, e desta forma, uma instituição é criada, mantendo-se pela autorreprodução, gerando uma relativa autonomia perante as condições de sua criação e funcionamento.

Transpondo esse raciocínio para o campo educacional, pode-se dizer que a educação é uma necessidade básica do homem, pois é indispensável à sua própria humanização, permitindo a sequência de sua evolução social. É através da educação que os seres humanos se apropriam do conhecimento que lhes permite obter a satisfação de suas necessidades, agindo conscientemente na sociedade. Ao longo do tempo, a educação foi praticada de maneiras diferentes dependendo das necessidades que cada momento suscitava: originalmente

de forma espontânea, dada a simplicidade da organização dos grupos humanos primitivos, e com a complexificação social a atividade educativa foi institucionalizada, surgindo assim as instituições educativas. Para Brandão (2004, p. 16) foi só quando a organização social e cultural dos povos atingiu um estágio mais complexo, que a educação começou a exigir formas e processos específicos para a transmissão dos saberes e o trabalho de educar tornou-se sistemático, gerando uma demanda por “espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos envolvidos nos exercícios de maneiras cada vez menos corriqueiras”, e foi procurando suprir essas necessidades que o homem criou as escolas.

Após o surgimento da escola como uma instituição educativa distinta para o desenrolar próprio de uma educação formal, ela foi, ao longo de sua história, se tornando cada vez mais complexa e se configurando de diferentes formas, dependendo do momento em que foi criada e da sociedade em que estava inserida. Para Durkheim (1955) as instituições educativas eram criadas para atender as aspirações da sociedade. Para ele,

A educação tem variado infinitamente, com o tempo e o meio. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma. Em Atenas, procurava-se formar espíritos delicados, prudentes, sutis, embebidos de graça e harmonia, capazes de gozar o belo e os prazeres da pura especulação; em Roma, desejava-se especialmente que as crianças se tornassem homens de ação, apaixonados pela glória militar, indiferentes no que tocasse às letras e às artes. Na Idade Média, a educação era cristã, antes de tudo; na Renascença, toma caráter mais leigo, mais literário; nos dias de hoje, a ciência tende a ocupar o lugar que a arte outrora preenchia (DURKHEIM, 1955, p. 27).

As instituições escolares são locais ricos de informações e conhecimentos, trazendo em si próprias uma história contida à espera de ser reconstruída através do olhar interpretativo de um pesquisador atento para examinar as suas singularidades, porém sem esquecer o seu entorno para não perder a visão do conjunto onde se insere. Buffa (2002), pesquisadora que tem se destacado nacionalmente por seus estudos em história das instituições escolares, afirma ser a escola um ambiente carregado de valores e marcado pelas políticas educacionais, sendo, por essa razão, propício ao estudo da história e filosofia da educação brasileira. Segundo essa autora, “se bem realizadas, as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia” (BUFFA, 2002, p. 25-26).

Gatti Júnior (2000), afirma que fazer história de uma instituição escolar é voltar-se para as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem e penetrar fundo no seu

interior para extrair daí um conhecimento sólido. Para ele, as pesquisas em história da educação tem privilegiado focar em profundidade os espaços reservados ao processo educativo do que fazer uma análise sistêmica. Por sua vez, Magalhães (2004, p. 133-134) considera que para

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, [...], é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, no contexto e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência. A sistematização e a (re)escrita do itinerário de instituição educativa na multidimensionalidade e na construção de um sentido encontram nessa relação a sua principal base de informação e orientação.

Para Saviani (2007a), a existência duradoura de uma instituição escolar implica num percurso histórico que necessita ser conhecido por meio da caracterização de seus elementos constitutivos básicos a fim de fazer sua reconstituição histórica. Tal reconstituição, na opinião de Magalhães (2004), resulta da combinação de três processos investigativos que considera básicos numa composição histórica, que são: materialidade, representação e apropriação. No que tange à materialidade refere-se ao que é instituído, ao que está estabelecido e que vem proporcionar o funcionamento da instituição escolar dando apoio ao desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem, ou seja, o próprio prédio escolar com a distribuição racional dos espaços e do tempo, todo seu aparelhamento incluindo o material didático-pedagógico e outros aspectos da instância objetiva que dá visibilidade à escola. Quanto à representação, essa faz referência à função que é atribuída à escola, ao padrão das ações pedagógicas desenvolvidas, ao currículo em ação, e aos demais aspectos voltados para as ações desenvolvidas pela instituição. Por fim, a apropriação que corresponde à própria aprendizagem, ou seja, a introjeção do ideário pedagógico da escola que vai modelar a identidade dos alunos e da própria instituição determinando os seus destinos. Assim, conforme o exposto, o autor sugere um esquema básico para a reconstituição histórica de uma instituição escolar que pode ser evidenciado pela ação combinatória entre os seguintes aspectos: materialidade/instituído, representação/institucionalização e apropriação/instituição.

As experiências de pesquisa em história das instituições escolares vividas pelos pesquisadores Paolo Nosella e Ester Buffa lhes conferem a autoridade no assunto e a abertura para que os mesmos possam sugerir procedimentos metodológicos abalizados aos novéis pesquisadores que desejem adentrar nesse campo. Esses pesquisadores chamam atenção para três aspectos importantes em uma pesquisa dessa natureza. A primeira preocupação é com a escolha do objeto que pode recair em uma instituição específica ou em um conjunto de

escolas. Esse momento é decisivo no delineamento da pesquisa, pois requer uma empatia do pesquisador com o objeto para que a investigação possa fluir de forma prazerosa. Além disso, é imprescindível que a instituição escolar escolhida seja de reconhecida importância pela sociedade, apresentando uma densidade histórica, e que haja a possibilidade de acesso às fontes, permitindo que o objeto possa ser construído (NOSELLA e BUFFA, 2009).

A preocupação com as fontes é outro aspecto de fundamental importância apontado por Nosella e Buffa (2009) no desenvolvimento de uma pesquisa em história das instituições escolares. A forma como as fontes são tratadas aponta a matriz teórica e a postura ética do pesquisador. Para um historiador positivista apenas os documentos escritos eram confiáveis e a história era escrita tomando por base a legislação e os grandes pensadores educacionais. Essa concepção foi fortemente criticada pelos pesquisadores marxistas que seguiam a orientação teórica do materialismo histórico. Os estudos realizados pelos historiadores marxistas não se voltavam especificamente para o interior da escola, suas práticas pedagógicas e legislação vigente, mas se preocupavam em analisar a relação existente entre a sociedade capitalista e a escola analisando o fenômeno educacional a partir das lutas de classes através do viés dominador e dominado. Por sua vez, os pesquisadores que legaram da escola dos *Annales* uma postura mais aberta frente às fontes consideram que não somente os documentos escritos, mas todos os tipos de fontes, primárias e secundárias, escritas, orais e iconográficas, oficiais ou não, são preciosas para a produção historiográfica de uma instituição escolar, todas possuindo o mesmo grau de importância para um estudo histórico.

Outro aspecto que Nosella e Buffa (2009) realçam como merecedor de cuidados especiais na pesquisa historiográfica educacional envolvendo o estudo de instituições educativas é a questão dos procedimentos e narrativas. Alertam para a ação individual do pesquisador e do seu envolvimento com o objeto que muitas vezes chega a interferir no nível de objetividade necessário ao desenvolvimento de um trabalho de natureza científica. Para a superação de tais riscos, os autores aconselham a participação dos pesquisadores em grupos de estudo que tenham interesses comuns e em eventos para a atualização e troca de experiências. Tudo isso contribui para delinear a postura do pesquisador a fim de que o mesmo elimine a forma ingênua de tratar os dados e tenha um procedimento crítico diante dos mesmos.

De posse dos dados analisados e categorizados, os cuidados recaem sobre a escrita do relatório final que exige uma narrativa dentro do rigor científico necessário sem, no entanto, perder a leveza e a elegância literária. No que diz respeito à relação existente entre o desenrolar da pesquisa e a escrita do discurso historiográfico, Vidal (2005, p. 22) chama a

atenção dos historiadores afirmando que “conferir inteligibilidade aos fatos, recolhidos na documentação, por meio de uma narrativa compreensiva, é o exercício privilegiado da interpretação histórica”.

Por fim, na exposição dos resultados obtidos com a análise dos dados da instituição escolar estudada, Nosella e Buffa (2009, p. 67-68) sugerem que os pesquisadores elaborem um roteiro básico para a escrita da síntese histórica da escola que está sendo estudada, destacando quatro aspectos fundamentais: tratar da “criação e implantação da escola” com a preocupação de desenhar o contexto em que a escola está situada em seus mais variados aspectos, principalmente o econômico, político e social; descrever e analisar a evolução da escola atentando para “as continuidades e as mudanças” sofridas pela escola ao longo do recorte temporal escolhido; analisar “a vida na escola” penetrando em seu interior e considerando seus aspectos arquitetônicos, administrativos, pedagógicos, enfim, o próprio funcionamento da escola e abordar a “trajetória de ex-alunos” procurando estruturá-la em três fases: “antes da escola, durante o período escolar e após a formatura”.

Para Gatti Junior e Pessanha (2005), quanto aos empenhos interpretativos dos pesquisadores em reconstituir a história de instituições escolares, tanto no Brasil como no estrangeiro, eles têm pautado suas investigações em roteiros de pesquisas bastante parecidos. Ao abordar tal questão esses autores procuram apontar os aspectos mais ressaltantes das pesquisas já realizadas:

Destacam preocupações com os processos de criação e do desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições educativas; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura do prédio escolar; os processos de conservação e mudanças do perfil dos alunos, as formas de configuração do saber veiculado nessas instituições de ensino etc. (GATTI JUNIOR; PESSANHA, 2005, p. 82)

Independentemente do modelo investigativo usado pelo pesquisador na historiografia sobre instituições escolares, é comum, nos estudos realizados ultimamente, admitirem a existência de uma combinação de características que produzem uma maneira única, própria da existência de tais instituições, que se chama cultura escolar e que é considerada como uma das mais importantes categorias históricas, quando se tem a escola como objeto de estudo, sobretudo se o pesquisador escolhe como opção teórico-metodológica a linha historiográfica da Nova História Cultural.

A partir dos anos de 1970, teóricos, a exemplo de Bourdieu e Passeron, começaram a questionar os sistemas educacionais, provocando reflexões sobre a crise em que se encontrava

o campo educacional e o surgimento de novas bases teóricas para a compreensão da escola, repercutindo nas formas de pesquisar a educação, principalmente no campo da história da educação, proporcionando a criação de alternativas metodológicas, voltando-se para o fazer cotidiano dos sujeitos ordinários das escolas. Nesse momento, o tema cultura escolar desperta o interesse dos pesquisadores incluindo alguns marxistas que passaram a vê-la para além das relações socioeconômicas. De modo geral os estudos, tendo como viés a cultura, expandem-se, não se limitando ao campo educacional, mas também mobilizando estudiosos de outros campos do conhecimento como os linguistas, filósofos, historiadores e sociólogos, que motivados pela temática passaram a investigar e produzir trabalhos sobre o assunto (FARIA FILHO et al, 2004).

Porém, foi na década de 1990 que se avolumou a produção de trabalhos acadêmicos apresentando estudos que analisavam o interior da sala de aula, tratando das práticas escolares e destacando a função cultural da escola. Tais produções passaram a circular entre os pesquisadores educacionais, destacando entre elas os artigos de autoria de André Chevel, de título “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, e o de Jean Claude Forquin, denominado “Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais”, ambos publicados pela revista *Teoria & Educação*, nos anos de 1990 e 1992, respectivamente. (FARIA FILHO et al, 2004; VIDAL, 2005)

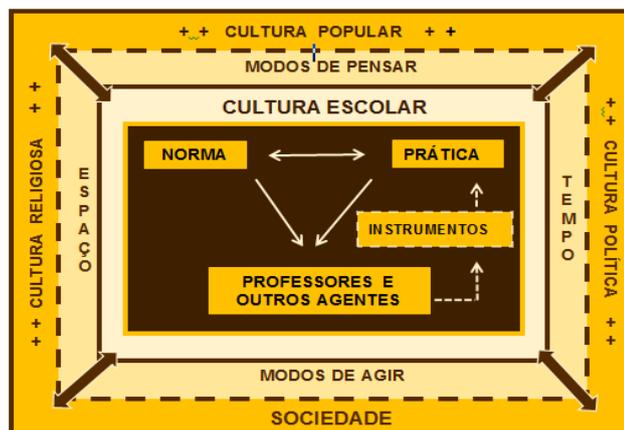
Foi nessa época que a cultura escolar passou a ser tomada como uma categoria de análise nas pesquisas no âmbito da pedagogia, incluindo no rol das disciplinas desse campo a História da Educação, e a partir de então essa categoria vem dando base às análises e produções na historiografia educacional, passando a ser a tônica dos eventos, tornando-se uma das preferidas dos pesquisadores. As pesquisas historiográficas educacionais, no Brasil e em muitos outros países que tomam a cultura escolar como eixo norteador de suas apreciações, avolumaram-se e consolidaram-se, sobretudo após a circulação do artigo de Dominique Julia, de título “A cultura escolar como objeto histórico”. Originalmente apresentado como palestra de encerramento do XV Congresso da Associação Internacional de História da Educação, realizada em Lisboa, em 1993, esse artigo foi publicado em várias línguas e a sua versão francesa “La culture scolaire comme objet historique”, de 1995, foi traduzida para o português em 2001 e lançada pela *Revista Brasileira de História da Educação*, no seu primeiro número, com grande repercussão no meio acadêmico, servindo como referência básica para trabalhos utilizando essa temática, inclusive esta tese, que toma as ideias desse autor como norteadoras para sua realização.

Nesse seu artigo, Julia (2001) deixa claro, logo de início, o que entende como cultura escolar, e que, pela sua importância para a orientação deste trabalho, será transcrito na íntegra:

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização [...]. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001. p. 10-11)

Pode-se perceber nesse trecho introdutório do artigo de Dominique Julia que ao tempo que expõe o seu conceito de cultura escolar, fica nele contido um chamamento aos pesquisadores para adentrarem mais profundamente nas instituições escolares, e que se debrucem em suas pesquisas, não apenas na legislação, regulamentos e normas, que certamente são importantes, mas também procurem conhecer as práticas desenvolvidas pelos diferentes agentes escolares, articulando-as entre si com uma preocupação constante de que suas análises extrapolem os contornos da escola, com vistas a um alcance social mais aberto. O quadro a seguir procura ilustrar o posicionamento de Julia (2001) sobre cultura escolar possibilitando sua melhor compreensão.

Quadro 01 – Cultura Escolar – Quadro Conceitual



Fonte: Julia (2001)

Os pesquisadores em história da educação podem voltar-se às recomendações de Julia (2001) e voltar-se para as interioridades das instituições educativas, captando e analisando a dinâmica das disciplinas escolares, pois assim conseguirão abrir a “caixa preta” da escola e revelar as singularidades desse espaço particular. É preciso que estejam atentos à aparente inércia das permanências, pois nelas podem estar escondidas pequenas mudanças, com força quase imperceptível, capazes de provocar as mudanças do sistema. Esse autor também recomenda o uso mais diversificado possível de fontes que o pesquisador possa dispor, não se encantando inteiramente com as fontes normativas, pois “a história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço” (p. 15), daí o pesquisador se mostrar criativo apresentando a capacidade de “saber fazer flechas com qualquer madeira” (p. 15).

Além dos escritos de Chervel (1990), de Forquin (1992) e de Julia (2001), outro estudioso de nível internacional, muito citado como referência e que vem colaborando com os historiadores educacionais brasileiros no estudo da cultura escolar é Antonio Viñao Frago. Em seu artigo “Historia de la educación e historia cultural” que foi publicado, em 1995, pela Revista Brasileira de Educação. Na compreensão desse autor, a cultura escolar envolve toda e qualquer manifestação ocorrida cotidianamente dentro de uma instituição escolar envolvendo professores e alunos, normas e práticas, que são diferentes para cada escola. Segundo esse autor, a cultura escolar é definida como um

conjunto de aspectos institucionalizados’ — incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos — la historia cotidiana del hacer escolar —, objetos materiales — función, uso, distribución em el espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... —, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen. De entre ellos elijo dos a los que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado (FRAGO, 1995, p. 68).

Muitos pesquisadores brasileiros, a exemplo de Rosa Fátima de Sousa, têm se dedicado a investigar historicamente a cultura escolar e a fazer publicações no campo da História da Educação como demonstração da aceitação dessa categoria nos estudos envolvendo instituições escolares. Essa autora sugere uma variedade de fontes para a pesquisa em cultura escolar, incluindo uma diversidade de documentos que necessitam do esforço e

dedicação do pesquisador em garimpar esses vestígios espalhados nos arquivos públicos, escolares e particulares sob a guarda de ex-alunos e outras pessoas. No rol dessas fontes estão:

Documentos produzidos pelos órgãos da administração do ensino para serem utilizados pelas escolas (relatórios, anuários, periódicos educacionais, orientações didáticas, manuais escolares, programas de ensino, despachos, entre outros) e documentos produzidos pelos agentes educativos – diários, semanários, cadernos e trabalhos dos alunos, provas, livros didáticos, fotografias, depoimentos orais, entre outros (SOUSA, 2000, p.11).

O que aqui foi exposto remete a uma compreensão de que a pesquisa em História da Educação envolvendo instituições escolares requer a revelação de sua cultura escolar, pondo ao pesquisador o desafio de um aprimoramento teórico-metodológico e um espírito aventureiro e criativo com o propósito de dar maior inteligibilidade e compreensão à sua narrativa historiográfica. E foi ciente dos desafios a serem enfrentados que a autora deste trabalho, ao eleger uma instituição escolar, o Ginásio Municipal Oeirense, e sua cultura escolar, como eixos norteadores de seus estudos, procurou se fortalecer teoricamente buscando sempre o amparo de autores já consagrados que permitissem dar passos seguros na sua caminhada.

1.2 Abrindo veredas e seguindo a caminhada: condução metodológica da pesquisa

Esta é uma pesquisa histórica que busca revelar e compreender o passado educacional do ensino secundário ginásial no Piauí republicano através do desvelamento da cultura escolar de uma instituição escolar – O Ginásio Municipal Oeirense, e, como toda e qualquer pesquisa, requer um planejamento detalhado que oriente de forma racional, econômica e segura o trabalho do pesquisador. A primeira iniciativa dada foi fazer o delineamento da investigação, traçando o caminho a ser percorrido. Os primeiros passos foram direcionados para a realização simultânea de um levantamento bibliográfico e documental que pudessem compor uma bagagem rica e variada que dessem sustentação à investigação.

O mapeamento das informações já produzidas sobre o assunto que se pretende pesquisar é um procedimento indispensável em qualquer investigação científica. Neste caso, procurou-se fazer um exaustivo levantamento das referências seguido da tarefa de selecionar os livros, periódicos, teses, dissertações e outros materiais escritos on-line, ou não, que conduzissem a pesquisadora no caminho da reflexão, na busca da organização do seu pensamento e na compreensão das bases teóricas já trilhadas por seus antecessores, aproximando e aprofundando o conhecimento sobre o campo de atuação e garimpando dados

pertinentes à sua área de investigação. Sobre essa fase da pesquisa, Minayo (2003, p.19) recomenda: “se quisermos, portanto, trilhar a carreira de pesquisador, temos de nos aprofundar nas obras dos diferentes autores que trabalham os temas que nos preocupam, inclusive dos que trazem proposições com as quais ideologicamente não concordamos”.

No desenvolvimento dessa pesquisa o tratamento das fontes bibliográficas mereceu cuidados especiais e procedimentos ordenados, sempre visando o esclarecimento do objeto de estudo, a obtenção dos objetivos propostos e respostas para os questionamentos feitos. Essa modalidade de pesquisa, segundo Gil (1994), oportuniza um amplo leque de informações, fornecendo dados contidos nas diversas publicações existentes, colaborando com os pesquisadores na elaboração de conceitos referentes ao estudo que realiza.

O levantamento documental foi utilizado como recurso metodológico para a obtenção dos dados de primeira mão. Para esse fim, passou-se a garimpar as fontes documentais no Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito, em Teresina, no Arquivo Escolar da 8ª Gerência Regional de Educação – 8ª GRE, da cidade de Oeiras, além dos arquivos particulares de alguns colaboradores. Estando situada no campo da Nova História Cultural, essa pesquisa considera como documento tudo o que foi produzido pelos agentes que atuaram como protagonistas do cotidiano do Ginásio Municipal Oeirense e deixado como testemunha de seu passado. A noção de documento é ampliada, indo para além do documento escrito, pois “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (CELLARD, 2008, p. 296). Procurando esclarecer como os historiadores simpatizantes da vertente annalista concebem o que é documento, Febvre, citado por Le Goff (1992, p. 540), explica que:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Dentre os documentos obtidos para análise e ilustrados nas figuras 01 e 02, encontram-se os relatórios, atas, livros de matrícula, prontuários escolares, certificados, boletins, livros, manuais, fotografias, dentre outros produzidos no cotidiano do Ginásio Municipal Oeirense. Tais documentos possibilitaram compreender a cultura escolar constituída no interior dessa

instituição, além de serem utilizados para o confronto das informações obtidas através da técnica de cruzamento de dados. Todo esse material foi fotografado, digitalizado, selecionado, organizado e arquivado virtualmente.

Figura 01 e Figura 02: Documentos do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969)
 Figura 01 – Livros de atas, matrícula, protocolos de provas, caixa. Figura 02 – Prontuários de alunos do Ginásio Municipal Oeirense



Fonte: Acervo documental da 8ª Gerência Regional de Educação – 8ª GRE – Oeiras PI

Sendo um dos propósitos deste estudo trazer à tona a vivência da cultura escolar construída no interior do Ginásio Municipal Oeirense, sentiu-se a necessidade de enveredar essa pesquisa também pelos caminhos da história oral. Na opinião de Thompson (2002, p. 16) “todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados [...]. Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas”. Percebe-se no posicionamento desse renomado professor de História Social da Universidade de Essex, Inglaterra, a importância da necessidade da história ser registrada não somente pela visão das pessoas gloriosas e de maiores prestígios social, mas também por o olhar nos marginalizados que não tiveram espaço para deixarem suas marcas gravadas e preservadas nos documento oficiais.

Conforme classifica Meihy (1998), a história oral está dividida em três tipos: tradição oral, história de vida e história temática, fazendo com que o pesquisador faça uma escolha entre eles. Estando assim definida a cultura escolar como tema de maior relevo do estudo, optou-se por adotar, mais especificamente, a história oral temática, levando em consideração que os sujeitos convidados a darem seus depoimentos deveriam fazê-lo com foco em assuntos já definidos.

Quanto à história oral temática, ela é caracterizada por Alberti (2005), sobretudo, por apresentar um recorte cronologicamente definido e estar ligada aos acontecimentos e experiências vividas pelos sujeitos ou que deles tenham conhecimento. Na opinião de Meihy (1998, p. 51), “por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é mais direta”.

Dessa forma, antes de escolher os entrevistados e partir para a realização das entrevistas, os temas foram anteriormente elencados servindo de guia para que os sujeitos relatassem os fatos por eles vividos ou dizer que conhecimentos eles têm a respeito dos mesmos. Os principais temas listados para a elucidação da cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense foram: contextualização do objeto, ciclo de vida da escola, equipe gestora, professores e suas práticas, ingresso dos alunos, currículo, disciplina, avaliação, festividades, tempo escolar, arquitetura escolar.

A história oral proporcionou uma coleta de dados com o propósito de trazer à tona os episódios do cotidiano do Ginásio Municipal Oeirense, partindo das lembranças dos protagonistas que vivenciaram os fatos e deixaram suas marcas, sendo, portanto, considerados como aqueles que, verdadeiramente, fizeram a história dessa escola. Desse modo, a história oral foi utilizada como um procedimento metodológico para extrair dos sujeitos dados testemunhais da cultura escolar que, por sua vez, se constituíram em fontes, como os depoimentos, que foram submetidos a um posterior e rigoroso processo de análise e interpretação.

As fontes orais por longos anos foram desclassificadas pelos historiadores positivistas caindo em descrédito perante a supervalorização das fontes escritas. Porém, com a virada epistemológica da história e a disseminação das ideias revolucionárias da Escola dos Annales, a história oral demarcou seu território no campo da historiografia, chegando a repercutir no modo de fazer história da educação. A história oral, em parceria com a história da educação, veio proporcionar uma abertura maior para a obtenção de informações preciosas para a revelação da cultura escolar.

A história oral transita pelo solo movediço da interdisciplinaridade, podendo ser usada por vários campos das ciências humanas. Thompson (2002, p. 9), grande defensor da história oral, a define de forma ampla como sendo uma “interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências”. Para ele, a história oral é interdisciplinar, estando a serviço do campo da

Sociologia, Antropologia, História, Literatura e Cultura, além de outros e, aqui, acrescenta-se a Educação, contribuindo significativamente “como uma forma fundamental de interação humana que transcende essas fronteiras disciplinares” (p. 10). Nos dias de hoje, muitas pesquisas científicas lançam mão da história oral como metodologia de investigação.

Para a operacionalização da metodologia da história oral fez-se uso da entrevista semi-estruturada, em profundidade e não-diretiva para a obtenção dos depoimentos dos ex-alunos, ex-professores e ex-funcionários do Ginásio Municipal Oeirense. As experiências relatadas foram colocadas em confronto com outras fontes, como os documentos escritos e imagéticos, e posteriormente usadas para compreender a dinâmica da escola em estudo. Essas experiências vividas, lembradas e contadas por cada pessoa, individualmente, vão compor uma rede de experiências coletivas indo ao encontro do que diz Halbwachs (1990, p. 51) que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

O quadro abaixo procura apresentar um breve perfil dos sujeitos que foram entrevistados que contribuiriam com informações valiosas para a realização desse trabalho, permitindo um estudo da relação entre a memória e o cotidiano por eles vividos e colaborando para a reconstituição da cultura escola do Ginásio Municipal Oeirense.

Quadro 02 – Perfil dos sujeitos entrevistados – Ex-professores e ex-alunos do GMO

SUJEITOS ENTREVISTADOS	PERFIL
Amália do Espírito Santo Campos (94 anos)	<p>- Professora normalista formada pela Escola Normal Oficial de Teresina. Ex-professora do Ginásio Municipal Oeirense. Pertenceu ao quadro inicial dessa instituição e nela trabalhou de 1952 até 1969, ano de sua extinção. Foi professora de Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Desenho. Procurava sempre está atualizada nos conteúdos de suas disciplinas capacitando-se por conta própria e através de curso por correspondência como o de Desenho que fez pelo Instituto Monitor, de São Paulo.</p> <p>Lecionou também no Grupo Escolar Armando Burlamaqui, no Ginásio Comercial D. Expedito Lopes e no Colégio Estadual de Oeiras, depois Unidade Escolar Farmacêutico João Carvalho.</p>
Petronila Rego Amorim (96 anos)	<p>- Conhecida por todo como Dona Petinha. Excelente musicista e, por esse motivo, foi convidada para lecionar Canto Orfeônico no Ginásio Municipal Oeirense. Permaneceu como professora dessa disciplina por toda existência do ginásio. Com a extinção do ginásio ela passou a ser professora de canto na Escola Normal até sua aposentadoria.</p>

Firmino Barroso Sobrinho (86 anos)	- Professor e cirurgião dentista, hoje aposentado. Ao chegar formado em Oeiras foi logo convidado para lecionar a disciplina Ciências Físicas e Naturais no Ginásio Municipal Oeirense permanecendo como professor dessa instituição ensino durante o período de 1957 a 1962. Foi também professor da Escola Normal Oficial de Oeiras.
Rita de Cássia Campos (77 anos)	- Foi aluna da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense e da primeira Escola Normal a ser criada em Oeiras. Exerceu o cargo de professora primária do Grupo Escolar Armando Burlamaqui, dirigiu o Centro de Supervisão Escolar de Oeiras, foi professora e diretora da Escola Normal de Oeiras e coordenadora de polivalência do Complexo Escolar de Oeiras. Muito contribuiu e se destacou no campo educacional de Oeiras e do Estado.
Benedito Carmo Tapety (79 anos)	- Aluno da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense. Ao concluir o ginásio prestou concurso para o Banco de Nordeste logrando o primeiro lugar. Tornou-se gerente dessa instituição, na qual se aposentou.
Maria do Socorro Ferreira dos Santos (74 anos)	- Iniciou seus estudos no Ginásio Municipal Oeirense em 1956. Participou ativamente do movimento estudantil em favor da permanência do Pe. Balduino como diretor. Os ensinamentos das aulas de Trabalho Manuais e Economia Doméstica juntamente com sua formação familiar e religiosa influenciam de forma decisiva em sua vida tornando-a uma esposa dedicada, uma mãe amorosa e uma dona de casa cuidadosa. Tornou-se uma excelente bordadeira dedicando-se à confecção de enxovais, principalmente para recém nascidos.
Maria Bernadete Maranhão Helcias (83 anos)	- Aluna da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense onde estudou por três anos, de 1952 a 1954, afastando-se para casar com o professor de Matemática dessa instituição, professor Gerardo Helcias. Não mais retornou aos estudos optando por dedicar-se ao lar.
Pedro Ferrer Mendes de Freitas	- Fez o primário no Grupo Escolar Armando Burlamaqui em Oeiras, onde também cursou o primeiro ciclo do ensino secundário como bolsista do Ginásio Municipal Oeirense. Iniciou o curso ginásial nessa instituição em 1954 chegando à sua conclusão em 1958. Deu prolongamento aos estudos em Teresina, onde fez com êxito o colegial (curso científico) e, em 1962, foi para o Rio fazer o curso superior em Direito.
Pedro Waldemar de Reis Freitas (75 anos)	- Ao concluir o primário no Grupo Escolar “Costa Alvarenga” fez o exame de admissão e em 1956 ingressou no Ginásio Municipal Oeirense. Foi para Salvador, Bahia, onde fez o curso superior em Medicina. Retornando à Oeiras exerceu a sua profissão de médico e foi prefeito da cidade. Hoje é aposentado.
Dagoberto de Carvalho Júnior (69 anos)	- Médico, historiador e escritor. Começou seus estudos ginásiais em Teresina. Em 1962 retornou para Oeiras tornando-se aluno do Ginásio

	Municipal Oeirense. Graduiu-se em Medicina e fez pós-graduação História em Recife. É membro da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, Academia Piauiense de Letras, do Instituto Histórico de Oeiras e da Confraria Eça-dagobertiana. Também pertence à Sociedade Brasileira de Pediatria, Associação Piauiense de Medicina, Associação Médica Brasileira e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.
Maria do Espírito Santo Rêgo (75 anos)	- Fez exame de admissão e cursou a primeira série ginasial no Ginásio Primeiro de Maio, em Floriano, no ano de 1959. Em Oeiras, foi aluna da 2ª série e 3ª série do Ginásio Municipal Oeirense, nos anos de 1961 e 1962, respectivamente. Concluiu o curso ginasial em Picos, no Ginásio Estadual Marcos Parente, em 1963. Formou-se na Escola Normal de Oeiras. Foi professora do Ginásio Municipal de Oeiras e da Escola Normal Oficial de Oeiras. Hoje é aposentada e membro do Instituto Histórico de Oeiras.
Olavo Brás Barbosa Nunes Filho (68 anos)	- Estudou o primário no Grupo Escolar Costa Alvarenga e com 11 anos prestou exame de admissão ingressando no Ginásio Municipal Oeirense. Ao concluir o ensino ginasial, permaneceu em Oeiras por cinco anos e aos 20 anos assumiu seu primeiro emprego nas Lojas Pernambucanas, como auxiliar de escritório. Foi para Fortaleza e lá trabalhou como balconista de dia e estudava à noite no colegial. Seguiu para Brasília onde trabalhou no departamento pessoal de uma construtora e cursou a faculdade de Administração. Fixou residência em Teresina dedicando-se à gestão pública e hoje ocupa o cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente.
Francisco de Moraes Rego (73 anos)	- Estudou no Grupo Escolar Costa Alvarenga e ao findar o 5º ano fez o exame de admissão do Ginásio Municipal Oeirense. Prestou concurso para o Banco do Estado do Piauí e nele trabalhou até sua aposentadoria. Formou-se em História pela Universidade Estadual do Piauí.
Paulo Jorge Campos Reis (63 anos)	- Após fazer o primário no Grupo Escolar Costa Alvarenga foi admitido no Ginásio Municipal Oeirense através do exame de admissão. Dando continuidade aos estudos, foi para Salvador onde concluiu o curso científico. Prestou vestibular em Fortaleza, formando-se em Farmácia e Bioquímica. Hoje é empresário no ramo de farmácia em Oeiras.

Fontes: Dados coletados pela pesquisadora durante as entrevistas

Dando prosseguimento à caminhada investigativa, tomou-se o atalho da iconografia, procurando explorar as fotografias encontradas no arquivo da 8ª GRE e sob a guarda de particulares¹. Tais fotografias trouxeram consideráveis contribuições para a interpretação da

¹ Um dos guardiões da memória da cidade de Oeiras é Carlos Rubem Campos Reis. Com ele traz preservado um considerável acervo documental, inclusive muito registros fotográficos que foram gentilmente disponibilizados para esse trabalho.

cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense, pois através delas, e para além de seu enquadramento, pode-se mergulhar no interior da instituição obtendo revelações importantes do seu cotidiano.

A fotografia não era vista com “bons olhos” pelos historiadores positivistas, para eles as fotografias não passavam de simples adorno ou como prova para os seus extensos textos narrativos. O uso da fotografia como fonte histórica em um trabalho de pesquisa encontra respaldo no movimento dos Annales que veio inovar o fazer historiográfico, proporcionando, entre outros aspectos, o alargamento das fontes e, a partir de então, os documentos escritos oficiais já não eram mais as únicas evidências do passado. Aos historiadores cabia a disposição e inventividade de buscar e criar oportunidades de compreender o passado e a fotografia tornou-se um desses instrumentos. Segundo Burke (1992, p. 25):

Os maiores problemas para os historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à **evidência das imagens** [...]. (grifo nosso).

Existem várias possibilidades de se efetuar a leitura de uma fotografia, dependendo de quem e de como lhe é dirigido o olhar. A análise de uma fotografia se realiza por uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que as imagens nela contidas são captadas pelo pesquisador que a observa e este, ao tempo que procura compreender a intenção do fotógrafo, é também levado a se posicionar frente à fotografia, indo além de seus limites, ultrapassando seu enquadramento. Sendo assim, na relação fotografia-pesquisador, o primeiro movimento ocorre da fotografia em direção ao pesquisador que procura captar o conteúdo explícito na imagem observada, tentando responder – o que a fotografia me diz? e, logo em seguida, ocorre um movimento contrário, indo do pesquisador em direção à fotografia, procurando interpretá-la, extrapolando aquilo que a fotografia dá a ver de imediato, tentando responder – o que eu digo da fotografia? (BARTHES, 1984).

Tudo isso mostra a potencialidade que tem uma fotografia quando utilizada como fonte em uma pesquisa historiográfica, levando a compreensão de que não só os textos, mas também as imagens têm grande importância na interpretação de temas ligados à educação, dando-lhes significado. Para Burke (2004, p.101) “uma vantagem particular do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo, como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para

descrever de forma mais vaga”. Porém, cabe alertar que a imagem não substitui e nem é substituída pelo documento escrito ou pela história oral, mas se completam.

Baseando-se nos argumentos levantados acima, pode-se dizer que as imagens utilizadas neste trabalho não têm mera intenção ilustrativa, mas, antes disso, tem a função interpretativa da realidade, pois, como diz Bernardelli e Santana (2007, p.1), “empregar a fotografia como fonte histórica supõe tratá-la como uma mediação, como uma produção social, cujo conhecimento não se esgota na aparência imediata da imagem”. As fotografias revelam vestígios da realidade paralisados no tempo pelo “clique” intencional do observador, favorecendo um discurso visual contextualizado. “É a fotografia um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (KOSSOY, 1989, p. 16).

Esse trabalho trouxe para a pesquisa em História da Educação o emprego da internet como uma inovação da metodologia, fazendo uso de ferramentas virtuais como técnicas para coleta de dados. Com esse novo caminho metodológico, insere-se a pesquisa em História da Educação no mundo cibernético, mostrando a compatibilidade entre as técnicas tradicionais de coleta de dados nesse campo com as ferramentas resultantes dos avanços tecnológicos impostos pela cibercultura.

Para esse fim, fez-se uso da plataforma *Moodle – Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, que já é utilizada no processo de ensino e aprendizagem na modalidade de Educação à Distância (EAD) no Brasil e em muitos outros países no mundo. Após algumas adaptações no software, tornou-se possível usar as ferramentas da plataforma *Moodle* dando-lhe uma nova função, passando a servir também como meio para a obtenção de informações e materiais iconográficos com mais rapidez e eficácia para o desenvolvimento da pesquisa. Com isso o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) passou-se a chamar de “Ambiente Virtual de Pesquisa (AVP)”.

Com o advento da internet e o avanço das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação – NTICs assiste-se ao surgimento da cibercultura com o estabelecimento de novos padrões de comportamento alterando as relações sociais e o próprio indivíduo na sua subjetividade. A cibercultura, tomando como base o pensamento de Lévy (1999), é entendida como uma forma de pensar e de agir fomentada pelo desenvolvimento da tecnologia em informática e caracterizada pela interação das pessoas em rede, com domínio das ferramentas virtuais, que vem se instaurando na nossa sociedade e está tornando cada vez mais comum o uso de recursos midiáticos gerados pelo avanço das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

Vários ramos da sociedade já aderiram aos apelos e fascínios das modernas tecnologias e fazem uso dos novos suportes interativos superando a lógica unilateral e passiva da mídia tradicional, proporcionando uma recepção ativa e participativa. No setor educacional, não apenas no que tange aos processos de ensino e aprendizagem, mas também no que diz respeito às práticas de pesquisa, é imperativo fazer uso das inovações tecnológicas vigentes. A pesquisa no campo acadêmico-científico, com os cuidados metodológicos necessários, vem aos poucos entrando no mundo virtual e utilizando suas ferramentas, principalmente no que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados. A presente pesquisa, no embalo da revolução da informática, e amparada pela abertura metodológica promovida pela Nova História Cultural, faz emprego da telemática optando pelo uso das ferramentas virtuais² como técnica para coleta e produção dados.

O ambiente da plataforma *Moodle*, que na sua origem fora criado para apoiar os processos educacionais de ensino e aprendizagem em cursos à distância, foi adaptado para essa pesquisa por apresentar, entre outras vantagens, uma linguagem simples, o que contribui para um fácil manuseio das ferramentas ofertadas e por ser fornecido gratuitamente. Para o criador do *Moodle*, Martin Dougiamas, e seu assistente, Peter Taylor, esse ambiente virtual

foi desenhado para ser compatível, flexível, e fácil de ser modificado. Foi escrito usando-se a linguagem popular e poderosa do PHP, que faz funcionar qualquer plataforma de computador com um mínimo de esforço, permitindo que professores montem seus próprios servidores usando suas máquinas desktop (computador de mesa). O Moodle foi construído em uma linha altamente popular com um mínimo de esforço e utiliza tecnologias simples (DOUGIAMAS; TAYLOR, 2009, p. 20)

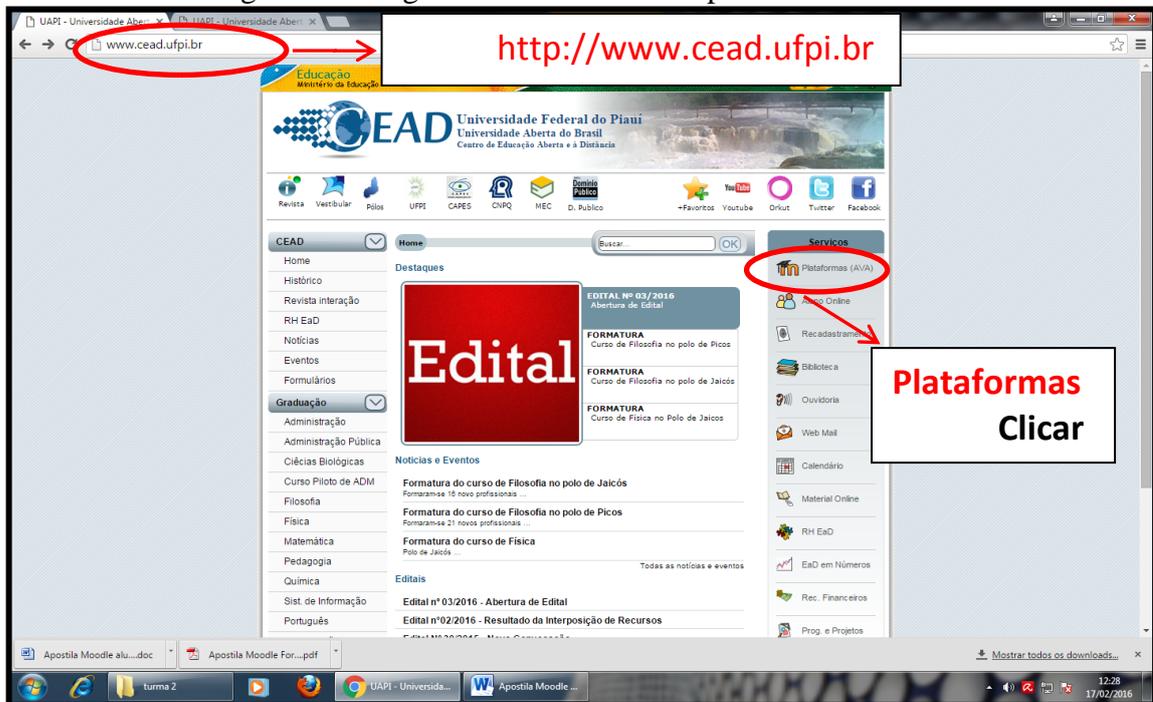
A adaptação para a pesquisa foi feita de forma criteriosa procurando ter os cuidados necessários para manter a integridade dos dados coletados. Para entrar na plataforma Moodle era necessário que o sujeito da pesquisa acessasse um navegador da web, preferencialmente, o Mozilla Firefox ou Internet Explorer e inserisse na barra de endereços do navegador da web, o seguinte endereço: <http://www.cead.ufpi.br>, direcionando-o para o site de notícias do Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (CEAD/UFPI), em seguida, clicasse no link –  Plataforma.

Ao clicar no link indicado, o sujeito era imediatamente encaminhado para uma nova página do site em que estava dispostos vários ícones e dentre eles escolhia o ícone

² Ferramentas virtuais – são recursos fornecidos pela internet utilizados para proporcionar a comunicação entre as pessoas, além de favorecer a busca e socialização de informações. Dentre eles: bate-papo ou chat, redes sociais de relacionamento (Orkut, Facebook, LinkedIn e outras), fóruns, comunicadores instantâneos (Messenger's, Whatsapp e outros), correio eletrônico (e-mail), para citar apenas esses como exemplos mais comuns.

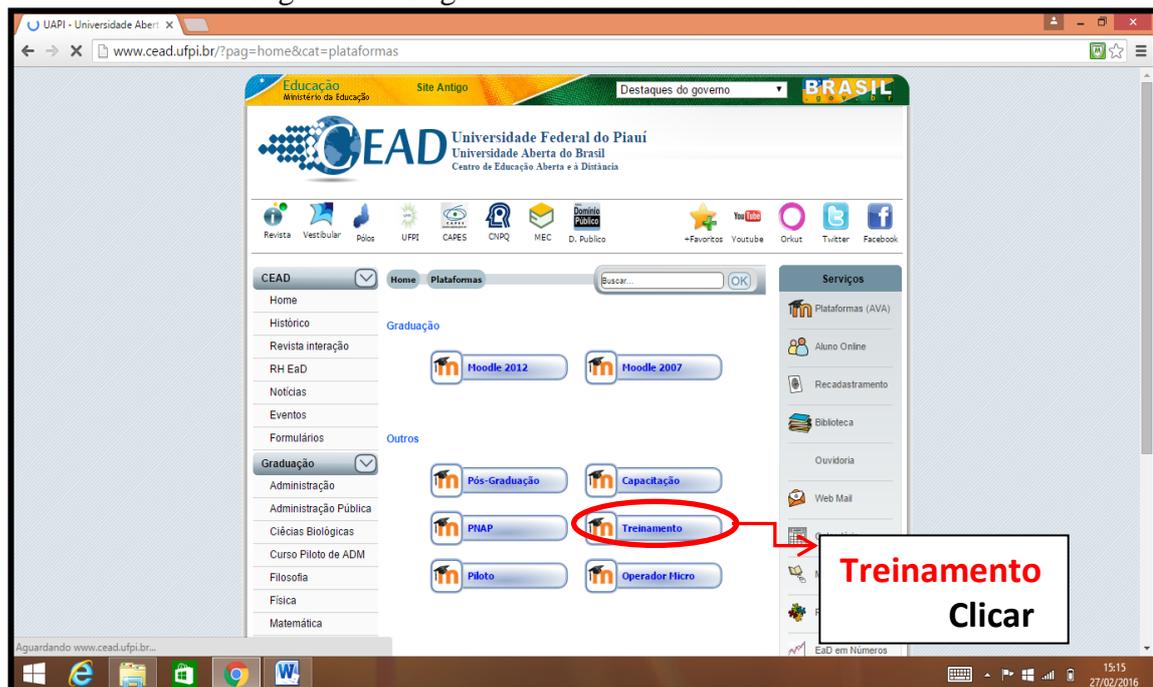
Treinamento, já disponibilizado pela plataforma, surgindo assim para a tela de *login*, para preenchimento dos campos – NOME DO USUÁRIO e SENHA que eram fornecidos pela pesquisadora, em seguida pressionava o botão – ACESSO.

Figura 03 – Pagina inicial de acesso à plataforma moodle



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Figura 04 – Pagina de acesso ao ícone Treinamento



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Após a inserção do *login* e senha o sujeito clicava na expressão – PESQUISA SOBRE A CULTURA ESCOLAR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE – GMO e era direcionado para a página principal. Essa página estava dividida em três colunas, sendo que a coluna do meio era mais larga que as outras duas laterais e onde se encontrava o conteúdo principal disposto em seções. Obedecendo a uma sequência no sentido vertical, na direção de cima para baixo, o sujeito visualizava primeiro a “seção 0” encontrando nesse espaço a identificação da instituição à qual a pesquisa estava vinculada, o seu título com letras em destaque e uma fotografia estampando a fachada da escola em estudo – Ginásio Municipal Oeirense, como forma de estimular a memória e aguçar o desejo de manifestar suas lembranças. No quadrante esquerdo e inferior encontrava-se um *link* – Fórum de notícias, que é padrão no ambiente e tinha a função de servir de espaço destinado a recados e avisos dados pela pesquisadora aos sujeitos da pesquisa, que por sua vez apenas visualizavam sem fazer comentários.

Figura 05: Página da plataforma *Moodle* adaptada para a pesquisa ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ O ENSINO REPUBLICANO: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Seção 0



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Ao manusear a barra de rolagem o sujeito tinha acesso à “seção 1” denominada – A PESQUISA. Nela encontram-se as informações básicas sobre a pesquisa ressaltando seu objetivo e mostrando a abrangência e importância de sua realização, de forma a sensibilizar e convencer o sujeito a colaborar com o trabalho, disponibilizando suas informações sobre a vida do Ginásio Municipal Oeirense. Veja a figura 06.

Figura 06: Página da plataforma Moodle adaptada para a pesquisa ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ O ENSINO REPUBLICANO: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Seção 1

FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Na sequência vem a “seção 2” reservada para apresentar a pesquisadora – Amada de Cássia Campos Reis, com um breve currículo. Esta seção disponibilizava também o endereço eletrônico e números dos telefones da pesquisadora para facilitar o contato dos sujeitos com a mesma. Veja a figura 07.

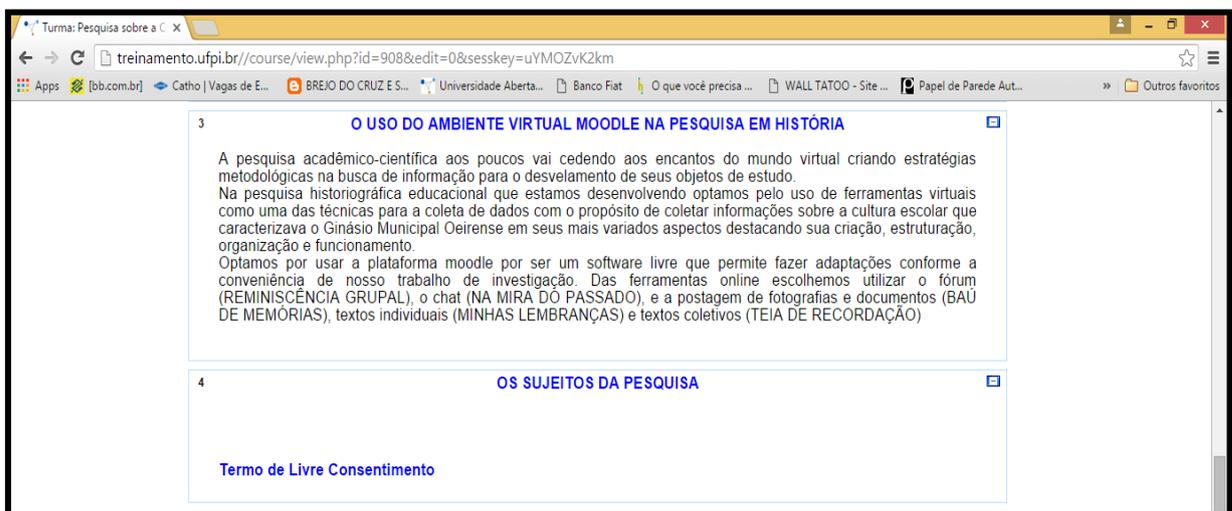
Figura 07: Página da plataforma Moodle adaptada para a pesquisa ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ O ENSINO REPUBLICANO: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Seção 2

FONTE: Currículo Lattes da pesquisadora

Para localizar a “seção 3” bastava arrastar um pouco mais a barra de rolagem para baixo. Aí encontrava-se a justificativa para a escolha da plataforma *Moodle* e apresentava as ferramentas virtuais utilizadas na pesquisa e faz um apelo aos sujeitos para o uso das mesmas. Veja a figura 08.

A “seção 4”, logo em seguida, foi reservada para apresentar a relação nominal com uma breve caracterização dos sujeitos que participaram da coleta virtual de dados para a pesquisa. Nesta seção consta também um *link* que possibilitava ao sujeito o acesso ao documento conhecido como Termo de Livre Consentimento, para ser lido, assinado, escaneado, e postado na plataforma. Veja figura 08.

Figura 08: Página da plataforma Moodle adaptada para a pesquisa ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ O ENSINO REPUBLICANO: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Seção 3 e 4.



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Nas últimas seções estão as cinco ferramentas que estavam à disposição para serem acionadas pelos sujeitos para apresentarem suas informações sobre Ginásio Municipal Oeirense. A “seção 5” denominada de “Baú de Memórias” era destinada à postagem de fotos, e documentos relacionados à vida escolar dos ex-alunos tais como boletins, provas, certificados, cadernos, livros e outros.

A “seção 6” “Minhas lembranças do GMO” era reservada para o envio dos arquivos de textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa com temas sugeridos pela pesquisadora e relacionados com o cotidiano escolar dos alunos tais como: o tempo de ginásio – GMO (aspectos políticos, econômicos, sociais...), a criação e instalação do GMO, o exame de admissão, os diretores e gestão, os funcionários técnico-administrativos, os professores do

GMO, o currículo do GMO, o controle da disciplina, sistemática de avaliação, o grêmio estudantil, o civismo, as festividades escolares, o tempo escolar, o prédio escolar, o perfil geral dos estudantes, a importância do GMO para os alunos e para a cidade de Oeiras e o fechamento do GMO.

Na sequência vem a “seção 7” denominada de “Reminiscência Grupal”. Nela estão os fóruns com questões instigantes com a intenção de provocar a discussão e a interação do grupo de ex-alunos.

A “seção 8”, “Teia de Recordações”, correspondia à ferramenta conhecida como *wiki* que tinha o objetivo de provocar a construção de textos coletivos com temas sugeridos pela pesquisadora e produzidos pelos sujeitos, obedecendo a uma linha de pensamento lógico em que um complementava a ideia do último participante.

Por fim, vem a “seção 9” que é uma sala de bate-papo (*chat*) apresentando um espaço reservado para uma interação *on-line* entre os sujeitos intercedidos pela pesquisadora mediante uma provocação para a manifestação das experiências vividas pelos ex-alunos no tempo de ginásio.

Figura 09: Página da plataforma *Moodle* adaptada para a pesquisa ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ O ENSINO REPUBLICANO: revelando a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense (1952-1969). Seções 5, 6, 7, 8 e 9.



FONTE: Arquivo particular da pesquisadora

Para participar da pesquisa on-line, foram convidados dez sujeitos, porém apenas 50% deles colaboraram para a obtenção de dados utilizando a plataforma *Moodle*. Esses sujeitos residem em diferentes cidades: Imperatriz, Fortaleza, Picos, Oeiras e Teresina. Esse índice de participação foi satisfatório, levando-se em consideração a baixa familiaridade que a maioria dos sujeitos possuía com as novas tecnologias, o que fez com que eles se concentrassem mais no manuseio de duas das ferramentas propostas: “O baú de memória” e “Minhas lembranças do GMO”. Um fato interessante observado na aplicação desta proposta foi a oportunidade de obter, sem muitos dispêndios, informações de pessoas que moram distantes. É importante ressaltar que comparando as respostas dadas nas entrevistas aplicadas de forma tradicional e as obtidas pela plataforma, essas últimas apresentaram-se mais concisas ao passo que as primeiras foram mais prolixas. Isso tudo leva a acreditar que as duas modalidades de obtenção de dados são importantes e complementares, se por um lado uma oportuniza a participação de sujeitos distantes da localidade em que a pesquisa está se desenvolvendo, por outro lado a entrevista tradicional possibilita respostas mais ricas em detalhes, pois são instigadas diretamente pelo pesquisador.

Neste trabalho a análise dos dados não se constituiu numa fase isolada, mas ocorreu ao longo do percurso da pesquisa. Tão logo as informações iam sendo coletadas já passavam por uma pré-seleção para ratificação ou não de seu uso conforme os dados fossem compatíveis com os propósitos da investigação, aguardando uma filtragem posterior que ocorreu de forma mais apurada apresentando uma categorização mais detalhada. Para articular a análise dos conteúdos obtidos, buscou-se fundamentação nas orientações contidas nas obras de Guerra (2010), Bardin (2009), Richardson (1999) e outros autores que procuram explicar como proceder no momento da interpretação dos dados numa perspectiva qualitativa, articulando-os entre si e com os referenciais teóricos adotados e os objetivos da pesquisa. A partir do momento em que as análises dos conteúdos dos textos lidos, dos documentos encontrados, das informações fornecidas pelos sujeitos colaboradores e das fotografias apreciadas iam sendo realizadas, foi dado, concomitantemente, o processo de escrita deste trabalho.

CAPÍTULO II

2 O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL E NO PIAUÍ EM RETROSPECTIVA

Este capítulo faz uma viagem ao passado educacional do ensino secundário no Brasil e no Piauí, procurando compreender a sua institucionalização, partindo de uma visão mais expandida para um contexto mais localizado. Faz uma síntese histórica do ensino secundário, partindo das origens no Período Colonial, passando pelo Período Imperial e chegando às primeiras décadas do Período Republicano, apresentando as principais mudanças e permanências que caracterizaram este nível ao longo dessas épocas.

A educação é fruto da ação do homem e tem se manifestado nas sociedades de diferentes modos ao longo do tempo. Daí entender que um fenômeno educacional não se dá isolado, mas é fruto de uma rede de acontecimentos. Sendo assim, ao escrever sobre um fato do passado educacional, torna-se necessário um recuo maior no tempo que venha contribuir para seu entendimento.

2.1 O ensino secundário no Brasil e no Piauí colonial: uma síntese histórica

Esse retorno às origens do ensino secundário no Brasil e no Piauí faz-se necessário, pois vem contribuir para uma maior apropriação do recorte de estudo deste trabalho que recai sobre o ginásio como um segmento da estrutura do ensino secundário apresentado no Período Republicano. Por essa razão, mesmo que de forma sucinta, é indispensável ter um conhecimento preliminar sobre o enredo histórico desse nível de ensino.

2.1.1 O ensino secundário no Brasil colonial

A educação secundária no Brasil tem suas raízes históricas no Período Colonial através da atuação dos padres jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, em 1534. Mesmo tendo outras ordens religiosas participado de ações voltadas para a educação nessa época, não há como negar a hegemonia dos jesuítas na organização inicial do ensino brasileiro, que estruturaram um verdadeiro sistema educacional com a imposição de suas ideias pedagógicas.

Os primeiros inacianos, sob o comando do Padre Manoel da Nóbrega, chegaram ao Brasil em 1549, na Bahia, respaldados pela Coroa Portuguesa, com a missão maior de conver-

ter os gentios à fé cristã. Anos depois outros padres jesuítas vieram e logo foram se espalhando pelo território, desenvolvendo suas práticas pedagógicas aliadas à catequese e, consequentemente, contribuindo para o processo de colonização. Por um longo período de pouco mais de duzentos anos, esses padres dominaram o campo da educação até sua expulsão de Portugal e seus domínios, em 1759.

A educação colonial jesuítica no Brasil passou por dois momentos tendo como linha de demarcação a promulgação do Ratio Studiorum, em 1599. O período anterior a esse fato, delimitando-se inicialmente com a chegada dos padres da Companhia de Jesus, foi caracterizado pela necessidade de adaptação, superação de problemas, penúrias e desconforto vividos por esses sacerdotes nas terras do novo mundo. Nessa fase, os padres da ordem seguiam um plano pedagógico elaborado pelo próprio Nóbrega, que procurou adaptar, na medida do possível, o ensino às reais condições da Colônia. As ideias pedagógicas postas em prática nesse período foram denominadas de “pedagogia brasílica” pela singularidade de procurar ajustar-se às condições encontradas na nova terra, a fim de sujeitar os índios com mais facilidade para sua posterior conversão à fé católica. O plano de Nóbrega, não encontrando apoio na cúpula da Companhia de Jesus, foi derrubado e substituído pelo Ratio Studiorum, plano geral de estudo dos colégios jesuíticos (SAVIANI, 2007b).

O segundo período da educação inaciana no Brasil se estende de 1599 a 1759, marcos temporais representados pela data da publicação do Ratio Studiorum e pela data da expulsão desses missionários. Nessa fase, os jesuítas passaram a receber, a mando da Coroa Portuguesa, uma taxa de dez por cento dos impostos coletados – a redízima –, para ser empregada no custeio das despesas dos seus colégios, fato que colaborou para a que a Companhia de Jesus prosperasse, expandindo-se e consolidando-se em terras brasileiras.

No Ratio Studiorum não se encontram discussões sobre princípios pedagógicos, mas ele apresenta um código de regras contendo, de forma minuciosa, as orientações para a operacionalização do sistema educacional jesuítico. Esse documento se constitui como uma importante fonte para conhecimento das práticas pedagógicas dos colégios jesuíticos que analisadas fornecerão pistas valiosas para a caracterização da cultura escolar dessas instituições. Sabe-se que as fontes vão se tornando cada vez mais raras à medida que retrocedemos no tempo em busca dos vestígios educacionais dos antepassados, levando o historiador a usar o seu espírito inventivo e, segundo Julia (2001, p. 17) “fazer flechas com qualquer madeira”, sendo as normas dos programas oficiais uma dessas alternativas.

O Ratio Studiorum era o programa oficial dos colégios jesuíticos, contendo todos os direcionamentos da rotina a serem tomados pelos padres na sua lida como educadores. Esse

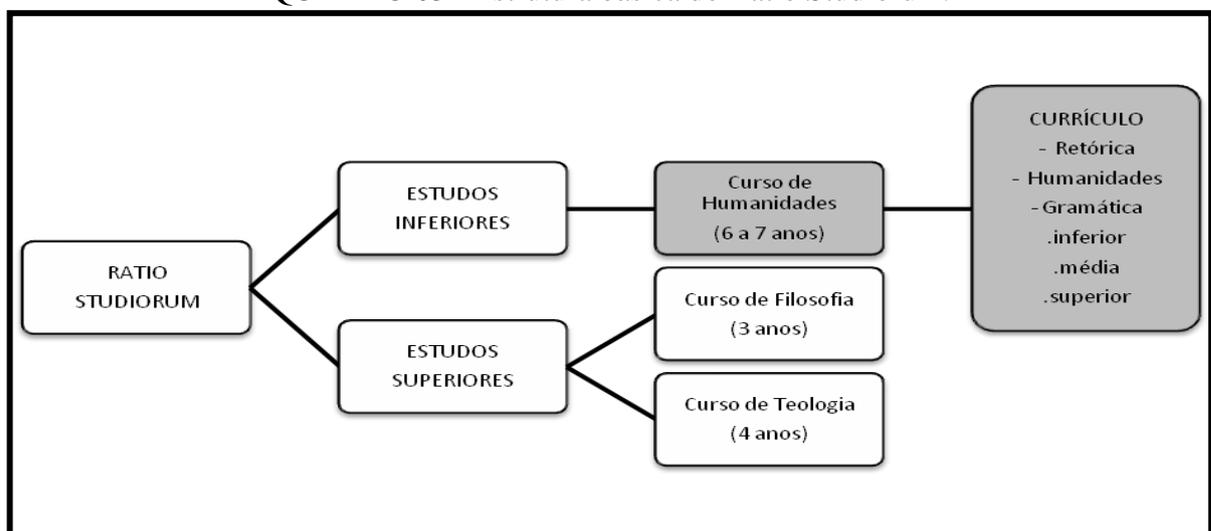
código continha 467 regras que direcionavam os passos dos jesuítas na condução do ensino em qualquer lugar onde eles se encontrassem no desempenho das funções educativas. Diferentemente do plano de Nóbrega, que fora elaborado com o interesse maior de facilitar a catequese dos nativos, o Ratio Studiorum era excludente, pois não se direcionava aos índios, mas visava à formação dos filhos dos colonos.

No plano oficial não havia a preocupação maior com a preparação inicial do aluno ensinando-lhe a ler e escrever, mas já principiava com estudos de nível mais elevado – o curso de humanidades, que corresponde ao ensino médio dos dias de hoje. Saviani (2007), ao expor as particularidades do sistema de educação dos jesuítas, apresenta também a sua estrutura como estando organizado da seguinte forma:

O novo plano começava com o curso de humanidades, denominado no Ratio de ‘estudos inferiores’, correspondentes ao atual curso de nível médio. Seu currículo abrangia cinco classes ou disciplinas: retórica; humanidades; gramática superior; gramática média; e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de filosofia e teologia, chamados de ‘estudos superiores’. O currículo filosófico era previsto para a duração de três anos, com as seguintes classes ou disciplinas: 1º ano: lógica e introdução às ciências; 2º ano: cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º ano: psicologia, metafísica e filosofia moral. O currículo teológico tinha a duração de quatro anos, estudando-se teologia escolástica ao longo dos quatro anos; teologia moral durante dois anos; Sagrada Escritura também por dois anos; e língua hebraica durante um ano (SAVIANI, 2007b, p. 56).

O quadro a seguir apresenta graficamente a estrutura simplificada do Ratio Studiorum colocando em destaque o Curso de Humanidades, de nível secundário e que corresponde o Ensino Médio de hoje.

QUADRO 03 - Estrutura básica do Ratio Studiorum.



FONTE: Construído a partir das informações contidas em Saviani (2007b)

No Brasil, após a institucionalização do Ratio Studiorum, as aulas de ler e escrever não se constituíram mais o cerne da ação dos jesuítas e apenas em alguns de seus colégios eram ministrados cursos visando à formação de padres da ordem, sendo o seu foco o curso de humanidades. Foi esse curso de nível secundário que realmente se efetivou de forma mais incisiva. Para serem matriculados no curso de humanidades era norma que o aluno, antes de tudo, deveria ser submetido a um exame para provar seus conhecimentos adquiridos anteriormente. Hansen (2001, p.18) diz que “o Ratio deixa subentendido que os alunos já devem saber ler e escrever quando ingressam na Classe dos Estudos Inferiores” do Curso de Humanidades e isso conduz a uma compreensão de que os alunos de famílias abastadas tinham maiores oportunidades de frequentarem os colégios jesuíticos no Brasil, pois a preparação para o seu ingresso exigia que as famílias se responsabilizassem em pagar os professores para desasnar os seus filhos introduzindo-os no mundo do saber letrado. Isso vem mostrar o feitio elitista da educação jesuítica.

Os jesuítas sistematizaram e implantaram no Brasil, por meio da observância do Ratio Studiorum, uma cultura escolar que se estabeleceu, fincando profundas raízes e definindo de maneira contundente os saberes e as práticas por eles inculcados e que permaneceram vivamente nas instituições educativas nos séculos vindouros. As práticas pedagógicas através das quais os jesuítas procuravam operacionalizar o seu plano de estudos tinha por base a uniformidade do método que deveria ser seguido por todos os professores que eram, por sua vez, criteriosamente formados para exercer essa função. Em suas aulas os jesuítas faziam uso do método ativo em que os alunos executavam atividades por eles propostas e os repetidos exercícios de memorização.

Ao executar o seu projeto de educação, os jesuítas imprimiram uma cultura escolar que caracterizou a forma de educar no interior dos seus colégios destacando-se, como algumas de suas peculiaridades, a disciplina rigorosa espelhando-se na própria rigidez militar adotada pela ordem jesuítica e as emulações e premiações como formas de estimular os estudos dos alunos. O conjunto dos aspectos da cultura escolar das escolas inacianas se sedimentara, servindo de matriz para a concepção pedagógica que ficou posteriormente conhecida pelo nome de “pedagogia tradicional”.

A finalidade educativa do Ratio Studiorum ia para além da formação intelectual. Os professores estavam também preocupados com a formação moral dos seus alunos levando-os ao cultivo de virtudes cristãs exemplares como a obediência, o respeito, a abnegação, o devotamento, a piedade e outras mais que os tornassem cristãos devotos, cultos e civilizados. Os conteúdos ministrados no curso de humanidades valorizavam os bons modos, a forma persua-

siva dos alunos explicarem-se ou, como melhor se expressa Franca (1952, p. 84), “o raciocínio seguro, o critério na apreciação dos homens, a capacidade de expressão exata, bela e enérgica de uma alma harmoniosamente desenvolvida”.

Com a expulsão dos jesuítas, e fazendo parte do plano de reformas imposto pelo Marquês de Pombal, em 1759, foram criadas as aulas régias sob a batuta da Coroa e não mais da Igreja, tanto em Portugal como nas suas colônias. As instalações das aulas régias eram autorizadas pelo Rei, mantidas com a arrecadação de imposto chamado de subsídio literário e não se constituíam num plano para atendimento da demanda da população em geral, mas eram restritas ao segmento abastado da sociedade.

No Brasil esse novo modelo não conseguiu substituir a estrutura do ensino jesuítico na sua eficácia e pouco contribuiu para mudar, decisiva e positivamente, a feição da educação. Muitos aspectos da educação jesuítica persistiram e fizeram-se presentes no modelo imposto pelas reformas pombalinas, pois muitos dos professores de aulas régias aprovados em concurso haviam sido alunos dos padres inacianos ou estavam impregnados dos seus preceitos educativos.

Zotti (2004, p.32) afirma que “a formação humanista, clássica e europeizante tem continuidade nas disciplinas isoladas [aulas régias], visto que a maioria dos professores eram padres formados nas escolas jesuíticas”. A Coroa almejava a modernização do ensino em consonância com as ideias iluministas, para que Portugal e suas colônias acompanhassem o progresso que já vinha se instalando em outros países europeus. Para tanto, era preciso renovar o currículo das escolas, então cogitou-se em inserir a Filosofia Moderna e as Ciências Naturais, e as aulas de Geometria, Inglês e Francês passaram a conviver com o currículo humanista clássico.

As aulas régias eram de nível secundário e tinham por fim o ensino de humanidades, com destaque para os conteúdos de Latim, Retórica, Grego, Filosofia Moral e Racional, Inglês e Francês. Embora os currículos do Ratio e das aulas régias apresentassem elementos comuns, o ensino de humanidades dos jesuítas tinha a finalidade de formar o homem de fé a serviço da Igreja, enquanto as aulas régias objetivavam formar homens para a Coroa. De acordo com Haidar (1973, p. 38), era pretensão das escolas pombalinas “[...] criar a escola útil aos fins do estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa”.

Apesar das críticas feitas pelos reformistas ao sistema de ensino dos jesuítas, que consideravam o método por eles utilizado tedioso e prejudicial à nova ordem social estabelecida e

às transformações provocadas pelas ideias iluministas da época, muitos aspectos da cultura escolar dos colégios inicianos permaneceram, mesmo que com outra roupagem. A expulsão dos jesuítas não conseguiu que houvesse uma ruptura completa de seus métodos e conteúdos. E, apesar da educação ter se tornado oficialmente pública e laica, não se constituiu num sistema padronizado, mas fez surgir um ensino com duplo segmento, apresentando também escolas organizadas por outras ordens religiosas. A esse respeito, Azevedo (1976, p. 57) apresenta algumas características que marcaram a educação pombalina:

Em lugar de um sistema único de ensino, a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, regidas todas, porém, pelos mesmos princípios; em lugar de um ensino puramente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas; em lugar da exclusividade de ensino de latim e do português, a penetração progressiva das línguas vivas e literaturas modernas (francesa e inglesa); e, afinal, a ramificação de tendências que, se não chegam a determinar a ruptura de unidade de pensamento, abrem o campo aos primeiros choques entre as idéias antigas, corporificadas no ensino jesuítico, e a nova corrente de pensamento pedagógico, influenciada pelas idéias dos enciclopedistas franceses.

A proposta pombalina encontrou vários entraves para sua concretização no Brasil. Poucos eram aqueles que se inscreviam nos concursos públicos, que passaram a ser exigidos para provimento do cargo de professor, ou por não terem qualificação ou por não se sentirem atraídos pelos baixos salários pagos anualmente pela Coroa com os subsídios literários; carência de livros e outros materiais didáticos; ensino fragmentado; falta de espaços públicos para seu funcionamento, acontecendo, na sua maioria, na própria casa do professor, dentre outras dificuldades. Não havia preocupação com o ensino popular e a quantidade de aulas régias abertas no Brasil era pequena, mesmo para atender a clientela a que se destinava – alguns membros da sociedade de nível mais elevado. A realidade da educação do Brasil colonial não sofreu mudanças significativas com a implantação do sistema de aulas régias, continuando o ensino secundário de caráter humanista e sendo um privilégio das elites.

O Brasil colonial chega ao início do século XIX apresentando uma educação deficiente. A família real portuguesa chegou ao Brasil em 1808 e logo começou a dar novos rumos à educação da Colônia. Mesmo reconhecendo o mérito das ações de D. João VI no campo educacional, estas tinham o objetivo de atender as demandas da Coroa portuguesa recém-chegada ao Brasil. Sua atenção estava voltada para o ensino superior e profissionalizante, com o intuito de preparar os funcionários públicos que servissem à Corte. O Rio de Janeiro e a Bahia foram as capitânicas que mais se beneficiaram com as obras educacionais de D. João VI, fican-

do a grande vastidão do país e os níveis de ensino de primeiras letras e secundário marginalizados e entregues à própria sorte, praticamente abandonados.

2.1.2 O ensino secundário no Piauí colonial

No Piauí colonial, a fixação dos jesuítas ocorreu tardiamente e por pouco tempo. Eles chegaram às terras piauienses, aproximadamente, cinquenta anos antes de sua expulsão ordenada pelo Marquês de Pombal e passaram a dedicar-se mais ao criatório de gado nas fazendas legadas por Mafrense, o desbravador dos sertões piauienses, do que propriamente devotar-se à tarefa evangelizadora e educativa. Esses padres tiveram algumas iniciativas frustradas em criar escolas e seminário, como o Seminário do Rio Parnaíba ou Seminário da Sambaíba, em 1749, na Vila da Mocha, depois cidade de Oeiras, sede da Capitania do Piauí. Essa escola poderia ter sido a primeira escola de nível secundário do Piauí, caso não tivesse sido transferida para o vizinho estado do Maranhão, sem mesmo ter entrado em funcionamento (FERRO, 1996; REIS, 2009). Apesar dos Jesuítas não terem criado com êxito, no Piauí, cursos secundários de humanidade e nem obtido sucesso no campo educacional, como foi em outras regiões do país, a cultura escolar por eles implantada no território brasileiro influenciou as escolas piauienses, chegando a se manifestar de forma acentuada na organização e no delineamento do modo de ser das instituições escolares que foram criadas em períodos históricos posteriores.

Não se tem comprovações, até então, que no Piauí colonial as aulas régias de nível secundário tivessem tido efetivo funcionamento, nem mesmo em Oeiras, sede da Capitania. Não foi por falta de solicitações à Coroa, pois os apelos dos governantes da Capitania do Piauí foram constantes, porém em vão. Segundo Sousa Neto (2009, p. 134), “em 1803, já se encontrava requerimento do Padre Matias de Lima Taveira, solicitando seu provimento como professor de Gramática Latina na cidade de Oeiras, pedido que não obteve resposta, uma vez que não se achava criada a referida Cadeira que ele pleiteava”.

Em 1818, por ordem o rei de Portugal, foi criada em Oeiras, uma cadeira de Latim, que pode ser considerada a primeira iniciativa de criação de uma aula pública de ensino secundário no Piauí. Essa cadeira, porém, não teve lotação imediata. Em 1821, através de um ofício dirigido à Coroa, Elias José Ribeiro de Carvalho, governador da Capitania do Piauí, informa que a cadeira de Latim da capital Oeiras ainda não havia sido lotada, devido à dificuldade de aparecer um candidato que apresentasse, pelo menos, o domínio dos conhecimentos mínimos necessários para sua ocupação (NEVES, 1997; REIS, 2009). Essa cadeira de

Latim teve que esperar mais alguns anos para ser provida pelo professor baiano José Lobo Fróis, que prestou concurso para a mesma e teve a sua nomeação assinada em 15 de janeiro de 1822. Esse professor foi nomeado interinamente pela Junta Governativa da Capitania que enviou um ofício, em 25 de fevereiro de 1822, ao Ministro de Ultramar, comunicando e justificando esse ato ao tempo que pedia a aprovação do mesmo (COSTA, 1974, REIS, 2009).

No entanto, não se tem, até o momento, vestígios que confirmem que essa aula começou a funcionar naquele mesmo ano em que foi nomeado o seu professor, o que é pouco provável, levando em consideração que, naquela época, dada as grandes distâncias, as dificuldades de comunicação e transporte, as correspondências circulavam lentamente chegando ao seu destino com meses de atraso, fazendo com que as nomeações não tivessem um cumprimento de imediato, e, além do mais, aquele momento era de efervescência política, fazendo com que a atenção do governo se voltasse para os movimentos de Independência que culminaram no dia 7 de setembro de 1822, ficando as questões educacionais relegadas a um segundo plano. Tudo isso leva a concluir que, de fato, durante o Período Colonial, no Piauí, não tiveram andamento as aulas públicas de nível secundário.

2.2 O ensino secundário no Brasil e no Piauí imperial: uma viagem ao passado

Após a mudança da situação política no Brasil, em 7 de setembro de 1822, a Colônia lega ao Império nascente, no que concerne à educação, alguns seminários e colégios particulares de ensino confessional, uma pequena quantidade de aulas avulsas públicas e particulares de primeiras letras, bem como outras poucas de nível médio, nos moldes das aulas régias pombalinas, e as escolas isoladas superiores criadas no período joanino. Na condição de uma Nação livre, não mais subordinado às decisões da Coroa Portuguesa, o Brasil passou a ser regido por leis próprias e, em 1824, foi outorgada a primeira Constituição brasileira.

2.2.1 O ensino secundário no Brasil imperial

O panorama educacional brasileiro após a proclamação da Independência exigiu mudanças na busca de uma nova configuração nacional. A Constituição de 1824, a primeira do Brasil, inseriu timidamente, no seu art. 179, apenas dois parágrafos referindo-se à educação: o parágrafo 32, que dava aos cidadãos a garantia de um ensino primário gratuito, e o parágrafo 33, que assegurava a criação de colégios e universidades, correspondentes ao ensino secundário e superior. Assim dizia este artigo e parágrafos, na íntegra:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. [...]
XXXII. A Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos.
XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes [...] (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1824).

Pela quantidade de artigos e parágrafos, um e dois respectivamente, logo se percebe que a educação não era a preocupação maior naquele momento de efervescência política que o país estava vivendo, sem contar que esses dois parágrafos eram vagos e não apontavam como os mesmos poderiam ser concretizados. Apesar de ser louvável a intenção de promover a gratuidade do ensino primário e a criação de escolas secundárias e superiores, a Constituição de 1824 não contribuiu significativamente para a melhoria da educação (TEIXEIRA, 2008).

O ensino de primeiras letras ganhou uma regulamentação própria com Lei de 15 de outubro de 1827 e, mesmo ela sendo excludente, permitindo a frequência apenas de pessoas livres, negando o acesso de escravos, e não conseguindo executar todos os preceitos nela proclamados, pode-se considerar essa lei como um avanço na tentativa de organização da educação nesse nível escolar. A situação do ensino secundário e superior no Brasil nos primeiros anos de monarquia não sofreu uma alteração expressiva. No geral, a educação brasileira continuou sendo um privilégio para poucos, permanecendo de forma elitizada por todo esse período (BRASIL, LEI, 1827).

Em 12 de agosto de 1834, a Lei nº 16 aprovou o Ato Adicional, única emenda apresentada à constituição de 1824. Por meio desse dispositivo legal, composto por 32 artigos, o texto da Constituição Imperial sofreu significativas mudanças. No § 2 do art. 10 dessa lei encontram-se as competências atribuídas às Assembleias Legislativas Provinciais relacionadas à educação, deliberando que às mesmas competia legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral” (BRASIL, ATO ADICIONAL, 1834).

O Ato Adicional de 1834 veio promover a descentralização do ensino, colocando o comando da educação primária e secundária sob a responsabilidade das províncias, ficando o governo central com o encargo de cuidar do ensino superior, formado por alguns cursos já em andamento, e de gerir outras escolas que porventura a Corte criasse em qualquer localidade no país. Dessa forma, a responsabilidade de conduzir a educação no Brasil ficou dividida entre as províncias e o poder central, criando dois sistemas paralelos, porém não excludentes, o que não impedia o poder central de criar e manter escolas de qualquer nível nas províncias, como

essas, por sua vez, de criarem escolas superiores locais, contanto que não interferissem nas já existentes e sob o comando da Assembleia Geral. Quanto a essa questão posiciona-se Haidar (2008, p 19-20) afirmando que:

A participação direta dos poderes gerais no desenvolvimento do ensino provincial dos níveis primários e médios, em geral admitida como perfeitamente constitucional, não chegou, contudo, a se efetivar. A prática consagrou partilha bem diversa das competências em matéria de educação. De fato, após a reforma constitucional, a atuação dos poderes gerais no que concerne ao ensino primário e secundário limitou-se, quase que exclusivamente, ao Município da Corte; não se criaram por leis gerais quaisquer estabelecimentos desses níveis nas Províncias. Por outro lado, abstiveram-se as Províncias de criar estabelecimentos de ensino superior, conservando, de fato, o Poder Geral, o monopólio dos estudos maiores.

O certo é que as províncias, sem o apoio financeiro da Corte, pouco puderam fazer para o avanço da educação nos níveis que estavam sob sua alçada e, muito menos ainda, mesmo lhes sendo permitida legalmente essa iniciativa, foi agirem no sentido de criarem cursos superiores, por sua complexa organização, exigências e maiores dispêndios. Por outro lado, o Poder Central, mesmo que amparado por lei, não cogitou atuar diretamente no âmbito provincial nos níveis primário e secundário, limitou-se a agir nesses campos apenas de forma indireta e a operar no Rio de Janeiro, conhecido como Município da Corte, na inspeção das aulas avulsas, das escolas confessionais e do Colégio Pedro II, além de manter o controle das escolas superiores existentes (HAIDAR, 2008)

Com a descentralização do ensino, os presidentes das províncias logo sentiram o peso de manter as escolas primárias e secundárias sob sua jurisdição funcionando sem ajuda do Poder Central e, frequentemente, em seus relatórios, declaravam ser a situação financeira a principal dificuldade de operacionalização das escolas. Muitos teóricos não pouparam críticas ao Ato Adicional de 1834, a exemplo de Azevedo (1996), que o denunciou como causador da desorganização e fragmentação do ensino no país durante o século XIX, o que dificultou a possibilidade de formação de um sistema nacional de ensino público e, por sua vez, Saviani (2007, p. 129), ao analisar os impasses da aplicação desse ato, concluiu que “o Ato Adicional de 1834 apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria”.

O ensino secundário no Brasil no início do Período Imperial, como bem o caracteriza Haidar (2008), encontrava-se totalmente fragmentado em aulas de humanidades avulsas nos moldes das aulas régias, espalhadas difusamente pelo país e longe de suprir a demanda existente com uma quantidade que pouco passava de uma centena. Foi após o Ato Adicional de 1834 que as províncias, conforme as conveniências de cada uma, tentaram imprimir ao ensino

secundário uma nova organização, agrupando as aulas avulsas e criando as primeiras instituições públicas secundárias, proporcionando o surgimento de escolas como o Colégio Pedro II no Município da Corte, os Liceus na maioria das províncias, ou os Ateneus como outras províncias preferiam chamar tais escolas secundaristas voltadas para a educação masculina, além das Escolas Normais, que de início eram frequentadas por jovens do sexo masculino, mas que aos poucos tornaram-se lócus da educação feminina, e os Colégios particulares na maioria dirigidos por sacerdotes.

O Colégio Pedro II foi instituído a partir do Seminário São Joaquim em 2 de dezembro de 1837, na Cidade da Corte, Rio de Janeiro. Essa instituição de ensino secundário não foi criada para atender qualquer jovem, ela estava destinada a receber a “nata da sociedade” do Rio de Janeiro e um seletivo número de alunos oriundos da elite social de outras províncias brasileiras. Por todo o império e ainda por algumas décadas do regime republicano, essa escola serviu de modelo para as demais de seu nível que viessem a ser criadas e, para tanto, deveria ter uma educação exemplar de qualidade que pudesse ser ofertada àqueles que certamente, no futuro, chegassem a ocupar cargos de destaques na Nação. Ao ter o Colégio Pedro II como modelo para as instituições afins espalhadas pelas províncias, o Governo Central mantém, mesmo que indiretamente, o controle do ensino secundário público que estava na mão das unidades provinciais, como também o ensino secundário particular e a possibilidade de execução de seu projeto civilizatório de formar cidadãos ativos, letrados e de boa conduta (HAI-DAR, 2008).

Figura 10 - Seminário e Igreja São Joaquim.
Primeira sede do Colégio Pedro II - 1837



Fonte: Site do Colégio Pedro II - <http://cp2centro.net/hitoriACP2centro.aspx>

Talhado nos moldes das escolas francesas, o Colégio Pedro II igualava-se às escolas europeias semelhantes. Na sua intimidade apresentava um ensino humanista em regime seriado com duração de seis a oito anos, procurando burilar o perfil ideal para o cidadão da novel Nação Imperial. Para ter acesso a essa escola, o pretendente deveria ser submetido a um exame rigoroso de admissão e, posteriormente, já como aluno, era exigido dele um domínio da literatura clássica, fluência em diversas línguas como o latim, o grego, o inglês e o francês, além de conhecer a gramática portuguesa, a geografia e a história, ter compreensão de retórica e ciências naturais, como também desenvolver habilidades para música vocal e desenho. Essa estrutura curricular inicial sofreu várias mudanças ao longo dos anos de vida dessa escola como consequência de outras alterações sofridas na sua estrutura e organização. Ao fim do curso, os bacharéis em Letras, como assim eram chamados os concludentes do Colégio Pedro II, tinham acesso livre aos cursos superiores do Império sem ter que passar por exames seletivos (HAIDAR, 2008; ZOTTI, 2004).

Figura 11 – Fachada atual do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.



Fonte: Site do Colégio Pedro II - <http://cp2centro.net/hitoriaccp2centro.aspx>

O status oferecido pelo Colégio Pedro II aos que nele estudavam foi crescendo junto com sua fama de escola bem conceituada, elevando sua procura pelas famílias provinciais de recurso e posição social elevada e, como consequência do aumento dessa demanda, a escola passou a funcionar tanto no regime de externato como de internado a partir do ano de 1857.

O Colégio Pedro II consolidou-se como um espaço escolar requintado da alta sociedade imperial, responsável pela formação da elite política do país e outros cargos de destaque no meio social. Seus alunos concludentes, bacharéis em Letras, tendo entrada franca nos cursos superiores, geralmente, complementavam sua educação procurando os cursos de Direito e Medicina. Os melhores empregos eram sempre para os bacharéis em Letras do Colégio Pedro II, com ou sem posterior qualificação superior. A eles era quase certa a ocupação de funções de prestígio como conselheiro, ministro, senador, deputado geral, presidente de província, juízes, deputado provincial, funcionário público, militar, médico, advogado, professor de escolas secundárias e superiores e outras posições conceituadas.

O Colégio Pedro II tem uma longa história e ainda hoje continua em pleno funcionamento. Experimentou muitas mudanças de ordem administrativa e pedagógica e recebeu várias denominações conforme pode ser constatado nas documentações de diferentes épocas e na literatura sobre o mesmo: inicialmente recebeu o nome de “Imperial Collégio de Pedro Segundo” como está grafado no REGULAMENTO Nº 8, de 31 de janeiro de 1838, que contém seus estatutos; para depois, até 1889, ser denominado de Colégio de Pedro II, Colégio Pedro II ou mesmo Colégio Pedro 2º; por pouco tempo, logo após a Proclamação da República foi chamado de Instituto Nacional de Instrução Secundária; depois de 1890 até 1909 recebeu o nome de Ginásio Nacional; em seguida passou a ser denominado de Externato Nacional Pedro II; e, por fim, a partir do ano de 1911 voltou à sua antiga denominação de Colégio Pedro II e assim permanece nos dias atuais.

Além de Colégio Pedro II, criado no Município da Corte sob a responsabilidade do poder central, outras escolas secundárias foram criadas nas províncias imperiais. Com o Ato Adicional de 1834 as províncias assumiram a responsabilidade sobre o ensino primário e secundário e, a partir dessa data, a educação secundária no Brasil começou a tomar novos rumos e esboçar outra organização. Da reunião das aulas públicas avulsas de humanidades surgiu outro modelo de escola masculina com uma proposta de estruturação seriada e apresentando uma cultura escolar própria – os liceus. Também, nessa época, começaram a ser criadas as primeiras escolas normais tencionando a formação de professores, que se de início visavam o público masculino, logo depois passaram a permitir o ingresso de mulheres, tornando-se, posteriormente, escolas quase que exclusivas desse sexo e, ainda nessa época, surgiram alguns colégios de cunho religioso sob a iniciativa particular.

O ensino liceal no Brasil imperial, em linhas gerais, funcionava sob a responsabilidade dos governos provinciais como cursos paralelos ao ensino elementar, sem nenhuma obrigatoriedade de exigir-lhe sua conclusão e dar-lhe sequência, tendo a finalidade de preparar os jo-

vens para o ingresso nas instituições imperiais de ensino superior. Assim, os liceus, bem como as escolas normais e alguns outros colégios da época não eram considerados propriamente um nível de ensino, mas uma modalidade de ensino.

Reportando-se ao ensino secundário na época do Império, Ferronato e Amorim (2014, p. 257) afirmam que ele caracteriza-se por apresentar-se como

um tipo autônomo de educação separado horizontalmente dos demais tipos de ensino como os Lyceus e as Aulas Avulsas, e sem articulação vertical com o ensino primário. Funcionava como uma passagem/preparação para os exames de ingresso nos cursos superiores do Império. Devido esta forma de estruturação as escolas elementares e secundárias não apresentavam graus sucessivos e contínuos, mas cursos justapostos, organizações paralelas, que se diferenciavam à base do nível social das respectivas clientelas e da finalidade social a que obedecia a sua formação educativa. Tinham prestígios sociais diversos e visavam objetivos pedagógicos diferentes distinguindo-se em suas organizações didáticas, na preparação e nas condições de trabalhos de seus professores.

Os liceus foram se organizando gradativamente, e muitos se caracterizavam como um conjunto de aulas avulsas sem correspondência entre si podendo os liceanos escolher a quantidade de cadeiras que pretendiam cursar e na ordem que desejassem. O ensino praticado nos liceus imperiais, de um modo geral, preocupava-se com a formação das elites provinciais, oferecendo-lhe uma formação humanista. Essas escolas atendiam apenas pessoas do sexo masculino e preparavam os seus alunos para enfrentarem os exames preparatórios exigidos para o ingresso nas escolas superiores do Império. Ferronato e Amorim (2014, p. 259), reportando-se a esse modelo de ensino, afirmam que “as instituições liceais encerravam um caráter propedêutico e buscavam, em determinados momentos, com mais ou menos interesse, se adequarem aos programas do Colégio Pedro II, que se apresentava como um modelo a ser seguido”.

Das províncias imperiais, foi a de Pernambuco que tomou a dianteira em criar uma escola desse tipo em 1827, antes mesmo de ser decretada a emenda constitucional de 1834. Depois da determinação desse ato passou-se a observar a criação dos Liceus ou Ateneus em várias outras províncias como: em 1835 – o Ateneu do Rio Grande do Norte; em 1833 (primeira experiência) e em 1847 – o Liceu de Sergipe; em 1836 – o Liceu da Bahia e o da Paraíba; em 1837 – o Liceu de Santa Catarina; 1845 – o Liceu Provincial Piauiense; em 1847 – o Liceu de Niterói (NUNES, 2000; VECHIA, 2005; CURY, 2006; VASCONCELOS, 2007). Outros Liceus foram posteriormente criados em outras províncias.

Quanto às escolas secundárias particulares do Período Imperial, destacaram-se, no Brasil, entre outras o Colégio do Caraça, em Minas Gerais, o Seminário de Olinda e o Ginásio

Baiano. O Colégio do Caraça foi a primeira escola secundária privada de Minas Gerais. Ela ganhou grande notoriedade no período oitocentista pelo ensino lá desenvolvido, aos moldes da pedagogia jesuítica, e por ser muito procurada pelas famílias abastadas mineiras e brasileiras como local ideal para a formação de seus filhos, certos de mais tarde lograrem postos distintos na Província e na Nação. Fundado no ano de 1820 pelos membros da Congregação dos Padres da Missão, ou padres lazaristas ou vicentinos, Colégio do Caraça teve uma vida longa, com algumas interrupções, indo até 1912 (ANDRADE, 2000).

Figura 12 – Colégio do Caraça, Minas Gerais



Fonte: Por Adriano Ferreira – em 2013. <https://www.flickr.com/photos/adrianof14/14683200314/in/photostream/>

O Seminário de Olinda foi uma instituição secundária privada criada ainda no Período Colonial, em 1800, pelo bispo D. Azeredo Coutinho, e prolongou sua existência até meados do século XIX, já no Período Imperial. Esse seminário-colégio visava formar tanto padres católicos como também educavam os jovens filhos de famílias abastadas, preparando-os para atuarem com distinção na sociedade brasileira, como também dando-lhes base para muitos prosseguirem seus estudos superiores em Portugal. Para tentar camuflar seu caráter discriminador, o idealizador dessa escola deixou expresso nos seus estatutos que os jovens pobres poderiam ser atendidos desde que pagassem os seus estudos, exigência muito pouco provável de ter acontecido (ALVES, 2011).

Grandes intelectuais do Nordeste e de outras localidades brasileiras foram alunos do Seminário de Olinda. Moacyr (1939, p. 264), referindo-se ao Seminário de Olinda diz que essa instituição apresentava

o curso secundário mais completo do país. Acolhia elevado número de alunos, não só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda todos quantos não podiam ir a Coimbra fazer seus estudos. A filosofia em voga em suas cadeiras era a carteziana (sic), a ponto do Seminário se converter em ninho de ideias (sic) liberais e adotar como evangelho político a doutrina dos filósofos do século 18.

Figura 13 - Vista aérea do Seminário de Olinda e Igreja de Nossa Senhora da Graça



Fonte: por Antônio Melcop – em 2009 – <https://www.flickr.com/photos/prefeituradeolinda/3675675605>

O ideal de homem que o Seminário de Olinda pretendia formar deveria ser, no desejo de seu fundador, um filósofo naturalista que paralelamente aos conhecimentos filosóficos tivesse competências técnicas para explorar as riquezas naturais brasileiras. Para isso, segundo Alves (2001; 2011), ao lado das matérias básicas do curso como Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Geometria e Teologia, eram também valorizados o aprendizado da Língua Nacional, além de História Natural, Geografia, Física Experimental e Química, diluídos nos estudos filosóficos. Esse colégio-seminário, que foi uma das referências de escola secundária de sua época, entrou em decadência com o surgimento dos liceus e outras escolas particulares do Período Imperial, tornando-se, em 1836, apenas seminário para a formação de sacerdotes.

Figura 14 – D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho – Bispo de Olinda



Fonte: Alves (2011, p. 62)

Um dos benfeitores da educação imperial no Brasil foi Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, título esse concedido por D. Pedro II como reconhecimento pela sua atuação nessa área. Formou-se em medicina, mas como educador nato abandonou sua carreira de médico para colocar-se apenas a serviço da educação. Além de desempenhar o papel de Diretor Geral da Instrução Pública da Província da Bahia, ele investiu, particularmente, na criação de várias escolas tais como: o Ateneu Barrense e o Ginásio Baiano (em Barras e Salvador na Bahia), Colégio Abílio e Colégio Novo Abílio (na Cidade da Corte do Rio de Janeiro) e outro Colégio Abílio (em Barbacena – MG).

Segundo Gondra e Sampaio (2010, p. 76), esse notável educador baiano assumiu como tarefa “reformular e modernizar a prática e as teorias pedagógicas aplicadas no Brasil, dentro dos colégios que dirigira e nas campanhas públicas que promoveu, dentre outras iniciativas que protagonizou”. Acrescenta esse autor que o professor Abílio tinha ideias ousadas para o seu tempo, defendendo o emprego do método intuitivo e combatendo arduamente o uso da palmatória, sugerindo que o mestre não deveria impor sua autoridade pelo medo, mas pela confiança e amor. Com essa orientação metodológica pretendia levar a cabo uma educação guiada pelo bom exemplo e pelo conselho, em substituição aos castigos corporais muito usados na época.

Figura 15 – Abílio César Borges – Barão de Macaúbas



Fonte: Fotografia em domínio público digitalizada por André Koehne, do acervo do historiador "Dário Teixeira Cotrim". https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bar%C3%A3o_de_Maca%C3%BAbas.jpg

O Dr. Abílio, ao cabo de sua atuação no campo educacional, legou uma significativa produção escrita, que foi publicada tanto no Brasil como em alguns países da Europa, como livros, teses, artigos, estatutos escolares e outros, com uma preocupação em apresentar sugestões para a melhoria do ensino no Brasil e posicionando-se contrário aos castigos físicos. O seu interesse em facilitar o processo de aprendizagem dos alunos por meio da observação e atuação dos alunos de forma prazerosa rendeu-lhe a alcunha de “o amigo dos meninos” podendo ser “arrolado entre os pioneiros da Psicologia no Brasil, em virtude de sua preocupação com o aluno como um agente ativo do processo ensino-aprendizagem, antecipando, de alguma forma, os importantes trabalhos de alguns teóricos, a exemplo de Jean Piaget” (ROCHA, 2006, p. 21).

O Ginásio Baiano não foi o primeiro nem o único colégio criado pelo Dr. Abílio. Iniciou suas atividades em 1858 e foi dirigido pelo seu idealizador até 1870, quando este toma a decisão de ir morar no Rio de Janeiro. Seguramente foi uma escola secundária particular de muita importância para a província da Bahia e circunvizinhança, atendendo alunos das famílias ricas dessas regiões e formando figuras de relevo nacional. Gondra e Sampaio (2010) destacam dentre os ex-alunos que estudaram nessa escola os nomes de Rui Barbosa e Castro Alves.

Essas escolas particulares, em meio a outras instituições secundárias, adquiriram fama durante o Período Imperial, não só pela clientela que atendia, formando muitos dos intelectu-

ais que se destacaram nacionalmente, mas também pelos seus programas de ensino e sua estabilidade de funcionamento diante das fraquezas política e econômica que certas províncias brasileiras tinham de criarem e manterem escolas secundárias como determinavam o Ato Adicional de 1834.

2.2.2 O ensino secundário no Piauí imperial

Como foi visto anteriormente, a primeira investida em favor do ensino secundário no Piauí foi fruto da ação dos jesuítas ainda no Período Colonial, embora não tivessem alcançado êxito. Neste período, a Coroa Portuguesa não voltou sua atenção para a educação da distante Capitania do Piauí e, mesmo autorizando o funcionamento de uma cadeira avulsa de Latim, em 1818, esta só foi provida em 1822, nas portas do Império. Sabe-se que em 2 de setembro de 1822, ocupando tribuna do congresso de Lisboa, o deputado Padre Domingo da Conceição fez um apelo, porém não atendido, da criação de uma cadeira de gramática latina em Oeiras, Campo Maior e Parnaíba, e mais outra de Filosofia Racional para Oeiras e de Trigonometria Retilínea para Parnaíba. Mais tarde, nos primeiros anos do Império, em 18 de julho de 1829, o presidente da Província do Piauí, João José Guimarães e Silva (15/02/1829 a 17/02/1831), criou três cadeiras de Latim na cidade de Oeiras e nas vilas de Parnaíba e Campo Maior (COSTA, 1974, v. 2).

Em 1832 foram criadas em Oeiras as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e Francês. Tais cadeiras não foram providas, pois pretendente que surgiu para ocupar a de Retórica, o padre José Joaquim Ferreira de Melo, preferiu assumir a cadeira de Latim que estava vaga em Campo Maior, e a cadeira de Francês pleiteada pelo Dr. Francisco de Sousa Martins permaneceu vaga, pois o mesmo optou por assumir cargo de deputado para o qual fora eleito (NUNES, 1975, v. 2; QUEIROZ, 2008).

Dessa forma, muitas aulas avulsas eram criadas no Piauí, mas não saíam do papel. Percebe-se que houve algum esforço investido para a criação de cadeiras de nível secundário no Piauí, tanto no final do Período Colonial como no começo do Período Imperial, porém não se obteve o êxito esperado, pois, quando colocadas em concurso, não apareciam candidatos interessados em ministrá-las e, quando havia alguém habilitado para regê-las, logo desistia da proposta por não se sentir atraído pelos míseros salários, optando por uma ocupação de maior relevo social e econômico. As cadeiras que alcançavam algum efeito prático tinham um funcionamento instável e muito precário, não só pela carência de professores habilitados para regê-las e materiais didáticos, mas também pela própria falta de interesse dos alunos.

Com a precariedade do ensino secundário, as famílias abastadas que desejassem ver seus filhos frequentando aulas de humanidade e dando prosseguimento aos estudos teriam que se desprender de seus recursos financeiros para encaminhá-los às províncias mais desenvolvidas ou mesmo à Europa. Uma alternativa encontrada pela Província foi a de custear os estudos de alguns alunos e de funcionários públicos, mantendo-os como pensionistas em colégios e academias das províncias mais adiantadas. Era muito comum essas pessoas, ao retornarem dos seus estudos, além de assumirem postos de destaque na administração pública, também dedicarem-se ao magistério como uma segunda opção.

No que se refere à educação no Piauí nas primeiras décadas do Período Imperial, “nenhum colégio, quer público, quer particular, existia em todo território do Piauí” (CHAVES, 1998, p. 36). Nessa época é digno destacar as aulas particulares, tanto as de nível elementar como as de nível secundário, proferidas pelo Padre Marcos de Araújo Costa em sua escola que funcionava nas dependências da sua fazenda Boa Esperança. Essa fazenda estava situada em pleno sertão piauiense, em terras originalmente sob a jurisdição da cidade de Oeiras, e que, em 1834 passou a pertencer a Jaicós, quando esta assumiu a condição de vila. A velha fazenda cresceu sem pressa, tornou-se povoado Boa Esperança e, em 1964, conquistou sua emancipação política desmembrando-se de Jaicós e tornando-se um município independente com o nome de Padre Marcos.

Figura 16 – Padre Marcos de Araújo Costa



Fonte: FERRO (1996, p 65).

A escola criada pelo Padre Marcos, que, como sua fazenda, era também chamada de Boa Esperança, segundo Sousa (2010, p. 52), “foi uma instituição de ensino pioneira em oferecer educação formal além das Primeiras Letras. Numa época em que toda a educação brasileira caracterizava-se pela inexistência de instituições educativas organizadas para a transmissão do saber formal”. O Padre Marcos manteve a Escola Boa Esperança às suas custas e com a colaboração das famílias de alguns alunos que assim desejassem ajudá-lo. Essa escola sobreviveu por trinta anos, de 1820 até 1850, e nela o velho mestre atendia, em regime de internato, jovens rapazes privilegiados, para ensinar-lhes as primeiras letras e também as lições de humanidades, como de Latim, Retórica, Filosofia, Francês e Teologia Dogmática, preparando-os para o ingresso em escolas superiores ou fornecendo-lhes capacitação intelectual para tornarem-se “líderes das comunidades onde viveram e atuaram” (CHAVES, 1998, p. 438). Dessa forma, pode-se afirmar que o “Padre Marcos e sua Boa Esperança encontraram-se estreitamente ligados à instrução das famílias de elite e à formação dos corpos dirigentes da administração pública piauiense da primeira metade do século XIX” (SOUSA NETO, 2009, p. 125).

As figuras 17 e 18, inseridas na página seguinte, são dois recortes de documentos comprobatórios da existência da Escola Boa Esperança em dois momentos de sua história. A figura 17 sintetiza a situação da Escola Boa Esperança quanto à matrícula por cadeiras ofertadas. É datado de 1º de julho de 1846 e foi apresentado aos deputados na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 6 de julho de 1847, por Zacarias de Góis e Vasconcelos, presidente da Província. Nele consta, além da quantidade de 6 alunos matriculados nas aulas de 1^{as} Letras, a relação das cadeiras de ensino secundário ministradas pelo Padre Marcos e a quantidade de alunos que ele atendia em cada uma: Latim – 11, Retórica – 3, Filosofia e Francês – 3 e Teologia Dogmática – 1, somando um total de 24 alunos.

A figura 18 representa um recorte do mapa das aulas particulares existentes no Piauí em 1850, apresentado pelo presidente da Província Inácio Francisco Silveira da Mota aos deputados na seção de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa em 1º de julho de 1850. Nesse documento pode-se constatar que em 1850 a única escola secundária particular funcionando no Piauí era a Escola Boa Esperança, e que a mesma atendia 40 alunos do sexo masculino. Esse foi o último ano de atividade dessa escola que cerrou suas portas com a morte do seu mestre, o Padre Marcos, em novembro de 1850. O mapa também mostra que em Oeiras, capital da Província não havia escola secundária particular, apenas três de primeiras letras.

Figura 17 – Mapa das cadeiras e número de alunos da Escola Boa Esperança – 1846

N.º 7.º

Mapa dos alumnos que particularmente estudão este anno com o Padre Marcos de Araujo Costa em sua Fazenda da Boa Esperança no termo da Villa de Jaicós.

MATERIAS QUE SE ENSINA'VO.	N.º DOS ALUMNOS
1.ª Let.aa.	0
Latim.	11
Rhetorica.	2
Filosophia e Francez.	3
Theologia Dogmatica.	1
	17

Secretaria do Governo da Provincia do Piauy 1.º de Julho de 1846.

Baldino José Coelho
Secretario do Governo

Fonte: Relatório do Presidente da Província do Piauí, Zacarias de Góis apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 06/07/1847. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Figura 18 – Mapa das aulas particulares da Província do Piauí – 1850

AULAS PARTICULARES.

Primeiras letras, e diferentes preparatórios.				
	Masculino	Fazenda da Boa Esperança	O Ex. Padre Marcos d'Araujo Costa.	40
1.ªs Letras	»	Cidade de Oeiras	José Joaquim Avellino.	12
»	»		Luiz Xavier de Araujo.	15
»	»		Luiz Antonio Gonçalves.	18

Secretaria do Governo da Provincia do Piauy 11 de Junho de 1850.

Baldino José Coelho
Secretario do Governo.

Fonte: Relatório do presidente da Província do Piauí, Ignácio Francisco Silveira da Mota, apresentado na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 01/07/1850. Casa Anísio Brito, Arquivo Público de Teresina.

Não se pode deixar de registrar o empenho particular dedicado pelo Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva e do Dr. Cândido de Deus e Silva em favor da educação secundária.

ria do Piauí Imperial. Ambos foram figuras marcantes no movimento de independência da província do Piauí. O primeiro criou, em 1844, uma escola primária e um curso secundário de Latim em sua fazenda Piripiri, e o segundo também ministrava aulas secundárias em Parnaíba. Sem contar que em outras localidades do interior da Província era possível encontrar sacerdotes que mantinham aulas particulares atendendo alguns paroquianos para um ensino elementar de primeiras letras como também de Latim (QUEIROZ, 2008).

No Período Imperial, com a intenção de regulamentar as escolas de primeiras letras e as cadeiras ou aulas avulsas do ensino secundário, o presidente da Província, Manoel de Sousa Martins, sancionou a Lei Provincial nº 75/1837. Essa lei torna-se uma fonte, por excelência, para conhecimento do cotidiano dessas escolas, pois “quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir as experiências das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição” (SHARPE, 1992, p. 43). Com base nessa lei, podem-se resgatar aspectos da cultura escolar que caracterizaram as aulas avulsas do ensino secundário do Piauí no início do Período Imperial.

Por essa via, as cadeiras secundárias deveriam funcionar todos os dias da semana, com exceção dos domingos e quartas-feiras, feriados e dias santos, no horário de 8 às 10 horas da manhã e das 3 às 5 horas da tarde. Durante o ano havia apenas um período de férias de dois meses, iniciando em 8 de dezembro e findando em 8 de fevereiro. Os professores deveriam fazer a matrícula de seus alunos registrando em livros próprios a data da sua realização e preenchendo as lacunas com o nome, idade, naturalidade, filiação de cada um deles. Nesse mesmo livro o professor deveria anotar o dia e motivo das saídas dos alunos, suas faltas e presenças, como também as matérias ensinadas. Essa lei não permitia castigos cruéis como “os açoites, a tortura, a marca de ferro quente” comumente usados para punir os escravos, mas o professor poderia fazer uso da palmatória de forma moderada, sendo as faltas leves comunicadas aos pais e as graves ao Juiz de Paz, podendo mesmo chegar ao conhecimento do Presidente da Província, na capital, e dos prefeitos, nas vilas, para aplicação das penas cabíveis. (PIAUHY, CARTA DE LEI Nº 75, 1837)

Considerando a Escola Normal como integrante da modalidade de ensino secundário, cabe aqui tecer algum comentário sobre essa instituição que se destinava a formação de professores para o ensino elementar. No Período Imperial foram três as tentativas de fundação da Escola Normal em Teresina, capital da Província do Piauí: a primeira tentativa ocorreu com sua criação em 1864, porém só começou a funcionar no ano seguinte, alojando-se em uma sala cedida pela Assembleia Legislativa Provincial, e foi extinta em 1867. Nesse mesmo ano foi reaberta e passou a funcionar nas dependências do Liceu, onde permaneceu em atividade até o

ano de 1874 e ficando inativa por oito anos. Numa última tentativa, ainda no Período Imperial, a Escola Normal retoma seu funcionamento em 1882, no mesmo local anterior, e foi novamente extinta em 1888. Referindo-se à Escola Normal desse período, Soares (2004, p. 44) posiciona-se dizendo que

Os contínuos retrocessos no projeto de **surgimento da Escola Normal em Teresina** remete [sic] à conclusão de naquele período, a sociedade piauiense não demonstrava amadurecimento político-social suficiente para lutar pela permanência de uma escola de formações de professores. [...], a Escola Normal no período imperial esteve à mercê das decisões governamentais justificadas pelas oscilações financeiras da Província, as quais escamoteavam a inexistência de uma ideologia consistente que a mantivesse. (grifo da autora).

Durante o Período Imperial a Escola Normal no Piauí caracterizava-se por ser um curso aligeirado, com um ensino voltado mais para os conhecimentos de natureza geral, abordando com mais ênfase os conteúdos constantes nos programas das escolas elementares em detrimento dos conhecimentos pedagógicos. Essa escola teve um funcionamento descontínuo, precário e uma frequência baixa e irregular, ocasionada principalmente pela falta de estímulo, pois a sua conclusão não era condição exigida para a contratação de professores, podendo pessoas com apenas certo domínio na leitura, escrita e cálculos atuarem como professor.

O Liceu Provincial foi a primeira instituição pública de ensino secundário a existir de fato no Piauí. Criado pela Lei 198, sancionada pelo presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos (1845-1847), em 4 de outubro de 1845, essa instituição tem sua história marcada por dois momentos distintos: o primeiro momento corresponde aos sete anos iniciais de sua existência, partindo de 1845, ano de sua criação, em Oeiras, na época a capital da Província do Piauí, até 1852, ano em que o mesmo foi transferido para Teresina por ocasião da mudança da capital para essa cidade; o segundo momento corresponde ao período em que essa escola passou a funcionar na nova capital, após 1852 e estendendo-se até os dias atuais, encontrando-se ainda em pleno funcionamento.

Após analisar a precária situação da instrução pública da Província, e percebendo um ensino secundário inoperante, Zacarias de Góis extinguiu as três únicas aulas avulsas ainda em atividade e criou o Liceu Provincial em Oeiras. Essa escola, nos anos iniciais, encontrou dificuldades em se estabelecer e funcionar de forma regular. Não tendo prédio público para abrigá-lo, as aulas eram ministradas na própria casa dos professores. Do currículo previsto, formado pelas cadeiras de Latim, Francês, Inglês, Geometria e Aritmética, Geografia e História, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, apenas a cadeira de Latim, que já existia

anteriormente, permaneceu funcionando. As demais cadeiras ficaram vagas, aguardando ser disputadas em concurso por pessoas habilitadas, o que foi acontecendo ano após ano. O quadro seguinte mostra os primeiros professores do Liceu, a cadeira que cada um ocupou e o ano de sua nomeação.

Quadro 04 – Relação dos primeiros professores do Liceu Provincial do Piauí – 1845-1850

NOME DO PROFESSOR	CADEIRA	NOMEAÇÃO
Antonio João Baptista Ferreira	Latim	1845
Cândido José Casado Lima	Francês	1847
Cândido Gil Castelo Branco	História e Geografia	1848
Carlos de Sousa Martins	Filosofia	
José Sérvio Ferreira	Geometria	1849
Antônio Joaquim de Siqueira	Inglês	
Simplicio de Sousa Mendes	Geografia	
Joaquim Borges Carneiro	Retórica	1850
José Martins Pereira de Alencastre	Língua Nacional	

Fonte: Reis (2009)

Voltando-se para o funcionamento interno do Liceu Provincial do Piauí, como propõe Dominique Julia aos historiadores que desejam conhecer a cultura escolar de uma instituição, procurou-se nos documentos a revelação das suas práticas escolares, pois, como esse autor mesmo diz “pode-se tentar reconstituir, indiretamente, as práticas escolares a partir das normas ditadas nos programas oficiais” (JULIA, 2001, p. 17). Analisando a Resolução nº 287, de 10 de setembro de 1850, tenta-se na descrição a seguir aproximar do que poderia ter sido o cotidiano dessa escola.

O ano letivo do Liceu iniciava em 16 de janeiro com aulas nos turnos da manhã e tarde, havendo interrupções aos domingos e quintas-feiras, além dos feriados nacionais e dias santos. Em 14 de dezembro as aulas eram encerradas, ficando suspensas por dois meses – o período das férias escolares. A matrícula era feita pelos professores e os alunos escolhiam as cadeiras que desejassem frequentar. A disciplina era rígida e, para a sua manutenção, nas aulas de Latim e Língua Nacional, era permitido aos professores o uso moderado da palmatória. Os alunos eram submetidos a exames perante uma banca examinadora e, nesse momento de tensão, após discorrerem sobre um determinado assunto sorteado minutos antes, eles ficavam à disposição das arguições feitas pelos membros da banca (PIAUHY, RESOLUÇÃO, 1850).

O Liceu ia aos poucos se organizando, as cadeiras sendo providas, medidas para o aumento da frequência foram tomadas, proposta de criação de um internato foi cogitada e até uma casa foi alugada com o propósito de agrupar as cadeiras que funcionavam inconvenientemente nas casas dos professores, dando à escola um ar mais verdadeiro de uma instituição pública. Porém, tão logo o Liceu começou a entrar num ritmo de funcionamento mais regular, o presidente da Província, Conselheiro Antônio Saraiva, em 1852, aprovou a sua transferência para Teresina, a nova capital, levando todos os móveis, materiais didáticos e outros utensílios da escola.

Após ter perdido o Liceu, o ensino secundário da cidade de Oeiras retrocedeu, tornando a adotar o regime de aulas avulsas ministradas nas casas dos professores. Apenas as aulas de Latim e de Geometria permaneceram, mas por pouco tempo, ficando a primeira capital, em 1854, sem nenhuma escola pública secundária. Em 1859, voltam a funcionar as aulas de Latim, Francês e Geografia como cadeiras pertencentes ao quadro curricular do Liceu de Teresina, usufruindo das mesmas prerrogativas, porém funcionou por somente dois anos, sendo extintas em 1861, por ocasião do fechamento do Liceu. Posteriormente, as aulas avulsas de Latim e Francês voltaram a ser ministradas por um único professor, com baixa frequência, sem constância e com substituição frequente de professores. Oeiras chegou ao fim do Período Imperial sem aulas avulsas de ensino secundário em atividade (REIS, 2009).

Ao ser transferido para Teresina, o Liceu teve suas aulas suspensas em 1853, procurando adaptar-se ao ritmo da nova capital ainda em construção, retomando suas atividades no ano seguinte. Porém, essa escola teve que conviver todo o Período Imperial com problemas relacionados ao número pequeno de matrículas, baixa assiduidade dos alunos, falta de prédio para abrigar todas as cadeiras, carência de professores, baixos salários e outros.

O Liceu Provincial, como pode ser constatado na figura 19 da página seguinte, chegou ao final do Período Imperial apresentando um currículo acanhado e com um quadro formado por apenas sete cadeiras, com uma frequência relativamente baixa, a saber: Língua Nacional – 22 alunos, Latim – 10 alunos, Francês – 26 alunos, Inglês – 4 alunos, Matemática – 25 alunos, Geografia e História – 10 alunos, e Filosofia e Retórica – 7 alunos (PIAHUY, RELATÓRIO, 1889).

Figura 19 – Cadeiras e frequências dos alunos do Liceu Provincial – 1889.

N.º 7.

**MAPPA da frequencia dos alumnos do Lyceu
no anno de 1889.**

Cadeiras	AULAS	N.º dos alumnos matriculados	OBSERVAÇÕES
1.ª	Lingua Nacional	22	
2.ª	Latim	10	
3.ª	Francez	26	
4.ª	Inglez	4	
5.ª	Mathematicas	25	
6.ª	Geographia e Historia	10	
7.ª	Philosophia e Rhetorica	7	

Secretaria da Instrucção Publica do Piahy, em Theresina, 15 de Abril
de 1889.

O Bedol, *Vicente da Costa Martins*
de Secretariê

Fonte: (PIAHUY, RELATÓRIO, 1889).

O Liceu reiniciou suas atividades na nova capital, Teresina, de forma precária, com as aulas sendo ministradas nas casas dos professores e, por muito tempo ainda, sem pouso certo, funcionou em prédios públicos ou alugados, alterando constantemente o seu endereço. Logo nos anos iniciais, a matrícula diminuía ano após ano, fazendo com que o governador da Província, Antônio de Brito de Sousa Gaioso, o extinguisse em 1861. Fechado por seis anos, voltou a restabelecer o seu funcionamento em 1867, para depois ver novamente suas portas abrindo e fechando repetidamente, apresentando um funcionamento instável com uma oscilação nas matrículas e frequências dos alunos e, entre esses e outros entraves, o Liceu chegou ao fim do Período Imperial (FERRO, 1996; VASCONCELOS, 2007; REIS, 2009).

2.3 O ensino secundário no Brasil e no Piauí nas primeiras décadas da República: na busca de uma nova organização escolar para um novo tempo

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil passou a ter um novo regime político. A monarquia foi derrubada e em seu lugar ascendeu-se uma nova ordem política, tornando o país uma República Federativa Presidencialista. Porém, é preciso esclarecer que as mudanças não ocorreram de forma abrupta, e com esse acontecimento o que mudou de fato foi o sistema político, pois as ideias republicanas já haviam penetrado na vida social e econômica do país ainda no final do Império, e muito desse regime permaneceu nos primeiros anos da República, exigindo muitas reformas.

2.3.1 O ensino secundário no Brasil nas primeiras décadas da República

Após a proclamação da República uma nova Constituição se fazia indispensável para o estabelecimento de uma nova ordem política. Em 1891 é promulgada a primeira Constituição Republicana e, dentre outros aspectos, ficou decidido que o ensino superior era responsabilidade da União, cabendo aos estados o encargo de deliberar sobre o ensino secundário e primário, porém, não impedia que as duas instâncias criassem e mantivessem instituições de ensino secundário e superior. Além disso, deixa clara a separação entre Igreja e Estado, tornando laico o ensino em todas as instituições públicas escolares.

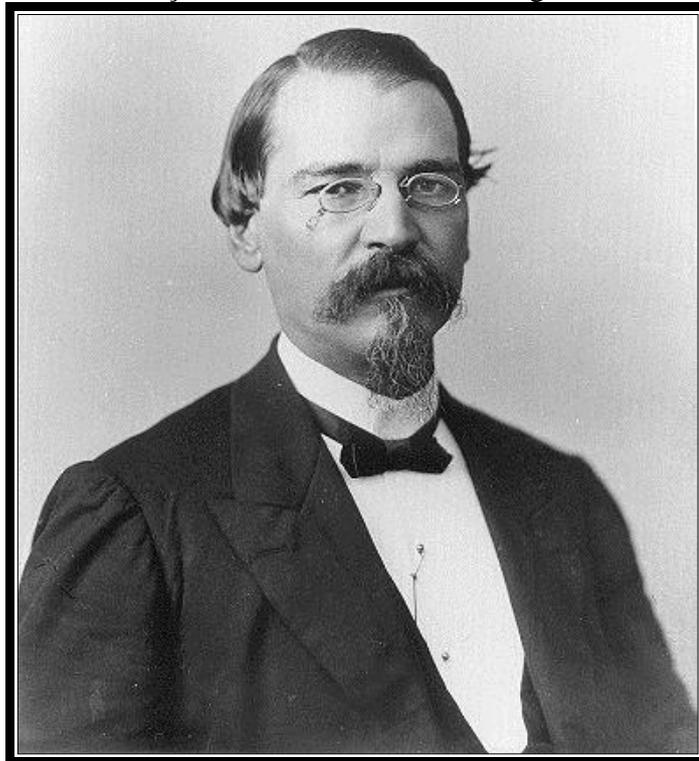
No campo educacional, várias reformas foram propostas na tentativa de organizar a educação de forma a adequá-la às exigências do novo regime, pois se disseminou no País a convicção de que a educação era o fator primordial para tirar a Nação do atraso e colocá-la rumo ao progresso, e era a responsável por formar o novo perfil do cidadão republicano. As décadas iniciais do novo regime, conhecida como Primeira República, se constituíram num terreno fértil em reformas educacionais como a Reforma Benjamin Constant – 1890, Reforma Epiácio Pessoa – 1901, Reforma Rivadávia Correa – 1911, Reforma Carlos Maximiliano – 1915, Reforma Rocha Vaz – 1925.

Em todas as reformas educacionais ocorridas na Primeira República a preocupação maior era com o ensino secundário procurando dar-lhe um novo arranjo e novos direcionamentos. Essas reformas visavam o ensino no Distrito Federal, porém os Estados as tomavam como modelo para organizar os seus sistemas.

2.3.1.1 a Reforma Benjamin Constant – 1890

O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, aprovou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal, considerada a primeira reforma educacional proposta no Período Republicano, conhecida como Reforma Benjamin Constant, por ser ele, na época da aprovação desse regulamento, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, e um de seus articuladores.

Figura 20 – Benjamin Constant Botelho de Magalhães
Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos – 1890-1891



Fonte: Site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/ProclamacaoRepublica#>

O Título V desse regulamento era reservado ao ensino secundário e diretamente direcionado ao Gymnasio Nacional, antigo Colégio Pedro II, tomado como referência nacional pelas escolas secundárias dos Estados. Dentre outros ditames, a Reforma Benjamin Constant estabelecia um período de sete anos para conclusão do curso secundário, cabendo nesse tempo a distribuição das seguintes disciplinas: “Portuguez; Latim; Grego; Francez; Inglez; Allemão; Mathematica; Astronomia; Physica; Chimica; Historia natural; Biologia; Sociologia e moral; Geographia; Historia universal; Historia do Brazil; Litteratura nacional; Desenho; Gymnastica, evoluções militares e esgrima; Música” (BRASIL, DECRETO nº 981, 1890).

Quadro 05 – Currículo do ensino secundário conforme a Reforma Benjamim Constant – 1890

	DISCIPLINA	C/H/S	DISCIPLINA	C/H/S	DISCIPLINA	C/H/S
1º ANO	Aritmética e Álgebra Elementar	6	Geografia Física	3		
	Português	3	Desenho	2		
	Francês	3	Ginástica e Música	2		
	Latim	3				
2º ANO	Geometria Preliminar. Trigonometria Retilínea. Geometria Especial	6	Geografia política e econômica	3		
	Português e Gramática Histórica	3	Desenho	2		
	Francês	3	Ginástica e Música	2		
	Latim	3				
3º ANO	Geometria geral e Álgebra	6	Inglês ou Alemão	3	Revisão de Geografia	1
	Geometria Descritiva	3	Desenho	2		
	Francês	2	Ginástica e Música	2		
	Latim	2	Revisão de Português	1		
4º ANO	Mecânica e Astronomia	6	Ginástica e Música	2	Revisão de Latim	1
	Inglês ou Alemão	3	Revisão de Cálculo e Geometria	1	Revisão de Geografia	1
	Grego	3	Revisão de Português	1		
	Desenho	2	Revisão de Francês	1		
5º ANO	Física Geral e Química Geral	6	Ginástica e Música	2	Revisão de Português	1
	Inglês ou Alemão	3	Revisão de Cálculo e Geometria	1	Revisão de Francês	1
	Grego	3	Revisão de Mecânica e Astronomia	1	Revisão de Latim	1
	Desenho	2	Revisão de Geografia	1		
6º ANO	Biologia	6	Revisão de Cálculo e Geometria	1	Revisão de Inglês ou Alemão	1
	Meteorologia, Mineralogia e Geologia	3	Revisão de Mecânica e Astronomia	1	Revisão de Grego	1
	Historia Universal	5	Revisão de Física e Química	1		
	Desenho	1	Revisão de Francês	1		
	Ginástica	1	Revisão de Latim	1		
7º ANO	Sociologia e Moral	6	Revisão de Cálculo e Geometria	1	Revisão de Geografia	1
	História do Brasil	3	Revisão de Mecânica e Astronomia	1	Revisão de Francês	1
	História da Literatura Nacional	3	Revisão de Física e Química	1	Revisão de Inglês ou Alemão	1
	Ginástica	1	Revisão de Biologia	1	Revisão de Latim	1
	Revisão de Meteorologia, mineralogia e Geologia	1	Revisão de Historia Universal	1	Revisão de Grego	1

Fonte: BRASIL (DECRETO nº 981, 1890)

A Reforma Benjamim Constant ampliou a duração do ensino secundário, consolidando o sistema seriado e enciclopédico, iniciando um rompimento com a tradição humanista. No rol das disciplinas propostas pela reforma ao ensino secundário pode-se perceber a influência da corrente filosófica positivista, com a inclusão das disciplinas científicas no currículo.

Reportando-se à Reforma Benjamim Constant, Zotti (2004, p. 75), declara que “seu objetivo nada mais representou do que a necessidade de modernizar a formação da elite, fazendo uso das ciências modernas em prol da erudição e do verbalismo, reforçando o caráter enciclopédico e propedêutico do ensino”. Essa reforma não chegou a se concretizar em todos os seus aspectos, pois constantemente seu conteúdo sofria alguma modificação baixada por diferentes decretos, portarias, ou outros dispositivos legais.

2.3.1.2 Reforma Epitácio Pessoa – 1901

Epitácio Pessoa propôs mudanças no setor educacional do Distrito Federal quando esteve à frente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, órgão que, a partir de 1892, abarcou os serviços de educação do extinto Ministério dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Na sua gestão foram estabelecidos o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, pelo Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, e o Regulamento para o Ginásio Nacional, através do Decreto nº 3.914, de 26 de janeiro de 1901. Esses decretos se constituíram no que se passou a chamar de Código Epitácio Pessoa ou Reforma Epitácio Pessoa.

Figura 21 – Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa – 1898-1901



Fonte: Site do Supremo Tribunal Federal
< <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=182>>.

O Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário continha as normas gerais para o funcionamento das faculdades, das escolas e do Ginásio Nacional que estavam sob a incumbência da União, como também apresentava as exigências para a equiparação das instituições de ensino superior ou secundária criadas pelos Estados, a fim de terem o mesmo reconhecimento e gozarem dos mesmos privilégios dos estabelecimentos federais. O regulamento para o Ginásio Nacional especificava com mais detalhe o funcionamento dessa instituição e também norteava os Estados na elaboração das normas de condução de suas escolas secundárias.

O Código Epiácio Pessoa, no geral, apresentava o quadro de funcionário administrativo, docente e técnico que deveria possuir as faculdades e o Ginásio Nacional, especificando as obrigações de cada um; tratava do provimento dos cargos docentes, detalhando as regras gerais para o procedimento dos concursos, traçando o perfil dos candidatos a serem inscritos, as exigências para as inscrições, da aplicação das provas e julgamento das mesmas e nomeação dos aprovados; orientava sobre a aplicação dos exames e matrícula dos alunos; delimitava o tempo escolar; tratava da disciplina e medidas punitivas; apresentava as reivindicações necessárias para que as escolas superiores e secundárias públicas ou particulares criadas no país se igualassem às escolas federais semelhantes, além de outros aspectos (BRASIL, DECRETO nº 3.890, 1901).

O regulamento do Ginásio Nacional pormenorizava o seu funcionamento interno servindo de padrão para que os demais estados brasileiros procurassem adequar, o mais próximo possível, às normas nele contidas, o ensino secundário sob sua competência. Esse regulamento deixava expresso no seu primeiro artigo que o ensino ministrado no Ginásio Nacional “tem por fim proporcionar a cultura intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciencias e lettras” (BRASIL, DECRETO, nº 3.914, 1901).

Quanto à forma de ingresso no Ginásio Nacional, esse regulamento determinava que os alunos deveriam ser submetidos aos exames de admissão e, no término das aulas, aos exames de promoções e de madureza. O curso era de frequência obrigatória, desenvolvido num prazo de seis anos de estudos, e durante esse tempo eram distribuídas as seguintes disciplinas, que formavam o quadro curricular da instituição: Desenho, Português, Literatura, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Grego, Matemática Elementar, Elementos de Mecânica e Astronomia, Física e Química, História Natural, Geografia (sobretudo a do Brasil), História (de maneira especial a do Brasil), Lógica e Ginástica, essa última apenas no internato. O quadro a seguir

distribui essas disciplinas e a carga horária semanal de cada uma nos seis anos estabelecidos no Código Epiácio Pessoa.

Quadro 06 – Currículo do ensino secundário do Ginásio Nacional conforme a Reforma Epiácio Pessoa – 1901

1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO	
DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S		
Português	3	Português	3	Português	2	Português	2	-	-	-	-
								Literatura	2	Literatura	2
Francês	4	Francês	3	Francês	2	Francês	1			Francês	1
		Inglês	3	Inglês	3	Inglês	2	Inglês	1	Inglês	1
						Alemão	3	Alemão	3	Alemão	2
				Latim	2	Latim	3	Latim	3	Latim	1
						Grego	3	Grego	3	Grego	2
										Lógica	3
Geografia	3	Geografia	3	Geografia	2					Geografia	1
						História	3	História	3	História	3
Matemática Elementar	4	Matemática Elementar	3	Matemática Elementar	4	Matemática Elementar	4	-	-	Matemática Elementar	2
								Elementos de Mecânica e Astronomia	3		
								Física e Química	4	Física e Química	3
								História Natural	2	História Natural	5
Desenho	3	Desenho	3	Desenho	3	Desenho	2				

Fonte: BRASIL (DECRETO Nº 3.914,1901)

Para cada uma dessas disciplinas eram listados os conteúdos a serem trabalhados durante o período de cada ano letivo. Além dos aspectos ressaltados acima outros não passaram despercebidos, como os que tratavam da disciplina e frequência escolar, das recompensas entregues aos alunos e do quadro de pessoal em todos os níveis e suas funções.

No que diz respeito ao funcionamento interno de uma instituição de ensino secundário desenhada pela Reforma Epiácio Pessoa, destacam-se, principalmente, os seguintes aspectos: a alteração do tempo de duração do curso, que passou a ser de seis anos, um a menos do que estabelecia a reforma anterior; a retirada das disciplinas de Biologia e Sociologia, que constavam no currículo anterior; a inclusão dos conteúdos de Moral na disciplina de Lógica, realçando o lado humanista em detrimento do científico; a exclusão da disciplina de Música e a permanência da Disciplina de Ginástica, com intuídos puramente higiênicos, e a manutenção dos exames de madureza. Apesar de definir as condições para que as escolas secundárias do País se estruturassem espelhando-se no Ginásio Nacional, buscando sua equiparação a essa escola considerada padrão, a reforma Epiácio Pessoa não conseguiu obter o êxito esperado.

Tobias (1986) acusa o insucesso da equiparação e uniformização do ensino secundário no Brasil proposta pela Reforma Epiácio Pessoa à ausência de uma fiscalização para uma

verificação da observância das normas contidas na reforma, e com isso muitas equiparações de escolas foram feitas às cegas, contribuindo para o rebaixamento e descrédito desse nível de ensino, chegando a causar receio a alguns estabelecimentos, a ponto de negarem a equiparação como forma de preservar o seu nome. Para esse autor “o baixo nível do ensino nesse período foi doloroso; o pulular de atestados fornecidos a rapazes inteiramente ignorantes, foi por modo a regra, que já o não ser equiparado constituiu título de idoneidade para um instituto de ensino” (TOBIAS, 1986, p. 250).

2.3.1.3 Reforma Rivadávia Correa – 1911

Sucedendo a Reforma Eptácio Pessoa, é aprovada, em 5 de abril de 1911, a Reforma Rivadávia Correia, nome pelo qual ficou habitualmente chamada a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República baixada pelo decreto nº 8.659/1911, por ter sido proposta na gestão desse ministro. Para que não haja uma interpretação errônea, convém esclarecer que nessa lei a expressão “ensino fundamental” corresponde ao “ensino secundário” e não ao “ensino primário ou elementar”, que equivale, hoje, aos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Essa lei era dirigida para as escolas criadas pela União e que estavam, até então, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Figura 22 - Rivadávia da Cunha Correia
Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil – 1910-1913



Fonte: (CURY, 2009, p. 721)

Com Reforma Rivadávia Correia as instituições escolares fundamentais (secundárias) e superiores da União tornaram-se autônomas, adquirindo liberdade didática, como também administrativa e financeira. Dessa forma, a organização curricular ficava à escolha de cada instituição e das Congregações, porém recomendava ao Colégio Pedro II, que retomou essa sua denominação original por força dessa lei, a adoção de um caráter prático e advertia que essa instituição não se submetesse apenas como escola preparatória para ingresso ao ensino superior, “mas na prática esse era o único objetivo dos que buscavam os estudos” (ZOTTI, 2004, p. 77).

Quanto aos aspectos administrativos dos estabelecimentos de ensino, por essa lei, os diretores não eram indicados, mas eleitos para um cargo de dois anos pela Congregação, e os seus vice-diretores eram sempre os diretores da gestão anterior. Aos diretores cabia, além de outras responsabilidades, gerir o patrimônio das instituições e suas finanças, fiscalizar a execução da matrícula, cursos e exames, aplicar as penas disciplinares, assinar os certificados, certidões e atestados, fiscalizar as aulas, compor sua equipe de trabalho formada por secretário, subsecretário, tesoureiro, almoxarife, bibliotecário, sub-bibliotecário e amanuenses (escriturários), como também tinham poder de nomear, licenciar e demitir funcionários da instituição por eles gerida, contudo suas decisões poderiam ser avaliadas, cabendo recursos para o Conselho Superior de Ensino (BRASIL, DECRETO nº 8.659, 1911).

Com base no teor da Reforma Rivadávia Correia, além das medidas citadas acima e outras mais, em quatro anos de vigência dessa lei, podem-se destacar, como fazendo parte da cultura que caracterizava as escolas secundárias da época, os seguintes elementos: o tempo escolar, que era dividido em dois períodos letivos, sendo que as aulas do primeiro período iniciavam em 1º de abril e se estendiam até o dia 31 de julho, intercalado de 15 dias de férias, e o segundo momento vai de 15 de agosto a 31 de dezembro. Esse último mês era reservado para a realização dos exames e, ao seu término, vinha uma sequência de três meses de férias (janeiro, fevereiro e março). Os últimos quinze dias do último mês de férias eram reservados para a realização da matrícula escolar, exigindo-se para sua efetivação o pagamento de uma taxa.

Os alunos iniciantes teriam que se mostrar habilitados para cursarem o ensino secundário e para isso eram submetidos a um exame de admissão com a aplicação de provas escrita e oral. Aprovados, além da taxa de matrícula, deveriam pagar também uma taxa de curso, porém a própria instituição poderia determinar certa quantidade de alunos gratuitos. As matérias do currículo eram de livre escolha das instituições, com prevalência das disciplinas científicas, e distribuídas por séries, procurando, na medida do possível, fazer uma conexão e gra-

dação entre elas, com a recomendação de fazer uma mesclagem de aulas teóricas e práticas, partindo do mais simples ao mais complexo. Ao concluírem o ensino secundário, os alunos, mediante o pagamento de uma taxa, recebiam um certificado e não mais diploma, que foi abolido. Caso quisessem prosseguir com os estudos e cursar o ensino superior, eles teriam que submeter-se aos “exames de entrada” (o vestibular) na própria faculdade que desejassem cursar.

Ao dar independência didática e administrativa aos estabelecimentos de ensino superior e fundamental (secundário), a Reforma Rivadávia Correia radicaliza, procurando orientar o ensino pelos princípios do positivismo e do liberalismo. Promove uma gestão administrativa livre e dá ampla liberdade ao ensino, permitindo não só à Congregação, mas também individualmente aos professores, a escolha dos conteúdos e a forma de como conduzi-los, possibilitando o uso do método que lhe convier. Retira a intervenção do governo no ensino, desoficiando-o, deixando essa proposta explícita logo no primeiro artigo da lei que diz: “Art. 1º – A instrução superior e fundamental, difundidas pelos institutos creados pela União, não gozarão de privilegio de qualquer especie” (BRASIL, DECRETO nº 8.659, 1911). Para Cury (2009, p. 725) “Aqui está a desoficialização. É o fim do Estado Educador, é a famosa defesa positivista de que o poder espiritual não pode ser tutelado pelo poder temporal dos governos”. Esse mesmo autor acrescenta:

[...] pode-se dizer que a Reforma Rivadávia, com sua desoficialização, foi muito original e buscou, em base à concepção positivista, outro campo para o desenvolvimento da educação. Esse campo apontava para um Brasil em que a sociedade civil como um todo ainda era muito fraca e sujeita aos interesses de uns poucos. Com isso, o recuo do Estado e sua eventual saída significaram um campo livre para toda a sorte de inescrupulosos tomarem de assalto a educação.

Ficou a lição de que a saída ou o recuo do Estado em matéria de educação abre o campo para alguns setores sadios da sociedade civil. Mas, ao mesmo tempo, abre o flanco para transformar a educação, serviço público e bem público, em um serviço identificado com um bem qualquer, mercadoria vendável no mercado (CURY, 2009, 734).

Com a liberdade dada às escolas secundárias, essas se desobrigaram de ter o Colégio Pedro II como modelo oficial, o que causou, na opinião de alguns estudiosos, um rebaixamento na qualidade do ensino, ficando muitas instituições escolares sem norte e sem fiscalização. Uma das consequências observadas com a desoficialização do ensino foi o crescimento das instituições particulares que viram em tudo isso uma possibilidade de obter lucro. O ensino público, ao deixar de ser oficial, admitiu que as escolas particulares passassem a gozar das mesmas regalias, podendo expedir certificados com igual importância dos expedidos pelas

escolas públicas. Referindo-se à Reforma Rivadávia Correia, Azevedo (1963) emite a opinião de que “longe de a refrear, contribuiu essa reforma para acentuar a degradação a que descera o ensino secundário” (apud CURY, 2009, p. 732).

2.3.1.4 Reforma Carlos Maximiliano – 1915

No governo do presidente Venceslau Brás Pereira Gomes, e estando à frente das questões educacionais o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, a educação foi restaurada com a aprovação de uma nova reforma, cuja preocupação maior era tirar o ensino dos caos em que estava afundado. Em 18 de março de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano foi promulgada através do Decreto nº 11.530 com o fim de reorganizar o ensino secundário e o superior. Por esta lei, o ensino foi reoficializado, pondo-se um fim na liberdade total do ensino, ficando o governo federal com a responsabilidade de manter “uma faculdade oficial de Medicina no Estado da Bahia e outra no Distrito Federal; uma faculdade de Direito em S. Paulo e outra em Pernambuco; uma Escola Polytechnica e um instituto de instrução secundaria, com a denominação de Collegio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro” (BRASIL, DECRETO, 1915).

Figura 23 – Carlos Maximiliano Pereira dos Santos
Ministro da Justiça e Negócios Interiores – 1914-1918



Fonte: site do Supremo Tribunal Federal
< <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=230>>

A Reforma Carlos Maximiliano voltou a exigir a conclusão do ensino secundário para ingresso no ensino superior, solicitando ao candidato que quisesse se submeter ao exame de vestibular a apresentação do certificado de aprovação expedido pelo Colégio Pedro II ou por outra escola de instrução secundária a ele equiparada. Os exames de vestibular eram realizados no mês de janeiro, tornaram-se mais rigorosos e compreendiam a realização de uma prova escrita e outra oral. A prova escrita consistia em traduzir para o português um texto em francês e outro texto em alemão ou inglês, e a prova oral consistia na arguição de assuntos conforme a faculdade que desejasse cursar. Para ingressar nas Faculdades de Medicina a prova oral versava sobre Elementos de Física, Química e História Natural; já a prova oral para a Escola Politécnica abordava as questões de Matemática Elementar; e os pretendentes das Faculdades de Direito deveriam demonstrar conhecimentos sobre História Universal, Elementos de Psicologia e Lógica e História da Filosofia expondo as principais escolas filosóficas.

A fiscalização e o controle rígidos quanto ao acesso ao ensino superior, feitos pelo Conselho Superior do Ensino, exigindo, além do certificado de conclusão do ensino secundário, uma idade mínima de 16 anos e atestado de idoneidade moral, ocasionaram uma considerável diminuição da matrícula nos cursos superiores. Cunha (1980) informa que, em 1915, ingressaram em todas as escolas de ensino superior do país 1.302 alunos novos, sem contar com os calouros da Escola de Minas de Ouro Preto e das duas faculdades livres do Rio de Janeiro. No ano seguinte, em 1916, estando em vigor a Reforma Carlos Maximiliano, apenas 144 alunos foram matriculados, representando mais ou menos 10% da quantidade dos alunos de 1915. Esse mesmo autor compara a quantidade de alunos aprovados na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1916, apenas dois alunos, com o número de alunos aprovados no ano anterior, um total de 283.

Com a Reforma Carlos Maximiliano, o Colégio Pedro II retoma a sua condição de escola padrão com o objetivo de “ministrar aos estudantes solida instrução fundamental, habilitando-os a prestar, em qualquer academia, rigoroso exame vestibular” (art. 158). Porém, somente as escolas secundárias mantidas pelo governo poderiam ser equiparadas ao Colégio Pedro II, com igual autorização de expedir certificados de conclusão. As escolas secundárias particulares não gozavam dessas prerrogativas, pois assim determinava o artigo 24 dessa reforma: “Nenhum estabelecimento de instrução secundaria, mantido por particulares com intento de lucro ou de propaganda philosophica ou religiosa, poderá ser equiparado ao Collegio Pedro II” (BRASIL, DECRETO, 1915). Sendo assim, para que um aluno de qualquer escola privada pudesse obter um certificado de conclusão para a realização do vestibular, deveria submeter-se aos exames realizados em alguma escola secundária oficial no seu estado ou,

na ausência dessa, os exames eram feitos pelas Congregações dos institutos superiores equiparados aos oficiais para os quais o aluno desejasse concorrer a uma vaga, e teriam validade somente perante essa instituição.

Para ser aluno do Colégio Pedro II e seus correlatos estaduais, o pretendente deveria ter mais de 11 anos e, caso optasse pelo regime de internato, a idade deveria ser menor que 14 anos. Além disso, teria que se sujeitar ao exame de admissão e realizar uma prova escrita na qual deveria fazer um ditado demonstrando domínio da língua portuguesa e uma prova oral que constava da leitura e interpretação de texto, noções de História do Brasil, aritmética e geometria prática, e geografia física. Mesmo sendo escolas públicas, os alunos aprovados nos exames de admissão do Colégio Pedro II e dos colégios secundários estaduais deveriam pagar pelo curso, salvo aqueles que conseguiam gratuidade, que correspondia a um quarto do total.

Conforme a Reforma Carlos Maximiliano, todos os cursos secundários, tanto do Colégio Pedro II como nas escolas estaduais equiparadas, deveriam compor seus quadros curriculares com as seguintes disciplinas:

Quadro 07 – Disciplinas do Colégio Pedro II e escolas estaduais equiparadas determinadas pela Reforma Carlos Maximiliano – 1915

Nº ORDEM	DISCIPLINA
01	Português
02	Francês
03	Latim
04	Inglês ou Alemão
05	Aritmética
06	Álgebra
07	Geometria Plana
08	Geometria no Espaço
09	Trigonometria
10	Geografia Geral
11	Corografia do Brasil e noções de Cosmografia
12	História Universal
13	História do Brasil
14	Física e Química
15	História Natural

Fonte: (BRASIL, DECRETO Nº 11.530,1915)

Segundo a Reforma Carlos Maximiliano, as disciplinas enumeradas no quadro anterior teriam frequência obrigatória e deveriam ser distribuídas ao longo dos cinco anos de duração do curso e não mais em seis como determinava a reforma antecedente. O quadro 06 abaixo apresenta a distribuição, por ano, e a carga horária semanal, das disciplinas que o Decreto nº 11.530/1915 determina para a composição do currículo do ensino secundário.

Quadro 08 – Quadro curricular do ensino secundário na Reforma Carlos Maximiliano – 1915

1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S
Português	3	Português	3	Português	3	-	-	-	-
Francês	3	Francês	3	Francês	3	-	-	-	-
Latim	3	Latim	3	Latim	3	-	-	-	-
Inglês ou Alemão	3	Inglês ou Alemão	3	Inglês ou Alemão	3	-	-	-	-
Aritmética	3	Aritmética	3	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	Álgebra	3	-	-	-	-
-	-	-	-	Geometria Plana	3	-	-	-	-
						Geometria no Espaço	3		
						Trigonometria	3	-	-
Geografia Geral	3	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	Corografia do Brasil e noções de Cosmografia	3	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	História Universal	3	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	História do Brasil	3
-	-	-	-	-	-	Física e Química	3	Física e Química	3
								História Natural	3

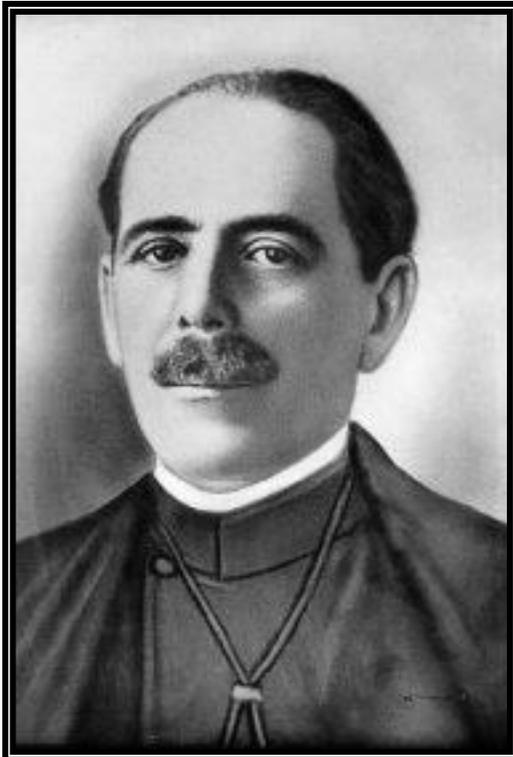
Fonte: (BRASIL, DECRETO Nº 11.530, 1915)

Essa reforma tirou a língua grega do currículo e o aluno poderia escolher entre o Inglês e Alemão a língua que desejasse estudar. Recomendava que o estudo de línguas tivesse um caráter prático e que levasse o aluno a ler e falar fluentemente o Francês, Inglês ou Alemão, que as provas escritas dessas “línguas vivas” consistissem na tradução de obras literárias clássicas, e que o ensino de Latim proporcionasse ao aluno traduzir recortes das obras de Cícero ou de Virgílio. O Colégio Pedro II também ofertava cursos facultativos de Psicologia, Lógica e História da Filosofia. Para Souza (2008), ao sugerir essas práticas para o estudo de línguas, a intenção era colocar o aluno em contato com a cultura de outros países, propor o domínio de saberes que conservassem bem definida a posição dos alunos na sociedade.

2.3.1.5 Reforma Rocha Vaz ou Reforma João Luiz Alves – 1925

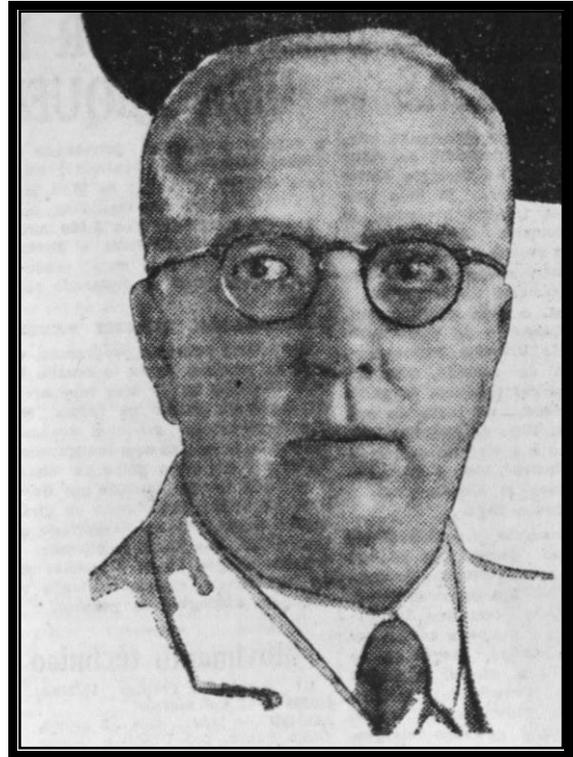
A última da série de reformas propostas no período da Primeira República foi promulgada pelo Decreto nº 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925, dez anos após de vigência da reforma anterior. Essa reforma recebeu duas denominações: Reforma João Luiz Alves, por ser o Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1922-1925) na época de sua aprovação, e Reforma ou Lei Rocha Vaz, como ficou mais conhecida, por ter sido Juvenil da Rocha Vaz, médico e professor catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o seu redator.

Figura 24 - João Luiz Alves
Ministro da Justiça e Negócios Interiores
(1922-1925)



Fonte: site do Supremo Tribunal Federal
< <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=143>>

Figura 25 – Juvenil da Rocha Vaz
Médico e professor Catedrático da
Faculdade Nacional de Medicina do RJ



Fonte: Recorte do Diário da Noite (20/11/1939).
Rev. Maracanan. Rodrigues (2015. p. 95)
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/20125/14575>

A Lei Rocha Vaz foi aprovada num momento em que a sociedade brasileira, desejava de modernização, começou a tomar uma nova feição impulsionada pelo processo de urbanização e industrialização. A educação, dentro dessa nova realidade, foi chamada para desempenhar seu papel na formação dos cidadãos republicanos, preparando-os para assumirem ocupações diversas nos diferentes setores sociais, principalmente o do comércio e da indústria e, nesse contexto de mudança, faz-se necessário repensar o ensino. Porém, apesar dos esforços,

ainda não foi dessa vez que a educação sofreu o impacto necessário para uma ampla e profunda reestruturação do ensino no país.

Essa reforma, resumindo o que diz o seu conteúdo, trazia como ementa a seguinte frase introdutória: “Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências” (BRASIL, DECRETO, 1925). Por esse artifício, a Lei Rocha Vaz reforça a recomendação de que a União, ao lado dos Estados, pusesse suas vistas também sobre o ensino primário, colaborando com o estabelecimento, propagação, subvenção e a manutenção de escolas, principalmente no meio rural, buscando sempre a sua melhoria. Mesmo com tal recomendação vinda em destaque, aconselhando o poder central de ampliar a sua atuação abrangendo o ensino primário e não concentrando a reforma apenas aos níveis de ensino superior e secundário, o que de fato se percebe no corpo da própria lei é uma declarada preferência pelos níveis secundário e superior como tradicionalmente já vinha fazendo ao longo do primeiro período da república.

Uma novidade anunciada na ementa dessa lei foi a criação do Departamento Nacional do Ensino, subordinando-o diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores instituindo-o como órgão responsável pelos assuntos relacionados ao ensino, bem como pela criação de medidas de alcance nacional para a propagação e o avanço das ciências, letras e artes. A criação desse órgão foi um avanço para a educação no país, podendo ser considerado como a semente que gerou a necessidade da constituição de um órgão independente que atuasse propriamente as questões ligadas à educação – o Ministério da Educação, instituído posteriormente, em 1931. Foi também criado o Conselho Nacional do Ensino, em substituição ao Conselho Superior do Ensino, com a função de analisar as questões educacionais em geral relacionadas ao ensino público e emitir o seu parecer sobre as mesmas.

A Lei Rocha Vaz procurou também tratar, mesmo que sem muitos detalhes, sobre o ensino profissional e o ensino artístico. Com relação ao ensino profissional cria espaços de inclusão para formação profissional de cegos, dos surdos-mudos e de meninos abandonados. No que diz respeito ao ensino artístico superior, que era subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, determinava seu funcionamento na Escola Nacional de Belas Artes e no Instituto Nacional de Música e em outros estabelecimentos idênticos que, pela necessidade, fossem sendo criados.

Referindo-se especificamente ao curso secundário, a Reforma Rocha Vaz recomenda que esse ramo de ensino seja tratado como uma continuação do ensino primário, numa tentativa de quebrar assim com a tradição de atrelá-lo apenas ao ensino superior. Para ingressar

nesse curso o aluno deveria ter a idade mínima nunca inferior a dez anos e submeter-se obrigatoriamente ao exame de admissão, cobrando-lhe desenvoltura em assuntos como “noções concretas, accentuadamente objetivas, de instrução moral e civica, de portuguez, de calculo arithmetico, de morphologia geometrica, de geographia e historia patrias, de sciencia physicas e naturaes e de desenho, calligraphia, hymnos escolares e gymnastica” (BRASIL, DECRETO, 1925). Aprovado no exame de admissão o aluno poderia matricular-se no curso secundário que voltou a ter um período de realização de seis anos, e ao concluí-lo os alunos receberiam o grau de bacharel em ciências e letras, porém ao serem aprovados no quinto ano, esses alunos receberiam um certificado dando-lhes o direito de prestarem vestibular para o curso superior de sua escolha, abolindo os já conhecidos exames parcelados.

A Lei Rocha Vaz traz como principal inovação curricular a adoção das disciplinas Introdução Moral e Cívica, Sociologia e Filosofia. A presença da disciplina Introdução Moral e Cívica no currículo tem uma conotação ideológica com um forte apelo para a formação moral dos alunos como verdadeiros cidadãos republicanos cientes de seus deveres familiares, escolares e pátrios, que cultivassem as virtudes humanas, exaltassem os grandes fatos históricos e seus heróis e desejassem o engrandecimento e progresso da pátria. A inclusão da disciplina Sociologia justifica-se pelo contexto social que caracterizava o país da época, marcado pelo nascente processo de industrialização e o surgimento de novos grupos sociais com um estilo de vida próprio das cidades mais desenvolvidas. Assim, era preciso entender as mudanças modernizadoras que o país estava passando e suas consequências sociais. A Filosofia, que ora aparecia e ora sumia das escolas secundárias republicanas, voltou a fazer parte do seu currículo com o propósito de despertar nos alunos o senso crítico e a capacidade de tomar decisão.

A matriz curricular do ensino secundário sugerida pela Lei Rocha Vaz foi estruturada com o intuito de fornecer ao alunado uma “cultura média geral”, conforme se pode constatar no quadro 07 a seguir. Analisando esse quadro percebe-se no currículo proposto pela Reforma Rocha Vaz uma distribuição mais equitativa entre as disciplinas literárias e científicas, e comparando-o com o quadro 06, que apresenta o currículo proposto pela reforma de 1915, nota-se que a carga horária de algumas disciplinas foi aumentada. Assim, a disciplina de Português, que era ministrada três vezes por semana e nos três primeiros anos do curso, continuou sendo três vezes por semana, porém foram acrescentados dois anos, tornando-se presente em cinco dos seis anos do curso; a disciplina de Latim foi ampliada para quatro anos com a inserção de um ano a mais de estudo; a disciplina de História Universal também ganha mais um ano no quadro curricular; e com o desmembramento das disciplinas Coreografia do Brasil e Cosmografia houve um aumento de três horas semanais no currículo do curso. Por outro lado, as

disciplinas Geometria Plana, Geometria no Espaço e Trigonometria que na reforma anterior eram ministradas separadamente, cada uma com três horas semanais, pela reforma Rocha Vaz foram agrupadas compondo uma única, com a denominação de Geometria e Trigonometria (NAGLE, 1976).

Quadro 09 – Currículo do ensino secundário conforme a Reforma Rocha Vaz –1925

1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		6º ANO	
DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S	DISC.	C/H/S
Português	3	Português	3	Português	3	Português	3	Português	3	-	-
-	-	Latim	3	Latim	3	Latim	3	Latim	3	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Literat. Bras.	3
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Literatura das Línguas Latinas	3
Francês	3	Francês	3	Francês	3	-	-	-	-	-	-
Inglês	3	Inglês (livre)	3	Inglês (livre)	3	-	-	-	-	-	-
-	-	Alemão (livre)	3	Alemão (livre)	3	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	Italiano ou Espanhol (facult)	3	-	-	-	-
								Filosofia	3		
										Hist. da Filosofia	3
										Sociologia	3
Introd. Moral e Cívica	3										
		História Univer.	3	História Univer.	3						
						História do Brasil	3				
Geografia Geral	3										
		Geog. do Brasil	3								
		Corografia do Brasil	3								
								Cosmografia	3		
Aritmética	3	Aritmética	3								
				Álgebra	3						
						Geometria e Trigonometria	3				
Desenho	3	Desenho	3	Desenho	3	Desenho	3	Desenho	3		
						Física	3	Física	3		
						Química	3	Química	3		
						História Natural	3	História Natural	3		

Fonte: BRASIL (DECRETO Nº 16.782 A, 1925)

Diante do exposto, observa-se que nas quatro primeiras décadas do regime republicano a educação do país, de forma particular o ensino secundário, passou por sucessivas reformas numa tentativa de imprimir uma organização que correspondesse aos desejos da nova sociedade brasileira em formação. Essas constantes reformas caracterizavam-se como descontínuas e essas interrupções de propostas contribuíram para um clima de permanente instabilidade do curso secundário, mudando com frequência sua direção antes mesmo que acertasse o seu passo. Apesar das reformas nesse período dedicarem uma atenção privilegiada ao ensino secundário, elas não chegaram a atender a grande massa de jovens aptos para esse nível de ensino. Para Zotti (2004, p. 83), nessa época, “a escola secundária, na realidade, tinha por objetivo central a formação dos quadros dirigentes”, e, arrematando o seu posicionamento, afirma essa autora que a escola secundária foi esboçada de forma a “atender à formação da elite no intuito de garantir a perpetuação de suas ideias e interesses”.

As reformas educacionais do ensino secundário na Primeira República promovidas pelo governo central eram voltadas mais diretamente para a regulamentação do Colégio Pedro II, tido como parâmetro para outras escolas secundárias do país e, sendo assim, sua repercussão nos estados ocorreu de forma indireta. Embora não fosse obrigatório, muitas escolas secundárias oficiais e particulares, em muitos estados, procuraram equiparar-se ao colégio modelo da capital da República para gozarem das mesmas prerrogativas. No embalo dessas reformas educacionais alguns estados também fizeram as suas movidas pelo ideário da Escola Nova. Das principais reformas educacionais em nível estadual destacaram-se a Reforma Sampaio Dória (1920 – São Paulo), Reforma de Lourenço Filho (1923 – Ceará), Reforma de Anísio Teixeira (1925 – Bahia), Reforma de Francisco Campos (1927 – Minas Gerais), Reforma de Fernando Azevedo (1928 – Distrito Federal) e a Reforma de Carneiro Leão (1929 – Pernambuco).

As reformas educacionais levadas a cabo pelos diversos estados da federação mostravam que o país passava por um momento de volubilidade ideológica, numa tentativa de construir um pensamento pedagógico mais condizente com os problemas que a sociedade apresentava, a fim de contribuir para instalação de um regime democrático. Quanto à inconsistência desses momentos reformistas Romanelli (2014, p.131) atribui como causa das distorções entre as reformas o fato das mesmas serem regionalizadas e, assim sendo, diz essa autora que:

Não faziam elas parte de uma política nacional de educação, estando, então, sujeitas a todas as consequências advindas de reformas limitadas a segmentos do território e da população e sujeitas às instabilidades do poder público local, e inseridas num contexto territorial, demográfico, econômico, político e cultural desigualmente desenvolvido.

2.3.2 O ensino secundário no Piauí nas primeiras décadas da República

No Piauí, a população viu acontecer a mudança do regime político imperial para republicano de forma atônita. Segundo Ferro (1996, p. 79) essa mudança ocorreu “sem preparação e foi feita de forma apressada e improvisada. [...] O povo não tinha conhecimento seguro do que realmente acontecera”. Porém, essa expressão de espanto não foi única dos piauienses e nem diferente do que ocorreu em outros estados e até mesmo na capital do país. O Piauí viveu no início da implantação da República momentos de instabilidade política, com sucessivas mudanças de governantes, e apresentava uma situação financeira deficiente que repercutia negativamente em outros setores da sociedade.

A situação educacional que o Piauí apresentava nos anos iniciais da instalação do regime republicano era de total fragilidade, a ponto do governador Coriolano de Carvalho e Silva expressar em seu discurso dirigido aos deputados em sessão realizada na Câmara Legislativa do Estado, em 1º de junho de 1896, que o Estado estava “sem instrução que ao menos facultasse ao povo ignorante a verdadeira compreensão dos seus direitos e deveres” (PIAUHY, MENSAGENS, 1896).

Quanto ao ensino secundário no período da Primeira República, além do Liceu Piauiense, que era uma escola mantida pelo governo do estado, no Piauí havia também aulas avulsas e algumas escolas particulares de instrução secundária tanto em Teresina como no interior do Estado. Podem-se destacar como as principais escolas secundárias que funcionavam, nessa época, sob a condução da iniciativa particular, as seguintes: Colégio Correntino Piauiense, Colégio Diocesano São Francisco de Salles, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Colégio Nossa Senhora das Graças e o Ginásio Parnaibano.

2.3.2.1 Colégio Correntino Piauiense

O Colégio Correntino Piauiense foi a primeira escola confessional de orientação evangélica criada no Piauí, na cidade de Corrente-PI. Sua fundação data de 10 de janeiro de 1904 como uma concretização dos esforços empenhados pelos irmãos Benjamim Nogueira e Joaquim Nogueira Paranaguá. Logo o atendimento se estendeu do jardim de infância e ensino primário ao ensino secundário. O jardim de infância, o primeiro a funcionar no Estado, e o ensino primário ficaram sob a regência da professora Miss Juliett Barlow, enquanto que o ensino secundário, com exceção da disciplina de Inglês que também teve como professora a norte-americana citada acima, para seu funcionamento contou com a colaboração dos intelec-

tuais locais para ministrarem as disciplinas ofertadas no currículo inicial do curso: Português Elementar – Antônio Nogueira de Carvalho, Português Superior e Geografia – José Francisco Nogueira Paranaguá, Francês, Aritmética e Álgebra – Joaquim Nogueira (BRITO, 1996).

Figura 26 – Portal de entrada do antigo Colégio Correntino Piauiense.
Hoje, Instituto Batista Correntino



Figura 27 – Fachada principal do Colégio Correntino Piauiense.
Hoje, Instituto Batista Correntino



Fonte: Site Angelfire
<http://www.angelfire.com/pq/corrente/fotosdacidade.htm>

Colégio Correntino Piauiense veio contribuir para que a cidade de Corrente-PI se tornasse um centro educacional no extremo sul do Piauí, atraindo jovens das cidades circunvizinhas e de outros pontos mais longínquos em busca do saber, além de estimular a abertura de outras instituições escolares, fazendo com que a cidade passasse a ser cognominada de Capital da Cultura. Ao longo de seu percurso recebeu várias outras denominações como Colégio Benjamim Nogueira, Instituto Industrial, Instituto Batista de Corrente e, hoje, é chamado de Instituto Batista Correntino (PENNO, 2005; NOGUEIRA, 2014).

2.3.2.2 Colégio Diocesano

O Colégio Diocesano foi criado em Teresina no ano de 1906 pelo Bispo D. Joaquim Antônio de Almeida. De orientação católica, essa escola destinava-se, na sua origem, a atender jovens do sexo masculino oriundos do interior do Estado e da capital para cursarem o ensino secundário em regime de externato, semi-internato e internato preparando-os para os cursos superiores da República. Seu quadro docente inicial era constituído basicamente por religiosos, porém admitia para o exercício da docência alguns leigos com formação em Direito e Medicina, principalmente. Sempre funcionou no turno diurno, no entanto chegou a ofertar

aulas no turno noturno. Teve seu funcionamento interrompido em 1914 e foi reaberto em 1925 com o nome de Colégio Diocesano São Francisco de Salles, mas é popularmente conhecido pelo seu nome original de Colégio Diocesano (BRITO, 1996; QUEIROZ, 2008).

O Colégio Diocesano encontra-se em atividade nos dias atuais ofertando uma educação de qualidade no nível básico, abarcando o ensino infantil, fundamental e médio. Ao longo de sua história, essa centenária instituição escolar tem prestado à sociedade piauiense, e de outros estados, excelentes serviços educacionais, dando uma formação esmerada a todos que a ela recorreram e ainda a procuram na busca do saber.

Figura 28 – Fachada principal do Colégio Diocesano São Francisco de Salles em Teresina-PI



Fonte: Foto de Regis Falcão
<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/11847>

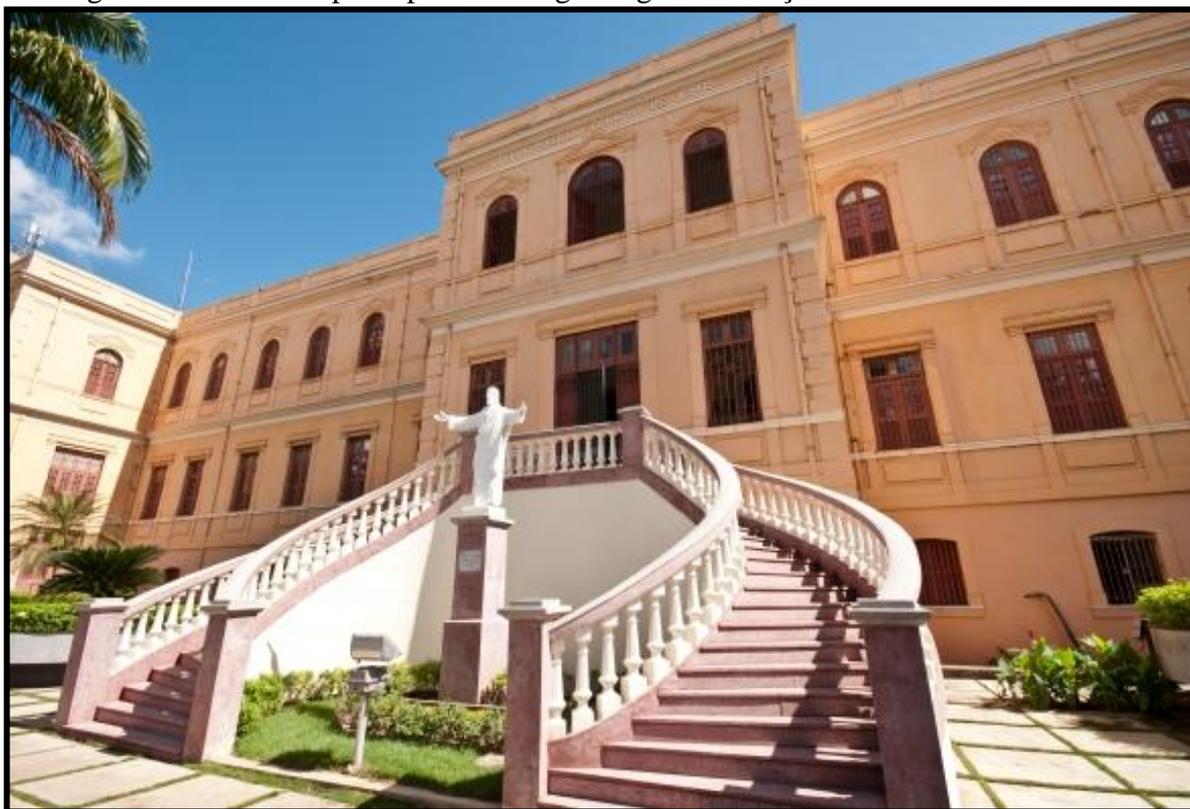
2.3.2.3 *Colégio Sagrado Coração de Jesus*

O Colégio Sagrado Coração de Jesus é também uma escola de orientação católica fundada em Teresina em 14 de outubro de 1906, porém, diferentemente do Colégio Diocesano, era direcionado ao atendimento exclusivo da juventude feminina de famílias abastadas, tanto da capital Teresina como de outras cidades do interior do Estado do Piauí e de outros próxi-

mos. Essas duas escolas particulares e católicas vieram fazer frente ao Liceu que até então se apresentava como única escola secundária de ensino leigo do Piauí.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus tornou-se popularmente conhecido como Colégio das Irmãs, pois a responsabilidade de sua gestão ficava a cargo das freiras italianas da Congregação Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena. A princípio, o corpo docente da escola era composto apenas por freiras que falavam línguas estrangeiras como italiano e francês, sem domínio da língua portuguesa, o que dificultava a comunicação, sendo esse o primeiro empecilho encontrado pela congregação na instalação do colégio. Essa situação foi sanada posteriormente, pois tiveram que contratar professores brasileiros para lecionarem a disciplina de Português e outras, mesmo que por exigência legal, e aos poucos foi abrindo espaço para a inclusão de homens no seu quadro de professores (BRITO, 1996; SILVA, 2007; QUEIROZ, 2008).

Figura 29 – Fachada principal do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Teresina-PI



Fonte: Foto de Regis Falcão
<http://www.piaui.pi.gov.br/terra-querida/fotos/galeria/906#5>

O Colégio das Irmãs nos seus anos iniciais funcionou em casas cedidas por pessoas católicas, ganhando sede própria em 1930, prédio esse construído graças aos esforços das freiras, alunas e comunidade em promover campanhas para arrecadação de donativos em dinheiro, material de construção e mão de obra. O ensino ofertado partiu do ensino primário com as

disciplinas básicas de Português, Aritmética, Geografia, História, Religião, Francês, Italiano e Trabalhos Manuais, com o claro propósito de formar mulheres piauienses cultas, de fino trato e habilidosas domésticas na arte da agulha, da pintura e música instrumental. Foi se expandindo aos poucos, abrindo outros cursos: o Curso Normal em 1931, o Jardim de Infância em 1934, o Curso Ginásial em 1938, o Curso Técnico em Comércio em 1954 e o Curso Científico em 1959 (SILVA, 2007). Hoje, ainda imbuído de uma moral católica, o Colégio Sagrado Coração de Jesus continua com a sua missão de formar crianças, adolescentes e jovens firmes na fé, na cultura e na vida, por meio de uma ação pedagógica eficiente, com mérito reconhecido no Estado e fora dele.

2.3.2.4 *Colégio Nossa Senhora das Graças*

O Colégio Nossa Senhora das Graças foi fundado em 30 de maio de 1907, em Parnaíba, como resultado dos esforços despendido pelo bispo Dom Joaquim Antônio de Almeida. Essa escola, juntamente com o Diocesano e o Colégio das Irmãs de Teresina, fazia parte de um projeto da Igreja Católica de resgatar o ensino religioso banido das escolas após laicização da educação nas escolas oficiais. A Igreja Católica, ao abarcar a área educacional escolar, pretendia influenciar a formação das pessoas não apenas na esfera religiosa evangelizadora, mas também em outras vertentes de suas vidas, almejando “formar simultaneamente bons cristãos e bons cidadãos” (MOURA, 2000, p. 159). A criação dessas escolas católicas por D. Joaquim, no Piauí, tinha por fim, além de outros propósitos,

reforçar a presença mais contundente da Igreja Católica no seio da sociedade piauiense – que buscava formar desde cedo o pensamento e o comportamento dos fiéis, pois os momentos de formação moral religiosa dos fiéis não seriam mais restrito às missas e celebrações, confissões ou preparações para o recebimento dos sacramentos, os fiéis – com a instalação dos colégios – dispunham agora de instituições confiáveis para educar seus filhos e filhas (SILVA, 2007, p. 49)

Essa escola, assim como a sua congênere na capital, teve que, no início, enfrentar problemas semelhantes, como a falta de domínio da língua portuguesa pelas freiras italianas da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de Sena, com pouco tempo de instaladas nessas terras de cá, adaptação ao clima, tendo que encarar período de seca com estiagem prolongada ou de inverno com muita chuva e inundações, ataques frequentes de doenças e até mesmo a privação de alimentos, além de instalações inadequadas, da baixa quantidade de alunas internas e a dificuldade de encontrar professoras locais com autoridade suficiente para lecionar as

matérias ofertadas, até mesmo para as aulas de Português, fazendo com que o quadro docente do colégio fosse composto quase que na sua totalidade pelas freiras italianas (BRITO, 1996).

Figura 30 – Fachada principal do Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba-PI



FONTE: Site do Colégio Nossa Senhora das Graças - Parnaíba
<http://www.cnsng-pi.com.br/sobrenos.php>

O Colégio Nossa Senhora das Graças foi aos poucos se robustecendo, ganhando sede própria, aprimorando a qualidade do ensino ofertado, ampliando o currículo para além das disciplinas elementares e aulas práticas de prendas domésticas, agregando ao longo dos anos de sua existência outros cursos como: “Curso Normal (1934), Curso Técnico em Comércio (1935), Curso Ginásial (1936), Jardim da Infância (1960) e Curso Científico (1985)” (SILVA, 2007) tornando-se um centro irradiador de saber, uma escola de credibilidade não só para as moças da sociedade parnaibana como também para outras de lugares adjacentes.

2.3.2.5 Ginásio Parnaibano

O Ginásio Parnaibano foi um estabelecimento particular de ensino secundário criado em Parnaíba, em 11 de junho de 1927. A denominação dessa escola foi a mesma utilizada,

anos anteriores, por Dr. Olinto Gonçalves Amorim, quando este se esforçou em criar uma escola secundária, mas que teve vida curta. O mentor da criação do Ginásio Parnaibano foi José Pires de Lima Rebelo, atuante professor e advogado daquela cidade, que de pronto recebeu a colaboração e o empenho de muitos outros intelectuais locais, além do comprometimento e apoio do prefeito José Narciso da Rocha Filho (MENDES, 2007).

A sua mantenedora, a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, sempre zelou pela qualidade do ensino proferido nessa escola, cumprindo com as exigências impostas pela Reforma Rocha Vaz, de 1925, aproximando seu funcionamento ao do Colégio Pedro II e adotando o mesmo regimento que regulamentava o Liceu Piauiense. O Ginásio Parnaibano era fiscalizado regularmente pelo Departamento Nacional de Ensino e reservava uma de suas dependências para o funcionamento da Inspeção Fiscal de Ensino, cujos inspetores tinham a incumbência de, além de fazer o acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas, aplicar e vistoriar os exames de admissão (MENDES, 2007, COSTA, 2015).

Figura 31 – Fachada do Ginásio Parnaibano



Fonte: Mendes (2007, p. 99)

O Ginásio Parnaibano era uma escola particular que adotava uma educação de caráter laico direcionada para alunos do sexo masculino que optassem por não estudar na Escola Normal de Parnaíba e apresentava o propósito de preparar esses jovens rapazes para a entrada no ensino superior. Por um curto período de sete anos, 1931 a 1938, ele existiu como uma instituição pública, retornando a funcionar como escola privada subvencionada pelo governo estadual e municipal. Desde sua criação, o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba coexistiam no mesmo prédio que havia sido construído para funcionar o Grupo Escolar Mi-

randa Osório, a princípio ocupando cinco das dez salas do referido grupo. Porém, em 1961, essas escolas voltaram a ser oficiais e geridas pelo governo estadual, ganhando cada instituição a sua própria sede. A partir dessa data o Ginásio Parnaibano passou a receber a denominação de Colégio Estadual Lima Rebelo (MENDES, 2007; RODRIGUES, 2013).

Estando a cidade de Parnaíba, na década de vinte do século passado, entrando em um ritmo de progresso econômico tocado, principalmente, pelo comércio, isso fez despertar no seu povo a necessidade de buscar uma melhor instrução. É nesse momento que o ensino secundário entra como um instrumento para impulsionar essa modernidade nascente. É no bojo de tudo isso que o Ginásio Parnaibano entra em cena para formação dos jovens, com o propósito de transformá-los em notáveis personalidades de destaque em diferentes atividades profissionais na sociedade local parnaibana, como também no cenário estadual e nacional.

2.3.2.6 Liceu Piauiense

O Liceu Piauiense, como já foi dito anteriormente, era a única instituição pública de ensino secundário em funcionamento sob a responsabilidade direta do governo do Estado no despertar da República, e assim, como única escola oficial desse nível, permaneceu por toda a primeira etapa do novo regime. Durante esse período, o Liceu sofreu várias modificações na sua organização, procurando adaptar-se às alterações constantes da legislação educacional e, em muitas ocasiões, teve que buscar alternativas para os problemas que surgiam, pois não raro via-se essa escola obrigada a operar de forma muito precária, tendo que conviver com as dificuldades ocasionadas pelo baixo investimento feito para a sua manutenção, devido à escassez de recursos financeiros do próprio Estado que, conseqüentemente, atrapalhavam as mudanças de forma mais exitosa em seus aspectos administrativos, técnicos e pedagógicos. O Liceu, mesmo apresentando tais situações, permanecia, no ideário dos piauienses, como o que de melhor era ofertado em educação secundária no Estado.

Os apelos feitos pelo governador Dr. Raimundo Artur de Vasconcelos (1896 — 1900) ao poder central, para amparar o Estado na sistematização do ensino secundário, não foram considerados, mesmo tendo sido votado e aprovado pelo Congresso Nacional um auxílio para um novo arranjo do Liceu Piauiense. Para esse governador, tal assistência do governo federal teria sido de extrema importância naquele momento em que o Estado “acabava de reorganizar radicalmente o seu instituto secundário, afeiçoando-o ao plano de estudos do Gymnasio Nacional [Colégio Pedro II], cujas vantagens lhe foram concedidas com a competente equipara-

ção, por decreto federal nº 2619 de 27 de setembro de 1897” (PIAUHY, MENSAGENS, 1898, p.12).

No ritmo das reformas que vinham ocorrendo em nível nacional, o Piauí também foi obrigado a fazer as suas adaptações na área educacional a cada governo que assumia o comando do Estado. O ensino secundário, na figura do Liceu, “esteve à mercê de todas as experiências por que passou o ensino secundário no país. Nesse período, as reformas foram tão frequentes, que algumas nem chegavam a ser implementadas e já eram substituídas”, conforme Queiroz (1992, p. 108). Mesmo experimentando várias reformas no período conhecido como Primeira República o quadro educacional do Piauí continuava desordenado.

Transcorridos os treze primeiros anos da proclamação da República o governador do Piauí, Arlindo Francisco Nogueira, ao proferir, em 1º de junho de 1902, a sua mensagem na tribuna legislativa estadual, ainda lastimava a falta de empenho governamental que dissipasse as mazelas herdadas do Império e colocasse a educação no rumo do desenvolvimento. Para esse governante, o que até então fora realizado em favor do ensino ainda não havia causado um efeito de impacto sobre as questões educacionais, e na sua fala relata que as “providências não têm sido bastantes, os resultados colhidos não compensam o sacrifício feito. As leis sobre o ensino, seus regulamentos por melhores que sejam e contenham as mais úteis medidas, são corpos sem vida” (PIAUHY, MENSAGEM, 1902).

O Liceu Piauiense, mesmo já tendo conseguido sua equiparação ao Colégio Pedro II desde 1897 e tentado aproximar-se dessa instituição tida como modelo para o ensino secundário do país, foi em 1910 que sua reorganização interna sofreu um maior impacto em consequência do Regulamento Geral que imprimia a reforma da instrução pública do Estado levado a cabo com a promulgação da Lei 548/1910 pelo então Governador do Piauí, Antonino Freire da Silva.

Conforme estava estabelecido no Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí, de 1910, o ensino secundário era ministrado no Liceu e tinha por finalidade oferecer uma cultura intelectual que preparasse os alunos tanto para pleitear uma matrícula nos cursos superiores como para obter o grau de Bacharel em Ciências e Letras. Administrativamente essa escola era subordinada à Secretaria de Estado do Governo, sendo o secretário dessa pasta o responsável supremo pela sua inspeção, além de ser submetida à vistoria técnica do Diretor Geral da Instrução Pública e Inspetores do Ensino.

Segundo esse regulamento, a escolha dos inspetores era feita pelo Governador do Estado e, geralmente, recaía sobre as pessoas de comprovado destaque moral e profissional no campo da educação. Eles estavam submissos ao Diretor Geral da Instrução a quem deveriam

manter informado sobre a situação das escolas públicas ou particulares, primárias ou secundárias do Estado, por meio de relatórios minuciosos. O Liceu era uma das escolas submetidas regularmente às visitas de fiscalização feitas por inspetores credenciados a fim de verificar a matrícula, a frequência dos alunos e toda a escrituração escolar registrada em livros próprios como os livros de ponto, de ata, os diários, e outros; averiguar o estado de aproveitamento dos alunos e a capacidade e desempenho dos professores; investigar sobre a disciplina escolar e indagar sobre a ordem e regularidade do trabalho realizado; fiscalizar a observância da legislação educacional; além de outras incumbências.

Por instrução do Regulamento Geral/1910, o currículo do curso do Liceu Piauiense era composto pelas seguintes cadeiras: Português, Francês e Alemão, Inglês, Latim e Grego, Aritmética e Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia Geral e do Brasil, História Universal e do Brasil, Literatura, Física e Química, História Natural, Elementos de Mecânica e Astronomia, Lógica e Desenho. Tais cadeiras eram distribuídas ao longo de seis anos e correspondiam às exigidas pela Reforma Epitácio Pessoa, posta como modelo para todos os estados, como se pode observar ao fazer uma análise comparativa do quadro curricular do Liceu, proposto pela Reforma de 1910, apresentado a seguir pela figura 30, e o quadro curricular recomendado pela Reforma Epitácio Pessoa, apresentado na página 71 deste trabalho.

Figura 32 - Currículo do Liceu Piauiense conforme a Reforma de 1910

1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
ANNO	ANNO	ANNO	ANNO	ANNO	ANNO
Arithm. 4	Algebra) 3 Arithm.)	Algebra) 4 Geomet.)	Algebra) 4 Geomet.) Trigon.)	Mec. e astr 3 Inglez	Mathem. 2 Geograp. 1 Francez 1 Inglez 1
Geogr. 3	Geograph. 3	Geograph. 2	Portuguez 2 Francez 1	Allemao 3 Latim 3	Allemao 2 Latim 1 Grego 2
Portuguez 3	Portuguez 3	Portuguez 2	Inglez 2 Allemao 3	Grego 3 Historia 3	H. do Bras. 3 Phy. e ch. 3
Francez 4	Francez 3	Francez 2	Latim 3 Grego 3	Phy. e chim. 4 Hist. natural 2	Hist. nat. 5 Literatura 2
Desenho 3	Desenho 3	Desenho 3	Desenho 2 Literatura 2	Literatura 2	Logica 3
17	18	18	23	24	26

Fonte: Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí, de 1910. (PIAUHY. LEIS E DECRETOS, 1910).

O Liceu Piauiense, além de apresentar um quadro curricular compatível com o do Colégio Pedro II, era também previsto pelo Regulamento de 1910 o ensino de Escrituração Mercantil, Contabilidade Comercial e Prática do Comércio, não por ser o ensino profissional a finalidade do Liceu, mas pela demanda apresentada e diante da carência de escolas próprias para esse fim. Era também oferecida aos alunos dessa instituição a instrução militar, tendo como responsável um oficial do exército nomeado pelo Diretor Geral. Todas essas disciplinas do Liceu seguiam um programa que era organizado pelos próprios professores, tomando por base os conteúdos adotados pelo colégio modelo e, antes de sua distribuição entre os alunos no início de cada ano letivo e de sua execução, esse programa era submetido a uma análise e aprovação da Congregação formada pelos professores vitalícios e interinos da instituição e presidida pelo Diretor da Instrução Pública.

Para pleitear a matrícula no Liceu, que era requerida ao diretor da instituição pelos pais ou responsáveis dos alunos menores, ou pelos próprios alunos, quando maiores de idade, era necessário que os novos pretendentes atendessem as seguintes exigências: ter idade mínima de 12 anos, apresentar atestado médico que confirmasse o gozo de boa saúde e comprovar ter concluído o curso primário apresentando o diploma de aprovação nesse nível. Porém, caso o candidato não atendesse essas exigências deveria submeter-se ao exame de admissão. Aos alunos veteranos, para efetivarem suas matrículas, bastava que os mesmos comprovassem sua aprovação no ano anterior. As matrículas ocorriam apenas no mês de março, ficando proibida sua realização em qualquer outro período do ano e, para sua concretização, os nomes dos alunos eram lançados em livros próprios e encaminhadas cópias para cada professor, para o Secretário de Governo e para o jornal oficial, a fim de divulgar a relação dos matriculados. Vale ressaltar que mesmo sendo uma escola pública, o Liceu Piauiense cobrava dos alunos taxas para a realização de matrícula e exame de admissão e, estando os alunos devidamente matriculados, esses teriam que frequentar obrigatoriamente as aulas, podendo justificar, por escrito, as faltas apenas nos casos de doença do próprio aluno ou morte de parentes próximos, no entanto, nunca poderiam exceder de 30 faltas por ano em cada cadeira (PIAUHY. LEIS E DECRETOS, 1910).

Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí, de 1910, apresenta elementos com os quais pode-se fazer uma aproximação do andamento das aulas que caracterizavam a rotina do Liceu Piauiense no primeiro período da República, mesmo que se saiba ter a educação sofrido algumas mudanças no decorrer dessa fase. Assim, a análise do conteúdo desse instrumento legal permite descrever, mesmo que de forma limitada, as práticas usuais

de uma sala de aula vividas pelos protagonistas escolares daquela época. É aqui onde se encerra a astúcia e criatividade do historiador de dar vida aos documentos empoeirados dos arquivos, de expor as fontes de “maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado” (ROUSSO, 1996, p. 7). A ousadia da narrativa do contexto escolar do Liceu tomando como eixo essa fonte documental fundamenta-se no posicionamento desse autor que diz:

A utilização de um ‘arquivo’ pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de ‘fonte’. Chamaremos de ‘fontes’ todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não [...] e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma seqüência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (ROUSSO, 1996, p. 2).

Segundo o Regulamento Geral/1910, o ano letivo do Liceu se estendia, sem interrupção, de 15 de abril até 15 de dezembro. As aulas tinham duração de uma hora, o seu início e término eram avisados por um sinal dado pelo inspetor e, depois de entrarem na sala, lá os alunos deveriam permanecer só podendo dela sair com a autorização do professor. Ao assumir a regência da sala de aula, o professor fazia a chamada nominal dos alunos, registrando as presenças e as faltas na caderneta e deixando nela também expresso a matéria explicada na aula daquele dia. Os alunos deveriam comparecer às aulas sempre asseados, decentemente fardados, dar a máxima atenção às explicações dos professores e guardar silêncio tanto nas dependências da escola como nas suas imediações. Exigia-se também que eles fossem respeitosos, tratassem com delicadeza e civilidade todos os funcionários e dispensassem aos colegas um tratamento afetuoso e fraternal.

Conforme as normas regulamentares de 1910, não eram permitido aos alunos, além de outras proibições, saírem de sala sem concluírem as atividades propostas; darem trotes ou vaiarem os colegas; danificarem o edifício escolar, seus móveis ou qualquer outro material, sendo responsáveis em repararem os danos causados; proferirem palavras ou fazer gestos obscenos e ofensivos à moral; agredirem fisicamente qualquer pessoa dentro ou nas proximidades da escola; portar objetos que possam servir de armas; entrar em qualquer outra dependência da escola, que não seja sua sala de aula, sem a devida autorização; e permanecer sentados quando o diretor ou qualquer professor passar por perto. Os alunos que não acatassem as regras disciplinares eram submetidos a penalidades que variavam conforme a gravidade do ato

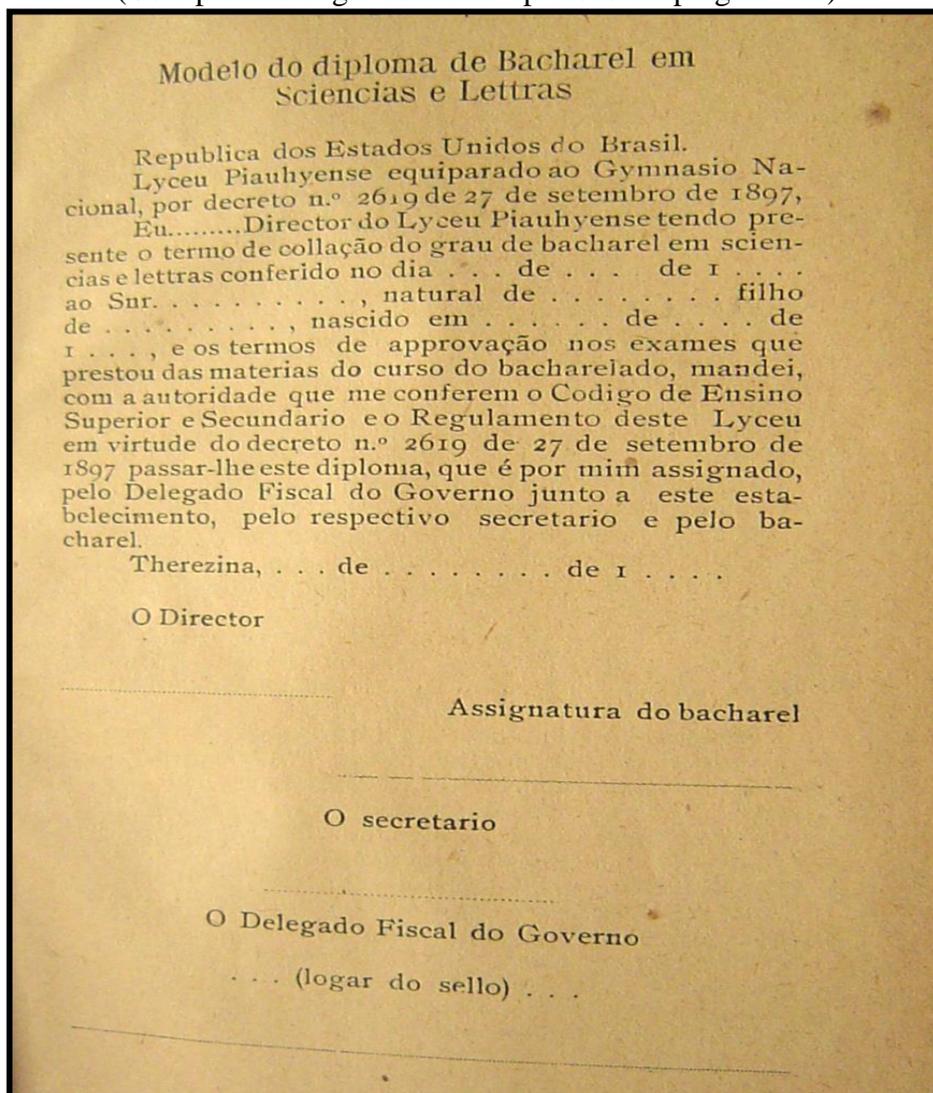
praticado, podendo sofrer simples admoestações, no caso de faltas leves e primárias; ser posto para fora de sala; receber repreensão em particular ou pública perante a turma; ser suspensos das atividades da escola por três a dez dias consecutivos; ficar excluído da primeira época dos exames; ter os estudos interrompidos por dois anos; ter suspenso, por dois anos, o diploma de bacharel; ou, nos casos gravíssimos, serem expulsos definitivamente do Liceu. Todas as penas sofridas pelos alunos eram registradas em livros e serviam para auxiliar o diretor a tomar a decisão de aceitar ou recusar a matrícula do aluno (PIAUHY. LEIS E DECRETOS, 1910).

Percebe-se que o regime disciplinar do Liceu Piauiense era rígido, tradição mantida durante seus longos anos de existência, sob o pretexto de zelar também pela educação moral de seus alunos e conservar a ordem no interior da escola como fora dela, mesmo que isso fosse conseguido à custa do medo que os alunos tinham de serem castigados por aqueles que eram munidos de autoridade, tanto na escola pelo diretor, professores e inspetores, como em casa pelos pais. No contexto em que esse regulamento foi aplicado, o Liceu, como escola de maior nível no Estado, na época, achava-se com a responsabilidade de moldar o seu aluno na figura do cidadão republicano culturalmente preparado para atuar na sociedade e, para conseguir seu intento, lançava mão dos mecanismos para a disciplinarização, que permitiam “o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2004, p.118).

Ao concluírem o curso no Liceu Piauiense, os alunos encontravam-se apto a concorrerem a uma vaga nas escolas superiores do país e recebiam o diploma de Bacharel em Ciências e Letras. A conquista desse diploma era a certeza da obtenção de uma posição de destaque na sociedade piauiense da época, era uma porta aberta para uma vida profissional mais estável e promissora. Dava ao seu portador o reconhecimento de um homem de letras, culto e de relevo social, ficando assegurado o interesse dos pais das classes sociais elevadas de ver seus filhos bem encaminhados na vida.

Nos anexos da Lei 548, de 03 de março de 1910, encontra-se o modelo de diploma que deveria ser expedido pelo Liceu Piauiense aos seus concludentes. Os diplomas originais eram gravados em pergaminho, material especial e requintado para impressão de documentos importantes. Esses diplomas não raro eram expostos em quadros, sendo fixados em locais de destaque para apreciação e orgulho de amigos e familiares, o que vem demonstrar a importância que tinha o título de Bacharel para aqueles que o conquistavam.

Figura 33 – Modelo de diploma expedido pelo Liceu Piauiense em 1910
(Os diplomas originais eram impressos em pergaminho)



Fonte: Anexos da Lei 548 de 03/03/1910

O Regulamento Geral/1910 permite revelar outros elementos da cultura escolar do Liceu, tais como as práticas escolares desenvolvidas no cotidiano da instituição. Convém lembrar, no entanto, que ao tratar do ser-se e fazer-se professor, de não se distanciar do que é alertado por Certeau (2003) de que o cotidiano é inventado pelo “homem ordinário” de várias maneiras, por meio das “artes de fazer”, das “astúcias sutis” e das “táticas de resistências”. Portanto, não se pode conceber que as normas contidas em um regulamento sejam reproduzidas passivamente por aqueles que são chamados a pô-las em prática, neste caso os professores e outros agentes escolares, mas que estes podem resistir não se conformando com a rigidez das tramas disciplinares. Assim, resguardando tais limitações, com base no Regulamento Geral/1910, pode-se procurar tecer uma narrativa que se aproxime das formas de tornar-se e constituir-se na realidade professor do Liceu Piauiense, no período em questão.

O concurso era a única via para a composição do quadro docente do Liceu Piauiense e dele deveria participar como candidato para preenchimento das cadeiras vagas qualquer cidadão brasileiro maior de 21 anos, que apresentasse uma folha corrida declarando sua moralidade e bom comportamento e um atestado médico que comprovasse gozar de boa saúde, não possuindo nenhuma moléstia contagiosa e não apresentando nenhum defeito físico que inviabilizasse sua atuação no cargo. Além dessas exigências, o candidato poderia anexar aos documentos de inscrição os comprovantes de sua experiência anterior no ensino, diplomas e títulos de habilitação, independentemente da área de formação.

Os atos do concurso eram realizados sob a supervisão de uma comissão formada por cinco professores, sendo três deles escolhidos pela congregação, um indicado pelo governador do Estado, além do diretor do Liceu. Para o certame eram usadas provas escritas e provas orais com arguições feitas pelos examinadores. Essa última modalidade de prova se constituía numa ocasião solene na qual se encontrava reunida toda a congregação de professores do Liceu, incluindo o diretor, presidida pelo Governador do Estado ou pelo Secretário de Governo e, nesse momento, o pretendente discorria oralmente, por uma hora, sobre o assunto sorteado 24 horas antes da apresentação. A prova escrita de cada cadeira em concurso constava de uma dissertação sobre um assunto a ela relacionado, sendo que para as cadeiras de Física, Química, História Natural, Mecânica, Astronomia e Desenho o candidato era também submetido a uma prova prática. Caso alguma cadeira permanecesse vaga, por falta de concorrência ou por não ter o candidato alcançado a média suficiente para sua aprovação, o governador nomeava uma outra pessoa que ele julgasse ter habilidade para ser um professor interino, aguardando abertura de outro concurso. Todo o rigor exigido nos concursos para a seleção dos professores do Liceu Piauiense fazia com que seu corpo docente fosse constituído pela nata dos intelectuais do Estado, tornando essa escola uma referência e cada vez mais respeitada e procurada pelos estudantes piauienses e de outros estados vizinhos.

Após tomarem posse do cargo, o Regimento Geral/1910, além de outras recomendações, orientava que os professores do Liceu, no desempenho de função, comparecessem às aulas com pontualidade, obedecendo ao horário marcado, não podendo ocupar-se de assuntos alheios aos do programa da cadeira que lecionavam, que por sua vez deveria desenvolver-se de forma harmoniosa, obedecendo a uma sequência lógica e procurando estabelecer ligação com o que já havia sido estudado anteriormente. As lições deveriam ser úteis e aplicadas com serenidade, evitando ostentação, propondo exercícios variados que desenvolvessem a inteligência, fortalecesse o caráter e consolidasse o conhecimento dos alunos. Os professores eram também considerados importantes agentes mantenedores da ordem na instituição, principal-

mente no que faz referência à disciplina na sala de aula, porém dentro dos limites, procurando tratar os alunos com respeito e urbanidade. Por fim, esse regulamento estabelecia que a nenhum professor do Liceu fosse permitido lecionar particularmente a mesma disciplina que lá ministrava.

O Piauí, mal havia organizado o seu ensino secundário com base na Lei nº 548/1910 e no Regulamento Geral/1910 que reformavam o ensino público do Estado, viu-se obrigado a reformulá-lo em alguns aspectos logo no ano seguinte, a fim de levar em consideração certos preceitos da Reforma Rivadávia Correia, de 1911. O Liceu Piauiense preservou a essência do Regulamento Geral/1910, fazendo algumas adaptações que lhe conviesse, uma vez que a Reforma Rivadávia Correia, de 1911, deixava as instituições secundárias, que não eram criadas pela União, livres em suas questões didáticas, administrativas e financeiras, desobrigando-as de manterem a similaridade com o Colégio Pedro II. A principal mudança ocorrida nessa época foi a substituição do diploma de conclusão do ensino secundário por um certificado. O Liceu, com a desoficialização do ensino secundário, perdeu a chancela de oficializar os diplomas das escolas desse nível no Estado, passando a emitir, como as demais, certificados de conclusão. Cury (2009, 730) ao tratar da desoficialização do ensino no Brasil, na reforma Rivadávia estabelece a diferença entre diploma e certificado, afirmando que “um diploma, de modo geral e pela legislação precedente, é profissionalizante e tem valor oficial. Já um certificado é um atestado de conclusão de um curso sem os privilégios de um diploma”.

Seguindo o movimento das leis educacionais promulgadas na capital do governo federal, o Liceu Piauiense elabora normas próprias para seu funcionamento, o “Regulamento do Liceu Piauiense”, posto em vigor pelo Decreto 687, de 18 de setembro de 1917. Sua escrita foi feita tomando por base o Decreto Federal nº 11.530, de 18 de março de 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, que reoficializava o ensino no país e determinava a volta da equiparação do ensino secundário dos estados ao Colégio Pedro II.

Segundo o Regulamento do Liceu Piauiense, de 1917, essa instituição tinha por fim propagar o ensino das ciências e das letras e, por essa razão, seu objetivo primeiro era ministrar uma instrução sólida que habilitasse os seus alunos a prestar o exame de vestibular em qualquer academia do país, permanecendo assim o seu caráter propedêutico e introdutório para os cursos superiores. Recomendava que o curso secundário fosse ofertado num prazo de cinco anos e que nesse período fossem distribuídas as seguintes disciplinas de teor literário e científico: Português, Francês, Latim, Inglês ou Alemão, Aritmética, Álgebra, Geometria Plana, Geometria no Espaço, Trigonometria Retilínea, Geografia Geral, Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia, História Universal, História do Brasil, Física e Química, História

Natural (PIAUHY, LEIS E DECRETOS, 1917). O quadro 08 a seguir mostra a distribuição dessas disciplinas durante os cinco anos letivos do Liceu Piauiense.

Quadro 10 – Quadro curricular do Liceu Piauiense conforme o Regulamento de 1917

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
DISC.	DISC.	DISC.	DISC.	DISC.
Português	Português	Português	-	-
Francês	Francês	Francês	-	-
Latim	Latim	Latim	-	-
-	-	Inglês ou Alemão	Inglês ou Alemão	Inglês ou Alemão
Geografia Geral	-	-	-	-
-	Aritmética	-	-	-
-	Corografia do Brasil e Noções de Cosmografia	-	-	-
-	-	Álgebra	-	-
-	-	Geometria Plana	-	-
-	-	-	História Universal	-
-	-	-	Geometria no Espaço	-
-	-	-	Trigonometria Retilínea	-
-	-	-	Física e Química	Física e Química
-	-	-	-	História do Brasil
-	-	-	-	História Natural

Fonte: (PIAUHY, LEIS E DECRETOS, 1917).

Fazendo uma análise comparativa entre o quadro curricular do Colégio Pedro II (quadro 06), proposto pela Reforma Carlos Maximiliano, Decreto Federal 11.530...1915, que recolocava o Colégio Pedro II como padrão para funcionamento das escolas secundárias do país, e o quadro curricular do Liceu Piauiense (quadro 08), montado conforme o Regulamento de 1917 (Art. 3º), constata-se que as disciplinas que compõem os dois currículos são comuns, apresentando apenas uma pequena alteração na distribuição anual das mesmas. Enquanto o

Colégio Pedro II apresentava, no seu quadro curricular, as aulas de Aritmética distribuídas nos dois primeiros anos e as aulas de Inglês ou Alemão nos três primeiros anos, o Liceu Piauiense organizava o seu currículo colocando a cadeira de Aritmética apenas no 2º ano e Inglês ou Alemão nos últimos três anos. Além dessas disciplinas comuns aos currículos das duas instituições, ao do Liceu Piauiense eram acrescentadas as lições de ginástica e desenho, e ainda era oferecido um curso optativo de Escrituração Mercantil e aulas obrigatórias de Instrução Militar.

A Instrução Militar tornou-se obrigatória nas escolas do país desde que o Decreto 6947, de 08 de maio de 1908, foi expedido pelo Ministério do Interior. Por esse decreto, os alunos do sexo masculino com idade superior a 16 anos que estudavam nas escolas públicas de instrução superior ou secundária, e também nos estabelecimentos particulares equiparados, teriam que receber obrigatoriamente “a instrução do tiro de guerra e evoluções militares” (ART.170). As aulas de Instrução Militar eram por excelência práticas, incluindo, dentre outras, as seguintes atividades: conhecimento sobre armas de fogo (Fuzil Mauser) com identificação de suas partes, acessórios e munições, compreensão do funcionamento geral do seu mecanismo e das técnicas de limpeza e conservação; domínio no manuseio de armas de fogo, incluindo regras de pontaria, posições de atirador, tiro ao alvo, emprego da alça de mira, exercícios de pontaria contra alvos móveis; evoluções militares e treinamento de esgrima de baioneta (BRASIL. DECRETO Nº 6.947, 1908). O ensino era encarregado a um instrutor, geralmente um tenente, podendo ter como auxiliar um aspirante a oficial e, como muitas escolas secundárias não tinham estrutura nem material apropriado para essas aulas, geralmente elas eram ministradas nos quartéis.

A educação militar desenvolvida nas instituições escolares brasileiras vinha contribuir para formação geral dos alunos, inculcando-lhes comportamentos cívicos e aprimorando cada vez mais o seu feitio de cidadão dedicado e defensor da Nação. Os discursos e práticas militarizantes na educação civil do país, segundo afirma Nascimento (2008, p. 01), visavam “conformar o sistema educacional público e privado inserindo, no ambiente escolar, práticas e visão de mundo da caserna”. A penetração do militarismo nas escolas da primeira República era, na opinião de Marques (2015), uma forma de reforçar o pensamento de que esse era o caminho mais efetivo para o “desenvolvimento de um indivíduo forte e saudável, responsável por estabelecer e manter a ordem social e que auxiliasse o desenvolvimento do país”. Tudo isso põe às claras o papel assumido pela escola no primeiro Período Republicano na sustentação do status quo social.

Pode-se tentar esclarecer as razões para a adoção da instrução militar nas escolas desse período apoiando-se em Nascimento (2008, p. 03), que se posiciona afirmando que os governos, ao organizar a educação pública, “procuravam regenerar a sociedade, criando e difundindo laços de coesão, integração e pertencimento nacionais” e arremata seu pensamento dizendo que “esse ideário civilizatório era dirigido aos futuros cidadãos, a quem cabia a missão de levar a Nação ao seu pleno desenvolvimento, interno e externo”. Todos esses procedimentos são sintetizados por Elias (1993) como “processo civilizador” que para ele está basicamente firmado no controle e no autocontrole do corpo, tendo como resultado o ajustamento do comportamento. Daí considerar-se que a escola se constitui num espaço propício para modelar os padrões sociais.

No geral, o Regulamento do Liceu Piauiense, de 1917, não alterava, significativamente, a cultura escolar já estabelecida nessa instituição, que a caracterizava como uma escola secundária de destaque no cenário educacional piauiense, com professores escolhidos por concurso entre as principais figuras intelectuais do Estado, com uma alta seletividade de alunos feita através dos exames, com um controle e organização meticulosa do tempo, da frequência e disciplina dos alunos, professores e demais funcionários, das obrigações e cumprimentos das atividades escolares docentes, discentes e administrativas. Os anos se sucederam e o Liceu seguiu o seu caminho procurando manter-se como uma escola secundária equiparada ao Colégio Pedro II, ajustando-se a esse sempre que necessário, procurando superar as dificuldades, mas mantendo a sua identidade.

Em 1928, Matias Olímpio de Melo, em seu último discurso dirigido à Assembleia Legislativa como Governador do Estado, fez a leitura de parte do relatório redigido pelo professor Martins Napoleão, então diretor do Liceu, tratando da circunstância em que o mesmo se encontrava. Nele consta que, após a publicação do Decreto Federal nº 16.782-A/1925, conhecido como Reforma Rocha Vaz, o Liceu logo procurou fazer as adaptações indispensáveis à conservação de sua equiparação ao seu congênere na capital do país, principalmente quanto a composição de seu quadro docente, que necessitou ser ampliado com a criação dos cargos de professores substitutos e das cadeiras de Instrução Moral e Cívica, Filosofia, Literatura, Gramática Histórica como sendo uma segunda cadeira de Português, além de outros ajustes como a montagem dos laboratórios de Física e Química e do Gabinete de História Natural, com criação do cargo de conservador dos gabinetes, com o fim específico de zelar pela ordem do local, mantendo-o sempre pronto para as aulas práticas, a contratação de um novo instrutor para a reativação das aulas de Instrução Militar que estavam temporariamente suspensas e a aquisição de móveis e materiais didáticos (PIAUHY. MENSAGEM, 1928). Também consta

nesse referido relatório a relação nominal de todos os professores que formavam o corpo docente do Liceu, apresentados no quadro 09 a seguir:

Quadro 11 – Quadro de lotação docente do Liceu Piauiense em 1928

PROFESSORES CATEDRÁTICOS	
NOME DO PROFESSOR	CADEIRA OCUPADA
Dr. João Pinheiro	Português (Primeira cadeira)
Prof. Martins Napoleão	Português (Segunda cadeira)
Dr. R. B. de Carvalho Netto	Francês
Prof. Agrippino Oliveira	Inglês
Prof. Acrisio Vêras	Latim
Prof. José Amável	Aritmética e Álgebra
Dr. A. A. Vieira da Cunha	Geometria
Dr. Benjamin de Moura Batista	Geografia e Corografia
Dr. Themistocles Avellino	Cosmografia
Dr. Carvalho Netto	Física e Química
Dr. Leônidas Mello	História Universal
Prof. Martins Napoleão	Filosofia
Dr. Christino Castello Branco	Instrução Moral e Cívica
Prof. Álvaro Freire	Desenho
PROFESSORES SUBSTITUTOS	
Dr. Christino Castello Branco	Francês
Prof. Thomas Wallace Pearce	Inglês
Prof. Ludovico Schwennhagen	Latim
Dr. Oséas Sampaio	História de Brasil
PROFESSORES INTERINOS	
Escrituração Mercantil	Prof. Joel Oliveira

Fonte: (PIAUHY. MENSAGEM, 1928)

A história do ensino secundário no Piauí passa obrigatoriamente pela história do Liceu, escola que ao longo dos seus 176 anos vem contribuindo com a formação dos jovens piauienses, como também de outros estados, e que continua ainda firme na sua missão de educar. O Liceu sofreu vários reveses no percurso de sua longa existência, como a mudança constante de local de funcionamento até estabelecer-se em sua sede própria, a abertura e fechamento de suas portas com interrupções temporárias de suas atividades, a carência financeira, material e outras, mas acima de tudo manteve-se firme no seu propósito de formar adolescentes e jovens, preparando-os para alcançarem posições de relevo na sociedade piauiense. Nasceu em meados do Período Imperial, chegou à primeira etapa do Período Republicano adaptando-se ao novo regime, conseguiu estabilidade e prosseguiu fazendo história até os dias

atuais. Embora seja conhecido até hoje pelo simples nome de Liceu, essa instituição teve muitas outras denominações: durante todo o Império foi chamado de “Liceu Provincial”, na Primeira República era designado de “Liceu Piauiense”, em seguida, de 1940 a 1941, seu nome ficou sendo escrito como “Ginásio Oficial do Piauí”, depois da Reforma Capanema, em 1942, passou a ser tratado oficialmente como “Colégio Estadual do Piauí” até 1961, no ano seguinte, em 1962, recebeu o nome do seu idealizador e assim, até hoje, essa escola carrega a denominação de Colégio Zacarias de Góis (OLÍMPIO, 1993, FERRO, 1996, VASCONCELOS, 2007, REIS, 2009).

Figura 34 – Fachada principal do Colégio Zacarias de Góis – O Liceu



Fonte: Foto de Regis Falcão
<http://www.piaui.pi.gov.br/terra-querida/fotos/galeria/906#3>

Pode-se dizer, grosso modo, que apesar do ensino secundário no primeiro Período Republicano ter sido alvo de várias reformas numa tentativa de organizá-lo de modo a atender às novas demandas da sociedade e de propor a formação de cidadãos para a ordem e o progresso da Nação, essa aspiração não foi alcançada em sua plenitude, visto que esse nível de ensino permaneceu, durante essa fase do regime republicano, desarticulado e sem uniformidade, pois, mesmo sendo o Colégio Pedro II considerado como modelo para os seus congêneres nos estados, poucas foram as instituições secundárias a ele equiparadas e, muitas vezes, apenas uma

em cada unidade da federação possuía esse privilégio, como foi o Liceu Piauiense. Coursar o ensino secundário era uma regalia para poucos, apenas aos reservados a assumirem o comando da sociedade, permanecendo a grande massa da juventude excluída. Nesse período não ocorreram ações governamentais concretas e abrangentes em favor da disseminação da educação secundária.

CAPÍTULO III

3 O ENSINO SECUNDÁRIO COMO UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA A MODERNIDADE

Este capítulo mostra o remodelamento do ensino secundário a partir da Reforma Francisco Campos/1931 e o surgimento de uma nova estrutura para o ensino secundário como tentativa de suprir os anseios de uma sociedade que se modernizava. Apresenta a fundamentação legal e a institucionalização do curso ginásial como segmento do ensino secundário na Reforma Capanema/1942 e sua caracterização na LDB nº 4.024/61, bem como traz à tona as especificidades desse nível de ensino expressas nas normas e práticas que caracterizaram a cultura escolar das instituições secundárias desse período. Procura estabelecer uma relação das mudanças instituídas pelas principais reformas e leis educacionais ocorridas no ensino secundário dentro de um contexto amplo nacional brasileiro e específico estadual piauiense.

3.1 O ensino secundário no Brasil e no Piauí nos tempos da Reforma Francisco Campos: prenúncios de modernidade na educação

O período da história brasileira que ficou conhecido como Primeira República findou-se quando Getúlio Vargas, com a Revolução de 30, chegou ao poder como presidente, nele permanecendo por 15 anos, até 1945. Esse período ficou conhecido como Era Vargas, que tinha como característica marcante a centralização máxima do poder nas mãos do executivo federal. Foi um período de várias mudanças em todos os setores, dentre eles o educacional, que ganha um lugar de destaque com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo à frente Francisco Campos como ministro, que logo tratou de fazer uma reforma abrangente na educação através de vários decretos. Coloca-se em destaque, neste estudo, os Decretos de nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e de nº 21.241, de 14 de abril de 1932, que tratavam sobre a organização do ensino secundário que, por sua vez, veio contribuir para uma mudança na cultura escolar desse nível de ensino.

Para compreender a necessidade da reforma educacional proposta nesse novo regime, Romanelli (2014) chama atenção para alguns pontos relevantes que provocaram tais mudanças. Dentre eles está a falta de uma organização que configurasse um sistema nacional,

pois o que existia, até então, eram sistemas estaduais desarticulados, sem apresentar ligação com o governo central, o que impossibilitava a execução de políticas públicas em nível federal. A autora faz uma crítica ao ensino secundário afirmando que “até essa época, o ensino secundário não tinha organização digna desse nome, pois não passava, na maior parte do território nacional, de cursos preparatórios, de caráter, portanto, exclusivamente propedêutico” (ROMANELLI 2014, p. 133). Isso pode ser constatado no que já foi dito anteriormente, afirmando que as reformas que atingiram o ensino secundário, realizadas pelo governo central no período antecedente, eram dirigidas diretamente ao Colégio Pedro II, atingindo as demais escolas secundárias do país de forma indireta, quando essas desejavam equiparar-se ao colégio modelo.

O ministro Francisco Campos propôs a reforma do ensino secundário por meio do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que foi logo ajustado no ano seguinte pelo Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, para uma maior viabilidade e consolidação das propostas de organização do ensino secundário. A Reforma Francisco Campos tinha como finalidade, segundo seu idealizador, a “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras” (CAMPOS, 1933 apud DALLABRIDA, 2009, p. 189). Nessa sua fala fica explícito o caráter elitista desse decreto, quando esse, de certa forma, já direcionava esse nível de escolaridade àqueles que deveriam ocupar posições de comando e que tivessem segurança nas suas tomadas de decisões.

A Reforma Francisco Campos apresentou-se ousada, procurando dar um novo direcionamento à organização e estruturação do ensino secundário no Brasil, que fosse mais condizente com o processo de modernidade vivido pela sociedade brasileira da época e que pudesse colaborar para a consolidação do capitalismo que estava em pleno processo de expansão no país. Essa reforma, na opinião da Dallabrida (2009, p. 190), trazia a digital de seu mentor, ao manifestar um espírito escolanovista, e tinha o intuito de “restaurar o ensino secundário para adequá-lo à obra da modernização nacional”.

Com a Reforma Francisco Campos o ensino secundário passou a ter o prazo de conclusão ampliado para sete anos e ganhou um novo desenho estrutural, ficando o curso dividido em duas etapas: a primeira, com duração de cinco anos, era destinada à formação geral dos alunos e denominada de curso fundamental, e a segunda, com duração de dois anos, tinha a função propedêutica e recebia o nome de curso complementar. Com essa divisão o ensino secundário passa a ter uma finalidade para além da preparação dos alunos para o curso

superior, preocupando-se também em dar aos estudantes secundaristas uma preparação para a vida na sociedade moderna, proporcionando-lhes os conhecimentos suficientes para saber agir nesse contexto.

Figura 35 – Francisco Luís da Silva Campos
Ministro da Educação e Saúde Pública
Período: 06/12/1930 a 31/08/1931 e 02/12/1931 a 15/09/1932



Fonte: Site da Fundação Educacional e Cultural Metropolitana. Belo Horizonte
<http://www.metro.org.br/sebastiao/doutor-chiquinho-parte-1>

Essa reforma veio consolidar o ensino seriado, sugerir práticas modernizadoras com a superação de métodos mecânicos, baseados na memorização, e utilização de um ensino mais dinâmico e intuitivo, e atualizar os conteúdos das disciplinas que formavam o currículo do curso secundário. Segundo Souza (2008), a Reforma Francisco Campos, além de primar pelo princípio da centralização para o fortalecimento de um Estado que se pretendia moderno, veio reafirmar a padronização das escolas secundárias através de um processo de equiparação sujeito a uma fiscalização federal mais intensa, impondo uma uniformização para um maior controle das escolas, principalmente das escolas particulares, que era maioria, como também propor a regulamentação do trabalho docente.

A seriação em sete anos do ensino secundário, distribuída entre os cursos fundamental e complementar, a escolha dos conteúdos curriculares e a adoção de um sistema de avaliação excludente são alguns aspectos que revelam a aparência elitista da Reforma Francisco

Campos, que foi concebida, à primeira vista, para atender a um público oriundo de uma classe privilegiada com disponibilidade de tempo para dedicar-se aos estudos a fim de obter uma formação intelectual sólida com vista a ocupar posições de comando na sociedade.

A seleção das disciplinas para compor as grades curriculares do ensino secundário, tanto do curso fundamental como do curso complementar (compare os quadros 10 e 11), apresentavam certo equilíbrio na distribuição das disciplinas literárias e científicas. Percebe-se no quadro a seguir, que o curso fundamental do ensino secundário possuía 14 disciplinas distribuídas sequencialmente nos cinco anos de duração do curso, cada uma apresentando a sua carga horária semanal específica.

Quadro 12 – Quadro curricular do Curso Secundário Fundamental, conforme a Reforma Francisco Campos - 1931

1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
DISC.	C/H	DISC.	C/H	DISC.	C/H	DISC.	C/H	DISC.	C/H
Português	4	Português	4	Português	4	Português	4	-	-
Francês	3	Francês	3	Francês	2	Francês	1	-	-
Inglês	3	Inglês	3	Inglês	2	Inglês	1	-	-
-	-	-	-	-	-	Latim	3	Latim	3
Alemão*	3	Alemão	3	Alemão	2	Alemão	1	-	-
Geografia	3	Geografia	2	Geografia	2	Geografia	2	Geografia	2
História da Civilização	2	História da Civilização	2	História da Civilização	2	História da Civilização	2	História da Civilização	2
Ciências Físicas e Naturais	2	Ciências Físicas e Naturais	2	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	História Natural	2	História Natural	2	História Natural	3
-	-	-	-	Física	2	Física	2	Física	2
-	-	-	-	Química	2	Química	2	Química	2
Matemática	3	Matemática	3	Matemática	3	Matemática	3	Matemática	3
Música**	2	Música	2	Música	1	-	-	-	-
Desenho	3	Desenho	3	Desenho	2	Desenho	2	Desenho	2

*Alemão – facultativo

** Música – Canto Orfeônico

Fonte: (BRASIL, DECRETO N° 19.890,1931; SOUZA, 2008).

Dessas disciplinas, nota-se que o ensino de línguas é bem marcante ainda, mesmo que o curso tenha esvaziado mais o seu espírito humanista com uma tendência maior de inserção das disciplinas científicas. A disciplina de Português apesar de apresentar, de forma isolada, uma carga horária semanal maior que as outras disciplinas de línguas estrangeiras, estas, no conjunto, representam 70% das disciplinas literárias.

As disciplinas científicas estão distribuídas ao longo de todo o curso, sendo que a disciplina Ciências Físicas e Naturais, presente nos dois primeiros anos, desmembra-se nos

anos finais em História Natural, Física e Química. Agrupando as disciplinas desse currículo em três áreas do conhecimento, 35,7% pertencem à área de Línguas – Português, Francês, Inglês, Alemão e Latim, 14,3 % estão incluídas na área de Artes – Música e Desenho e 50% são consideradas da área de Ciências – Geografia, História da Civilização, Ciências Físicas e Naturais, História Natural, Física e Química. Por fim, esse currículo manteve o caráter enciclopédico e a tradição elitista dos demais currículos.

Se o curso secundário fundamental objetivava proporcionar aos alunos uma “cultura geral”, por sua vez, o curso complementar tinha o propósito de preparar os alunos para o ingresso nos cursos superiores. O curso complementar apresentava um conjunto de 17 disciplinas, distribuídas nos seus dois anos de duração: Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História Natural, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho. As disciplinas afins eram agrupadas em três áreas curriculares conforme o curso superior que o aluno desejasse frequentar: curso jurídico, curso de medicina, farmácia e odontologia, cursos de engenharia, arquitetura, e química industrial.

Quadro 13 – Quadro curricular do Curso Secundário Complementar, conforme a Reforma Francisco Campos – 1931

ÁREA CURRICULAR	CURSO SUPERIOR	DISCIPLINAS		DISCIPLINAS	
		1º ANO	C/H	2º ANO	C/H
I	CURSO JURÍDICO	Latim	4	Latim	4
		Literatura	4	Literatura	6
		História da civilização	4	Geografia	3
		Biologia Geral	3	Higiene	3
		Psicologia e Lógica	6	Sociologia	4
		Noções de Economia e Estatística	4	História da Filosofia	4
II	CURSOS DE MEDICINA, FARMÁCIA E ODONTOLOGIA	Alemão ou Inglês	3	Alemão ou Inglês	3
		Física	5	Física	5
		Química	6	Química	6
		História Natural	6	História Natural	6
		Psicologia e Lógica	4	Sociologia	3
		Matemática	4		
III	CURSOS DE ENGENHARIA, ARQUITETURA, E QUÍMICA INDUSTRIAL	Matemática	6	Matemática	6
		Física	3	Física	4
		Química	4	Química	5
		História natural	4	História natural	4
		Psicologia e Lógica		Sociologia	3
		Geofísica e Cosmografia		Desenho	6

Fonte: (BRASIL, DECRETO N° 19.890,1931; SOUZA, 2008).

Observa-se no quadro 11 anterior que o ensino secundário complementar preocupava-se em preparar os alunos para determinados cursos superiores, concentrando-se em três áreas curriculares específicas: direito, saúde e tecnologia. O Decreto nº 19.890/1931 não contemplava a área da educação, ficando as disciplinas desse campo para serem estabelecidas posteriormente, quando a Faculdade de Educação, Ciências e Letras as indicasse no seu regulamento. Também fica evidente nesse quadro curricular que o ensino secundário complementar direcionado ao curso jurídico englobava disciplinas de cunho humanista, buscando um equilíbrio com o conhecimento das ciências sociais, tendo como foco principal a complexidade do ser humano. Já nas áreas relacionadas à saúde e à tecnologia há uma prevalência dos saberes científicos especializados apresentando características mais objetivas e práticas do mundo das ciências. Constata-se ainda que as disciplinas de Psicologia e Lógica e Sociologia são as únicas presentes nas três áreas curriculares do curso complementar, tendo sua intenção reconhecida e comentada por Souza (2008, p. 163) como “instância de preparação da juventude que, direcionada para o ensino superior, ocuparia postos intelectuais importantes na direção do país”.

Além das disciplinas apontadas nos quadros curriculares dos cursos fundamentais e complementares, eram ministradas no ensino secundário as aulas de Educação Física em caráter obrigatório e eminentemente práticas, desenvolvidas nos pátios escolares internos ou em outros espaços abertos. A inserção da disciplina Educação Física nos currículos desses cursos pretendia manter os jovens com “uma mente sã em um corpo sã” e preparar os cidadãos para servir a pátria. No Brasil, a Educação Física caracterizou-se de várias formas dependendo de cada momento histórico. No período republicano, no princípio desse regime, essa disciplina manteve acentuadamente a visão higienista marcada pelos discursos eugênicos, passando a predominar, na fase posterior, um discurso militarista sendo, vista como um instrumento eficaz para moldar cidadãos saudáveis, fortes e destemidos para a segurança da nação e defensores da identidade cultural do país, capazes de manterem vivo o espírito nacionalista (CASTELHANI FILHO, 1988; GHIRALDELLI JUNIOR, 1994).

É importante ressaltar que na Reforma Francisco Campos, em seu Art. 10, estabelecia que a seleção dos conteúdos programáticos dos cursos que faziam parte do ensino secundário e a indicação dos métodos de ensino ficassem a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública e os mesmos deveriam ser idênticos aos do Colégio Pedro II. Essa seleção de conteúdos tornou o currículo do ensino secundário enciclopédico e, conseqüentemente, de acesso limitado, pois levando em consideração a situação que atravessava a educação do país, naquela época, apresentando uma sociedade rural e mesmo urbana com um grande índice de

analfabetismo, fica compreendido a que classe social esse currículo de destinava (ROMANELLI, 2014).

No Decreto nº 19.890/1931 outros artigos também traziam em si as marcas da alta seletividade como os que tratavam do processo avaliativo. Primeiramente, como barreira de acesso ao ensino secundário, havia o exame de admissão constando de provas escritas e orais de Português e Aritmética e de provas escritas de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais. Durante o ano letivo os alunos eram submetidos às provas escritas parciais, estando sujeitos também às arguições e análise dos trabalhos práticos. Concluindo o ano letivo, eles passavam pela última etapa avaliativa com a realização das provas finais de cada disciplina, abarcando todo o conteúdo estudado, e aqueles que fossem reprovados, consecutivamente, por dois anos, estariam excluídos do processo educativo, não podendo mais matricular-se em instituições secundárias oficiais ou particulares sob inspeções. Todo esse processo avaliativo contribuía para uma seleção de alunos, fazendo com que poucos fossem bem-sucedidos ao longo dos dois segmentos do ensino secundário e concluíssem esse nível de ensino, e com esse afunilamento apenas alguns privilegiados conseguiam prosseguir com os estudos, ingressando no ensino superior. Sobre essa questão, Romanelli (2014, p. 140) assim diz:

Esse alto índice de seletividade, determinado, em parte, isso é inegável, pela presença de dispositivos legais que estipularam um sistema de avaliação extremamente minucioso, rígido e exagerado, comprova, presumimos, nossa tese de que o controle da expansão do ensino se faz ao lado da oferta, através da ação legal do governo. Por outro lado, a rigidez da estrutura escolar, que se consubstanciou na centralização máxima das decisões, as quais estipulavam um controle sobre os programas de disciplinas e métodos de ensino [...], opondo-se ao avanço da demanda social de educação, só podia resultar em baixa produtividade da educação escolar secundária.

Uma marca forte da Reforma Francisco Campos foi sem dúvida o sistema de inspeção criado para o controle do funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário. O serviço de inspeção ficava diretamente ligado ao Departamento Nacional do Ensino que distribuía, por distritos previamente determinados, os inspetores que, por sua vez, eram coordenados pelos inspetores gerais. As vagas para o cargo de inspetor eram disputadas por meio de concursos públicos e os aprovados entravam em exercício por um período consecutivo de três anos. A esses inspetores recaía a incumbência de uma vistoria escolar permanente, com a finalidade de manter o cumprimento das disposições legais do decreto e registrar minuciosamente nos relatórios enviados regularmente ao Departamento Nacional do Ensino todos os fatos da rotina das escolas secundaristas observados *in loco*.

A Reforma Francisco Campos teve o mérito de demonstrar uma preocupação com a regulamentação do trabalho docente e, no artigo 68 do Decreto nº 19.890/1931, instituiu o Registro de Professores, ficando sob a responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino a inscrição daqueles que pretendiam exercer o magistério nas escolas secundárias oficiais e particulares do país. Para ser reconhecido como professor secundarista, mesmo que de forma provisória, deveria o candidato, além de outras exigências, ter idoneidade moral e concluído o ensino secundário, ou o ensino superior, ou apresentar algum título científico, ou ainda comprovar a publicação de trabalhos, além de comprovar experiência em docência de no mínimo dois anos, somente conseguindo a inscrição definitiva quando da conclusão da Faculdade de Educação, Ciências e Letras que estava, na época, em processo de instalação.

Antes da reforma de 1931 a ocupação dos cargos de professores no ensino secundários era feita por profissionais liberais, muitas vezes sem formação específica, que consideravam o exercício do magistério como uma segunda opção, sendo uma forma de complementação de sua renda sem maiores formalidades trabalhistas e pedagógicas. Pode-se considerar que essa reforma deu o pontapé inicial para a regulamentação da profissão do professor secundarista. Para Dias (2012, p.18) “a ação do governo federal sobre a regulamentação do magistério de Ensino Secundário, durante as décadas de 1930 e 1940, pretendia estabelecer modelos de formação, critérios de ingresso e condições para permanência na profissão que deveriam vigorar em todo o país”.

Em suma, pode-se dizer que a Reforma Francisco Campos embora tenha mantido o caráter elitista do ensino secundário herdado de períodos anteriores, ela deixou um importante legado para a história da educação do país, ressaltando-se por ter trazido a esse segmento da educação uma organização sistêmica em âmbito nacional. Pode ser considerada como um marco na educação secundária, mantendo seus preceitos por mais de uma década, passando por pequenos ajustes até sofrer mudanças mais abrangentes e ser substituída por outra reforma educacional em 1942.

3.1.1 A organização do ensino secundário piauiense após a Reforma Francisco Campos

No Brasil, antes da Reforma Francisco Campos, a organização do ensino secundário ficava sob a responsabilidade dos Estados de forma independente, não sendo eles obrigados a adotarem o que era posto pelo poder central ao Distrito Federal, embora procurassem aproximar-se das normas estabelecidas para o Colégio Pedro II, equiparando suas escolas

secundárias a esse para gozar dos mesmos privilégios. A partir da Reforma Francisco Campos, com a proposta de criar um sistema nacional, todos os Estados passaram a remodelar sua legislação educacional e a adotar os seus princípios, e assim tratou de agir o Estado do Piauí.

Landry Sales Gonçalves, Interventor Federal no Estado do Piauí, em 14 de setembro de 1931, baixou o Decreto nº 1.301 dando uma nova organização à Diretoria Geral da Instrução e regulamentando o ensino público, tendo como justificativa desse ato a necessidade de ajustar os serviços nessa área à sua demanda crescente, imprimindo métodos de ensino atuais compatíveis aos avanços da pedagogia moderna e ao desenvolvimento que vem tendo o Estado nesse período (PIAUI, DECRETO N. 1.301, 1931).

Por força do Decreto nº 1.301/31, a educação piauiense ganhou um novo Regulamento Geral do Ensino que procurou de imediato organizar a educação do Estado nas seguintes modalidades: pré-escolar educativo, primário, profissional, normal e secundário. Esse regulamento aborda vários aspectos de ordem técnica, administrativa e pedagógica, delineando de forma minuciosa os critérios para o funcionamento do ensino primário público e particular e do ensino Normal, porém não se aprofunda nas questões relacionadas ao ensino secundário, nível de interesse desse estudo, apenas faz uma indicação que o mesmo deveria ser ministrado no Liceu Piauiense, estabelecido em Teresina, capital do Estado, e em outras escolas públicas estaduais ou municipais, e também particulares, espalhadas pelo Piauí, equiparadas ao Colégio Pedro II que, por tradição, permaneceu servindo de modelo para as escolas secundárias do país (PIAUI, REGULAMENTO, 1931).

Mudanças mais concretas no ensino secundário piauiense vieram com o Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933, expedido pelo interventor Landry Sales, baixando outro Regulamento Geral do Ensino, fazendo alguns ajustes no regulamento anterior. Nesse regulamento, a organização do ensino tomou um novo arranjo, ficando assim dividido: pré-escolar educativo, primário (fundamental e complementar), profissional (primário e secundário especial – normal) e secundário. A composição do ensino secundário permaneceu a mesma sugerida pela Reforma Francisco Campos, pondo em destaque o Liceu Piauiense (PIAUI, DECRETO N. 1.438, 1933; PIAUI, REGULAMENTO, 1933).

Conforme o Regulamento Geral do Ensino/1933, o Liceu Piauiense era subordinado diretamente à Diretoria Geral da Instrução Pública e possuía um quadro administrativo composto por um diretor, um conservador-preparado, um porteiro-arquivista, quatro inspetores de alunos e dois serventes. O corpo docente do Liceu era formado por professores

catedráticos aprovados em concursos, porém, caso houvesse cadeiras não providas por concurso, a Diretoria Geral poderia propor nomes de professores para nomeações interinas feitas pelo Governo do Estado.

Os professores públicos do ensino secundário em pleno exercício de sua função, por esse regulamento, tinham direito de receber uma gratificação proporcional ao tempo de serviço, sendo de 10%, 15% e 20% para aqueles com 10, 15 e 20 anos de trabalhos prestados, respectivamente. No entanto, essas vantagens na carreira do professor não eram incorporadas aos seus vencimentos caso eles pedissem a aposentadoria, fossem jubilados ou ficassem em disponibilidade. Esses professores eram também submetidos a um código disciplinar com penas que variavam de uma simples advertência a uma demissão, podendo também sofrer repreensão, suspensão de vencimentos, multa, suspensão do exercício, remoção e avulsão, dependendo da gravidade da falta cometida.

De acordo com o Regulamento Geral do Ensino/1933, o Liceu Piauiense e demais escolas secundárias equiparadas do estado deveriam seguir o que fora estabelecido no Decreto nº 19.890/1931 – Reforma Francisco Campos, no que tange ao regime didático, incluindo a divisão dos cursos seriados, exame de admissão, matrícula, transferência de alunos, tempo escolar, sistema de avaliação e outros aspectos. Percebe-se que a reforma federal não teve cumprimento imediato no Piauí, pois as adaptações ao seu ideário só começam a acontecer efetivamente em 1933, dois anos após o decreto federal ter sido baixado e, por todo o restante dessa década, os ajustes iam sendo feitos por decretos estaduais.

Levando em consideração o que diz Julia (2001) de que as normas e as práticas são os principais elementos constitutivos da cultura escolar, pode-se afirmar que a Reforma Francisco Campos veio imprimir nas instituições de ensino secundário no Brasil uma nova cultura escolar que caracterizou esse nível de ensino, influenciando o modo de ser das escolas secundaristas por um longo período e, mesmo sofrendo reajuste ou sendo substituída pela Reforma Capanema, manteve alguns de seus aspectos, principalmente, no que toca a sua estruturação e seu apelo por uma educação mais ativa.

Se a Reforma Francisco Campos, como diz Dallabrida (2009, p 189), “introduziu esse espírito renovador na reforma do ensino secundário brasileiro de 1931”, a Reforma Capanema, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, afirma também esse autor, “rearranjou a estrutura moderna do ensino secundário brasileiro estabelecida pela Reforma Francisco Campos [...], mas o ensino secundário não alterou substancialmente os seus propósitos e sua estrutura” (p. 190).

3.2 A Reforma Capanema e os novos contornos da cultura escolar para o ensino secundário: do fundamental ao ginásio, do complementar ao clássico e científico

Durante a Era Vargas, o período de 1937 a 1945 ficou conhecido como Estado Novo. Nesse período ditatorial a repressão foi intensificada e o governo se investiu de plenos poderes. Em 1937 uma nova Constituição foi outorgada e, diferentemente da anterior, que tinha uma essência democratizante, essa era de tendência centralizadora, controladora e autoritária. A Constituição de 1937, ao tratar das questões sobre educação, posiciona o governo na retaguarda. Nessa Carta fica claro que o Estado procurava limitar sua responsabilidade com a educação do país ao propor ajuda e não assumindo a educação como um compromisso seu. Isso pode ser constatado no artigo 128 ao declarar que o Estado assumiria o papel de “**contribuir**, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1937, grifo nosso) e no artigo 129 quando diz:

A infância e à juventude, **a que faltarem** os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1937, grifo nosso).

Dessa forma, a nação eximiu-se do seu dever primeiro para com a educação e colocou-se apenas como coadjuvante desse processo. Sua atenção maior foi dirigida ao ensino profissionalizante e ao ensino primário e, sendo assim, passou a subsidiar o ensino pré-vocacional profissional, apoiando a “iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1937, art. 129) na criação de instituições escolares dessa natureza e, ao ensino primário, sugeriu como forma de “solidariedade dos menos para com os mais necessitados” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1937, art. 130) uma contribuição modesta no momento da matrícula e um pagamento mensal para a caixa escolar.

A Constituição de 1937 tornou o ensino livre, amparando e permitindo que a educação do país fosse gerida individual ou coletivamente pela iniciativa pública e particular. Tudo isso veio frear a luta por escolas obrigatórias e gratuitas levantada pelo movimento escolanovista, tornando as escolas públicas “pagas” e abrindo espaços para a criação de escolas particulares, principalmente as escolas secundárias que então começavam a se expandir.

Torna-se mais evidente, com a Constituição de 1937, a dualidade do ensino com a existência de escolas preparatórias para o ensino superior, escolhidas por pessoas mais favorecidas financeiramente, e escolas profissionalizantes dirigidas aos pobres e voltadas para o mercado de trabalho. Para Zotti (2004, p. 94) “essa determinação constitucional, aliada ao desenvolvimento industrial, foi concretizada pelas leis orgânicas que diferenciam explicitamente o ensino destinado às elites dirigentes e o ensino destinado às classes populares”.

As Leis Orgânicas do Ensino são constituídas por um conjunto de Decretos-Leis que reformulavam alguns ramos do ensino no país baixados nos anos 1942 e 1943 por Gustavo Capanema Filho, Ministro Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas, e no ano de 1946 pelo substituto de Capanema nessa pasta, Raul Leitão da Cunha, no governo do Presidente José Linhares, e por Manuel Netto Carneiro Campello Júnior, ministro da Agricultura do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Tais leis estão esquematizadas no quadro abaixo:

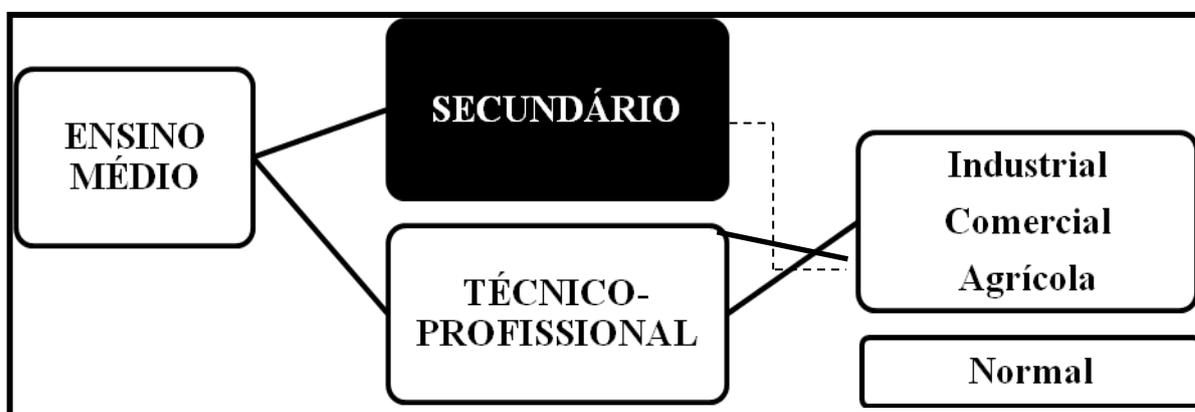
Quadro 14 - Leis Orgânicas do Ensino – 1942/1943/1946

DECRETO-LEI	DESIGNAÇÃO	MINISTRO	PRESIDENTE
Nº 4.048 22-01-1942	Lei de Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Gustavo Capanema Filho	Getúlio Dornelles Vargas
Nº 4.073 de 30-01-1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial		
Nº 4.244 09-04-1942	Lei Orgânica do Ensino Secundário		
Nº 6.141 28-12-1943	Lei Orgânica do Ensino Comercial		
Nº 8.529 02-01-1946	Lei Orgânica do Ensino Primário	Raul Leitão da Cunha	José Linhares
Nº 8.530 02-01-1946	Lei Orgânica do Ensino Normal		
Nº 8.621 Nº 8.622 10-01-1946	Lei de Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial		
Nº 9.613 20-08-1946	Lei Orgânica do Ensino Agrícola	Manuel Netto Carneiro Campello Jr	Eurico Gaspar Dutra

Fonte: Romanelli (2014); Saviani (2007b)

Chamando atenção para a sequência cronológica de publicação dos decretos-leis citados acima, Saviani (2007b) diz que a mesma “não obedeceu uma ordem lógica, mas com certeza às conveniências políticas”. Esse mesmo autor, ao tecer comentários sobre a nova estruturação que o ensino brasileiro passou a ter a partir das Leis Orgânicas, afirma que o ensino médio ficou organizado “horizontalmente, nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário” (SAVIANI, 2007, p. 269). Essa organização horizontal pode ser melhor visualizada no quadro 13 seguinte:

Quadro 15 – Organização horizontal do Ensino Médio conforme as Leis Orgânicas do Ensino de 1942, 1943 e 1946.



Fonte: Saviani (2007b)

No quadro 13 visualizado a cima percebe-se uma bifurcação do ensino médio em dois ramos distintos: o secundário e o técnico profissionalizante, tornando-se evidente a existência de um ensino dualista. Nessa estrutura, o ensino secundário era dirigido às elites com possibilidade de ascensão ao nível superior, e o técnico-profissionalizante dirigido às classes populares, de caráter finalista e formador de mão de obra para o mercado de trabalho. Para efeito desse estudo, a atenção está centrada no ramo secundário.

Das Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema, a de maior relevo foi a que estabeleceu os novos direcionamentos ao ensino secundário, baixada pelo Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942, conhecida como Lei Orgânica do Ensino Secundário. As intenções principais dessa referida lei era dar prosseguimento às ações educativas desenvolvidas no ensino primário, procurando afinar a personalidade dos jovens alunos, aumentando sua cultura geral e sua consciência patriótica e humanista, bem como prepará-los intelectualmente para galgarem uma formação superior esmerada (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942).

Figura 36 – Gustavo Capanema Filho – Ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945)



Fonte: Site oficial do Governo de Minas Gerais -
<http://www.mg.gov.br/governador/gustavo-capanema-filho>

O Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao apresentar a exposição de motivos referente ao Decreto-lei n. 4.244/1942, fez a justificativa dessa reforma ressaltando a finalidade da mesma nos seguintes termos:

A reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade adolescente. [...].

O ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica. [...]. Já o ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica.

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino. [...].

Um ensino secundário que se limitasse ao simples desenvolvimento dos atributos naturais do ser humano e não tivesse a força de ir além dos estudos

de mera informação literária, científica ou filosófica, que fôsse incapaz de dar aos adolescentes uma concepção do que é o homem, uma concepção do ideal da vida humana, que não pudesse formar, em cada um deles, a consciência da significação histórica da pátria e da importância de seu destino no mundo, assim como o sentimento da responsabilidade nacional, falharia à sua finalidade própria, seria ensino secundário apenas na aparência e na terminologia, porque de seus currículos não proviriam as individualidades responsáveis e dirigentes, as individualidades esclarecidas de sua missão social e patriótica, e capazes de cumpri-la. (BRASIL, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1942)

A fala do Ministro Capanema citada anteriormente revela a tendência elitista desta lei, voltada para formar as “individualidades condutoras”, ou seja, daqueles que assumiriam as posições de comando, refinando o seu processo de humanização que levasse a uma maior reflexão da realidade do país para uma ação mais efetiva sobre as massas. Revela também uma forte preocupação em avivar o amor e sentimento de pertencimento à pátria, instigando o cultivo de um patriotismo exacerbado. Porém, convém lembrar que a ideia de uma educação patriótica não é uma invenção do Estado Novo, desde a implantação da República houve uma preocupação com formação do novo cidadão brasileiro e a escola teve uma contribuição importante na concretização desse projeto. Foi, porém, no contexto dos grandes conflitos bélicos mundiais que o nacionalismo e o patriotismo se fez presente de forma mais acentuada. Nessas circunstâncias, o Decreto-lei n. 4.244/1942 colocou nas mãos do ensino secundário a função de despertar a consciência patriótica nos alunos, de forma que os mesmos pudessem agir na busca de uma unidade nacional e se tornassem disseminadores dos valores básicos para a solidificação da República.

A divisão do ensino secundário em dois segmentos foi instituída primeiramente pela Reforma Francisco Campos, e essa estrutura permaneceu no Decreto-lei 4.244/42 que também organizou o ensino secundário em dois ciclos, com um total de sete anos para sua conclusão. Porém, nesse aspecto, essa lei difere da anterior pela denominação dada aos ciclos e pela duração de cada um. Enquanto na Reforma Francisco Campos o primeiro ciclo era denominado ensino fundamental, apresentando cinco anos de duração, na Reforma Capanema esse mesmo ciclo recebeu o nome de curso ginásial, com duração de quatro anos. Se na reforma do ensino secundário de 1931 o segundo ciclo era concluído em dois anos e denominado de complementar, na reforma de 1942 essa etapa era dividida paralelamente em dois cursos: o curso clássico e o curso científico, ambos com prazo de três anos para conclusão.

Quadro 16 – Estruturação do Ensino Secundário conforme as
Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942.



Fonte: (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942)

A Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 determinava o tipo de estabelecimento que deveria ofertar os cursos de nível secundário, designando de ginásio a escola que ofertava exclusivamente o curso de primeiro ciclo e de colégio a escola que, além do curso de primeiro ciclo, ofertava os cursos considerados de segundo ciclo como o clássico e o científico. Dessa forma, a nomenclatura das escolas secundárias ficou unificada em todo o país, proibindo outras denominações de uso comum na época para esse tipo de ensino, como liceus, ateneus, institutos, escola preparatória e academias. Segundo essa Lei, o objetivo do curso ginásial era “dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário” e o curso clássico tinha a preocupação com a “formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas”, já a atenção do curso científico era intencionalmente “marcada por um estudo maior de ciências” (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942).

As disciplinas do ensino secundário estabelecidas pela Reforma Capanema/1942 e direcionadas ao curso ginásial estavam agrupadas em três eixos da seguinte forma: I – LÍNGUAS: Português, Latim, Francês e Inglês; II – CIÊNCIAS: Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil; III – ARTES: Trabalhos manuais, Desenho e Canto orfeônico. Essas disciplinas foram distribuídas em 4 anos conforme a matriz curricular apresentada no quadro abaixo:

Quadro 17 – Matriz curricular do Curso Ginásial, conforme a Reforma Capanema - 1942

1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		4ª SÉRIE	
DISC.	C/H	DISC.	C/H	DISC.	C/H	DISC.	C/H
I – LÍNGUAS							
Português	4	Português	3	Português	3	Português	3
Francês	3	Francês	2	Francês	2	Francês	2
Inglês	-	Inglês	3	Inglês	3	Inglês	3
Latim	2	Latim	2	Latim	2	Latim	2
II – CIÊNCIAS							
Matemática	3	Matemática	3	Matemática	3	Matemática	3
-	-	-	-	Ciências Naturais	3	Ciências Naturais	3
História Geral	2	História Geral	2	-	-	-	-
-	-	-	-	História do Brasil	2	História do Brasil	2
Geografia Geral	2	Geografia Geral	2	-	-	-	-
				Geografia do Brasil	2	Geografia do Brasil	2
III ARTES							
Trabalhos Manuais	2	Trabalhos Manuais	2	-	-	-	-
Desenho	2	Desenho	2	Desenho	1	Desenho	1
Canto Orfeônico	1	Canto Orfeônico	1	Canto Orfeônico	1	Canto Orfeônico	1
PRÁTICAS EDUCATIVAS							
Educação Física		Educação Militar		Educação Religiosa		Educação Moral e Cívica	

Fonte: (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942; SOUZA, 2008)

Para o segundo ciclo do ensino secundário, a Reforma Capanema/1942 também apresentava as disciplinas agrupadas em áreas assim compostas: I. LÍNGUAS: Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Espanhol; II. CIÊNCIAS E FILOSOFIA: Matemática, Física, Química, Biologia, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Filosofia; III. ARTES: Desenho; IV. EDUCAÇÃO FÍSICA. Essas disciplinas formavam a grade curricular tanto do Curso Clássico como do Curso Científico, com exceção do Desenho, que era ministrada apenas no Curso Científico, e do Grego e do Latim, que eram disciplinas exclusivas do Curso Clássico, podendo ainda esse curso ofertar ou não o Grego, que era considerado uma disciplina optativa.

Esclarece Capanema, quando da exposição de motivos dessa reforma, que os cursos Clássico e Científico “não são cursos especializados”, apenas, “no primeiro, a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo, a maior acentuação cultural é proveniente do estudo das ciências” e acrescenta que os dois cursos davam “direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior.

Quadro 18 – Matriz curricular dos cursos Clássico e Científico, conforme a Reforma Capanema - 1942

CURSO CLÁSSICO COM GREGO			CURSO CLÁSSICO SEM GREGO			CURSO CIENTÍFICO		
1º ANO	2º ANO	3º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
I – LÍNGUAS								
Português	Português	Português	Português	Português	Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim	-	-	-
Grego	Grego	Grego	-	-	-	-	-	-
Francês ou Inglês	Francês ou Inglês		Francês ou Inglês	Francês ou Inglês		Francês ou Inglês	Francês ou Inglês	
Espanhol			Espanhol			Espanhol		
II CIÊNCIAS E FILOSOFIA								
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
-	Física	Física	-	Física	Física	Física	Física	Física
-	Química	Química	-	Química	Química	Química	Química	Química
-	-	Biologia	-	-	Biologia	-	Biologia	Biologia
História Geral	História Geral	-	História Geral	História Geral	-	História Geral	História Geral	-
-	-	História do Brasil	-	-	História do Brasil	-	-	História do Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral	-	Geografia Geral	Geografia Geral	-	Geografia Geral	Geografia Geral	-
		Geografia do Brasil	-	-	Geografia do Brasil	-	-	Geografia do Brasil
-	Filosofia	Filosofia	-	Filosofia	Filosofia	-	-	Filosofia
III ARTES								
-	-	-	-	-	-	Desenho	Desenho	Desenho

Fonte: (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942; SOUZA, 2008)

Nas escolas de curso ginásial, foco de interesse desse estudo, conforme o quadro 15, que apresenta a matriz curricular desse curso, além das disciplinas que formavam os eixos de Línguas, Ciências e Artes faziam parte do currículo dos ginásios a Educação Física, a Educação Militar, a Educação Religiosa e a Educação Moral e Cívica, todas com um capítulo específico nessa nova reforma.

Na Reforma Capanema/1942 a Educação Física era ministrada de forma obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino secundário e para todos os alunos com até vinte e um anos de idade. Para Corrêa (2009, p. 95), nessa proposta, não bastava que as aulas de Educação Física fossem estabelecidas como obrigatórias, “era preciso que fossem tão efetivas quanto eficazes, ou seja, não bastava determinar sua obrigatoriedade, era preciso que tal determinação resultasse no propósito almejado de preparar fisicamente a juventude tendo em mira o ideal máximo de defesa da nação”. Essa obrigatoriedade da Educação Física estendida a todos os alunos secundaristas na idade acima estipulada foi alterada pelo substituto de Vargas na presidência, José Linhares, através do Decreto-lei nº 8.347 de 10 de dezembro de 1945, que reduzia a sua prática obrigatória apenas para os alunos do turno diurno.

A Educação Física era considerada uma “prática educativa”, o que não a restringia ao simples fortalecimento do corpo com a execução de meros exercícios físicos repetitivos, mas remete a uma compreensão para além do condicionamento físico dos alunos, sendo também considerada como via de propagação do espírito patriótico, como bem reporta o Ministro Capanema na exposição de motivos dessa lei, afirmando que o ensino secundário, como um todo, deveria ser “um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra” e, sendo assim, a educação física assumiria o papel de contribuir com a disseminação da ideologia patriótica, despertando em cada aluno a compreensão “da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem” e a disposição de desprender seus esforços em favor da pátria (BRASIL, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1942).

Além da Educação Física, disciplina obrigatória para os estudantes secundaristas de ambos os sexos que estivessem na faixa etária estabelecida pela Reforma Capanema/1942, a Educação Militar era também proposta por essa reforma, mas apenas para os alunos do sexo masculino, sendo que os alunos com idade inferior a dezesseis anos receberiam uma instrução pré-militar e aos alunos dessa idade ou mais era dirigida uma instrução militar mais especializada. Toda a orientação pedagógica para o desenvolvimento dessas aulas era estabelecida pelo Ministério da Guerra.

As práticas pedagógicas de militarização nas escolas não foi uma novidade introduzida no ensino secundário pela Reforma Capanema, pois legislações anteriores já haviam tratado desse assunto. Porém, com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial e após o Brasil aderir a esse conflito em 1942, a educação militar, com toda sua ideologia de guerra, foi inserida no currículo das escolas secundárias de forma mais incisiva, procurando enaltecer o espírito de patriotismo e nacionalismo entre os alunos, inculcando-lhes valores de obediência, respeito e

disciplina preparando-os fisicamente e ideologicamente para o cumprimento dos seus deveres para com a defesa da Pátria.

A Educação Militar foi extinta das escolas secundárias por força do Decreto-lei Nº 9.331, de 10 de junho de 1946, porém, no seu Art 1º, fica claro que, de fato, a retirada do currículo só ocorreria a partir de 1947. O decreto que suprimiu essa disciplina foi aprovado pelo General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, após atender as justificativas apresentadas na Exposição de Motivos pelo Ministro da Guerra, Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Mesmo depois disso, era comum aos militares ministrarem aulas de Educação Física para alunos secundaristas do sexo masculino.

Antes de comentar sobre a Educação Religiosa na Reforma Capanema/1942, requer lembrar que, após a Independência do Brasil, durante todo o período imperial, a religião católica era considerada oficial e adotada nas escolas. Porém, com a proclamação da República, o Brasil passou a ser um Estado laico, não tendo uma religião oficial, permitindo que todas as religiões fossem cultuadas livremente, rompendo com a relação Igreja e Estado e, conseqüentemente, houve a retirada do ensino religioso das escolas, tornando-as laicas.

O Ensino Religioso que tinha sido retirado oficialmente dos currículos das escolas desde a implantação do regime republicano, e que assim permaneceu por um longo período de quatro décadas, voltou a ser introduzido nas escolas na Era Vargas, por meio do Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, tratando dessa questão como instrução religiosa e determinando em seu Art. 1º que “Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião”.

A Constituição Federal de 1934, em seu Art. 153, definiu a favor de que o ensino religioso tornasse uma matéria com horários estabelecidos nas escolas públicas tanto nas primárias como nas secundárias, além de ser disciplina também das escolas profissionais e normais. Porém, a frequência dessas aulas era facultativa aos alunos, dependendo da confissão religiosa dos mesmos, apresentada pelos pais ou responsáveis. A retomada dessa relação simbiótica entre Estado e Igreja, segundo Zotti (2006, p. 5-6), veio “atender aos interesses da Igreja Católica, no bojo das discussões da política educacional, significava capitanear o apoio de um grupo influente na sociedade” e para o Estado, “do ponto de vista ideológico, a Igreja Católica era uma companheira necessária ao combate dos princípios políticos liberais e do comunismo”.

A Reforma Capanema/1942, no que diz respeito ao ensino secundário, em consonância com a Carta constitucional de 1937, que vedava à União, aos Estados e aos Municípios “embaraçar o exercício de cultos religiosos” (Art. 32, alínea b), também foi

tolerante ao ensino da religião nas escolas secundaristas. Essa reforma ratifica a Educação Religiosa, facultando-a e permitindo a sua inclusão nos currículos tanto dos cursos ginasiais como dos cursos clássicos e científicos, deixando a cargo das autoridades eclesiásticas a elaboração dos programas, bem como o estabelecimento do regime didático das aulas.

Assim ocorrendo, a Igreja Católica reencontrou o espaço perdido e desejado por muitos anos, e nessa parceria com o governo varguista, segundo Vieira e Carvalho (2000, p. 3), ela passou à condição de aliada, “reservando a ela o direito de novamente atuar em estabelecimentos educacionais públicos” e por outro lado o governo encontra na Igreja “um instrumento fundamental para a divulgação dos ideais de autoritarismo e de nacionalismo, necessário para a implantação de um novo e governo forte”, acrescentam os autores citados.

A Educação Moral e Cívica não foi uma novidade inserida nas escolas com a Reforma Capanema/1942, ela já havia sido introduzida no âmbito escolar com a conhecida Reforma Rocha Vaz, em 1925, com o nome de Instrução Moral e Cívica e com a intenção de moldar o aluno como um cidadão devoto ao país, cômico de seus deveres familiares, escolares e pátrios, despertando-lhe o “sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no processo humano” (BRASIL, DECRETO 1925, Art 48, § 5).

Quando da Reforma Francisco Campos/1931, a Educação Moral e Cívica foi retirada dos currículos das escolas secundárias, por seus legisladores entenderem que a disciplina Educação Religiosa já abarcava muitos dos conteúdos propostos pela referida disciplina dispensada. Cita Zotti (2006, p. 5) que “Campos atribuía à igreja, por meio do ensino religioso, a educação moral, sendo este contrário a introduzir no currículo a educação moral e cívica, pois esta acentuava a organização política do país que Campos e Vargas pretendiam mudar”.

No entanto, a Reforma Capanema/1942 traz uma inovação ao propor que a Educação Moral e Cívica não fosse tida como uma disciplina a mais no currículo, mas que a mesma penetrasse transversalmente em todo corpo curricular das escolas secundárias. Essa relação interdisciplinar é constatada no Art. 24 dessa reforma quando indica que a mesma “não será dada em tempo limitado, mediante a execução de um programa específico, mas resultará a cada momento da forma de execução de todos os programas que deem ensejo a esse objetivo” (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942).

Esse aspecto interdisciplinar da Educação Moral e Cívica se fez notar mais claramente no curso ginásial, principalmente nas aulas de História, com o enaltecimento dos vultos

históricos tidos como heróis e modelos a serem admirados, na disciplina de Geografia com o reconhecimento das riquezas naturais do país, nas aulas de Canto Orfeônico com a entoação dos hinos patrióticos, nas sessões cívicas e outras festividades para celebração de datas cívicas, e na matéria de Português com os ditados, cópias e interpretações de textos escritos em prosa ou poesias com temas de cunho moralista e de conteúdos com forte apelo patriótico e nacionalista.

Na letra da Reforma Capanema/1942, ao tratar da Educação Moral e Cívica percebe-se que sua finalidade era desenvolver nos alunos uma base moral sólida calcada no respeito, na disciplina e na responsabilidade, não esquecendo os professores do ensino secundário que o seu compromisso maior era o de formar as “individualidades condutoras”, capacitando os alunos a serem cidadãos determinados e capazes de tomar decisões moralmente corretas, refinando cada vez mais o seu caráter e o seu patriotismo, além de torná-los conscientes de sua missão nos direcionamentos da sociedade brasileira (BRASIL, DECRETO N. 4.244).

Outras particularidades da Reforma Capanema/1942, que contribuíram para compor aspectos da cultura escolar das escolas secundárias e, em particular, dos ginásios, foram as recomendações dadas ao ensino dirigido às mulheres. Essa reforma recomendava, entre outros aspectos, que a educação feminina ocorresse em escolas exclusivamente frequentadas por mulheres, porém, na impossibilidade dessa recomendação ser acatada, era permitido que no mesmo estabelecimento estudassem homens e mulheres, com a ressalva de que elas e eles fossem lotados em salas separadas.

Para contemplar o público estudantil feminino, houve a inclusão da disciplina de Economia Doméstica nas duas últimas séries dos ginásios e nas demais séries dos colégios. Essa reforma chamava atenção para que os procedimentos metodológicos usados nessa disciplina tivessem “em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (BRASIL, DECRETO N. 4.244). Deste modo, as professoras que ministravam a disciplina Economia Doméstica deveriam incluir nos seus programas, para o atendimento dessa especificidade da lei, alguns temas como os relacionados por Souza (2008, p. 179 e 180):

Arranjo e higiene da habitação, preparo, conservação e uso das roupas, preparo, conservação e uso dos alimentos, contabilidade doméstica (orçamento doméstico, registro de despesas, relações no lar), noções de puericultura (a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, cuidados higiênicos, moléstias, noções de enfermagem), noções de serviço social (solidariedade social e o espírito feminino, meios e formas do serviço social, instituições de assistência à infância e à maternidade, como deve a mulher

concorrer para um mundo melhor). Além do conteúdo, eram indicados também exercícios práticos: trabalhos de agulha (pontos, pespontos, remendos, bainhas, cerzidos e caseados, peças de utilidade prática, trabalhos de crochê, tricô e bordado simples) e o desenvolvimento de projetos anuais, por exemplo, enxovais para crianças recém-nascidas, destinados a maternidades e creches, entre outros.

Pode-se entender com esse dispositivo da Reforma Capanema/1942, de forma generalizada, que o posicionamento da sociedade da época quanto à questão de gênero era discriminador, apregoando que a melhor contribuição da mulher na construção da sociedade estava em exercer bem o seu papel de resignadas donas de casa, agindo como boa mãe, esposa e filha e, mesmo que algumas chegassem a exercer algum trabalho fora de casa, que esse não comprometesse essa sua função principal como mulher.

Kobayashi (2012, p. 17), na sua tese de doutorado, na qual apresenta, entre outros aspectos, a análise de alguns manuais de economia doméstica e anúncios publicados nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* em uso no Brasil nas décadas de 1940 a 1960, afirma que esses manuais e anúncios eram dirigidos especialmente para as mulheres e que seus conteúdos traziam ensinamentos de como as mesmas deveriam assumir a “responsabilidade da organização dos lares, da conservação da saúde e da higiene familiar” ensinando-lhes “organizar os lares de maneira sistemática e científica”. Acrescenta essa autora que:

Em meados do século XX, as funções de mãe, de esposa e de dona de casa ainda seriam consideradas ideais para a mulher. O contrário era um desvio de função. A discussão sobre a educação doméstica para a mulher demonstra o esforço para que continuasse a desempenhar as funções domésticas, revestida de uma aura científica e racionalizada (KOBAYASHI, 2012, p. 144).

Nas escolas secundárias, a disciplina Educação Doméstica tinha como alvo as jovens alunas, inculcando-lhes um modelo de mulher que a sociedade da época idealizava. Essa disciplina vem colaborar com o traçado do perfil da mulher submissa e do lar, indo ao encontro de seu papel genuinamente “materno da esposa, já que o trabalho assalariado feminino poderia atrapalhar suas atividades domésticas, tidas então como seus ‘verdadeiros deveres’. O modelo para o gênero feminino era a esposa recatada, boa mãe e prendada no trabalho doméstico” (PINHEIRO, 2016, p. 28).

Não se pode esquecer o sistema de avaliação instalado com a Reforma Capanema/1942 como um dos fatores importantes que caracterizava a cultura escolar das instituições secundaristas daquela época. As práticas avaliativas permaneceram com a

tradição de serem rígidas e altamente seletivas, constituindo-se como verdadeiras barreiras de acesso ao ensino secundário e à conclusão dos anos que se seguiam, permitindo apenas que um número reduzido de pessoas tivesse o privilégio de tornarem-se alunos dos ginásios e menos ainda dos que terminavam os colégios.

A Reforma Capanema/1942 adotou no ensino secundário um processo avaliativo formado por três modalidades de exames, a saber: o exame de admissão, o exame de suficiência e o exame de licença. O exame de admissão se constituía num ritual de passagem pelo qual deveriam submeter-se todos aqueles que desejassem um lugar como aluno no curso ginásial. Antes mesmo de prestarem o exame de admissão os alunos deveriam apresentar, no ato de sua inscrição, um atestado de saúde comprovando que não possuíam doença contagiosa e que eram vacinados e só então poderiam fazer as provas que eram realizadas em dois momentos: em dezembro e em fevereiro para os que não obtiveram aprovação ou que não realizaram o exame na primeira época. Somente os alunos com 11 anos ou que completassem essa idade até o dia 30 de junho e que obtivessem êxito no exame de admissão poderiam matricular-se na primeira série do ginásial mediante o pagamento de uma taxa.

No transcorrer do curso secundário, a reforma em análise determinava que os alunos fossem avaliados mensalmente e, no final de cada ano letivo, se obtivessem aproveitamento satisfatório, fossem submetidos aos exames de suficiência, a fim de serem promovidos para a série seguinte, além de capacitar os alunos concludentes a fazerem os exames de licença. Tanto os alunos do primeiro como do segundo ciclo teriam de submeter-se aos exames de licença ao concluírem seus cursos para obterem o certificado de licença ginásial, o certificado de licença clássica ou o certificado de licença científica.

Além das particularidades acima apresentadas, que caracterizavam o ensino secundário, a Reforma Capanema/1942 tratava, dentre outros elementos, do tempo escolar, do regime didático e administrativo, a equiparação, reconhecimento e inspeção dos estabelecimentos que somavam para a constituição da cultura escolar dos ginásios e colégios no país. Com relação ao tempo escolar, as instituições secundárias iniciavam o ano letivo em 15 de março e findavam em 15 de dezembro. Esse período era intercalado por sete dias de descanso no final no mês de junho. Além dos dias santos e feriados oficiais as atividades escolares só eram interrompidas nas férias que iniciavam em meados de dezembro e se estendiam até meados de março, podendo, porém, esse período ser reservado para a aplicação dos exames. O horário semanal com a distribuição das disciplinas era fixado pelo próprio diretor de acordo com a carga horária determinada pela normatização da reforma.

Quanto ao regime didático das aulas nas escolas secundárias, a Reforma Capanema/1942 orientava os professores para atuarem de forma ativa e colaborativa com seus alunos, procurando prepará-los não só intelectualmente na aquisição do conhecimento e na capacidade de pensar, mas também moralmente na sua condução como pessoa de espírito elevado e hábitos saudáveis. Essa reforma também estimulava os alunos a se organizarem em grupos culturais, literários, artísticos, desportivos e recreativos, a fim de torná-los mais autônomos e sociáveis. Mesmo tendo essa reforma retrocedido em muitos pontos da educação renovadora proposta pelo Manifesto dos Pioneiros, percebe-se que alguns princípios escolanovistas se faziam presentes, como a defesa de uma educação ativa e uma preocupação em colaborar com a aprendizagem do aluno estimulando seu raciocínio e, portanto, sua capacidade de tomar decisões, de agir saindo da tradicional passividade e conquistando sua autonomia.

A administração das escolas secundárias estava concentrada na figura do diretor que deveria com eficiência coordenar os serviços de escrituração escolar, manter em ordem os arquivos, ter cuidados com o material e todo aparelhamento escolar, ater-se ao estado de saúde dos alunos e criar para a recreação dos mesmos, além de possibilitar um clima favorável ao bom funcionamento das atividades escolares, não apenas no que diz respeito às atividades desenvolvidas pelos professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, mas que também possa estabelecer boas relações com a comunidade e, em particular, com a família dos alunos (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942).

A Reforma Capanema/1942 fazia distinção entre os estabelecimentos secundários equiparados e os reconhecidos. Aquelas escolas autorizadas pelo Governo Federal e mantidas pelos Estados e pelo Distrito Federal eram consideradas “equiparadas” e as que eram custeadas pelos Municípios ou sob a condução da iniciativa particular eram tidas como “reconhecidas”. Para a equiparação ou reconhecimento de qualquer escola secundária era preciso uma prévia avaliação das condições físicas, administrativas, pedagógicas e técnicas que garantissem o perfeito funcionamento das mesmas e só assim o Ministério da Educação autorizava a sua operacionalização, podendo o mesmo, em qualquer momento, suspender a equiparação ou o reconhecimento autorizado caso o estabelecimento apresentasse deficiência e descumprimento do que fora estabelecido e acordado. Por essa razão, as instituições de ensino secundário eram submetidas às inspeções federais periódicas, com o propósito de garantir que os estabelecimentos equiparados ou reconhecidos estivessem atendendo as recomendações feitas e assegurando que essas escolas apresentassem, indispensavelmente, formas para a manutenção da ordem e eficiência na sua função de educar.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos traz informações fornecidas pela Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação sobre a situação do ensino secundário no Brasil, no ano de 1945, apresentando alguns dados sobre a quantidade de escolas desse nível em cada unidade da federação (RBEP, 1945, v. 6, n. 17, p. 283-284). Para melhor visualização e análise, esses dados foram distribuídos no quadro 17 a seguir:

Quadro 19 – Escolas secundárias existentes no Brasil em 1945

REGIÃO*	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESCOLA SECUNDÁRIA COM CURSO GINÁSIAL	ESCOLA SECUNDÁRIA COM CURSO GINASIAL E COLEGIAL	TOTAL
NORTE	Território do Acre	02	00	02
	Amazonas	00	03	03
	Pará	03	05	08
	SUB-TOTAL	05	08	13
NORDESTE OCIDENTAL	Maranhão	05	02	07
	Piauí	08	01	09
	SUB-TOTAL	13	03	16
NORDESTE ORIENTAL	Ceará	20	07	27
	R. G. do Norte	08	01	09
	Paraíba	08	01	09
	Pernambuco	20	17	37
	Alagoas	05	05	10
	SUB-TOTAL	61	31	92
LESTE SETENTRIONAL	Sergipe	06	01	07
	Bahia	17	11	28
	SUB-TOTAL	23	12	35
LESTE MERIDIONAL	Espírito Santo	12	05	17
	Rio de Janeiro	38	15	53
	Distrito Federal	43	49	92
	Minas Gerais	100	37	137
	SUB-TOTAL	193	106	299
CENTRO-OESTE	Goiás	14	01	15
	Mato Grosso	09	03	12
	SUB-TOTAL	23	04	27
SUL	São Paulo	139	91	230
	Paraná	12	16	28
	Santa Catarina	08	04	12
	R. G. do Sul	61	14	75
	SUB-TOTAL	220	125	345
TOTAL GERAL		538	289	827

Fonte: (RBEP, 1945, v. 6, n. 17, p. 283-284)

* Divisão Regional de 1945

Observando o quadro 17 constata-se que, em 1945, existiam no Brasil 827 escolas secundárias distribuídas nas sete regiões geográficas que se encontrava o país dividido naquela época. As regiões Sul e Leste Meridional, somando oito estados, apresentavam a maior concentração de escolas secundárias com 345 e 299 respectivamente, correspondendo juntas a um percentual de 77,9% do número total de escolas, enquanto as outras cinco regiões reuniam apenas 183, equivalendo 22,1% do valor geral, numa demonstração de desequilíbrio regional da educação brasileira. Das 827 escolas secundárias, 538 delas eram de 1º ciclo e ofertavam apenas o curso ginásial e 289 eram de 2º ciclo e ofereciam tanto o curso ginásial como colegial.

Com o fim da Era Vargas, em 1945, o Brasil entra num período de redemocratização e, no ano seguinte, foi promulgada outra Constituição Federal que comungasse com as novas aspirações da sociedade brasileira, retomando o princípio da liberdade, admitindo uma maior participação popular e fosse compatível com um país que, economicamente, entrava em uma fase promissora para a indústria nacional e em um processo de urbanização mais acelerada. Segundo Souza (2008, p. 186-187):

Os anos que se seguiram ao fim do Estado Novo no Brasil foram de consolidação da experiência democrática no âmbito político e da sociedade de massa no plano social. Os anos 50 foram tempos de mudanças de hábitos e padrões de consumo, de entusiasmo pela modernização concretizada na sociedade urbano-industrial e de euforia em torno da ideologia nacional-desenvolvimentista. [...] Os chamados ‘anos dourados’ foram anos de otimismo, de crença no progresso brasileiro [...].

Para Boaventura (1996, p. 31-32) o conteúdo constitucional de 1946 “Caracterizou-se como instrumento para uma nova redemocratização que garantiu uma curta viagem liberal de 1946 a 1964”. A Constituição de 1946, no que diz respeito à educação, retomou alguns aspectos da Carta de 1934 e propôs outros. Segundo esse autor,

Até a Constituição de 1946, a União concentrava o ensino secundário e superior, restando ao Estado-membro apenas o ensino primário e a formação de professor. A modificação mais profunda foi a possibilidade de os Estados organizarem, eles próprios, os seus sistemas, podendo ir do pré-escolar às instâncias superiores da pós-graduação (BOAVENTURA, 1996, p. 32).

Em suma, com a Constituição Federal de 1946 a educação no país passou a ser declaradamente “um direito de todos” podendo ser “dada no lar ou na escola” (Art. 166); a iniciativa privada poderia atuar livremente em qualquer ramo de ensino (Art. 167) a gratuidade foi garantida ao ensino primário, porém para os níveis oficiais posteriores a esse o

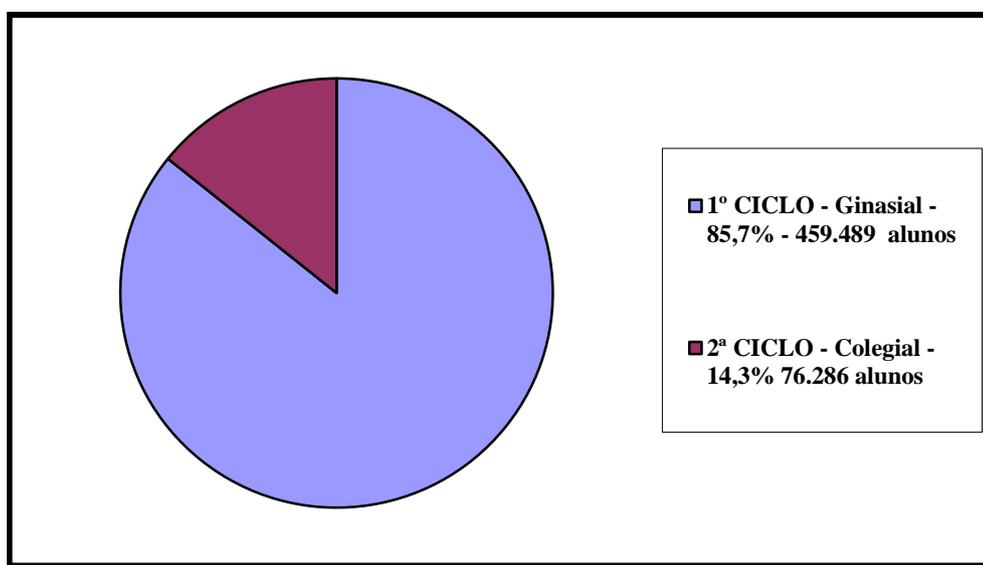
ensino seria gratuito apenas a quem declarasse a falta de recursos financeiros (Art. 168, II); o ensino religioso permaneceu como uma disciplina facultativa nas escolas oficiais (Art 168, V); ficou estabelecido a vinculação de recursos, cabendo a União a aplicação não menos de 10%, e os Estados, Distrito Federal e Municípios um percentual nunca inferior a 20% para promover o ensino (Art. 169); à União ficou o encargo de organizar o sistema de ensino federal e dos Territórios, enquanto que aos Estados e Distrito Federal coube a responsabilidade de organizarem os seus próprios sistemas de ensino (Art. 170, 171). Com essa Carta a União assumiu, no Art. 5, a competência de legislar sobre as “diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1946) e, a partir de 1948, começou a ser gerada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, que foi aprovada em 1961.

A redemocratização do país e o processo de desenvolvimento nacional despertaram o interesse dos jovens das classes populares em buscar a escola secundária, por perceberem nesse nível de ensino uma possibilidade de ascenderem econômica e socialmente. O ensino secundário começou a apresentar um progressivo avanço no número de escolas e de matrículas. Contudo, se a procura era alta, a evasão escolar era também um fenômeno muito marcante, pois ao se tornarem alunos secundaristas logo se deparavam com uma realidade contrastante em que a escola encontrada apresentava práticas rígidas e imobilizadoras, não favorecendo a permanência dessa nova clientela, que frustrada e desmotivada via-se obrigada a abandoná-la. Além das causas de ordem interna escolar, a necessidade de inserir-se no mundo do trabalho era outro fator que contribuía para tirar muitos alunos das escolas secundárias devido a dificuldades de conciliar as duas atividades a contento.

Para Souza (2008, p. 206), “os dados estatísticos não deixavam dúvidas. A democratização das oportunidades educacionais em nível secundário era um dos maiores desafios da educação brasileira” a partir da segunda metade do século XX. Esse foi um período de debates educacionais muito intensos com educadores posicionando-se a favor e contra a popularização da escola secundária. Para uns, a escola secundária deveria ser mais acessível, com adoção de um currículo menos tradicional, rompendo com os conteúdos curriculares estéreis, desmotivadores e desarticulados do público adolescente e jovem; para outros, democratizar a escola secundária era assinar a sua decadência, por ter que fazer um inevitável nivelamento por baixo, o que implicaria na queda da qualidade do ensino, sem contar que não havia professores habilitados suficientes e escolas equipadas que dessem conta da demanda escolar.

Em 1955, Jayme Abreu apresentou no Seminário Interamericano de Educação Secundária um estudo minucioso sobre a realidade desse ramo educacional no Brasil, concentrando suas análises no período pós Lei Orgânica do Ensino secundário e primeira metade da década de 1950. Os resultados desse trabalho tornaram a ser publicados pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, em 2005, e têm servido de base para muitos historiadores educacionais. Dentre as informações contidas nesse trabalho o autor apresenta um quadro geral de matrícula dos dois ciclos do ensino secundário no ano de 1954. No referido quadro constata-se que a matrícula total foi de “535.775”, sendo “459.489” do ginásio e “76.286” alunos do colegial (ABREU, 2005, p. 43).

Gráfico 01 Distribuição da matrícula de Ensino Secundário por ciclo - 1954

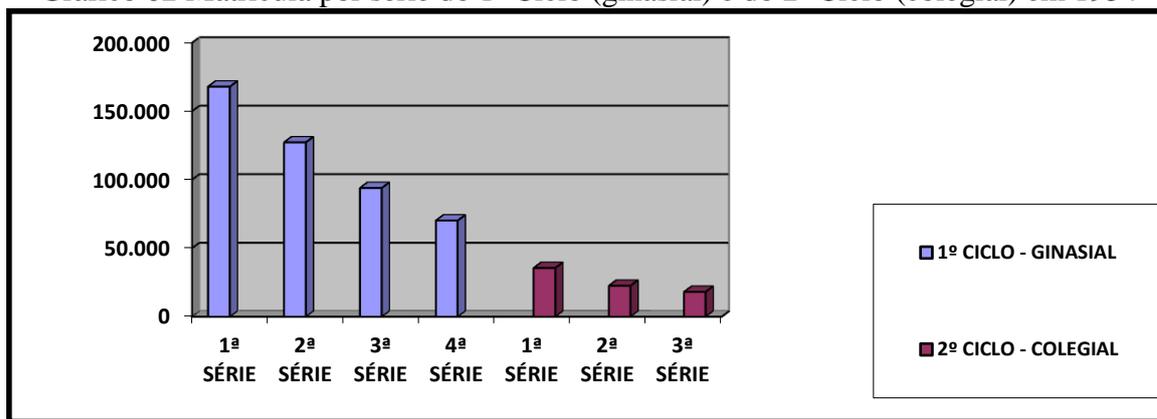


Fonte (ABREU, 2005)

Esses dados indicam que a maior concentração de matrícula dos alunos secundaristas, em 1954, era no ensino ginásial, correspondendo a 85,7 % do total e apenas 14,3 % eram alunos do colegial, incluindo o curso clássico e científico. Segundo Abreu (2005), no Brasil existiam nessa época 1.771 estabelecimentos de ensino secundário que ofereciam o curso ginásial e, desses, somente 714 ofereciam cursos do segundo ciclo. Mesmo tendo aumentado o número de escolas e de matrículas, em comparação aos anos anteriores, esse total de alunos representava somente 6% da população brasileira em idade de frequentar o ensino secundário.

Os dados apresentados por Abreu (2005) possibilitaram a organização do gráfico 02, a seguir, no qual se pode perceber que a quantidade de alunos secundaristas ia diminuindo da sequência das séries.

Gráfico 02 Matrícula por série do 1º Ciclo (ginasial) e do 2º Ciclo (colegial) em 1954



Fonte (ABREU, 2005)

O gráfico 02 mostra que havia um acentuado decréscimo na quantidade de alunos à medida que aumentava a série em cada ciclo. No Brasil, o curso ginasial, em 1954, apresentou uma matrícula inicial de 168.009 alunos e nos anos subsequentes essa quantidade foi diminuindo, de forma que na 2ª série a matrícula foi de 127.297 alunos, na 3ª série de 93.980 alunos e na 4ª série a matrícula final do curso ginasial foi de 70.203 alunos. O mesmo fenômeno de diminuição gradual da matrícula também ocorreu no 2º ciclo fazendo com que, inicialmente, na 1ª série do colegial fossem matriculados 35.559 alunos e depois regredisse para 22.612 na 2ª série e finalizasse na 3ª série com uma quantidade reduzida de 18.115 alunos. Essa diminuição progressiva anual vem comprovar o alto índice de evasão existente no ensino secundário. Mesmo sendo o curso secundário teoricamente aberto aos aprovados nos exames de admissão, independentemente de sua procedência social, nesse nível de ensino a reprovação atingia altos índices, nele permanecendo um seletivo e privilegiado grupo pertencente a uma classe social mais elevada, com uma pequena chance dos oriundos das classes populares concluírem essa fase de sua vida escolar mediante o esforço próprio de conciliar o trabalho e o estudo. A opção das classes populares era por cursos secundários de cunho profissionalizante.

Apesar desse período suscitar mudanças mais profundas na educação, em linhas gerais, muitos elementos que caracterizavam a cultura escolar das escolas secundárias de antes se mantiveram. A construção do currículo era centralizada e este se apresentava extenso, com conteúdos minuciosos que, na grande maioria das vezes, eram ministrados através de aulas expositivas e ditados dos pontos e absorvidos passivamente pelos alunos por meio do processo da memorização. Os exames consistiam o cerne das práticas das escolas secundárias e aos alunos cabia a responsabilidade de obterem notas boas que os levassem à aprovação, decorando a matéria dada sem contestação das metodologias aplicadas. Com a expansão do

ensino secundário muitos professores passaram a ser recrutados de forma emergencial entre os profissionais liberais, sacerdotes, normalistas ou mesmo aqueles sem uma profissão definida (ABREU, 2005; SOUZA, 2008).

Do final dos anos de 1940 ao final dos anos de 1950, muitos debates ocorreram e novas propostas foram sugeridas para a configuração de uma escola secundária mais próxima do povo e que fosse mais compatível com a sociedade brasileira que se modernizava cada vez mais. Em 1961, as Leis Orgânicas do Ensino foram substituídas de vez pela Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

3.2.1 O ensino secundário piauiense na vigência da Reforma Capanema

O Piauí, logo após a Lei Orgânica do Ensino Secundário ter sido decretada, procurou fazer as adaptações necessárias para atender aos ditames dessa reforma. O Interventor Federal no Estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, em 20 de maio de 1942, sancionou o DECRETO-LEI Nº 532/1942 tomando tais providências. Por meio desse dispositivo legal o Liceu Piauiense, estabelecimento público estadual de ensino secundário fundamental, que por força da nova estrutura da Reforma Capanema/1942 tornou-se ginásio com a denominação de “Ginásio Oficial do Piauí” passou a ter um corpo docente formado segundo a discriminação apresentada no quadro abaixo:

Quadro 20 – Distribuição por disciplina do corpo docente do Ginásio Oficial do Piauí segundo o Decreto-lei nº 532/1942

Nº DE PROFESSORES	DISCIPLINA
04	Português
04	Latim
03	Francês
02	Inglês
04	Matemática
01	Ciências Naturais
02	História Geral
01	História do Brasil
02	Geografia Geral
01	Geografia do Brasil
02	Trabalhos Manuais
01	Economia Doméstica
02	Desenho
02	Cântico Orfeônico.

Fonte: (PIAUI, DECRETO-LEI 532, 1942)

Conforme as determinações desse decreto, os professores eram nomeados obedecendo às recomendações federais em vigor, ficando os mesmos obrigados a fazer um rodízio por todas as séries da disciplina assumida, podendo ser lotado, no máximo, em quatro turmas da disciplina sob sua regência. Por exemplo, o professor que era designado pelo diretor para assumir a disciplina de Português poderia ser lotado em uma turma de cada série e, no ano seguinte, dava prosseguimento até fechar o ciclo e continuar tudo novamente. Dessa forma ocorria com as demais disciplinas do quadro curricular da instituição.

Por cada turma assumida, os professores, independentemente de sua classe, deveriam ter mensalmente o seguinte vencimento: “os catedráticos, efetivos, ou interinos, têm sua remuneração mensal fixada em um conto de réis, sem prejuízo da gratificação proporcional ao tempo de serviço de conformidade com as leis que regulam a matéria” e, melhor detalhando a forma de recebimento dos salários, o decreto analisado assegurava que o professor deveria receber por cada turma suplementar o pagamento de “cem mil réis por mês, não sendo essa gratificação abonada durante o período de férias” (PIAUI, DECRETO-LEI 532, 1942, ART. 10 e 7).

O prazo de conclusão do curso secundário ofertado pelo Ginásio Oficial do Piauí era de quatro anos, segundo o estabelecido na Reforma Capanema/1942 para as escolas de 1º ciclo desse nível de ensino. O Decreto-lei 532/1942, tomava por base as cargas horárias das disciplinas sugeridas por essa lei federal e apresentava a distribuição das disciplinas por cada série do curso da seguinte maneira:

Quadro 21 – Matriz curricular do Ginásio Oficial do Piauí em 1942

1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE
Português	Português	Português	Português
Latim	Latim	Latim	Latim
Francês	Francês	Francês	Francês
	Inglês	Inglês	Inglês
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
		Ciências Naturais	Ciências Naturais
História Geral	História Geral		
		História do Brasil	História do Brasil
Geografia Geral	Geografia Geral		
		Geografia do Brasil	Geografia do Brasil
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais		
		Economia Doméstica	Economia Doméstica
Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico	Canto Orfeônico
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física

Fonte: (PIAUI, DECRETO-LEI 532, 1942)

Após uma análise comparativa entre o quadro 19, que apresenta a matriz curricular proposta ao Ginásio Oficial do Piauí, pelo Decreto-lei 532/1942, e o quadro 15, que traz a distribuição curricular para o curso ginásial recomendada pela Reforma Capanema/1942, percebe-se uma equivalência muito grande entre as duas matrizes curriculares, o que garante a afirmação de que a legislação do ensino secundário no Estado do Piauí caminhava *pari passu* com a legislação federal. O Decreto-lei 532/1942 não tratava declaradamente da Educação Militar, da Educação Religiosa e da Educação Moral e Cívica, porém não se pode afirmar que essas práticas estivessem fora do currículo escolar do Ginásio Oficial do Piauí, pois esse decreto estadual seguia a lei nacional que, por sua vez, não incluía, também, essas modalidades de educação nas três grandes áreas disciplinares: Línguas, Ciências e Artes, mas eram abordadas separadamente, de forma especial, devido à importância das mesmas na disseminação da ideologia da época e o fortalecimento do corpo e do espírito do cidadão brasileiro devotado à sua pátria.

A disciplina de Educação Física mereceu um recorte especial no relatório que o Interventor Federal do Estado, Dr. Leônidas de Castro Melo, enviou ao Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, em 1943. Nesse documento estão descritas as atividades administrativas nas diferentes áreas de atuação do governo, referentes ao ano de 1942, incluindo o ensino. Reportando-se ao ensino de Educação Física, o interventor ressalta que essa disciplina, desde longa data e até o momento, vinha sempre apresentando uma evidente “impraticabilidade dos dispositivos regulamentares concernentes a esse setor educacional, dada a falta de professores especializados e de um órgão técnico orientador” (PIAÚÍ, RELATÓRIO, 1943).

Sendo essa disciplina obrigatória no currículo das escolas varguistas, a solução encontrada pelo governo foi criar uma Inspeção de Educação Física que, dentre outras atribuições, assumiu a responsabilidade de revitalizar o Curso Especial de Educação Física, criado desde 1939, com o objetivo de habilitar professores para ministrarem tal disciplina. Segundo declara o próprio interventor, Dr. Leônidas Melo, “o curso acima referido vem funcionando com regularidade desde a sua criação (*sic*), já tendo sido diplomados pelo mesmo, em quatro períodos letivos, 79 professores” (PIAÚÍ, RELATÓRIO, 1943).

O quadro 20, a seguir, apresenta a quantidade de professores do sexo masculino e feminino habilitados pelo Curso Especial de Educação Física nos anos de 1939, 1940, 1941, 1942.

Quadro 22 – Professores piauienses habilitados pelo Curso Especial de Educação Física nos anos de 1939, 1940, 1941 e 1942

ANOS	MASCULINOS	FEMININOS	TOTAL
1939	02	14	16
1940	00	28	28
1941	00	06	06
1942	00	29	29
TOTAL	02	77	79

Fonte: (PIAUI, RELATÓRIO, 1943)

Percebe-se no quadro acima, que o Curso Especial de Educação Física era frequentado quase que exclusivamente por mulheres, correspondendo a um percentual de 97,5% dos docentes que procuravam habilitar-se nessa área. Apenas 2,5% eram do sexo masculino, o que leva a crer que essa baixa demanda deve-se ao fato da disciplina Educação Física das turmas masculinas, nessa época, ser comumente orientada por militares do Tiro de Guerra, ficando evidente a necessidade maior de professoras para atender o crescente número de alunas que a cada ano ingressavam nas escolas.

Ainda sobre a prática da Educação Física nas escolas piauienses, afirma o Dr. Leônidas Melo que foi somente depois de 1940 que essa disciplina passou a ser ministrada de forma metódica e racional, primeiramente nas escolas da capital e, gradativamente, foi penetrando nas escolas do interior do Estado, à medida que lá chegavam os professores habilitados pelo Curso Especial de Educação Física (PIAUI, RELATÓRIO, 1943). As escolas, tanto públicas como particulares, passaram então a reservar espaços e aparelhagens necessários ao desenvolvimento próprio dessas aulas e em dias festivos tornaram-se comuns as demonstrações públicas de ginásticas desportivas e atléticas para a euforia e aplauso da cidade e o reconhecimento, propaganda e difusão de uma moderna instrução pelo reflexo.

Acatando as recomendações específicas da Lei Orgânica do Ensino Secundário a respeito da educação da mulher, o Decreto-lei 532/1942 incluiu em sua grade curricular a disciplina Economia Doméstica, que tinha por objetivo burilar os traços típicos do caráter feminino, tornando as alunas perfeitas na sua missão como donas de casa. Também por recomendação da referida lei nacional do ensino, o decreto estadual em questão trazia como inovação para o ensino ginásial a figura do orientador educacional, que tinha o papel de despertar e orientar os alunos na escolha de uma profissão, além de incentivá-los na execução dos trabalhos escolares dentro das novas conveniências pedagógicas renovadas, observando o período reservado ao descanso e à recreação.

Em 12 de abril de 1943, o Interventor Leônidas Melo, por meio do Decreto-lei nº 668/1943, transformou o Ginásio Oficial do Piauí em Colégio Estadual do Piauí. Esta foi a primeira instituição de ensino secundário a ofertar o 1º e 2º ciclos desse nível escolar no Estado. Dessa forma, o Colégio Estadual do Piauí, além do curso ginásial passou a oferecer o curso clássico e o curso científico.

Com a oferta do 2º ciclo, houve a necessidade da ampliação do quadro docente do Colégio Estadual do Piauí devido à inserção das novas disciplinas dos currículos dos cursos clássico e científico. Tanto os professores do colegial clássico ou científico e também o orientador educacional tinham vencimentos iguais aos do antigo Ginásio Oficial do Piauí e cada um deles era obrigado a ministrar, no máximo, quatro turmas da disciplina de sua lotação, porém, caso excedesse esse total, receberia por cada turma a mais uma taxa de Cr\$ 100,000 e deveria fazer um rodízio pelas séries (PIAUI, DECRETO-LEI 668, 1943).

O quadro 21, a seguir, apresenta a quantidade necessária de professores por disciplina recomendada pelo Decreto-lei nº 668/1943, para que o Colégio Estadual do Piauí pudesse entrar em funcionamento com a adoção da nova configuração em dois ciclos. A distribuição dessas disciplinas durante os anos de funcionamento do curso ginásial e dos cursos clássico e científico, bem como a programação do conteúdo curricular e regime didático das aulas, seguia as orientações expressas na Reforma Capanema/1942.

Quadro 23 – Número de professores e disciplinas do Colégio Estadual do Piauí - 1943

1º CICLO CURSO GINASIAL		2º CICLO CURSO CLÁSSICO CURSO CIENTÍFICO	
NÚMERO DE PROFESSORES	DISCIPLINA	NÚMERO DE PROFESSORES	DISCIPLINA
02	Português	02	Português
02	Latim	01	Latim
02	Francês	01	Grego
01	Inglês	02	Francês
02	Matemática	02	Inglês
01	Ciências Naturais	01	Espanhol
01	História Geral	02	Matemática
01	História do Brasil	02	Física
01	Geografia Geral	02	Química
01	Geografia do Brasil	01	Biologia
02	Trabalhos Manuais	02	História Geral
02	Desenho	01	História do Brasil
02	Canto Orfeônico	02	Geografia Geral
		01	Geografia do Brasil
		01	Filosofia
		01	Desenho

Fonte: (PIAUI, DECRETO-LEI 668, 1943)

Mesmo sendo o Colégio Estadual do Piauí a única escola pública secundária do Estado autorizada a atender os dois ciclos desse ensino, em 1943, esse fato alentou a alta sociedade que via a possibilidade de não ter que se apartar de seus filhos adolescentes para que esses pudessem dar prolongamento aos estudos longe de casa, em outros estados. Percebendo que a demanda de alunos para essa escola aumentaria, exigindo despesas para os cofres do Estado, o Interventor Leônidas Melo baixou o Decreto nº 3, em 24 de novembro de 1943, que limitava a matrícula do colégio a apenas uma quantidade, não declarada, mas suficiente, para compor apenas duas turmas de cada série. Esse decreto enumerava as seguintes prioridades de matrícula:

Art. 2º - Terão prioridade de matrícula:

I – Os candidatos que já são alunos do estabelecimento;

II – Os candidatos aprovados nos exames de admissão procedidos no Colégio;

III – Os transferidos de outros estabelecimentos de ensino fora da capital;

IV – Os transferidos de outros estabelecimentos de ensino da capital.

Parágrafo único – Os alunos aprovados em exame de admissão serão matriculados por ordem da classificação, sendo fornecido o necessário certificado de aprovação, para matrícula em outro estabelecimento, aos que, por falta de vaga, deixarem de ser matriculados (PIAÚÍ, DECRETO Nº 3, 1943).

Nota-se que ser aluno secundarista dos cursos clássico e científico do Colégio Estadual do Piauí era privilégio de um seletivo grupo de jovens que, além de atenderem as exigências acima e, mesmo sendo essa uma escola pública, tinham que pagar uma taxa mensal de Cr\$ 50,000 e outras taxas e emolumentos estabelecidos pelo Decreto-lei nº 755, de 30 de dezembro de 1943 que orçava a receita e fixava a despesa do Estado para o ano de 1944, tais como os pagamentos para realização de exames, efetivação de matrícula, expedição de certificados e registro dos mesmos, emissão de transferências e mais além disso.

Como ilusória forma de amenizar as dificuldades de acesso dos alunos das classes populares ao segundo ciclo do Colégio Estadual do Piauí, o Interventor Leônidas Melo, sancionou o Decreto-lei 728, de 04 de novembro de 1943, dispensando dos estudantes pobres o pagamento das mensalidades. No entanto, essa dispensa era somente para um reduzido número de alunos dentro de um limite de apenas 5% da matrícula total do curso colegial. Esse benefício não era amplo, mas exclusivamente para alunos provenientes do curso ginásial do Colégio Estadual do Piauí fazendo com que uma decisão aparentemente inclusiva fosse de fato excludente, abortando qualquer pretensão dos jovens pobres, que com esforço próprio ou

com ajuda de bolsas de estudo chegavam a concluir o ginásio nas poucas cidades do interior que ofereciam esse ciclo secundário, de prosseguirem seus estudos.

No ano seguinte, o Decreto nº 8, de 10 de abril de 1944, aumentou o percentual de dispensa da mensalidade dos alunos pobres para 10% de cada uma das séries do segundo ciclo do Colégio Estadual do Piauí, mas manteve essa oportunidade restrita aos alunos pobres que tivessem apresentado um real aproveitamento no curso ginásial dessa escola. Em 23 de agosto, no segundo semestre desse ano, um novo decreto é sancionado pelo Interventor Leônidas Melo constando em seu primeiro artigo que “Ficam dispensados do pagamento de mensalidades os alunos pobres do 2º Ciclo do Colégio Estadual que tenham feito com real aproveitamento o Curso Ginásial em qualquer estabelecimento congênera no País, até o limite de 15% em cada uma de suas séries” (PIAÚÍ, DECRETO Nº 14, 1944).

Já no momento político seguinte ao da era varguista o país entrou em uma fase de conquista da ordem democrática e, pretendendo entrar nesse clima, no Piauí, foi aprovada a Lei nº 23, de 2 de dezembro de 1947, isentando do pagamento de matrícula e de qualquer outra taxa todos os alunos do Colégio Estadual do Piauí e também da Escola Normal Oficial. Esse foi mais um passo dado na conquista de uma escola pública gratuita no Estado. Fica claro, porém, que o acesso dos alunos pobres ao ensino secundário ainda era limitado ao percentual de 15% das vagas por série. Conforme declara o governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em sua mensagem proferida na abertura da Assembleia Legislativa, em 1961, foi somente no ano anterior que “observou-se, pela primeira vez, o disposto na Constituição estadual com a reserva de 20% das vagas dos estabelecimentos de ensino secundário aos alunos reconhecidamente pobres” (PIAÚÍ, MENSAGEM, 1961). Percebe-se que a democratização da escola pública secundária no Piauí não tinha pressa em ocorrer, pois a entrada dos pobres a essas escolas era feita a conta-gotas numa clara demonstração de resistência ao acesso das classes populares, com o intuito de permanecer esse nível de ensino formando as “elites condutoras” do Estado.

Na seção “Documentação” da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos pode-se constatar a existência de nove escolas de ensino secundário no Piauí no ano de 1945. Cinco dessas escolas estavam situadas na capital Teresina: Colégio Estadual do Piauí, Ginásio Dr. Demóstenes Avelino, Ginásio Sagrado Coração de Jesus, Ginásio Municipal São Francisco de Sales e Ginásio Leão XIII; três em Parnaíba: Ginásio N. S. das Graças, Ginásio Parnaibano e Ginásio São Luís Gonzaga e uma em Floriano: Ginásio Santa Teresinha de Jesus (RBEP, 1945, v. 6, n. 17, p. 285). Com base nas informações contidas no texto “O ensino secundário no Brasil, em 1945” dessa revista pode-se construir um quadro demonstrativo para melhor

visualização das escolas secundárias piauienses nesse referido ano. Das escolas constantes no quadro 22 apenas o Colégio Estadual do Piauí era de natureza pública e apresentava os dois ciclos do ensino secundário e as oito escolas restantes eram particulares e muitas recebiam subvenções do Estado.

Quadro 24 – Escolas Secundárias do Piauí em 1945

ANO	CIDADE	ESCOLA	ENDEREÇO
1945	TERESINA	Colégio Estadual do Piauí	Praça Marechal Deodoro
		Ginásio Dr. Demóstenes Avelino	Rua Machado de Assis
		Ginásio Sagrado Coração de Jesus	Avenida Getúlio Vargas
		Ginásio Municipal São Francisco de Sales	Não informado
		Ginásio Leão XIII	Rua Senador Teodoro Machado
	PARNAÍBA	Ginásio N. S. das Graças	Não informado
		Ginásio Parnaibano	Rua Presidente Getúlio Vargas
		Ginásio São Luís Gonzaga	Rua Santos Dumont
	FLORIANO	Ginásio Santa Teresinha de Jesus	Não informado

Fonte: (RBEP, 1945, v. 6, n. 17, p. 285)

Das escolas secundárias particulares do quadro acima, localizadas em Teresina, o Ginásio Municipal São Francisco de Sales, instituição de orientação católica criada em 1906, teve o seu curso ginasial reconhecido, conforme determina a Reforma Capanema/1942 sobre o ensino secundário, em 5 de abril de 1945, por força do Decreto 18.295. Posteriormente, esse estabelecimento foi autorizado pelo presidente da República José Linhares, por meio do Decreto nº 20.480, de 24 de janeiro de 1946, a funcionar como colégio ofertando o 1º e 2º ciclos de ensino secundário. Por esse mesmo decreto, a denominação dessa escola foi alterada, passando a ser chamada de Colégio São Francisco de Sales. O Ginásio Sagrado Coração de Jesus, escola também católica fundada no ano de 1906, teve seu curso ginasial reconhecido nos termos do art. 72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, através do Decreto nº 21.862, de 26 de setembro de 1946, aprovado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. O Ginásio Leão XIII, criado em 1938, viu o seu curso ginasial ser reconhecido pelo Decreto nº 22.179, de 25 de novembro de 1946 e o Ginásio Dr. Demóstenes Avelino, que foi criado em 1942 por Felismino Freitas Weser, teve o seu reconhecimento concedido pelo Decreto nº. 24.150, de 2 de dezembro de 1947, ficando essas escolas regularizadas e em consonância com a Reforma Capanema/1942.

Das escolas secundárias citadas no quadro 22, localizadas em Parnaíba, o Ginásio Parnaibano, estabelecimento secundário particular criado em 1927, teve o seu reconhecimento concedido pelo Decreto nº 22.175 de 25 de novembro de 1946, pelo Presidente Dutra. O Ginásio Parnaibano, por determinação da Lei estadual nº 83, de 17 de janeiro de 1948, é oficializado e elevado à categoria de Colégio dando o Estado o pontapé inicial para o aumento da rede escolar secundária oficial com os dois ciclos, nas cidades do interior. Em 25 de junho de 1948, por meio do Decreto nº 25.130, o Presidente Dutra também concedeu o reconhecimento do curso ginásial do Ginásio Nossa Senhora das Graças, escola particular católica criada no ano de 1907. Os ginásios São Luís Gonzaga de Parnaíba e Santa Teresinha de Jesus de Floriano, ambos particulares e criados, respectivamente, em 1937 e 1934, foram duas escolas secundárias que se destacaram no cenário educacional piauiense e que também procuraram adaptar-se às exigências da Reforma Capanema/1942.

Após 1945, com o início do período de redemocratização, observa-se no país e, em particular, no Piauí, uma maior procura pelo ensino secundário, ocasionando a elevação do número de matrículas e, conseqüentemente, a necessidade de criação de escolas desse nível. Segundo Lopes (2011, p. 3) o processo de “expansão do ginásio no Piauí é fruto da ação da iniciativa privada, especialmente a confessional, das elites locais dos diferentes municípios e da ação do Estado” e em seguida acrescenta esse autor que “gradativamente esse nível de escolaridade vai se expandido e tendo seu acesso ampliado pela criação de escolas e ampliação de vagas e por transformações nos critérios de acesso ao mesmo”.

O Estado ficava quase sempre na retaguarda, inspecionando e subsidiando muitos dos ginásios que iam sendo criados no Piauí. A preocupação maior do governo com relação ao ensino secundário era com o Colégio Estadual do Piauí e, mesmo assim, o Governador Pedro de Almendra Freitas ao usar a tribuna da Assembleia Legislativa, em 1951, não escondeu a situação de falta de assistência que vinha passando essa instituição de ensino secundário mais conceituada do Estado e fez o seguinte pronunciamento:

Este secular educandário, a mais representativa instituição educacional do Piauí, atravessou o exercício passado [1950] sob a mais deprimente situação de penúria e descaso por parte do Poder Público, de vez que lhe faltava todo e qualquer material indispensável ao curso normal das aulas. Todavia, também lá, pelo espírito de abnegação e apego à formação intelectual e moral da juventude, os professores garantiram ao ensino a pontualidade que se fez mister para o aproveitamento escolar (PIAUI, MENSAGEM, 1951).

Como já foi salientada anteriormente, a reprovação, retenção e evasão no ensino secundário alcançavam índices muito elevados e esses fenômenos também podem ser

constatados no Colégio Estadual do Piauí. Informações dadas pelo Governador Pedro de Almendra Freitas mostram que, em 1950, no curso ginásial dessa escola, “dos 415 alunos matriculados no primeiro ciclo foram aprovados 209, dos quais 58 foram concludentes” e acrescenta que “no segundo ciclo, foram matriculados no curso Clássico 26 e no curso Científico 356; daqueles lograram aprovação 24, incluído os 10 concludentes; destes, 222 dentre eles 56 concludentes” (PIAUI, MENSAGEM, 1951). Um ano depois esse mesmo governador faz a seguinte declaração:

O Colégio Estadual do Piauí iniciou suas atividades escolares com uma matrícula de 801 alunos, distribuídos nos vários turnos, da manhã, tarde e noite. Encerrados os trabalhos escolares do ano letivo de 1951, foram verificados os seguintes resultados: aprovados em 1ª época – 280 alunos; aprovados em 2ª época – 84 alunos; total de 364 alunos (PIAUI, MENSAGEM, 1952).

Analisando os dados apresentados nos dois anos consecutivos (1950 e 1951) de funcionamento do Colégio Estadual do Piauí, percebe-se que houve um pequeno aumento de 4 alunos na matrícula, passando de 797 para 801 alunos. Porém, cabe destacar o alto índice de reprovação ocorrido nesses dois anos que, conseqüentemente, causava a retenção e a evasão dos alunos. No ano de 1950, foram reprovados 206 alunos nas séries do curso ginásial, o que corresponde a um percentual de 49% do total de alunos matriculados. Nesse mesmo ano, do total de 382 alunos matriculados no 2º ciclo, percebe-se que 356 deles, o que corresponde a 93%, preferiram o curso Científico e apenas 26 alunos, ou 7% do total, optaram pelo curso Clássico. No curso científico o índice de aprovação foi de 62% ao passo que no curso Clássico esse percentual ampliou para 92%. Nota-se uma melhoria no grau de aproveitamento dos alunos no 2º ciclo, o que leva a crer que é no 1º ciclo do ensino secundário, no curso ginásial, que os alunos enfrentam as barreiras maiores da seletividade retendo-os e levando-os a desistirem.

No ano de 1951, o Colégio Estadual Piauiense apresentou uma aprovação final de 364 alunos, contabilizando aí a soma dos alunos aprovados em 1ª e 2ª chamadas. Essa aprovação corresponde a 45% dos 801 alunos matriculados nessa escola. A ponderação dos dados do ano de 1951 em comparação com os apurados no ano de 1950 permite afirmar que a situação do Colégio Estadual do Piauí se agravou. O índice de reprovação elevou-se em 10% atingindo um patamar de 55%, o que corresponde a 437 alunos do total de alunos matriculados naquele ano.

Essa realidade do ensino escolar secundário era incompatível ao desenvolvimento que a sociedade exigia para os tempos de modernidade que vivenciava. Durante a década de 1950

o ensino secundário piauiense procurou seguir as adaptações feitas na Reforma Capanema, fazendo algumas alterações no currículo enquanto aguardava a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases que estava em gestação. Por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, no ano de 1960, o Governador do Estado, Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, relatou a melhoria da educação no Piauí e apresentou os avanços conquistados pelo Colégio Estadual do Piauí no ano próximo passado. Na sua mensagem ele afirmou que:

A 1º de março o Colégio Estadual do Piauí iniciou suas atividades letivas, com matrícula recorde [...]. Durante o ano não se registrou qualquer perturbação no aparelho escolar do Colégio padrão. Este fato explica o apreciável rendimento tanto em frequência às aulas por parte dos senhores professores como em aproveitamento no que tange ao corpo discente, que no ano passado conseguiu a mais expressiva percentagem de aprovação nos últimos cinco anos. [...]. No que respeita ao corpo docente e aos funcionários administrativos, não se registrou, no ano que findou, nenhuma anormalidade, pois tanto aqueles como esses foram assíduos aos expedientes e cumpriram, com pontualidade e acatamento, todas as ordens emanadas das autoridades constituídas.

Os dados apresentados pelo governador Chagas Rodrigues permitiram a elaboração do quadro 23 abaixo, no qual se pode constatar a quantidade de alunos matriculados, aprovados e reprovados em cada série do curso ginásial, do curso científico e do curso clássico do Colégio Estadual do Piauí, no ano de 1959. Esses dados falam por si quando comparados com a situação dessa mesma escola no início da década. Houve uma sensível melhoria na atuação dos professores com a preparação intelectual dos alunos, contribuindo para o aumento das aprovações em todas as séries dos cursos citados e, por conseguinte, para a diminuição da retenção e evasão dos alunos.

QUADRO 25 - Alunos matriculados, aprovados e reprovados nos cursos ginásial, científico e clássico do Colégio Estadual do Piauí – 1959

1º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO												
CURSO GINASIAL									TOTAL	%		
	1ª	%	2ª	%	3ª	%	4ª	%				
MI	124	-	280	-	236	-	171	-	811	-		
AP	105	84%	145	52%	166	70%	133	78%	549	68%		
RE	19	15%	135	48%	70	30%	38	22%	262	32%		
2º CICLO DO ENSINO SECUNDÁRIO												
CURSO CIENTÍFICO						CURSO CLASSICO				TOTAL	%	
	1ª	%	2ª	%	3ª	%	1ª	%	2ª			%
MI	279	-	128	-	55	-	24	-	11	-	497	-
AP	157	56%	103	80%	49	89%	18	75%	11	100%	338	68%
RE	122	44%	25	20%	6	11%	6	25%	00		159	32%

MI-Matrícula Inicial AP-Aprovado RE-Reprovado.

Fonte: (PIAUI, MENSAGEM, 1961)

Na década de cinquenta, no auge do período de redemocratização do país, o ensino secundário no Piauí entrou em uma fase de crescimento e passou a apresentar “uma crescente demanda pelos cursos ginásiais nos mais diversos municípios piauienses, principalmente os municípios de médio porte” (MENDES, 2012, p. 221). As instituições secundárias criadas anteriormente se consolidaram e, ampliando cada vez mais a rede escolar desse nível, outros ginásios iam surgindo, principalmente, pelo empenho de particulares, das igrejas e dos poderes públicos municipais. Algumas dessas escolas que funcionaram nesse período estão relacionadas no quadro 24 abaixo.

Quadro 26 – Algumas escolas de ensino secundário ativas no Piauí na década de 1950

CIDADE	ESCOLAS DE ENSINO SECUNDÁRIO
TERESINA	Colégio Estadual do Piauí Ginásio Dr. Demóstenes Avelino Ginásio Sagrado Coração de Jesus Ginásio Municipal São Francisco de Sales Ginásio Leão XIII Ginásio Des. Antônio Costa
OEIRAS	Ginásio Municipal Oeirense
AMARANTE	Ginásio Da Costa e Silva
JAICÓS	Ginásio Padre Marcos
BARRAS	Ginásio Nossa Senhora da Conceição
FLORIANO	Ginásio Santa Teresinha
PARNAÍBA	Ginásio Nossa Senhora das Graças Ginásio Parnaibano Ginásio São Luís Gonzaga Ginásio Nossa Senhora de Lourdes
PIRACURUCA	Ginásio Municipal de Piracuruca
SÃO RAIMUNDO NONATO	Ginásio Dom Inocêncio
CAMPO MAIOR	Ginásio Santo Antônio
PICOS	Ginásio Estadual Picoense
CORRENTE	Colégio Correntino Piauiense
VALENÇA	Ginásio Santo Antônio

Fontes: (PIAUI, MENSAGEM, 1951; PIAUI, EMENTÁRIO, 195?; SOUSA, 2005; PENNO, 2005; NOGUEIRA, 2014)

Ao analisar o período de vigência de quase vinte anos da Reforma Capanema/1942 que tratava sobre o ensino secundário, pode-se em síntese dizer que a mesma organizou esse nível de ensino em conformidade com o contexto político e social vivido na época, apresentando um caráter normativo centralizador, burocrático e controlador por um lado, e por outro lado apresentando feições modernizadoras quando se propunha alargar e fortalecer o sistema educacional e estimular as manifestações culturais e artísticas, mesmo que de forma ornamental e monumental com o interesse de despertar os sentimentos cívicos e patrióticos (SCHWARTZMAN, 1985). Era uma reforma escancaradamente seletiva, transparecendo a sua intenção em formar as “individualidades condutoras”, mas que também contribuiu para promover a construção de uma identidade nacional. Enfim, a Reforma Capanema/1942, mesmo tendo sofrido alguns ajustes no decorrer dos anos, manteve-se em sua essência até a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base, em 1961.

3.3 Breves considerações acerca do ensino secundário à luz da Lei Nº 4.024/1961

O Brasil entrou na década de 1960 embalado pelas transformações de ordem mundial no tocante, principalmente, ao desenvolvimento econômico, industrial, tecnológico e ideológico. O país ainda estava envolvido na atmosfera do nacional-desenvolvimentismo que marcou a década anterior com repercussão na vida da sociedade cada vez mais empolgada pelos fascínios da modernidade e desejosa por melhorias sociais de alcance democrático. No campo educacional, ressalta Souza (2008, p. 230) que nesse período houve um maior empenho social com a educação evidenciado nas

campanhas de alfabetização e a organização de movimentos da sociedade civil em prol da cultura e da educação, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPC), ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja. Uma nova geração de intelectuais mais comprometidos com os interesses das camadas populares e invocando a democratização como bandeira de luta despontou no país.

No que diz respeito à legislação educacional, o maior relevo recai sobre a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB nº 4.024/1961. A proposta dessa lei foi lançada em 1948 e tramitou pelo Congresso por 13 anos até ser sancionada pelo presidente João Goulart, em 20 de dezembro de 1961. Essa lei apresentava uma tendência mais democrática possibilitando uma maior descentralização da educação pública no país, mesmo cabendo à União a função de determinar o norte e a forma de organização da educação e de dar um acolhimento à iniciativa privada; proporcionava um currículo com orientações pedagógicas mais maleáveis. Em linhas gerais, Souza (2008, p. 231) sintetiza o alcance da LDB/1961 afirmando que a mesma

assegurou a liberdade de ensino e afrouxou os mecanismos de controle das escolas privadas, facultando a subvenção da União às escolas particulares para compra, construção ou reforma de prédios, compra de equipamentos e concessão de bolsas de estudo. Por outro lado, atendeu às reivindicações dos que há muito clamavam pela descentralização e flexibilidade na educação, conferindo aos Estados competência para a organização de seus sistemas de ensino. Desse modo, pela primeira vez, a União abria mão do forte controle que exercera sobre o ensino secundário desde o Império.

A LDB nº 4.024/1961 manteve a mesma estrutura organizacional anterior adotando os seguintes níveis de ensino: a Educação de Grau Primário que compreendia a educação pré-primária – para atendimento de crianças com idade menor de sete anos em escolas maternas

ou jardins de infância, e o ensino primário – fornecido em quatro séries anuais, podendo ser ampliado por mais dois anos, para criança a partir dos sete anos e para alunos de idade avançada em classes especiais ou cursos supletivos; a Educação de Grau Médio que dava sequência ao ensino primário e era destinada à formação dos adolescentes e jovens em cursos secundários, técnicos e de formação de professores primários e duração de sete anos divididos em dois ciclos, sendo o primeiro de quatro anos e o segundo de três anos; a Educação de Grau Superior que englobava todo ensino ministrado aos jovens e adultos nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos (BRASIL, LEI 4.024, 1961). Ao se reportar a essa lei, Romanelli (2014, p. 188) diz que a mesma, em sua essência, não sofreu mudanças e acrescentou:

A sua única vantagem talvez seja no fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo, Este, a nosso ver, o único progresso da lei: a quebra da rigidez e certo grau de descentralização. Foi uma abertura que se fazia necessária, mas que, na verdade, foi apenas timidamente ensaiada. A possibilidade de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação foi, sem dúvida, um progresso em matéria de legislação. Dissemos em matéria de legislação e dissemos bem, porque, na prática, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham, ou seja, continuaram mantendo o mesmo currículo de antes, quando não puderam improvisar professor e programa.

Retomando o que já foi dito anteriormente, a LDB 4.024/1961 agrupou no que chamou de Ensino Médio tanto os cursos secundários como os cursos técnico-profissionais e os cursos de formação de professores para o primário e pré-primário com a possibilidade do aluno pedir transferência de um ramo de ensino para outro. Mesmo adotando muitos aspectos do Decreto-lei Nº 4.244/1942 da Reforma Capanema, a primeira LDB avançou no quesito flexibilidade, pois se naquela lei a mobilidade entre os cursos era inviável, pois o aluno nada aproveitaria do que já tinha cursado anteriormente ao pedir uma transferência, nessa nova lei essa mudança era permitida mediante apenas algumas adaptações. Pode-se considerar também como avanço o fato da LDB 4.024/1961 tirar do ensino secundário o privilégio de apenas ele permitir o ingresso em qualquer curso de nível superior, consentindo, doravante, que qualquer concludente dos cursos de ensino médio, sendo aprovado no vestibular, pudesse ingressar no ensino superior de sua escolha (BRASIL, LDB 4.024, 1961; SAVIANI, 2008).

A LDB 4.024/1961 manteve a duração de sete anos e a estrutura do ensino secundário propostas pela Reforma Capanema/1942, para a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Continuou a divisão em dois ciclos: o 1º ciclo permaneceu com nome de curso ginásial com

quatro anos de duração e o 2º ciclo conservou a designação de curso colegial com três anos de duração. Porém, essa organização em ciclos não era uma exclusividade do ensino secundário acadêmico, mas foi estendida a todos os cursos do ensino médio, tanto os técnico-profissionalizantes como os de formação de professores, numa tentativa de colocá-los no mesmo nível de importância social, “mas apesar da eliminação das barreiras formais, a dualidade do ensino médio manteve-se devido à existência da rede dual de escolas secundárias e técnicas – e o prestígio social do ensino secundário” (SOUZA, 2008, p. 232).

O currículo do ensino secundário passou a ter disciplinas e práticas educativas obrigatórias e optativas possibilitando-o apresentar-se de forma variável. Tanto no 1º como no 2º ciclo era adotada uma disciplina vocacional conforme a necessidade das localidades onde estavam inseridas as escolas secundárias. A grade curricular do curso ginásial deveria apresentar nove disciplinas, sendo que em cada série desse curso só poderiam ser ministradas cinco disciplinas, no mínimo, ou sete disciplinas, no máximo, incluindo nessas até duas optativas escolhidas pelos próprios estabelecimentos. No curso colegial, nas duas primeiras séries, deveriam ser ministradas oito disciplinas, sendo dessas até duas optativas, além das práticas educativas, e na terceira e última série era recomendado uma oferta diversificada de quatro a seis disciplinas com o objetivo de preparar os alunos para prestarem o vestibular e cursarem o ensino superior (BRASIL, LDB 4.024, 1961).

Criado pela LDB 4.024/1961, mas efetivamente instituído pelo Decreto nº 51.404, de 5 de fevereiro de 1962, o Conselho Federal de Educação (CFE), dentre suas atribuições, deveria contribuir para a formação dos sistemas estaduais de ensino e conservar uma permanente troca de informações com os Conselhos Estaduais de Educação (CEE), colaborando assim para a promoção da descentralização do ensino. Era também da competência do Conselho Federal de Educação determinar até cinco disciplinas obrigatórias que deveriam compor o currículo do ensino médio, ficando para os Conselhos Estaduais de Educação completar a escolha das disciplinas obrigatórias e enumerar as disciplinas optativas. Os conselhos poderiam permitir que os próprios estabelecimentos de ensino médio escolhessem até duas disciplinas optativas de sua grade curricular (BRASIL, LDB 4.024, 1961). Essa participação conjunta dos três níveis na gerência do ensino levou à pesquisadora Zotti (2004, p.122) classificar o currículo em três partes: “uma nacional (até cinco disciplinas obrigatórias indicadas pelo CFE); uma estadual (fixada pelos conselhos estaduais, de caráter obrigatório) e uma escolar (formada pelas matérias que os estabelecimentos escolhessem com base em listas elaboradas pelos conselhos estaduais e/ou federal).

Com a flexibilização dos currículos, no ensino secundário como nos demais ramos do ensino médio, não havia uma matriz curricular fixa proposta na LDB 4.024/1961, no entanto essa lei alertava um cuidado especial para com a disciplina de Português. Recomendava a inclusão do ensino religioso no horário das escolas oficiais, porém apresentando matrícula facultativa conforme a opção religiosa do aluno e sem acarretar despesas aos cofres públicos. A disciplina Educação Física era obrigatória com prática limitada até a idade de 18 anos. Também sugeria, na organização do ensino médio, a inclusão da iniciação artística como atividade complementar para a formação dos alunos, além de advertir a escola, juntamente com a família, para não descuidarem das orientações educativas e vocacionais (BRASIL, LDB 4.024, 1961).

Em 1962, o Conselho Federal de Educação, em consonância com o que determina a LDB 4.024/1961, baixou as “Normas para o Ensino Médio” indicando as disciplinas obrigatórias para esse nível de ensino. Por esse documento, ficam estabelecidas como disciplinas obrigatórias para o ensino médio: Português, História, Geografia, Matemática e Ciências. A Educação Física era obrigatória e considerada como prática educativa, bem como: Educação Cívica, Educação Artística, Educação Doméstica, Artes Femininas e Industriais (BRASIL, CFE, 1962a).

Para esclarecimento da diferença entre disciplinas e práticas educativas de que fala o artigo 35 da LDB 4.024/1961, Cândido Padim, relator do Parecer nº 131 do CFE, explica que as disciplinas se constituem num conjunto de “conhecimentos sistematizados e progressivos, dosados conforme certos endereços. [...] passível de mensuração e é condição de prosseguimento dos estudos” e práticas educativas, por sua vez, são atividades necessárias à formação dos adolescentes, mas que “colocam o acento principal na maturação da personalidade, com a formação dos hábitos correspondentes, embora necessitem também da assimilação de certos conhecimentos” (apud SOUZA, 2008, p. 236-237).

Enquanto os Conselhos Estaduais de Educação não fossem instituídos, o Ministério da Educação sugeriu aos Estados que escolhessem como disciplinas obrigatórias para o 1º e 2º ciclos: “desenho e organização social e política brasileira, ou desenho e uma língua estrangeira moderna, ou uma língua clássica e uma língua estrangeira moderna, ou duas línguas estrangeiras modernas” e somente para o 2º ciclo “uma língua estrangeira moderna e filosofia”. Para a livre escolha dos estabelecimentos de ensino, as sugestões propostas como as disciplinas optativas para o curso ginasial eram: “línguas estrangeiras modernas, música (canto orfeônico), artes industriais, técnicas comerciais e técnicas agrícolas” e para o curso colegial: “línguas estrangeira modernas, grego, desenho, mineralogia e geologia, estudos

sociais, psicologia, lógica, literatura, introdução às artes, direito usual, elementos de economia, noções de contabilidade, noções de biblioteconomia, higiene e dietética” (BRASIL, CFE, 1962a).

Ainda com base na Indicação s/n, de 24 de abril de 1962, quanto a “amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias” o Conselho Federal de Educação considerava como componentes primordiais para a organização de ensino médio, de forma a conseguir o propósito de desenvolver integralmente a personalidade do aluno: “as disciplinas intelectuais, as práticas educativas artísticas ou úteis, as práticas educativas físicas, a educação moral, cívica e religiosa”. Tais componentes, embora possuíssem suas especificidades, deveriam fazer-se presentes no currículo formando um todo orgânico de forma a apresentar-se integrados, coerentes e sincronizados (BRASIL, CFE, 1962b).

Com a preocupação de não ferir as recomendações da LDB 4.024/1961 de que fossem levadas em consideração na organização do ensino a “variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar” (BRASIL, LDB 4.024, 1961, art. 20) em observância ao princípio da flexibilização e descentralização, o Conselho Federal de Educação dá apenas algumas orientações gerais para o desenvolvimento das matérias obrigatórias nos seguintes aspectos, dentre outros:

PORTUGÊS

IV – O ensino de Língua Portuguesa do curso Secundário tem em vista, primordialmente, proporcionar ao educando adequada expressão oral e escrita. [...] Os estudos teóricos de gramática e estilística são meramente subsidiários e, por consequência, hão de constituir apenas um meio para desenvolver, no discente, a sua capacidade de expressão. [...] Os conhecimentos adquiridos no curso ginásial serão consolidados por um estudo mais aprofundado da gramática expositiva complementados pelos da gramática histórica e da literatura brasileira e da portuguesa, analisadas à luz dos textos de suas diversas fases.

HISTÓRIA

V – O ensino de História visa a proporcionar ao educando elementos de compreensão e avaliação da grande experiência que tem a evolução da humanidade. [...] Será de particular importância o estudo do Brasil no Continente Americano [...] A história universal desenvolver-se-á, assim, através dos séculos, abrangendo as diversas partes do mundo, e sincronizando, sempre que possível, a evolução histórica da humanidade. Culminará o ensino da história na interpretação do processo histórico, com uma referência ao Brasil, ao seu espírito de solução pacífica dos problemas nacionais e internacionais, especialmente para os alunos que se dirigem aos cursos superiores dedicados às ciências do homem e da sociedade.

GEOGRAFIA

VI – A geografia tem por objetivo o estudo da Terra como habitat do homem. O objetivo principal dessa disciplina é estudar as ações e reações entre os fenômenos naturais e culturais, analisando e interpretando fatos relevantes da vida dos grupos humanos sobre o globo. Deve-se, pois, encetar o ensino da geografia no curso ginasial por um esforço de iniciação geográfica, cuja finalidade é dar visão correlata dos fatos fundamentais da terra. Levando-se em conta, porém, a idade dos alunos que começam o 1º ciclo, essa iniciação geral não deve descer a pormenores ou deter-se em nomenclatura demasiado técnica, mas dar ao educando as noções essenciais para a observação da natureza e o estudo da presença do homem necessário. Embora de caráter geral, a iniciação apelará, quanto possível, para a consideração da localidade, da região e do país em que o educando vive. [...] No ciclo colegial far-se-á um aprofundamento maior, entrando na análise da geografia humana e econômica do Brasil e do mundo [...].

CIÊNCIAS

VII – As disciplinas ‘Iniciação à Ciência’ e ‘Ciências Físicas e Biológicas’ não devem ser consideradas predominantemente em seu conteúdo ou quantidade de matéria exigida. O essencial é a orientação didática do curso que deverá ter em vista o desenvolvimento dos hábitos e atividades peculiares aos que se dedicam à pesquisa científica, principalmente à capacidade de iniciativa e de invenção. [...] Muito se conseguirá não só apreciando-se a contribuição dos cientistas do passado e do presente e lançando-se em relevo a importância da ciência e do método científico para o progresso da humanidade, mas também, e principalmente, reduzindo-se as aulas puramente expositivas, incentivando-se o hábito de consulta à bibliografia adequada ao nível dos alunos e estimulando-se as atividades individuais, tais como a observação e a experimentação próprias, a construção de aparelhos científicos, a organização de coleções, o preparo de quadros, murais, a realização de excursões, etc.

EDUCAÇÃO FÍSICA

VIII – No conjunto das práticas educativas, a educação física deve atender a dois objetivos, respeitada a fundamental diferença entre os sexos: 1º) cultura física individual, em que se estimule o desenvolvimento harmonioso de órgãos e funções, de modo que alcance o máximo da eficiência e resistência orgânica. 2º) educação social, pela aquisição do senso de ordem e disciplina, através de exercícios coletivos e competições esportivas. Para obtenção do primeiro objetivo, impõe-se atento exame médico da criança e do adolescente, a fim de que se verifiquem as contraindicações apresentadas por moléstias ou defeitos físicos em relação à natureza ou intensidade dos exercícios ginásticos e esportivos. Não se deve esquecer, porém, a grande importância do segundo objetivo, principalmente quando conjugado com o sistema pedagógico destinado a suscitar no educando o sentido de responsabilidade e os hábitos de cooperação e solidariedade (BRASIL, CFE, 1962b).

Além das diretrizes e práticas curriculares, outro elemento constitutivo também importante para análise da cultura escolar de uma instituição de ensino é o tempo escolar, pois ele imprime a sua dinâmica, a sua forma de organizar e agir. O tempo escolar é cíclico, fragmentado e sofre mudanças constantes de ordem interna ou externa à escola. Segundo

Frago (1994, p. 32) “El tiempo escolar es pues, a la vez, un tiempo personal y un tiempo institucional” e em seguida esclarece que “En cuanto tiempo institucional, el tiempo escolar es un tiempo reglado y organizativo. Sus modalidades más características son el calendario escolar y los cuadros-horarios que distribuyen las actividades y materias por semanas, días y horas”.

Do ponto de vista institucional, a LDB 4.024/1961 regulamentava o tempo escolar dando o direcionamento geral para que os estabelecimentos de ensino secundário delineassem seus referentes temporais como calendários e horários refletindo assim, de forma particular, no seu ritmo, no traçado do seu perfil, na sua cultura escolar. Essa lei estabelecia que o período escolar tivesse uma duração mínima de 180 dias de efetivo trabalho, não compreendendo nesse total os dias dedicados à aplicação de provas e exames, e determinava também que 24 horas de cada semana fossem reservadas para ensino de disciplinas e práticas educativas. O ensino secundário poderia funcionar livremente nos três turnos, contanto que a duração do curso ginásial fosse de quatro anos e o colegial, de três anos, no mínimo.

A LDB 4.024/1961, mesmo não tendo de todo alcançado as mudanças na educação do país como eram esperadas, trouxe um fio de esperança para uma escola secundária mais descentralizada e de maior alcance. Na opinião de Anísio Teixeira essa lei, apesar dos avanços, as conquistas se deram pela metade ficando famosa a expressão dita por ele de que todo o esforço em favor de uma escola pública resultou numa “lei de meia-vitória, mas, de qualquer modo, de vitória contra a centralização e o totalitarismo do Estado Novo” (TEIXEIRA, 1962, p. 223).

Em 1964, com o golpe militar, o país perdeu suas conquistas democráticas entrando num período de repressão profunda e de perdas dos direitos constitucionais. A área educacional sofreu transformações resultantes dos acordos MEC/USAID, sob a alegação de proporcionar um maior desenvolvimento científico e tecnológico ao ensino do país. Foi um momento caracterizado “pela racionalização do processo educativo, dando-se prioridade ao planejamento, à especialização do trabalho e aos sistemas de supervisão e avaliação que pudessem imprimir ao processo maior eficiência e eficácia” (SOUZA, 2008, p. 259).

Segundo Nunes (2000), com as mudanças políticas após 1964, no que diz respeito ao ensino secundário ginásial, o governo adotou uma política de expansão e de reformulação do currículo. Cita essa autora que com o ajuda do regime militar foram criados os Ginásios Polivalentes com a intenção de “superar a dicotomia entre trabalho intelectual e manual, introduzindo práticas de trabalho ao lado de disciplinas de cultura geral” (p. 56). Esses ginásios não vingaram em decorrência de vários problemas como “desprestígio, evasão e

transferência de alunos em índices expressivos” (p. 57), além disso, “os professores se evadiam pelos baixos salários e pela falta de um serviço de supervisão de apoio” e por fim, “o entrosamento entre a educação geral e a formação especial era insatisfatório. Em consequência, esses ginásios tiveram sua proposta descaracterizada e voltaram ao ensino tradicional” (p. 58).

Durante o regime militar, o Conselho Federal de Educação passou a elaborar pareceres ressaltando a valor da Educação Moral e Cívica (EMC) que se tornou uma prática fundamental em todos os graus de ensino para o estabelecimento e conservação da ordem. O Parecer nº 117 que teve como relator o Conselheiro Cândido Padin foi aprovado em 30 de abril de 1964 e trata sobre a EMC. Justifica sua adoção nos estabelecimentos de ensino médio afirmando que o Brasil estava passando por um momento que demandava um cuidado mais pontual voltado para “a formação da consciência dos adolescentes, quanto ao exercício dos seus deveres morais e cívicos. Trata-se o que há de mais essencial e básico na educação integral do homem” (BRASIL, CFE, 1962c).

Outros pareceres posteriores foram aprovados procurando apresentar propostas acerca do trato da EMC. No Parecer nº 136, de 05 de junho de 1964, a EMC é recomendada que seja desempenhada em todas as instituições escolares independentemente do nível das mesmas, porém recomenda que a formação moral e cívica não se restringisse ao âmbito escolar, mas deveria sofrer influência de uma ação conjunta dos órgãos formadores de opinião como os meios de comunicação, além da ajuda da família e sociedade de forma geral. Através da ação massiva esperava-se que a EMC, dentre outros pontos, atacasse os fatores negativos como “o desconhecimento e a indiferença pelos valores da cultura brasileira e pelas instituições vigentes” (BRASIL, CFE, 1962d).

Reforçando os objetivos da EMC, o Conselho Federal de Educação, por esse mesmo parecer, inovou o currículo com a indicação de uma nova disciplina complementar com o nome de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) sob o intento de que “sensível aos estudos sociais e políticos, o estudante encontrará, ao longo dessa disciplina, o esclarecimento sobre os problemas fundamentais do seu tempo e do seu país, especialmente o conhecimento das instituições brasileiras” (BRASIL, CFE, 1962d). Não ficou despercebida a recomendação para que o Ministério da Educação editasse livros para a nova disciplina, exercendo dessa forma um controle maior sobre o seu conteúdo, sem esquecer-se também da impressão de compêndios que tratassem da realidade brasileira em geral e que resgatassem a vida dos grandes vultos da pátria. Recomendações práticas foram sugeridas pelo Conselho Federal de Educação às escolas para elevar o espírito moral e cívico dos alunos, dentre elas:

A realização de excursões orientadas, aos museus, monumentos, bibliotecas e outras instituições culturais, bem como a instituições públicas, como parlamento, tribunal e outros; o intercâmbio com instituições externas credenciadas, de caráter ético cívico ou religioso; a promoção de comemorações e festas, de caráter cívico e social; zelo pela língua nacional; a organização de exposições e manifestações folclóricas; a utilização do ensino da música na prática de hinos, canções e composições regionais e das oportunidades esportivas (BRASIL, CFE, 1962d).

Por todo o restante da década de 1960, outras propostas, projetos de lei, decretos e decretos-leis sempre emergiam tratando de forma específica sobre a Educação Moral e Cívica, demonstrando quão significativa ela era para divulgar e inculcar a ideologia do sistema implantado. Finalizando o ano de 1969, com o Decreto-lei nº 869, baixado em 12 de setembro daquele ano, inclui a EMC no rol das disciplinas e práticas obrigatórias. Com isso a EMC ganha mais prestígio no currículo, principalmente, do ensino médio, fazendo dobradinha com a OSPB fortalecendo ainda mais o poder da ideologia impregnada na consciência dos alunos.

Em 1971, a educação elementar e média foram novamente reformuladas através da Lei 5692, de 11 de agosto de 1971. A mudança mais premente imposta por essa lei à educação nesses níveis foi sem dúvida a nova estrutura dada ao ensino que passou a ser designado de 1º e 2º graus. O curso ginásial foi extinto e o que constituía esse ciclo uniu-se ao ensino primário para formar o ensino de 1º grau, com oito anos de duração, de caráter obrigatório para atendimento dos 7 anos aos 14 anos. O curso colegial cedeu lugar ao ensino de 2º grau apresentando três ou quatro anos de duração. A educação brasileira entra em uma nova fase exigindo mudanças tanto na educação pública como privada.

3.3.1 A primeira LDB nº 4.024/1961 e a o ensino secundário no Piauí.

A educação no Piauí tão logo foi aprovada a LDB 4.024/61 começou a fazer as primeiras adaptações à nova lei, mesmo antes de constituir oficialmente o seu Sistema Estadual de Ensino. O ensino secundário no Piauí, durante os dez anos da vigência da LDB 4.024/61 viveu momentos de ampliação de sua rede de escolas tanto do 1º ciclo, os ginásios, como de 2º ciclo, os colégios, observando uma intervenção cada vez maior do Estado. Esse fato foi também detectado por Lopes (2011, p. 3) em seus estudos chegando a afirmar que

A década de 1960 vai se caracterizar por uma maior expansão da ação do estado na interiorização do ensino secundário com a criação do Ginásio e Escola Normal Monsenhor Lindolfo Uchoa de Floriano; do ginásio da

Escola Normal Francisco Correia, de Parnaíba; a oficialização do Ginásio Picoense, de Picos, da Escola Normal de Oeiras e do Ginásio Parnaibano, de Parnaíba.

O Conselho Estadual de Educação do Piauí foi criado pela Lei Estadual nº 2.489 de 20 de novembro de 1963, em conformidade com a LDB 4.024/61. Sua instalação, segundo informação de Brito (1996) só veio a ocorrer em 31 de julho de 1964 iniciando o seu funcionamento de forma precária junto à Secretaria de Educação. Como é apresentado no Art 1º da lei que o criou, Conselho Estadual de Educação do Piauí fora concebido como um “órgão disciplinador da política educacional do Governo” (PIAUÍ, LEI 2.489, 1963) e veio contribuir para a organização do ensino no Estado preparando a base para a criação do Sistema Estadual de Ensino que se oficializou pela Lei nº 2.887/1968.

A Lei 2.489/1963 delimitava a quantidade de nove membros para compor o quadro do conselho e determinava que a nomeação dos conselheiros fosse função do Governador do Estado. Além do seu presidente o corpo de conselheiros era formado por quatro membros pertencente à Câmara de Ensino Primário e Normal e quatro membros da Câmara de Ensino Médio e Superior. Recomendava essa lei, como critérios para a escolha dos conselheiros, que todos fossem “brasileiros natos que possuam ilibada reputação, notório saber e larga experiência no campo educacional” atendendo a observância de representantes de diferentes graus do ensino público e particular (PIAUÍ, LEI 2.489, 1963).

Das atribuições do Conselho Estadual de Educação do Piauí referentes ao ensino médio destacam-se como principais estabelecer os critérios para o reconhecimento das instituições escolares municipais e particulares e a dar permissão para o funcionamento de cursos experimentais; responsabilizar-se pela indicação das disciplinas obrigatórias complementares e apresentar a relação das disciplinas optativas como sugestão para que os estabelecimentos de ensino escolhesse as de sua conveniência; organizar a distribuição da disciplinas obrigatórias e os programas das disciplinas obrigatórias complementares, organizar o funcionamento dos ginásios e colégios noturnos determinando a duração das aulas e a carga-horária semanal atendendo as particularidades de cada curso. Além disso, cabia ao conselho levantar os critérios para a permissão de bolsas de estudos e analisar os dados estatísticos sobre a situação educacional do Estado e recomendar as medidas para a solução dos problemas encontrados e propor a ampliação da rede escolar.

O Governador do Estado, Helvídio Nunes de Barros, em 31 de janeiro de 1967, ocupou a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado para apresentar sua mensagem dando ciência a todos dos feitos de sua administração ocorridos no ano de 1966. Naquela ocasião,

disse o governador que a Secretaria de Educação e Cultura havia voltado o seu olhar para o planejamento de obras, qualificação técnica no pessoal, redução do analfabetismo e concessão de bolsas de estudos para alunos secundaristas e universitários. Levaram-se a termo importantes obras e empreendimentos em favor da educação, ressaltando a construção e ampliação de prédios escolares aumentando de forma considerável a rede escolar primária e média (PIAUÍ, MENSAGEM, 1967). Quanto ao ensino médio, esse governador afirma que foram alcançados bons resultados e declara:

Tendo em vista a crescente demanda de escola média, o número de unidades mantidas pelo Estado do Piauí, no exercício de 1966, ascendeu a 27 (vinte e sete), salientando-se a inversão de vultosos quantitativos na construção de edifícios próprios para as novas unidades como foi o caso de São Raimundo Nonato, Piripiri, Altos, Floriano e Teresina. Foram concedidas bolsas de Estudo para numerosos professores do ensino médio fora do Estado, com amplos resultados. [...] A Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário do Piauí (CADES-PI) promoveu curso de orientação de professores de ESTUDOS SOCIAIS DO PIAUÍ, com rendimento excepcional. A Secretaria deu ênfase à implantação de ginásios para o trabalho, proporcionando recursos para as unidades já existentes e construindo oficinas apropriadas para aquelas atividades, que contribuirão para a obtenção de mão-de-obra elementar em diversos setores (PIAUÍ, MENSAGEM, 1967).

A Secretaria de Educação e Cultura do Piauí continuou nos anos seguintes com a política de expansão da rede pública do ensino primário e secundário, aumento do número de professores para esses níveis de ensino além de promover treinamentos para os mesmos. Na fala do Governador Helvídio Nunes, pronunciada na abertura do ano legislativo de 1968, constata-se que 163 professores do ensino secundário participaram dos cursos da CADES e, nesse ponto, ressalta o governador que o Piauí, no ano de 1967, foi o único Estado da Federação a ministrar os cursos da CADES (PIAUÍ, MENSAGEM, 1968). Quanto à expansão da rede de ensino médio posiciona-se o governador:

A rede de estabelecimentos estaduais de ensino médio foi apreciavelmente aumentada com a encampação dos Ginásios de Oeiras, Pio IX, Altos, Barras e Esperantina; a criação da Escola Normal de Picos; a criação do Colégio Estadual Álvaro Ferreira, em Teresina; e a transferência para o Estado da Escola Normal Regional de Floriano, que funcionará, como ginásio e normal, anexo à Escola Normal “Monsenhor Lindolfo Uchôa” (PIAUÍ, MENSAGEM, 1968).

A década de 1960 foi de promissor crescimento do ensino secundário no Piauí no que tange ao aumento da rede escolar com a construção de ginásios e colégios de modernas

linhas arquitetônicas, além da ampliação de dependências como salas de aula, auditórios, cantinas, bibliotecas e salas mais apropriadas para diretoria e secretaria nos estabelecimentos escolares em funcionamento nas cidades mais populosas do Estado. Todo esse empenho se justifica pela ampliação da demanda de alunos por esse nível que, conseqüentemente, exigia um aumento do corpo docente de professores secundaristas.

Dados estatísticos desse período permitem demonstrar o crescimento da matrícula do ensino no Piauí nos três níveis com acentuado acréscimo no nível médio que quase dobrou o número de alunos em 1967 levando em consideração a matrícula de 1965.

Quadro 27 – Evolução da matrícula nas instituições públicas de ensino no Piauí
1965 – 1966 – 1967

ALUNOS MATRICULADOS	NÍVEL DE ENSINO		
	PRIMÁRIO	MÉDIO	SUPERIOR
1965	143.983	8.660	----
1966	147.272	11.965	292
1967	161.702	16.812	359

Fonte: (PIAÚÍ, MENSAGEM, 1969)

Um fato de relevo ocorrido no campo educacional na década em questão foi a aprovação da Lei Estadual nº 2.887, de 5 de julho de 1968, disciplinando o Sistema Estadual de Educação. Na opinião do governador Helvídio Nunes “a lei em referência, de suma importância para a educação piauiense, veio suprir uma lacuna há muito existente e trouxe substanciais mudanças, no sentido da organicidade e estruturação do sistema de ensino do Estado”. Essa lei, como não poderia deixar de ser, comunga dos mesmos princípios orientadores da LDB 4.024/1961 e como bem observa Brito (1996, p. 128) ela “praticamente transcreve os três primeiros títulos daquela lei que tratam sobre os fins da educação, o direito à educação e a liberdade do ensino.

Analisando a Lei Estadual 2.887/1968, dela pode-se destacar alguns pontos importantes como a organização do sistema de ensino que era arranjado de forma progressiva e contínua abarcando a educação de grau primário composta do ensino pré-primário (escolas maternas e jardins de infância) – para crianças de até seis anos de idade e do ensino primário – para o atendimento obrigatório de crianças a partir de sete anos; a educação de grau médio com funcionamento em dois ciclos – ginásial e colegial; e a educação de grau superior para a formação de profissionais de nível universitário.

Pela Lei 2.887/1968 o ensino no Estado poderia ser ministrado, em qualquer dos seus graus e ramos, em escolas públicas estaduais e municipais, escolas particulares, fundações ou outras instituições educacionais mantenedoras de estabelecimentos oficiais. No entanto, todas as escolas criadas e sujeitas à legislação estadual do ensino precisavam de uma autorização prévia do Conselho Estadual de Educação para entrar em funcionamento. Além da autorização, as escolas criadas após a publicação dessa lei necessitavam ser reconhecidas após dois anos de pleno funcionamento e as escolas que já se encontravam em atividade na data de sua publicação teriam que ser reconhecidas também, bastando para isso ter mais de dois anos de exercício regular. Qualquer escola, em qualquer tempo, poderia ter o seu reconhecimento cassado caso não acatasse os preceitos da LDB 4.024/1961 e dessa lei estadual, ferisse o seu próprio regulamento ou não se enquadrasse nas seguintes condições: “idoneidade moral e profissional do diretor e do corpo docente, instalações satisfatórias, escrituração escolar e arquivo que assegurem a verificação da identidade de cada aluno e da regularidade de sua vida escolar, garantia de remuneração condigna aos professores” (PIAUÍ, LEI 2.887, 1968).

Quanto ao ensino secundário, essa lei em consonância com a lei maior do ensino adotava a divisão em dois ciclos: ginásial – com quatro anos de duração e colegial – com três anos, no mínimo; admitia um currículo variado possibilitando os estabelecimentos de ensino a liberdade de escolher as disciplinas optativas de sua preferência e a inclusão de uma disciplina vocacional conforme as possibilidades de sua oferta e as necessidades locais; recomendava que o quadro curricular do curso ginásial fosse composto por nove disciplinas que deveriam ser distribuídas juntamente com as práticas educativas em suas quatro séries anuais e que na última série do curso colegial a preocupação maior fosse com a preparação dos alunos para enfrentarem o vestibular (PIAUÍ, LEI 2.887, 1968).

A Lei 2.887/1968 também fazia uma referência especial ao ensino de Português advertindo aos professores que não se mantivessem apenas nos aspectos lingüísticos, mas que valorizassem também os aspectos literários dando preferências à produção de autores brasileiros modernos; houve recomendações expressas para que fossem dada uma atenção particular aos estudos sobre a realidade brasileira e regional o que foram realizados por meio das disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB), adotada desde 1962, e Educação Moral e Cívica (EMC) que retornou ao currículo de todas as escolas brasileiras tornando-se obrigatória por meio do Decreto-lei nº 869/1968 e ambas passaram a agir como forma de contribuir para o enaltecimento do espírito cívico e nacional dos alunos e para colaborar com a disseminação da ideologia do regime militar (PIAUÍ, LEI 2.887, 1968; BRASIL, DECRETO-LEI 869, 1968).

No que toca aos aspectos relacionados à escolha do quadro administrativo e pedagógico das escolas de ensino médio sujeitas à legislação estadual, a Lei 2.887/1968 exigia que o diretor fosse reconhecido como um educador qualificado e que tivesse registro na Secretaria de Educação e Cultura. Por essa lei, o cargo para orientador educacional de estabelecimentos de ensino desse nível era conquistado mediante concurso público e necessário como requisitos ter passado por alguma faculdade de filosofia e cursado pedagogia, filosofia, psicologia, ciências sociais, ou ser diplomado em educação física, ou mesmo os inspetores federais de ensino com três anos de experiência docente. Exigia-se para exercer o cargo de professor do ensino médio o registro ou mesmo alguma autorização provisória fornecida pelo Ministério da Educação e Cultura.

Essa lei, nesses e em outros aspectos procurou organizar oficialmente o Sistema Educacional do Estado do Piauí mantendo uma estreita relação com o que estava instituído para o Sistema Federal de Ensino a partir da LDB 4.024/1961, porém manteve suas particularidades estabelecendo os elementos norteadores para o delineamento da cultura das instituições escolares piauiense, mas por um período relativamente curto, pois uma nova sistematização do ensino passou a ser construída com a Lei 5.692/1971.

3.4 Algumas particularidades da cultura escolar do ensino secundário

O ensino secundário apresenta alguns aspectos de sua cultura escolar que merece uma reflexão diferenciada, um olhar mais particular para as práticas avaliativas e para a formação de professores desse nível.

3.4.1 O exame escolar: um ritual de passagem

As ações de selecionar e classificar são usadas pela sociedade humana há milênios, podendo ser confundidas com a sua própria existência. Nas sociedades primitivas existiam as provas para selecionar aqueles jovens que tinham aptidão para adentrar a vida adulta; nas antigas sociedades chinesas, gregas e romanas as pessoas eram submetidas a uma seleção para assumirem alguns trabalhos ou algum posto de prestígio e poder; nas sociedades medievais, principalmente no interior das universidades e, posteriormente, nos colégios jesuíticos, a seleção era feita colocando-se o conhecimento à prova, principalmente por meio da memorização e da arguição; nas sociedades modernas, com invenção da escola nos moldes aproximados das que se conhecem nos dias de hoje, as seleções tornaram-se mais exigentes,

estruturadas e complexas; na sociedade contemporânea, o processo seletivo tornou-se cada vez mais sistematizado constituindo-se em áreas de estudos específicos como a Docimologia, a Psicometria e a Edumetria (DEPRESBITERIS, 1989; LUCKESI, 1998). Como se viu, o ato de selecionar não é um fenômeno genuinamente escolar, mas foi incorporado pela escola ao longo do tempo. A verificação da aprendizagem, na sua origem e ainda com alguns respingos na atualidade, segundo Luckesi (1998), tem sua trajetória fundada na lógica do controle com uso de meios poderosos capazes de selecionar e classificar – o exame é um desses instrumentos.

Examinar é uma palavra de muitos sentidos, como se pode constatar ao consultar vários dicionários, porém neles são comuns sinônimos com o sentido de testar, provar, verificar, medir e aferir. Portanto, examinar é submeter-se a um teste para provar os conhecimentos, verificando e medindo a aprendizagem através da aferição de notas. Os exames escolares tornaram-se característicos da concepção pedagógica que se convencionou chamar de “Pedagogia Tradicional”.

Conhecer a prática dos exames é resgatar a história da cultura escolar desenvolvida no interior das instituições escolares instaladas no seio de uma sociedade que, em cada época diferente, se preocupava em manter o controle e acomodação dos indivíduos ao seu status quo. A prática dos exames escolares refletia a sociedade em que a escola estava inserida, portanto deve ser vista como elemento constitutivo de uma cultura que dá sentido à ação humana. Pessanha e Daniel (2002) afirmam que os exames são instrumentos institucionais por meio dos quais a escola diz que candidatos poderão ser recebidos como alunos e quais desses alunos estão aptos a receberem um certificado no final de um curso, deixando clara a função reguladora dos exames.

No Brasil, pode-se dizer que a prática dos exames existe desde o período Colonial, implantada pelos jesuítas em seus colégios, para falar apenas dessa ordem, já que foi a Companhia de Jesus a que mais se destacou no campo educacional. As ações pedagógicas desses padres eram rigorosas e orientadas pelas normas do Ratio Studiorum, primando por um ensino eficiente e por uma aprendizagem controlados por rituais formais de exames orais e escritos que testavam o raciocínio e a capacidade de memorizar dos alunos e instigando o debate e a competição entre eles.

Essa “Pedagogia dos Exames”, tomando essa expressão de Luckesi, enraizou-se e, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1749, essa prática em pouco se alterou, permaneceu em sua essência nas aulas-régias do período pombalino, nas aulas-avulsas imperiais, nas escolas elementares e secundárias, como os Liceus, e também no ensino

superior do período imperial, continuando ainda nas escolas dos vários níveis do período republicano e, hoje, apesar das críticas sobre essa forma de avaliar ela insiste em continuar sendo usada por muitos professores em muitas escolas.

No Brasil Colonial, era no Ratio Studiorum que os jesuítas procuravam, ao máximo, se basear para fazer a testagem do aluno ingressante e a verificação da aprendizagem dos alunos regulares. Nesse documento, o pretense aluno ao colégio jesuíta deveria ser submetido a um exame composto das seguintes fases: primeiramente era feito um diagnóstico do aluno questionando-o, oralmente, para saber quais conteúdos que ele dominava e o nível de aprendizagem em que se encontrava; depois era submetido a um trabalho escrito, no qual o aluno teria que responder sobre as regras das classes de palavras que haviam estudado anteriormente, além de propor a transcrição de frases para o latim ou mesmo fazer a tradução de um autor clássico. Caso o candidato obtivesse sucesso nesse exame de admissão e se aparentasse ser uma pessoa de temperamento e atitude aceitáveis, era admitido, tornando-se aluno do colégio. Antes que o aluno soubesse qual a sua classe e o seu professor ele deveria saber as regras de como deveria se comportar no colégio. Somente depois de estar ciente das regras impostas pelo colégio, seu nome era assentado em um livro especial, no qual também ficava registrado seu local de origem, sua filiação ou nome de seus responsáveis, sua idade e cognomes, além de declarar se já conhecia algum aluno que lá estudava e, por fim anotar a data de sua admissão. Via de regra, apenas garotos adolescentes eram aceitos, não sendo permitido nem crianças de pouca idade nem moços já crescidos. (FRANCA, 1952).

Além das prescrições tratando sobre a forma de admissão nos colégios jesuítas, no Ratio Studiorum encontra-se na sessão “Normas para Prova Escrita”, uma descrição pormenorizada de outros tipos de exames e provas. Estudos realizados por Shigunov Neto, Maciel e Lapolli (2012, p. 278) mostram que nos colégios jesuíticos os alunos para avançarem nos estudos eram avaliados em três etapas, a saber:

Primeiramente eram realizadas as provas escritas, seguidas das provas orais e do exame final de conclusão. As provas escritas eram obrigatórias para todos os alunos matriculados, sendo permitida a consulta de livros e cadernos e objetivava ser condizente ao nível de estudo. Nas provas orais também era permitida a consulta a livros e cadernos, ocorrendo na presença de todos os alunos da classe.

A cultura avaliativa criada pelos padres jesuítas e presente nos seus colégios espalhou-se em escala mundial servindo de modelo para outras instituições escolares, sendo raro

encontrar uma escola, depois de sua expulsão, que não utilizasse os princípios avaliativos usados nos colégios jesuítas, mesmo que fossem revestidos numa nova roupagem.

Os liceus foram instituições de ensino secundário que surgiram no Brasil do século XIX como forma de organizar esse nível de ensino que havia sido esfacelado desde a expulsão dos jesuítas e reduzido ao funcionamento de simples aulas avulsas existentes desde o período pombalino. Os liceus provinciais do período imperial eram escolas secundaristas reservadas aos filhos das classes elevadas financeira e socialmente.

A prática dos exames feitos nos Liceus Provinciais era marcante e realizada de modo ritualístico, procurando aproximar-se o máximo possível do Colégio Pedro II, tido como uma escola-modelo, e que adotava, conforme o Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838, um sistema de exames realizados no final do ano permitindo aos alunos aprovados a frequentarem a aula seguinte e, além desses exames obrigatórios, era facultado ao aluno fazer, no quinto mês, exames para passar de uma aula para outra, adiantando o curso. Quanto aos exames preparatórios, o bacharel em letras, como era chamado o diplomado pelo Colégio Pedro II, estava isento de realizá-lo, tendo passe livre para qualquer academia do Império, bastando para tanto apresentar o seu diploma. Todos esses exames eram feitos perante os professores, vice-reitor e reitor, seguindo um ritual próprio e, no final de cada ano letivo, ocorria a entrega de prêmios em uma solenidade muito concorrida e esperada (BRASIL, REGULAMENTO Nº 8, 1838).

No Piauí, o Liceu Provincial foi criado pela Lei 198 de 6 de outubro de 1845, e como os demais liceus no Brasil, procurava, dentro de suas limitações, espelhar-se no Colégio Pedro II. A Resolução nº 287/1850 foi aprovada com o intuito de organizar o ensino na Província, reservando o Capítulo 6º para tratar da realização dos exames, detalhando a sua aplicação. Essa lei recomenda a constituição de uma banca examinadora presidida pelo Diretor da Instrução Pública. O “ponto” (assunto da prova) era sorteado com antecedência e, no local e hora marcados, dava-se início a argumentação dos alunos perante três examinadores previamente escolhidos. Os resultados obtidos eram expressos em conceitos, da seguinte forma:

Cada um dos examinadores lançava em uma urna os conceitos “A” se julgasse o aluno aprovado, ou “R” se reprovado. Recolhida a votação, o Diretor dava início à sua apuração e decidia seu resultado observando a seguinte regra: para três “A”, o aluno seria considerado aprovado plenamente; para dois “A” e um “R”, aprovado simpliciter; e se dois ou três “R”, reprovado. Os resultados eram registrados em livros e assinados por

todos os examinadores que compuseram a banca, e conforme o resultado obtido seria expedido gratuitamente um certificado ao examinado (REIS, 2009, p.118).

Observa-se no exposto acima que a cultura dos exames implantada no Brasil colonial permaneceu viva nas instituições de ensino secundário do Império mantendo seu caráter regulador selecionando os “bons” alunos que iriam assumir os cargos de destaque na sociedade.

Já no período republicano, os historiadores educacionais brasileiros consideram a “Reforma Francisco Campos” como um marco na modernização do ensino secundário no Brasil, pois ela imprimiu outra organização a esse nível de ensino, propondo inovações, entre elas a institucionalização dos exames de admissão aos ginásios.

Os exames escolares ao longo do tempo vêm cumprindo o seu papel de regulação e controle sobre o conhecimento a ser aprendido e quem dele deve ter acesso, e isso não passou despercebido do poder público, que aplicava as regras por meio da legislação educacional. No período republicano, o modelo de exames até então adotado nas instituições de ensino secundário foi substituído pelo exame de admissão ao ginásio, estabelecido nacionalmente pelo Decreto Nº 19.890, de 31 de abril de 1931, conhecido como Reforma “Francisco Campos”.

A Reforma Francisco Campos reserva o Capítulo III para traçar em linhas gerais a operacionalização da admissão ao curso secundário, unificando sua aplicação. Por esse Decreto ficou estabelecido que o exame de admissão fosse realizado em todo país na segunda quinzena de fevereiro. Por meio desse dispositivo legal só poderia prestar exames o candidato que tivesse, no mínimo 11 anos de idade, não estabelecendo o limite máximo, salvo nos estabelecimentos que funcionavam em regime de internato, que só poderia fazer a inscrição o candidato com até 13 anos.

Além de outros aspectos relacionados aos exames de admissão que constam no Capítulo III, encontram-se, no artigo 22 dessa reforma, as modalidades de provas a que os candidatos deveriam se submeter e o conteúdo abordado: “provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais” (BRASIL, DECRETO Nº 19.890, 1931).

Muitas portarias foram publicadas com o propósito de esclarecer e detalhar a aplicação do exame de admissão proposto pela Reforma Francisco Campos, dentre elas a Portaria s/n,

de 15/04/1932, segundo a qual os exames eram feitos perante uma banca examinadora composta por três professores escolhidos do quadro docente do próprio estabelecimento, além da presença de um inspetor federal. Exigia, também, essa portaria, que os editais dos exames fossem obrigatoriamente divulgados por meio da afixação nas portas dos estabelecimentos ou publicados em jornais. Durante a realização do exame a ordem deveria ser mantida e, caso algum candidato descumprisse algumas normas era imediatamente eliminado pelo inspetor. A comissão examinadora, juntamente com o inspetor, deveria lançar as notas dos candidatos em livros específicos e, por fim, divulgar os resultados e publicá-los em ordem de classificação (MINHOTO, 2008).

O ensino secundário, em 1942, sofreu nova organização que refletiu na cultura escolar das instituições desse nível. Trata-se do Decreto-Lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, denominado como Lei Orgânica do Ensino Secundário. Esta Lei fazia parte de um conjunto de reformas propostas pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, conhecidas como “Leis Orgânicas do Ensino”.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) versa sobre os exames de admissão no seu Capítulo V em apenas um artigo – o art. 34. Esse artigo traz inovações ao permitir a realização do exame de admissão em duas épocas, sendo a primeira em dezembro e a segunda em fevereiro. Porém, para que o candidato pudesse efetivar sua inscrição, deveria, no ato desta, comprovar que não era portador de doença contagiosa e apresentar atestado de vacinação.

Por essa Lei era também exigido do candidato aprovação no curso primário e ter no mínimo 11 anos ou que venha completar essa idade até o meio do ano (30 de junho). A inovação dos exames de segunda época tinha a finalidade de dar ao candidato reprovado uma nova oportunidade, bem como àqueles candidatos que, por algum motivo, não prestaram os exames em primeira época. Esse artigo 34, no seu § 3, deixa bem claro que “O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 4.244, 1942).

Em 1961, foi fixada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nela, o processo seletivo através do exame de admissão permanece como porta de entrada para o ginásio. Por essa lei, para ingressar na primeira série do ginásio o candidato deveria ter onze anos ou completar essa idade durante o ano do seu ingresso e ser aprovado no exame de admissão de forma a comprovar uma educação primária satisfatória (BRASIL. LEI nº 4.024..., 1961). O exame de admissão vigorou por 40 anos, sendo extinto em 1971 com a Lei 5.692/71,

que reformou a educação brasileira extinguindo o curso ginásial e colegial e em seu lugar surgiram novos níveis de ensino: o 1º grau e 2º grau (BRASIL, LEI Nº 5692, 1971).

Diante do exposto, percebe-se que os exames escolares são tão antigos quanto a própria invenção da escola. Desde sua origem apresentou a finalidade de regular e selecionar o acesso aos níveis mais elevados de ensino. O exame de admissão ao ginásio traz consigo esse germe, sendo considerado como um elemento de triagem, uma “peneira” que deixava passar por suas tramas apenas os que tinham “mérito” para prosseguir e, assim, apurar a nata da sociedade e conseqüentemente manter o equilíbrio social. O Ginásio Municipal Oeirense, objeto desse estudo, fazia uso de tal prática para a seleção de seus alunos, o que será comentado com mais detalhe no capítulo V.

3.4.2 O tornar-se professor secundarista: aspectos históricos de sua formação

No Brasil colonial, do início de sua educação formal e por um longo período de 210 anos, a educação ficou praticamente entregue aos jesuítas. Eles são considerados os primeiros educadores do Brasil e sua formação tinha um caráter acima de tudo religioso do que propriamente pedagógico. Eles eram formados nos moldes do Ratio Studiorum e o jeito de ser professor desses padres “apresentava-se severo, rígido e rigoroso, encarregado de transmitir um saber absoluto e inquestionável” (BANDEIRA E MENDES, 2006, p. 2), construindo uma cultura escolar própria, enquadrando-se no que se conhece como pedagogia tradicional, que influenciou, posteriormente, a formação e a prática de muitas gerações de professores e ainda, na atualidade, não raro, vem à tona alguns de seus aspectos. Nesse período não houve iniciativa da Coroa Portuguesa com a formação de professores, uma vez que a educação da colônia não era de sua responsabilidade direta.

A primeira iniciativa em institucionalizar oficialmente a formação de professores no Brasil ocorreu no período imperial, em 1827, com a promulgação da Lei Geral do Ensino direcionada para as escolas de primeiras letras. Essa aludida lei, que foi a primeira a tratar sobre a educação no país, determinava o uso do ensino mútuo nas escolas das capitais das províncias e locais mais populosos e versava em seu art. 5º que “professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais” (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1824). Como se pode perceber, a referida lei recomendava aos professores em exercício um rápido treinamento para um domínio puramente técnico do método mútuo sem se preocupar com as suas implicações

pedagógicas. Sem contar que essa lei não estimulava os professores para buscarem sua qualificação, tendo os mesmos que arcarem com todas as despesas, tirando-as dos seus minguados salários.

Com a promulgação do Ato Adicional de 1834 descentralizou-se a instrução pública. A nova normativa determinou ao município da Corte apenas o controle das faculdades de Medicina, dos Cursos Jurídicos e das Academias já existentes, colocando sobre as províncias a responsabilidade dos demais níveis de escolaridade. Neste contexto, houve o surgimento das escolas normais demonstrando de forma mais contundente as preocupações quanto à formação de professores (BRASIL, ATO ADICIONAL, 1834).

Convém destacar, no entanto, que o empenho com a formação de professores advindo das vigências da Lei Geral do Ensino de 1827 e do Ato Adicional de 1834, proposto via treinamento e via escola normal, recaía sobre a preparação de docentes para atuarem nas escolas de primeiras letras. Não existiam escolas de formação para professores do ensino secundário, nem mesmo para as próprias escolas normais, e nem para os professores que ocupavam as cadeiras dos Liceus ou institutos similares, que foram criados nesse período. Os docentes secundaristas eram recrutados entre pessoas de notório conhecimento no meio social, sem necessariamente ter algum domínio no campo pedagógico. Essa realidade perdurou por todo período imperial atingindo as primeiras décadas do século XX.

A partir da década de trinta do século passado, novas expectativas se esboçaram no campo da formação de professores, com a implantação dos Institutos de Educação do Distrito Federal, em 1932, e de São Paulo, em 1933. Para Saviani (2005b, 2009), a criação de tais instituições foi guiada pelas ideias, muito em voga naquela época, de renovar a educação e com isso servir de modelo para uma formação docente com adoção de práticas pedagógicas de bases científicas. Posteriormente esses cursos passaram a fazer parte, respectivamente, da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e da Universidade de São Paulo, em 1934.

Tais iniciativas serviram de alicerce para a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída em 1937, que passou a ser chamada simplesmente de Faculdade Nacional de Filosofia, por força do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, com a finalidade expressa de: “a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica; b) **preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal**; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 1.190, 1939, grifo da autora). Essa instituição de ensino superior, por muito tempo, serviu de modelo para que outras

fossem criadas no país, contribuindo para a formação de professores secundaristas e professores das escolas normais.

A Faculdade Nacional de Filosofia tornou-se um dos cursos a fazer parte da Universidade do Brasil e sobreviveu até 1968, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária, denominação mais conhecida da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa faculdade, por ser um centro que cultivava um pensamento crítico e em constante rota de colisão com o regime militar, foi a que sofreu as mais fortes retaliações do regime militar sendo por isso extinta. Para Fávero (2003, p. 126), “apesar de a Faculdade Nacional de Filosofia ter sido extinta em 1968, ela continua presente na memória daqueles que a produziram e, indiretamente, através de unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que nela têm suas origens” e, concluindo seus estudos sobre Faculdade Nacional de Filosofia, essa autora também declara que suas análises levam a inferir que:

A FNFi foi um projeto possível. Apesar de todos os problemas, materiais e humanos, ela foi um espaço que contribuiu para o avanço do saber; foi um espaço de invenção, da descoberta e da elaboração de teorias. Foi um lugar de produção de conhecimentos, cuja aplicação nem sempre se revelou de forma clara, precisa e imediata. Ela foi tudo isso, apesar de todas as limitações e problemas enfrentados. Foi também um lugar de socialização do saber, na medida em que divulgou o saber e a cultura nela e por ela produzidos. Foi ainda espaço de cultura voltado para o encaminhamento de problemas atuais e prementes de diversos grupos sociais, lutando pela transformação social brasileira (FÁVERO, 2003, p. 127).

O ensino secundário no Brasil experimentou um processo de expansão crescente a partir da década 30 do século passado. Abreu (2005, p. 46), ao analisar a expansão desse nível de ensino, constatou que o “crescimento de matrículas no período de 1933 a 1953 andou em torno de 490%, crescimento ainda mais expressivo quando cotejado com o das escolas elementar e superior no mesmo período, que foi, respectivamente, de 90% e 80%”. Com o crescimento da procura por escolas secundárias e a criação de diversas instituições desse nível, principalmente por iniciativa de particulares, aumenta também a necessidade de mais professores com qualificação para nelas atuarem. Os professores saídos das Faculdades de Filosofia eram insuficientes para cobrir a real necessidade dos quadros docentes das escolas secundárias, sem contar que quase todos delas advindos eram lotados nas escolas das capitais. Assim, muitas disciplinas dos cursos secundários eram providas por médicos, dentistas, engenheiros, bacharéis, padres e, não raro, por pessoas com comprovação de conclusão do ensino secundário ou normal apenas.

“Enquanto não houver diplomados por faculdade de filosofia em número suficiente para atender às necessidades do ensino secundário em qualquer das regiões do país” determinava o Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, que o Departamento Nacional de Educação poderia conceder “registro àqueles que se submeterem a provas de suficiência”. Foi através dos exames de suficiência que se procurou suprir, emergencialmente, a carência de professores secundaristas formados em cursos superiores e, em algumas situações extraordinárias, naquelas em que não havia possibilidade do estabelecimento contratar professores registrados, a lei permitia que o candidato, mesmo antes de se submeter ao exame de suficiência, exercesse provisoriamente a profissão por um prazo máximo de um ano, período em que o mesmo deveria procurar sua regularização (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 8.777, 1946).

Devido à urgente necessidade de capacitação de professores para o ensino secundário, pois o ensino superior não estava suprimindo a demanda de formação de professores esperada, foi baixado o Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953, criando a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). A CADES não sobreviveu na ditadura militar, mas até enquanto manteve-se ativa foi essa a saída mais rápida para se tentar minimizar a falta de professores qualificados para o ensino secundário, além de outras contribuições como a produção da revista *Escola Secundária*, importante veículo para divulgação e troca de conhecimentos científicos e técnicos entre os professores de todos os estados.

No Piauí, a história do ensino público secundário deparou na falta de formação dos seus professores, no que diz respeito ao domínio dos conhecimentos específicos relacionados aos conteúdos de cada disciplina e das habilidades para exercer a função docente, os principais entraves para seu desenvolvimento, estabilidade e expansão. O ensino secundário passou a fazer parte do cenário educacional piauiense no início século XIX, quando foi criada, em 1818, uma cadeira de Latim em Oeiras, primeira capital da Província do Piauí. Essa cadeira de Latim só veio a ser efetivamente ocupada quando foi nomeado, em 1822, o professor José Lobo Fróis, que veio da Bahia para cumprir seu desiderato, pois não havia no Piauí pessoas com formação ou habilidades para assumir a função de professor (REIS, 2009).

Na época, o ensino secundário encontrou na iniciativa particular do Pe. Marcos de Araújo Costa sua salvaguarda. Esse religioso atuou como professor gratuitamente, disseminando o saber de nível elementar e secundário entre os jovens piauienses que o procuravam. Para além de sua benevolência, esse padre possuía uma inteligência singular, e sua aptidão para ensinar era admirada por todos os seus contemporâneos, mesmo ele não

tendo formação específica no campo pedagógico. Sua elevada sabedoria e visão educativa são ressaltadas pelo cientista britânico George Gardner, em seu livro “Viagens ao interior do Brasil”, ao dizer que “se todos os sacerdotes do país tivessem metade de sua cultura, bem como de sua atividade e zelo pela difusão do ensino, a condição do Brasil se tornaria bem diferente do que é e do que receio continue a ser por longo tempo, dada a presente situação” (GARDNER, 1942, p. 177).

Outra iniciativa no sentido de organizar o ensino secundário no Piauí é ato de Zacarias de Góis e Vasconcelos que criou o Liceu em 1845. O quadro docente dessa instituição encontrou dificuldades de funcionar na sua completude, situação causada, principalmente, pela falta de pessoas com os conhecimentos mínimos necessários para assumir a função de professor de tais cadeiras, que formam sendo ocupadas à medida que fosse aparecendo pessoas com capacidades para tal, como as diplomadas pelas escolas superiores do império ou mesmo no Colégio Pedro II, mesmo lhes faltando domínio pedagógico, o que não era levado muito em consideração.

Era comum encontrar nos relatórios e nas falas dos governantes acusações aos professores pelo atraso e a baixa qualidade da educação. Esse fato pode ser confirmado no discurso que o presidente da Província, Zacarias de Góis, proferiu aos parlamentares, em 1847, para mostrar a situação do ensino público no Piauí:

As cadeiras vagas, e as providas interinamente, eu as tenho posto em concurso como determina a lei, mas quase sem fructo, porque ou não apparece oppositor, ou, se apparece, não tem as precisas habilitações [...] a ser primeira causa do atraso da instrução [...] a grande falta, que sente-se, de indivíduos capazes de ser mestres. Á muitos exames de oppositores à cadeiras tenho assistido, durante a minha administração, e raro he o pretendente que me há parecido nas circumstancias de incumbir-se do magistério. Oppositores apparecem, tão estranhos às regras da grammatica portugueza, e da arithmetica, e com tantos vícios e imperfeições na leitura, que bem poderião, sem offensa, recaminhar-se à escola. Nem se diga que semelhante falta procede de serem os ordenados (350\$rs.) mesquinhos, e não convidarem pessoas hábeis à servir, pois eu creio que, ainda que hum pouco maiores fossem, nem por isso farião apparecer muitos sugeitos de capacidade, condigna ao importante mister de instruir a mocidade, sendo verdade que os não há realmente se não mui raros. O certo he que a necessidade obriga a Presidência a confiar muitas cadeiras de professores mediano, na falta de outros melhores, e que assim, salvo honrosas excepções, não podem os mestres actuaes comunicar aos seos discipullos a precisa illustração; pois que elles mesmos a não possuem. Também influe grandemente no atraso, que deploramos, a circumstancia de ser muito rara a população da Província, e estar espalhada por huma immensa extensão de território (PIAUHY, RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA..., 1847).

Com base no conteúdo desse discurso, pode-se reafirmar que a principal barreira para a implantação, desenvolvimento e estabilidade do ensino público secundário no Piauí foi a falta de formação dos professores, tanto no que se refere ao domínio dos saberes necessários específicos das matérias de cada cadeira como do domínio das habilidades próprias da docência. Diante desse impasse, quais as medidas tomadas para a qualificação dos professores piauienses com vistas à sua habilitação a fim de atuarem no nível secundário tornando-os aptos ao exercício de suas funções? Quais as exigências para tornar-se professor secundário nos primórdios da implantação desse nível de ensino no Piauí?

Uma saída encontrada pelos governantes da época para amenizar a carência de professores habilitados e de outros profissionais para a administração pública foi enviar para colégios e academias fora da Província, com recursos financeiros do governo de origem, pondo em efeito a Lei Provincial de nº 74, já aprovada desde 1837, pessoas para se qualificarem literária e cientificamente. Ao retornarem de sua temporada de estudo e já diplomados como bacharéis em Letras e Direito, médicos, engenheiros, e outras profissões, essas pessoas assumiam funções públicas nas suas áreas de formação, acumulando, muitas vezes, com o desempenho da função de professor (PIAUHY. CARTA DE LEI..., 1837).

Percebe-se que a preocupação com a formação dos professores secundaristas, no império, não era direcionada à aquisição de conhecimentos específicos das cadeiras do Liceu Provincial, bastava para isso ser uma pessoa culta e letrada, e, muito menos ainda, recebiam esses professores qualquer orientação pedagógica. Esse problema era de difícil solução, pois não existiam na época, no Piauí e nem mesmo no Brasil, escolas de formação específica para professores de nível secundário. Nesse período, apenas algumas províncias tomaram a iniciativa de criar Escolas Normais, mas sua finalidade era formar professores para as escolas primárias. Os entraves relacionados à formação de professores perduraram por todo o período do Império, estendendo-se por boa parte da República.

A República chegou em 1889 e com ela os ideais liberais e iluministas foram exaltados no Brasil. Nesse ínterim, a escola inicia um processo de expansão, passando a valorizar o poder da ciência com o fim de dar um novo contorno ao cidadão republicano. Nesse período é fortalecida a ideia de que a escola é o caminho para condução da nação ao progresso, tirando-a do atraso em que se encontrava. Com a intenção de dar cabo a essa empreitada, houve implementações de muitas reformas, ao tempo em que a educação brasileira começava a mostrar uma nova feição. No entanto, foi a partir dos anos trinta do século passado que as mudanças na educação foram sentidas com mais firmeza.

As promessas de progresso anunciadas com a República chegaram ao Piauí e a educação começou a reconfigurar-se para enquadrar-se aos ideais republicanos. O ensino secundário no Piauí se expande, aumentando o número de instituições, como consequência da demanda de alunos, o que impunha a ampliação do quadro docente e, com isso, proporcionalmente, também aumentava a necessidade de professores qualificados para tal nível.

O recrutamento de professores para as escolas de ensino secundário no Piauí continuava sendo o mesmo herdado do império e a preocupação com a formação desses professores praticamente não existia no estado de forma mais estruturada e sistematizada, caso que se tornou visível na década de 1950, após o lançamento da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e da criação da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). Essas instituições foram, de fato, as primeiras iniciativas voltadas a habilitar os professores secundaristas piauienses para a docência. A primeira foi uma ação em nível nacional e a segunda foi uma iniciativa local.

Na primeira metade do século XX, a escola secundária cresceu quantitativamente em todo Brasil, porém, infelizmente, não podemos dizer que qualitativamente esse crescimento tenha sido diretamente proporcional. Esse descompasso, em grande parte, era causado pela falta de formação dos professores, pois poucos eram aqueles que tiveram a oportunidade de frequentar um curso de formação de nível superior, principalmente por esses cursos serem recentes no país e existirem em número insuficiente que pudesse dar conta da demanda apresentada. Dessa forma, não era raro encontrar, fazendo parte do corpo docente das escolas secundárias, profissionais sem habilitação pedagógica.

O governo parte em busca de alternativas para enfrentar os problemas da carência de professores secundaristas qualificados ocasionados pelo aumento da matrícula. Na gestão de Getúlio Vargas, quando Armando Hildebrand tornou-se o diretor do Ensino Secundário do MEC, em 1953, deu a esse nível uma injeção de ânimo. Na sua direção foi elaborado um Plano de Ação que ele encaminhou ao ministro Antônio Balbino com o intuito de atualizar o ensino secundário, modernizando-o para enquadrá-lo aos padrões educacionais da época. Segundo Pinto (2003, p. 754) esse Plano de Ação tinha como principais metas:

a descentralização administrativa, que se concretizaria com a criação de inspetorias regionais de ensino secundário; a renovação dos métodos didáticos; o aperfeiçoamento do pessoal envolvido com a educação secundária (inspetores, diretores, professores e secretários), através de cursos; e a criação de uma campanha que deveria impulsionar o desenvolvimento e a melhoria do ensino secundário.

Foi, portanto, a partir desse Plano de Ação, que foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), por força do Decreto nº 34.638, de 17 de novembro de 1953. Esse decreto apresenta catorze objetivos, a saber, na íntegra:

- a) promover a realização de cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário;
- b) conceder e incentivar a concessão de bolsas de estudo a professores secundários a fim de realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento promovidos por outras entidades, no país ou no estrangeiro;
- c) colaborar com os estabelecimentos de ensino secundário, em fase de implantação ou reorganização, proporcionando-lhes a assistência de técnicos remunerados pela Campanha;
- d) promover estudos dos programas do curso secundário e dos métodos de ensino das várias disciplinas, a fim de melhor ajustar o ensino aos interesses dos alunos e às condições e exigências do meio;
- e) elaborar e promover a elaboração de material didático, especialmente áudio-visual, para as escolas secundárias;
- f) estudar e adotar providências destinadas à melhoria e ao barateamento do livro didático;
- g) organizar missões culturais, técnicas e pedagógicas, para dar assistência a estabelecimentos distantes dos grandes centros;
- h) elaborar e aplicar provas objetivas para avaliação do rendimento escolar;
- i) incentivar a criação e o desenvolvimento de serviços de orientação educacional nas escolas de ensino secundário;
- j) organizar e administrar plano de concessão de bolsas de estudo a alunos bem dotados e de poucos recursos;
- k) cooperar com os estabelecimentos de ensino secundário no estudo de projetos de prédios, instalações, oficinas escolares e laboratórios adaptados às diversas regiões do país, bem como de novos tipos de mobiliário escolar;
- l) realizar, diretamente e em cooperação com os órgãos técnicos federais, estaduais e municipais, levantamentos das necessidades e possibilidades das diversas regiões do país quanto à localização da escola secundária;
- m) divulgar atos, experiências e iniciativas julgadas de interesse ao ensino secundário, bem como promover o intercâmbio entre escolas e educadores nacionais e estrangeiros;
- n) promover o esclarecimento da opinião pública, quanto às vantagens asseguradas pela boa educação secundária (BRASIL, DECRETO Nº 34.638, 1953).

Pelos objetivos propostos percebe-se que essa campanha foi ousada e dentre esses propósitos destacam-se, por sua ação mais efetiva, a realização de estágios, bem como de cursos, tanto de especialização como de aperfeiçoamento, direcionados aos professores secundaristas e também para o corpo técnico-administrativo, que trabalhavam nas instituições

de ensino secundário; a criação de um sistema de concessão de bolsas de estudo como incentivo para o deslocamento dos professores que se interessassem em realizar os estágios e cursos em alguma instituição aqui mesmo no Brasil ou no exterior, como também a criação do serviço inovador de orientação educacional (BARALDI; GAERTNER, 2010).

Vale ressaltar que nas regiões em que não houvesse professores licenciados pelas faculdades, como no Piauí, era concedido pelo Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946, o registro de professor para o ensino secundário àqueles que solicitassem e fossem aprovados em provas de suficiência. Mais tarde, a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, regulamentava a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. Essa lei autorizava ao Ministério da Educação e Cultura compor bancas examinadoras, nos estados, por meio das inspetorias seccionais, para o cumprimento dos exames de suficiência. Os exames eram feitos com os pretendentes a professores de ensino secundário que não eram formados pela Faculdade de Filosofia, e aos aprovados era-lhes concedido o direito de lecionar nesse nível (BRASIL, LEI Nº 2.430, 1955).

No Piauí, as ações da CADES começaram a se desenvolver em 1956, porém a inspetoria seccional só foi instalada em 1957. O primeiro curso promovido pela CADES no Piauí foi o de Língua Portuguesa e, a partir de então, outros cursos foram sendo oferecidos com mais frequência e regularidade (SOARES, 2010). Com o passar dos anos a CADES se firmou, e mais e mais professores, aqueles que lecionavam de forma circunstancial nas escolas secundárias da capital e das cidades do interior do Estado, iam se qualificando e submetendo-se aos exames de suficiência.

Os cursos fornecidos pela CADES funcionavam de forma intensiva no período de férias coletivas dos professores, geralmente nos meses de janeiro e fevereiro, para que o período letivo não fosse interrompido causando prejuízo aos alunos (SOARES, 2010). Com esses cursos, pela primeira vez os professores do ensino secundário do Piauí tiveram a oportunidade de se qualificarem e regularizarem a sua função, enquanto aguardavam uma formação em alguma licenciatura, uma vez que a maioria deles tinha formação como profissional liberal ou era religioso.

No Piauí, apesar dos avanços conquistados pelo ensino secundário em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à sua expansão, estruturação e organização curricular, a formação de seus professores ainda carecia de uma melhor atenção. Apenas o ensino primário contava com instituições formadoras de seus professores – as Escolas Normais. A exigência da formação superior como requisito para tornar-se professor secundarista era muito difícil de ser satisfeita, pois para um professor chegar a esse nível de qualificação teria que, assumindo

todas as despesas, se deslocar para o Rio, São Paulo ou outro centro que oferecesse algum curso superior na área da Educação, Ciências e Letras.

As reformas federais exigiam a formação superior como condição para que um professor assumisse sua função no ensino secundário. Porém, o Piauí entrou na segunda metade do século XX sem instituição superior de ensino onde os professores secundaristas pudessem buscar uma qualificação. A escola superior até então existente era a Faculdade de Direito do Piauí, fundada em 1931. Tal situação incomodou alguns intelectuais piauienses dentre eles José Camilo da Silveira Filho, Celso Pinheiro Filho e Edgard Nogueira que tomaram a iniciativa de criar, em 1952, a Faculdade de Filosofia.

Essa primeira empreitada em criar no Piauí um curso superior para formação de professor não foi exitosa. O sonho de criar uma faculdade que viesse a contribuir para preparar professores do ensino secundário e também do ensino normal só se realizou em 1958, quando entrou em atividade a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, mais conhecida como FAFI (MELO, 2006). A FAFI iniciou suas atividades no turno noturno, funcionando temporariamente em instalações cedidas pelo Colégio do Sagrado Coração de Jesus e ofertando três cursos: o de Filosofia, o de Letras Neolatinas e, conjuntamente, o de Geografia e História.

Segundo Lopes (2013), a FAFI, no decurso de seus dez primeiros anos de existência, enfrentou algumas barreiras que dificultaram o alcance de seus objetivos integralmente, não conseguindo preparar com eficiência seus professores, pois os conteúdos eram insuficientes, ministrados unicamente de forma teórica, sem reflexão e sem instigar o interesse dos alunos, principalmente pela falta do uso de recursos didáticos estimulantes. Não havia cursos para preparar professores na área de Química, Física, Matemática e Biologia, e os licenciados nos cursos oferecidos não eram compatíveis com a demanda. Mesmo tendo que enfrentar tais limitações, essa instituição desempenhou um papel muito importante para a formação de professores do ensino secundário. A partir de então o ensino secundário no Piauí começou a apresentar ganhos qualitativos.

Diante do exposto, percebemos que a formação do professor secundarista no Piauí, ao longo do seu percurso histórico, teve que superar diversos obstáculos. Por quase um século e meio a profissão do professor secundarista piauiense viveu na provisoriamente, sendo praticamente exercida por profissionais liberais e religiosos, autodidatas no campo pedagógico, que viam o seu fazer docente como uma segunda opção para complementação da renda familiar ou como uma ação que era exercida com propósitos filantrópicos.

Uma atenção mais contundente quanto a uma efetiva formação dos professores secundaristas do Piauí só começou em meados da década de cinquenta do século XX, com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) e da Faculdade Católica de Filosofia (FAFI). A CADES e a FAFI foram dois marcos importantes na formação dos professores secundaristas no Piauí, pois foi a partir delas que se deu propriamente o início da profissionalização desses professores no estado.

CAPÍTULO IV

4 O GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE NO EMBALO DO PROCESSO EXPANSIONISTA DO ENSINO SECUNDÁRIO GINASIAL NO PIAUÍ

Este capítulo abre as portas do Ginásio Municipal Oeirense para desvendar a sua cultura escolar construída no cotidiano das práticas escolares, nas ações dos professores e alunos, nas festividades e na sua cultura material. Procura revelar a intimidade dessa escola mantida na memória dos seus agentes, daqueles que experimentaram e reinventaram a sua usualidade dando-lhe vida.

4.1 Contextualizando a expansão do ensino secundário: a educação na esteira do desenvolvimento

Os anos 1950 trouxeram ares de modernização para o Brasil, gerados por um processo de industrialização implantado no país e que crescia gradualmente. O fenômeno de industrialização no país surgido em décadas anteriores, sobretudo com o pós-guerra mundial, veio apresentar avanços mais consideráveis a partir da década de cinquenta e foi decisivo para que o país se remodelasse. Segundo Caputo e Melo (2009, p. 514), a princípio, todo esse processo que favoreceu o “desenvolvimento econômico do País foi fortemente influenciado pelo vigoroso investimento público por meio dos investimentos diretos do Estado ou de empresas estatais e, de maneira menos ostensiva, pelo capital internacional e privado nacional”. Acrescenta esse autor em suas análises que, em seguida, tudo acelera com a injeção do capital estrangeiro que, por sua vez, é resultante do desenvolvimento de países como os Estados Unidos, Japão e alguns europeus, atraídos pelas políticas econômicas brasileiras.

Nessa época, além dos avanços econômicos, o Brasil experimentou mudanças em diversos setores: as cidades se urbanizaram, atraindo a população (também causando problemas de ordem social) e exigindo um novo perfil de homem moderno, civilizado, com novos pensamentos, hábitos e gostos, além de um consumidor ávido. A arquitetura assumiu uma racionalidade modernizadora e os altos edifícios de concreto armado passaram a fazer parte do cenário urbano; as artes traduziam o espírito da época adotando novos estilos e uma linguagem menos formal, abstrata ou geométrica; as novas tecnologias revolucionam os meios de comunicação e as ciências, criando instituições com a incumbência de propor

inovações tecnológicas e científicas em favor do desenvolvimento do país; o setor educacional destaca-se por uma crescente procura por escolas com uma consequente diminuição da taxa de analfabetismo. Essa é apenas uma pequena amostra das mudanças modernizadoras que o Brasil experimentou nos conhecidos “anos dourados”.

O Piauí é um estado do Nordeste brasileiro que nasceu no final do século XVII sob o signo da pecuária e sustentou esse perfil por um longo tempo. Por esse vasto período manteve a pecuária como atividade de base de sua economia, mesclada com uma agricultura de subsistência com uso de baixa tecnologia. Essa configuração econômica permaneceu ainda no raiar do século XX. Medeiros (2014) afirma que o Piauí do século XX, em suas primeiras décadas, passou a adotar uma economia baseada no modelo extrativista exportador, destacando-se na extração e exportação de produtos vegetais como a maniçoba, o babaçu e a carnaúba. Tais produtos, matérias-primas para a produção de borracha, óleo e cera, respectivamente, representavam parte significativa e impulsionadora da economia do Estado. Porém, artigos modernos fabricados pela indústria nascente no Brasil, principalmente a petrolífera, em expansão nos anos 50 do século XX no país, põem em cheque as atividades extrativistas e exportadoras dos produtos vegetais da região, fazendo com que a economia entrasse em crise. Essa situação fez com que o Piauí procurasse saídas modernizadoras para evitar um colapso na sua economia, buscando adotar políticas desenvolvimentistas, a exemplo do que ocorria no país. Para esse autor,

desde os anos 1950, portanto, o desenvolvimento do Piauí passou a depender menos de seu dinamismo interno e mais da dinâmica do desenvolvimento do país. Estruturou-se um modelo de “integração reflexa” (ou passiva) na economia nacional que vem se reproduzindo há mais de 60 anos. Em consequência, prossegue a urbanização do estado e há uma continuada expansão da infraestrutura social e econômica, com seus momentos de crescimento mais dinâmico ou mais lento (MEDEIROS, 2014. P. 10).

Segundo Moura (2015), os intelectuais piauienses daquela época reuniram esforços na tentativa de compreender os problemas socioeconômicos e buscar soluções que colocassem o Piauí nos trilhos do desenvolvimento. Nunes e Abreu (1995) destacam como fatores preponderantes para dar início ao processo de mudanças no Piauí, na década de 1950, a construção de rodovias e o início da construção da barragem de Boa Esperança. Pode-se dizer que com a abertura de estradas interligando as cidades piauienses, abriram-se as portas através das quais penetraram as novidades produzidas pelas cidades mais adiantadas e industrializadas do país, além de levar as informações mais rápidas e mais recentes, estimulando o consumo e mudando os usos e costumes do vasto e ermo sertão do Piauí. Por

sua vez, a construção da barragem de Boa Esperança para o fornecimento de uma energia elétrica de maior qualidade veio como um prenúncio de modernidade e progresso para tirar o Piauí de seu estágio de hibernação secular. Somam-se a essas, outras medidas voltadas para o desenvolvimento econômico do Estado que surgiram na segunda metade da década em questão, como por exemplo:

a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), em 1956, e das empresas de economia mista: o Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), em 1955, Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PI), em 1955, o Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA), em 1957, e o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP), em 1958. Além disso, houve a inauguração, em 1957, da ponte sobre o rio Poti em Teresina, que contou com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek. [...] Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA), em 1959, Agroindústrias do Piauí S/A, em 1959, [...] (MOURA, 2015, p. 34).

Na década de 1950, foram criadas muitas cidades no Piauí, porém a preocupação com o progresso voltava-se principalmente para a capital Teresina, procurando presenteá-la, por ocasião do seu aniversário de 100 anos como capital, com um aspecto citadino mais moderno. Mesmo sendo Teresina a cidade que mais se beneficiou com as ideias de modernidade da época, Nunes e Abreu (1995) destacam, conforme anuncia o censo de 1950, as cidades de Parnaíba e Floriano como as maiores do interior do Estado e chamam atenção para o rápido desenvolvimento de Picos que passou do 8º lugar, em 1940, para a 4ª maior cidade, em 1950, levada a cabo pela malha viária que a cortava, constituindo-se um entroncamento de rodovias federais importantes interligadas a outras estaduais, favorecendo um rápido crescimento do comércio.

No que diz respeito ao setor educacional, na década de 50 do século passado, o Piauí apresentava um ensino primário já consolidado e o ensino secundário entrando em um período de expansão com a criação de ginásios em cidades do interior e aumento da matrícula nos já existentes, além da implantação da Escola Agrotécnica de Teresina. No que tange à educação superior, o Piauí, passou a apresentar, em 1957, mais outra oportunidade para os jovens piauienses e de outras localidades da região cursarem esse nível de ensino com a implantação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, somando-se à Faculdade de Direito já existente desde 1931. Nessa época, começa a despertar nos piauienses uma maior consciência da importância da educação e a necessidade de aprimorar-se cursando níveis para além do ensino primário. Para Queiroz (1998, p. 87), “A educação, além de regeneradora da sociedade, era tida como essencial de progresso”.

Os anos 50 do século XX estão inseridos num momento de muitas discussões em torno das orientações desenvolvimentistas para o progresso do Piauí. A educação, como um todo, precisava de remodelações para atender as novas exigências da sociedade. Para tal intento era necessário alterar a organização da rede escolar e reorientar as ações educativas (LOPES, 2013a). Em suas pesquisas, esse autor diz que a educação escolar primária no Piauí experimentou avanços na década de 1950, apresentando um aumento crescente, tanto no número de escolas estaduais como na matrícula e frequência dos alunos. Tomando os dados por ele levantados pode-se elaborar um quadro demonstrativo apresentando o crescimento numérico das categorias matrícula e frequência levantadas no seu estudo.

QUADRO 28 – Escolas Primárias do Estado do Piauí – 1950 a 1953

ANO	1950	1951	1952	1953
CATEGORIA				
Número de escolas estaduais	810	984	1.071	1.072
Matrícula	56.506	59.120	67.972	82.027
Frequência	41.386	44.320	55.727	60.874

Fonte: (LOPES, 2013a)

Ter apenas o ensino primário já não satisfazia mais as aspirações do cidadão piauiense nem da sociedade que se modernizava, gerando uma demanda significativa pelo ensino secundário ginasial no decênio de 1950 no Piauí, não só na capital Teresina como nas maiores cidades no interior do Estado, o que obrigava a criação de escolas dessa natureza. Para Lopes (2011), a criação das escolas secundárias ginasiais ocorria, principalmente, pela iniciativa privada, tanto das elites locais como pela ação das igrejas, e em segundo plano como empreendimento do Estado, que passou a ter uma participação mais efetiva na criação dessas instituições à medida que aumentava sua procura, entrando num processo de maior expansão. Esse crescimento do número de escolas estaduais secundárias, no entanto, não se deu de forma proporcional ao investimento no aparelhamento das mesmas com materiais escolares que promovessem uma educação mais efetiva. Como declara Lopes (2013b, p. 3): “a expansão quantitativa do alunado não implicou em investimentos no melhoramento das condições didáticas da escola”.

Foi no seio de toda essa conjuntura modernizadora dos anos 50, vivenciada pelo país, estados e municípios brasileiros e piauienses, que ressurgiu em Oeiras o ensino secundário

com a criação do Ginásio Municipal Oeirense, período que no campo educacional caracterizou-se, no Piauí, principalmente, pelo crescimento do ensino secundário, com a expansão dos ginásios.

A cidade de Oeiras está localizada numa posição centralizada no mapa do Piauí. Encontra-se equidistante de Floriano e Picos, portanto fica entre essas duas cidades, que já na década de cinquenta do século passado eram consideradas dois centros comerciais importantes e em franco adiantamento no Piauí. Essa localização geográfica pode ter sido um dos motivos para que Oeiras não tivesse o mesmo vigor desenvolvimentista de suas vizinhas, ficando a antiga capital do Piauí contida economicamente.

Nessa cidade o progresso comercial, populacional, urbanístico entre alguns outros aspectos, acontecia sem pressa, em passos lentos, comparado às mudanças observadas no Estado, principalmente na capital Teresina e no restante do País. Segundo Reis (2009), a histórica cidade de Oeiras, depois que essa perdeu o status de capital, em 1852, perdeu também o fio do desenvolvimento por um longo tempo. Porém, esse episódio não foi de todo ruim, pois se por um lado ela progrediu vagarosamente, por outro evitou que o poder devastador do progresso acelerado a descaracterizasse de vez, fazendo com que ela preservasse sua fisionomia colonial, o que lhe valeu o título de Cidade Monumento Nacional através da Lei Federal nº 7745 de 30 de março de 1989.

O oeirense Possidônio Nunes de Queiroz deixou um registro escrito no qual traça o perfil da cidade de Oeiras com foco no início dos anos de 1950. Trata-se do artigo “Oeiras: seu passado pleno de glórias, o presente cheio de realizações úteis” que foi escrito especialmente para o Almanaque do Cariri e publicado pela primeira vez em Crato no Ceará, em 1951, com segunda edição publicada em Teresina no ano de 1952 por ocasião do centenário da capital, e também divulgado no nº 16 da Revista do Instituto Histórico de Oeiras. Nesse artigo ele descreve Oeiras nos seus mais variados aspectos, iniciando com caracterização da cidade sob o ponto de vista histórico, destacando-a nesse ponto como a mais importante do estado do Piauí, dele tornando-se o berço de sua colonização e sede do governo, até 1852, quando Saraiva mudou a capital para Teresina. Com isso a “velha urbe, destronada da posição de princesa destes sertões, viu ruas inteiras transformarem-se em escombros, e um desânimo desmedido apoderar-se dos seus filhos. E nos anos que decorreram sem que as coisas mudassem, Oeiras vivia das glórias do passado”, porém, acrescenta esse autor, “um dia, a gloriosa terra, como a bela adormecida no bosque, despertou do longo sono, [...] sacudiu a poeira do tempo e resolveu encetar nova jornada, readquirir o antigo prestígio”. E esse período, em sua opinião, iniciou-se na década de trinta (QUEIROZ, 1952, p. 509; QUEIROZ, 1999, p. 155), ergueu-se nos anos quarenta e firmou-se a partir dos anos de 1950.

No transcurso dos anos de 1950, governaram a cidade de Oeiras os prefeitos Augusto Rocha Neto (1948-1950), José Laurentino Pereira Neto (1951-1954), Mário de Alencar Freitas (1955-1958) e Adelino de Sá Rocha (1959-1962). Nessa década, por informação de Soares Filho (1992), pode-se considerar como fatos marcantes para o desenvolvimento da cidade, os seguintes: a inauguração do Ginásio Municipal Oeirense, criação da Escola Normal construção do Hospital Deolindo Couto, abertura e pavimentação de várias ruas, urbanização de praças, emancipação das localidades de São José do Peixe, Santa Cruz do Piauí e São Francisco do Piauí, desmembrando-se da sede do Município de Oeiras para tornarem-se municípios independentes, aumento e distribuição de nova fiação da rede elétrica pela cidade, inauguração do Banco do Nordeste do Brasil, entre outros.

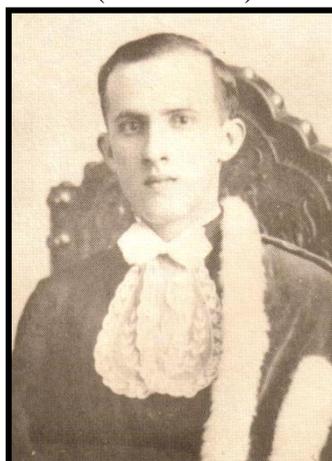
Figuras 37, 38, 39 e 40 – Prefeitos da cidade de Oeiras – década de 1950

Figura 37 Augusto Rocha Neto
(1948-1950)



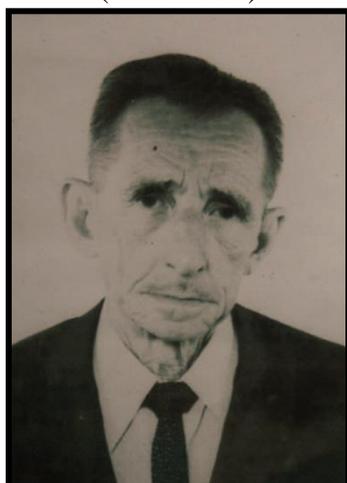
Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Campos Reis

Figura 38 José Laurentino Pereira Neto
(1951-1954)



Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Campos Reis

Figura 39 Mário de Alencar Freitas
(1955-1958)



Fonte: Arquivo de Carlos Rubem Campos Reis

Figura 40 Adelino de Sá Rocha
(1959-1962)



Fonte: Soares Filho (1992)

Oeiras da década de 1950 está gravada na memória de quem lá viveu nesses referidos anos. Nos relatos dos entrevistados pode-se comprovar o que afirma Halbwachs (2006) de que a memória é um fenômeno construído coletivamente. Ela é tecida na convivência social e é por isso que, como membros de um grupo pertencente àquela época, cada sujeito consegue acessar as suas lembranças e juntos manterem viva a memória da cidade, pois sempre “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação” (Halbwachs, 2006, p.29).

Relembrando o seu tempo de juventude, Benedito do Carmo Tapety, diz que Oeiras nessa época “era uma cidade ainda pequena e pacata, com o comércio fraco. O comércio de Oeiras era um comércio muito frágil, só o básico” (TAPETY, ENTREVISTA, 2016). Pedro Ferrer Mendes de Freitas, comentando sobre a economia de Oeiras no início dos anos 50, adiciona a informação de que ela “se baseava no comércio de cera de carnaúba e na venda de couro e que se restringia praticamente ao mercado público [...]. O comércio concentrava-se ali na chamada a Praça do Mercado, hoje, Praça Coronel Orlando Carvalho” e acrescenta ainda que “tinha também a loja de seu Mário Freitas, na Praça Costa Alvarenga, o “Ponto Certo”, na Praça Visconde da Parnaíba e outros poucos pontos comerciais” (FREITAS, ENTREVISTA, 2016). Amália do Espírito Santo Campos também relatando sobre o aspecto econômico da cidade afirma que:

Na década de 1950, época da criação e início do funcionamento do ginásio, Oeiras era uma cidade que não tinha quase movimento no comércio. Havia poucos comerciantes que tinham lojas melhores. Esses compravam suas mercadorias fora ou nos chamados caixeiros viajantes que vinham vender seus produtos nas próprias lojas apresentando os mostruários dos tecidos e das outras coisas que tinham e podiam vender. Dos tecidos, o mais procurado era o riscado. Uma das casas de comércio mais antiga de Oeiras era a Casa Tapety, fundada em 1888. Lá chegavam muitos caixeiros viajantes apresentando os seus mostruários e vendendo o que traziam e fazendo encomendas. O movimento maior era durante as feiras no mercado da cidade onde se vendiam os produtos que se produziam, cultivavam e criavam nas redondezas e zona rural do município (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Queiróz (1951; 1999), com conhecimento de causa e falando de uma experiência por ele vivenciada em tempo real, traçou o perfil econômico da cidade de Oeiras no ano de 1951. Segundo suas informações, o comércio de Oeiras

é movimentado, especialmente aos sábados, dia de feira. Neste dia afluem à cidade centenas de pessoas do interior, trazendo gêneros de produção do município, tais como: arroz, farinha, milho, feijão, goma de tapioca, rapaduras, etc. etc.

É deveras interessante o espetáculo de um dia de feira, aqui. A vasta Praça do Comércio fica, em grande parte, cheia de cargas e de animais. O transporte de cereais, das roças para a cidade, ainda é feito quase que exclusivamente no lombo de jumentos, resignados e pacientes. A feira de Oeiras é, sem contestação, a mais movimentada do interior piauiense, exceção feita, talvez, da de Picos.

Além da considerável produção de cereais, exporta o município, cera de carnaúba, em alta escala, de que é o terceiro produtor no Estado; oiticica, cuja produção em 1940 foi de um milhão de quilos; peles de cabras, ovelhas, peles silvestres, couros de boi, borracha de maniçoba, algodão, etc.

Oeiras é ligada às principais praças do País, por estradas de rodagem e carroçável, mantendo estreito e ativo intercâmbio comercial, sobretudo com o Recife (QUEIROZ, 1951, p. 516; 1999, p. 163).

Figura 41 – Cenas da feira de Oeiras – 195?



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Ao descrever o cotidiano de Oeiras, Carlos Rubem Campos Reis, em sua crônica de título “Pé da Lei” relata cenas de um dia de feira comum na cidade em tempos de outrora. O recorte de sua narrativa transcrita a seguir é perfeitamente ilustrada pela figura 41 como “o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada [...] produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos” (KOSSOY. 2001, p. 37).

Antanho, a maior concentração semanal de pessoas ocorria aos sábados, dia costumeiro da feira. Matutos de todos os quadrantes do município deslocavam-se para a sede urbana para vender a sua produção agrícola e comprar bens industrializados no comércio citadino. Na parte externa do mercado público ficava apinhada de gente. Os animais cargueiros eram amarrados ao tronco das árvores frondosas que circundavam a principal praça mercantil. Eram tantos jumentos, burros, cavalos que não havia cristão no mundo que tivesse condição de contar o número de quadrúpedes ali reunidos.

Figura 42 – Cenas da feira de Oeiras ao redor do Mercado Público – 195?



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Oeiras, um dos 49 municípios piauiense de 1950, iniciou essa década apresentando uma população de 44.560 habitantes, sendo que desse total apenas 3.748 eram moradores da cidade (2.042 urbanos e 1.706 suburbano) e 40.812 incluídos como habitantes da zona rural. Com esse quadro, não é de se estranhar que 38% da população produtiva desenvolvessem atividades ligadas à agricultura, à pecuária e à silvicultura. Do restante da população ativa, 52,5% ocupavam-se de atividades domésticas, enquanto que apenas 9,5% atuavam como profissionais liberais, em atividades industriais extrativas e de transformação, no comércio, na administração pública e outras (IBGE, 1952). Tudo isso indica que Oeiras, nessa época, era

uma cidade que se projetava de forma acanhada no cenário econômico estadual, embora a sua feição já viesse apresentando novos contornos urbanísticos, dando sinais de novos desejos de mudanças para ingresso em um novo tempo.

Apesar de Oeiras não ter reconquistado o seu poder econômico e político como na época em que fora o centro do governo, sempre se manteve como uma cidade de realce no Estado, sobressaindo-se como celeiro intelectual, cultural e religioso do Piauí. Ela não estava alheia aos fatos que aconteciam fora dela, tanto no Estado como no restante do País. O processo de melhoria das estradas e dos transportes rodoviários fazia, aos poucos, chegar à cidade, através dos caixeiros viajantes, as novidades produzidas pelas indústrias dos centros urbanos mais modernos do país. Jovens universitários oeirenses que estudavam nas capitais ou em cidades mais adiantadas, e que experimentaram de perto do sabor das mudanças que estavam ocorrendo naquele momento, levavam e faziam suas ideias circularem através da publicação de jornais, como fizeram José Expedito de Carvalho Rego, Orlando Ribeiro Gonçalves e Luis Santos Barbosa, que lançaram, em 1950, o jornal “Idéia Nova” (SOARES FILHO, 1992).

Desde sua origem, Oeiras caracterizou-se como uma cidade de uma religiosidade muito intensa. A Igreja Católica demarcou aqui o seu território e a partir dessa cidade irradiou sua fé para todo o Piauí e além dele. As tradições religiosas mantiveram-se sempre vivas incorporando-se como práticas de vida da população. Em 1950, o catolicismo seria a religião de quase absoluta existência na cidade, se não fosse 0,1% de sua população ter declarado, no censo daquele ano que não eram católicos e pertencer à religião protestante – 2, não ter religião – 1, ou mesmo não revelar sua escolha – 8 (IBGE, 1952). Amália Campos, com 93 anos, traz em si as marcas profundas e bem vivas dessa religiosidade, deixando fluir sem esforço de sua memória que “o aspecto religioso de Oeiras sempre foi bem forte, ela era e continua sendo uma cidade de povo muito católico. Foi só depois dos anos 50 que começaram a surgir os protestantes com a criação da Igreja Batista” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016). Afirma Reis (2009, p 73) que “a formação social da cidade foi fortemente influenciada pela Igreja Católica que deixou marcas profundas na vida do seu povo”. Esse aspecto está muito bem sintetizado na estrofe do Hino à Matriz de Oeiras, escrito por Dr. José Expedito de Carvalho Rego, que diz: “foi aqui em redor do teu vulto que a cidade surgiu e cresceu”. Portanto, a religião católica com sua doutrina, seus rituais e suas festividades determinava e ainda continua estabelecendo o ritmo da cidade, influenciando a vida social e particular dos fiéis, a política e até mesmo o setor educacional.

Figura 43 e 44 – Igreja N. S. da Vitória – Oeiras (PI) – Primeiro templo católico do Piauí



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Oeiras entrou na década de 1950 já como diocese. Essa condição eclesial foi-lhe atribuída em 06 de março de 1944, porém sua instalação ocorreu um ano depois, em 07 de outubro de 1945. Na vacância do cargo de bispo, ficou à frente da administração da Diocese o bispo de Teresina, Dom Severino Vieira de Melo, auxiliado pelo Monsenhor Benedito

Cantuária de Almeida e Sousa. Foi somente em 12 de dezembro de 1948 que Dom Francisco Expedito Lopes foi sagrado como bispo de Oeiras e em 06 de janeiro de 1949 tomou posse desse que foi o primeiro bispo da cidade (SILVA, 2007).

Figura 45 - Dom Francisco Expedito Lopes – 1º Bispo de Oeiras



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

A conquista do status de diocese foi resultado do esforço da sociedade que levantou a bandeira de sua criação em 1940. Segundo Queiroz (1952, p. 520; 1999, p. 168), “a semente lançada em terreno propício germinou e deu fruto. Todos os filhos da velha Oeiras se puseram em campo e trabalharam pela consecução do alevantado ideal” e em seguida enumera como cabeças desse movimento o Dr. João Ribeiro de Carvalho, o Dr. Raimundo da Costa Machado, o Sr. Fausto Brandão, o Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos e o Monsenhor Benedito Cantuária.

A criação da diocese e a vinda do bispo para Oeiras trouxeram mais ânimo para a sociedade e uma esperança para a superação da apatia em que historicamente mergulhara. Logo que empunhou o seu cajado de bispo, D. Expedito Lopes, que era filho de Sobral, no Ceará, tratou de conhecer a realidade da cidade e passou a se envolver com a evangelização, a caridade e a educação. Com relação à educação de Oeiras, destacam-se o empenho que desprendera na criação do Patronato Nossa Senhora de Fátima e na vinda, em 1951, da cidade cearense de Crato, das irmãs Filhas de Santa Tereza para dedicarem-se na administração e funcionamento dessa escola, como também o seu esforço na criação do tão esperado ginásio.

Na opinião de quem viveu na velha capital na década de 1950, o oeirense Firmino Barroso Sobrinho diz que “a Oeiras dos anos cinquenta era uma pequena cidade, pouco desenvolvida, mas a sociedade era muito boa e proporcionava uma vida agradável, enfim, era uma cidade boa de morar” (BARROSO SOBRINHO, ENTREVISTA, 2016). Esse perfil de cidade “boa de se morar” passou a ser remodelado, segundo Reis (2009, p. 57), ainda em décadas anteriores quando Oeiras acordou “tentando recuperar o tempo em que se entregou à apatia desde que deixara de ser capital”. Então a cidade começou a ganhar um novo perfil urbano com o calçamento de ruas, a construção de prédios como o Cine Teatro Oeiras e o Café Oeiras, construção de praças como o Passeio Leônidas Melo e Praça da Bandeira, além da instalação da luz elétrica permitindo um maior e melhor convívio social. Queiroz (1952, p. 512; 1999, p. 159) enumera as seguintes instituições tidas, na década de cinquenta, como locais de o convivência dos oeirense e estreitamento dos laços sociais:

Associação de Comércio, Indústria e Agricultura Oeirense, União Artística Operária Oeirense, Amparo à Infância Oeirense, Rotary Clube de Oeiras, Oeiras Clube, Conferência de São Vicente de Paulo da Catedral de Oeiras, Associação de Senhoras de Caridade, Círculo Operário Oeirense, etc., todas desenvolvendo eficiente atividade.

A vida social de Oeiras, na década em questão, é lembrada com saudades pelos conterrâneos que tiveram experiências compartilhadas de momentos que ficaram gravados na memória. Das instituições citadas acima, o Oeiras Clube marcou certamente a juventude oeirense ao ponto de sua primeira sede, localizada na Rua da Feira, e que lá funcionou até os anos sessenta, ser detalhadamente descrita por Soares Filho (2016, p. 108), um de seus frequentadores:

[...] A casa do Oeiras Clube tinha a frente pintada de cor verde musgo, com três janelas à direita da porta principal, e outras duas à esquerda. [...] Os músicos se posicionavam estrategicamente instalados no canto interno [...] Ali, Levy Carmo encantava com o som afinado do seu magnífico pistom a

tocar velhos boleros e samba-canções. [...] No salão, os casais se entregavam a bailar sob o olhar atento de mães ou tias zelosas, embalados pelo ritmo suaves de suas músicas, alternados por sambas dançados em comedidas gafeiras. O ambiente ficava lotado. Quanta fantasia, sonhos e lembranças inesquecíveis... [...] A casa da Rua da Feira, que serviu de palco para tanto entretenimento, continua na memória dos que a conheceram. As gerações que a frequentaram, nostalgicamente lembram-na com carinho, como se tudo tivesse sido um sonho bom, em que não devêssemos acordar.

Essa casa recreativa era aberta apenas aos seletos sócios, seus familiares e convidados, ou, melhor dizendo, apenas a nata da sociedade oeirense tinha-lhe acesso. Os demais níveis sociais frequentavam outros clubes como o Clube Artístico, a União Artística Operária Oeirense e o Círculo Operário Oeirense, que promoviam festas também muito animadas. Ferrer Freitas, ao se reportar sobre esse aspecto da vida social de Oeiras na sua juventude, afirma que “a vida social girava principalmente em torno do Oeiras Clube. Havia uma movimentação muito grande em carnavais memoráveis e festas outras durante o ano. Tinha outro clube na cidade era o Artístico, que ficava na Rua Zacarias de Góis, mas que era de segunda classe” (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Um dos momentos festivos comemorado com grande euforia e animação nos salões do Oeiras Clube era o carnaval. Sobre a festa de momo diz Soares Filho (2016) que ela era desejosamente esperada pela juventude que fazia os preparativos com antecedência, e narra:

O Oeiras Clube fazia sua festa. A cidade se enchia de alegria. [...] Misturavam-se os casais, arlequins, colombinas e pierrôs. [...] A paquera recatada acontecia solta entre arlequins e colombinas. A hora melhor era aquela. [...] Os acordes carnavalescos, o odor do lança-perfume, chuvas de confetes, serpentinas riscando o ar, uns cantando, outros gritando, pulando, formando cordões, abre-alas e grupos alegres de mocinhas a passar, com ar aceiro, mexendo com as ancas, requebrando-se, as mais contidas soltando discretos beliscões nos seus pretendentes. As mães vigilantes procurando moderar algum excesso, por vezes torcendo pelo desencaixe da filha com algum pretendente de sua simpatia. [...] A meninada tinha direito apenas a um baile, chamado *matinê*, que acontecia na segunda-feira a partir das quinze horas, e se prolongando até as dezenove (SOARES FILHO, 2016, p. 114-121).

Os carnavais de Oeiras não se restringiam apenas aos clubes, havia também os carnavais de rua que ficavam por conta dos mascarados que se divertiam e assustavam crianças medrosas. Nas tardes de carnaval, já na década de 1960, surgiu a novidade do curso com desfiles de carros pelas ruas da cidade. E tudo se acabava na quarta-feira. “E aí era esperar até o final do ano vindouro” (SOARES FILHO, 2016, p. 124).

Figuras 46, 47 e 48 – Cenas do carnaval de Oeiras nos anos de 1950



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Ao serem entrevistados, Amália Campos e Ferrer Freitas, em seus relatos, fazem registros dos principais locais que tornavam a vida social de Oeiras mais dinâmica em meados do século passado. Nas suas narrativas pode-se perceber que a nova urbanização da cidade

oriunda do processo de modernização desencadeado em décadas anteriores tornou-se palco de uma vivência social mais ativa, mesmo que ainda de forma moderada e depois do cumprimento das devoções. Assim eles descrevem suas memórias:

Nos anos 50, Oeiras não era uma cidade agitada, tinha uma vida social comedida. Tinha algumas praças como da Bandeira e o Passeio Leônidas Melo, criadas no tempo do Cel. Orlando Carvalho e que eram muito frequentadas pela sociedade oeirense. Lá as pessoas jovens iam e se encontravam para conversar e flertar, quase sempre nos finais de semana, à noite, depois da missa. (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Funcionava em Oeiras desde os anos 1940 o “Cine Teatro Oeiras” onde passavam bons filmes, a maioria era americano. Outro local bem frequentado pela sociedade era o Café Oeiras, o “point” da cidade. Entre este prédio e a “Associação Comercial” situa-se o Passeio Leônidas Melo. Nele as moças andavam num sentido e os rapazes em outro, de modo a favorecer o flerte (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Figura 49 – Cine Teatro Oeiras



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Compartilhando das mesmas lembranças e contribuindo para complementar e reforçar a construção da identidade social da cidade de Oeiras, Benedito Tapety e Maria Bernadete Helcias descrevem um pouco de suas vivências sociais nos seguintes termos:

A vida social também não era lá essas coisas. Tinha as festas religiosas onde os jovens aproveitavam aquele momento para se encontrarem. Nos domingos tinha os seriados lá no Cine Teatro Oeiras. Tinha a praça onde os jovens ficavam circulando no passeio. Era onde as mocinhas rodavam

caminhando e a gente ficava sentado nos bancos da praça paquerando (TAPETY, ENTREVISTA, 2016)

Naqueles tempos o divertimento se resumia no Cine Teatro e na praça. No Cine Teatro passava filmes e tinha também os dramas. Eu fiz parte de um desses dramas e foi ali que o Gerardo Helcias, que era professor do Ginásio Municipal, me viu e ficou apaixonado por mim. Nas quintas e nos domingos íamos para a Praça da Bandeira. A gente se arrumava inteira e ia passear naquela praça. Lá tinha a retreta e a gente ficava somente rodeando com as amigas, ouvido a banda e flertando. (HELCIAS, ENTREVISTA, 2016).

Figura 50 – Conjunto urbanístico de Oeiras formado pelo Café Oeiras, Associação Comercial, Cine Teatro Oeiras, Praça da Bandeira e Passeio Leônidas Melo



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Amália Campos, ao relembrar dos momentos de socialização dos oeirenses, destaca que “os principais momentos de encontro dos filhos da terra eram nas festividades da Igreja, nas procissões, nas novenas e nos leilões”. Essa fala chama atenção para uma das características que sempre marcou o povo oeirense, que é a sua religiosidade. A grande devoção dos filhos dessa terra fez com que ela se tornasse conhecida como Capital da Fé. A escritora piauiense, Maria Francisca Azevedo, após uma visita a Oeiras para conhecer as cerimônias religiosas da Semana Santa, escreveu uma crônica narrativa na qual deixa transparecer suas impressões sobre espiritualidade do povo oeirense, descrevendo a cidade como “um marco de fé, o poder da cultura religiosa do povo é tão forte que eles vivenciam um passado distante, sente-se que a organização familiar foi conduzida para o propósito cristão, e que estes fragmentos culturais são seguidos hoje”, e prossegue seu relato dizendo

que “o esplendor da ordem religiosa tem crescimento sim, este é o registro mais observado no comportamento do seu povo, deixando transparecer a prática segura da participação da fé, o nível de consciência da população; fervor religioso até nas informações colhidas” (AZEVEDO, 1995/1997, p. 169-170). Os testemunhos de Amália Campos e Francisca Azevedo podem ser facilmente perceptíveis nas fotografias abaixo.

Figura 51 e 52 – Cenas de evento religioso em Oeiras



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

No campo educacional, não obstante a criação de dois grupos escolares, o “Costa Alvarenga” e “Armando Burlamaqui” e de algumas escolas isoladas no interior do município, em anos anteriores, Oeiras permanecia apresentando uma grande demanda educacional entrando na segunda metade do século passado com um alto índice de analfabetismo. Esse município, em 1950, apresentava uma população de 36.371 pessoas com idade a partir de cinco anos, aptas ao domínio da leitura e escrita. Contudo, desse total, sabiam ler e escrever apenas 7.805 pessoas, e outras 28.866 não sabiam ler nem escrever, atingindo uma taxa de 79% de analfabetismo. Levando em consideração a população da zona urbana de 3.164 habitantes, dentro do mesmo critério anteriormente estabelecido, tinham desenvoltura na leitura e escrita 1.612 pessoas, e 1.556 não sabiam ler nem escrever, o que demonstra um equilíbrio entre o percentual da população alfabetizada, 51%, e da população analfabeta, 49% na cidade. Essa realidade não diferenciava da apresentada pelo Estado do Piauí que, do total 860.074 habitantes dentro da faixa etária indicada, ou seja, a partir da idade de cinco anos, 21,5% ou 185.335 eram alfabetizados, apresentando destreza na leitura e escrita, e 78,5% ou 674.739 eram analfabetos (IBGE, 1952).

Com base nas informações do censo demográfico do Estado do Piauí, do ano de 1950, fornecidas pelo IBGE, construiu-se o quadro abaixo no qual pode-se constatar a realidade educacional do Piauí e do município de Oeiras, apresentando os dados populacionais levando em conta o agrupamento da população por sexo e o domínio ou não da leitura e escrita.

Quadro 29 – População do Estado do Piauí e da cidade de Oeiras com indicação, por sexo, do domínio ou não da leitura e escrita no ano de 1950.

		PIAÚÍ	OEIRAS	
TODAS AS IDADES	TOTAL GERAL	1.045.696	44.560	
	HOMENS	517.185	22.003	
	MULHERES	528.511	22.557	
POPULAÇÃO COM 5 ANOS E MAIS	TOTAL ≥ 5	860.074	36.671	
	SABEM LER E ESCRIVER	HOMENS	101.947	4.384
		MULHERES	82.388	3.421
		TOTAL	185.335	7.805
	TAXA	21,5%	21 %	
	NÃO SABEM LER E ESCRIVER	HOMENS	320.665	13.600
		MULHERES	354074	15.266
		TOTAL	674.739	28.866
TAXA		78,5%	79%	

Fonte (IBGE, 1952)

Oeiras, mesmo mantendo-se firme em suas tradições, cultivando o seu perfil de cidade histórica e capital da fé do Piauí, procurou aderir, com sensatez, às ideias modernizadoras dos anos dourados e tomar parte da política expansionista do ensino secundário, criando, em 1952, o Ginásio Municipal Oeirense (GMO). Essa instituição de ensino secundário representou para a sociedade local uma grande conquista, uma vez que ela veio quebrar um regime de 100 anos sem funcionamento regular de uma escola secundária na cidade, desde a mudança do Liceu para Teresina, em 1852, por ocasião da transferência da capital.

4.2 O Ginásio Municipal Oeirense como um projeto de modernidade: o soerguimento do ensino secundário

Oeiras foi a primeira capital do Piauí e a primeira cidade do Estado a ter uma instituição pública de ensino secundário organizada. Foi nessa cidade onde ocorreu a fundação e instalação do Liceu Provincial, pela Lei nº 198, sancionada por Zacarias de Góis e Vasconcelos em 4 de outubro de 1845. Essa escola, porém, teve vida curta em Oeiras. O Conselheiro Antônio Saraiva, quando presidente da Província do Piauí, após aprovação da Resolução nº 315, de 21 de julho de 1852, que elevava a Vila Nova do Poty ao status de cidade com o nome de Teresina, tratou de fazer desta a nova sede da Província, oficializando essa mudança em 16 de agosto de 1852. Nessa ocasião, Saraiva autorizou que para a nova capital fosse transferido todo o aparato governamental incluindo aí as repartições e instituições públicas da época, dentre elas o Liceu (PIAUHY, CÓDIGO DAS LEIS PIAUIENSES, 1845; PIAUHY, CÓDIGO DAS LEIS PIAUIENSES, 1852).

Ao perder sua melhor, mais organizada e estruturada escola daquela época, Oeiras ficou com o ensino público secundário arruinado. Segundo Reis (2009), depois desse fato, o ensino secundário da velha capital retornou ao antigo modelo de aulas isoladas ficando resumido à cadeira de Latim, que continuou sendo ministrada pelo professor Antônio João Batista Ferreira, e à cadeira de Geometria, sob a regência de Dr. José Sérvio Ferreira. Tais cadeiras não conseguiram funcionar por muito tempo. Em 1854, de acordo com afirmação de Alencastre (1981), não existia mais em Oeiras nenhuma cadeira pública de ensino secundário, apenas havia uma aula particular de Latim com 19 alunos.

Na primeira e curta passagem de José Mariano Lustosa do Amaral pela presidência da Província do Piauí, a instrução pública primária e secundária foi reformulada pela Resolução nº 485, de 13 de setembro de 1859. Por essa normativa, ficou autorizado, nos Art. 83 e 97 o funcionamento, em Oeiras, das cadeiras de Latim, Francês e Geografia como anexas ao Liceu,

garantindo aos seus professores remunerações idênticas aos professores do Liceu em Teresina (PIAUHY, CÓDIGO DAS LEIS PIAUIENSES, 1859). De acordo com informações dadas por Reis (2009), em 1859, as aulas públicas secundárias de Latim de Oeiras foram ministradas pelo Pe. José Dias de Freitas e frequentadas por 20 alunos, e as aulas de Francês e Geografia foram assumidas por Dr. Manoel Joaquim Rodrigues de Macedo, que logo se afastou para tornar-se Diretor Geral da Instrução Pública, sendo substituído por Newton César Burlamaqui.

Mesmo tendo a Resolução nº 485/1859 nivelado as aulas públicas secundárias de Oeiras com as do Liceu da nova capital, tornando-se dele anexas, não foi suficiente para que esse ensino se reerguesse e a cada ano tornava-se mais minguado. Ao relatar sobre a situação do ensino secundário em Oeiras, no início do período letivo de 1861, José Joaquim Avelino, vice-diretor da instrução pública, informou que as cadeiras lá existentes apresentavam uma matrícula reduzida de apenas 18 alunos, o que ele considerava muito aquém da real capacidade, e analisava essa circunstância como uma demonstração de negligência e da falta de incentivo da Província para com a instrução o que conseqüentemente resultava no desestímulo e na baixa frequência das aulas (PIAUHY, RELATÓRIO, 1861).

Incluída nos resultados de suas pesquisas sobre a história da educação brasileira, Moacyr (1939) registrou a informação de que, em 1º de agosto de 1861, o Liceu Provincial do Piauí foi extinto por ato do presidente da Província, Antônio de Brito Sousa Gaioso, com a publicação da Lei nº 511/1861. Com essa decisão o ensino público secundário do Piauí retrocedeu às aulas isoladas. Em Teresina mantiveram-se apenas as cadeiras de Latim, Francês, Aritmética e Geometria Plana e, em Oeiras, as aulas de Latim e Francês, todas funcionando precariamente na casa de seus professores.

Sintetizando, sobre a situação do ensino secundário no Piauí e em Oeiras, de forma particular, nas últimas décadas do século XIX pode-se pontuar como aspectos relevantes a restauração do Liceu no ano de 1867, porém, desta vez, a autorização para seu funcionamento se restringia apenas a Teresina, não mais incorporando as cadeiras de Oeiras àquela instituição escolar; a permanência, em Oeiras, de um ensino secundário no regime de aulas isoladas até estas serem canceladas, em 1871, por ordem do presidente da Província, Manoel do Rego Barros de Sousa Leão, sob a alegação de baixa frequência, voltando a funcionar dois anos depois; um acentuado aumento, no final do Período Imperial, de um clima de instabilidade e precariedade do ensino secundário de Oeiras, com mudanças constantes de professores, baixa matrícula e frequência irregular, até deixar de existir nessa cidade (REIS, 2009). Nos últimos anos desse período, acrescenta essa autora que

em 1886, as cadeiras de Latim e Francês de Oeiras foram assumidas inicialmente por Ulysses Corrêa Lemos logo substituído pelo professor Dr. Aurélio de Lavor que permaneceu no cargo até seu falecimento em meados do ano 1887. Dr. Marcos Rodrigues Madeira foi nomeado, em agosto daquele ano, o novo lente destas cadeiras. A partir de então, e por todo período provincial e início do período republicano, o ensino foi minguando, chegando Oeiras no início do século XX sem escolas públicas desse nível (REIS, 2009, p. 146).

Oeiras, a cidade berço da colonização do Piauí, foi também, enquanto sua capital, o principal campo das ações educacionais. No entanto, ao deixar de ser o centro das decisões políticas governamentais, em meados do século XIX, foi fraquejando sua vitalidade urbana com repercussão no campo educacional e especial abatimento do ensino secundário. Essa cidade iniciou o século XX apresentando uma educação pública primária estagnada e deficitária e sem escolas secundárias. Uma reação a esse estado de dormência começou a ocorrer a partir do terceiro decênio da República, com o surgimento e funcionamento dos grupos escolares, culminando na década de cinquenta com o soerguimento do ensino secundário concretizado pela criação do curso ginásial – do Ginásio Municipal Oeirense.

4.2.1 A concretização de um sonho: criação do Ginásio Municipal Oeirense

Quando Oeiras chegou ao meio do século passado, sua educação ainda não havia ultrapassado o nível primário e lastimava a falta de uma educação secundária. Poucos eram os que podiam sair da cidade e com dificuldades prosseguirem seus estudos em locais que lhes possibilitassem alcançar um nível mais elevado de instrução e quiçá um ensino superior. A bandeira da criação de um ginásio em Oeiras foi levantada na década de 1940 por Possidônio Nunes de Queiroz, mesmo encontrando pessoas influentes que se posicionasse contra essa ideia. Em cartas trocadas com seu amigo Bugyja Britto ele deixou o registro dos primeiros movimentos em favor da fundação de uma escola de nível secundário na cidade. Num recorte dessa carta, transcrita abaixo pode-se perceber a garra desse palatino, como o próprio se intitula, ao encabeçar essa luta:

Falemos um pouco a respeito da criação “do Ginásio” de Oeiras. Parece que houve sempre uma espécie de má vontade para se criar um ginásio aqui. Durante muito tempo a voz do meu antigo Professor Des. PEDRO SÁ, de saudosa memória, era um oráculo aqui. Era a voz mais alta e certamente seguida. Ele sempre combateu com todas/ as forças a ideia da criação de um ginásio em Oeiras. No tempo da Ditadura, quando o Cel. Orlando Carvalho era o Prefeito Municipal, houve um movimento pró-criação do ginásio. Fez-se uma grande reunião em casa do digno co-urbense Mário Freitas, e dali, depois de discutidos prós e contras, saiu uma comissão para parlamentar com o Sr. Prefeito. Ele recebeu muito bem a comissão e

tomou todas as providências para que se criasse o educandário desejado. Obteve aprovação de crédito vultoso por parte da Diretoria dos Municípios; foi ao Rio de Janeiro e trouxe bonita planta para a construção do prédio para o ginásio, planta de autoria do Prof. CARVALHO NETO, filho dele Orlando, adquiriu o terreno e muito material para a construção. Sucede que logo veio o movimento de 29 de outubro de 1945, que derrubou a Ditadura VARGAS, e a ideia do ginásio esfriou de tal ponto que todo o material foi retirado do local para outras construções. Não se falava mais em ginásio, se não vagamente.

Paladino da ideia da criação do nosso curso secundário, pus-me em campo, trabalhando pelo pela sua consecução. “O Sr. Cônego CARDOSO” que era entusiasta estrênuo dá ideia, pôs a minha disposição, a amplificadora católica, existente aquele tempo, e eu, todos os domingos fazia palestra, ventilando a coisa, palestra que era irradiada para Praça da Bandeira. Talvez não estivesse eu agradando a algumas pessoas. Mas eu falava. Essas conversas, mandava-as para o Prof. LOURENÇO FILHO, no Ministério da Educação e Cultura e ele agradecendo me dizia continue, o Sr. há de vencer. Entre os meus ouvintes se contava o Dr. Carlos Ferraz, atualmente Juiz de Direito de uma das Varas de Teresina, com quem trocava impressões depois. O povo foi ouvindo e alguma coisa do que eu dizia ficava (QUEIROZ, CARTA, 1988).

Os anos cinquenta, porém, trouxeram para a velha cidade novas esperanças para a concretização do sonho de ver funcionando uma escola secundária. A sociedade clamava por melhorias educacionais e os intelectuais da época, encabeçados pelas autoridades religiosas e políticas, encetaram uma verdadeira luta em favor da criação de um ginásio. O consórcio entre o poder religioso e o poder governamental na criação de escolas secundária no Piauí não foi uma particularidade de Oeiras, pois como afirma Lopes (2011, p. 1) “essa modalidade de ensino foi se interiorizando no Piauí a partir da conjugação dos esforços das elites locais, da iniciativa privada, das confissões religiosas e do poder público municipal”.

O expediente da sessão ordinária da Câmara Municipal de Oeiras realizada no dia 19 de abril de 1949 constou da leitura de várias correspondências, dentre elas um telegrama enviado pelo Prefeito Municipal, Augusto Rocha Neto, no qual comunicava que já se encontrava encaminhada a “solução do caso da criação do Ginásio Municipal de Oeiras, já tudo resolvido a dificuldade sobre a obtenção de Diretor e casos iniciais da Diretoria, pelo que solicitava todo interesse para que, na presente reunião, esta Câmara faça do assunto em apreço o seu assunto principal” (OEIRAS, LIVRO DE ATA, 1948). Isso vem assegurar que a mobilização e as reivindicações para a criação de um curso ginásial na cidade remontavam a data anterior à década de cinquenta do século passado e essa comunicação aos representantes do povo foi um anúncio bem-vindo aos oeirenses, que lhes reanimaram as esperanças de ver o seu sonho em via de concretização. E pela importância que o caso merece, pede o prefeito que os vereadores coloquem esse assunto no centro das discussões do dia. Em ato contínuo, finalizando essa mesma sessão, está registrado na ata que

Por último foi lido um longo memorial assinado por pessoas da maior projeção em nosso meio, em que se pede à Câmara a criação do Ginásio Municipal de Oeiras. Finda a leitura, o senhor Presidente explicou que a justa pretensão do povo desta cidade, tinha todo o apoio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e sentia satisfeito em poder dizer que o ofício lido hoje, do mesmo Senhor Prefeito, pedindo que o assunto do ginásio fosse resolvido na presente reunião, era bem uma afirmação dos patrióticos, elevados propósitos de sua Excelência, do seu amor à gloriosa Oeiras e uma resposta amiga e satisfatória aos vontadosos filhos desta terra que ao Poder Legislativo endereçaram o judicioso apelo.

Vale ressaltar que na sessão de 19 de abril de 1949 estava presente no recinto da Câmara Municipal de Oeiras, marcando território para a Igreja Católica, o pároco da cidade, o senhor Padre Cônego Antônio Cardoso de Vasconcelos, um dos “cabeças” que lutaram pela criação do ginásio e também um dos que assinaram o Memorial lido naquela assembleia. Na ocasião o cura fez uso da palavra e em

um rápido e eloquente improvisado, falou a respeito do Memorial, como um de seus signatários, e na qualidade de Pároco se congratulava com o Povo e com o Colendo Poder Legislativo de Oeiras pela maneira como encarava o assunto sendo digno de encômios o patriótico propósito do Excelentíssimo Senhor Prefeito da ex- metrópole do Piauí (OEIRAS, LIVRO DE ATA, 1948).

Tanto o Estado como a Igreja Católica, ao longo da história, têm demonstrado interesse no controle da educação manifestado por meio de uma alternância de poder ou mantendo uma parceria. No caso do ressurgimento do ensino secundário em Oeiras, essa aliança revelou-se desde os primeiros momentos em que a ideia da criação do ginásio foi lançada e manteve-se durante o seu funcionamento até apresentar as querelas, das quais estão sujeitas as forças de poder, que vieram ocasionar o fechamento dessa instituição escolar, quase duas décadas depois.

Como bem se pode constatar na fala o prefeito Rocha Neto por ocasião da sessão legislativa da Câmara Municipal, tratada anteriormente, uma das primeiras dificuldades a ser solucionada foi quanto à administração da escola que, embora naquele dia não tenha declinado explicitamente o nome dos gestores, logo todos ficaram sabendo que esse acordo fora selado com a Igreja. A Prefeitura Municipal seria a principal mantenedora e a Diocese a administradora da tão esperada escola que estava prestes de se concretizar. Sobre esse fato a ex-professora Amália Campos e os ex-alunos dessa escola Ferrer Freitas, Espírito Santo Rego e Rita Campos asseveraram que

Foi uma iniciativa da Igreja Católica, do governo municipal e de todo o povo que podia ajudar. Foi o bispo da cidade, Dom Expedito Lopes, quem tomou a frente do movimento para a criação do Ginásio Municipal Oeirense. A Igreja propôs ficar com a direção do ginásio e a prefeitura se encarregava de pagar os professores e ajudar na manutenção (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Para a criação do Ginásio Municipal Oeirense houve uma grande mobilização, resultado de uma cooperação entre o povo, a Diocese e a administração Municipal, ressaltando aqui a grande importância do prefeito Laurentino Pereira Neto na construção do prédio. Na sua administração e depois conseguiu firmar convênio para seu funcionamento (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Quando o Ginásio Municipal Oeirense foi criado eu ainda era criança. No meu tempo, criança não participava dessas coisas de gente grande, mas soube que quem participou da criação desse ginásio foi o prefeito, bispo, padres e os grandes intelectuais da cidade (RÊGO, ENTREVISTA, 2016)

O Ginásio Municipal Oeirense foi criado no ano de 1952, porém, anteriormente a essa data, já tinha havido muitos trabalhos nesse sentido de criação de um ginásio, mas sempre se esbarrava em muitas dificuldades, pois além das pessoas alegarem despesas, também tinha a dificuldade de encontrar professores qualificados para tanto. A figura do senhor bispo Dom Expedito Lopes foi importante para criação desse ginásio. Outras pessoas também se empenharam nessa empreitada, como o professor Possidônio Queiroz, o deputado Dr. Laurentino Pereira Neto, Antônio Bugyja Brito e outros. O ginásio que foi criado pela prefeitura, mas com os auspícios da diocese. Existia um convênio entre prefeitura e diocese e, também o aluno pagava uma pequena taxa e não era uma mensalidade pesada não, era uma coisa assim somente para a manutenção e para ajudar no pagamento dos professores (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

A criação de um ginásio, porém, não dependia apenas do desejo da sociedade, da iniciativa pública ou particular e dos acordos quanto à sua manutenção, administração ou outros aspectos, celebrados entre os setores políticos, religiosos e privados de uma cidade. Para a existência oficial de uma escola secundária em qualquer local do território brasileiro, naquela época, era preciso obedecer aos preceitos legais da Lei Orgânica do Ensino Secundário, ou seja, ao Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, e seguir o que determinavam os seus artigos 71 a 74 que tratavam da equiparação e reconhecimento dos estabelecimentos de ensino secundário no país.

O futuro ginásio da cidade de Oeiras iria constituir-se numa instituição escolar que seria mantida pelo Município. Portanto, conforme determinava o Decreto-Lei nº 4.244/1942, o mesmo teria que passar por um processo de reconhecimento que exigia uma prévia verificação para detectar se a escola possuía condições necessárias para um funcionamento regular e só assim receberia a autorização do Ministério da Educação e Saúde para a sua

efetiva criação. Estando Oeiras distante do Rio de Janeiro, então capital da República, tudo se tornava difícil para dar entrada, encaminhar e acompanhar os trâmites legais do processo de reconhecimento para posterior criação do tão desejado ginásio. Para dar maior agilidade aos processos que tramitavam nas repartições públicas federais da capital do país, era comum aos municípios constituírem os seus representantes a fim de solucionarem os problemas de ordem burocrática, e Antônio Bugyja de Souza Britto, na qualidade de oeirense residente no Rio de Janeiro, advogado, alto funcionário da Alfândega Federal e defensor das causas em favor de sua terra natal, foi a pessoa escolhida para essa missão que a cumpriu com muito zelo.

Bugyja Britto não mediu esforços em atuar junto ao Ministério da Educação e Saúde como defensor da criação do ginásio da cidade de Oeiras. Mantinha correspondência regular com seus conterrâneos e autoridades informando sobre a incumbência que assumira. Em uma dessas correspondências ele anexou uma cópia de um ofício que encaminhara ao Ministério da Educação e Saúde, para o Diretor do Ensino Secundário. Nesse documento ele se apresentava como procurador de Augusto Rocha Neto, prefeito da cidade de Oeiras (1948 – 1950), e como tal requeria a verificação prévia do Ginásio Municipal Oeirense e antecipava que toda documentação encaminhada estava em conformidade com a Portaria Ministerial nº 375, de 16 de agosto de 1949, que fez algumas alterações nas instruções para a execução do artigo 72 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (OEIRAS, OFÍCIO, [1950?])

No mesmo documento que encaminhou ao Diretor do Ensino Secundário solicitando a verificação e autorização para funcionamento do ginásio, Bugyja Britto pedia a realização de exames de suficiência e, para tanto, fez a juntada dos documentos de algumas pessoas que pretendiam tornar-se professor daquela instituição listando-as nominalmente: o Padre João Batista Pereira, a normalista Antônia Reis Britto, o Bispo D. Francisco Expedito Lopes, o médico Dr. Laurentino Pereira Neto, a normalista Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho, José Gerardo Helcias e Possidônio Nunes de Queiroz. Aproveitando a oportunidade, Bugyja também comunicou àquele departamento do Ministério da Educação que a realização dos exames de admissão estava prevista para dezembro de 1950 e que logo no ano seguinte o ginásio entraria em funcionamento. Porém, tal previsão não se concretizara naquele ano (OEIRAS, OFÍCIO, [1950?]).

O documento comprobatório do que foi anteriormente comentado, dada a sua importância histórica para o resgate da memória do Ginásio Municipal Oeirense está reproduzido nas figuras seguintes.

Figura 53 – Ofício enviado ao Diretor do Ensino Secundário solicitando verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense e outras providências [1950?] – Cópia – Frente

no termo do Decret. Lei n. 8.777, de 22-1-746

Hum. Sr. Dir. do Ensino
 Secundário

Antonio Bugyja de Souza Brito, brasileiro, casado, advogado, residente nesta Capital à Rua Piauí n. 126, como promotor (promocão junta) de Augustinho Rocha Neto, Prefeito da cidade de Oeiras, Estado do Piauí, requer-vos a verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense sito na mesma cidade de Oeiras, Estado do Piauí, de conformidade com a Portaria Ministerial n. 375, de 16-8-949, que alterou as Instruções para execução do art. 7º do Decreto-Lei n. 4.244, de 9-4-942.

Além dos documentos exigidos para o pedido de verificação prévia junta, e outros destinados ao pedido de exames de suficiência, para os professores, Padre João Batista Pereira, Normalista Antonio Reis Brito, Bispo Franciscano Expedito Lopes, Dr. Saturnino Pereira Neto, Normalista Lima Rosa Ferraz Nunes, Ferreira de Carvalho, José Gerardo Helcias e Possidônio Nunes de Queiroz,

Figura 54 – Ofício enviado ao Diretor do Ensino Secundário solicitando verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense e outras providências [1950?] – Cópia – Verso

que falta exceto os documentos que provam
a quitação militar de Padre João Batista
Pereira e ~~quitação militar~~ atestado médico de
Dr. Laurentino Pereira Neto, que
serão apresentados em breve a essa Direção.

Logo que produzir os seus efeitos legais pede
a devolução dos documentos que provam a quita-
ção militar dos professores de sexo masculino.

N. Fernandes
F. Depesiment

+ Os exames de admissão ao curso ginasial deverão
ser realizados em Dezembro de 1950 e o Estabeleci-
mento funcionará em 1.951, com a 1.ª série ginasial

1 planta
1 fotografia
12 documentos

D. Expedito - 5 docs, inclusive certificado reservista
Antônio - 5 docs.
Padre João - 5 docs.
Laurentino - 4 docs.
Alina Rosa - 5 docs
José Geraldo - 6 docs. inclusive cert. reservista
Porrinho - 5 docs. inclusive cert. reservista

— Já há Professor de Educação Física, Sargento José
Líbano Pereira — — —

O Doutor Laurentino Pereira Neto, ao assumir a posição de Prefeito da cidade de Oeiras, em 1951, continuou com o propósito de manter avante a reconquista do ensino secundário e não poupou esforço na perseguição desse desiderato. Em 16 de outubro de 1951 o presidente da Câmara dos Vereadores ocupou a tribuna para fazer a leitura de um relatório enviado pelo Prefeito Municipal ao Ministro da Educação e Saúde no qual informava o avanço da construção do prédio do Ginásio Municipal e demonstrava a aplicação dos duzentos e cinquenta mil cruzeiros que foram recebidos, em 03 de maio daquele ano, pelo Município como subsídio do Governo Federal, para a edificação da referida escola (OEIRAS, LIVRO DE ATA, 1951a).

Estando os vereadores juntos em salão da Prefeitura Municipal para a sexta sessão da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras, ocorrida em 19 de outubro de 1951, mais uma vez o processo de criação do ginásio foi o assunto central. O Prefeito Municipal fez-se presente e na ocasião falou de forma detalhada sobre as providências já tomadas e em andamento quanto ao Ginásio Municipal e, conforme está assentado na ata, disse que:

Estivera em Teresina onde conferenciara com o senhor Inspetor Jaime Azevedo a respeito do nosso ambicionado estabelecimento de ensino secundário, e este lhe asseverara que em dias de dezembro viria para fazer a inspeção do prédio e presidir aos exames de admissão. Entretanto, há mais ou menos uma semana recebera uma carta do nosso conterrâneo, advogado Antônio Bugyja Brito, residente na Capital Federal em que o mesmo lhe informava ser necessária antes da licença do Governo, a inspeção do prédio, pois que a mesma licença não se daria sem aquela formalidade. Em virtude disso escrevera o Excelentíssimo Senhor Prefeito ao seu irmão, Deputado Constantino Pereira, membro da Assembleia Legislativa do Estado, pedindo-lhe transmitir ao Inspetor Jaime Azevedo, o pensamento do Doutor Bugyja Brito. Em resposta, o Deputado Constantino Pereira, afirmou por telegrama, e isto a treze do corrente que o Inspetor já estava autorizado a proceder da forma como conversara com o Prefeito. Sucede, continuou Sua Excelência, que no mesmo dia treze recebeu um despacho do Doutor Bugyja em que esclarecia que se o Relatório do Senhor inspetor não for apresentado até o dia trinta e um deste mês, que não virá a licença para que o ginásio funcione no próximo ano. Diante de tudo isso rematou o Senhor Prefeito, irá à “Cidade Verde” pelo avião de amanhã, a fim de solucionar o assunto (OEIRAS, LIVRO DE ATA, 1951b).

Lamentando a falta da educação secundária na cidade Oeiras e depositando esperanças no ginásio em construção e prestes a ser inaugurado, Queiroz (1999, p. 174-175) faz a seguinte declaração:

A instrução é a pedra de toque por onde se afere o grau de desenvolvimento de um povo.

[...]

Um povo só evolui depois que vulgariza a instrução, erigindo-a em legítimo caso de salvação pública, porque educação quer dizer consciência dos deveres, produção acelerada, estabilidade econômica, afirmou o Sr. Brígido Tinoco.

No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo, disse o inolvidável Prof. Miguel Couto.

[...]

Compreendendo essa palpitante realidade brasileira, de há muitos anos, vem a ex-metrópole piauiense, num esforço digno dos maiores encômios, com enorme sacrifício mesmo, mantendo lá fora, em outros centros, dezenas de filhos seus, os quais, aqui e ali, cursam humanidades, no afã patriótico de preparar um futuro maior à gleba que os viu nascer.

Mas, se apreciável é o número de moços a quem se enseja oportunidade de adquirir as luzes de um curso secundário, maior ainda, incomparavelmente maior, é o dos que veem se estiolarem as flores de uma esperança que tinham todo o direito de alimentar.

Oeiras não possui ainda o seu ginásio.

[...]

Entretanto, num esforço louvável, patriótico, se prepara a velha terra por ver esse desejo veemente de todos os seus filhos concretizado em obra, pois que, no próximo ano, a Deus querer, terá a gleba querida instalado e funcionando o seu tão ambicionado estabelecimento de ensino secundário.

O recorte de texto transcrito acima, pinçado do artigo “Oeiras: seu passado pleno de glórias, o presente cheio de realizações úteis”, de autoria de Possidônio Nunes de Queiroz, deixa transparecer não só um sonho do autor, mas um desejo acalentado por muitos oeirenses de ver sua terra entrar numa fase de modernidade e progresso a partir da educação. Esse sonho ia a cada dia se despertando e aos poucos se aproximando da realidade. Por fim, o que todos ansiavam em ouvir foi pronunciado pelo prefeito Dr. Laurentino Pereira Neto, na terceira sessão, da segunda reunião ordinária da Câmara de Vereadores de Oeiras, em 04 de fevereiro de 1952, que o “Ginásio Municipal, velha aspiração do povo de Oeiras, que graças a Deus, funcionará este ano, pois que já se realizara os exames de admissão, aliás no próprio prédio do ginásio, cuja ala da frente já se encontra em condições de nele funcionar o tão ambicionado estabelecimento de ensino” (OEIRAS, LIVRO DE ATA, 1952).

Tal prenúncio se concretizou ainda no primeiro semestre de 1952, e as portas do ginásio abriram-se para acolher os seus 75 primeiros alunos aprovados em exame de admissão, os quais foram divididos em duas turmas: “A” e “B”, agrupadas conforme o sexo, sendo 39 moças e 36 rapazes, cuja relação nominal consta no quadro 28 a seguir (OEIRAS, GMO, LIVRO DE ATAS DAS PROVAS PARCIAIS, 1952). O desejo e a ansiedade de tornarem-se alunos secundaristas eram tão fortes que foram dispensadas as grandes pompas de um evento de inauguração, sendo que a maior festa foi a comemoração nas próprias salas de aula que logo ganharam vida com a atuação imediata dos professores.

Quadro 30 – Relação dos primeiros alunos do Ginásio Municipal Oeirense -1952

Nº ORD	TURMA A – SEXO FEMININO ALUNAS	Nº ORD	TURMA B – SEXO MASCULINO ALUNOS
01	Aldenora Nogueira Campos	01	Antônio Cassiano Barroso
02	Auzenite Rêgo Clementino	02	Antônio Madeira Reis
03	Belisa Portela Barbosa	03	Antônio Nogueira Campos
04	Benedita Moreira Cassino	04	Ariosto de Carvalho Rêgo
05	Carmélia Rêgo de Queiroz	05	Antônio Epifânio M Reis
06	Eulália M. de Carvalho	06	Américo Campos Ferreira
07	Francisca de Assis Moreira	07	Benedito de Deus Barbosa
08	Isabel Freitas Lima	08	Benedito Carmo Tapety
09	Irene Clementino dos Santos	09	Benjamim Madeira Reis
10	Irmina Martino de Carvalho	10	Benedito Barros
11	Jaysa Saraiva	11	Cícero Alves Ferreira
12	Luíza Áurea C. Ferreira	12	Darcy Siqueira Albuquerque
13	Maria Bernadete Maranhão	13	Durval Ferreira Freitas
14	Maria das Dores Freitas	14	Dagoberto Mendes de Carvalho
15	Maria de Loudes Carvalho	15	Francisco de Assis Queiroz
16	Maria da Soledade Silva	16	Fernando Marques Neto
17	Maria do Rosário Nunes	17	Geraldo Carvalho Martins
18	Maria Antonieta de C. Souza	18	Gilson Pereira Carmo
19	Maria do Rosário Portela	19	Isaias Barbosa
20	Maria do Socorro F. Praça	20	João Borges Caminha
21	Maria das Mercês Rocha	21	José Amorim
22	Maria da Conceição Oliveira	22	José Alberto dos Santos
23	Maria Dóris Macêdo Rêis	23	Joel Campos Filho
24	Maria Dária Macêdo Rêis	24	Juarez Martins dos Santos
25	Maria das Dores Ferreira	25	José Nauto Reis
26	Maria do Socorro M. Rêgo	26	Joaquim Roseno Leal
27	Maria do Socorro Martins	27	Luiz Luz Nunes
28	Maria Vieira Rocha	28	Laurimar Avelino Duarte
29	Maria do Socorro F. Rêgo	29	Luiz Ribeiro Gonçalves
30	Maria das Dôres Pereira	30	Nilo Siqueira Albuquerque
31	Maria da C. Alves de Carvalho	31	Pedro Barroso
32	Norbertina B. Cavalcante	32	Plácido José Ferreira Neto
33	Nilza Nunes	33	Rodolfo Rêgo Neto
34	Rita de Cassia Campos	34	Robert Rêgo Amorim
35	Terezinha Rêgo C. Brandão	35	Sebastião Ferraz de Castro
36	Terezinha de Jesus Carvalho	36	Tibério Moreno Siqueira
37	Terezinha M. Saraiva		
38	Valdália Rêis Freitas		
39	Zilda de Carvalho Rêgo		

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de atas das provas parciais, 1952)
Arquivo da 8ª GRE – Oeiras-PI

Essa escola tinha pressa em dar início às suas atividades e vários documentos comprovam seu funcionamento mesmo antes das formalidades de sua criação, como os recortes da Ata Geral de Exames de Admissão de 1951, das Fichas de Matrícula de março de

1952 e da Ata da 1ª Prova Parcial de junho de 1952, que constituem importantes vestígios dos primeiros momento da existência do Ginásio Municipal Oeirense ilustrados a seguir.

Figura 55 - Ata Geral de Exames de Admissão – GMO – 1951

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1951

Nos dias 27 e 28 do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, nesta cidade de Oeiras do Piauí presentes o Inspetor Federal, José Constantino de Carvalho e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores João Brancos, Ruy Marinho, Szejat e R. Rêgo da Silva Oliveira sob a Presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1.ª série ginásial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de atas dos exames de admissão, 1951). Arquivo da 8ª GRE – Oeiras-PI

Figura 56 – Ata da 1ª Prova Parcial dos alunos do GMO – 1952

ATA DA 1ª PROVA PARCIAL DE Junho

Nos dias 20-23-25-27 e 28 do mês de Junho do ano de 19 52 nesta cidade de Oeiras realizaram-se, em 1ª chamada, as primeiras provas parciais do corrente ano letivo, da 1ª série, turma B, do curso gimnasial turno tarde, cujos resultados constam do boletim que adiante se vê:

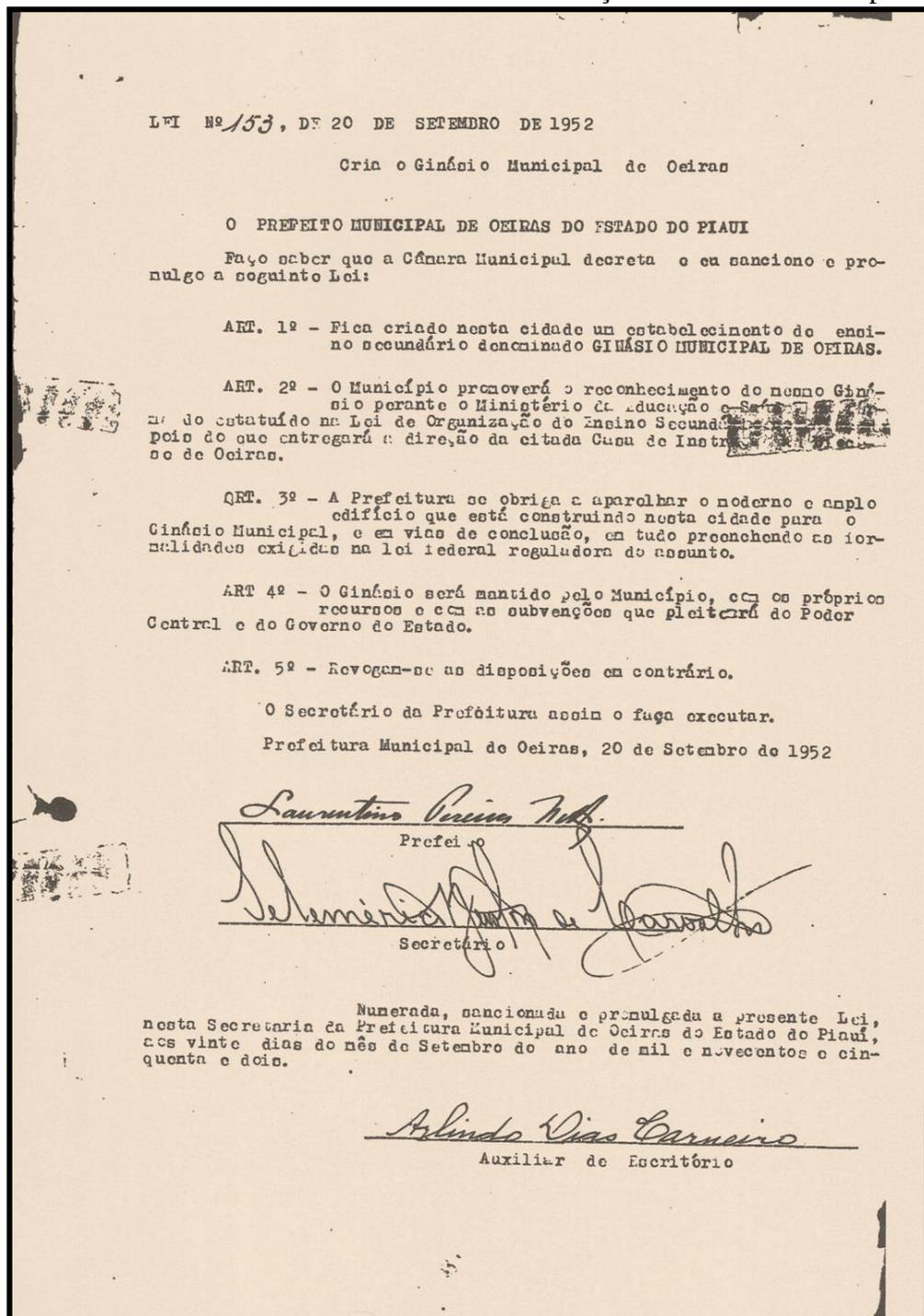
NOME DO ALUNO (Ordem alfabética)	DISCIPLINAS									
	Português	Latim	Francês	Matemática	Geografia	História	Desenho	Canto	Trabalhos	
Antônio Cassiano Barroso	7	5,5	5	6	9	6,5	5	9,5	8,5	
Antônio Madeira Reis	6,5	4,5	5	4,5	9	6,5	3	6	8	
Antônio Nogueira Campos	7	5	2	6,5	8,5	5,5	4	4	6	
Aristo de Carvalho Rêgo	8	4	1	5,5	9,5	5	4,5	9	8	
Antônio Epifânio M. Reis	6	3	3	6,5	9,5	5,5	4	2,5	5	
Américo Campos Ferreira	7	5	1	6,5	7	7	4,5	4	10	
Benedito de Deus Barbosa	8,5	5	1	4,5	9,5	7	3,5	2,5	7	
Benedito Carmo Capety	6,5	2	1	5,5	8	6	4,5	2	5	
Benjamin Madeira Reis	7	4	4	8,5	10	6	4,5	9	8	
Benedito Barros	5	4	6	5	8	5	5	9,5	8	
Cícero Alves Ferreira	8,5	5	5	5	4,5	6	4,5	4,5	5	
Darcy Siqueira Albuquerque	9	9,5	8	6	9,5	8	5,5	5,5	8,5	
Quirval Ferreira Freitas	6	2	2	4,5	8,5	6	4,5	8,5	7	
Agostinho Mendes de Carvalho	5,5	3	1	5,5	9	5	2,5	3	6	

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de atas das provas parciais, 1952) Arquivo da 8ª GRE – Oeiras-PI

Somente seis meses depois de pleno funcionamento, em 20 de setembro de 1952, o tão esperado estabelecimento de ensino secundário da velha capital foi oficialmente criado

pela Lei Municipal nº 153 com o nome Ginásio Municipal de Oeiras e só posteriormente esse nome foi mudado para Ginásio Municipal Oeirense.

Figura 57 – Lei nº 153 de 20 de setembro de 1952 – Criação do Ginásio Municipal Oeirense



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Oeiras

O Ginásio Municipal Oeirense conseguiu sobreviver durante 17 anos e nessa escola foram depositadas as esperanças de melhores dias que oportunizassem acender na mocidade

as luzes do conhecimento, facilitassem os jovens a cursarem o ensino secundário sem saírem de sua cidade, despertassem a consciência dos seus deveres como cidadãos e proporcionassem o desenvolvimento e estabilidade econômica da cidade. A importância da criação do Ginásio Municipal é reconhecida unanimemente por toda sociedade oeirense e, na voz dos que lá conviveram como professores ou alunos, essa escola é engrandecida e exaltada com saudosismo e gratidão como se pode constatar nos recortes de suas falas transcritos abaixo.

O ginásio trouxe uma contribuição muito grande para a sociedade de Oeiras! Todos os rapazes e moças que estudaram no ginásio municipal oeirense progrediram. Quando concluíam o curso e se submetiam a fazer algum concurso, eles sempre passavam com boa classificação. Muitos fizeram concursos para serem bancários e todos eram aprovados nos primeiros lugares, todos eles tinham um aproveitamento muito especial e eram reconhecidos aonde chegavam. (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016)

O Ginásio Municipal foi muito importante para a juventude de Oeiras, os alunos que lá estudavam saíam preparados para a vida lá fora. O ginásio era de muita fama, preparava muito bem os alunos e quando estes terminavam estavam prontos para fazerem os concursos, principalmente os de banco, e vestibular e todos aqueles que faziam eram aprovados (BARROSO SOBRINHO, ENTREVISTA, 2016).

O Ginásio foi de uma contribuição muito grande para a cidade de Oeiras e para mim, em particular. Primeiro vamos falar sobre a contribuição do ginásio para a cidade. Eu acho que foi fundamental, porque acredito que tenha sido o primeiro passo rumo à universidade, pois essa só veio chegar a Oeiras décadas depois com a UESPI, mas não deixava de ser um caminho para a universidade que seria, necessariamente, buscada fora daqui, sem falar do científico que interpunha entre esses dois níveis. Então, o aluno já saía de Oeiras pré-formado, ou melhor, bem preparado e orientado no sentido de buscar e cursar uma universidade. A qualidade do Ginásio Municipal Oeirense era extraordinária. Nós podemos afirmar que praticamente era uma garantia de sucesso na busca da universidade, mesmo com a intermediação do curso científico, pois os alunos, de um modo geral, se saíam muito bem. Outra coisa que marcou muito o ginásio e que acentuava a qualidade da sua ação pedagógica era o fato daqueles alunos que, por dificuldades da vida, não puderam sair para continuar seus estudos e buscarem uma universidade. Esses tiveram uma qualidade educacional de tal forma boa que essa formação facilitou o acesso dessas pessoas a concursos que lhes eram oferecidos na época. Por exemplo, naquele tempo, no Piauí, começaram a chegar agências bancárias em algumas cidades, então os alunos do velho Ginásio Municipal Oeirense tiveram acesso praticamente garantido nesses concursos, nunca decepcionaram e havia um orgulho muito grande de terem estudado no ginásio. O ginásio, mesmo já no seu terceiro tempo, que foi o meu, ainda era um ginásio que se orgulhava, pois seus alunos não o decepcionavam, passando no vestibular logo que chegava lá ou mesmo nos concursos. Vale lembrar que muito antes da chegada da Universidade em Oeiras, nós tivemos a criação da Escola Normal que facilitou o acesso das mulheres que faziam o ginásio e não iam para as universidades. Elas ficavam aqui fazendo o Curso Pedagógico com sucesso e eram aproveitadas nas

instituições de ensino na cidade. Então a contribuição do ginásio para Oeiras foi formidável, pois as pessoas que estudaram no ginásio vieram a ocupar funções de destaque na cidade (CARVALHO JR, ENTREVISTA, 2017).

O Ginásio Municipal Oeirense deu uma contribuição muito grande para a sociedade de Oeiras. Os alunos dessa escola tinham a fama de muito inteligentes e competentes e quando iam fazer concursos eram temidos pelos concorrentes. [...] Na época que chegou o Banco do Nordeste em Oeiras, muitos dos ex-ginasianos foram fazer o concurso para esse banco e conseguiram ocupar a maioria das vagas, outros ex-alunos do ginásio saíram para continuar seus estudos fora e conseguiram se destacar deixando seus pais muito satisfeitos. Eu creio que o Ginásio Municipal Oeirense provocou uma revolução muito marcante no desenvolvimento da cidade de Oeiras, a partir do princípio da década de cinquenta. Esse ginásio contribuiu muito mesmo para o desenvolvimento social e econômico da nossa querida Oeiras, era o que exatamente faltava, foi a partir daí que começou a aumentar a auto-estima dos oeirenses (CAMPOS, 2015).

Os depoimentos acima contribuem para traçar um breve perfil do Ginásio Municipal Oeirense como uma instituição de ensino secundário de qualidade, que veio fornecer ânimo à cidade de Oeiras, permitindo que a mesma passasse a fazer parte do projeto de modernidade eclodido no país, preparando aqueles que se destacariam no seu meio como agentes que reverteriam a condição de atraso da cidade rumo ao desenvolvimento social, cultural, político econômico e educacional. Possuía essa escola uma competente orientação pedagógica que fazia com que seus alunos fossem reconhecidos intelectualmente por onde atuavam.

Depois do retrocesso educacional que Oeiras viveu com perda do Liceu, o Ginásio Municipal Oeirense veio representar para a cidade uma esperança de tempos mais promissores e servir de mais um degrau na sua ascensão educacional e um passo decisivo para o surgimento de outras instituições de mesmo nível, abrindo caminho para a educação superior atingido algumas décadas depois.

4.2.2 O lamentável fim de uma escola de sucesso: fecharam as portas do Ginásio Municipal Oeirense

Os benefícios advindos da criação do Ginásio Municipal Oeirense não se restringiram à cidade de Oeiras e aos filhos dessa terra, mas se estenderam para além de suas fronteiras, pois essa instituição de ensino também serviu de fonte de conhecimento para todos aqueles que recorriam a essa instituição escolar a fim de matar sua sede de saber. Rita Campos, aluna da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense, mostra a cobertura educacional abarcada por essa escola e assim relata que a mesma “contribuiu também com outras cidades vizinhas,

pois com a criação do ginásio em Oeiras, vinham estudar nessa escola alunos da cidade de Simplício Mendes, de São João do Piauí, de São Raimundo Nonato, de Floriano e de outros municípios, até mesmo de outros Estados” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

É de se lamentar que uma escola que tanta benfeitoria trouxe para Oeiras e região circunvizinha tenha tido suas portas fechadas. Esse fato abateu a todos, principalmente a comunidade escolar do Ginásio Municipal Oeirense, provocando-lhe um sentimento de perda, um dilaceramento do pertencimento social e da própria identidade construída sob a influência marcante dessa escola. O tão desejado ginásio que veio contribuir também na construção de novos sujeitos sociais – os professores e alunos secundaristas, imprimindo-lhes uma identidade definida na convivência naquele espaço, fazendo desenvolver um sentimento de pertença em cada um deles, teve suas atividades interrompidas no findar do ano de 1969. Perplexos, tais sujeitos viram aquele respeitado estabelecimento de ensino deixar de existir tirando deles um referencial de vida. Segundo Bonnemaïson (2002, p. 91) “a correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”, e pode-se dizer que havia entre o ginásio e a comunidade escolar laços de afetividade enraizados que foram forçados a um rompimento que merecem maiores esclarecimentos no âmbito desse estudo.

Assim como aqueles que passaram por situações traumáticas não se sentem bem em revivê-las, os ex-professores e ex-alunos do Ginásio Municipal preferem não tocar nos detalhes a respeito do fechamento dessa escola, optando por omiti-los para não tirar o brilho de seus áureos anos, como se fosse possível colocar esse trágico fato no esquecimento suprimindo essa parte de sua história. Quanto a esse acontecimento, o ex-ginasiano Dagoberto de Carvalho Júnior fez um apelo, como historiador que é, para que o episódio do fechamento do Ginásio Municipal Oeirense fosse mais abertamente esclarecido e ao tempo que expõe suas lembranças sobre o ginásio dá indicações de um roteiro para essa investigação e textualmente declara:

O Ginásio Municipal Oeirense lamentavelmente fechou suas portas em 1969 e foi uma perda muito grande principalmente pelo benefício que prestou à cidade. Esse fato nos remete de volta à crise que ocorreu entre o primeiro e o segundo período de vida do ginásio e isso tem nome e requer um estudo a partir daí. Essa crise deve ter sido em 1957, depois que D. Raimundo, bispo auxiliar de Teresina, veio assumir a diocese, pois foi justamente com ele no comando da diocese que a crise do ginásio se deu. Começa aí e termina em 1969 com o fechamento do Ginásio Municipal Oeirense. Acho que o fechamento foi uma consequência dessa crise, pois a briga ainda não havia terminado. Por isso eu acho que tudo isso deve ser estudado e elucidado (CARVALHO JR, ENTREVISTA, 2017).

O desafio fora lançado, resta então desemaranhar os fios de Ariadne e buscar os vestígios que venham elucidar esse fato ainda envolto numa atmosfera quase misteriosa. Partiu-se então para seu esclarecimento seguindo as pegadas sugeridas por Dagoberto de Carvalho Júnior, tendo como primeiro passo o ano de 1957. Foi nessa fatídica data, que demarca a passagem da primeira para a segunda gestão dessa escola, que o ginásio foi marcado para acabar e foi um fim lento e certo.

O Ginásio Municipal Oeirense durante o período de sua existência passou por três fases distintas tomando-se por base a sua gestão, sem levar aqui em consideração o curto momento inicial dedicado à organização interna sob a batuta do bispo Dom Expedito Lopes. A primeira fase, de 1952 a 1957, corresponde a da sua implantação sob a direção do Padre Balduino Barbosa de Deus; o segundo momento encaixou-se no recorte de tempo de 1958 até 1959 e caracterizou-se como uma fase de acomodação, tendo à frente de sua administração o Padre Pereira de Maria; e a terceira fase de amadurecimento e repentina derrocada, de 1960 até 1969 quando estava no comando do Padre David Ângelo Leal. Sem levar aqui em consideração os períodos que o ginásio foi gerenciado por diretores interinos.

Sabe-se que foi sobre a Diocese que caiu a incumbência de administrar o Ginásio Municipal Oeirense. Segundo Amália Campos, professora que atuou no ginásio desde a sua primeira fase de existência, “Dom Expedito Lopes foi o diretor de honra, mas assumindo a frente dos trabalhos de direção estava o Padre Balduino, que tinha se formado e ordenado em Roma e estava à disposição da Diocese” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016). Foi, portanto, o Padre Balduino quem assumiu a missão de colocar o ginásio em funcionamento e modelá-lo, desde o seu início, dentro dos princípios e normas disciplinares rigorosas nos moldes de sua formação como sacerdote.

Há uma unanimidade nos depoimentos de ex-professores e ex-alunos referindo-se ao modo rígido como Padre Balduino mantinha a disciplina no Ginásio Municipal Oeirense. Além de sua bagagem intelectual e seu domínio técnico pedagógico, foi essa postura rígida que o marcou de forma mais distintiva no período que o mesmo conduziu os destinos do ginásio. Desse padre e mestre, Freitas (1993, p. 91) diz ter “lembranças do sacerdote, de quem fui acólito em missas na velha Catedral de Oeiras ou mesmo na Igreja da Conceição. Do grande orador sacro que empolgava fiéis, especialmente na Semana Santa. Do **diretor austero** do Ginásio Municipal Oeirense” (grifo da pesquisadora) e enfatiza que “esta faceta é a de que mais me lembro”. Referindo-se ao temperamento do Padre Balduino, tão logo sua chegada em Oeiras após ter se ordenado em Roma, Reis (1995, p. 105) faz a seguinte descrição:

Ordenado, regressou ao Brasil. Veio Mussolinizado. Adepto de Plínio Salgado. Primeiro diretor do extinto Ginásio Municipal Oeirense, de saudosa memória. **Intransigente na disciplina escolar.** Ainda nos anos cinquenta ‘brigou’ com o mundo inteiro: o Bispo Dom Raimundo de Castro e Silva (um ‘pebinha de batina’ na troça de Dr. Pedro Sá ante as suas tergiversantes atitudes); o pastor protestante Dr. Roberto Tillotsom, americano; o prefeito Mário Freitas; o Dr. Laurentino Pereira Neto, Deputado; o intelectual Possidônio Queiroz; o juiz de Direito Dr. Luís Lopes Sobrinho, pessoa simpática e aedo de grande sensibilidade, repentista, membro da APL. O Padre Balduino fez-se verdadeiro revolucionário. Um idealista fervoroso. Remodelador de hábitos e costumes. Trabalhista convicto. Evidenciava-se seu interesse político-partidário. Resultado: foi afastado da direção daquele estabelecimento de ensino (grifo da pesquisadora).

Diante do esboço da personalidade forte do Padre Balduino, rascunhada nas colocações feitas anteriormente, não é difícil de supor ter ele conquistado alguns desafetos e descontentado alguns pais de alunos que se sentiram incomodados com as normas disciplinares por ele impostas aos estudantes do ginásio, sendo isso o estopim principal de uma série de acontecimentos que resultaram na demissão do Padre Balduino da direção do Ginásio Municipal e, na opinião de muitos oeirenses, a assinatura da sentença de fechamento desse estabelecimento de ensino que seria executada doze anos depois.

No segundo livro de Tombo da Diocese de Oeiras (1955-1974) encontra-se registrado e assinado pelo vigário capitular, o Padre David Ângelo Leal, a versão dos fatos que resultaram no afastamento do Padre Balduino do ginásio visto por um membro daquela instituição religiosa que, juntamente com os depoimentos de quem vivenciou tais acontecimentos, constituem-se como fontes escritas e orais que serviram de subsídios para a síntese histórica desse episódio que marcou de maneira contundente a sociedade oeirense da época.

O Padre David, ao fazer assento de seu relato envolvendo as querelas entre o Ginásio, Igreja e o Município, iniciou afirmando que o ano de 1957 “foi um ano de tristes acontecimentos no governo e na vida da Diocese” e chama atenção para seu papel como narrador afirmando que “não queremos de maneira nenhuma fazer julgamento do que se passou, apenas historiaremos, sucintamente, o decorrer das cousas” (LEAL, 1955-1974, p.15).

Na sua narrativa o Padre David deixa transparecer que a gestão linha-dura adotada pelo Padre Balduino, além de outras alegações, tem causado transtornos para a vida do ginásio e preocupação para a cidade, pois, a cada ano, um considerável número de alunos abandonava os estudos ou pedia transferência para outras instituições de ensino secundário, já atingindo em março daquele ano, aproximadamente 40 alunos. Tal situação também causou preocupação ao bispo Dom Raimundo de Castro e Silva que chamou, no final do mês de

março, o Padre Balduino para um entendimento e concluiu que a melhor saída seria conceder-lhe uma licença de seis meses, tempo que considerava necessário para contornar a situação. Ledo engano, “e aí começou a triste chama...” (LEAL, 1955-1974, p.15).

Maria do Socorro Ferreira dos Santos que era aluna do ginásio nessa época em questão e viveu de perto esse momento comenta que

em 1957 começou uma confusão com o ginásio que tomou grandes proporções envolvendo toda a cidade. Os políticos pressionaram o bispo Dom Raimundo para ele tirar o Padre Balduino da direção, pois os seus filhos estavam repetindo o ano. O Pe. Balduino tinha uma disciplina rígida mesmo, com ele não tinha moleza não, só passava de ano quem estudava. Porém, para os políticos, os filhos deles não podiam perder o ano e diante disso começou a confusão, uns queriam a saída do padre, mas muitos alunos do Ginásio não queriam a sua saída. O prefeito pressionava o bispo e o mesmo dizia ao prefeito que tirava o padre. Porém, quando ele conversava com o padre ele lhe garantia que não lhe tirava. Com isso gerou a confusão e muitos alunos tomaram o partido do padre e alguns professores também (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Na busca de apaziguar os ânimos, o bispo Dom Raimundo convocou o diretor e professores do ginásio para uma reunião privativa, porém o clima de discórdia já se instalara até mesmo entre os professores que se posicionaram a favor e contra a decisão do licenciamento do padre. Sem conseguir convencer aos presentes naquela reunião de que a licença era resultante de uma deliberação bilateral, apenas entre ele e o padre, diante de Deus, o bispo levantou-se e disse que o Padre Balduino estava licenciado e retirou-se do local (LEAL, 1955-1974).

Encerrada a reunião, os comentários deturpados logo começaram a circular e não demorou para que os alunos ficassem sabendo que o Padre Balduino fora “demitido arbitrariamente” pelo bispo. Os alunos reagiram e começaram os protestos e passeatas como forma de manifestação de solidariedade ao padre. Alguns mais politizados, porém muitos outros alunos foram levados a participar desse movimento pelo espírito de rebeldia próprio dos jovens sem, no entanto, perceberem que na base dos protestos estavam em jogo os interesses político-partidários que moviam fortemente a sociedade oeirense daquele tempo. Esse assunto tornou-se o preferido nas rodas de bate-papos nas calçadas das casas, nas esquinas, praças e bares, “pois esse momento foi muito falado, até mesmo quem não morava no Piauí sabia dessa história” (CARVALHO JR, ENTREVISTA, 2017). No relato do vigário da diocese a seguir pode-se perceber a dimensão desse motim levado a cabo pelos estudantes do Ginásio Municipal Oeirense:

A essa altura dos acontecimentos começaram as passeatas públicas dos estudantes que, ao todo foram sete. Enfrentavam o sol e a chuva e até as caladas da noite, pois houve uma, que percorreu as ruas faltando poucos minutos para 1 (huma) hora da manhã.

O estrago no prédio do ginásio foi o mais lamentável. Depredaram tudo: instalação elétrica, encanamento d'água, sanitários, mobílias, modelos de desenho, etc. e até um crucifixo, da 3ª série, foi encontrado em pedaços. Este Crucifixo está em poder do Exmo. e Revmo. Sr Avelar Brandão Vilela, DD. Arcebispo Metropolitano de Teresina e Administrador Apostólico de Oeiras.

Essas manifestações não se originaram de uma organização consistente, ou seja, de uma entidade estudantil própria, mas se caracterizaram como um movimento pontual e incentivado por pessoas fora da trupe estudantil. O grupo de manifestantes logo foi desfeito após o ocorrido. Esses episódios causaram muita admiração à sociedade oeirense que se impressionou pela ousadia dos estudantes, numa cidade pacata como a de Oeiras do final dos anos 1950, em se levantarem e soltar o seu grito expressando sua indignação e revolta. Provavelmente, os ecos dos movimentos estudantis ocorridos no cenário brasileiro após a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937, e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em 1948, encorajaram os estudantes a se rebelarem com o apoio de algumas lideranças políticas infiltradas.

Nas passeatas, os alunos cantavam hinos, parodiavam letras de músicas, gritavam palavras de ordem e exibiam faixas e cartazes com os mostrados nas figuras 58 e 59. Francisco de Moraes Rego, conhecido como Chico Rego, apesar de não ter participado diretamente desses movimentos estudantis, pois foi aluno dessa escola anos depois desse evento, mas como conhecedor do fato e pela curiosidade de historiador que é, relata que:

Em Oeiras, a política reina em tudo. Naquela época, houve um desentendimento entre o Padre Balduino, diretor do Ginásio Municipal Oeirense, o Sr. Mário Freitas, prefeito da cidade, e Dom Raimundo, o bispo da diocese. Quando o bispo realizou o desejo do prefeito, afastando o Padre Balduino do ginásio, grande parte dos alunos e professores não aceitou, levantando assim uma greve e provocando um quebra-quebra de vários materiais do ginásio e saindo em caminhadas pelas ruas, protestando a atitude do bispo. Os alunos foram até Dom Raimundo pedindo para que ele repensasse a sua atitude. O bispo disse que o padre voltaria para a direção do ginásio, porém a pressão política sobre o bispo era grande impedindo que ele voltasse atrás. O bispo não soube lidar com essa situação e resolveu deixar Oeiras. A maioria dos pais dos alunos era a favor do movimento, mas claro que existiam alguns pais que estavam do lado do prefeito. Eles não participavam das manifestações, mas davam apoio para que elas acontecessem. Os alunos faziam até cartazes agredindo pessoas em suas manifestações. Dizem até que eles fizeram o “Amigo da Onça” simbolizando o Padre Leopoldo Portela. Porém, eles não conseguiram trazer o Padre Balduino de volta. O movimento acabou, outro diretor assumiu a administração do ginásio e essa escola, aos poucos, foi se normalizando.

Figura 58 e 59 – Cartazes usados pelos estudantes em passeatas de protesto contra a saída do Padre Balduino da direção do Ginásio Municipal Oeirense - 1957



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Esse episódio tem lugar reservado na memória daqueles que dele participaram ou simplesmente o assistiram e, mesmo depois de sessenta anos do ocorrido, cada cena é lembrada e narrada nos seus mínimos detalhes. Maria do Socorro Ferreira dos Santos, conhecida como Socorro Ferreira ou simplesmente Doiô foi uma das alunas que juntamente com seu irmão engrossaram as fileiras das passeatas em defesa da permanência do Padre

Balduino na direção do Ginásio Municipal Oeirense. Sua narrativa fluía como quem acabara de voltar de um dos protestos:

Então os alunos se reuniram e fizeram um grande movimento estudantil, chegando até quebrar algumas coisas do Ginásio Municipal Oeirense, afirmando assim a sua revolta contra a saída do Pe. Balduino. Fizemos passeatas juntamente com alguns professores, cantando hinos, músicas e falando palavras de ordens. A professora Nadyr, que dava aulas de canto, chegou até mudar a letras de músicas para que pudéssemos cantar na passeata. Nem a chuva torrencial impediu de sairmos pelas ruas cantando. Participei desse movimento mesmo meu pai dando ordem para ficarmos em casa, pois estava com medo de uma repressão, de acontecer alguma coisa. Mas, apesar da proibição dada, nós fomos, o meu irmão e eu. Chegando em casa não tinha como negar ou o que dizer, pois estávamos todos molhados. Agora, eu não participei de quebra. O bispo Dom Raimundo se sentiu pressionado pelo movimento estudantil, mas manteve o afastamento do padre. Sem a comunidade saber, o bispo anoiteceu, mas não amanheceu, e por conta desse movimento ele foi parar em Picos. Foi e não voltou mais. (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Mesmo sendo ainda criança, Olavo Brás Barbosa Nunes Filho não perdeu um só detalhe desse evento que envolveu sua futura escola. Atento assistia a tudo chegando mesmo a se misturar com os manifestantes e assim refere:

Ficou na minha memória, toda aquela confusão envolvendo o ginásio. Na época eu era criança, tinha mais que sete ou oito anos de idade quando eu vi isso acontecer lá em Oeiras. O prefeito da época era o Mário Freitas e como o ginásio era mantido pelo município, mas estava sobre uma tutela religiosa, pois era dirigido pelo padre Baduíno, isso gerou um grande conflito. Houve um movimento, uma revolta que chegou mesmo a provocar uma destruição do ginásio municipal, e não foi só uma destruição institucional, foi inclusive física, dos equipamentos do próprio prédio que de alguma forma foi danificado. Eu me lembro que tinha uma aluna chamada Heloisa que morava para ali para as bandas do Bairro do Rosário e eu estava em cima do pé de umbu do quintal da minha casa vendo aquela aluna passar com um globo na mão e mais adiante ela jogou este globo de vidro no chão, no leito do Riacho da Mocha e eu fiquei com essa triste cena na minha memória. Essa confusão foi grande e teve até passeata dos estudantes e eu ainda criança acompanhei essa manifestação dos estudantes. Eu entrei acompanhando essa passeata de estudantes todos vestidos com uma farda cáqui com uma lista vermelha do lado e com uma blusa com o monograma do Ginásio Municipal etc. Quando a passeata passou na frente da casa de seu Lourenço Barbosa, pai do padre Balduíno, esse grupo parou e gritava a todo vapor dos pulmões o nome do padre Balduíno e cantava um hino que dizia mais ou menos o seguinte: “O meu ginásio jamais capitulou, o meu ginásio jamais capitulou... cantemos agora... Avante, avante o povo varonil! Mostremos a historia a grandeza do Brasil”. Depois de toda essa confusão envolvendo o padre Balduíno, ele deixou mesmo direção do ginásio (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Toda essa trama retrata uma disputa de poder bem marcante em cidades interioranas, mas também deixa transparecer no primeiro movimento estudantil de Oeiras, não só uma rebeldia inconsequente da juventude, mas a expressão de um posicionamento político polarizador muito comum mundialmente nos períodos pós-guerra e que no Brasil resvala sobre os jovens daquela época, que começaram a sair da passividade e se apresentaram como um grupo de força expressiva com mais consciência política e liberdade de expressão, exigindo ser reconhecidos e valorizados como tal. Tudo isso também pode ser visto como consequência de uma expansão educacional, principalmente do nível secundário, com o despertar de cidadãos mais críticos. Os estudantes passaram passo a passo a ter uma posição social e política de maior destaque e, “como revelou a década de 1960, eram não apenas radicais e explosivos, mas singularmente eficazes na expressão nacional, e mesmo internacional, de descontentamento político e social.” (HOBSBAWN, 1995, p. 292).

Esse fato fez com que o bispo Dom Raimundo, magoado, deixasse Oeiras na tarde de 2 de abril de 1957 e nunca mais voltou à essa cidade. Segundo ainda informa o Padre David, a queixa maior do bispo era sobre a forte conotação política dada ao caso em que algumas pessoas da situação valendo-se de seus poderes de mando direcionaram a situação para “uma espécie de vingança pessoal” e acrescenta que Dom Raimundo saiu muito decepcionado por não ter recebido dos católicos o apoio esperado (LEAL, 1955-1974).

O bispo Dom Raimundo foi para Picos e de lá para Teresina comunicar sua decisão e pedir providências para o caso ao Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela que, na qualidade de Administrador Apostólico de Oeiras, prontamente atende a sua solicitação e, vencendo os obstáculos de uma viagem longa, chegou a Oeiras em 5 de abril. De imediato, Dom Avelar convocou os sacerdotes, os professores do Ginásio Municipal Oeirense, autoridades locais e outras pessoas de destaque da cidade para sondar a situação e de forma conciliadora conduziu, interinamente, ao cargo de diretor o Padre Djalma Rodrigues de Andrade e no dia 17 de abril as aulas reiniciaram (LEAL, 1955-1974).

Em apontamentos transcritos no Segundo Livro de Tombo da Diocese de Oeiras o Arcebispo D. Avelar deixou registrados seus atos por ocasião de sua estadia na cidade de Oeiras, dentre eles a nomeação, em 1958, do Padre José Pereira para a direção do Ginásio Municipal Oeirense que logo se impôs obtendo a confiança dos discentes e docentes da escola. O Padre Pereira veio de Floriano e para substituí-lo na sua paróquia de origem foi indicado o Padre Djalma. Outro registro importante feito pelo Administrador Apostólico de Oeiras foi o da exigência da entrega do ginásio à Diocese. Tal requisição foi discutida na Câmara dos Vereadores que julgaram ser sensata não a pura transferência dessa instituição,

mas a permissão de uso, por um prazo de cem anos, do prédio e direção do Ginásio Municipal, firmada através da Lei Municipal nº 368/1958. (VILELA, 1959 apud LEAL, 1955-1974)

O Padre Balduino findou a sua participação como administrador do Ginásio Municipal Oeirense com o ano 1957, ausentou-se de vez desse cenário no ano seguinte e não mais retornou assumir a direção da referida instituição. Por muitos anos o Padre Balduino carregou consigo um fardo de ressentimento por ter sido destituído de um considerado tão importante cargo naquela época. Assumiu o seu múnus sacerdotal e mais tarde, em 22 de janeiro de 1958, tornou-se o secretário do Bispado em Oeiras. Criou a escola primária “Marcos Parente” e lutou pela fundação do Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes que ocorreu em 1958, ambos funcionando no prédio do Círculo Operário de Oeiras, na Praça da Vitória, dos quais foi diretor. Em 1966 assumiu a Secretaria Estadual de Educação.

No que diz respeito ao Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes, ou mesmo Escola Comercial Dom Expedito Lopes como também era chamada, sua criação foi por iniciativa do Padre Balduino e tinha como propósito ministrar o curso comercial básico e era regido pelo Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, ou Lei Orgânica do Ensino Comercial, cujas finalidades estavam voltadas basicamente para a formação de profissionais para executar funções próprias do comércio, como também para atuarem nas funções administrativas tanto em repartições públicas como particulares (BRASIL, DECRETO N. 6.141, 1943).

Essa escola foi fundada aproveitando o embalo da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) que vinha ocorrendo no país em favor de um ensino secundário gratuito. Foi Jaicós a cidade do Piauí que estreou essa novidade no Estado, com a criação do Ginásio Padre Marcos, em 1952, e a partir daí esse ramo do ensino secundário começou a se expandir, possibilitando que fosse “levado educação aos menos favorecidos em pleno sertão piauiense” (SILVA, 2010, p. 40). Essa campanha teve suas raízes fincadas no ano de 1943, em Recife, por um grupo de estudantes que reivindicava o acesso dos menos favorecidos ao ensino secundário, expandiu-se por vários estados brasileiros ganhando abrangência nacional embasada no “discurso desenvolvimentista, da necessidade de participação da população para melhoria do seu nível de vida, [...] e a preocupação com a formação de mão de obra começa a se manifestar, oferecendo cursos técnicos” (SILVA, 2003, p. 108).

Figura 60 – Sede do Círculo Operário de Oeiras onde funcionou o Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes. Anteriormente foi Casa de Câmara e Cadeia, Sobrado dos Ferraz e, atualmente abriga a Prefeitura Municipal de Oeiras.



Fonte: <http://www.piaui.com.br/internas.asp?ID=233>

Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes era uma escola de funcionamento noturno que veio ampliar o ensino secundário na cidade de Oeiras e oportunizar uma formação gratuita para os jovens, permitindo a inserção de estudantes carentes nesse nível de ensino, direcionando-os para o mercado de trabalho. Na cidade passaram a coexistir dois ginásios: o Ginásio Municipal Oeirense destinado às “elites condutoras” e o Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes destinado à formação da “classe trabalhadora”. Porém, apesar dos benefícios advindos da criação do ginásio comercial, há quem diga que essa iniciativa do Padre Balduino fazia parte de seu projeto de vingança traçado quando do seu afastamento como diretor do Ginásio Municipal Oeirense para desestabilizar o funcionamento dessa instituição com futuras pretensões de extingui-la. Segundo o Padre David, essa escola recebia “boas verbas” e “o objetivo do Pe. Balduino era enfraquecer o Ginásio Municipal, do qual sobrara” (LEAL, 1955-1974, p. 159). Porém ainda não foi dessa vez que ele conseguiu êxito nesse seu intento.

O Padre Balduino tinha grande penetração na esfera política estadual e conseguiu, em 1965, que o Governador do Piauí e seu primo, o Dr. Petrônio Portela, atendesse ao seu pedido liberando uma doação de uma quantia de dinheiro volumosa para a compra de um terreno no

qual ergueria a sede própria do Ginásio Comercial Dom Expedito Lopes. O local para o estabelecimento dessa escola foi estrategicamente escolhido, situando-se apenas a alguns quarteirões da mesma rua em que estava o Ginásio Municipal Oeirense. O novo prédio foi erguido e sob a direção de Dr. José Coelho Reis, em 1966, passou a abrigar o Ginásio Comercial D. Expedito Lopes e a Escola Normal Oficial de Oeiras. A partir de então só restava preparar a casa para receber, em breve, os ginásianos municipais. O Dr. Helvídio Nunes de Barros ao assumir o cargo de governador, em 1966, convidou o Pe. Balduino para ocupar a pasta de Secretário de Educação e Cultura do Estado do Piauí. Logo ao assumir o cargo, tomou a decisão de estadualizar a Escola Comercial Dom Expedito Lopes por ele idealizada dando-lhe a denominação de Colégio Estadual de Oeiras e, na condição de colégio público passou a atender gratuitamente o primeiro e segundo ciclo do ensino médio (LEAL, 1955-1974)

Ao abrigar a Escola Normal no novo prédio, o Pe. Balduino tirou o Padre David de sua direção, ficando este apenas no comando do Ginásio Municipal que estava com os seus dias de vida contados diante do cerco que se fechava. Isso causou constrangimento ao Padre David que desabafou: “Assim sendo, fui simplesmente demitido da Escola Normal, sem nenhuma comunicação oficial, nem para mim, nem para o Mons. Leopoldo, meu substituto. Conforme-me entregando o caso ao bom Deus” e acrescenta no seu relato que “Tive a presunção de aqui fazer este registro, para realçar o que por mim fizeram o Exmo. Sr. D. Edilberto, o Mons. Leopoldo e os demais colegas da minha diocese. E também o que contra mim fez o colega – Secretário de Educação e Cultura do Estado” (LEAL, 1955-1974, p. 130).

Quando de sua vinda a Oeiras, no ano de 1957, para contornar a confusão gerada envolvendo o Ginásio Municipal Oeirense, que resultou na saída do Padre Balduino da sua direção, com a intenção de diminuir a influência da política partidária no andamento da escola, Dom Avelar, Arcebispo de Teresina, e Mário de Alencar Freitas, Prefeito Municipal de Oeiras, entraram em um acordo e firmaram um contrato que resultou, posteriormente, na Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1958, que “Autoriza ao Prefeito Municipal de Oeiras, a entregar a direção administrativa e educacional do Ginásio Municipal Oeirense e a Escola Normal Municipal Oeirense [Escola Normal São José] à Diocese de Oeiras”. Mesmo depois da aprovação dessa lei, a prefeitura continuou ajudando financeiramente o referido ginásio.

Porém, na administração do Prefeito João da Mata Barbosa Nunes, os repasses das subvenções tornaram-se escassos e irregulares, ficando cada vez mais complicado administrar o ginásio que foi adquirindo uma dívida trabalhista muito difícil de ser paga. Tendo a Prefeitura Municipal passado por lei a parte administrativa e pedagógica do ginásio à Diocese,

não se sentia na obrigação de ajudar financeiramente, omitindo-se de mantê-lo. Por outro lado, a arrecadação das mensalidades pagas pelos alunos, por terem um valor irrisório, não era suficiente para fazer frente às despesas acumuladas. As interposições de recursos e os apelos feitos aos órgãos competentes para a dispensa da dívida não foram atendidos, nem ao menos uma resposta qualquer foi dada ao diretor que, angustiado, nada mais podia fazer. Deixar o ginásio em tal situação era mais uma estratégia para a sua derrocada, e o fim estava próximo.

O bispo de Oeiras, Dom Edilberto, percebendo que a situação estava insustentável, resolveu agir por conta própria e, sem alarde, sem que ninguém soubesse, nem a comunidade oeirense e nem mesmo o diretor do ginásio, foi a Teresina para um encontro com o Secretário de Educação, Pe Balduino, em maio de 1969. O bispo narrou o óbvio ao secretário que “feliz, viu soada a hora tão ansiosamente esperada: a de fechar o Ginásio M. Oeirense” (LEAL, 1955-1974, p.160). O secretário, no entanto, prometeu ao bispo que intercederia junto ao Governador Helvídio Nunes para que o ginásio fosse encampado pelo Estado.

Cópia de uma carta ofício do bispo Dom Edilberto Dinkelborg endereçada ao Prefeito João da Mata Barbosa Nunes, em 28 de outubro de 1969, encontra-se registrada no Segundo Livro de Tombo da Diocese de Oeiras comunicando-lhe formalmente a situação do Ginásio Municipal Oeirense. Nela, o bispo, como representante da diocese sobre a qual incidia a responsabilidade pela administração do Ginásio Municipal Oeirense, faz um breve histórico da referida instituição escolar e trouxe à tona o teor do “Contrato” firmado entre a Prefeitura Municipal e a Igreja, em 1958, ressaltando que a prefeitura vem negligenciando a sua participação, mesmo tendo a aludida instituição secundária mantido em seu nome a expressão “municipal” e tendo o município se constituído como responsável pela manutenção daquela escola, conforme está citado no Art. 4º da já mencionada lei de criação do ginásio de nº 153/1952 (LEAL, 1955-1974).

Como prova do relaxamento contratual por parte do poder público, Dom Edilberto chama atenção para os Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros) de subvenção anual que se obrigou a prefeitura de passar para o ginásio, ter permanecido o mesmo valor “não se levando em consideração a desvalorização inflacionária da nossa moeda no decorrer dos anos” (DINKELBORG apud LEAL, 1955-1974, p. 161). Ademais, no contrato rezava que fora desse subsídio anual, o município poderia contribuir para o pagamento de algum déficit que o ginásio viesse a contrair ao longo do ano para dar marcha ao seu funcionamento regular. Tal compromisso passou a ser visto pela prefeitura como uma simples possibilidade de colaboração para a manutenção do ginásio e não como uma obrigação contraída e, assevera D. Edilberto que “de fato, a Prefeitura Municipal de Oeiras se eximiu da ‘manutenção’ do

Ginásio Municipal Oeirense [...], apesar da situação financeira muitas vezes vexatória desse estabelecimento de ensino” (DINKELBORG apud LEAL, 1955-1974, p. 161).

Após fazer suas considerações em torno da situação financeira do ginásio, apontando alguns dos motivos que o levaram a chegar a tal ponto, e considerando que a cada ano se elevavam os valores das obrigações legais e falta de perspectivas de encontrar alguma saída para esse impasse, e também a possibilidade dos alunos do Ginásio Municipal Oeirense serem recebidos pelo ginásio do Colégio Estadual de Oeiras, onde os mesmos poderiam estudar gratuitamente, o bispo Dom Edilberto finaliza a sua comunicação oficial ao prefeito da cidade de Oeiras nos seguintes termos:

Resolve esta Diocese de Oeiras por intermédio do Bispo Diocesano abaixo assinado, não mais exercer a partir do próximo ano letivo de 1970, os encargos da direção do Ginásio Municipal Oeirense, cabendo a Prefeitura Municipal de Oeiras decidir se, com esta resolução da Diocese, o referido Ginásio Municipal será ou não extinto.

De acordo com previsto no [Art.] n.3 do já citado “Contrato”, a Diocese de Oeiras devolverá à Prefeitura Municipal de Oeiras, o imóvel em que funciona o Ginásio Municipal Oeirense, logo que se encerrarem as atividades escolares do corrente ano letivo.

Na mesma oportunidade, será entregue a Prefeitura Municipal de Oeiras toda a documentação e o mais que pertence ao Ginásio Municipal Oeirense, cabendo à mesma Prefeitura, de agora por diante, solver quaisquer eventuais responsabilidades legais ou financeiras que possam surgir, eximindo-se a Diocese de Oeiras de toda e qualquer obrigação para o futuro referente ao mencionado Ginásio Municipal Oeirense.

Aproveito o ensejo para agradecer a confiança que a Prefeitura Municipal de Oeiras depositou nesta Diocese de Oeiras, entregando-lhe, por quase duas décadas, a direção e orientação do Ginásio Municipal Oeirense.

Com sincera estima e especial apreço, firma-se respeitosamente o de V. Exa. Servo em Cristo, Edilberto Dinkelborg, Bispo da Diocese de Oeiras (DINKELBORG apud LEAL, 1955-1974, p. 161).

No mesmo dia, 28 de outubro de 1969, o bispo Dom Edilberto, também endereçou uma correspondência, de natureza particular, ao prefeito Dr. João da Mata. Sendo uma carta sem maiores formalidades, o bispo não mais lhe expôs os motivos já explicitados no ofício formal e valendo-se da amizade entre ambos apresenta algumas sugestões, dizendo serem as mesmas ditas ao Padre Balduino, Secretário da Educação e Cultura do Piauí e ex-diretor do Ginásio Municipal Oeirense, quando da sua visita ao seu gabinete, em Teresina. Pela importância histórica do conteúdo apresentado nas sugestões para a compreensão do desfecho final do ginásio em tela serão aqui transcritas na íntegra:

- 1) O Ginásio Municipal Oeirense seria extinto com o encerramento do presente ano letivo, noticiando-se o fato ao Sr. Inspetor Seccional do

Ensino Secundário de Teresina, para que o mesmo faça recolher o arquivo, conforme determina a lei.

- 2) Quanto antes, estabeleçam-se entendimentos com o Sr. Secretário da Educação e Cultura e com o próprio Sr. Governador deste Estado, no sentido de que:
 - a) Todos os alunos do Ginásio Municipal Oeirense possam ser matriculados, no próximo ano de 1970, no ginásio Estadual de Oeiras;
 - b) A Prefeitura Municipal de Oeiras faça a doação do atual prédio onde funciona o Ginásio Municipal Oeirense, ao Estado do Piauí, com as seguintes exigências:
 - a') Para o referido prédio seja transferida a Escola Normal Oficial de Oeiras podendo lá funcionar também a Escola de Aplicação e o Centro de Supervisão do Ensino Primário do Estado;
 - b') Que o Padre David Ângelo Leal, atual diretor do Ginásio Municipal Oeirense e Ex-Diretor da Escola Normal Oficial de Oeiras, seja reintegrado na direção da mesma Escola Normal Oficial de Oeiras;
 - c') Que o Padre David Ângelo Leal, seja designado para a cadeira de Português da Escola Normal Oficial de Oeiras; não, porém, a título precário;
 - d') Que todos os professores do Ginásio Municipal Oeirense, cuja relação nominal segue anexa, sejam aproveitados pelo Estado no Ginásio Estadual de Oeiras;
 - e') Que a biblioteca e os recursos audio-visuais de que dispõe atualmente o Ginásio Municipal Oeirense, passem para a Escola Normal Oficial de Oeiras, caso esta se transfira realmente para o prédio a ser doado (DINKELBORG apud LEAL, 1955-1974, p. 162).

A comunidade oeirense não tinha conhecimento dos acordos fechados nos gabinete e, quando tudo veio à tona, a decisão do fechamento do Ginásio Municipal já estava traçada entre o Secretário da Educação e Cultura do Piauí, Padre Balduino, o Prefeito Municipal de Oeiras, Dr. João Nunes e Dom Edilberto, bispo da Diocese de Oeiras. A sociedade inconformada protestou, no entanto seus ecos foram abafados e a extinção já se esboçava como fato consumado. Porém, como uma tentativa de reverter esse trágico fim, formaram-se comissões que apelaram ao Prefeito Municipal pela continuidade do ginásio, Memoriais foram redigidos e enviados ao Presidente da República, ao Ministro da Educação e ao Deputado João Calmon, que na época encabeçava a campanha da Década da Educação, procurando sensibilizá-los e apelando que intercedessem no sentido de evitar esse desfecho, mas tudo em vão, nenhuma resposta de acalento foi dada (LEAL, 1955-1974).

Eis que em meio a toda essa mobilização, o “Padre Balduino Barbosa aparece como ‘Salvador da Pátria’ e convoca uma reunião com o povo no Salão de Festas do Ginásio Municipal Oeirense e resolve o problema com a decisão de o Estado encampar o G. M. Oeirense”. Impôs, dentre outras, a condição da Prefeitura, até o final do ano de 1969, fazer a doação do prédio do ginásio para o Estado, ou melhor, para a Secretaria da Educação e Cultura, para que ele, como secretário dessa pasta, traçasse seu destino e sentenciasse de uma

vez por toda a morte do ginásio. O secretário finda a reunião afirmando: “Estas mãos abriram o Ginásio Municipal Oeirense, estas mãos o fecharam”, porém, o Padre David que fez assento desse episódio no Segundo Livro de Tombo da Diocese abre um parêntese para chamar atenção dizendo que “(Não foi ele quem abriu o Ginásio M. O.)” (LEAL, 1955-1974, p. 163).

O ano de 1969 foi o último da existência de 17 anos do Ginásio Municipal Oeirense. Quando da sua extinção o quadro docente e discente era formado respectivamente por 15 professores e 201 alunos que passaram a fazer parte do curso ginásial do Colégio Estadual de Oeiras e o seu diretor, que se encontrava decepcionado, desgostoso e com a intenção de ir embora da cidade, ganhou como prêmio de consolação a direção da Escola Normal Oficial de Oeiras, que passou a funcionar nas dependências que abrigavam o ginásio. O prédio e todo patrimônio material do ginásio foram doados para o Estado. Muito sentido com esse ocorrido o seu último diretor, Padre David, lamenta o posicionamento da Prefeitura Municipal de Oeiras no caso dizendo que “Esta, a bem dizer, desprezara o seu Ginásio. Do contrário, ele não teria sido obrigado a fechar suas portas” (LEAL, 1955-1974, p. 163).

A importância do Ginásio Municipal Oeirense foi marcante para a cidade de Oeiras, para o Estado do Piauí e para todos que lá conviveram e compartilharam seus conhecimentos e “apesar do ginásio não ter continuado por muito tempo, pois foi fechado em 1969, no período em que funcionou ele trouxe progresso e orgulho para os filhos da cidade. Todos os alunos do ginásio foram bem sucedidos” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016). Fecharam, então, as portas do Ginásio Municipal Oeirense e, lamentavelmente, chegou ao fim a história de uma escola de sucesso que se propôs e cumpriu colaborar com a formação dos jovens que por lá passaram e de lá saíram preparados para atuarem de pronto na sociedade ou progredirem com seus estudos ocupando postos de destaques nos setores profissionais escolhidos por cada um.

CAPÍTULO V

5 CULTURA ESCOLAR MANIFESTADA NO INTERIOR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE – GMO

Este capítulo abre as portas do Ginásio Municipal Oeirense para desvendar a sua cultura escolar construída no cotidiano das práticas pedagógicas, nas festividades que quebravam a rotina da instituição e em muitas outras ações que deram vida a essa escola. Procura revelar a intimidade dessa instituição mantida na memória dos seus agentes que experimentaram e reinventaram a sua rotina dando-lhe uma feição singular, evitando configurá-lo como um espaço de pura reprodução, mas um local de expressões criativas particulares, bem ao gosto de Certeau (2003) quando aborda as “artes do fazer” produzidas e inventadas nas vivências cotidianas e de Souza (2000, p. 5) que considera relevante para o estudo da cultura escolar de uma instituição escolar

[...] ater-se não somente aos dispositivos de normatização, isto é, aos aspectos relacionados à imposição de modelos – o discurso prescritivo de ordenação do campo educacional oriundo do Estado e dos responsáveis pelo ensino, mas também às práticas e a apropriação de modelos pelos agentes educacionais.

Chervel (1990, p.184) atenta para o fato de que a escola não poder ser entendida apenas como um lugar onde ocorre a transmissão da cultura, mas deve “pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar” e dissipar a ideia de “uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade”, pois para esse autor, embora o poder criativo da escola não seja devidamente valorizado, ela desempenha um duplo papel, o de tanto formar os indivíduos como também de produzir uma cultura própria escolar “que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global”. As singularidades esboçada na funcionalidade das disciplinas escolares “transpõem os muros da escola, penetram na sociedade, e se inscrevem então na dinâmica de uma outra natureza (CHERVEL, 1990, p. 220).

Tomando por base o viés reflexivo de Chevel (1990), o também historiador francês Dominique Julia (2002) coloca a cultura escolar como fio condutor para os estudos historiográficos educacionais chamando a atenção dos historiadores para o funcionamento interno das instituições escolares, para o modo como os seus agentes concretizam as normas e para as práticas de ensino em cada época. Vidal e Schwartz (2010, p. 18) reforçam a ideia de

que para compreender a cultura escolar é preciso preocupar-se com o que está contido no espaço interno da escola e firmando-se na proposta de Chervel recomendam ao historiador escolar “olhar para o interior da escola e refletir sobre como os saberes escolares se produziam e quais os efeitos que sua produção trazia para a sociedade”. Encarada por esse ângulo, a visão da escola como local de “transmissão” de cultura é superada, passando a ser concebida como um local de “produção” de cultura.

Julia (2001) destaca como condutores para a compreensão da cultura escolar três elementos imprescindíveis de serem analisadas como tais: as normas e as finalidades que regem a escola, a profissionalização dos professores e os conteúdos ensinados e as práticas escolares. Contudo, alerta esse autor que toda teorização deve sempre ser direcionada às práticas. Para ele, por mais tradicional que possa parecer os estudos das normas que são estabelecidas para conduzirem uma instituição escolar, elas são importantes, no entanto essas normas, leis e regulamentos institucionais não falam por si só e não traduzem o seu funcionamento real, é preciso seguir adiante rumo às práticas que se revelam de forma mais nítida nos “tempos de crise e de conflito” do que nos “tempos de calma” (p. 19).

Para Julia (2001), conhecer uma escola através do desvelamento de sua cultura é também conhecer os seus agentes profissionais que são chamados para nela atuarem, de que maneira eles são convocados e como ocorre a expressão dos seus saberes e habitus. Além disso, nas pegadas de Chervel (1990), o estudo das disciplinas escolares, para Julia (2001), é um outro eixo importante para conhecimento da cultura escolar, pois como produto da escola evidencia as suas particularidades por serem “inseparáveis das finalidades educativas” e também porque se “constituem um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados”, e nessa linha de compreensão os professores passam a ser vistos como detentores de uma “ampla liberdade de manobra” e concebidos não como repetidores de práticas escolares que lhes são atribuídas de fora. (JULIA, 2001, p. 33).

5.1 Abrindo a “caixa-preta” do Ginásio Municipal Oeirense e reconstituindo a sua cultura escolar

Neste estudo, no esforço para conseguir reconstituir a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense, debruçou-se sobre o seu funcionamento interno e sua relação com a sociedade procurando conhecer as formas de pertencimento a essa instituição, fazer uma apreciação da ação dos diferentes agentes escolares envolvidos no processo educativo de ensino-aprendizagem, abordar o uso dos seus espaços e do seu tempo, das práticas

disciplinares e a participação das festividades escolares e outros aspectos, além de examinar alguns vestígios da sua cultura material escolar.

5.1.1 Ultrapassando as barreiras do exame de admissão: tornando-se aluno do Ginásio Municipal Oeirense

O exame de admissão era a estreita porta de entrada dos alunos para o Ginásio Municipal Oeirense, como também era para todas as escolas secundárias de primeiro ciclo do país, desde sua institucionalização pelo Decreto n.19.890, de 18 de abril de 1931, conhecido como Reforma Francisco Campos. A adoção desse critério de seletividade para o ensino ginásial em nível nacional permaneceu na vigência do Decreto-lei 4.244/1942, também chamado de Lei Orgânica do Ensino Secundário, continuou com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024/1961, sendo extinto em 1971, quando entrou em vigor a Lei 5.692/1971, que modificou a organização do ensino em 1º e 2º graus.

Em todo o período de existência do Ginásio Municipal Oeirense, os alunos que desejassem fazer parte desse seleto grupo de ginásianos da cidade viam-se obrigados, durante todo o ano que antecedia o exame de admissão, a abdicarem de seus momentos de lazer e dedicarem-se com afinco aos estudos, alguns individualmente, outros em pequenos grupos de amigos e muitos preferiam frequentar aulas preparatórias ofertadas, particularmente, por alguns professores e outros intelectuais da cidade. Sobre essa preparação prévia para os exames de admissão relatam alguns dos ex-alunos que:

Para entrar no Ginásio Municipal Oeirense era preciso fazer antes “o exame de admissão” uma espécie de vestibular pesadíssimo. Antes, porém, era preciso uma preparação dos alunos. Eu, paralelamente a última série do primário, ia estudar na casa da Mestra Eva Feitosa, na Praça Visconde da Parnaíba, onde mantinha uma turma que preparava para o exame de admissão (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Os alunos tinham que se preparar bem para fazer o exame de admissão. No meu caso tive aulas particulares com Valdália Reis Freitas como professora. Ela dava aulas no prédio da União Artística Operária Oeirense que ficava mais ou menos ali na rua da feira e era um edifício de dois andares. Foi ela que me preparou e também outros colegas para fazermos o exame de admissão, e de tal forma que a turma toda foi aprovada (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Os exames de admissão para ingresso ao Ginásio Municipal Oeirense eram temidos por muitos alunos e nem todos os que concluíam o ensino primário se arriscavam a entrar

nessa concorrência, pois mesmo que se sentissem preparados recuavam por saber que encontrariam as barreiras das mensalidades escolares, salvo aqueles que conseguiam uma das poucas bolsas de estudo destinadas aos alunos carentes. Quem passou pela experiência de fazer o exame de admissão ao ginásio traz em sua memória vivas recordações desse momento que fortemente marcou sua vida estudantil.

Para ser aluno do ginásio tinha uma exigência, fazer um exame de admissão. Era uma preocupação para os pais, pois nem todos entravam. A média era alta e as provas eram difíceis, porque eram preparadas pela cúpula de professores, os lá de cima do comando como o Padre Balduino, Zé Reis e outros poucos, aí todo mundo se preocupava. [...] O exame de admissão era para os alunos bons, para alunos preparados por dona Eva e dona Elizabete, que já tinham uma certa formação. Primeiro eram feitas as inscrições e marcado o dia do exame. Só quem terminava o primário podia fazer o exame. Era muito difícil e por isso tinha alguns cursos preparatórios dados pelas próprias professoras do 5º ano (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Para entrarmos no ginásio precisávamos fazer um exame de admissão, assim que terminávamos o primário. Tinha uma banca examinadora que ia entrevistar a gente, que era a prova oral, e tinha também a escrita. Você tinha que adquirir uma nota tal, global, para poder entrar no ginásio. Era um vestibular. Tinha que estudar mesmo, e isso era uma forma de selecionar (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

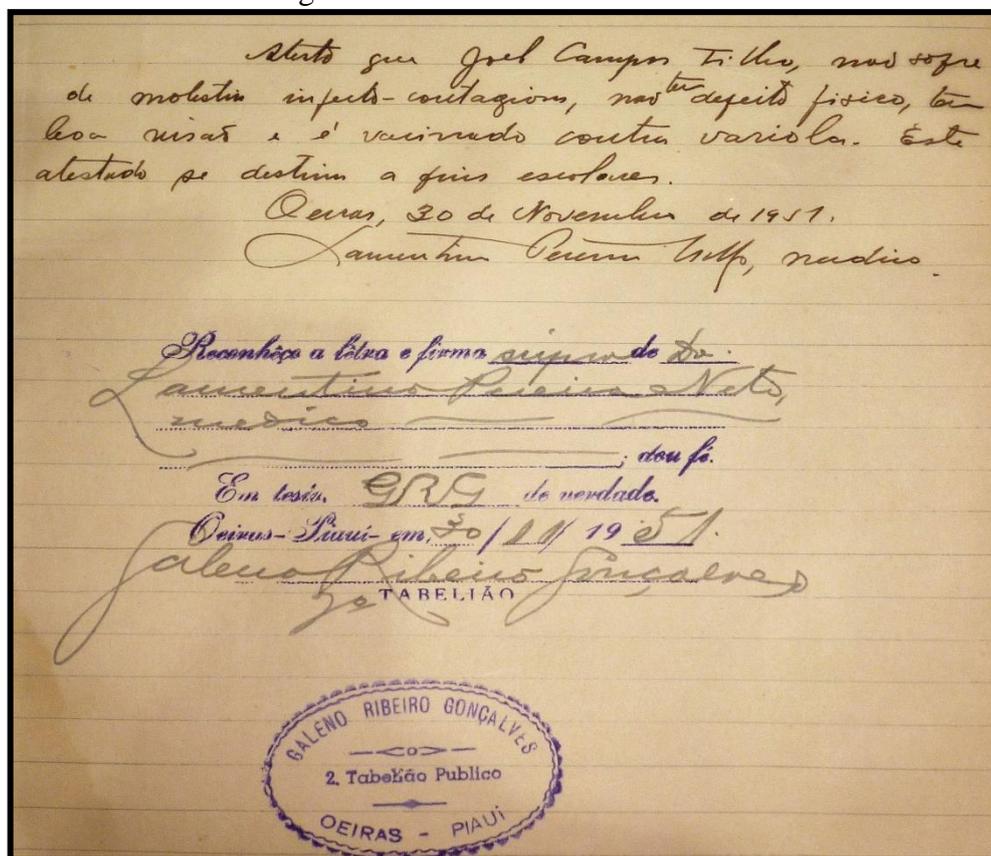
No 5º ano fiz a preparação para o exame de admissão do Ginásio Municipal Oeirense. Primeiramente, fazíamos o primário e depois nos preparávamos para o exame de admissão e naquela época, em Oeiras, só havia o Ginásio Municipal Oeirense, tornando assim o exame de admissão ainda mais concorrido. No exame de admissão era feita uma seleção muito rigorosa para ingressarmos no Ginásio Municipal Oeirense, assim eram poucos aqueles escolhidos para formar novas turmas para ingressar nessa escola (RÊGO, ENTREVISTA, 2017).

As falas dos sujeitos transcritas acima são indicativos de que os temidos exames de admissão, conforme ressalta Abreu e Minhoto (2012, p. 108), “foi usado como instrumento oficial de seleção de indivíduos para uma opção diferenciada de inserção social”. Os exames de admissão realizados pelo Ginásio Municipal Oeirense não fugiam do propósito dos demais aplicados em outras instituições semelhantes, eles se constituíam numa estratégia de controlar a entrada dos que mais tarde, provavelmente, teriam a chance de um lugar de destaque na sociedade, era uma forma de restringir o acesso ao ensino secundário, permitindo dessa forma que esse segmento se dedicasse à “preparação de individualidades condutoras”, segundo deixa claro o ministro Gustavo Capanema quando expôs os motivos do Decreto-lei n. 4.244/1942 (BRASIL, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1942).

A permissão para a realização do exame de admissão era autorizada pelo diretor do ginásio, com visto do inspetor, ao candidato que previamente solicitasse, por escrito, a sua inscrição (veja figura 61), juntando ao pedido toda a documentação exigida pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, no seu Art. 31, de “apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado” e nas alíneas a e b do Art. 32, de “a) ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho; b) ter recebido satisfatória educação primária” (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942).

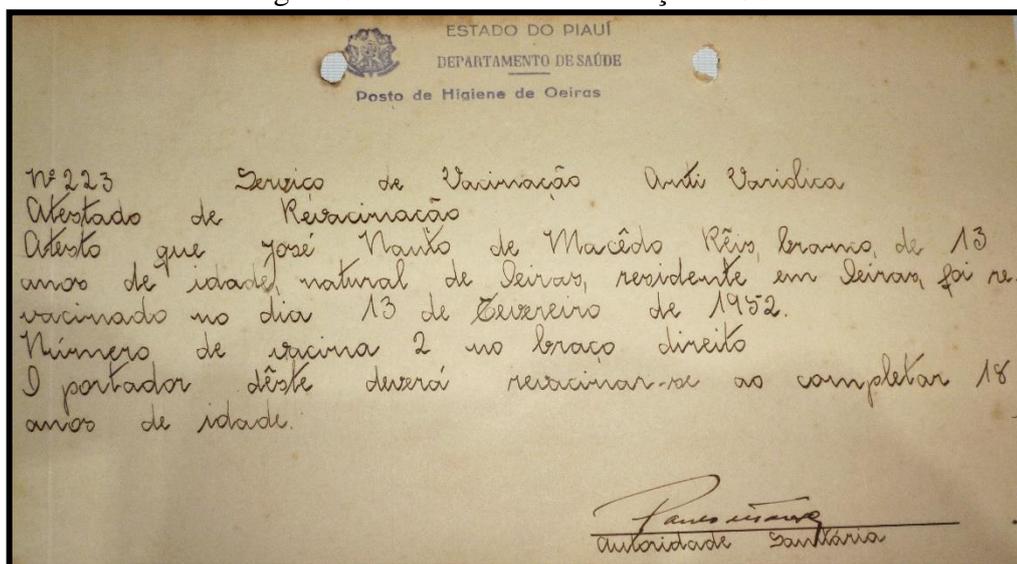
Como prova de estar gozando boa saúde o aluno deveria apresentar um atestado médico, com firma reconhecida, constando não ser portador de doenças infectocontagiosas, não apresentar defeitos físicos, ter uma boa visão, bem como exibir a confirmação de que estava devidamente vacinado contra varíola. Para a comprovação da idade mínima, o aluno deveria valer-se da certidão de nascimento, enquanto o boletim do ensino primário ou declaração do diretor do grupo escolar serviriam para certificar a conclusão desse nível escolar. As figuras 61 e 62 são cópias de documentos de alunos usados no momento de suas inscrições para o primeiro exame de admissão ao Ginásio Municipal Oeirense, em 1951.

Figura 61 – Atestado Médico - 1951



Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Prontuário do aluno Joel Campos Filho, 1951)
Arquivo da 8ª GRE – Oeiras-PI

Figura 62 – Atestado de Vacinação - 1951



Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Prontuário do aluno Joel Campos Filho, 1951)
Arquivo da 8ª GRE – Oeiras-PI

O primeiro exame de admissão ao Ginásio Municipal Oeirense foi realizado nos dias 27 e 28 de dezembro de 1951, sob a supervisão geral do inspetor federal, José Clementino do Carvalho. Para a aplicação das provas de 1ª época, escritas e orais, foi constituída uma comissão examinadora formada por três professores, tendo como presidente o Pe. Pedro da Silva Oliveira e mais dois membros Dr. Flávio Castelo Branco, Profª Moema Frejat (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951).

Nos exames de admissão eram aplicadas provas das disciplinas de Português, Aritmética (Matemática), História e Geografia. Havia duas modalidades de prova, a escrita e a oral. Analisando os registros documentais sobre os exames de admissão do Ginásio Municipal Oeirense, percebe-se que no primeiro exame de admissão, realizado em 1951, a prova oral foi exigida apenas nas disciplinas de Português e Aritmética, porém, nos anos seguintes, até 1958, em todas as quatro disciplinas foram realizadas provas escritas e orais, alteração sofrida no ano de 1959 que tais modalidades voltaram a ser aplicadas em Português e Aritmética, posteriormente ficando a prova oral, de 1960 até 1969, restrita apenas à disciplina de Português (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951; OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969).

Na competição para tornarem-se os primeiros alunos do quadro discente do Ginásio Municipal Oeirense, fizeram os exames de 1ª época, em dezembro de 1951, um total de 63

jovens, sendo 29 homens e 34 mulheres, obtendo aprovação 60 candidatos. Como estava previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942, aqueles alunos que perderam a oportunidade de fazer sua inscrição para as provas de 1ª época em tempo hábil, ou que não lograram êxito nessas provas, tiveram a chance de fazê-las na 2ª época, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 1952, somando 13 alunos, 8 homens e 5 mulheres, nessa segunda tentativa, conseguindo resultado satisfatório 10 deles. Sendo 5,0 a nota mínima aprovativa, e considerando os dois momentos, os resultados mostram que foram aprovados 70 alunos, no cômputo geral, 34 homens e 36 mulheres (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951). No entanto, chama-se atenção para o quadro 28 do capítulo IV, que apresenta uma quantidade de 76 alunos compondo a turma inicial do ginásio, o que leva a crer que, durante a matrícula, seis deles foram inseridos no quadro de alunos vindos transferidos de outras instituições.

Quadro 31 – Dados da concorrência dos primeiros exames de admissão do GMO
1ª e 2ª épocas

1ª ÉPOCA – DEZEMBRO DE 1951			
CATEGORIAS	INSCRITOS	APROVADOS	REPROVADOS
Homens	29	27	2
Mulheres	34	33	1
TOTAL	63	60	3
2ª ÉPOCA – FEVEREIRO DE 1952			
CATEGORIAS	INSCRITOS	APROVADOS	REPROVADOS
Homens	8	7	1
Mulheres	5	3	2
TOTAL	13	10	3

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Os últimos exames de admissão ofertados pelo Ginásio Municipal Oeirense foram os de 1ª e 2ª épocas realizados no final do ano de 1968 e no início do ano de 1969. Os exames de 1ª época efetivaram-se com a aplicação das provas orais e escritas de Português e das provas somente escritas das disciplinas de Aritmética, História e Geografia realizadas nos dias 7, 9, 10 e 11 de dezembro de 1968, perante a banca examinadora formada pelos professores Onezinda Portela Serra, Luzemi Lima e Padre David Ângelo Leal, sendo este o presidente da mesma. Os exames de 2ª época ocorreram seguindo a mesma organização e modalidades de provas anteriores e foram aplicados nos dias 20, 21 e 22 de fevereiro de 1969, sob a coordenação da mesma banca acrescida de mais um membro, a professora Rita de Cássia Mendes Freitas. Das provas de 1ª época participaram 56 concorrentes, obtendo êxito apenas 20, apresentando um alto índice de reprovação na ordem de 64,3%, o que justifica o temor dos

alunos e o grande poder seletivo dos exames de admissão ao ginásio. No momento da 2ª época, as provas foram aplicadas a 27 alunos com aprovação de 17 deles (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969).

Convém lembrar que no ano de 1969 o Ginásio Municipal Oeirense autorizou a matrícula de alunos sem a realização de exames de admissão dentre os que foram aprovados no ensino primário com média geral igual ou superior a 8,0 pontos. Dos que se enquadravam nessa condição foram beneficiados 18 alunos provenientes do Grupo Escolar Costa Alvarenga, 3 alunos do Grupo Escolar Armando Burlamaqui e 4 alunos que estudaram no Grupo Escolar Nogueira Tapety. Portanto, em 1969, o último ano de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense, essa escola recebeu sua derradeira turma formada por 62 alunos (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969).

Figura 63 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época 1951 – Homens

1

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª EPOCA DE 1951

Nos dias 27 e 28 do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, nesta cidade de Lagoa de São Paulo, os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores João Cirqueira, Paulo Moreira, José de Castro e Pedro de Sousa Oliveira sob a Presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1.ª série ginásial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			
Albertino Moreira Reis	14,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Américo Campos Teixeira	8,9	6,0	17,25	6,9	6,0	13,25	9,2	5,0	5,1
Antônio Casiano Barros	6,5	10,0	24,75	7,2	10,0	20,5	17,8	16,2	8,5
Antônio Epitânio de M. Reis	6,2	9,0	22,8	6,0	9,0	22,5	17,8	13,8	7,7
Antônio Nogueira Campos	7,8	9,5	25,95	7,0	9,0	24,0	15,2	10,6	7,6
Ariosto de Carvalho Rêgo	6,8	7,5	21,45	5,6	7,0	19,9	12,0	9,8	6,2
Benedito de Deus Barbosa	5,0	8,0	19,5	5,4	7,0	18,0	16,0	12,2	6,6
Benedito Barros	5,7	5,5	16,8	5,5	6,0	17,25	13,8	16,0	6,4
Benjamin Madeira Reis	5,0	9,5	21,75	6,4	8,0	21,0	17,2	15,6	7,6
Cleão Alves Teixeira	6,6	8,0	21,9	9,0	8,0	25,5	15,4	16,2	7,9
Gasparito Mendes de Carvalho	5,2	5,0	15,45	5,1	6,0	16,65	14,0	15,6	6,2
Guaral Ferreira Freitas	5,2	9,0	21,2	7,2	10,0	25,95	17,8	16,2	8,1
Francisco de A. R. de Queiroz	6,0	6,0	18,0	5,8	8,0	20,7	13,6	14,4	6,7
Gerardo de Carvalho Martins	7,0	10,0	25,5	8,1	8,0	24,15	10,6	16,2	7,6
Gilson Pereira do Carmo	5,1	-	-	3,0	-	-	-	-	-
João Barbosa	7,2	8,0	22,8	6,5	9,0	23,25	17,2	18,0	8,1
Joaquim Resumo Leal	6,1	5,0	16,65	7,5	8,0	23,25	14,8	15,4	7,0
João Borges Caminha	5,5	7,0	18,75	7,8	9,0	25,2	13,6	12,0	7,0
João Batista R. de Souza	5,4	6,0	17,1	7,0	7,0	21,0	16,0	15,2	6,9
João Campos Filho	6,6	8,0	21,9	6,4	7,0	20,1	12,2	16,0	7,0
João Martins dos Santos	5,0	5,5	15,75	6,5	8,0	21,75	15,6	11,2	6,4
João Marinho Duarte	8,8	8,0	25,2	9,5	9,0	27,75	18,0	15,2	8,6
João Luz Nunes	5,0	5,0	15,0	5,0	7,0	19,5	12,0	5,6	5,2
João Ribeiro Gonçalves	5,6	7,0	18,9	6,8	7,0	20,7	16,4	12,8	6,9
Luís Diqueira de Albuquerque	5,7	9,0	22,05	7,5	6,0	20,25	14,6	13,2	7,0

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Figura 64 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GM O – 1ª época 1951 – Homens
Continuação

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			
Pedro Barros de C. Neto	8,2	9,0	25,8	8,0	9,0	25,5	16,2	16,4	8,4
Cláudio José Teixeira Neto	6,3	9,0	22,95	6,6	7,0	20,4	13,0	13,8	7,0
Robert Rêgo Amarim	6,8	8,0	22,2	8,5	8,0	24,75	12,8	16,0	7,6
Elbério Moreno de Siqueira	5,0	6,0	16,5	5,9	6,0	17,85	13,2	12,8	6,0

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Figura 65 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GM O – 1ª época 1951 – Mulheres

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1951

Nos dias 27 e 28 do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, nesta cidade de Oeiras do Pará, presentes o Inspetor Federal, Sr. Cel. Manoel de Sá Cavalcanti e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores Carlos Branco, Prof. Manoel Siqueira e Pedro da S. Oliveira sob a Presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1.ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			
Aldenora Nogueira Campos	8,9	8,5	26,1	9,7	9,0	28,05	20	16,8	9,1
Antônia Nunes Cavalcanti	5,2	-	-	4,4	-	-	-	-	-
Belisa Partela Barbosa	8,0	9,0	25,5	8,2	6,0	21,3	14,6	12,8	7,4
Benedita Moreira Cassiano	7,4	9,0	24,6	8,9	8,0	25,35	13,8	13,8	7,8
Carmêlia Ribeiro de Queiroz	5,9	7,5	20,1	9,5	8,0	26,25	19,6	19,6	6,8
Francisca de Assis Moreira	7,9	8,5	24,6	7,6	7,0	21,9	17,8	9,8	7,4
Isabel de Freitas Lima	9,9	10	29,85	10	10	30,0	29,0	18,6	9,8
Jrene Clementino dos Santos	7,9	10	26,85	9,3	9,0	27,45	16,0	19,8	8,1
Termina Martins de Carvalho	8,2	6,5	22,05	9,7	9,0	28,05	19,6	17,8	8,8
Maria Bernadete Maranhão	6,0	8,0	21,0	9,4	8,0	26,1	17,6	16,4	8,1
Maria da Conceição Oliveira	9,2	8,0	25,95	8,7	10	28,05	17,2	19,4	9,1
Maria da Conceição A. Carr.	7,8	10	25,7	9,4	7,0	24,6	16,8	14,6	8,3
Maria Dária de M. Reis Filha	6,2	8,0	21,3	7,2	7,0	21,3	16,8	15,2	7,5
Maria das Dares C. Teixeira	8,3	9,0	25,95	6,1	10	24,15	17,8	16,4	8,4
Maria das Dares Pereira	7,8	9,0	25,2	8,1	7,0	22,65	17,8	17,0	8,3
Maria das Dares Freitas	8,5	9,0	26,25	8,0	9,0	25,5	17,8	17,0	8,7
Maria Daris de Macário Reis	5,0	6,0	16,5	7,2	7,0	24,3	16,0	14,6	6,8
Maria Vieira Rocha	7,1	8,5	23,4	7,1	6,0	19,05	15,0	16,2	7,4
Maria de Lourdes Carvalho	7,8	9,0	25,2	8,9	8,0	25,35	16,8	17,6	8,5
Maria das Mercês Rocha	6,9	7,0	20,85	6,9	8,0	22,35	14,8	15,4	7,3
Maria do Rosário Partela	8,9	10	22,35	8,5	10	27,45	17,0	15,4	8,3
Maria do Rosário S. Nunes	8,2	10	27,3	8,7	9,0	26,55	16,0	15,4	8,5
Maria do Socorro S. Braca	6,5	7,0	20,25	7,5	9,0	24,75	18,0	13,0	7,6
Maria do Socorro S. Rêgo	7,5	9,5	25,5	5,4	5,0	15,0	15,4	12,8	6,9
Maria do Socorro Martins	8,4	6,5	22,35	8,8	9,0	26,7	13,8	14,4	7,7

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Figura 66 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GM O – 1ª época 1951 – Mulheres
Continuação

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			
Maria da Saldade Silva	7,8	10	29,7	9,7	9,0	28,05	17,8	19,2	9,2
Maria Cruzinha de Maranhão	6,8	8,0	22,2	7,2	8,0	22,8	15,4	15,2	7,6
Nilva Siqueira Nunes	6,9	6,0	19,35	8,0	8,0	24,0	17,6	19,4	7,1
Marbertona B. Cavalcante	6,7	7,5	21,3	8,1	8,0	24,15	16,6	16,0	7,8
Rita de Cássia Campos	8,0	7,5	23,25	8,2	7,0	22,8	17,6	15,6	7,9
Cruzinha de Jesus Carvalho	7,9	9,0	25,35	7,0	9,0	24,0	18,4	16,0	8,4
Valdária Reis Freitas	8,0	6,5	21,75	8,9	10	28,35	17,8	18,6	8,7
Silda de Carvalho Rêgo	6,1	9,5	23,4	8,2	8,0	24,3	12,8	16,0	7,7

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Figura 67 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época 1952

3

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 2ª ÉPOCA DE 1952

Nos dias 18 e 19 do mês de Setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e dois, nesta cidade de Oeiras, presentes o Inspetor Federal, Clementino de Araújo, e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos srs. Professores Maria da Conceição, Maria Sereia, Maria Sereia, João Pedro dos Santos, Maria Sereia, Maria Sereia, João Pedro dos Santos, sob a Presidência d'este último, realizaram-se os exames de admissão à 1.ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	Português			Aritmética			História	Geografia	Média geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média			
Benedicto Carmo Capety	5,7	6	8	8	6,5	6,6	8,4	6,8	
Darcy Siqueira de Albuquerque	8,9	9	8,95	9,5	5	7,2	5,33	7,7	7,1
Gilbon Pereira do Carmo	5	9	7	8,5	7	7,75	6,1	6,6	7
José Alberto dos Santos	5	9,5	7,25	9,5	7	8,25	6,2	6,9	7,3
José de Amojim	5,7	10	7,85	7,5	9	8,25	8,5	9,6	8,6
José Nauto Reis	7,7	9,5	8,6	9,5	7	8,25	6,5	8,6	8,1
Rodolfo Rêgo Neto	5,3	8	6,65	9	8	8,5	6	7,3	7,2
Auzenite Rêgo Clementino	8,5	9,5	9	10	6	8	6,6	7,4	7,9
Luzia Azeva C. Sereia	7	8,5	7,75	10	7	8,5	7	8,8	8
Maria de Jesus N. Senag	5,3	-	-	3,5	-	-	-	-	-
Maria de Rosário Lemos	3,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruzinha Rêgo C. Brandão	6,8	9	7,9	8,5	7	7,75	7,8	7,6	7,8

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1951)

Figura 68 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968

67

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1969

Nos dias sete nove dez e onze do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito nesta cidade de Oeiras Estado do Piauí presente o Inspector Federal Paulo David Augusto de Azevedo e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores Luizynda Portela Serra, Luizemir Lima, Ramon da Torres Araújo e Paulo David Augusto de Azevedo sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
<u>Aldemar Nogueira Tapety</u>	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Aldemar Vieira de Oliveira</u>	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Aluisio de Freitas Sousa</u>	5,0	7,0	6,0	6,0	-	-	6,7	-	-	5,5	-	-	6,1
<u>Antônio Alves Teixeira</u>	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Antônio Casero Alves Neto</u>	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Antônio Rodrigues de Castro</u>	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Antônio Xavier de Sa</u>	5,8	7,0	6,4	2,0	-	-	8,6	-	-	7,5	-	-	6,1
<u>Basilio Cavaleiro Gomes</u>	5,9	6,0	6,0	hum	-	-	6,0	-	-	5,5	-	-	4,6
<u>Benedito Vieira Passa</u>	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Benedino Gomes Parentino de Sousa</u>	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Conceição de Maria Rodrigues</u>	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Conceição de Maria Rodrigues Bombalunga</u>	5,0	6,0	5,5	hum	-	-	4,5	-	-	3,0	-	-	3,5
<u>Cristóvão Dias do Oliveira</u>	5,6	6,5	6,1	4,5	-	-	6,0	-	-	7,0	-	-	5,9
<u>Ignacia Pinto de Silva</u>	5,0	6,5	5,8	2,3	-	-	7,0	-	-	6,0	-	-	5,3

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

Figura 69 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 - Continuação

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
<u>Antônia Maria Pereira de Sousa</u>	5,0	7,0	6,3	3,0	-	-	7,0	-	-	7,0	-	-	5,8
<u>Arivalina Rodrigues de Sousa</u>	5,4	7,0	6,2	5,5	-	-	4,1	-	-	4,5	-	-	5,1
<u>Edmundo Lacerda Oliveira</u>	Zero	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Elisa Alice Ferreira e Silva</u>	5,0	6,0	5,5	1,5	-	-	6,0	-	-	4,5	-	-	4,4
<u>Elmira Rodrigues</u>	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Ezequias Lopes Nunes</u>	5,6	6,0	5,8	1,5	-	-	7,1	-	-	6,5	-	-	5,2
<u>Francisco Carlos Valentim</u>	5,0	8,0	6,5	4,5	-	-	6,6	-	-	8,8	-	-	6,6
<u>Francisco Gilvete de Cavalho Torres</u>	6,4	8,5	7,5	1,5	-	-	8,0	-	-	7,3	-	-	6,1
<u>Heraldo Batista Lemos</u>	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Isaias Rodrigues dos Santos</u>	5,0	7,0	6,0	2,0	-	-	4,8	-	-	2,0	-	-	3,7
<u>Jamurico Albuquerque da Silva Filho</u>	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Jonas Borges Cavalcante</u>	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Jose Aluisio de Freitas</u>	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Jose Arnaldo de Menezes Lima</u>	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Eu Paulo David Augusto de Azevedo Presidente da Comissão Examinadora, laurei a presente ata que vai assinada por todos os membros das Bancas Examinadoras e pelo Inspector Federal.

Luizynda Portela Serra
Luizemir Lima

Inspector Federal.....

(Continua)

Modelo D. E. Sec. 501-12

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

Figura 70 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 – Continuação

68

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1968
(Continuação)

Nos dias sete, nove, dez e onze do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e oito nesta cidade de Oeiras, Estado de Algarve presente o Inspector Federal Paulo de Sousa e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores Miguel da Ponte, José Augusto da Silva, Ramundo Vaz, Araújo e R. João de Aguiar, Leal sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginasial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
José Brito dos Santos Nascimento	5,0	6,5	5,8	5,0	-	-	7,3	-	-	4,5	-	-	5,4
José Olyvan de Carvalho Moreira	6,1	8,5	7,3	3,5	-	-	7,0	-	-	5,0	-	-	5,4
José Renato Florêncio Santos	5,0	5,5	5,3	4,0	-	-	7,6	-	-	7,8	-	-	6,2
Luís Pereira de Sousa	5,6	7,5	6,6	4,0	-	-	9,0	-	-	6,8	-	-	6,4
Márcia Alves de Sousa	6,2	5,0	5,6	huny	-	-	7,5	-	-	8,5	-	-	5,4
Maria Carmelita da Silva	5,4	9,0	7,2	6,3	-	-	8,0	-	-	5,0	-	-	6,6
Maria Cristina de Carvalho	8,3	9,0	8,7	5,0	-	-	8,0	-	-	7,0	-	-	7,2
Maria de Sousa Lousa	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria do Espírito Santo Alves	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria do Rosário Pereira	5,0	5,5	5,3	2,0	-	-	4,5	-	-	5,0	-	-	4,2
Maria Lida Rodrigues	5,0	5,5	5,3	2,0	-	-	6,5	-	-	5,0	-	-	4,2
Maria Sousa Araújo dos Santos	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Cecília Pinheiro Sobuz	6,0	6,0	6,0	1,5	-	-	7,0	-	-	5,5	-	-	5,0

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

Figura 71 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 1ª época – 1968 – Continuação

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
Maria Sabina de Sousa Carvalho	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria Lúcia de Moreira Leite	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marielaide de Holanda Soares	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matilde Vieira dos Santos	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paulo Henrique de Araújo Soares	5,0	9,0	7,0	3,0	-	-	7,5	-	-	5,5	-	-	5,8
Pedro de Alcantara Reis Nunes	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo António da Silva	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo Inalberto Rizzo	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rita Emília Costa Monteiro	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosa Maria da Silva	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosa Maria Pereira Martins	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sebastiana Perpétua Santos	5,0	6,0	5,5	3,5	-	-	7,0	-	-	5,0	-	-	5,3
Valdeburg Baptista da Mesquita	5,0	6,0	5,5	huny	-	-	6,0	-	-	2,5	-	-	3,2
Felindo Santana da Silva	5,2	6,5	5,7	2,5	-	-	7,5	-	-	7,5	-	-	5,8
Valdimir Rodrigues dos Santos	3,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Eu, R. João de Aguiar, Leal Presidente da Comissão Examinadora, laurei a presente ata que vai assinada por todos os membros das Bancas Examinadoras e pelo Inspector Federal.

Miguel da Ponte
José Augusto da Silva
Ramundo Vaz
Araújo

Inspector Federal.....

Modelo D. E. Sec. 501-12

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

Figura 72 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época –1969

69

ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO, REALIZADOS NA 2ª EPOCA DE 1969

Nos dias vinte e dois e vinte e três do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e nove nesta cidade de Oeiras, Estado do Piauí, presente o Inspetor Federal, e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores Cruzanda Portela Serra, Guizemi Lima, Rita de Cássia Mendes Freitas e P. David Inzele Leal, sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à 1ª série ginásial cujos resultados constam do quadro abaixo:

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
Alcione Cesar Barros	5,0	6,0	5,5	3,5	x	x	6,1	x	v	5,8	x	x	5,2
Amélia Gomes dos Santos	3,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Antonio Cicero Alves Neto	5,0	8,0	6,5	5,5	x	x	9,1	x	x	8,8	x	x	7,5
Antonio Rodrigues de Castro	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benedito Vieira Rosa	5,0	6,0	5,5	7,5	v	v	7,0	x	x	6,6	x	x	6,7
Benedtino Gomes Clementino de Sousa	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conceição de Maria Rodrigues Cromberguer	5,0	4,0	4,5	5,5	x	x	6,4	x	v	5,7	x	x	5,0
Everaldo Passos Luz	6,9	9,0	8,0	6,5	x	x	7,4	x	v	7,9	x	x	7,5
Geraldo Batista Leiros	5,0	8,0	6,5	6,5	x	v	6,0	x	x	8,7	x	x	6,9
Grabel Maria Batista Moreira	3,1	5,0	5,1	4,0	x	v	6,3	x	x	6,7	x	x	5,5
Isaias Rodrigues dos Santos	5,0	7,0	6,0	3,5	x	v	5,0	x	x	5,3	x	x	5,0
Jamario Rodrigues da Silva Filho	5,0	5,5	5,3	4,5	x	x	6,7	x	x	9,5	x	x	6,5
Julio Márcio Gomes de Amorim	5,1	8,0	6,6	7,5	x	x	8,1	x	v	6,0	x	x	7,1
Laurentino Vieira da Silva	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

Figura 73 - Ata Geral de Exames de Admissão ao GMO – 2ª época –1969 - Continuação

NOME DO CANDIDATO	PORTUGUÊS			ARITMÉTICA			GEOGRAFIA			HISTÓRIA			Média Geral
	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	Escrita	Oral	Média	
Maria Aparicida da Costa	6,1	8,0	7,1	5,5	x	v	8,2	x	x	7,9	v	x	7,2
Maria das Conceição Silva Vieira	2,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria de Moura Leite	5,0	6,0	5,5	5,0	-	-	7,8	-	-	5,5	-	-	6,0
Maria do Amparo Pereira da Silva	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maria do Espírito Santo Alves	5,0	7,0	6,0	2,0	-	-	6,6	-	-	5,8	-	-	5,1
Maria Leda Rodrigues	5,0	5,5	5,3	3,5	-	-	7,0	-	-	3,6	-	-	4,9
Maria Salvina de Sousa Parvalho	5,0	8,0	6,5	4,5	-	-	7,8	-	-	6,4	-	-	6,3
Milton Vieira dos Santos	5,0	8,0	6,5	3,5	-	-	8,0	-	-	8,5	-	-	6,6
Reis de Alcântara Reis Nunes	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Raimundo Gualberto Reis	5,0	6,0	5,5	7,5	-	-	7,5	-	-	6,7	-	-	6,8
Rosa Maria da Silva	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valdeburg Batista Mesquita	5,0	7,0	6,0	2,5	-	-	7,6	-	-	7,1	-	-	5,8
Valdimir Rodrigues dos Santos	4,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Eu, P. David Inzele Leal, Presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os membros das Bancas Examinadoras e pelo Inspetor Federal.

Cruzanda Portela Serra
Guizemi Lima
Rita de Cássia Mendes Freitas

Inspetor Federal.....

Modulo D. E. Ser. 501-12

(OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Livro de ata geral de exames de admissão, 1952-1969)

5.1.2 O Ginásio Municipal Oeirense e seus agentes educativos em ação: memórias do contexto escolar

O Ginásio Municipal Oeirense ganhou vida na ação de seus agentes educativos. Foram eles que desenharam o perfil dessa instituição de ensino, pondo em prática os preceitos educativos da sua época, disseminando saberes e introjetando comportamentos. Uma das indicações proposta por Magalhães (2004) aos historiadores da educação que se dedicam ao estudo das instituições educativas, além de atentar para as relações entre estas e a sociedade, é procurar compreendê-las na sua singularidade, nas relações estabelecidas internamente, que se concretizam nas práticas de seus agentes educativos. Assim, para se conhecer a história do Ginásio Municipal Oeirense, é imprescindível direcionar um olhar para o seu interior e conhecer os alunos, diretores e professores, sujeitos esses que lhe deram vida no desempenho de suas funções.

5.1.2.1 Alunos do Ginásio Municipal Oeirense: razão de sua existência

Os alunos de uma instituição escolar representam a sua alma, a razão de sua existência. Uma das formas de penetrar na intimidade de uma escola é, portanto, conhecer o seu público-alvo procurando desvelar o seu perfil, buscando saber a sua origem, as formas de seu recrutamento, seu processo de formação, preparando-os para o enfrentamento e a atuação no mundo que os cerca, como também os destinos que seguiram, que novos rumos tomaram ao assumirem outros papéis sociais depois da escola. Conhecer a atuação dos alunos de uma instituição é uma forma de buscar a manifestação da sua cultura escolar, sua forma de ser e pensar, que não ocorre de maneira isolada, mas na interação com os demais agentes internos e externos.

Os pretendentes tornavam-se alunos do Ginásio Municipal Oeirense através da realização dos exames de admissão. Após a realização e apuração das notas das provas de 1^a e 2^a épocas dos exames de admissão, como já foi detalhado anteriormente, logo na primeira quinzena de março de 1952, em consonância com o que determinava o Art. 35 da Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942, deu-se início às matrículas dos aprovados e dos transferidos, totalizando 76 alunos. No ato da matrícula, tendo sido acatadas as exigências legais e a aceitação do candidato como aluno dessa instituição com a assinatura do inspetor federal, o seu nome era lançado no livro próprio de matrícula com os principais dados de sua identificação: nome completo, idade, data e local de nascimento, filiação, nacionalidade e

profissão dos pais e local de residência. Veja na figura 74 abaixo a matrícula nº 1 no Ginásio Municipal Oeirense.

Figura 74 – Dados individuais de matrícula dos alunos do GMO – 1952

1

N.º de matrícula... 1

CURSO... *Ginásial*

Turno... *1.ª* Série Turma... *A* N.º do aluno... *1*

Nome... *Aldemira Roqueira Campos*

Data do nascimento... *7* de *Maio* de 19*32* Idade... *20* anos

Local... *Oeiras* Estado... *Piauí*

Nome do pai... *Joel Campos*

Nacionalidade... *Branileiro* Profissão... *Escrivão Col. Federal*

Nome da mãe... *Maria de Jesus Roqueira Campos*

Nacionalidade... *Brasileira* Profissão... *Costureira*

Residência... *Oeiras*

Data da matrícula... *10* de *Maio* de 19*52*

OBSERVAÇÕES

José Américo de Carvalho
Inspetor Federal

Fonte: (OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952)

Com base na análise das fichas individuais do Livro de matrícula dos primeiros alunos do Ginásio Municipal Oeirense, pode-se perceber que a grande maioria era oriunda de famílias financeiramente estáveis, cujos pais exerciam profissões de reconhecimento na época e que lhes davam uma posição social mais estabelecida. As profissões dos pais declaradas nas 76 fichas de matrícula dos alunos foram agrupadas em três categorias: profissional autônomo – 49 (incluindo fazendeiro, comerciante, agricultor, alfaiate, ourives, sapateiro, pedreiro e motorista, com predominância das duas primeiras profissões), funcionário público – 21 (abarcando os níveis públicos federais, estaduais e municipais como juiz, escrivão, coletor, guarda de telégrafo ou simplesmente empregado público sem especificação), profissional liberal – 01 (médico), sem declarar ou falecido – 5. Com relação às profissões das mães dos alunos, todas, com exceção de duas, uma viúva e outra esposa de um ourives, declararam possuir uma profissão, a de costureira, podendo-se inferir que fora esses dois casos impostos pelas condições de vida, as mulheres oeirenses da década de cinquenta se encaixavam no perfil de donas de casa, mães e esposas (OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952).

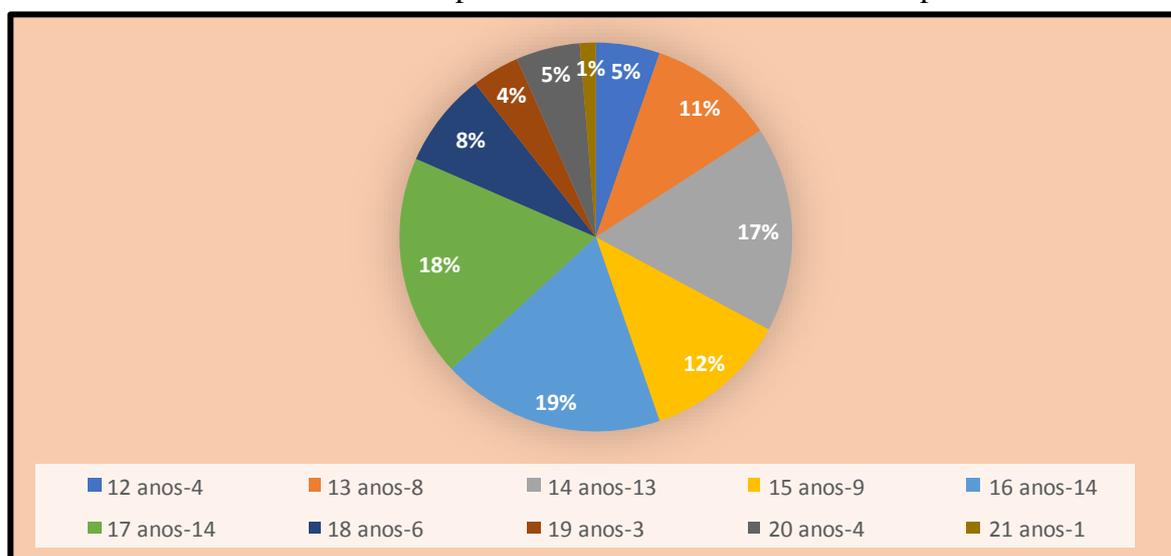
Apesar de não haver impedimentos declarados, tacitamente ia se firmando a ideia de que o ginásio era um segmento de ensino para poucos, pois é isso que se percebe na afirmação de seus ex-alunos ao dizerem que “apesar do ginásio ser aberto à comunidade, [...], nem todo mundo tinha acesso, quem passava nos exames de admissão era um grupo privilegiado, na

verdade era uma elite de estudantes” (SANTOS, ENTREVISTA, 2017), “lá não estudavam pessoas humildes, [...] só estudava lá quem tinha um pouco mais de condição. Isso não significa que os de menores condições não pudessem, eles até poderiam, mas tinham que se virar para fazer o pagamento da mensalidade ou receber alguma bolsa” (REGO, ENTREVISTA, 2017) e “pobres geralmente não estudavam, poucos eram os pobres que estudavam lá. E os pobres do meu tempo eram mais para trabalhar [...]. Então, tendo o primário já era muita coisa para eles, pois não tinham essa visão de alcançar outro nível. O ginásio era mais a elite que procurava” (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

Isso vem confirmar que o Ginásio Municipal Oeirense não diferia de outras escolas de ensino ginásial do país, que se propunha a educar intelectuais para o comando da sociedade, como era o desejo expresso de Gustavo Capanema, de que o fim ensino do secundário era formar “homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação” (BRASIL, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1942). Por fim, diferentemente de outros ramos do ensino médio destinados à formação técnica para o trabalho, como era a finalidade do ensino comercial, industrial e normal, os ginásios se destinavam à formação das lideranças sociais.

Os primeiros 76 alunos do Ginásio Municipal Oeirense foram divididos em duas turmas agrupados pelo sexo, e tanto na turma masculina, com os seus 37 alunos, como na turma feminina, de 39 alunos, as informações das fichas de matrícula sobre as suas idades ratificavam uma dispersão etária nas duas turmas, com idade variando entre os 12 e 21 anos (OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952).

Gráfico 03 – Idade dos 76 primeiros alunos do Ginásio Municipal Oeirense



(OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952)

Embora não se determinasse, oficialmente, a idade máxima para a matrícula, recaindo a exigência da Lei Orgânica do Ensino Primário apenas no que diz respeito à idade mínima, impondo como condição ao aluno “ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho” (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942), era de se esperar uma coorte para a formação dessa turma inicial, constituída por alunos com idades mais próximas da mínima exigida. Fato não observado, no entanto. Essa dispersão pode ser compreendida para aquele momento inicial de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense, pois, não havendo escolas dessa natureza na cidade, muitos jovens que, mesmo estando muito além da idade mínima, viam nesse momento de abertura do ginásio a oportunidade de dar continuidade aos seus estudos.

Dada a importância das informações contidas no primeiro livro de matrícula do Ginásio Municipal Oeirense, elaborou-se os quadros 30 e 31 que seguem para um melhor esclarecimento e visualização dos dados apresentados e a possibilidade de se conhecer o perfil os seus alunos e inferir projeções.

Quadro 32 – Perfil das alunas da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense, 1952
Turma A – Sexo Feminino

Nº	TURMA A SEXO FEMININO	IDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO DOS PAIS
01	Aldenora Nogueira Campos	20	Joel Campos	Escrivão Federal
			Mª de Jesus N. Campos	Doméstica
02	Auzenite Rêgo Clementino	17	Antônio C. Vieira Brandão	Fazendeiro
			Antônia Rêgo Brandão	Doméstica
03	Belisa Portela Barbosa	14	Raimundo Portela Barbosa	Comerciante
			Maria Juvenil R. Barbosa	Doméstica
04	Benedita Moreira Cassino	15	Benedito Penaforte Cassiano	Empreg. Federal
			Helena Moreira Cassino	Doméstica
05	Carmélia Rêgo de Queiroz	16	Possidônio Nunes de Queiroz	Comerciante
			Otacília Rufino de Queiroz	Doméstica
06	Eulália M. de Carvalho	17	Lourival Mendes de Carvalho	Agricultor
			Maria da Conceição Carvalho	Falecida
07	Francisca de Assis Moreira	19	Francisco de M. de S. Rêis	Comerciante
			Arlinda Moreira Rêis	Doméstica
08	Isabel Freitas Lima	21	João Vieira Lima Filho	Alfaiate
			Maria Alacoque de Freitas	Doméstica
09	Irene Clementino dos Santos	13	José Martins dos Santos	Comerciante
			Ana C. Martins dos Santos	Doméstica
10	Irmirina Martins de Carvalho	14	José Clementino de Carvalho	Coletor Federal
			Maria José M. de Carvalho	Doméstica
11	Maria Jaysa Saraiva	14	Jaime Saraiva	Empreg. Público
			Neusa Magalhães Saraiva	Doméstica
12	Luiza Áurea C. Ferreira	15	Ernesto José Ferreira	Empreg. Público
			Acineth Campos Ferreira	Doméstica
13	Maria Bernadete Maranhão	18	João Martins Maranhão	Empreg. Público
			Raimunda de C. S. Maranhão	Doméstica

14	Maria Teresinha de J. Maranhão	-	João Martins Maranhão	Empreg. Público
			Raimunda de C. S. Maranhão	Doméstica
14	Maria das Dores Freitas	16	Antônio de Alencar Freitas	Comerciante
			Ana Antônia Ferreira	Doméstica
15	Maria de Lourdes Carvalho	16	Francisco de Assis Carvalho	Agricultor
			Rosa das Mercês Carvalho	Doméstica
16	Maria da Soledade Silva	17	Carmino Gomes da Silva	Não consta
			Modestina Lopes da Silva	Não consta
17	Maria do Rosário Siqueira Nunes	17	Raimundo B. de Moura Nunes	Fazendeiro
			Laura de Siqueira Nunes	Doméstica
18	Maria Antonieta de C. Souza	20	Benedito Francisco de Souza	Func. Público
			Raimunda N. de C. Souza	Doméstica
19	Maria do Rosário Portela	19	Raimundo Portela Nunes	Comerciante
			Maria J. Raposo Barbosa	Doméstica
20	Maria do Socorro F. Praça	12	Acélio Praça	Comerciante
			Antônia de Holanda Praça	Doméstica
21	Maria das Mercês Rocha	13	Augusto Rocha Neto	Comerciante
			Antônia Martins Sá Rocha	Doméstica
22	Maria da Conceição Oliveira	16	Não consta	Não consta
			Joana Ferreira de Oliveira	Doméstica
23	Maria Dóris Macêdo Rêis	18	Nataniel de Sousa Reis	Comerciante
			Maria Dária de Macêdo Reis	Doméstica
24	Maria Dária Macêdo Rêis	18	Nataniel de Sousa Reis	Comerciante
			Maria Dária de Macêdo Reis	Doméstica
25	Maria das Dores Ferreira	14	Benedito Oliveira	Não Consta
			Eva Ferreira da Silva	Não Consta
26	Maria do Socorro M. Rêgo	17	Tasso de Moraes Rêgo	Ourives
			Maria da Anunciação B. Rêgo	Costureira
27	Maria do Socorro Martins	20	Pedro Ferreira de S. Martins	Comerciante
			Vitória de Souza Martins	Doméstica
28	Maria Vieira Rocha	15	Josino Vieira Rocha	Fazendeiro
			Amália Caminha Rocha	Doméstica
29	Maria do Socorro F. Rêgo	15	Cleto de Moraes Rêgo	Sapateiro
			Maria Mendes Ferraz Rêgo	Doméstica
30	Maria das Dôres Ferreira Campos	19	Ernesto José Ferreira	Empreg. Público
			Acinete Campos Ferreira	Doméstica
31	Maria da C. Alves de Carvalho	16	Elesbão Alves de Souza	Fazendeiro
			Laura Maria de Carvalho	Doméstica
32	Norbertina B. Cavalcante	16	Ângelo de H. Cavalcante	Agricultor
			Juliana Barbosa de Araújo	Doméstica
33	Nilza de Siqueira Nunes	17	Raimundo B. de Moura Nunes	Fazendeiro
			Laura de Siqueira Nunes	Doméstica
34	Rita de Cassia Campos	13	Joel Campos	Escrivão Federal
			Mª de Jesus N. Campos	Doméstica
35	Terezinha Rêgo C. Brandão	12	Antônio C. Vieira Brandão	Fazendeiro
			Antônia Rêgo Brandão	Doméstica
36	Terezinha de Jesus Carvalho	18	Elias de Souza Carvalho	Comerciante
			Raimunda Carvalho	Falecida
37	Terezinha M. Saraiva	16	Jaime Saraiva	Empreg. Público
			Neusa Magalhães Saraiva	Doméstica
38	Valdália Rêis Freitas	13	Waldemar de Alencar Freitas	Falecido
			Amália Reis Freitas	Costureira
39	Zilda de Carvalho Rêgo	12	Assuero Cesar Rêgo	Emp. Público
			Carmem de Carvalho Rêgo	Doméstica

(OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952)

Quadro 33 – Perfil dos alunos da primeira turma do Ginásio Municipal Oeirense, 1952
Turma B – Sexo Masculino

Nº	TURMA B SEXO MASCULINO	IDADE	FILIAÇÃO	PROFISSÃO DOS PAIS
01	Antônio Cassiano Barroso	18	Eliseu Barroso de Carvalho	Comerciante
			Hosana Eliza de Carvalho	Doméstica
02	Antônio Madeira Reis	17	Antônio Sousa Reis	Falecido
			Maria Cristina Madeira Reis	Doméstica
03	Antônio Nogueira Campos	17	Joel Campos	Escriv. Reg. Civil
			Maria de José N. Campos	Doméstica
04	Ariosto de Carvalho Rêgo	14	Américo César Rêgo	Empreg. Público
			Carmem Carvalho Rêgo	Doméstica
05	Antônio Epifânio M Reis	13	Hipólito Constâncio da S. Rêis	Empreg. Público
			Maria de José da Silva Rêgo	Doméstica
06	Américo Campos Ferreira	17	Ernesto José Ferreira	Escrivão
			Acineth Campos Ferreira	Doméstica
07	Benedito de Deus Barbosa	16	Loureço B. Castelo Branco	Comerciante
			Anedina Ferreira de Deus	Doméstica
08	Benedito Carmo Tapety	14	Sebastião Nogueira Tapety	Empreg. Público
			Cecí do Carmo Tapety	Doméstica
09	Benjamim Madeira Reis	16	Raimundo de Sousa Reis	Agricultor
			Maria A. Madeira Reis	Falecida
10	Benedito Barros	14	Francisco Antônio de Barros	Pedreiro
			Amélia de Sousa Leite	Doméstica
11	Cícero Alves Ferreira	12	Silvério Alves Ferreira	Comerciante
			Raquel Maria Ferreira	Doméstica
12	Darcy Siqueira Albuquerque	15	Djalma A. C. de Albuquerque	Comerciante
			Naida Siqueira de Albuquerque	Doméstica
13	Durval Ferreira Freitas	14	Antônio de Alencar Freitas	Comerciante
			Ana Antônia Ferreira	Doméstica
14	Dagoberto Mendes de Carvalho	15	Lourival Mendes de Carvalho	Fazendeiro
			Maria da Conceição Carvalho	Falecida
15	Francisco de Assis Queiroz	15	Possidônio Nunes de Queiroz	Comerciante
			Otacília Ribeiro de Queiroz	Doméstica
16	Fernando Marques Neto	13	Raimundo Antônio Marques	Juiz de Direito
			Maria do Carmo de S. Marques	Doméstica
17	Geraldo Carvalho Martins	14	Benedito de Carvalho Martins	Fazendeiro
			Maria das Dores Martins	Doméstica
18	Gilson Pereira Carmo	18	Davino José do Carmo	Guarda telégrafo
			Amélia Pereira do Carmo	Doméstica
19	Isaias Barbosa	16	Firmino Barbosa de E. Santo	Falecido
			Sizaltina Vieira Barbosa	Doméstica
20	João Borges Caminha	17	João Batista Borges Caminha	Agricultor
			Tereza Vieira	Doméstica
21	José de Amorim	16	João Gualberto de Amorim	Comerciante
			Maria Rosa de Amorim	Doméstica
22	José Alberto dos Santos	17	Faustino de Sousa Santos	Agricultor
			Margarida de Sousa Santos	Doméstica
23	Joel Campos Filho	15	Joel Campos	Escriv. Reg. Civil
			Maria de José N. Campos	Doméstica
24	Juarez Martins dos Santos	17	Raimundo Martino dos Santos	Fazendeiro
			Celina C. M. dos Santos	Doméstica
25	José Nauto Reis	14	Nataniel de Sousa Rêis	Comerciante
			Maria Dária de M. Rêis	Doméstica
26	Joaquim Roseno Leal	17	Roseno José Leal	Comerciante
			Maria dos Santos Leal	Doméstica
27	Luiz Luz Nunes	13	José Augusto Barbosa Nunes	Fazendeiro
			Lídia Luz Nunes	Doméstica
28	Luimar Avelino Duarte	16	Luiz Duarte Ferreira	Empreg. Público
			Ma. da Purificação A. Ferreira	Doméstica
29	Luiz Ribeiro Gonçalves	13	Paulo Ribeiro Gonçalves	Médico
			Holanda de G. Carvalho	Doméstica
30	Nilo Siqueira Albuquerque	14	Djalma A. C. de Albuquerque	Comerciante

			Naida de S. de Albuquerque	Doméstica
31	Pedro Barroso de C. Neto	14	Eliseu Barroso de Carvalho	Comerciante
			Hosana Eliza de Carvalho	Doméstica
32	Plácido José Ferreira Neto	16	Raimundo Plácido Ferreira	Agricultor
			Júlia Joaquina Ferreira	Doméstica
33	Rodolfo Rêgo Neto	17	Luiz de Moraes Rêgo	Motorista
			Maria de Lourdes Portela Rêgo	Doméstica
34	Robert Rêgo Amorim	14	José Robert de Amorim	Comerciante
			Petronila Rêgo Amorim	Doméstica
35	Sebastião Ferraz de Castro	16	Francisco Ribeiro de Castro	Comerciante
			Amália Feraz de Castro	Doméstica
36	Tibério Moreno Siqueira	15	Tibério de Barbosa Siqueira	Comerciante
			Laura Barbosa de Siqueira	Doméstica
37	João Batista Rodrigues de Sousa	20	Zacarias Rodrigues de Sousa	Alfaiate
			Maria Alves Rodrigues	Doméstica

(OEIRAS, GMO, LIVRO DE MATRÍCULA, 1952)

Figura 75 – Alunas da primeira turma do GMO e professores - 1955



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Os anos se passaram, outras turmas de alunos se formaram durante os 17 anos de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense e, em que pese as mudanças exigidas pelo tempo, essa instituição de ensino procurou manter-se firme na sua missão de formar as “individualidades condutoras” da sociedade. Foi uma escola que deu bons frutos e por isso é reconhecida até hoje como uma das melhores e mais conceituadas escolas de nível secundário a existir na cidade de Oeiras. O reconhecimento dessa instituição de ensino, além de outros aspectos, está na situação dos seus alunos egressos. É voz comum entre ex-professores e ex-

alunos a afirmação de que os estudantes ao deixarem o Ginásio Municipal Oeirense já tinham um futuro garantido e, sobre isso, Valdemar Freitas (2017) revela em entrevista que:

Os estudantes do Ginásio Municipal Oeirense que faziam vestibular para cursos superiores ou concursos passavam e todos ocuparam cargos de destaque na sociedade. Como exemplo disso eu tive colegas como o Chico Torresmo que não tinha condição para fazer um curso superior, pois era filho de um guarda, foi para Teresina, lá fez concurso para a polícia e terminou morrendo como Major da Polícia, o Joaquim Silvério ficou em Fortaleza como bancário, o Lourinho foi ser médico, o Manoelzinho, que era de Simplício Mendes, passou a ser médico em Floriano e em Teresina... então, o que eu quero lhe dizer é que todos aqueles, mesmo os que não se formaram em curso superior tiveram sucesso na vida.

Figura 76 – Alunos no pátio externo do Ginásio Municipal Oeirense – 196?



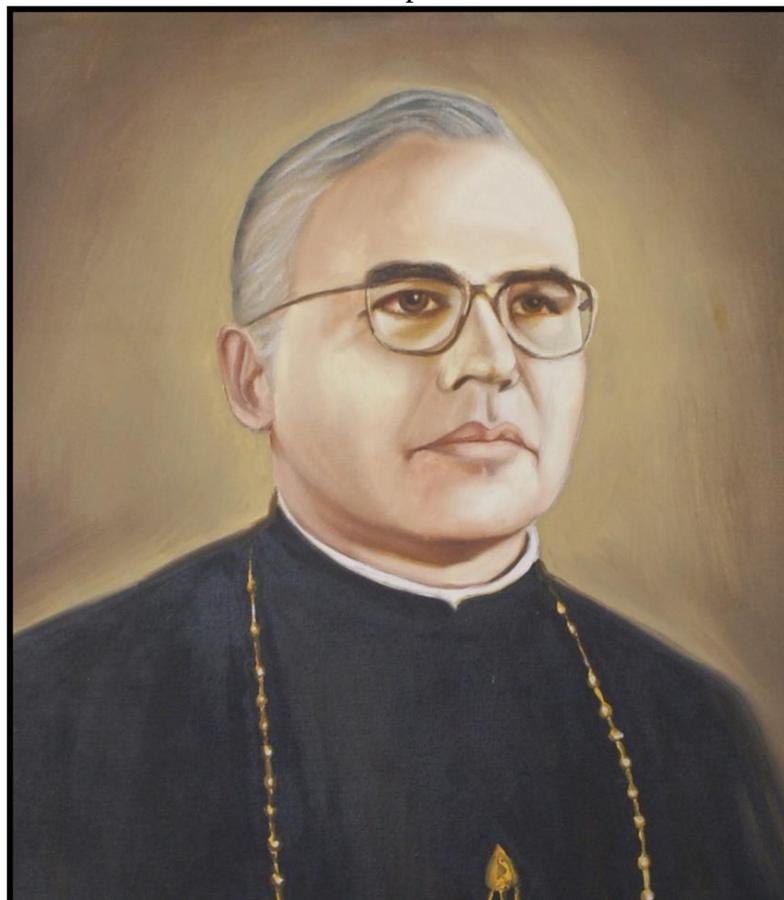
Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

5.1.2.2 No comando do Ginásio Municipal Oeirense: a atuação de seus diretores

Oeiras tinha pressa em ver seu ginásio funcionando e, mesmo antes de ser oficialmente criado, nos primeiros momentos de sua organização, visto ter sido a Diocese de Oeiras quem

assumiu a sua administração, recaiu sobre o bispo local, Dom Francisco Expedito Lopes, a função de dirigi-lo, tendo sido então o primeiro diretor do Ginásio Municipal Oeirense.

Figura 77 – Dom Francisco Expedito Lopes
Diretor do Ginásio Municipal Oeirense – 1951-1952



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Dom Expedito Lopes, quando assumiu como o primeiro bispo da diocese de Oeiras, procurou lutar pela educação dessa cidade, tratando de unir-se aos defensores da criação do Ginásio Municipal Oeirense, não medindo esforços em ter que se deslocar para Teresina e até mesmo para o Rio de Janeiro para conseguir esse intento. Colaborou com o funcionamento dessa instituição assumindo o cargo de diretor e também as funções de professor de Português, Latim e História (SILVA, 2007). O cargo de diretor, mesmo que efemeramente assumido, pode ser constatado em documentos da época, como nas autorizações para as inscrições do primeiro exame de admissão, ocorrido em 1951, em que o mesmo deixa, de próprio punho, a assinatura de seu nome, como mostra o destaque da figura 77 abaixo:

Figura 78 – Solicitação de inscrição para o exame de admissão com a assinatura do Bispo Dom Expedito Lopes como primeiro diretor do GMO - 1951

GINÁSIO MUNICIPAL DE OEIRAS
OEIRAS – PIAUÍ

Exmo. Sr. Diretor do Ginásio Municipal de Oeiras

Oeiras, 24/11/1951

Oeiras, 24/11/1951

Inscruva-se.

Dom Expedito Lopes
Diretor

Visto
José Amantino
Inspector

O abaixo assinado, filha de *Valdemar de Alencar Britas* e de *Amália Reis Britas*, residentes em *Oeiras*, Estado do *Piauí*, nascido no dia *23* de *Julho* de *1938*, em *Oeiras* Estado do *Piauí*, residente em *Oeiras*,

Juntando os documentos regulamentares, vem solicitar sua inscrição no Exame de Admissão á 1ª. série Ginásial deste estabelecimento.

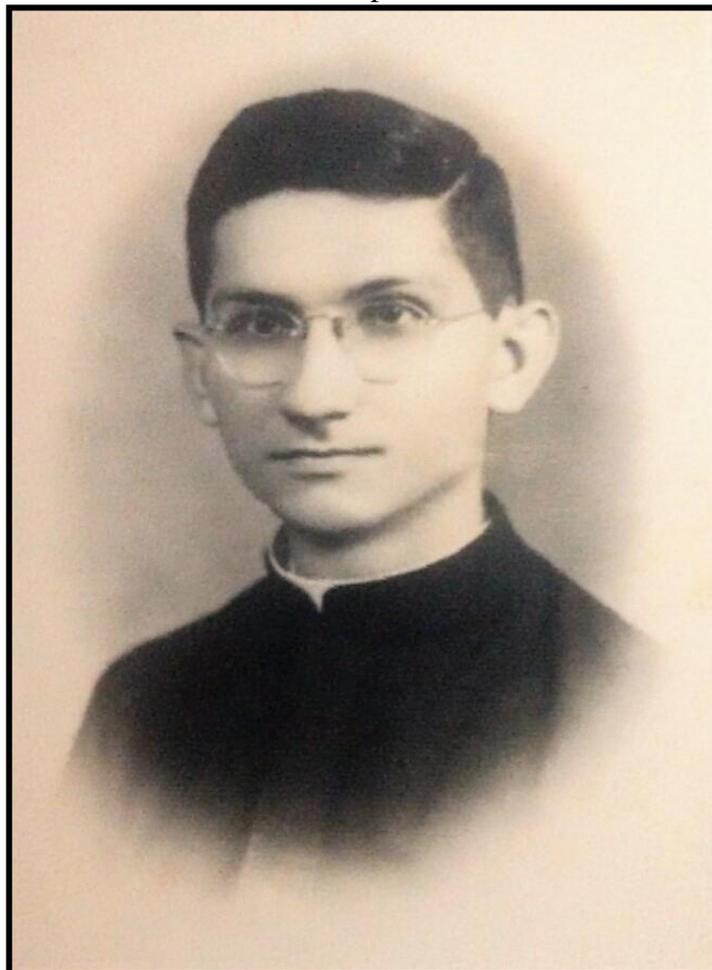
Nestes termos pede deferimento

Oeiras, *30* de *Novembro* de *1951*
(a) *Valdália Reis Britas*

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Prontuário da aluna Valdália Reis Freitas, 1951)

Depois de ver o ginásio funcionando, devido às dificuldades em conciliar o múnus de seu ministério episcopal com a sua atuação no campo educacional, Dom Expedito Lopes convidou o Padre Balduino Barbosa de Deus, recém-chegado de Roma, onde cursou Teologia Dogmática na Pontifícia Universidade Gregoriana, para assumir a frente administrativa do Ginásio Municipal Oeirense, ficando o bispo, pelo tempo que lhe restou em Oeiras, até fevereiro de 1955, sendo o “diretor de honra do ginásio”, como assim o qualifica Amália Campos, uma das professoras que atuou nessa escola (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016), qualificação essa endossada por Francisco de Assis de Deus Barbosa, irmão do referido padre, que diz “ O Diretor de direito era o saudoso Bispo Dom Francisco Expedito Lopes. O Diretor de fato era o Padre Balduino Barbosa de Deus. A partir de 1953, este passou a ser o Diretor de direito e de fato” (BARBOSA, 2009, p. 1).

Figura 79 – Padre Balduino Barbosa de Deus
Diretor do Ginásio Municipal Oeirense – 1952-1957



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

O padre Balduino Barbosa de Deus foi um ícone na educação oeirense, uma figura emblemática da direção do Ginásio Municipal Oeirense. Dirigiu essa escola com punho forte, colaborando para a definição da identidade dessa escola que passou a ser concebida no imaginário coletivo como uma escola de qualidade, tornando-se um ginásio de referência no estado de Piauí. Esse “ginásio era respeitado e estava entre os melhores estabelecimentos de ensino secundário no nosso Estado, e olhe que não eram muitos no Piauí” (CARVALHO JUNIOR, ENTREVISTA, 2017).

Os que conviveram com o Padre Balduino trazem dele muitas lembranças de sua atuação na direção do Ginásio Municipal Oeirense e também como professor dessa instituição e assim declaram:

O Padre Balduino Barbosa de Deus, que estudou em Roma, era uma pessoa extremamente culta e preparada e também extremamente rígida. [...] foi o primeiro diretor de fato do Ginásio Municipal Oeirense [...]. Dos que

estiveram no comando do Ginásio Municipal Oeirense, vem logo a minha memória o nome dele. Essa memória é marcante. Ele era um homem que não recuava nas suas decisões. Lembro-me bem de algumas questões dele com alguns alunos que resultaram em suspensões por trinta dias. Essas situações, muitas vezes deixavam as coisas mais difíceis de serem resolvidas (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

O Padre Balduino dirigiu o Ginásio Municipal Oeirense até 1957. Era um diretor muito inflexível e exigente na disciplina e foi também um professor inteligente e muito bom naquilo que ensinava, mas reprovava com muita facilidade. Uma vez reprovou o meu irmão Antônio Campos em uma prova escrita por apenas dois décimos, isso mesmo, apenas por uma palavra escrita errada ele perdeu um ano. Era um professor muito carrasco e muito caxias (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

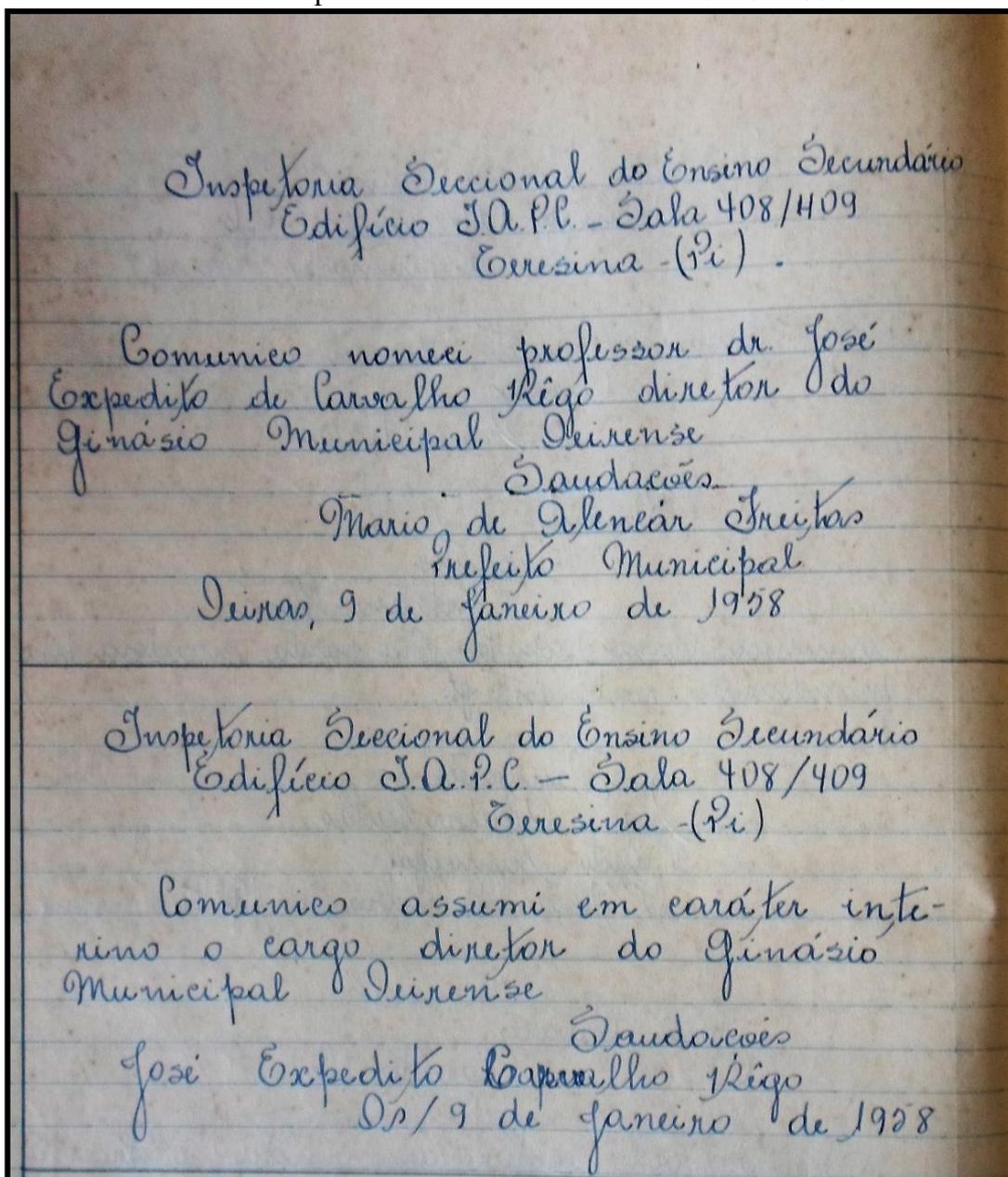
Ainda estudei na época em que o Padre Balduino era o diretor do Ginásio Municipal Oeirense. Ele era um homem muito radical e conservador, simpático ao fascismo e tinha o Plínio Salgado, político da extrema direita católica, como mentor. Foi o primeiro diretor atuante do ginásio. Tinha chegado recentemente da Itália, onde fez seus estudos em Roma, lá recebendo uma formação rígida da igreja tradicional e logo assumiu esse cargo de diretor. O Padre Balduino era muito radical, de uma religiosidade tradicional, do tempo em que a Igreja Católica em Oeiras representava o poder e influenciava em tudo. Se indispôs com o Pastor Dr. Roberto, que veio fundar a igreja Batista, e fez uma campanha enorme contra o protestantismo. O Padre Balduino era muito culto e foi bom professor, falava bem e bonito e todos que assistiam as suas aulas ficavam atentos e quando ouviam as suas pregações na Semana Santa choravam, ele era empolgado e tinha uma boa oratória, fazia belos discursos que emocionavam a todos. No entanto, tinha também um outro lado, ele era muito carrasco na disciplina, mão de ferro mesmo, ele aplicava castigos, que eu acho que eram ainda do tempo da Idade Medieval. Ele nos colocava para ficar de joelhos, quando fazíamos qualquer coisinha fora do seu ritmo (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

Com base nos depoimentos acima, acrescido de outras informações expostas no capítulo anterior, é possível dizer que o Padre Balduino foi para a cidade de Oeiras um grande expoente cultural, uma figura impactante que conseguiu tirar a cidade do eixo da morosidade. Em suas duas áreas de maior atuação – a religiosa e a educacional, dedicou-se com afinco beirando o extremismo, o que lhe rendeu algumas arestas com quem não se afinava com suas ideias e ações. Tanto como diretor do Ginásio Municipal Oeirense como professor dessa mesma instituição, impôs-se pelo seu tino administrativo e pela sua inteligência e, embora exagerando muitas vezes nas sanções disciplinares, conferiu e manteve uma boa qualidade educacional a esse educandário. Amado por uns, por outro nem tanto, mas jamais esquecido, será sempre reverenciado pelos benefícios em prol da educação de sua terra.

O Padre Balduino esteve como diretor do Ginásio Municipal Oeirense durante um período de cinco anos, que se estendeu de 1952 até 1957. Foi substituído interinamente pelo

Padre Djalma Rodrigues de Andrade, que assumiu esse posto em abril de 1957 e nele ficou até início de janeiro de 1958. Com base nos documentos exibidos nas figuras 79, 80 e 81 pode-se constatar que no dia 09 de janeiro de 1958 foi nomeado em caráter interino, como diretor do ginásio o Dr. José Expedito de Carvalho Rego que ficou nessa função por alguns dias, pois, por motivo de viagem, teve que passar a direção para o seu vice-diretor, Dr. José Coelho Reis, que nela ficou até abril de 1958.

Figura 80 – Cópia dos telegramas comunicando a nomeação e posse do Dr. José Expedito como diretor interino do GMO - 1958



Fonte: Livro de registro de telegramas expedidos.
Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras

Figura 81 – Cópia do telegrama comunicando o afastamento de Dr. José Expedito da direção do GMO e a sua substituição pelo vice-diretor Dr. José Coelho Reis - 1958

Inspeção Seccional
 Edifício J.A.P.C. - Salas-408-409
 Oeiras - (Pi)

Comendo ausentar-me vq. motivo superior vq.
 para estado vq. passo diretoria Ginásio Mu-
 nicipal Oeirense ao vice diretor de José
 Coelho Reis.

Atenciosas saudações
 José Expedito de Carvalho Rêgo
 Os/15/11/58

Fonte: Livro de registro de telegramas expedidos. Arquivo da Prefeitura Municipal de Oeiras

Superando essa situação de interinidade, o Ginásio Municipal Oeirense entrou numa nova fase de estabilidade administrativa quando assumiu sua direção o Padre José Pereira de Maria, vindo de Floriano e permanecendo como diretor durante os anos de 1958 e 1959.

Figura 82 – Padre José Pereira de Maria
 Diretor do GMO – 1958 e 1959



Fonte: Arquivo PUC-GO. Sítio virtual do Portal Rádio Rio Vermelho
 Disponível em <http://www.radioriovermelho.com.br/site/noticia.php?id=3595>

O Padre Pereira era natural de Floriano, lá viveu suas primeiras experiências como sacerdote e como professor lecionando no Ginásio Santa Teresinha, além de encabeçar algumas ações religiosas, culturais e sociais naquele município e circunvizinhos. Após sua rápida estada em Oeiras rumou para Goiânia, onde tornou-se monsenhor e foi reitor e chanceler da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (SOUSA,2013).

O Padre Pereira, ao assumir a administração do Ginásio Municipal de Oeiras, os ânimos estudantis que foram exaltados com a saída do Padre Balduino já se encontravam abrandados e aos poucos o novo diretor ia conseguindo dar cabo à sua missão com serenidade. Trouxe transferidos de Floriano e de outras cidadezinhas do Maranhão alguns alunos para estudarem no Ginásio Municipal de Oeiras, que desde 1956 se viu obrigado a funcionar em regime de internato e semi-internato para receber pessoas de outras localidades atraídas pela fama de boa escola que se espalhou. O Padre Pereira, ao se mudar para Goiânia, também levou consigo alguns jovens estudantes do ginásio de Oeiras, a fim de oportunizá-los a continuação dos estudos. Fazendo algumas considerações sobre o Padre Pereira, assim afirma Valdemar Freitas, que era aluno do ginásio no tempo de sua gestão:

O Padre Pereira era bem diferente do Padre Balduino, pelo menos quanto à disciplina ele aplicava castigos mais brandos, deixando os alunos atentados retidos nas salas depois das aulas, colocando-os para fazer cópias de frases sempre relacionadas com a danação que o aluno tinha feito. Ele era um homem muito culto e muito mais dado e mais aberto com os alunos, acho que foi por isso mesmo que ele foi escolhido para vir para Oeiras e dirigir o ginásio. O fato é que ele acalmou os ânimos e o ginásio cresceu, não só em termos de alunos que moravam em Oeiras, mas também em cidades vizinhas. Foi uma luz que chegou e começou a movimentar a vida cultural e educacional de Oeiras.

Quando o Padre Pereira veio de Floriano trouxe algumas pessoas da região do Maranhão, como de Bacabal, pois nessa época já existia o internato e depois quando foi embora para Goiânia, para ser vice-reitor da Universidade Católica de lá, levou vários alunos do GMO que ele já ajudava colocando-os para estudar de graça. Levou o Tonhão, os meninos de Arlindo e outros, levou essa turma toda para lá e bancava os estudos deles, pois eles eram inteligentes e não tinham tanta condição para continuar seus estudos.

O que eu sei é que padre Pereira alavancou essa turma jovem de Oeiras, dando-lhe condição cultural de crescerem nas letras, pois todos os alunos do Ginásio Municipal de Oeiras que faziam o concurso ou faziam vestibular, passavam de primeira. O ginásio era conhecido no Piauí todo. Os seus alunos faziam figura onde chegavam (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

Os últimos nove anos de funcionamento do Ginásio Municipal de Oeiras foi conduzido pelo Padre David Ângelo Leal, de 1960 até 1969. No ano seguinte de sua posse como diretor, o ginásio passou a seguir os preceitos da primeira Lei de Diretrizes da Educação

Nacional, LDB nº 4.024/1961, que, por apresentar-se democrática, dava mais liberdade às orientações pedagógicas curriculares, porém a estrutura do sistema educacional permaneceu a mesma de antes, apresentando a educação de grau médio com o curso secundário dividido em dois ciclos, mantendo assim o ensino ginásial, sendo para Romanelli (2014, p. 188) “a quebra da rigidez e certo grau de descentralização” a vantagem que apresentava essa lei. E o Ginásio Municipal de Oeiras seguiu o seu curso.

Figura 83 – Padre David Ângelo Leal
Diretor do GMO – 1960 e 1969



Fonte: Sítio virtual da Paróquia Nossa Senhora das Mercês – Jaicós
http://paroquiadejaicos.blogspot.com.br/2013/11/morre-pe-david-angelo-leal-aos-91-anos_7412.html

O Padre David não era oeirense, mas foi adotado por essa cidade como um filho e nela viveu por vinte anos a serviço da Igreja e da educação. Além de ter sido diretor e professor do Ginásio Municipal Oeirense, também desempenhou essas mesmas funções na Escola Normal. Foi um grande educador que a cidade de Oeiras conheceu e com serenidade dirigiu os destinos de duas importantes instituições de ensino da cidade e encaminhou gerações de

jovens pelas sendas do saber e do bem viver. As impressões deixadas por ele na vida dos que partilharam de seu convívio no ginásio como aluno foram marcantes como pode ser contatado nos depoimentos que seguem:

Eu iniciei o estudo secundário no Ginásio Municipal Oeirense, em 1966 e lá fiquei até o fechamento do ginásio, que foi em 1969 [...] Já peguei a época do Padre David Ângelo Leal [...] Eu o destaco como a pessoa mais importante dentro da Educação de Oeiras e das cidades circunvizinhas. Foi ele, o Padre David Ângelo Leal, com aquela simplicidade e com aquela cultura inconfundível, uma pessoa que sabia transmitir tudo muito bem às pessoas, mas era duro também na hora de ser. Era uma pessoa do bem, um diretor que chamava e trazia a gente para perto dele, era uma pessoa que nos tratava muito bem e nos orientava acima de tudo. [...] Além de diretor o padre David era um grande mestre, um grande professor de Francês e Português. Como professor de Português era excelente. Eu mesmo, o que eu sei de Português foi ensinado pelo Padre David. Uma aula do padre David não precisava mais pegar em livro, só para complementar alguma coisa. Era uma cultura ambulante e a maneira dele educar, dele ensinar era inconfundível, transmitia bem os conteúdos e colocava na cabeça, na mente dos alunos tudo o que ele queria transmitir e com facilidade.

O Padre David, no cumprimento da disciplina era mais maleável, mas quando tinha uma coisa errada, se preciso, ele dava suspensão, mas de uma maneira mais diferente; o Padre David não passava a mão na cabeça, fazia as cobranças e dava as suspensões também, mas eram coisas mais simples, mais leves, mais aceitáveis e ninguém ficava com raiva dele.

Como o Padre David não vai aparecer nunca mais outro igual a ele para saber transmitir e saber orientar todos os seus alunos. O Padre David deveria ser melhor reconhecido, por isso eu digo que ele foi uma pessoa injustiçada em Oeiras, porque até hoje depois de sua morte nunca ninguém lhe fez uma homenagem, nunca lhe fizeram em vida nem quando ele foi embora de Oeiras e hoje já faz 4 ou 5 anos que ele morreu e até hoje não tem pelo menos uma rua com o nome do Padre David, uma escola, um ginásio, um colégio, nada, nada que tenha o nome dele e isso é uma injustiça a um homem que fez tudo por Oeiras, dedicando sua vida a essa cidade, desde a década de 60 até a década de 80. O Padre David orientou muitas gerações, pois ele não atuou só no Ginásio Municipal Oeirense, ele foi também diretor e professor da Escola Normal onde continuou fazendo o mesmo trabalho em prol da Educação (REIS, ENTREVISTA, 2017).

O Pe. David foi um excelente diretor e professor do Ginásio Municipal Oeirense, mas de um relacionamento não muito fácil, introspectivo, mas cordato, tratava bem, mas com devida distância e respeito sempre. O Ginásio Municipal Oeirense era uma escola de disciplina rígida e de uma instrução católica tridentina. [...] o próprio Pe. David, além de diretor era professor de Português, e posso dizer que ele foi um dos professores que mais me marcou. Acho que ele já desconfiava que eu seria escritor, é tão tal que uma certa vez ele chegou para mim e disse “Quando você for escrever algum texto, seja para quem for, não pergunte se está bonito, mas sim se ele entendeu o que você quis dizer, pois é isso que importa, a compreensão do texto”. E disso eu nunca esqueci (CARVALHO JÚNIOR, ENTREVISTA, 2017).

Os diretores que assumiram a administração do Ginásio Municipal Oeirense em regime de interinidade, foram o Padre Djalma Rodrigues de Andrade, Dr. José Expedito de Carvalho Rêgo, Dr. José Coelho Reis e Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa.

O Padre Djalma assumiu a direção do ginásio em um momento de crise por ocasião do afastamento do Padre Balduino, atendendo ao chamado do Arcebispo D. Avelar. Tomou posse em abril de 1957 e deixou o cargo logo no ano seguinte, em 1958. O Padre Djalma já trazia consigo uma experiência anterior na administração escolar em Floriano e no campo educacional permaneceu chegando no final de sua carreira de educador como Reitor Emérito da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, no compus da PUC-Rio, onde lecionou por muito tempo, e como Diretor Espiritual do Seminário Arquidiocesano São José (LEAL, 1955-1974, CARDOSO, 2015; FREITAS, 2015).

Figura 84 – Padre Djalma Rodrigues de Andrade
Diretor Interino do GMO – 1957 e 1958



Fonte: Sítio virtual PUC-RIO - Igreja do Sagrado Coração de Jesus – Galeria de imagens
Disponível em: http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/reitoria/igreja/galeria/galeria_eventos-instalacoes.html

Os dois únicos diretores do Ginásio Municipal Oeirense que não pertenciam ao clero foram Dr. José Expedito de Carvalho Rêgo e Dr. José Coelho Reis. Ambos assumiram a direção do ginásio em regime de interinidade por um curto período, o primeiro por apenas seis dias e o segundo ficou no cargo de janeiro a abril de 1958.

Dr. José Expedito de Carvalho Rêgo nasceu em Oeiras onde cursou o ensino primário no Grupo Escolar Costa Alvarenga, deu prosseguimento aos estudos em Teresina e de lá foi para Salvador, onde cursou medicina e depois de formado retornou para a sua cidade natal. Além de médico, foi escritor de vários romances, crônicas e poesias chegando a ocupar a cadeira nº 2 da Academia Piauiense de Letras, foi professor e diretor do Ginásio Municipal Oeirense. Dr. José Coelho Reis era dentista e também dedicou-se à educação de Oeiras com grande afinco, exerceu a função de professor de Matemática do Ginásio Municipal Oeirense e, como vice, assumiu interinamente o exercício de direção dessa instituição. Foi diretor do Colégio Estadual de Oeiras, depois Unidade Escolar Farmacêutico João Carvalho e superintendente do Complexo Escolar de Oeiras.

Figura 85 – Dr. José Expedito de C. Rego
Diretor Interino do GMO – jan. 1958



Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Figura 86 – Dr José Coelho Reis
Diretor Interino do GMO – jan/abr de 1958



Fonte: http://escolajosecoelhoreis.blogspot.com.br/p/historico_27.html

O Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa substituiu o diretor Padre David por alguns meses. Ele era oeirense e em sua cidade viveu suas obrigações de sacerdote e também atuou na área da educação como professor e como gestor. Em 1966, como vice-diretor do Ginásio Municipal Oeirense assumiu o comando dessa escola enquanto o seu diretor esteve afastado

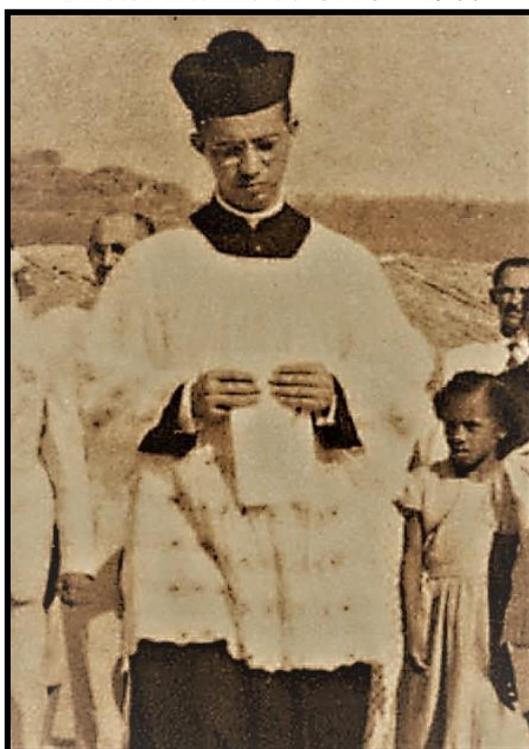
para tratamento de saúde. Perfeccionista, era exigente em tudo que fazia. Pessoa muito inteligente, não mediu esforços em compartilhar o seu saber atuando na educação, não só no Ginásio Municipal Oeirense, mas também na Escola Normal e depois do Colégio Farmacêutico João Carvalho. Sobre a sua atuação no ginásio, assim relata um de seus alunos:

O Padre David foi acometido de uma doença, um problema sério de saúde, que foi obrigado a se afastar, ele passou aproximadamente um semestre sem estar na direção e automaticamente quem assumiu a direção foi outro professor, que era seu vice, foi colocado no seu lugar o Monsenhor Leopoldo Portela que assumiu por igual período, um semestre, enquanto da recuperação do Padre David.

O Monsenhor Leopoldo, além da experiência na direção era também um grande professor. Ele era rigoroso e cheio de regras, tudo no seu tempo e na sua hora, se a sineta tinha que bater tal hora, batia e todo mundo tinha que entrar na fila, o regime era duro com Monsenhor Leopoldo, mas isso até que valeu a pena, pois serviu para mostrar que se deve ter respeito com as autoridades e que se deve cumprir o que eles determinam.

O Monsenhor Leopoldo, pela maneira impetuosa e mandona que tinha, muita gente que não gostava dele, mas também foi um grande mestre, um grande educador, um grande pregador da Bíblia, o que ele sabia fazer muito bem como padre. Ele realmente foi um grande professor e como meu professor ele deu aulas de Educação Moral e Cívica, era uma aula espetacular, eu corria para assistir e às vezes assistia até em outra sala de aula porque era muito boa e muito produtiva, trazia muitas informações para os alunos (REIS, ENTREVISTA, 2017).

Figura 87 – Monsenhor Leopoldo Portela Barbosa
Diretor Interino do GMO – 1960



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

5.1.3 Acionando o motor para o funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense: memórias das práticas escolares.

Para Vidal (2009, p. 26), “invadir a ‘caixa-preta’ da escola, máxima reiterada nas investigações recentes, tem significado também perscrutar as relações interpessoais constituídas no cotidiano da escola”, e fazendo uso dessa estratégia o pesquisador poderá pôr à amostra aspectos relevantes da cultura escolar de uma instituição educativa. Foi procurando conhecer as práticas desenvolvidas pelos agentes educativos, principalmente as decorrentes das relações entre professores e alunos, que se conseguiu perceber mais claramente as manifestações das singularidades que caracterizaram o Ginásio Municipal Oeirense. É nesse sentido que Julia (2001) recomenda aguçar a atenção às combinações de normas e práticas que cada escola cria e recria dando-lhe vida, pondo o seu motor em funcionamento.

O Ginásio Municipal Oeirense entrou em efetivo funcionamento no ano de 1952. Para que isso acontecesse, antecedeu todo um movimento com respaldo legal para sua criação, foram realizados os exames de admissão para a seleção de seu alunado e houve também a necessidade do recrutamento de seu corpo docente. Dom Francisco Expedito Lopes e o Padre Balduíno Barbosa de Deus, os primeiros gestores dessa instituição, assumiram a função de arregimentar os primeiros professores dentre os intelectuais da cidade, pessoas com curso superior, de preferência, ou professoras normalistas.

Porém, as primeiras providências para formar o quadro inicial de professores do Ginásio Municipal Oeirense foram tomadas ainda em 1950, como pode ser comprovada na cópia do Requerimento entregue ao Diretor do Ensino Secundário, no Ministério da Educação, figura 51 inserida no capítulo anterior. Nesse documento é solicitado a realização de exames de suficiência para alguns pretendentes ao cargo de professor do ginásio e são listados os seus nomes: o Padre João Batista Pereira, a normalista Antonina Reis Britto, o Bispo D. Francisco Expedito Lopes, o médico Dr. Laurentino Pereira Neto, a normalista Alina Rosa Ferraz Nunes Ferreira de Carvalho, José Gerardo Helcias e Possidônio Nunes de Queiroz (OEIRAS, OFÍCIO, [1950?]).

Posteriormente, em 1952, quando o ginásio entrou em efetivo funcionamento, essas pessoas deram a sua contribuição para o funcionamento dessa escola, uns participando das bancas examinadoras dos exames de admissão, outros assumindo a regência de sala de aula e muitos de forma voluntária, dispensando seus salários, com fez o Bispo D. Francisco Expedito Lopes, ou recebendo apenas uma gratificação pelo seu trabalho. Segundo informações dadas por Rita Campos, sua ex-aluna, “D. Expedito Lopes, Bispo de Oeiras, foi

professor e esse, por exemplo, dispensou todos os seu honorários, ele não ganhava para dar aulas no ginásio” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015)

Algumas fontes documentais do Ginásio Municipal Oeirense, como livros de atas, livros de matrícula, prontuários, folhas de pagamento e outros, além dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, possibilitaram o regate do nome da maioria dos professores que atuaram no ginásio nos seus 17 anos de funcionamento e a elaboração do quadro 32 exposto a seguir:

Quadro 34 – Professores que atuaram no Ginásio Municipal Oeirense - 1952 a 1969

Nº ORD	NOME DO PROFESSOR	DISCIPLINA
01	Dom Francisco Expedito Lopes	História – Latim – Português
02	Padre Balduino Barbosa de Deus	Português – Latim – Francês – História
03	Padre Leopoldo Portela Barbosa (Depois Monsenhor)	Latim – Francês – Ed. Moral e Cívica – Português – Religião
04	Madre Elisa Barrêto	Trabalhos Manuais
05	Possidônio Nunes de Queiróz	Português
06	José Gerardo Helcias	Matemática
07	Amália do Espírito Santo Campos	Desenho – Trabalhos Manuais – Economia Doméstica – Religião
08	Zuleica Freitas Tapety	Inglês
09	Antoninha Sá Martins	Educação Física
10	Raimundo Barbosa de Deus	Latim
11	Nadir Martins de Sousa Nogueira Tapety	Inglês – Canto Orfeônico
12	Dr. José Coelho Reis	Matemática
13	Dr. José Expedito Rêgo	Português
14	Ana Amélia Freitas	História do Brasil – Geografia Geral e do Brasil
15	Padre Davi Ângelo Leal	Português – Francês – Religião
16	Firmino Barroso Sobrinho	Ciências Naturais
17	Eva das Neves Feitosa	Matemática – Geografia – Matemática
18	Celina Vieira Martins	Inglês
19	Dr Raimundo da Costa Machado	História do Brasil / História das Américas / História Geral
20	Valdália Reis Freitas	Canto Orfeônico - Ciências
21	Dr. Benedito Pereira Ramos	Geografia
22	Petronila Rego Amorim	Canto Orfeônico
23	Maria Amélia de Mendes Freitas	História – Geografia
24	Maria do Espírito Santo Rego	Ciências
25	Onezinda Portela Serra	Matemática
26	Luzemir Lima	Geografia
27	Maria de Lourdes Silva	Português
28	Aldenora Rosa de M. Nunes	Educação Física
29	Maria Noélia de Carvalho Sousa	Matemática
30	Rita de Cássia Mendes Freitas	Educação Física
31	Sarg. Edelberto	Educação Física
32	Sarg. Adelino Matos (João Clímaco substituto)	Educação Física

Fontes: Livros de atas, livros de matrícula, prontuários, folhas de pagamento do Ginásio Municipal Oeirense e depoimentos dos sujeitos da pesquisa.

Figura 88 – Professores do Ginásio Municipal Oeirense – 1955



Fonte: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

Ser professor do Ginásio Municipal Oeirense era para muitos dos que lá atuaram uma segunda ocupação, porém, nem por isso, menos importante. Ser professor dessa instituição era ter garantido um status social, o reconhecimento de sua intelectualidade, o respeito e admiração de todos. Eram convidados para assumir a função de professor do ginásio pessoas manifestamente de destaque na sociedade oeirense como os padres, freiras, os médicos, dentistas, promotor de justiça, sargentos, professoras normalistas e outros intelectuais. Reconhecendo a importância dada aos professores e recordando o trato respeitoso para com os mesmos, assim fala Francisco de Moraes Rêgo, ex-aluno desse conceituado estabelecimento:

O período que eu frequentei o ginásio, lá pelos meados dos anos de 1960, o Padre David era o diretor e lembro de muitos professores que lá lecionavam naquele momento. Comparando com os de hoje, os professores daquela época do ginásio não tinham só a obrigação de serem professores, mas eles tinham um cuidado particular com os alunos, tanto dentro do colégio como fora dele. Por exemplo: caso, em algum momento, a molecada estivesse na praça brincando e um professor passasse, automaticamente, todas as crianças levantavam para o professor passar, isso era feito pelo respeito que a gente tinha, porque eles se faziam respeitar e eram considerados pessoas importantes na cidade (RÊGO, ENTREVISTA, 2017).

Vale lembrar que era condição exigida por lei, ter curso superior para ser professor secundarista, porém no Piauí, na época da criação do Ginásio Municipal Oeirense, não havia curso superior de formação docente para esse nível. Diante dessas circunstâncias, era permitindo, legalmente, que os professores fizessem exames de suficiência para receberem o registro e autorização para lecionarem nos ginásios e colégios. Em 1957, os cursos da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) começaram a ser ofertados no Piauí e, a partir de então, surgiu a oportunidade para os professores do Ginásio Municipal Oeirense, embora possuíssem, comprovadamente, o domínio dos conteúdos de suas disciplinas, receberem as orientações pedagógicas para um desempenho profissional de melhor qualidade e muitos deles se deslocaram para Teresina nos períodos de férias para receberem essa capacitação.

Sobre como tornar-se professor do Ginásio Municipal Oeirense, Amália Campos e Firmino Barroso relatam que

Foi, praticamente, o Padre Balduino quem arregimentou todos os primeiros professores para darem início ao funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense. Havia carência de professores formados para dar aulas no ginásio, então ele chamava também as pessoas de reconhecido conhecimento. Além dos próprios padres, primeiramente ele foi atrás dos que tinham curso superior como Dr. Expedito, que era médico, Dr. José Reis, que era dentista, Prof^ª Ana Amélia Freitas, filha de Seu Mário Freitas era formada em História e mais alguns que permaneceram por lá por menos tempo como Dr Machado, dentista, Possidônio Queiroz, autodidata, pessoa muito inteligente e músico, além de muitos outros atenderam o seu chamado. Tinham professores formados pela Escola Normal de Teresina como a Prof^ª Antoninha Sá Martins, que era professora primária e foi lecionar Educação Física no ginásio, e eu que lecionava no Grupo Escolar Armando Burlamaqui, também fui ser professora do ginásio.

O Padre Balduino que se encarregou de arranjar professores teve dificuldade de arranjar professor para lecionar Desenho e Trabalhos Manuais, porque ninguém queria ir para a sala de aula para ensinar menino a pegar em compasso e esquadros, a usar agulha, ou a fazer trabalhos práticos. Ele foi à minha casa e fez o convite para que eu fosse lecionar no ginásio essas disciplinas. Ele tinha primeiro convidado a Zuleica, que era a minha prima, mas a Zuleica não tinha curso pedagógico e eu tinha e estava disponível. Fiquei receosa e disse para ele que talvez não tivesse capacidade para dar aulas no ginásio, mas ele disse que ia ajudar arranjando o que fosse necessário para as aulas. Aceitei e deu tudo certo, as matérias eram muito simples, lecionei Trabalhos Manuais, Desenho e Economia Doméstica. O Padre Balduino de fato me ajudou com livros e materiais e também me incentivou bastante e lá eu lecionei até o fechamento do ginásio.

Eu tinha apenas o curso Normal, mas eu fiz um curso e adquiri uma carteira do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, me autorizando como professora do ginásio para lecionar Desenho Geométrico. Fiz um curso por correspondência para me aperfeiçoar em Desenho e eu ainda hoje tenho essa carteirinha (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Quando o ginásio foi fundado o ingresso dos professores não era feito por concurso e sim por indicação. As pessoas com curso superior que iam chegando na cidade eram convidadas para lecionarem no ginásio até mesmo para ajudar a instituição, não exigiam professores formados em suas áreas de atuação. Quando cheguei aqui em 1957 fui convidado para lecionar no ginásio e eu estive por lá como professor de 1957 a 1962. Não tinha a formação pedagógica para lecionar, mas eu fiz o curso da CADES, posteriormente (BARROSO SOBRINHO, ENTREVISTA, 2016).

Figuras 89 e 90 – Carteira de Estudante do Instituto Monitor – Amália Campos – 1960

Figura 89 Parte externa da carteira

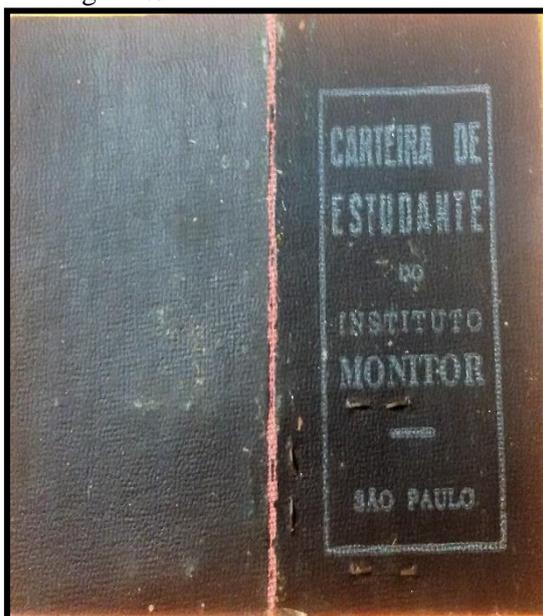
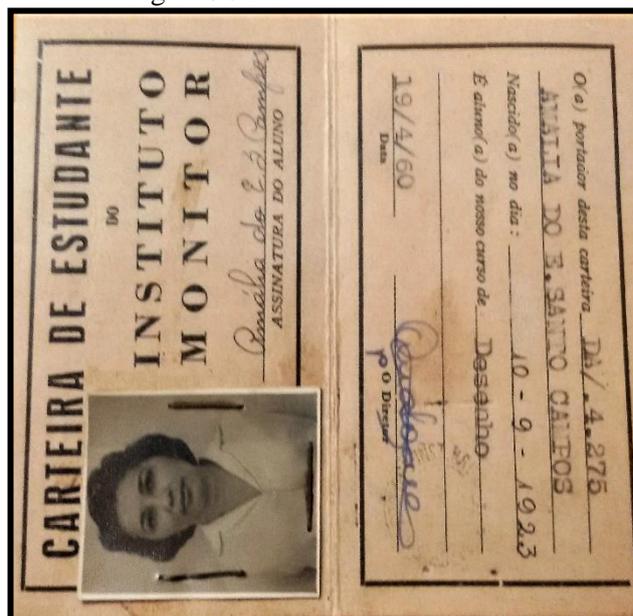


Figura 90 Parte interna da carteira



Fonte: Arquivo Particular da Professora Amália Campos

Os professores do Ginásio Municipal Oeirense entraram em ação e colocaram o combustível necessário para acionar o seu motor fazendo-o funcionar a pleno vapor. As marcas das práticas escolares estão gravadas na memória de alguns de seus ex-professores e ex-alunos, testemunhas vivas do passado dessa instituição escolar que prontamente dispuseram-se em relatar suas experiências.

As aulas do Ginásio Municipal Oeirense iniciaram em 1952, porém, o prédio da escola que ainda estava em construção possuía poucas dependências em condições de uso imediato, não tendo como abrigar todos os seus primeiros alunos aprovados no exame de admissão e a alternativa encontrada pela direção foi, provisoriamente, dividir a turma em duas e colocar a classe das mulheres para funcionar em uma sala do Patronato Nossa Senhora de Fátima, dirigido por freiras, e essa divisão de alunos por sexo e em espaços diferente permaneceu por quase três anos. Rita de Cássia Campos, aluna da primeira turma do ginásio esclarece a

necessidade da divisão da primeira turma do ginásio em duas e do funcionamento inicial dessas classes em espaços diferentes:

A sede da escola ainda estava em construção e por isso foi necessário dividir a turma em duas, uma de meninos e outra de meninas. Muitas pessoas não entenderam e muitos, até hoje, não entendem o porquê dessa separação e achavam que era apenas por pura arbitrariedade. Não foi isso.

Estavam chegando em Oeiras para ajudar no trabalho de evangelização as Filhas de Santa Teresa de Jesus, congregação criada no Crato, cujo carisma da própria instituição era e é a educação. Então o bispo Dom Expedito, um dos que encabeçaram a organização do Ginásio Municipal Oeirense, aproveitou essas freiras e elas foram assim as nossas primeiras educadoras, abrigo provisoriamente no seu patronato, na casa delas, a primeira turma do ginásio, mas apenas as mulheres, e isso nós ficamos até o primeiro semestre do terceiro ano do ginásio.

Os homens da primeira turma ficaram na sede do Ginásio Municipal Oeirense, um prédio que ainda estava sendo construído, não estava terminado. Essa construção era muito bonita, mas muito grande para aquela época. E por ser muito grande demorou um pouco a ser concluída devido às questões de dificuldades de verbas. Não tinha essa facilidade como agora e o ginásio ia sendo construído aos poucos e ao mesmo tempo em que ia sendo construído ia sendo ocupado (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

A coeducação dos sexos foi uma das bandeiras de luta levantada pelo Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova, em 1932, para a renovação da educação brasileira na busca de oportunizar uma educação igual para homens e mulheres. No entanto, a mulher continuou sendo vista como frágil, necessitando de um tratamento e ensinamento diferenciados do homem e, mesmo tendo a luta pela educação conjunta dos dois sexos continuado, essa prática permaneceu por mais algum tempo, mesmo que de forma sutil. Essa prática foi respaldada na Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 quando tratava do ensino secundário feminino, recomendando que homens e mulheres estudassem em estabelecimentos diferentes e, quando não fosse possível, naqueles frequentados por ambos os sexos deveriam homens e mulheres estudarem em classes separadas e ainda recomendava a adoção da disciplina Economia Doméstica só para a classe das mulheres mantendo uma preocupação em zelar pela “natureza” feminina (BRASIL, DECRETO N. 4.244, 1942). E esse pensamento impregnou-se facilmente no ideário do Ginásio Municipal Oeirense, visto ser uma escola de orientação religiosa, dirigida por padres e inserida numa sociedade de população quase exclusivamente católica.

O aspecto religioso era muito forte. Antes, na cidade, só havia a religião católica, até a chegada do Dr. Roberto, pois foi ele quem fundou a igreja Batista aqui em Oeiras. Porém, antes éramos todos católicos e bem tradicionais. Íamos à missa todos os domingos pela manhã, quem não fosse a missa ficava de castigo e não saía à noite. O Ginásio Municipal nasce nesse contexto (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Quando o Ginásio Municipal Oeirense apresentou condições físicas de acolher o seu alunado, reuniu no mesmo espaço homens e mulheres, porém esse convívio era feito com reservas, pois permaneceu por algum tempo mantendo salas exclusivas para cada sexo em turnos diferentes ou mesmo adotando a estratégia de conduzir alunos e alunas por entradas diferentes. E isso é certificado pela fala dos ex-alunos desse ginásio:

A primeira turma do ginásio formada só de mulheres não estudou o primeiro ano na sede da escola propriamente. Só depois [...] é que todos, homens e mulheres, começam estudar no prédio próprio do Ginásio Municipal Oeirense, localizado bem no centro da cidade. Mas, mesmo assim, todos estudando no mesmo prédio os turnos frequentados por homens e mulheres eram diferentes, as mulheres estudavam em um expediente, em um horário e os rapazes estudavam em outro horário. Só mais tarde é que o regime de salas mistas começou a ser usado e, mesmo assim, não foi logo tão rapidinho não. A disciplina era super-rigorosa e tinha a orientação do padre Balduino que era muito rígido e muitos pais aceitavam que as turmas fossem assim separadas (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

No meu tempo, meninos e meninas já estudavam na mesma sala, as salas já eram mistas. Porém, as primeiras duas turmas eram separadas, uma de homem e outra de mulher. Os homens começaram estudando no ginásio mesmo, ainda em construção e as mulheres estudaram primeiramente no educandário das freiras, e quando foram estudar no ginásio permaneceram em salas separadas, mas depois as turmas foram misturadas, meninos e meninas na mesma sala. Tornaram mistas, mas tinham algumas restrições, pois não permitiam que meninos e meninas se misturassem, principalmente nos intervalos, sempre ficavam os grupinhos separados (SANTOS, ENTREVISTA).

No que diz respeito a coexistência de alunos de sexos diferentes, no primeiro momento de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense só estudavam homens, e as mulheres estudavam em outro prédio, no Colégio das Irmãs, no prédio que conheci com o nome de Major Selemérico. Somente depois foi que as mulheres passaram a estudar no prédio próprio do Ginásio Municipal Oeirense. E aí homens e mulheres passaram estudar na mesma escola (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Um dos aspectos escolhidos para compreender a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense foi abordar algumas particularidades das disciplinas que constituíam a grade curricular dessa instituição. A disciplina escolar constitui a própria essência de uma instituição escolar e o conhecimento sobre a mesma pode ser obtido através da compreensão dos saberes nela produzidos e na sua circulação e apreensão em momentos distintos de sua história.

O estudo sobre a disciplina escolar está intimamente articulado com a cultura escolar e tem André Chervel seu principal expoente. De acordo com Chervel (1990), um pesquisador para compreender uma disciplina é preciso problematizar a sua gênese, sua função e o seu

funcionamento, ou melhor, deve compreender como ela foi produzida, qual a sua serventia e implicações na formação dos alunos. Por conseguinte, a história de uma escola não se limita “às categorias externas, ela se dedica a encontrar na própria escola o princípio de uma investigação e de uma descrição histórica específica” (CHERVEL, 1990, p. 184). São nas práticas para o desenvolvimento das disciplinas que reside o caráter criativo da escola que esse autor defende e que Certeau (2003) vai chamar de “estratégias” e “táticas” usadas na “arte de fazer” o cotidiano escolar. Complementando essa reflexão, Julia (2001, p. 13) ressalta a importância da disciplina escolar para o estudo da cultura escolar e diz que:

Ela tenta identificar, tanto através das práticas de ensino utilizadas na sala de aula como através dos grandes objetivos que presidiram a constituição das disciplinas, o núcleo duro que pode constituir uma história renovada da educação. Ela abre, em todo caso, para retomar uma metáfora aeronáutica, a “caixa preta” da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular.

A grade curricular usada nos anos iniciais de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense foi composta tomando por base as orientações da Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 e, conforme documento apresentado na figura 91, mostra que ela era construída pelas seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico, Religião e Desenho. Faziam também parte desse currículo as práticas educativas de Educação Física (obrigatória), a Educação Moral e Cívica (penetrava no currículo de forma transversal) e a Educação Doméstica (só para as mulheres).

Com a flexibilização do currículo, proposta pela LDB 4.024/1961, o Ginásio Municipal Oeirense procurou compor o seu quadro curricular com as disciplinas obrigatórias de Português, História, Geografia, Matemática e Ciências e as práticas educativas como a Educação Física, a Educação Doméstica e outras voltadas para o exercício do civismo e das artes recomendadas pelo Conselho Federal de Educação/1962 e, como as disciplinas optativas eram de livre escolha dos estabelecimentos de ensino, o ginásio procurou adotar as que fossem mais convenientes para a instituição levando-se em consideração, principalmente, a facilidade de encontrar professor para regê-las.

O documento que mostra a figura 91 apresenta a vida escolar (histórico escolar) de uma aluna do Ginásio Municipal Oeirense e nele pode-se detectar as disciplinas obrigatórias contempladas tanto no exame de admissão como nas quatro séries do curso ginásial, durante os anos de 1951 (exame de admissão), 1952 (1ª série), 1953 (2ª série), 1954 (3ª série) e 1955

(4ª série) As disciplinas consideradas como práticas educativas não constam nesse documento por não apresentarem suas avaliações traduzidas em notas (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Prontuário da aluna Valdália Reis Freitas, 1951).

Figura 91 – Documento da Vida Escolar do aluno com destaque para as disciplinas obrigatórias cursadas nos anos iniciais do Ginásio Municipal Oeirense.

VIDA ESCOLAR						
	ADMIS SÃO	1.a SÉRIE	2.a SÉRIE	3.a SÉRIE	4.a SÉRIE	
ANO LETIVO	1951	1952	1953	1954	1955	
DISCIPLINAS	Português	21,75	7,4	9,5	9,2	8,4
	Francês		8,6	6,1	5,5	5
	Inglês			9,3	5,5	7,4
	Latim		8,2	7,0	9,2	8,5
	História	17,8	8,9	8,9	7,5	7,2
	Geografia	18,6	8,1	9,9	8,2	8,7
	Matemática	28,35	8,6	8,3	7,2	6,7
	Ciências Físicas e Naturais				6,7	6,7
	Físicas		7,6	9,4		
	Química		9,6	10	9,8	9,1
	Historia Natural				8,7	8,1
	Religião					
	Desenho		7,5	9,6	9,2	9,1
Média Geral	8,7	8,2	8,8	7,8	7,7	

OBSERVAÇÕES:

a) os exames de admissão foram feitos no Ginásio Municipal de Oeiras

b) os exames da 1.a série foram feitos no Ginásio " " "

c) os exames da 2.a série foram feitos no Ginásio " " "

d) os exames da 3.a série foram feitos no Ginásio " " "

e) os exames da 4.a série foram feitos no Ginásio " " "

Fonte: (OEIRAS, Ginásio Municipal Oeirense, Prontuário da aluna Valdália Reis Freitas, 1951)

As disciplinas que formavam o currículo do Ginásio Municipal Oeirense no ano de 1969, o último de seu funcionamento estão expressas na folha NOTAS TOTAIS – MENSAIS DE FALTAS da Caderneta Escolar abaixo, figura 92. Verifica-se que, além das disciplinas

obrigatórias, eram oferecidas as práticas educativas e as optativas. Chama-se atenção para o nome das disciplinas em destaque disposta na primeira coluna, pois as que estão preenchidas com notas referem-se apenas às ofertadas no primeiro ano.

Figura 92 – Página da Caderneta Escolar do Ginásio Municipal Oeirense com destaque para as disciplinas que formavam o currículo escolar do no ano de 1969

Disciplinas	NOTAS TOTAIS								MENSAIS DE FALTAS								
	Março		Abril		Maio		Junho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		
	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	
Religião																	
Português	70		60		83		70	x	41		53	1	80				
Francês																	
Inglês	70		80		80		90	x	80		80		75				
Matemática	85		85		85		85	1	90		90		60				
C. Naturais	85		85		90		85	x	90		90		85	1			
História	75		80		80		95	x	85		90		90				
O. S. P. B.																	
Geografia	70		70		70		95	x	80		75		65				
Desenho																	
C. Orfeônico	70		80		80		80	x	80	2	80		80				
A. Feminina																	
Ed. Física																	

Fonte: Caderneta Escolar do GMO – 1969 – Arquivo particular da ex-aluna Solange Gonçalves Reis

Fazendo uma breve análise comparativa entre as disciplinas das grades curriculares dos anos iniciais e do último ano de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense, percebe-se que nesses dois momentos os quadros curriculares apresentavam uma certa preocupação com a formação científica, mas ainda convivendo lado a lado com algumas disciplinas de conteúdos próprios para uma formação de cunho humanista, embora essa visão se manifestasse mais claramente nos primeiros anos, abrangendo um maior conteúdo de línguas com a inclusão da disciplina de Latim, que não era mais exigida no ano de 1969.

As disciplinas adotadas no currículo do Ginásio Municipal Oeirense fizeram marcas tanto na vida dos que as ministraram como daqueles que as estudavam. Essas marcas talhadas na memória das pessoas variavam apresentando profundidades diferentes, dependendo do

grau de subjetividade envolvendo a complexa relação entre os sujeitos do processo ensino-aprendizagem, os conteúdos e as metodologias usadas no desenvolvimento das disciplinas. No geral, de acordo com o relato de Rita de Cássia Campos, que foi aluna do primeiro ano dessa instituição de ensino, “o currículo do Ginásio Municipal Oeirense era formado por muitas disciplinas e os alunos estudavam bastante e, por esse motivo o povo dizia: “o ginásio de Oeiras era um ginásio pesado”.

A disciplina de Português era obrigatória e demandava do aluno grande dedicação e estudo, pois seus professores eram exigentes. Com base em documentos diversos e na fala dos entrevistados, pode-se afirmar que no Ginásio Municipal Oeirense essa disciplina era geralmente ministrada por padres, dentre eles o Bispo D. Francisco Expedito Lopes, o Padre Balduino Barbosa de Deus, o Padre David e o Mons. Leopoldo, mas também chegou a ser ministrada em curtos períodos de substituição por pessoas que não pertenciam a nenhuma ordem religiosa como Possidônio Nunes de Queiróz e Dr. José Expedito Rêgo.

A princípio, os conteúdos dessa disciplina, como nas demais, eram determinados pelos próprios professores dentre os que eles consideravam importantes, e o seu plano de ensino era traçado seguindo os programas dos livros adotados. Os professores de Português faziam opção pela gramática normativa e usos de textos literários para estimular a leitura e a escrita dos alunos, muito usados nas práticas de redação e ditados. Depois, com a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, a NGB, tentou-se uma padronização do ensino de Português e nos anos após a LDB 4.024/19961 o ensino dessa disciplina passou a observar também as recomendações dadas pelo Conselho Federal de Educação para o ensino secundário de todo o país, voltando seu foco para a estimulação da capacidade de expressão oral e escrita dos alunos, usando a gramática de forma subsidiária (BRASIL, CFE, 1962b).

Essas marcas do desenvolvimento da disciplina de Português deixadas nos alunos do ginásio foram lembradas e reveladas nos depoimentos que vão fazer parte da sequência desse texto.

Os professores escolhiam os conteúdos e davam do jeito que queriam. Não tinha um planejamento e não tinha orientações de coordenadores como nos dias de hoje, os professores usavam aquelas metodologias mesmo antigas, mas em consequência havia muita aprendizagem, o aluno aprendia pra valer. O ensino da matéria de Português, no início era um tanto defasado, porque entrava um professor em um semestre e passava um ano e no outro ano não era mais aquele. Lecionou essa matéria na minha turma tanto o Bispo como o próprio Padre Balduino. Anos depois foi que chegou o padre David Ângelo Leal para ser professor de Português das turmas do ginásio e então o ensino de Português foi melhorando.

Nas aulas de Português, existiam livros, mas não eram como as gramáticas ou livros didáticos comuns que conhecemos hoje, mas era um livro chamado “crestomatia” que era um livro muito grosso contendo uma variedade de textos para se fazer leituras e que acompanhou assim muitas séries do ginásio (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

Em relação à metodologia, o ensino era tradicional. Em Português, por exemplo, era uma matéria que me interessava muito, seguia um sistema velho, o do ditado. A aula começava com um ditado e depois havia a leitura do texto, a interpretação do texto que você havia escrito e isso acontecia da 1ª à 4ª série do ginásio.

Eu me lembro de uma coisa curiosa que aconteceu comigo, na 4ª série do Ginásio Municipal Oeirense. Eu sempre gostei de poesia, e na prova de Português era sobre um soneto do Pe. Antônio Tomás, “A morte do Jangadeiro” que por coincidência eu sabia de cor.

O primeiro quesito era escrever o texto, “A morte do Jangadeiro”, que seria ditado. Então, Pe. David começou a ditar a poesia e, como eu já sabia, fui escrevendo no formato de soneto, colocando 2 tercetos e 2 quartetos, obedecendo a rima e a métrica, tudo direitinho, saltando linhas. No segundo quesito, o Pe. David pediu que transformasse o texto do ditado em um soneto. Então, eu levantei o braço e disse: “Padre, eu já fiz”. E ele disse: “Como o senhor já fez? O que eu ditei foi um texto. Esse segundo quesito estou ditando agora. E como você já fez? Posso ver?”. Eu disse: “Pode”. Levantei-me, fui lá e mostrei. Ele disse: “É..., mas o senhor não fez o ditado”. Fiquei surpreso e respondi: “Mas como eu não fiz o ditado? O senhor ditou e eu copieei”. Ele respondeu: “Já perdeu os 5 pontos”. Foi a minha pior nota, pois eu só pude tirar cinco. Porque o ditado também valia cinco pontos. Isso que me aconteceu mostra a posição rígida do professor, logo em Português, uma disciplina que eu gostava muito, principalmente pelo meu interesse pela Literatura (CARVALHO JÚNIOR, ENTREVISTA, 2017).

Quando fui estudar no Ginásio Municipal Oeirense o Padre David era o diretor, mas também dava aulas de Português. Ele foi uma das maiores culturas que já passaram por Oeiras, eu desconheço outro professor de Português com sabedoria maior do que a dele, pode até ter igual. Você podia pegar um dicionário e perguntar a ele o significado de uma palavra que ele acertava tudo e ainda dizia como a palavra era escrita e se vinha do Latim ou se era de origem grega. Ele era rígido, dava a sua disciplina e exigia que o aluno estudasse e sempre nos alertava: ‘não fiquem com brincadeiras, olhem que o pai de vocês está gastando!’ (RÊGO, ENTREVISTA, 2016).

Compondo a área de Línguas, além da disciplina Português, também se ensinava no Ginásio Municipal Oeirense as disciplinas de Francês, Inglês e Latim, essa última deixou de fazer parte do currículo nos anos finais de funcionamento do ginásio. O desenrolar das aulas de línguas também foi relatado pelos seus ex-alunos que assim detalharam:

Para aprender francês se repetia e escrevia cada palavra. O professor falava a palavra em francês e escrevia no quadro, nós ouvíamos, pronunciávamos, líamos no quadro e em seguida escrevíamos cinco vezes aquela palavra e

assim quando saíamos da aula de francês já sabíamos ler uma boa quantidade de palavras, e já sabíamos escrever e já sabíamos de imediato a pronúncia. O nosso curso de francês foi um curso muito bom. Nas aulas nós estudávamos todos os verbos e suas conjugações, dos verbos regulares aos verbos irregulares, toda a gramática, agora era uma gramática que não era funcional, os exercícios existiam, mas eram feitos separadamente. O professor de francês era o padre Balduino, era um professor muito bom, mas reprovava com muita facilidade.

Nas aulas de Latim o professor usava a mesma metodologia do ensino da língua francesa. O ensino era baseado na repetição das palavras e de tanto ouvir, ler e copiar os alunos terminavam aprendendo. O ensino de Latim era seriado, distribuído nos quatro anos, de forma que no final os alunos já estudavam as clássicas fábulas de Esopo. Essas fábulas eram tanto lidas como interpretadas no próprio latim. As nossas aulas de francês e de latim foram muito boas e os nossos professores também.

Agora, minhas aulas de Inglês já não foram tão bem assim. Sou da primeira turma do ginásio e meninos e meninas estudavam separados. Na turma dos meninos que funcionava na parte da tarde, tinha os melhores professores. Por exemplo, nas aulas de Inglês a turma deles pegava uma professora formada naquela disciplina e com dedicação exclusiva, que era a D. Nadyr Nogueira Tapety, formada em línguas anglo-germânicas pela Faculdade de Filosofia de Salvador Bahia, que só lecionava à tarde. Nós, da turma das mulheres, que funcionava no Colégio das Freiras, pela manhã, ficávamos com dificuldades. Às vezes uma freira dava umas aulas de Inglês, de repente, aquela freira era transferida e assim foram dadas as aulas dessa disciplina, com a maior dificuldade e a gente só tinha uma vaga noção do conteúdo (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

A minha professora de Inglês foi Dona Nadyr, professora competente formada em línguas em Salvador, casada com Antônio Tapety. Ela passou um tempo ensinando Inglês, quando eu cursava o ginásio, depois eu soube que Dona Celina passou a lecionar essa matéria, mas na minha época foi a Dona Nadir (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

No meu tempo de ginásio o diretor era o Padre David e, além de diretor, era também um grande mestre, um grande professor de Francês e Português. Ainda hoje me arrependo de não ter dado continuidade nos estudos de francês, pois eu era muito bom nessa matéria eu tinha uma facilidade muito grande em aprender francês e deveria ter me aperfeiçoado (REIS, ENTREVISTA, 2017).

A disciplina de Matemática foi ministrada no Ginásio Municipal Oeirense pelos professores José Gerardo Helcias, Dr José Coelho Reis, Eva das Neves Feitosa, Onezinda Portela Serra e Maria Noelia de Carvalho Sousa. Essa disciplina era muito temida pelos alunos que de maneira geral se queixavam da sisudez e inflexibilidade dos professores que dificultavam a aproximação entre eles.

As aulas de Matemática eram dadas pelo professor José Gerardo Helcias que veio do Ceará acompanhando o Bispo Dom Expedito Lopes e aqui, na cidade de Oeiras, ele casou, teve dez filhos e viveu o resto de sua vida. Era

considerado um bom professor de Matemática para aqueles alunos que tinham tendência e facilidade de compreender a matéria. Eu, por exemplo, tinha muita dificuldade em aprender Matemática e ele não tinha paciência com os alunos com deficiência na sua matéria, quando pedia uma explicação ele dizia: “não, não, não, que vai ficando pra trás, aprende em casa e aprende nos deveres, porque não vou perder tempo não”. Ele, na verdade, era um bom professor no sentido de domínio de conteúdo, mas só gostava de ensinar mesmo aos alunos que tinham facilidade de entender e eu saí do ginásio sem ter aprendido muito Matemática (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

Eu lembro que quando entrei para o Ginásio Municipal Oeirense eu tirei a maior nota no teste em Matemática, porém, depois passei a não gostar dessa disciplina e nem me dedicar mais à Matemática. Eu passei a gostar muito mais da área de Literatura, de História, de Geografia e de Ciências, eu me tornei muito mais capaz nessas áreas, mas na área da matemática eu passei a apresentar alguma dificuldade.

Eu julgo que essa dificuldade que eu tinha em Matemática foi devido um atrito que tive com o professor dessa matéria, já na primeira série. O professor de Matemática era o professor Gerardo e ele explicava os assuntos no quadro de costas para os alunos, só virando de vez em quando. Certa vez ele estava explicando um assunto dizendo que um terço mais dois terços era igual e três terços que era igual a um inteiro. Para demonstrar ele usava desenhos e dizia que era uma rapadura, ele usava muito a rapadura desenhada como modelo didático das aulas de fração e também usava exemplos de cabras e cabritas nos problemas. Enquanto ele ficava virado para o quadro explicando eu me levantava e ficava lhe imitando, gesticulando em suas costas e a turma começava a rir e a se divertir. Quando ele ia virando eu me sentava como um santo na cadeira da frente. Mas teve uma hora que ele virou e me pegou com as mãos no ar e falou – “FORA”, e eu abri a boca a chorar. Nunca mais fomos amigos, entendeu? Depois desse dia fiquei marcado e na série seguinte, eu lembro que ele botou cinco questões na prova, eram sempre cinco questões nas provas de matemática, eu respondi três questões completas e as outras duas eu resolvi e só circulei o resultado, não a resposta, entendeu? Mas ele não aceitou e cortou as duas e ainda com raiva de mim escreveu na prova – “isso é resultado de quem brinca na sala de aula”. Isso foi constrangedor, eu acho que ele não foi muito legal comigo não (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

As disciplinas de História, Geografia e Ciências despertavam muito o interesse dos alunos. Os professores eram exigentes, apresentavam domínio dos conteúdos, mas a relação com os alunos era mais cordial, isso provavelmente deve-se ao fato de que, transcorridos os anos iniciais, essas disciplinas passaram a ser ministradas por professores com formação superior específica na área ou terem se qualificado pedagogicamente nos cursos da CAPES.

As aulas de Geografia eram excelentes. O estudo dessa matéria era feito com o uso constante de mapas e de globos para a identificação das cidades, dos limites, dos rios e muito mais. O uso do globo era uma coisa muito boa, pois nos dava uma noção espacial muito boa facilitando a compreensão e a localização dos espaços geográficos da terra (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

Uma professora com domínio pedagógico era Dona Ana Amélia Freitas. Grande professora! Ela tinha bagagem para dar aulas de História, já veio dar aulas formada na disciplina e com domínio também dos conteúdos pedagógicos próprio para um bom professor. Isso fazia com que as aulas da professora Ana Amélia fossem um passeio pela História, você não bocejava, você não cansava, você não cruzava a perna, você não se aborrecia com as aulas dela, nesse aspecto era uma coisa muito importante, pois o aluno demonstrava interesse.

O Dr. Firmino Barroso, por ser dentista, era o professor de Ciências, ele não tinha magistério, nem era pedagogo, mas depois ele fez um curso se qualificou como professor. Ele dava muito bem os conteúdos de Biologia porque ele já vinha com os conhecimentos do curso superior na área da Saúde. Tinham algumas dessas situações, do professor não ter formação pedagógica, mas certamente todos eles se preparavam para ministrar suas aulas (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Os professores, todos eles eram de nível universitário, todos de alto gabarito. Inclusive a professora de História e Geografia era a Dona Ana Amélia Freitas que se formou em Recife na Faculdade de Filosofia e depois voltou para Oeiras, casou com Antônio Barroso e continuou sendo professora do ginásio. Veio depois sua irmã, Maria Amélia, que se formou também em Recife e foi uma boa professora de Geografia, casou-se com Noé Mendes e foi morar em Teresina. Todas duas eram professoras de renome. Saíram para fazer o curso superior fora e formadas voltaram para Oeiras e foram professoras do ginásio. Os professores do ginásio eram de alto nível, todos eles capacitados, não era professor que fazia cursinhos bestas por aí e iam ser professores não, eram pessoas de gabarito, todos eles (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

As aulas de Canto Orfeônico no Ginásio Municipal Oeirense eram obrigatórias e foram ministradas pelas professoras Petronila Rego Amorim, Nadyr Martins de Sousa Nogueira Tapety e Valdália Reis Freitas. Nenhuma tinha formação acadêmica na área de música, mas todas apresentavam uma forte queda por essa arte, além do mais, nessa disciplina não se ensinava o aluno a usar um instrumento musical, mas a prática conjunta do canto, tendo como instrumento a própria voz. Essa disciplina não tinha interesse em reprovar o aluno, mas despertar nele um gosto refinado pela arte ao tempo que colaborava para seu disciplinamento cívico e moral.

Petronila Rego Amorim, conhecida por todos como Dona Petinha, desde cedo tornou-se uma excelente musicista, nasceu num ambiente em que a música sempre esteve presente. Foi professora de música por toda existência do ginásio e, hoje, com 96 anos de idade, recorda som saudade desse momento de sua vida:

Fui professora de Canto Orfeônico do Ginásio Municipal Oeirense e também da Escola Normal. Fui professora do Ginásio Municipal desde a sua criação, desde a época em que o padre Balduino era o diretor, ou melhor, desde o tempo que Dom Expedito foi diretor. Fui convidada para dar aula no ginásio

porque naquela época eu já tinha um bom domínio da música, me aperfeiçoei com a irmã de Possidônio Queiroz chamada Maria Queiroz. Eu tocava bandolim, eu sempre toquei bandolim. Eu já tinha uma boa experiência de música e por isso fui convidada pelo Padre Balduino para ser professora do ginásio, pois ele tinha muito barulho comigo, tanto ele como Dom Expedito e o Monsenhor Leopoldo, todos eram bons comigo.

Nas aulas de canto eu ensinava todo tipo de canto: canto para crianças que se ensinava nas escolas mesmo, cantava músicas a duas vozes, três vozes quatro vozes, como o canto do Uirapuru e muitos outros mais. Eu ensinava as notas, depois os valores e aí ensinava a cantar e a solfejar. Eu não só ensinava os hinos, mas também ensinavam outras canções como as canções folclóricas. Ensinava todos os hinos até mesmo o Hino do Estudante eu ensinava e todos eles cantavam e era uma alegria só e eu dava liberdade para eles se expressarem, para cantar e dançar. Eles gostavam tanto que quando era a hora da aula de canto eu estava sentada na sala dos professores esperando a hora da campata tocar para entrar na sala e eles eram que iam me buscar e me levavam naquela alegria, uma alegria boa e as aulas eram muito alegres e divertidas.

Eu ensaiava com os alunos para cantarem nas festas cívicas do ginásio. E nessas seções cívicas eles cantavam hinos, canções folclóricas e outras músicas. Também tinha grupos de alunos que cantavam nas festas religiosas e eu ensinava a todos eles a cantarem os cantos religiosos, eu própria cantava na igreja, fazia parte do coral da igreja e também tocava violino e bandolim. Tudo era uma grande alegria mas também era feito com grande respeito que hoje eu não vejo. Meus alunos tinham um respeito tão grande a mim que, se eu ia passando em algum lugar e eles estavam sentados todos eles se levantavam em sinal de respeito. Até hoje meus alunos quando vêm a Oeiras costumam me visitar, ultimamente está mais difícil, mas de primeiro eles vinham mais me fazer visitas e aquela visita era uma festa que a gente fazia em casa com eles. Eu sinto muita saudade da época que eu era professora, sinto saudades demais, ah como eu sinto saudade! Eu me lembro de tudo, das amizades, pois eu tinha uma amizade muito grande com os professores e com os alunos, uma amizade que não tinha tamanho. Era sempre aquela alegria quando nos víamos e nos abraçávamos (AMORIM, ENTREVISTA, 2017)

As aulas de canto orfeônico eram para os alunos momentos de descontração e oportunidade de expressarem-se mais livre e criativamente sua sensibilidade. As aulas dessa disciplina não foram esquecidas pelos alunos, que trazem delas boas lembranças:

Nas aulas de canto aprendíamos os hinos cívicos e tínhamos todos eles copiados num caderno: o Hino Nacional, o Hino do Descobrimento do Brasil, o Hino da Independência, o Hino de Caxias, o Hino da Marinha, o Hino do Expedicionário Brasileiro, o Hino da Mocidade Brasileira e outros. Cantávamos esses hinos cívicos não só naquelas datas que correspondia cada um, mas era escolhido um, geralmente o Hino Nacional para ser cantado todo os dias pela manhã, em frente ao colégio, antes de entrarmos para a sala de aula. Aprendíamos esses hinos no compasso certo com a professora Dona Petinha, nas aulas de Canto Orfeônico. Além de cantar os hinos de cor, aprendíamos a biografia de cada compositor daqueles hinos e isso era muito interessante (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

As aulas de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica do Ginásio Municipal Oeirense foram ministradas pela professora Amália Campos. Ela era professora normalista, não tinha curso superior, mas procurou aprofundar-se nos conteúdos das disciplinas, principalmente a de Desenho, em livros comprados por encomenda, pelo ginásio e por ela própria, nas cidades grandes como Rio de Janeiro, Recife e Teresina, além de aperfeiçoar-se fazendo curso à distância de Desenho pelo Instituto Monitor de São Paulo. Recordando sua história de vida como professora do ginásio, com perfeita lucidez aos 94 anos, não deixa escapar detalhes de sua prática:

As disciplinas que eu lecionava eram práticas e os alunos aprendiam fazendo. O Desenho Geométrico tinha em todas as séries e os alunos começavam do mais simples que era traçar as linhas, essas coisas iniciais do desenho, para só depois começarem a desenhar as figuras geométricas e assim iam continuando outros assuntos. Era pra valer mesmo, eu passava tarefas para construir, medirem e classificarem os ângulos, problemas diversos envolvendo ângulo, circunferência e figuras geométricas. Ensinava sobre as cores primárias, secundárias e terciárias e suas misturas. Eles aprendiam a usar o par de esquadros, a traçar os ângulos e a fazer circunferências.

Os alunos acompanhavam a aula que eu dava anotando tudo no caderninho, o que eu desenhava no quadro lá eles desenhavam no caderno. Era exigido de cada aluno o material completo para as aulas de Desenho Geométrico. Eu traçava na lousa, por exemplo, um triângulo equilátero e ia ensinando como usar o material – a régua para medir o tamanho dos lados, o compasso para marcar os vértices e o transferidor para medir os ângulos e por aí vai.

Eu tive um aluno que se tornou um engenheiro, era conhecido como Zeca de Doutor, que foi deputado também, ele me disse, já depois de engenheiro, que fui eu quem ensinou ele a usar o par de esquadros, traçar paralelas e dividir a circunferência, essas coisas iniciais que depois dele formado precisou muito. Lecionava a disciplina de Trabalhos Manuais com os meninos ensinando-os a fazer dobraduras e tecelagens. Os alunos compravam os cadernos assim todos divididos em quadradinhos, por exemplo, e aí eles cortavam aquelas divisões e iam trançando e formando desenhos de modelos diferentes. As meninas aprendiam a fazer bainhas abertas e bordar e outros serviços de agulha principalmente. Muitas alunas, depois dessa disciplina, passaram a ganhar dinheiro fazendo bainha aberta e bordado de todos os tipos.

As aulas de Economia Doméstica eram expositivas, eu explicava e ditava os pontos do livro, mas também se produziam cartazes e álbuns com gravuras sobre os assuntos dados. Eu me baseava no que eu já sabia e no que tinha nos cadernos e livros. O objetivo da disciplina era preparar para a vida doméstica, a vida em casa com a família. Ensinava as alunas como arrumar uma mesa, um quarto e uma sala para receber visitas, orientava como uma mulher agir para ser boa mãe e como cuidar bem dos filhos e também aconselhava como se deveria gastar o dinheiro melhor, dando apenas noções de Economia. Essa disciplina era muito importante e mais ainda seria nos dias de hoje, pois não se vive só de emprego fora de casa, é preciso saber como cuidar de uma casa e praticar uma economia doméstica.

Para dar as aulas nessas disciplinas tanto eu como o próprio ginásio encomendávamos os cadernos e livros, vinha tudo de fora. Os livros já

vinham preparados indicando os passos e o material necessário e tinha a programação que era seguida.

Essas disciplinas serviram tanto para os alunos como para mim, pois é um conforto que eu tenho sabendo que pude ensinar e ajudar alguém. Um prazer que eu tenho na vida foi de ter sido professora, uma simples professora, porque eu nunca tive cargo de direção, toda vida eu fui professora de sala de aula, dando aulas boas ou nem tanto, mas dividindo um pouco do que sabia com os outros (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Nas aulas da professora Amália Campos, por serem de natureza prática, o aluno era visto como um sujeito ativo e criativo e isso despertava-lhe o interesse em participar e realizar as atividades propostas mais prazerosamente. Das lembranças escolares, as atividades desenvolvidas nessas disciplinas foram as que se manifestaram mais rapidamente quando os sujeitos iam relatar as suas experiências no âmbito da sala de aula:

Professores com conhecimento pedagógico que eu suponho ter qualificação para dizer “eu sou professor!” eram poucos, e dentre eles tinha a Dona Amália Campos que foi minha professora de Desenho e Trabalhos Manuais. Sua formação pedagógica permitia que ela desenvolvesse bem o trabalho de ensinar, tinha paciência com os alunos e levantava da cadeira, indo até a carteira do aluno onde nós estávamos fazendo aquelas tecelagem para desenvolvermos nossas habilidades manuais, a nossa coordenação motora. Ela ensinava a composição das cores, dava sentido às cores, ensinava a pintar e a desenhar. A professora Amália Campos tinha manejo de classe, mas ela dava poucas aulas por semana em cada sala, não eram aulas intensivas não (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

A disciplina de Desenho ficava a cargo da professora Amália Campos. Ela ensinava tanto o desenho figurativo como o desenho geométrico. Nas aulas de desenho geométrico aprendíamos a manusear os materiais como o compasso, o esquadro, a régua com muita precisão. As aulas de desenho eram muito interessantes e prazerosas, pois mexiam com nossa sensibilidade e estimulava a nossa criatividade (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

A professora Amália Campos lecionou Desenho e Trabalhos Manuais, ela desenhava e ensinava fazer isso muito bem. Até nos primeiros anos tinham essas aulas de Trabalhos Manuais, foi aí que eu aprendi até a pregar botão. Inclusive quando eu fui estudar em Salvador quem colocava os botões nas minhas roupas era eu mesmo, pois não tinha ninguém lá para fazer isso, pois morava em pensão, e isso eu aprendi quando era aluno do ginásio em Oeiras (FREITAS, ENTREVISTA, 2017).

A professora de Desenho e Economia Doméstica era Dona Amália Campos. Ela era ótima. Desenho era uma disciplina obrigatória, mas as aulas eram leves e prazerosas, às vezes nós relaxávamos, mas ela chamava a atenção da gente alertando as notas baixas. As aulas Economia Doméstica eram ministrada também pela professora Amália; nessa disciplina ela ensinava trabalhos de agulha, como por exemplo, ponto paris, bainha aberta, ponto de cadeia, eram esses pontinhos que ela ensinava. Você tinha que fazer aquelas bainhas abertas num pano e levava para ela ver. Ali ela botava outra, ela cruzava e fazia vários tipos de bainha. Tínhamos até um caderno com os

pedaços de pano com os pontos de bordados e bainhas que ela ensinava para dar a nossa nota. Hoje eu trabalho com isso, eu me aprimorei e faço enxoval de crianças, tudo feito à mão e a base de tudo isso foi o que eu aprendi no meu tempo de ginásio (SANTOS, ENTREVISTA, 2017).

Para compreender o passado, e mesmo o presente de uma escola, Souza (2004, p. 52) afirma que deve-se ir além do preestabelecido nos programas e nos discursos formais, “torna-se necessário também tentar compreender a maneira com que os professores e alunos reconstruíram suas experiências, como construíram relações, estratégias, significações, por meio das quais construíram a si próprios como sujeitos históricos”. Os recortes dos depoimentos acima, tratando das práticas de sala de aula, permitem revelar elementos importantes da cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense, proporcionando um melhor esclarecimento de como os seus agentes, usando suas táticas, iam criando e recriando o cotidiano escolar, dando-lhe uma forma própria.

Nos depoimentos, os alunos e professores deixaram transparecer que o Ginásio Municipal Oeirense possuía um corpo de professores competentes, com domínio dos conteúdos que ministravam e que eram por eles próprios selecionados, geralmente, seguindo a sequência dos livros adotados. Os professores, aqueles que tiveram em sua formação alguma orientação pedagógica apresentavam uma relação mais próxima com os alunos, valorizando sua participação nas aulas e estimulando sua criatividade. Porém, a maioria dos professores apresentava uma relação rígida e mais autoritária no trato com alunos. No geral, os professores eram receptivos a uma prática de ensino mais tradicional, fazendo uso, com frequência, de aulas expositivas, apresentando os conteúdos oralmente, ditando, copiando ou marcando os pontos nos livros para memorização e posterior fixação através de exercícios e aplicação de provas para a verificação da aprendizagem. Falando de sua metodologia o professor de Ciências, Firmino Barroso afirmou que “como não tinha formação pedagógica, passava o conteúdo simplesmente por meio de aulas expositivas. Eu adotava os livros e ia seguindo a sequência deles”.

A Educação Física no Ginásio Municipal Oeirense era uma prática educativa obrigatória e tinha como objetivo fortalecer o corpo dos alunos, dando-lhes um condicionamento físico e preparando-os para uma vivência cívica patriótica. As aulas de Educação Física eram ofertadas em turmas separadas e ocorriam em ambientes diferentes: para os meninos eram realizadas no pátio externo da escola, ou em outro local, e para as meninas, no pátio interno apropriadamente construído para esse fim, dotado de uma pequena

pista de atletismo e uma quadra para esportes. Nas aulas eram praticados exercícios ginásticos e jogos esportivos, e o desenvolvimento físico e o desempenho dos alunos eram registrados em fichas próprias como a apresentada nas figura 93 e 94 da página seguinte, onde se vê, respectivamente, o controle da frequência e os tipos de exercícios exigidos nas provas práticas das alunas: corrida de 30m e de 40m em três etapas, corrida de 40m e de 50m em três etapas, corrida de 50m e de 50m em quatro etapas, transporte de 15kg e 20kg por 80m, alvo e trave.

As aulas de Educação Física eram momentos de convivência agradáveis e de muita participação e que também estão presentes nas lembranças dos alunos que delas participaram, sendo, na opinião de Maria do Espírito Santo Rêgo, “das disciplinas do ginásio, aquela que todos mais gostavam e ninguém perdia aula era a disciplina de Educação Física” (RÊGO, ENTREVISTA, 2016).

Nas aulas de Educação Física do Ginásio Municipal Oeirense as turmas eram divididas por sexo e feitas em locais diferentes. Os meninos faziam à parte, no pátio externo, no primeiro momento das aulas e, depois de alguns anos, passou a ser feita no Tiro de Guerra 199 que funcionava na rodagem de Picos e era ministrada pelo Sargento Edelberto (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

Tinha aulas de Educação Física lá no Ginásio, dentro do pátio para as meninas e fora do Ginásio para os meninos. As mulheres ficavam fazendo ginástica, corrida, e jogos de bola. Antonina Martins foi uma das professoras dessa disciplina no ginásio e tinha curso nessa área. A Educação Física dos homens era orientada pelo sargento Edelberto (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Quando estudei no Ginásio Municipal Oeirense participei também de aulas muito interessantes como as aulas de Educação Física. Nessas aulas a gente usava uns calções lá no joelho, isso porque era uma escola dirigida por religiosos e minha turma foi a primeira que funcionou no patronato das freiras, então o calção tinha que ser no joelho mesmo e as freiras mediam tudo bem direitinho (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Figura 93 – Ficha para controle de frequência de Educação Física – 1952-1955 – Frente

FICHA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME DO ALUNO Rita de Cássia Campos
 DATA E LUGAR DO NASCIMENTO de agosto de 1938 - Oeiras

NOMES DOS ESTABELECIMENTOS		ANO	SÉRIE	MUNICÍPIO	ESTADO
Ginásio Municipal		1952	1ª	Oeiras	Pernambuco
" "		1953	2ª	"	"
" "		1954	3ª	"	"
" "		1955	4ª	"	"

Ginásio
Fotografia
3x4

CERTIFICADOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Certificado de Educação Física do 4.º grau elementar em 15 de dezembro de 1952
 O Prof. Edleirton de Azevedo O Insp. Fed. _____

Certificado de Educação Física do 1.º grau secundário em _____ de _____ de 1953
 O Prof. Edleirton de Azevedo O Insp. Fed. _____

Certificado de Educação Física do 2.º grau secundário em _____ de _____ de _____
 O Prof. _____ O Insp. Fed. _____

Colégio
Fotografia
3x4

Série	Ciclo	Grau	Ano	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OCTUBRO	NOVEMBRO	Total de sessões	Total de faltas	Porcentagem de faltas	
				Num. de ses.	Num. de faltas	Num. de ses.				Num. de faltas						
GINÁSIO	1ª	Elem.	1952	3	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%	
			1953	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%	
			1954	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%
			1955	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%
COLÉGIO	2ª	Sec.	1952	3	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%	
			1953	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%	
			1954	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%
			1955	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18	4	22.22%

Fonte: (OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. Prontuário da aluna Rita de Cássia Campos. Oeiras, 1952-1955)

Figura 94 – Ficha para controle de frequência de Educação Física – 1952-1955 – Verso

PROVAS PRÁTICAS — Ciclos Elementar e Secundário

Naturezas das Provas	SEXO MASCULINO						SEXO FEMININO					
	4. Grau elementar		1. Grau secundário		2. Grau secundário		4. Grau elementar		1. Grau secundário		2. Grau secundário	
	Data	Pontos	Data	Pontos	Data	Pontos	Data	Pontos	Data	Pontos	Data	Pontos
1 Corrida 30 m							12-10-52	175	22-11-52	-	-	-
2 " 40 m (3 etapas)								175				
3 Arco								40		40		40
4 Base								170		170		170
5 Corrida 40 m										50		50
6 " 50 m (3 etapas)										50		50
7 Lançap. 15 kg 80m										120		120
8 Corrida 50 m											12155	50
9 " 50 m (4 etapas)												60
10 Lançap. 20 kg 80m												90
11												
12												
13												
SOMA DOS PONTOS								560		380		360

Registro Desportivo _____

Fonte: (OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. Prontuário da aluna Rita de Cássia Campos. Oeiras, 1952-1955)

O tempo escolar ordenava a dinâmica do ginásio. Oficialmente, o controle do tempo do Ginásio Municipal Oeirense era regulamentado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 e pela LDB 4.024/1961, que faziam as determinações mais gerais, ficando os ajustes a cargo da própria direção do ginásio, que fazia as adequações necessárias e o estabelecimento do horário, obedecendo às vinte e oito horas semanais exigidas por lei. No início do seu funcionamento, o período letivo do ginásio começava em 15 de março e se

estendia até 15 dezembro, e em seguida vinham as férias. Durante o ano só não era considerado dia letivo os domingos, feriados, dias santos e uma semana de descanso no meio do ano. A LDB 4.024/1961 abriu a possibilidade de uma maior flexibilização do tempo, porém exigindo que o ginásio obedecesse os “cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo” e “vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas” (Art. 38).

A marcação do tempo no Ginásio Municipal Oeirense imprimia um ritual que deveria ser cumprido com todo rigor. O horário semanal das aulas era comunicado aos alunos e estes faziam as anotações nas suas cadernetas escolares. Os horários das aulas deveriam ser obedecidos exatamente como fora determinado, principalmente pelos alunos que eram recomendados que chegassem pelo menos 10 minutos antes de dado o sinal de entrada. A aluna Maria do Espírito Santo Rêgo, que estudou no Ginásio Municipal Oeirense no início dos anos sessenta, afirmou que nesse período vivenciou duas formas de distribuição das aulas no horário semanal:

As aulas começavam em primeiro de março e em trinta de junho encerrava o primeiro semestre. Tinha um intervalo do mês de julho de férias e em primeiro de agosto recomeçava e ia até trinta de novembro e estava concluído o ano letivo. Então vinham três meses seguidos de férias: dezembro, janeiro e fevereiro.

Cada aula durava 50 minutos e se prolongava das 7:30h às 11:40h, mas cinco minutos eram para os professores trocarem de sala de aula. O professor dava aula numa sala, mas tinha que ir na sala dos professores deixar o diário e pegar outro, e nesse intervalo os alunos aproveitavam para tomar uma água e ir ao banheiro.

Depois o horário foi modificado, passando a ter as primeiras três aulas seguidas do recreio de vinte minutos e depois mais duas aulas (RÊGO, ENTREVISTA, 2016).

Os alunos ao entrarem na sala de aula deveriam estar munidos dos materiais escolares exigidos pelos professores de cada disciplina. A obtenção desses materiais se dava de forma dificultosa, uma vez que não havia, na cidade, lojas especializadas, salvo uma pequena papelaria de propriedade do Sr. Possidônio Queiroz. Algumas disciplinas exigiam apenas os livros e cadernos como material básico. Esses livros eram comprados sob encomenda em praças comerciais adiantadas como Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Teresina e tratados com cuidado, pois eram reutilizados entre os irmãos ou revendidos a outros estudantes. Outras disciplinas como Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica exigiam materiais mais específicos e que eram discriminados pela professora no início das disciplinas ou no decorrer delas, conforme fosse surgindo a necessidade.

Na disciplina de Desenho eu exigia os seguintes materiais: livros próprios, que eram quatro, caderno de desenho, compasso, par de esquadros, o transferidor e a régua. Os esquadros eram dois diferentes, um de sessenta graus e outro que ajudava a desenhar linhas perpendiculares, a régua era usada para traçar as linhas retas horizontais, verticais e diagonais, o compasso era usado para medir e fazer as circunferências e depois fazer a divisão das circunferências. Para desenhar os ângulos era usado o par de esquadros e se media os ângulos com o transferidor, um aparelho redondo e numerado em graus.

Os materiais para o desenvolvimento da disciplina Trabalhos Manuais eram também bastante variados. Os meninos faziam, principalmente, trabalhos de dobraduras e tecelagens e eram usados os seguintes materiais: papéis, tesoura, lãs, cadernos divididos em quadrinhos e outros; já as meninas usavam retalhos de tecidos para fazer amostras de bainhas abertas e bordados. Nas aulas de Economia Doméstica usávamos basicamente o livro, o caderno de pontos e outro de desenho para a produção de um álbum usando recortes de figuras (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

O processo avaliativo do Ginásio Municipal Oeirense passou por algumas modificações, sempre procurando adaptar-se ao que preconizavam a Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 e da LDB 4.024/1961. De sua criação até 1961 apresentava um complexo e rigoroso sistema de avaliação de caráter altamente seletivo, tendo a prova como principal instrumento e que era aplicada em duas modalidades: escrita e oral, com notas variando de 0,0 a 10,0. Todos os ginásios do país, portanto, incluindo esse, exigiam exames de três ordem: admissão, suficiência e licença. Os exames de admissão tinha como objetivo selecionar o acesso ao ginásio; os de suficiência visavam a promoção do aluno para a série seguinte, como também a sua capacitação para prestar os exames de licença que, por sua vez, eram necessários para a conclusão do ginásio com direito a certificado de licença ginásial. Nos exames de suficiência, além das provas mensais, havia as provas parciais (1ª e 2ª), realizadas no meio e final do período letivo, e as provas finais de 1ª e 2ª época, aplicadas em dezembro e fevereiro.

Posteriormente, a LDB 4.024/1961 tornou o sistema de avaliação do ensino médio mais simples e flexível permitindo no seu Art. 39 § 1º que “Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento”.

Os vestígios documentais do Ginásio Municipal Oeirense permitem que seja comprovado o complexo sistema avaliativo dessa escola, como mostra a ficha individual da figura 95, adotada no ano de 1955, e o modelo de certificado do curso ginásial visto na figura 96, na página seguinte.

Figura 95 – Ficha individual de notas – GMO - 1955

GINASIO MUNICIPAL DE OEIRAS															
ESTADO DO PIAUI															
FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1955															
Curso <u>Final</u> Turno <u>2º</u> Série <u>1ª</u> Turma <u>19</u>															
1a. ÉPOCA		Português	Latim	Grego	Francês	Inglês	Espanhol	Matemát.	Distância	Química	Fisic.	História	Geografia	Filosofia	Desenho
ARGUICÕES	Março	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Abril	10	10	-	2,5	4,5	-	1,5	2,5	5	7	4,7	9	-	9,5
	Maio	10	10	-	1	Zero	-	9,5	2	6	8	7	8	-	8
	Junho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Agosto	9,5	10	-	6,5	7,5	-	4,5	5	10	10	3	6	-	6
	Setembro	9,5	10	-	7	8,5	-	4	2	4	8	Zero	5	-	6
	Outubro	10	10	-	3	6,5	-	4	2	5	8	8	8,5	-	7,5
	TOTAL	49	50	-	20	27	-	23,5	13,5	30	41	22,7	36,5	-	37
NOTA ANUAL	9,8	10	-	4	5,4	-	4,7	2,7	6	8,2	4,5	7,3	-	7,4	
PROVAS	1ª Parcial	10	10	-	5,2	3	-	5,5	5	7,5	9	3	6,5	-	7
	2ª Parcial	9	10	-	2,6	5,5	-	Zero	5,5	7	7	5	7,5	-	6
	PROVA FINAL	10	10	-	8	6	-	10	5	10	10	8	4	-	4
MÉDIAS Ponderadas	Nota anual exercicios x 2	19,6	20	-	8	10,8	-	9,4	5,4	12	16,4	9	14,6	-	14,8
	1ª Pr. X 2	20	20	-	10,4	6	-	11	10	15	18	6	13	-	14
	2ª Pr. X 3	27	30	-	7,8	16,5	-	Zero	16,5	21	21	15	22,5	-	18
	PROVA FINAL X 3	30	30	-	2,4	18	-	30	15	30	30	24	12	-	12
	TOTAL	96,6	100	-	50,2	51,3	-	50,4	46,9	78	85,4	54	62,1	-	58,8
NOTA FINAL	9,6	10	-	5	5,1	-	5	4,6	7,8	8,5	5,4	6,2	-	5,8	
TOTAL 73		NOTA GLOBAL 6,6		RESULTADO <u>Aprovado</u>											
2a. ÉPOCA															
Prova Escrita															
Prova Oral															
MÉDIA															
Méd. 2ª Ep. X 5															
Nota anual exercicios x 2															
1ª Pr. X 1															
2ª Pr. X 2															
TOTAL															
NOTA FINAL															
TOTAL		NOTA GLOBAL		RESULTADO											

Fonte: (OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. Prontuário do aluno José Nauto Reis. Oeiras, 1952-1955)

Figura 96 – Modelo de Certificado de Conclusão do Curso Ginásial – GMO – 1952-1961


 REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE

Nome do Estabelecimento

Cidade Estado

Certificado de Conclusão do Curso Ginásial

Certificamos que.....

filho de..... e de.....

natural de..... nascido em..... de 19.....

tendo em vista os resultados das provas prestadas no ano letivo de..... na quarta série do Curso Ginásial é considerado habilitado no Primeiro Ciclo Secundário, nos termos da LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO, (Decreto-leis n.º 4.244, de 9 de Abril de 1942 e 8.347, de 10 de Dezembro de 1945).

..... de 19.....

Diretor Inspetor

"Isento de selo, ex-vi do Decreto-lei n.º 8.029 de 2-10-1945"
Modelo D. E. 501-2-A.

Fonte: Acervo documental da 8ª Gerência Regional de Educação – 8ª GRE – Oeiras PI – Documento avulso.

5.1.4 O ginásio municipal oeirense em festa: manifestações cívicas nos desfiles de 7 de setembro

O calendário escolar do Ginásio Municipal Oeirense era marcado por feriados e dias santos, momentos de festividades que quebravam a rotina da escola. Das datas comemorativas do calendário escolar do ginásio, o 7 de Setembro, o dia da Pátria, era o celebrado com mais entusiasmo, envolvendo não só a comunidade ginásiana, como também toda a cidade, que juntos mergulhavam num sentimento ufanista de amor e orgulho pelo Brasil. Para Souza (1998, p. 277), “as festas e exposições escolares e as comemorações cívicas explicitam as múltiplas formas pelas quais a escola [...] construiu sua identidade institucional e estendeu sua pedagogia à sociedade mais ampla”.

No dia 7 de Setembro ocorria a culminância de um conjunto de ações que antecedia essa grande data, conhecido como Semana da Pátria, que mobilizava todo o corpo discente, docente e administrativo do ginásio, como também a própria sociedade nos preparativos para o tão esperado encerramento das festividades. As tradicionais sessões cívicas eram realizadas no auditório do ginásio com a presença do diretor, professores, alunos, autoridades locais e

convidados. Eram feitos discursos, recitativo de poesias e entoação de hinos cívicos e, nessa ocasião, o ginásio e a cidade irmanavam-se solidariamente fortalecendo os laços de patriotismo ao tempo que ia construindo o perfil de cidadão almejado. No que tange ao relacionamento entre a escola e cidade, Lopes (2006, p. 4366) diz que:

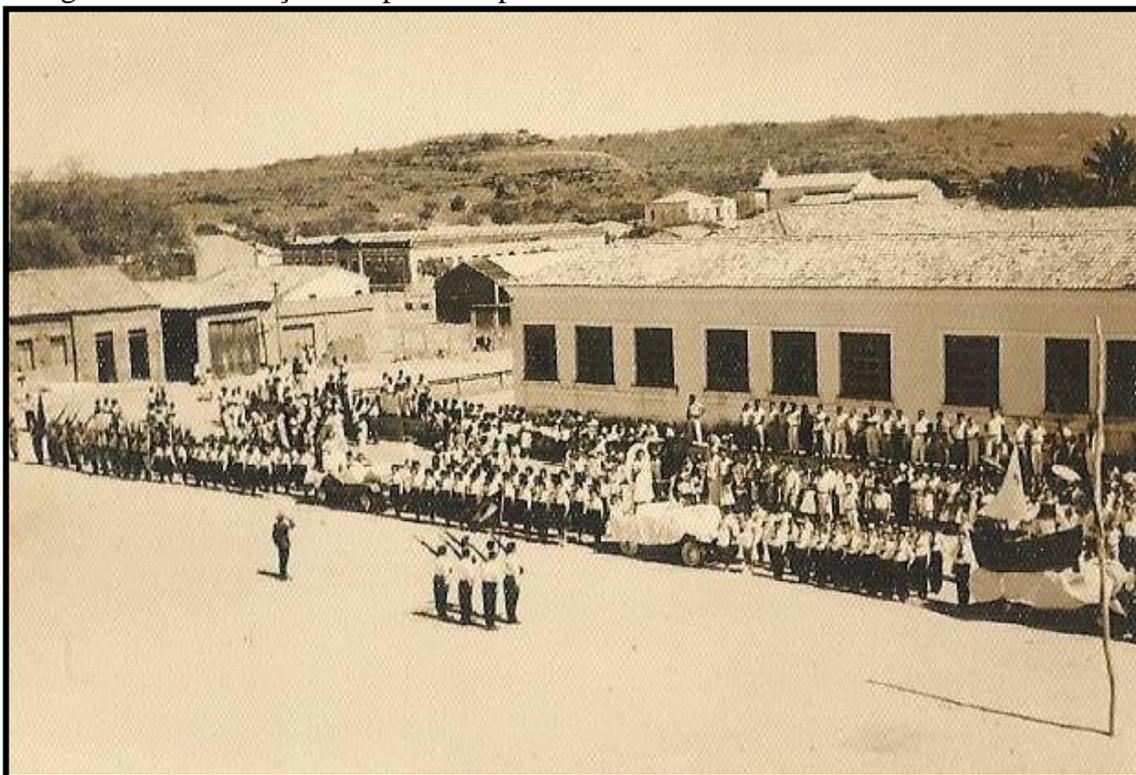
A presença das escolas na cidade faz-se não apenas pelo murmúrio e caminhar de estudantes em direção da escola e depois de volta para casa, mas, também, no momento em que a escola se abre para a cidade, ocupando seus espaços ou sendo ocupada pela população. Isso ocorre, especialmente quando a escola, suspendendo a rotina, abre-se para a festa. As festas são de diferentes tipos e motivações, nelas ocorrendo a recolocação da escola na cidade, alterando a dinâmica da escola e da cidade, recriando sociabilidades.

Era um momento em que os professores do ginásio trabalhavam de forma articulada, tendo como tema a Independência do Brasil. Por um lado, a professora de Canto Orfeônico ensaiava os hinos patrióticos; por outro a professora de Desenho punha-se a colocar os alunos para desenharem e pintarem os símbolos da Pátria; já o professor de Português procurava fazer análise do Hino Nacional e leituras e ditados que pudessem enaltecer as virtudes cívicas e morais dos alunos; o de História procurava abordar nas suas aulas os fatos ligados à conquista da liberdade política brasileira e as ações dos grandes heróis da Independência; nas aulas de Geografia o foco recaía nas riquezas naturais e na diversidade e características do povo brasileiro; e os professores de Educação Física dedicavam-se, com afinco, na preparação física dos alunos e nos ensaios das marchas ao som da fanfarra que marcava os passos no compasso dos tambores e taróis, que, antecipadamente, anunciavam à cidade que o grande dia se aproximava.

Na véspera, os familiares, alvoroçados, davam os últimos arremates no fardamento de gala dos alunos e nos trajes, cuidadosamente, elaborados para representarem os vultos da Pátria, as figuras típicas brasileiras e os desportos. Os membros da fanfarra ajustavam seus instrumentos de percussão, esquentavam os couros dos tambores e enfeitavam-no com fitas verde e amarelas; professores e alunos davam os últimos retoques nos carros alegóricos e as balizas ensaiavam, repetidamente e às escondidas, seus saltos acrobáticos.

No dia 7 de Setembro, pela manhã cedo, o ginásio já se encontrava lotado e tomado por uma grande agitação. Todos, impecavelmente fardados, procuravam agrupar-se para formar os pelotões de meninos e meninas, os quadros vivos dos carros alegóricos e testarem os instrumentos da fanfarra. Alinhavam-se todos no pátio externo para dar início ao desfile pelas principais ruas da cidade onde o povo aguardavam a passagem do ginásio e de outras escolas.

Figura 97 - Formação dos pelotões para o desfile de 7 de Setembro do GMO – 195-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Espírito Santo Rego

As figuras 98, 99, 100 e 101 e os depoimentos que seguem são recordações dessa festividade cívica que movimentava a cidade de Oeiras dando um novo ritmo ao ginásio.

O ginásio comemorava as datas cívicas como a Independência do Brasil, Descobrimto do Brasil, Proclamação da República e outras. Existiam os desfiles de 07 de setembro, as dramatizações e as seções cívicas. As seções cívicas eram festejadas com muita pompa e seriedade e era muito comum o Padre Balduino colocar os alunos para serem os oradores para fazerem os discursos que deveriam ser escritos pelos próprios alunos. O setembro era um grande evento na cidade. Tinha a marcha cívica em que todos os alunos eram obrigados a desfilar. Havia carros alegóricos, muito bem decorados tendo como o tema a Independência do Brasil. Destacavam-se o verde e amarelo, as cores do Brasil. Tinha um fardamento especial para esse momento. No dia das aulas diárias era um fardamento, e no dia do desfile e outras festas solenes era usada a farda de gala com calça e saia azul, blusa branca, com gravata e uma boina azul marinho, essa última usada somente pelas mulheres (CAMPOS, ENTREVISTA, 2015).

Os professores de Educação Física também ensinavam os alunos a marcharem como preparação para o desfile de 7 de setembro e nesse dia os alunos vestiam uma farda especial que era a farda de gala que nos homens era composta por uma calça azul marinho com um vício branco do lado e uma camisa branca de tricoline e com uma gravata também na cor da calça. As mulheres vestiam uma saia de pregas azul marinho, blusa branca, gravata e uma boina (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Figura 98 – Carro Alegórico – Família Imperial – 7 de Setembro do GMO – 196-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

Figura 99 – Carro Alegórico – Mulheres Brasileiras – 7 de Setembro do GMO – 196-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

Figura 100 – Carro Alegórico – Princesa Isabel – 7 de Setembro do GMO – 196-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

Figura 101 – Carro Alegórico –Aldeia Indígena – 7 de Setembro do GMO – 196-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

Figura 102 – Pelotão Desportivo –7 de Setembro do GMO – 196-



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

Figura 103 – Baliza –7 de Setembro do]GMO – 196-?



Fonte: Arquivo particular de Maria do Esp.Santo Rego

As figuras acima expostas reportam-se às alegorias apresentadas nos desfiles de 7 de setembro pelos alunos do Ginásio Municipal Oeirense. Os temas enaltecendo os fatos da História do Brasil e os heróis da pátria eram os mais recorrentes. Eram também habituais os pelotões desportivos com representações de atletas e ginastas, além das tradicionais balizas que com suas coreografias e seus bastões encantavam a todos os espectadores que aguardavam a passagem do desfile cívico pelas ruas e praças da cidade.

CAPÍTULO VI

6 OS VESTÍGIOS DA CULTURA MATERIAL ESCOLAR DO GINÁSIO MUNICIPAL OEIRENSE

Este capítulo traz à tona aspectos da materialidade do Ginásio Municipal Oeirense ressaltando o espaço físico onde a trama escolar ocorria e os elementos usados no processo de escolarização como livros, caderneta escolar além do emblema da escola. O prédio escolar do Ginásio Municipal Oeirense e os artefatos produzidos e usados para e pelos seus agentes educativos serviram de objetos de estudos e fontes reveladoras da história dessa instituição escolar.

Na efetivação do processo de escolarização, os agentes educativos lançam mão de instrumentos que historicamente têm contribuído para caracterizar os espaços escolares em diferentes épocas. Tais elementos vêm despertando o interesse dos historiadores educacionais que passaram a elegê-los como objetos e fontes de seus estudos ampliando as possibilidades de investigar a cultura escolar através de sua materialidade. Esse enfoque da pesquisa educacional sobre a cultura escolar assumiu sua particularidade recebendo o nome de cultura material escolar. Os pesquisadores que optarem por essa tendência, necessitam assumir uma postura que os levem a

desviar o olhar para dimensões do universo educacional – edifícios, mobiliário, utensílios, materiais pedagógicos, manuais didáticos etc. – quase sempre tomados como um dado natural, evidentes por si mesmos, sem maior relevância, ainda que sejam suportes de práticas, instrumentos mediadores da ação educativa e elementos estruturais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino (SOUZA, 2007, p. 11).

O estudo da cultura material escolar é uma ferramenta a mais que possibilita ao historiador educacional abrir e penetrar na “caixa preta da escola” e “buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular” como bem diz Julia (2001, p. 13). É um estudo relativamente recente que leva o pesquisador, que assim desejar arriscar-se por esses atalhos, a enfrentar “os desafios diuturnos daqueles que se aventuram a seguir caminhos pouco trilhados, tendo que se haver com as dificuldades teórico-metodológicas de tomar os artefatos como objeto e fonte de pesquisa” (SOUZA, 2007a, p. 11). As abordagens sobre essa temática ainda se constituem, segundo Souza (2007b, p. 169), um “terreno movediço em que os historiadores tateiam na construção de uma história da cultura material”. Porém apresentam-

se como um terreno fértil para a coleta das possíveis manifestações das práticas e concepções educativas vivenciadas em épocas passadas.

Souza (2007b) chama atenção que só recentemente o campo da História da Educação passou a fazer uso da expressão “cultura material escolar”. No entanto, isso não implica dizer que os pesquisadores educacionais vinham fazendo vistas grossas ao conjunto dos artefatos escolares. Não é raro encontrar na literatura educacional, principalmente no campo da Didática, ao fazer referência aos materiais escolares usados no processo ensino-aprendizagem, o emprego de termos como recursos didáticos, materiais de ensino, instrumentos pedagógicos ou outros equivalentes, porém na historiografia educacional essa é uma expressão mais atual que surgiu “influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela Nova História Cultural e pela preocupação crescente dos historiadores em relação à preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional” (SOUZA, 2007b, p. 170). Essa autora chama a atenção para a relação existente entre os materiais produzidos e aqueles que os conceberam e lembra que:

É preciso ter em vista que os artefatos são produtos do trabalho humano e apresentam duas facetas: eles têm uma função primária (uma utilidade prática) e exercem funções secundárias, isto é, simbólicas. Significa considerar que os artefatos são indicadores de relações sociais e como parte da cultura material atuam como direcionadores e mediadores das atividades humanas, o que confere aos objetos um significado humano (SOUZA, 2007b, p. 170).

Ressalta ainda essa autora que, no bojo das pesquisas historiográficas educacionais, foram os estudos sobre a história das instituições escolares, bem como a história da leitura e da escrita que abriam maior possibilidade de eleger os artefatos escolares como objetos, fontes e problemas de pesquisa (SOUZA, 2007b). Particularmente, neste trabalho, ao propor revelar a cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense, é forçoso trazer à tona alguns dos vestígios materiais que se mantiveram preservados aos cuidados daqueles que testemunharam as práticas educativas que deram vida a essa escola embalando o seu funcionamento interno.

6.1 O prédio do Ginásio Municipal Oeirense: templo do saber

Quando surgiu a ideia da criação de um ginásio na cidade de Oeiras, uma das primeiras providências tomada foi a construção do prédio. Isso ainda em meados dos anos de 1940, quando era o Prefeito de Oeiras o Cel. Orlando Barbosa de Carvalho. Informações dessas investidas iniciais foram localizadas em uma cópia das cartas trocadas entre Possidônio

Queiroz e Bugyja Britto, ambos reconhecidos intelectuais oeirenses. Eles mantinham o hábito de trocar conhecimentos sobre a história de Oeiras, registrando-os em cartas, na esperança de que um dia viesse a ser contada. E esse dia chegou.

Em uma dessas cartas, Possidônio Queiroz fazia uma rápida exposição sobre a origem do processo de criação do Ginásio Municipal Oeirense e declarava que, quando os membros da comitiva em favor do movimento da criação do ginásio participou ao prefeito o objetivo que lhes movia, esse logo abraçou a causa agindo para que esse educandário fosse criado. Valendo-se de sua influência política, o Cel. Orlando Carvalho conseguiu junto à Diretoria dos Municípios uma considerável quantia em dinheiro, foi também ao Rio de Janeiro de onde trouxe a planta do futuro prédio do ginásio traçada pelo seu filho, o engenheiro Raimundo Barroso de Carvalho Neto, que foi também autor de plantas de vários outros prédios da cidade naquela época em que Oeiras acordava para o progresso e começava a embelezar-se tomando um ar de modernidade (QUEIROZ, CARTA, 1988; O FANAL, 1940).

O Cel. Orlando Carvalho ao retornar de sua viagem à capital do país, tratou logo em comprar um terreno e o material para a construção do prédio do ginásio, mesmo antes de sua criação. Todo esse esforço foi barrado com a queda de Vargas e o fim da ditadura. Os ânimos esmoreceram e o material, que deveria ser empregado na construção do ginásio, foi utilizado para outras construções. O sonho de ver o erguido o prédio do Ginásio Municipal foi adiado (QUEIROZ, CARTA, 1988).

Outras notícias sobre a construção do Ginásio Municipal foram obtidas, nesse estudo, ao analisar as atas das sessões da Câmara dos Vereadores de Oeiras, em que, numa delas, estava a transcrição de um relatório que o Prefeito Dr. Laurentino Pereira Neto havia enviado para a câmara e que foi lido na tribuna dessa casa em 16 de outubro de 1951. Nele, o prefeito comunicava que a construção do ginásio estava em um estado bem adiantado devido a aplicação de um subsídio do Governo Federal no valor de duzentos e cinquenta mil cruzeiros, recebido em 03 de maio de 1951. Pode-se deduzir que o início da edificação do ginásio deu-se antes de 1951 e, conforme foi dito anteriormente, o primeiro exame de admissão foi realizado no final desse mesmo ano, com o prédio ainda em construção. Esse processo de construção durou mais alguns anos e, à medida que iam dando acabamento às salas, essas iam sendo ocupadas pelos alunos. A construção seguia um ritmo lento e as dependências do ginásio iam sendo feitas ao sabor da chegada das verbas repassadas pelo Governo Federal ou pelo Governo Estadual.

Figura 104 – Prédio do Ginásio Municipal Oeirense em fase de conclusão – 195-



Foto: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

O prédio onde funcionou do Ginásio Municipal Oeirense é uma construção, para os padrões da época, considerada moderna e suntuosa, que se destacava na paisagem da cidade. Está localizado à Rua Des. Cândido Martins, já foi sede da Escola Normal de Oeiras, nele funcionou o Centro de Supervisão Escolar, outros cursos de segundo grau e, temporariamente, algumas turmas do antigo Colégio Estadual de Oeiras, atualmente, nele está funcionando a Universidade Estadual do Piauí – Campus Possidônio Queiroz.

Figura 105 – Fachada do prédio do Ginásio Municipal Oeirense – 200-



Foto: Arquivo particular de Carlos Rubem Campos Reis

A linguagem arquitetônica do prédio sofreu influência da Art Déco e também da arquitetura eclética, apresentando uma simetria na distribuição de seus elementos com predominância de linhas retas horizontais e geometrização das formas apresentadas limpas e sem exageros decorativos. Apesar das intempéries causadas no transcorrer dos seus 65 anos de uso ininterrupto, o prédio que foi construído especificamente para abrigar o Ginásio Municipal Oeirense, principal templo do saber dos anos 1950 e 1960 da cidade de Oeiras, mantém ainda seu estilo arquitetônico original, apesar de alguns espaços terem sido reorganizados para atenderem as necessidades e exigências administrativas de quem por lá passou como gestor.

Os professores e alunos que transitaram pelos espaços do Ginásio Municipal Oeirense apropriaram-se da topografia da escola e, hoje, ao recordar seus dias de estudante, conseguem mapear cada um desses espaços:

O prédio que funcionou o ginásio não foi feito à toa não. Era um prédio planejado com salas de aula próprias, amplas e com janelas altas para que os alunos não ficassem olhando o que se passava na rua tirando sua atenção das aulas. Era uma escola com muitas dependências: diretoria, secretaria, sala de professores, várias salas de aula, banheiros próprios para meninos e meninas, cantina e até mesmo um auditório (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Para a criação do Ginásio Municipal Oeirense houve uma grande mobilização, resultado de uma cooperação entre o povo, a Diocese e a administração Municipal, ressaltando aqui a grande importância do prefeito Laurentino Pereira Neto na construção do prédio. [...] Hoje no prédio funciona a UESPI - Universidade do Estadual do Piauí. O ginásio veio fazer o diferencial e as coisas devem ser colocadas como sendo antes e depois dele.

O prédio do Ginásio Municipal Oeirense, obra marcante da cidade, foi construído pela prefeitura, mas a administração do ginásio era da diocese, por sinal, profícua e extremamente organizada. O prédio se destacava na cidade, como uma das grandes obras de Oeiras dos anos de 1950.

Possuía uma área interna ampla e aberta com uma pista de corrida e quadra de “vôlei”, que servia para os alunos correrem, disputarem torneios ou mesmo brincarem nos intervalos e a construção das salas era toda em volta dessa área aberta. O Ginásio Municipal Oeirense possuía algumas salas-dormitórios reservadas para alunos internos, a maioria vinda de Floriano e de outras cidades do Maranhão. O padre José Pereira de Maria, já falecido, foi um grande diretor dessa escola. Quando veio assumir a direção do ginásio trouxe muitos estudantes de Floriano, cidade em que viveu por muitos anos. Após a entrada, no Ginásio Municipal Oeirense, à esquerda funcionava a secretaria. Disponha de uma biblioteca não muito grande, que funcionava do lado direito. Era uma sala aberta para os alunos estudarem. Lembro-me muito bem dessa sala, nela tinha uma fachada em gesso do ginásio na parede ornamentando.

Disponha de um amplo auditório que era usado para reuniões e, sobretudo, sessões solenes. Para se chegar ao palco e ao camarim passava-se por uma entrada pelos fundos e subia-se por uma pequena escada, era bem

estruturado o auditório do Ginásio Municipal Oeirense (FREITAS, ENTREVISTA, 2016).

O prédio onde funcionava o Ginásio Municipal Oeirense era um dos mais bonitos monumentos arquitetônico de Oeiras. Tinha no ginásio uma sala reservada para ser a biblioteca, mas não andava muito por lá, não me lembro dela funcionando como tal, mas lá tinha, além de livros, um acervo muito grande de mapas de vários tipos que, hoje, eu não vejo nem nos colégios particulares de Teresina, e não eram somente mapas geográficos, mas também históricos e outros que eram usados nas aulas de Ciências com representação de vários pássaros e répteis do Brasil, tudo isso, já tinha disponíveis lá no Ginásio Municipal Oeirense naquela época. Tinha muitas salas de aula ao redor do pátio, banheiros diferenciados para homens e mulheres e uma cantina em que se vendia bolo frito e roscas que era um bolo redondo de sabor muito bom. Das dependências do ginásio se destacava o auditório onde eram realizados eventos impecáveis. Na área bem central do ginásio tinha um pátio onde se dançava as quadrilhas de São João e se praticava esportes, como o voleibol, e aulas de Educação física para as meninas (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

O resgate da memória dos espaços do Ginásio Municipal Oeirense é, sobremaneira, importante para a história dessa instituição escolar em questões pertinentes à sua cultura escolar, pois eles permitem que se ultrapasse os limites físico do prédio vinculando cada espaço às práticas escolares desenvolvidas pelos seus sujeitos históricos.

6.2 O livro “Programa de Admissão”: preparando os alunos para o ingresso ao Ginásio Municipal Oeirense

A institucionalização do exame de admissão para ingresso nos ginásios públicos ou particulares no país instigou o crescimento do mercado editorial brasileiro, promovendo uma corrida de impressão de livros preparatórios, como também levou ao surgimento paralelo de aulas e cursos preparatórios, quase sempre particulares, com o objetivo de tornar os alunos aptos a enfrentarem as tão temidas provas seletivas. Era um mercado bastante promissor que ampliava à medida que o ensino secundário se expandia. Afirmam Silva, Schreiber e Favarin (2014, p. 3) que “os livros dos exames de admissão alcançaram grande sucesso editorial, muitos deles com sucessivas edições até a década de 1960”.

Uma variedade de livros preparatórios foi publicada e divulgada em todo país na vigência dos exames de admissão para ingresso nas escolas secundárias ginásiais, como enumera Ermel e Bastos (2012, p. 7-8): “Admissão ao Ginásio (Editora Brasil), Programa de Admissão (Companhia Editora Nacional), Curso de Admissão (Francisco Alves), Minhas Lições (Francisco Alves), Curso Moderno de Admissão (Instituto Brasileiro de Edições

Pedagógicas)”, e outros. Porém, em Oeiras, raros foram os alunos que não buscaram nos livros “Programa de Admissão” e “Admissão ao Ginásio” os conhecimentos básicos necessários para a conquista e o orgulho de fazer parte do distinto quadro discente do Ginásio Municipal Oeirense. Tais livros eram também os preferidos e os mais adotados nas aulas e cursos preparatórios no Estado do Piauí e em muitas outras instituições congêneres no país afora, fazendo deles os campeões de venda dando bons lucros às suas editoras.

O livro “Programa de Admissão” teve sua primeira publicação em 1956 e em sua capa constava o nome dos quatro autores que escreveram os conteúdos das quatro disciplinas exigidas para o exame de admissão: Português – José Cretella Jr, Matemática – Oswaldo Sangiorgi, História do Brasil – Joaquim Silva e José A. Penteado, Geografia – Aroldo de Azevedo. Essa composição de autores manteve-se até o ano de 1967 e, na publicação do ano seguinte, além da substituição do autor dos conteúdos de Português José Cretella Jr por Domingos Paschoal Cegalla houve também mudanças nos conteúdos de Matemática, de forma a adaptar essa disciplina aos novos programas da Matemática Moderna e assim manteve-se até o primeiro ano da década de 1970. Essa obra era publicada pela Companhia Editora Nacional, que havia sido fundada no ano de 1925 por José Bento de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira. Essa editora viveu seu período áureo na década de 1950, anos de crescimento vertiginoso da rede de ensino ginásial no Brasil e de grande demanda por livros dessa natureza (ERMEL E BASTOS, 2012; SILVA, 2016)

Figura 106 – Capa do livro Programa de Admissão – 2ª edição – 1956

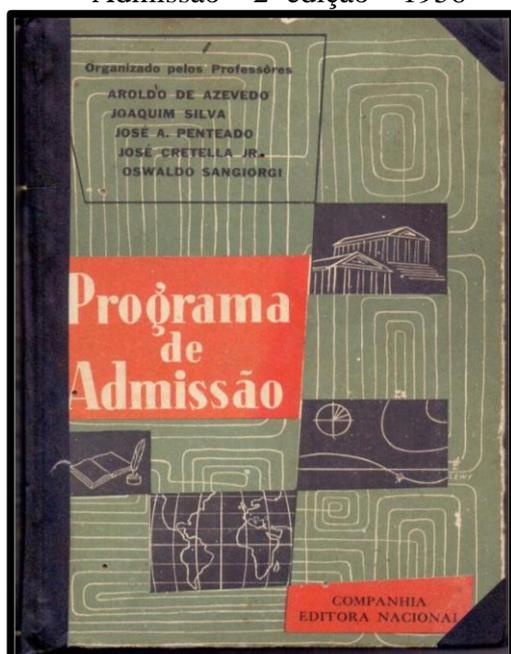
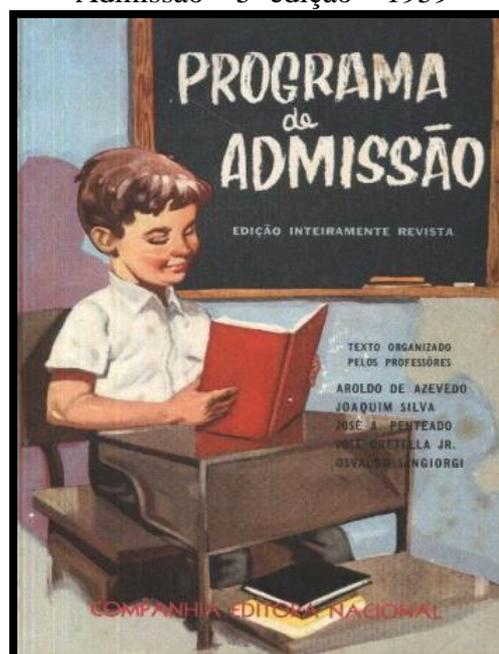


Figura 107 – Capa do livro Programa de Admissão – 5ª edição – 1959



Fonte: Silva, Schreiber e Favarin (2014, p. 6)

O livro “Admissão ao Ginásio” foi também folheado e guardado na memória de muitos dos que prestaram exames de admissão ao Ginásio Municipal Oeirense. Foi um livro de grande sucesso editorial que beirou quase seiscentas edições chegando a apresentar edições com mais de 500 páginas, apresentando-se volumoso e dividido em quatro partes contendo respectivamente os conteúdos das disciplinas de Português (autora – Aída Costa), Matemática (autores – Renato Pasquale, depois substituído por Marcius Brandão), História do Brasil (autora – Aurélia Marino) e Geografia do Brasil (autor – Renato Stempniewski). Os autores desse livro permaneceram os mesmos desde o período de sua primeira publicação, em 1943, havendo apenas uma mudança na área de Matemática e, unanimemente, eles eram reconhecidos como excelentes professores em suas áreas e bastante conceituados no mundo editorial por outras publicações feitas. Essa obra veio a lume juntamente com a fundação da sua editora – Editora do Brasil e chegou a ser publicada por quase trinta anos até a extinção dos exames de admissão. Durante o seu longo percurso de vida, esse livro sofreu algumas variações de conteúdo, mudança de capa, inserção de fotografias e aumento na quantidade de páginas. (SILVA, 2017)

Figuras 108, 109, 110 e 111 – Diferentes capas e edições do livro “Admissão ao Ginásio”
 Figura – 108

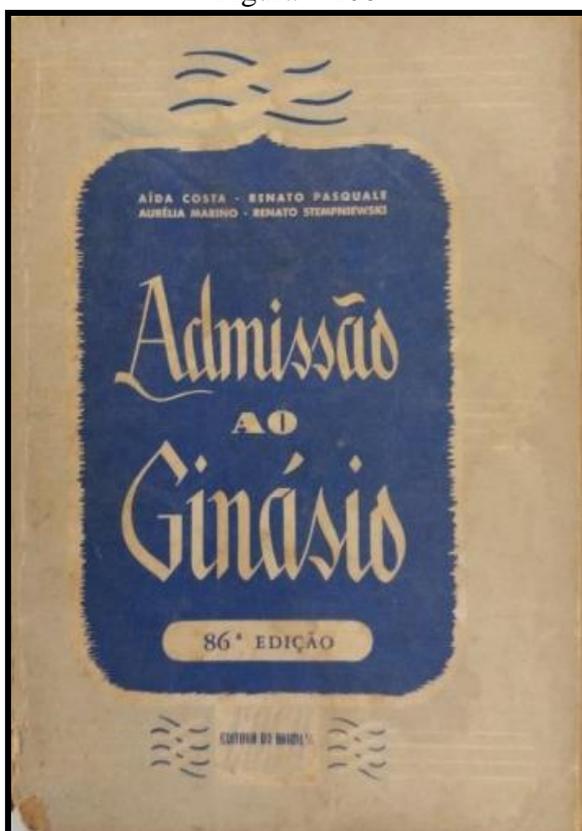
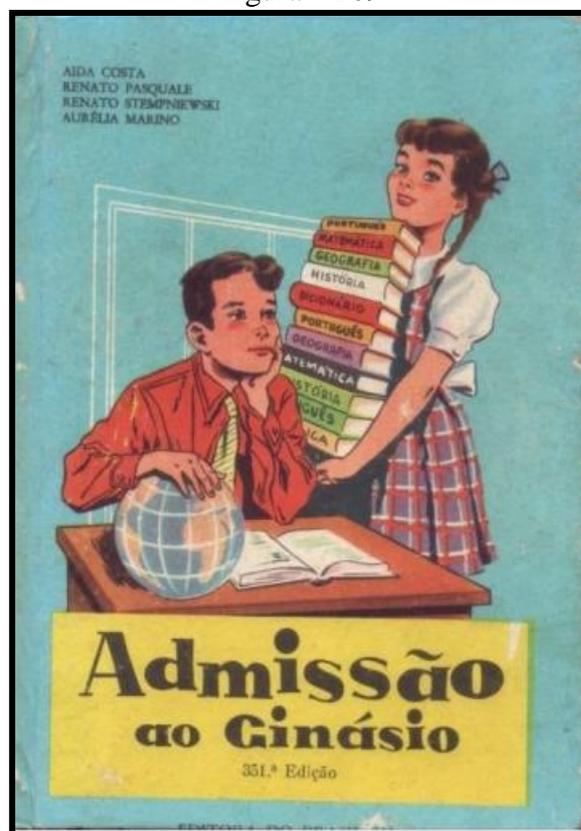


Figura – 109



Fonte: Silva (2017, p.10-11)

Figura – 110

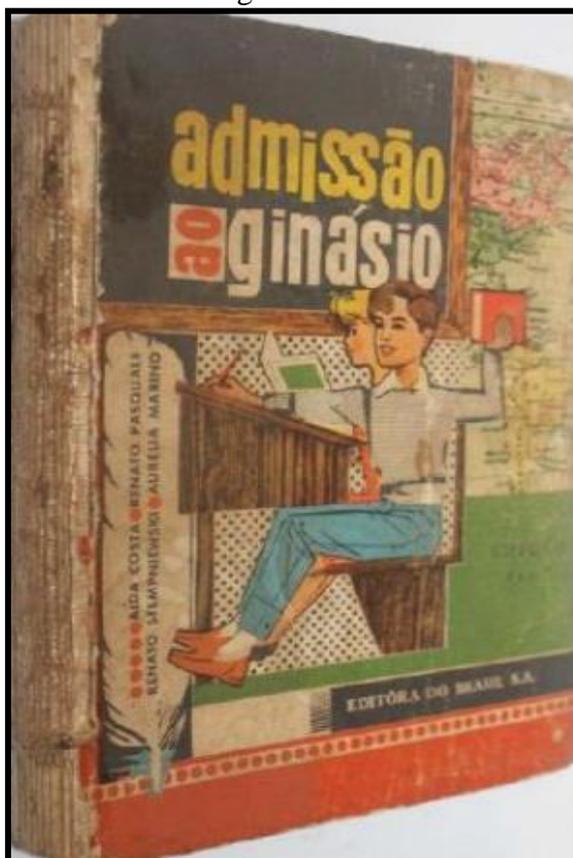


Figura – 111



Fonte: Silva (2017, p.10-11)

Na garimpagem dos vestígios materiais que se relacionavam com Ginásio Municipal Oeirense foram localizados dois exemplares do livro o “Programa de Admissão”. Um deles manteve-se preservado sob a guarda cuidadosa da nonagenária professora Amália do Espírito Santo Campos, que fez parte do quadro docente da referida escola durante toda a existência dessa instituição e que, por muitas vezes, participou das bancas examinadoras dos exames de admissão, e o outro exemplar foi encontrado após uma busca incessante em repositórios institucionais on-line. Apesar de pertencerem a edições e anos diferente, 19ª edição de 1968 e 24ª edição de 1970, respectivamente, após uma apreciação minuciosa de seus conteúdos percebeu-se que ambos eram semelhantes. Esse achado por fazer parte da cultura material pertinente ao Ginásio Municipal merece uma análise mais pormenorizada.

Figuras 112 e 113 – Exemplar do livro Programa de Admissão – Capa e Contracapa
 Figura 112 – Capa

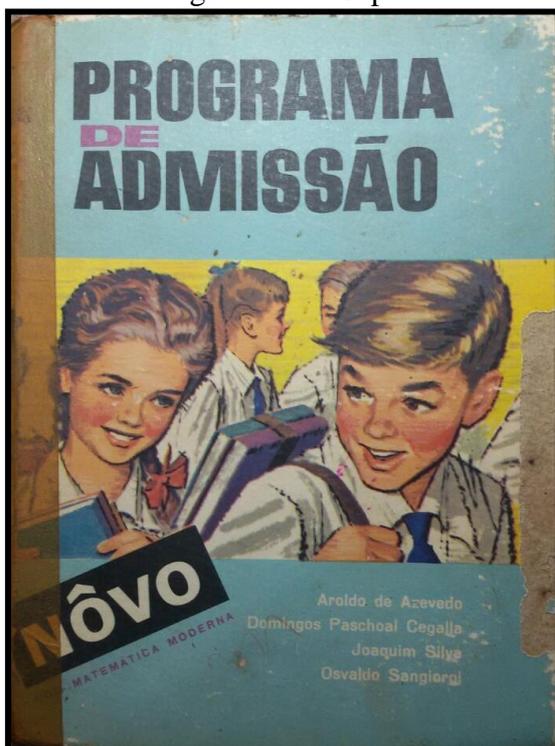
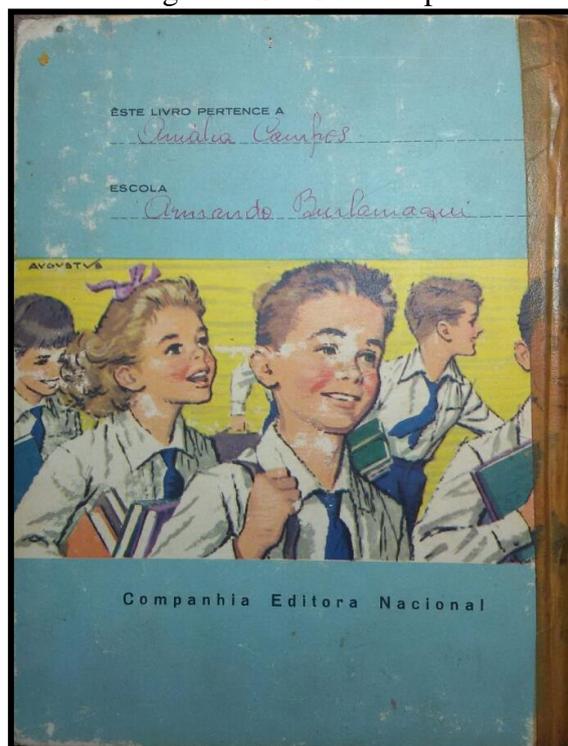


Figura 113 – Contracapa



Fonte: Biblioteca particular da Prof. Amália Campos

Segundo Ferro (2000, p.35), o livro didático era “considerado como literatura de somenos importância. A crítica literária demonstra uma certa indiferença por esse tipo de literatura” e, por esse e outros motivos, tal material escolar apresentava uma vida útil curta e continua cada vez mais sendo tratado como um objeto substituível que “vai sendo descartado na medida em que cumpre sua finalidade escolar” (CORRÊA, 2000, p.12). Mesmo que o livro escolar seja reconhecido como “instrumento fundamental no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2004, p. 471) ele ainda é visto como

o primo pobre da literatura, texto para ler e botar fora, descartável porque anacrônico: ou ele fica superado dados os progressos da ciência a que se refere ou o estudante o abandona, por avançar em sua educação. Sua história é das mais esquecidas e minimizadas, talvez porque os livros didáticos não são conservados, suplantado seu ‘prazo de validade’ (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p.120).

Um dos livros “Programa de Admissão”, que se tornou um dos materiais didáticos analisados neste trabalho, foi poupado de ser descartado graças ao zelo de sua proprietária, Amália Campos, que assim confessa: “desde meu tempo de aluna, dada a dificuldade de acesso aos livros e outros materiais didáticos, fui ensinada a ter muito cuidado com eles. Meus

livros eram meus amigos, mantinha com eles uma relação de cuidado e carinho” e em seguida acrescenta que o livro “Programa de Admissão” era na opinião dela “uma fonte de sabedoria para professor e aluno, ele continha conhecimentos de muitas áreas, necessários para a preparação dos alunos para o ginásio e, para mim como professora, trazia sugestões de conteúdos atualizados e exercícios, e por ser assim tão importante eu o guardei” (CAMPOS, ENTREVISTA, 2016).

Para análise do livro “Programa de Admissão”, mesmo que de forma sucinta, procurou-se levar em consideração tanto os seus aspectos físicos e iconográficos, como também o seu conteúdo. A apresentação da capa de um livro escolar requer cuidados especiais necessitando ser atrativa a fim de estimular e convidar alunos e professores, principal público-alvo a quem se destina, a folheá-lo. A obra em análise tem tamanho mediano, formato retangular e mede 15,5cm X 21cm. Como se pode observar nas figuras 112 e 113, o livro apresenta capa e contracapa duras com fundo de tonalidade azulada, cortadas ao meio por uma faixa contendo um desenho colorido com estampa representando uma caminhada de crianças contentes, bem fardadas e munidas de seus materiais escolares, sugerindo ter idade por volta dos 11 aos 13 anos e aparentando ser provenientes de classes abastadas, como assim era constituída a grande maioria das turmas dos ginásios da época. A ilustração que embeleza a capa da edição do livro “Programa de Admissão” traz em si a demonstração de um momento de convivência saudável, ativa e descontraída de uma turma, provavelmente rumo à uma sala de aula, despertando nos alunos o desejo de frequentar uma instituição ginásial, que deveria ser concebida como um ambiente acolhedor e, conseqüentemente, fazer desses alunos consumidores que viessem a adquirir esses livros, cumprindo com o propósito da editora.

Na parte superior da capa, com letras maiúsculas, lê-se o nome do livro “PROGRAMA DE ADMISSÃO” e, embora direto e sem muito poder atrativo como a ilustração, cumpre com o seu papel de título de livro remetendo ao conteúdo do mesmo deixando claro o que se vai encontrar no seu interior. No quadrante inferior direito da capa estão assentados, em ordem alfabética, os nomes completos dos autores: Aroldo de Azevedo, Domingos Paschoal Cegalla, Joaquim Silva e Osvaldo Sangiorgi e, do lado direito, destaca-se uma tarja preta com a palavra “NÓVO” (sic) subscrita com a expressão “COM MATEMÁTICA MODERNA” chamando a atenção dos seus leitores, mostrando que essa edição apresentava os conteúdos de Matemática dentro dos preceitos atualizados da disciplina.

No alto da contracapa encontra-se um espaço reservado para a identificação de a quem pertence o livro e a colocação do nome da escola. Particularmente, esse livro que está sendo

analisado, traz a assinatura de Amália Campos e, logo abaixo, o nome da escola de ensino primário que a mesma lecionava, o Grupo Escolar Armando Burlamaqui, escola que foi celeiro de muitos alunos que se tornaram ginásianos por meio do exame de admissão. A parte inferior da contracapa traz o nome da empresa responsável pela edição do livro, Companhia Editora Nacional, que segundo Toledo (2004, p. 5) surgiu a partir da antiga editora Monteiro Lobato e Cia, em 1925, e “transformou-se na maior editora do Brasil, voltando seus negócios para os livros escolares”.

O projeto gráfico do livro “Programa de Admissão” foi planejado por Theobaldo de Nigris e Rubens de Barros Lima e, no que diz respeito ao aspecto iconográfico, nele foi feita a inserção de ilustrações variadas como desenhos, tabelas, quadros e mesmo fotografias tornando o visual interno do livro mais atrativo para os padrões gráficos da época. O uso desses elementos iconográficos nos livros escolares tem a intenção de servir como “importante atrativo aos olhos do consumidor, principalmente dos públicos infantil e juvenil” (FERRARO, 2011, p. 178) além de sua importância pedagógica no sentido de auxiliar a compreensão de novos conhecimentos estimulando a aprendizagem dos alunos.

O livro “Programa de Admissão”, em estudo, é ilustradamente farto, apresentando em sua quase totalidade imagens coloridas e somente algumas poucas fotografias em preto e branco, inseridas no final do livro. As ilustrações estão distribuídas ao longo do livro, porém a quantidade delas em cada uma de suas partes não se apresenta equilibrada. A primeira parte, a que se refere ao conteúdo de Português, é a que tem a menor quantidade de ilustração, apresentando apenas alguns quadros sinóticos; a parte de Matemática é a que apresenta o maior número de desenhos coloridos, com a nítida intenção de colaborar para o desenvolvimento do raciocínio lógico dos alunos, como mandam os preceitos da Matemática Moderna; a parte reservada para História ganha destaque os desenhos dos vultos históricos e cenas de acontecimentos da História do Brasil; em Geografia, sobressaem os desenhos de mapas coloridos e fotos da época, em preto e branco, apresentando algumas transformações de paisagens urbanas representando o progresso do país.

Chama atenção no livro “Programa de Admissão” as ilustrações que estão postas nas páginas de abertura de cada parte do livro, que correspondem às matérias de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia. Cada uma dessas partes apresenta um atrativo desenho colorido onde se vê, em primeiro plano, um aluno desenvolvendo alguma atividade escolar tendo como fundo um quadro negro apresentando algum esquema feito com giz referente ao conteúdo de cada matéria, como pode-se constatar a seguir.

Figuras 114, 115, 116 e 117 - Ilustrações das páginas de abertura dos conteúdos de Português, Matemática, História e Geografia do livro “Programa de Admissão” – 1968

Figura 114 – (Português)



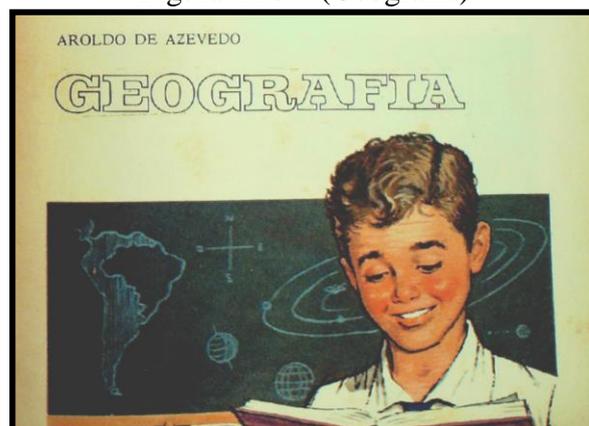
Figura 115 – (Matemática)



Figura 116 – (História)



Figura 117 – (Geografia)



Fonte: Livro “Programa de Admissão – 1968 – Biblioteca particular da Profª Amália Campos

Direcionando um olhar para o interior do livro “Programa de Admissão”, de 1968, encontra-se a comprovação de que o mesmo era aprovado oficialmente trazendo na sua página seis a informação de que tinha o seu “uso autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura. Registrado na Comissão Nacional do Livro Didático sob nº 2.751” (AZEVEDO et al, 1968). Convém lembrar que os livros didáticos sempre estiveram na mira do Estado, mesmo em momentos de abertura democrática, e principalmente quando se atravessava períodos de ditadura, como na época da publicação desse exemplar que está sendo analisado.

No início do período republicano, a expansão da rede escolar de ensino despertou no governo uma preocupação maior com o controle de livros didáticos e, em 1929, foi criado o Instituto Nacional do Livro para tal fim, porém a concretização desse intento ocorreu quase

dez anos depois, em 30 de dezembro de 1938, com o Decreto-Lei nº 1.006, que determinava os critérios para que o livro didático pudesse ser produzido, importado e utilizado no país. Por esse decreto foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) com a competência de:

- a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;
- b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;
- c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;
- d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei (BRASIL, DECRETO-LEI, 1.006, 1938).

Para que um livro fosse aprovado pela Comissão Nacional do Livro Didático era necessário que seu conteúdo, além de outras exigências, ressaltasse a honra nacional, que não se posicionasse contra o regime político vigente e nem ofendesse as instituições nacionais, que exaltassem aos heróis da pátria, que não injuriasse a raça brasileira ou inferiorizasse alguma das regiões do país, não se posicionasse contrário às confissões religiosas, não atentasse contra a família e desvirtuasse a personalidade humana. Além disso, para autorizar a circulação de um livro didático, o mesmo deveria obedecer às normas da língua culta, evitando o uso de gírias e os regionalismos da língua, como também não apresentar problemas de ordem científica e técnica e ainda declarar o autor ou autores do livro (BRASIL, DECRETO-LEI, 1.006, 1938). Foram esses, entre outros, os principais critérios relacionados à escolha do livro didático, que certamente os avaliadores da Comissão Nacional do Livro Didático encontraram no livro “Programa de Admissão”, no momento analisado.

A obra “Programa de Admissão” foi editada sob a coordenação geral do professor J. B. Damasco Penna e os autores já mencionados anteriormente, Domingos Paschoal Cegalla, Osvaldo Sangiorgi, Joaquim Silva e Aroldo de Azevedo responsabilizaram-se, respectivamente, pelos conteúdos de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia que, juntamente com as partes pré e pós-textual, ocupam as 516 páginas que compõem o miolo do livro. Os conteúdos de cada uma das disciplinas foram selecionados levando em consideração o programa oficial determinado pela Portaria nº 86, de 28/06/1967, do Departamento de Educação do Estado de São Paulo para a preparação das provas dos exames de admissão ao ginásio (AZEVEDO et al, 1968).

O programa de Português ocupava 130 páginas do livro e procurava abarcar os aspectos relacionados ao entendimento e composição de texto e gramática aplicada. Cada

lição iniciava com um texto para leitura e o entendimento do mesmo com o esclarecimento dos significados de algumas palavras e interpretação do texto lido através de um questionário seguido de um exercício que, comumente, findava com uma proposta de redação com temas envolvendo o cotidiano dos alunos ou que tivesse alguma finalidade prática estimulando a criatividade dos mesmos e levando-o a usar as palavras de forma correta e ordenadas logicamente e, por fim, a gramática aplicada incluindo análise sintática, análise morfológica e ortografia. Anexo à seção de Português, o livro traz algumas sugestões de leituras suplementares que eram muito utilizadas em ditados para treinamento da escrita certa das palavras.

Os conteúdos de Matemática tomavam 40% da parte interna do livro “Programa de Admissão” apresentando 210 páginas envolvendo os seguintes assuntos: noções sobre conjuntos; números naturais com destaque para as quatro operações fundamentais em suas ordens diretas e inversas; divisibilidade; números fracionários; sistema métrico decimal; medida de figuras geométricas. Na apresentação dos conteúdos era bastante usado o artifício da ilustração para facilitar a compreensão dos mesmos e desenvolver o raciocínio lógico dos alunos. A resolução de problemas constituía o cerne da disciplina procurando usar uma linguagem simples que envolvesse o cotidiano dos alunos propondo situações de ordem prática.

Os conteúdos de História do Brasil e Geografia ocupavam a menor porção do miolo do livro, respectivamente com 18% e 12% do total, numa clara demonstração de que as disciplinas de Português e Matemática eram as que apresentavam um maior grau de exigência e preocupação na preparação para os exames de admissão. Observa-se que a seleção dos conteúdos de História do Brasil obedece a uma linearidade e cronologia dos fatos com realce para as datas e para os vultos históricos, tomando seus atos como modelos de bravura e determinação a serem imitados pelos cidadãos, sem atentar para uma análise mais crítica.

Logo na primeira página da seção de História, o livro traz uma lista contendo os nomes das principais figuras históricas, com a indicação das páginas para facilitar a localização das referências sobre a vida e os atos de cada um, em seguida, enriquecido com atrativos desenhos, muitos coloridos e outros não, estão dispostos os assuntos acompanhados de algumas notas de esclarecimento e um questionário que remete a um ensino ainda baseado na memorização, por fim, as páginas finais dessa disciplina foram reservada para o vocabulário de algumas palavras empregadas nas lições de História do livro. Os conteúdos selecionados são apresentados na seguinte ordem e título:

Quadro 35 – Relação dos conteúdos de História do Brasil do livro “Programa de Admissão”

01	O descobrimento da América	10	Transmigração da família real para o Brasil
02	O descobrimento do Brasil	11	Independência do Brasil
03	Os indígenas	12	7 de abril – Regência
04	As capitanias hereditárias	13	O segundo reinado
05	Os três primeiros governadores-gerais	14	Guerra do Paraguai
06	A invasão do Rio de Janeiro pelos franceses – Fundação da cidade	15	A abolição
07	Invasões holandesas	16	Proclamação da República
08	Entradas e bandeiras	17	Governos republicanos
09	Conjuração mineira		

Fonte: (AZEVEDO et al, 1968, p. 8)

A disciplina de Geografia, por sua vez, ocupa a menor quantidade de espaço do livro com um total de apenas 66 páginas. Assim como nas partes anteriores, as lições de Geografia trazem muitas ilustrações coloridas com destaque para a abundância de mapas e algumas fotografias em preto e branco. O autor abre essa parte do livro agradecendo a gentileza dos colaboradores pela cessão das fotografias, enumerando cada um deles: Folha de São Paulo, Fotolabor, Foto Hess – Rio, Revista 4 Rodas, Revista Visão, São Paulo Light S.A, Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul e Usina de Volta Redonda.

Os textos das lições de Geografia apresentam um caráter descritivo e informativo, procurando apresentar aos alunos o mundo que os rodeia e de forma particular o Brasil, ressaltando a sua grandeza territorial e regional, os aspectos físicos e naturais com maior ênfase e, de relance, os seus aspectos econômicos, políticos e humanos. Os conteúdos dessa matéria estão agrupados em cinco unidades: O universo, O nosso mundo, As partes do mundo e seus países, O Brasil e As regiões brasileiras. Cada assunto é arrematado com notas contendo algumas curiosidades para complementação e melhor entendimento dos temas estudados, um minucioso questionário e um exercício de questões objetivas.

Por fim, o Livro “Programa de Admissão” resgatado como peça da cultura material do Ginásio Municipal Oeirense, é uma obra didática que se enquadrava nas exigências da Comissão Nacional do Livro Didático e, por observar as suas recomendações e ser por ela autorizado, conquistou a credibilidade dos seus leitores e manteve-se por 15 anos no mercado, sendo um dos livros preparatórios bem aceitos para os exames de admissão, chegando ainda a ser publicado em 1971 a sua 27ª edição, ano que, por força da Lei 5.692/1971, o ensino secundário passou a ter uma nova organização com a extinção dos ginásios e, conseqüentemente, o fim dos exames seletivos para esse ciclo de ensino.

6.3 “Questões para o exame de admissão”: elaboração das provas escritas para os exames de admissão do Ginásio Municipal Oeirense

Os exames de admissão, mesmo já existindo anteriormente como forma de selecionar alunos em muitas escolas, foi a partir da Reforma Francisco Campos, com do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que eles passaram a ser cobrados, obrigatoriamente, para o ingresso nas escolas de ensino secundário no Brasil, estabelecendo no seu artigo 22 as matérias contempladas e um indicativo sumário de seus conteúdos, a saber: “O exame de admissão constará de provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências naturais” (BRASIL, DECRETO Nº 19.890,1931).

Durante o período de sua vigência, os exames de admissão sofreram alterações tanto nas recomendações para a elaboração das questões das provas como nos conteúdos das mesmas. Aksenen e Miguel (2013) apontam algumas mudanças, dentre elas as legitimadas pela Portaria nº 142, de 24 de abril de 1939, que recomendava a realização, no mesmo dia, das provas de Português e Aritmética, consideradas de caráter eliminatório e com valor mínimo de 50 pontos para aprovação, e assim adquirir direito de realizar as demais. Quanto à prova de Aritmética, essa deveria ser elaborada contendo, no mínimo, cinco questões envolvendo problemas elementares e práticos. Nas provas orais, recomendava-se que os examinadores arguissem os alunos com questões referentes aos pontos sorteados por, no mínimo, cinco minutos e, no final do processo, a média geral deveria ser igual ou superior a 50 pontos.

As instruções e os programas para realização dos exames de admissão sofreram alterações como as determinadas por força da Portaria nº 479, de 30 de novembro de 1940, e as advindas da Circular nº 13, de 3 de dezembro de 1940, que, além de outras recomendações,

orientava que os exames orais de Matemática deveriam adotar “cálculos mentais rápidos, desenvolvimento de expressões aritméticas simples e problemas de raciocínio simples (BRASIL, Circular nº 13/1940 apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p. 6).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, manteve os exames de admissão como forma de seleção dos alunos para iniciarem o ensino secundário e as recomendações da Portaria 479/1940 permaneceram até 30 de novembro de 1942, quando da expedição da Portaria nº 681-A/1942 trazendo alguns ajustes como a supressão das Ciências Naturais dos exames, mantendo as provas de Português, Matemática, História e Geografia e a retirada do assunto sistema monetário brasileiro do programa de Matemática que foi reintroduzido posteriormente pela Portaria nº 610, de 17 de novembro de 1943 (AKSENEN; MIGUEL, 2013).

Outras portarias foram expedidas procurando sempre fazer pequenas adequações nas provas dos exames de admissão. Em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4.024/1961, o ensino secundário recebe a denominação de ensino médio, apresentando a mesma estrutura anterior de dois ciclos – o ginásial e o colegial, exigindo para a entrada no 1º ciclo a “aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no decorrer do ano letivo” (BRASIL, LEI n. 4.024, 1961), e por dez anos essa exigência se manteve, passando, porém, por outras pequenas adaptações até 11 de agosto de 1971, quando a Lei 5.692/1971 entra em vigor extinguindo de todo território nacional os exames de admissão..

Os exames de admissão ao Ginásio Municipal Oeirense procuravam seguir as recomendações gerais exigidas pela legislação educacional, eram supervisionados pelos inspetores e suas tão temidas provas eram elaboradas e aplicadas pelos próprios professores da instituição. Para a elaboração das questões era constituída uma comissão formada pelo diretor e professores e era comum a mesma tomar por base na preparação da prova os programas oficiais contidos em alguns manuais, livros e apostilas específicas para esses exames.

Na garimpagem das fontes para realização deste trabalho, localizou-se, em meio aos documentos amontoados em uma sala da Unidade Escolar Farmacêutico João Carvalho e sob a guarda da 8ª Gerência Regional de Educação de Oeiras, o exemplar de uma apostila que, muito provavelmente, tenha servido de banco de questões para a preparação das provas dos exames de admissão do Ginásio Municipal Oeirense, cuja capa e contracapa estão expostas nas figuras a seguir.

Figura 118 – Capa da apostila Questões para o Exame de Admissão – 196-?

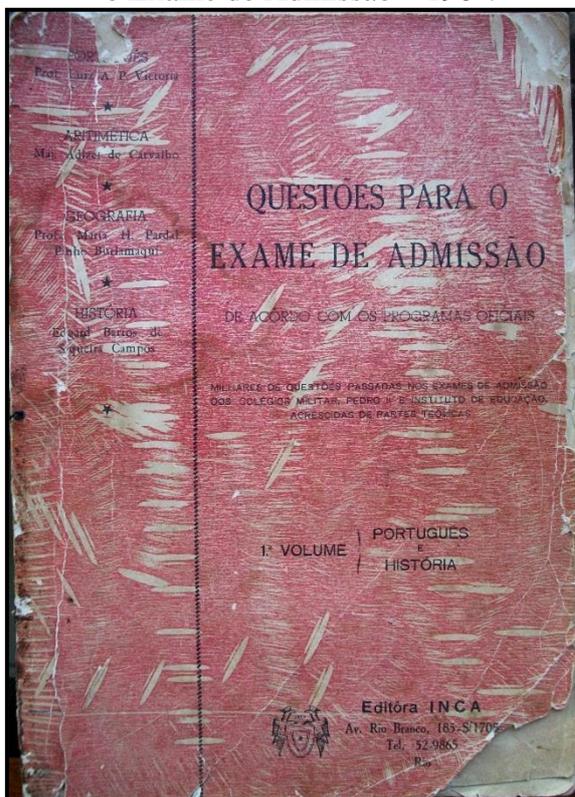
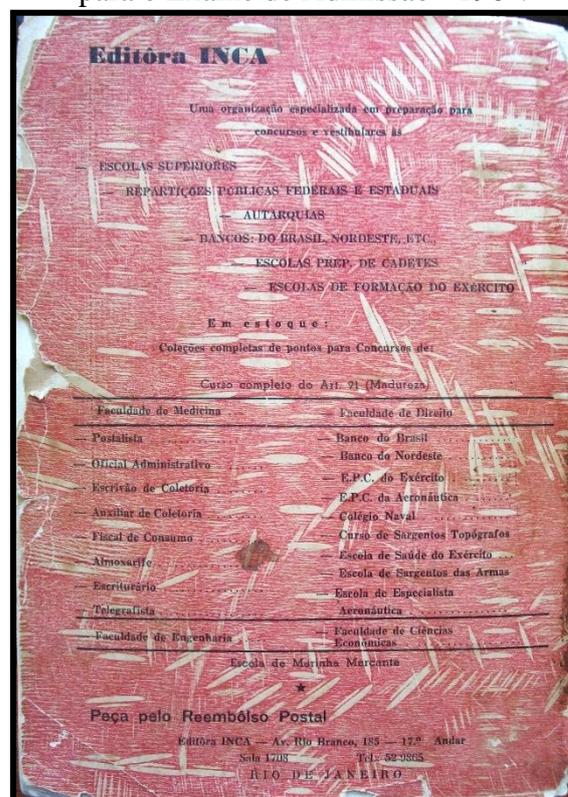


Figura 119 – Contracapa da apostila Questões para o Exame de Admissão - 196-?



Fonte: Arquivo da 8ª Gerência Regional de Educação – Oeiras-PI

A apostila em tela apresenta uma encadernação do tipo lombada quadrada, colada e reforçada por três pinos de metal evitando que suas folhas se desprendessem com facilidade, uma vez que se apresenta volumosa e produzida para ser frequentemente manuseada. Possui um miolo formado por 142 páginas impressas sem contar com a capa, contracapa e as folhas de guarda. Não apresenta ilustrações e, conforme o propósito que caracteriza esse tipo de material didático, apresenta o conteúdo das matérias de forma reduzida e superficial e uma grande quantidade de questões referentes aos mesmos, tendo como estratégia pedagógica de aprendizagem treinar os alunos a fixarem os pontos básicos de cada disciplina e torná-los hábeis na resolução das questões propostas. Porém, o exemplar ora analisado, por chegar aos dias atuais apresentando um bom estado de conservação, apesar da qualidade inferior do papel utilizado, e não apresentar rasuras nem outra marca de uso, leva a crer que era de utilização exclusiva da comissão organizadora dos exames e, por essa razão, guardado com extremo cuidado.

A capa e a contracapa da apostila, como podem ser observadas nas figuras 118 e 119, são as únicas partes que apresentam um leve colorido e assim mesmo em uma só tonalidade,

com padronagem monótona e pouco atrativa. Na capa, em destaque, logo lê-se o título “Questões para o exame de admissão” que por si só encerra o objetivo da apostila, que é propor questionamentos sobre assuntos específicos do exame de admissão. Essa apostila corresponde ao volume 1 e abrange os conteúdos de Português e História, o que se supõe ser o volume 2 formado pelas disciplinas de Matemática e Geografia, pois eram essas as matérias contempladas por lei para os exames de admissão.

No quadrante superior esquerdo da referida capa estão relacionadas as matérias que formam os dois volumes da apostila e seus referidos autores: Português – Prof. Luiz A. P. Victoria (reconhecido autor de vários livros de Português, além de dicionários e coleções de trabalhos literários); Aritmética – Maj. Adizel de Carvalho (engenheiro militar do exército brasileiro); Geografia – Prof^ª. Maria H. Pardal Pinho Burlamaqui (professora da rede de ensino secundário do Rio de Janeiro); História – Edgard Barros de Siqueira Campos, (professor de origem pernambucana com vivência no Rio de Janeiro).

Os volumes 1 e 2 do apostilado “Questões para o exame de admissão” eram produzidos pela Editora INCA. Esse volume 1, em análise, expressa claramente em sua capa a informação de que os conteúdos de Português e História estão em conformidade com os exigidos pelos programas oficiais e chama atenção para o seu foco de interesse, anunciando que o mesmo apresenta “milhares de questões passadas nos exames de admissão dos colégios Militar, Pedro II e Instituto de Educação, acrescida de partes teóricas” (VICTORIA, CARVALHO, BURLAMAQUI, CAMPOS, 196-?, CAPA).

Na contracapa, ou quarta capa, como também é chamada, em destaque está o nome da Editora INCA, que era responsável pela publicação da apostila. Essa editora caracterizava-se como uma organização especializada em preparação para concursos e vestibulares de escolas superiores, como para as faculdades de Medicina, Direito, Engenharia, Ciências Econômicas, repartições públicas federais e estaduais, autarquias, bancos do Brasil, Nordeste, etc., escolas de preparação de cadetes, escolas de formação do exército, marinha e aeronáutica, curso completo de Madureza e outro mais. A contracapa também traz a informação de que essa editora possuía em estoque coleções completas para tais concursos atendendo por reembolso postal através do endereço Av. Rio Branco, 185 – S/1708, Telefone – 52.9865, Rio de Janeiro (VICTORIA, CARVALHO, BURLAMAQUI, CAMPOS, 196-?, CONTRACAPA).

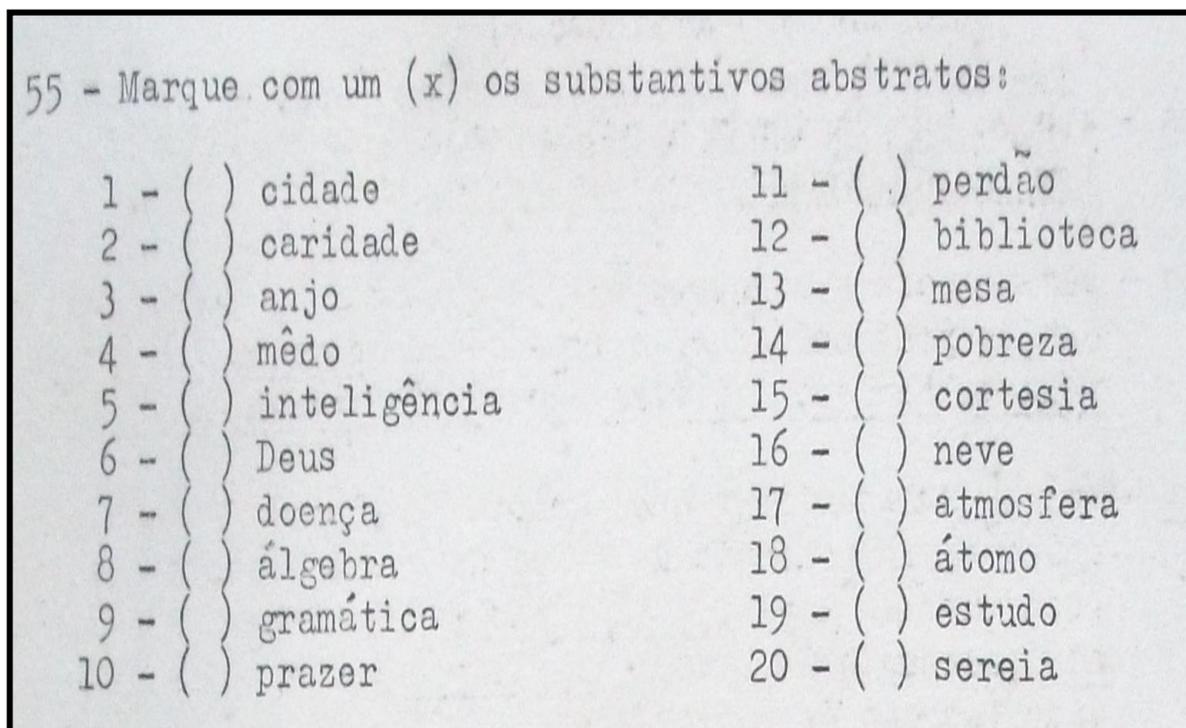
O volume 1 da apostila “Questões para o exame de admissão”, em apreciação, refere-se às disciplinas de Português e História. Ao abrir a parte alusiva aos conteúdos de Português, na página reservada para a apresentação da disciplina, o autor dirige-se aos professores expondo os objetivos como sendo o de fazer uma recapitulação intensiva dos assuntos dessa

matéria e treinar os alunos por meio da repetição de exercícios que se apresentavam em profusão, possibilitando a livre escolha e uso de questões diversas pelos professores, dosando-as a seu critério (VICTÓRIA, 196?, apresentação).

Na organização da matéria de Português, o autor preferiu, primeiramente, apresentar cada parte dos conteúdos gramaticais de forma separada, sucinta e pontual seguida de um considerável número de questões objetivas, não esquecendo das análises morfológicas de palavras e frases e, quase sempre, concluindo os exercícios com uma proposta de composição.

A apostila traz um total de 201 questões de Português, algumas tomadas como exemplos nas figuras a seguir e finaliza essa primeira parte com uma pequena nota sugerindo a indicação de outros livros do autor, Prof. Luiz Augusto Pereira Victória, tais como: “Dicionário Ideológico de Coletivos, Adjetivos, Aumentativos, Diminutivos, Plurais Díficeis, Topônimos e Gentílicos, Parônimos”, “Aprenda a Falar e a Escrever Corretamente sua Língua”, “Exercícios Gramaticais e Textos a Corrigir” e “Como se Deve Dizer e Como não se Deve Dizer” (VICTÓRIA, 196?, p.126)

Figura 120 – Exemplo de questão de Português contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questão de múltipla escolha



Fonte: (VICTÓRIA, 196-?, p.25)

Figura 121 – Exemplo de questão de Português contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questão de preenchimento de lacuna

62 - Completar as frases abaixo com um dos coletivos seguintes:

cardume - revoada - bando - constelação - chusma - cáfila - acervo -
manadas - vara - rebanho.

1 - Uma de camelos atravessava o deserto.
2 - O de malfeitores assaltou o viajante.
3 - Uma de pombos levantou vôo.
4 - Este aluno escreveu um de disparates na sua composição.
5 - A do Cruzeiro acha-se no pólo.
6 - Uma de moscas invadiu a casa.
7 - Os elefantes da África vivem em
8 - O pastor apascenta o
9 - A de caitetus desembestou pela floresta.
10 - Os peixes desciam o rio em

Fonte: (VICTÓRIA, 196-?, p. 31)

Figura 122 – Exemplo de questões de Português contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questões descritivas

92 - Analisar morfológicamente as palavras da frase abaixo.

1 - Ele
2 - foi
3 - passear
4 - com
5 - o
6 - primo
7 - e
8 - ainda
9 - não
10 - voltou

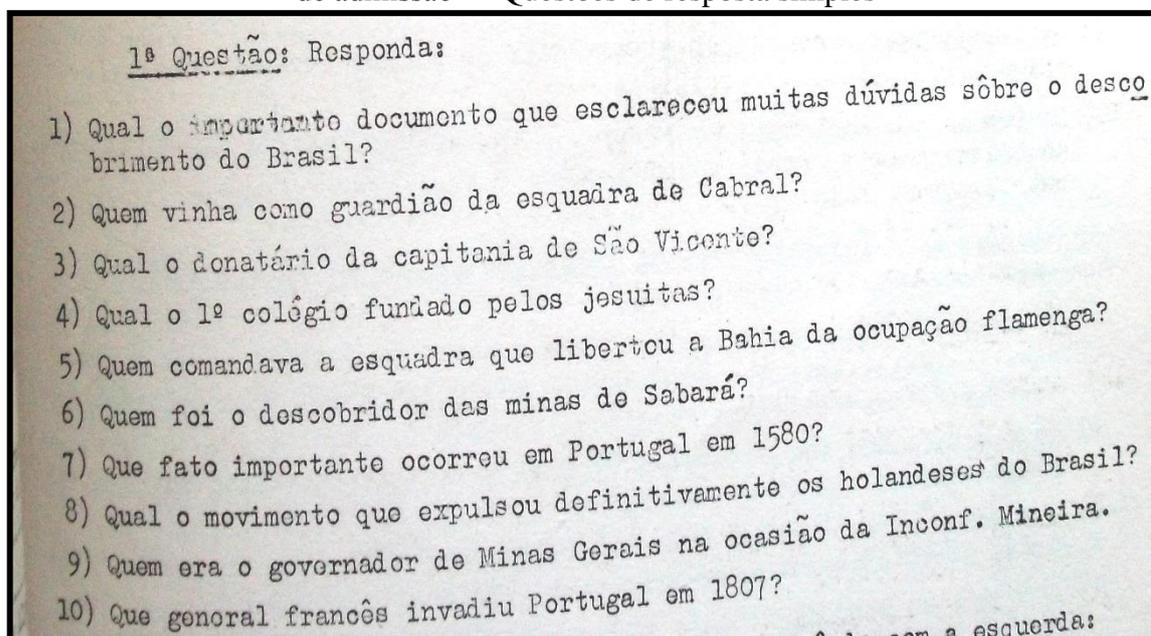
93 - Composição - Um grande feriado - festa no colégio - recitativos cantos - discurso do diretor - alegria geral.

Fonte: (VICTÓRIA, 196-?, p. 51)

Diferentemente da organização da parte inicial, a de Português, na parte de História da apostila, o seu autor, Edgard Barros de Siqueira Campos decidiu, primeiramente, apresentar todo o conteúdo de forma sucinta, levando em consideração a cronologia dos principais fatos da História do Brasil e, como o próprio autor afirma, esse resumo servia “apenas para auxiliar o aluno a situar, em sua sucessão no tempo, os acontecimentos marcantes do nosso surgimento como nação”, e o mesmo faz um alerta quanto aos extensos exercícios que seguem as breves explanações dos assuntos, informando que “êsse resumo não responde pois, a tôdas as perguntas que se seguem nesse livro” sendo por vezes necessário procurar suas respostas em outros textos (CAMPOS, 196?, p. 1).

A segunda parte da apostila, que está reservada para a disciplina de História, contém 142 páginas e desse total apenas 16 delas expõem o resumo dos conteúdos, em 68 páginas estão propostos os exercícios referentes à disciplina, nas outras 40 seguintes o autor apresenta um dicionário dos vultos históricos e finaliza com um calendário destacando as principais datas históricas, ocupando 18 páginas. Os exercícios são constituídos de questões variadas, prevalecendo os questionários como forma de ativar nos alunos o processo de memorização dos fatos, dos vultos e datas históricas. Muitas das questões propostas foram retiradas de exames anteriores realizados pelo Instituto de Educação, Escola Normal Carmela Dutra e Colégio Militar. A seguir, podem-se ver alguns tipos de questões de História utilizadas na citada apostila:

Figuras 123 – Exemplos de questões de História contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questões de resposta simples



Figuras 124 – Exemplo de questão de História contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questão de múltipla escolha

(24) Tiradentes, cujo nome verdadeiro era

Martim Afonso de Sousa,
 Henrique Dias,
 José da Silva Lisboa,
 José Joaquim da Silva Xavier,
 Joaquim José da Silva Xavier,

foi enforcado no ano de

1549,
 1789,
 1792,
 1889,
 1822,

Fonte: (CAMPOS, 196-?, p. 51)

Figuras 125 – Exemplo de questão de História contidas na apostila “Questões para o exame de admissão” – Questão de múltipla escolha

121 - Faça a correspondência entre as colunas:

Comandou a esquadra holandesa	()	(1) Salvador Correia de Sá
de socorro	()	(2) D. Francisco de Moura
Chefiou o socorro vindo do	()	(3) Hans Ernst Kijff
Rio de Janeiro	()	(4) Hendrickszoon
O governador que recebeu a	()	
rendição holandesa	()	
Quem assinou a rendição pelos	()	
holandeses	()	

Fonte: (CAMPOS, 196-?, p. 25)

Percebe-se nessa breve análise da apostila “Questões para o exame de admissão” que a mesma cumpria com o propósito desse tipo de produção, que era a condensação das matérias exigidas pelos programas oficiais para os exames de admissão, pontuando os assuntos de forma superficial e linear, sem criticidade, dentro de uma postura tradicional, tendo a memorização como fundamento didático da aprendizagem. Em particular, a apostila ora analisada, que fazia parte do acervo do Ginásio Municipal Oeirense, servindo de apoio para os professores na elaboração de questões de exames de admissão lá realizados, constitui-se num

importante artefato da cultura material dessa instituição, dando indicativos das práticas pedagógicas usadas na preparação dos pretensos ginásianos.

6.4 Economia doméstica: aprendendo na escola a dirigir tecnicamente um lar

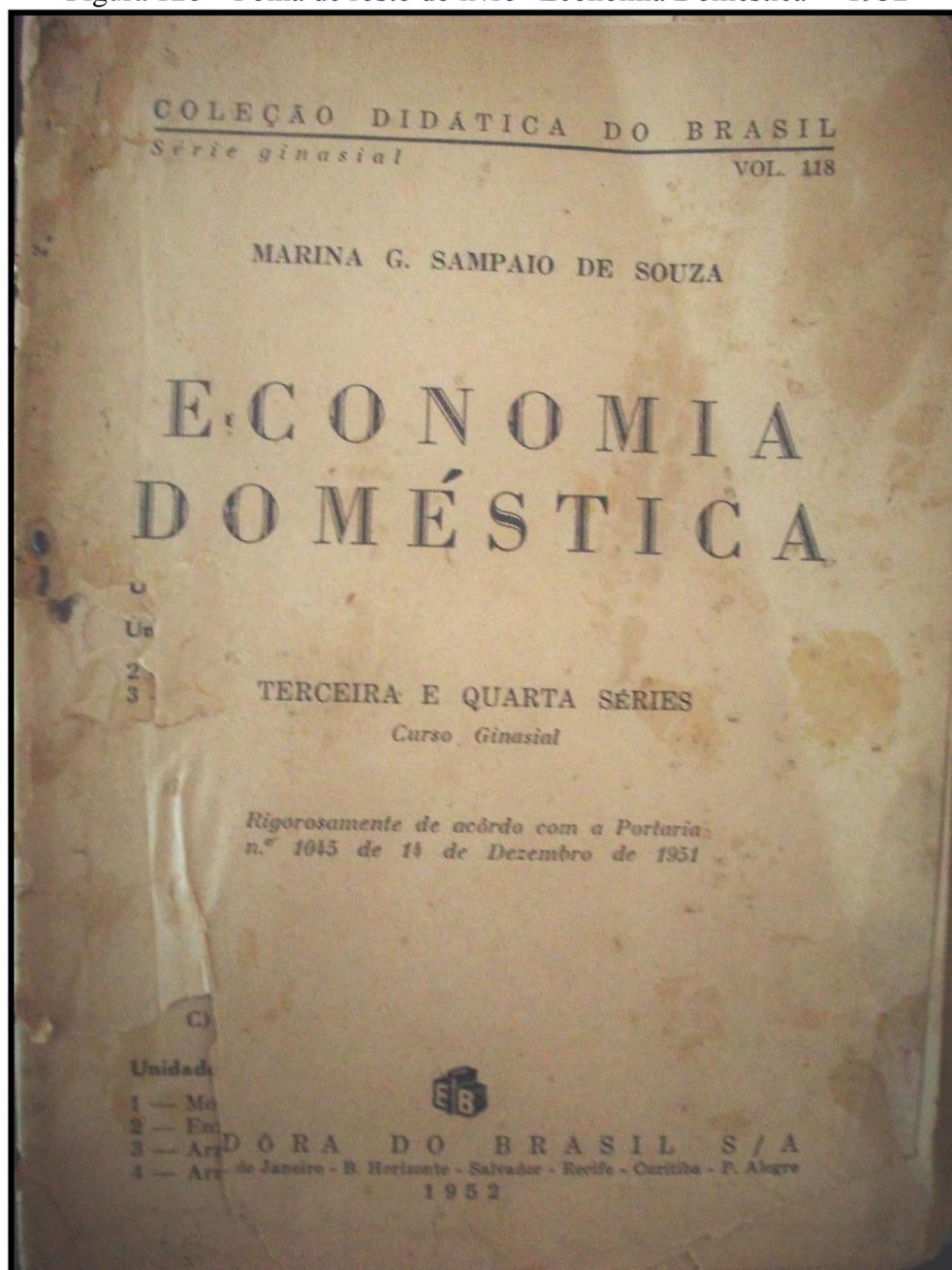
A disciplina Economia Doméstica tornou-se obrigatória, com essa designação, com o Decreto-lei 4.244/1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário. Essa lei fazia uma referência particular ao ensino secundário feminino, reservando para isso um artigo específico no qual determinava que essa disciplina se fizesse presente nas duas últimas séries do ginásio, tendo como alvo as alunas e o propósito de nelas desenvolver a sua natureza feminina, habilitando-as para o gerenciamento do lar.

Chervel (1990, p. 187) afirma que para ter uma disciplina na mira de um estudo “a história dos conteúdos é evidentemente seu componente central, o pivô ao redor do qual ela se constitui”, além de fazer ponderações a respeito de suas finalidades, atentando que “pode-se globalmente supor que a sociedade, a família, a religião experimentaram, em determinada época da história, a necessidade de delegar certas tarefas educacionais a uma instituição especializada”, no caso a escola, para dar conta de certas demandas, atentando que as finalidades educativas variam no tempo, assim como os conteúdos ensinados.

Esse raciocínio leva ao entendimento de que a disciplina Economia Doméstica proposta no currículo dos cursos ginásiais, em particular do Ginásio Municipal Oeirense, apresentava os conteúdos de instrução para doutrinação das alunas com a intenção de torná-las boas donas de casa, esposas cuidadosas e mães amorosas, bem ao gosto da sociedade da época, principalmente dos setores católicos, cumprindo assim a escola a sua função educativa.

A disciplina Economia Doméstica, no Ginásio Municipal Oeirense, foi ministrada pela professora Amália do Espírito Santo Campos que para desenvolver sua prática docente procurou orientar-se nos ensinamentos contidos no livro “Economia Doméstica” que, com muita dificuldade, o diretor do ginásio, o Padre Balduino, mandou comprar no Rio de Janeiro, em 1952, ofertando-lhe, e com muito zelo soube conservá-lo por 65 anos tornando-se hoje um importante elemento da cultura material dessa instituição de ensino. Esse livro pode ser considerado como um objeto revelador dos conhecimentos ensinados e de condutas inculcadas em um momento específico do funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense, como se posiciona Julia (2001) ao definir cultura escolar.

Figura 126 – Folha de rosto do livro “Economia Doméstica” - 1952



Fonte: Souza (1952, p. 5)

A folha de rosto do livro ora analisado, como pode ser vista na figura 105, traz com letras em destaque o título “Economia Doméstica” e tem como autora Marina G. Sampaio de Sousa. Foi publicado pela Editora do Brasil no ano de 1952 e faz parte do acervo dos primeiros livros impressos especificamente para ser usado na disciplina de mesmo nome nas terceiras e quartas séries dos cursos ginásiais. Corresponde ao Vol. 118 da “Coleção Didática do Brasil”, série ginásial e traz a informação de que está em consonância com a Portaria nº 1045, de 14 de dezembro de 1951, que trata do desenvolvimento dos programas mínimos a

serem desenvolvidos no ensino secundário com indicação das respectivas metodologias (BRASIL, Portaria nº 1045/1951)

O livro “Economia Doméstica” apresenta encadernação em brochura com dimensões medindo 16cm X 22,5cm, consideradas como padrão na produção de livros no Brasil. Possui 152 páginas impressas, 11 delas correspondendo às partes pré e pós-textuais e outras 141 formando o miolo do livro, todas amareladas e com algumas manchas deixadas pelo tempo. Apesar de não ter mais a capa e contracapa, no geral o seu estado de conservação pode ser considerado bom. Traz poucas ilustrações, apenas alguns desenhos rabiscados com nanquim inseridos em uma ou outra lição ao longo do livro.

O conteúdo do livro está dividido em duas partes conforme sua indicação para a terceira ou quarta série. Os assuntos da terceira série estão distribuídos em 80 páginas organizadas em quatro seções e essas em unidades menores. A primeira seção “A” – “INTRODUÇÃO”, possui só a unidade I – “Objeto da Economia Doméstica”, e nela a autora faz uma breve exposição abordando a necessidade do estudo dessa disciplina, o que a comporta e destaca o papel que compete à mulher na vida em família. A família era vista como o “alicerce da grande construção do mundo” e a sua organização e união era fundamental para proporcionar um ambiente seguro para seus membros, harmonia e progresso social. A mulher era apresentada como tendo as condições naturais perfeitas para influenciar decisivamente no ambiente familiar, sendo que o lar era o seu reino (SOUZA, 1952, p. 13).

A escola, nesse caso, era chamada apenas para ajudar as mulheres ensinando-lhes a dirigir técnica e racionalmente o seu futuro lar, uma vez que para a sociedade da época, as mesmas já continham em si os sentimentos e singelezas que lhes eram peculiares e que favoreciam a sua missão de donas de casa, esposas e mães. A disciplina Economia Doméstica, na opinião da autora do livro, era a ideal para esse propósito, por fornecer “o conhecimento de regras e preceitos que ensinam a bem dirigir um lar, a uma preparação completa para a vida em família” (SOUZA, 1952, p. 14), pois para ela, naquela ocasião, já se percebia certo desinteresse das mulheres pelos afazeres domésticos e criação de seus filhos muitas vezes entregues aos serviçais, em geral analfabetos.

A inclusão dessa disciplina nos currículos das escolas secundárias ginasiais era vista como pertinente, porque, para a autora, a mulher precisava compreender o papel que lhe estava destinado na sociedade e assim relata:

A mulher em função da maternidade, tendo a seu cargo cuidar da saúde e da moral de um filho, devendo guiar-lhe os primeiros passos, ensinar-lhes as primeiras letras e as noções de honra e de dever, precisa de uma instrução

sólida e perfeita orientação para desempenhar otimamente essa missão. É necessário que a mulher deixe os bancos escolares com a perfeita compreensão da sua vida futura, que ela saiba administrar uma casa, como usar adequadamente os alimentos, que tenha noções de Puericultura, e, sobretudo, que sinta como é importante, como é nobre a sua missão no lar. [...] Ao lado de todos esses conhecimentos, aprenderá ainda a empregar melhor e proveitosamente o dinheiro, comprando estritamente o necessário para uma vida normal, dentro da verba disponível (SOUZA, 1952, p. 14).

A segunda seção “B”, da parte destinada às alunas do terceiro ano ginásial – ARRANJO E HIGIENE DA HABITAÇÃO, contém duas unidades que se complementam – “A habitação da família” e “A higiene da casa”. Na unidade II, “A habitação da família”, pode-se perceber claramente o perfil das mulheres que frequentavam os ginásios, pois a preocupação era com a formação de um determinado tipo de segmento feminino, o das mulheres de classes mais privilegiadas que, como ressalta a autora, tivessem condições de mandar construir suas casas tendo o cuidado de estudar minuciosamente os detalhes, desde a compra do terreno até a escolha do material de construção, tudo em conformidade com um engenheiro especializado no assunto.

Aconselha Souza (1952, p. 15), que, caso não fosse possível a mulher ter uma casa ampla e confortável para a sua família, que optasse por uma que tivesse “além dos quartos e salas, as seguintes dependências: copa, despensa, cozinha, banheiro, quarto e banheiro para empregada, área ou quintal”. Dando continuidade, a autora delineia cada dependência que uma boa casa deve ter, chamando atenção para as instalações e arranjos das mesmas e para os detalhes como amplitude, claridade e arejamento; sugere alguns tipos de móveis a serem usados na casa, recomendando que no momento de sua aquisição “não se deve esquecer a seguinte diretriz: utilidade, simplicidade, construção sólida, madeira de lei e acabamento perfeito” (SOUZA, 1952, p. 18); lembra que a ornamentação de uma casa deve ser de bom gosto, simples, sóbria, evitando o excesso e ainda apresenta como sugestão uma relação de utensílios e outros objetos de uso diário e obrigatório em uma casa, advertindo que os mesmos deveriam “ser sempre da melhor qualidade possível, principalmente os usados na alimentação; assim os talheres deverão ser inoxidáveis, porque, além de serem mais fáceis de limpar, durarão mais” (SOUZA, 1952, p. 21).

A autora teve a preocupação em ilustrar o conteúdo dessa unidade com alguns desenhos, como os que se seguem:

Figuras 127, 128, 129 e 130 – Sugestões apresentadas no livro “Economia Doméstica para móveis e arranjos para dependências de uma casa

Figura 127 – Sala de estar

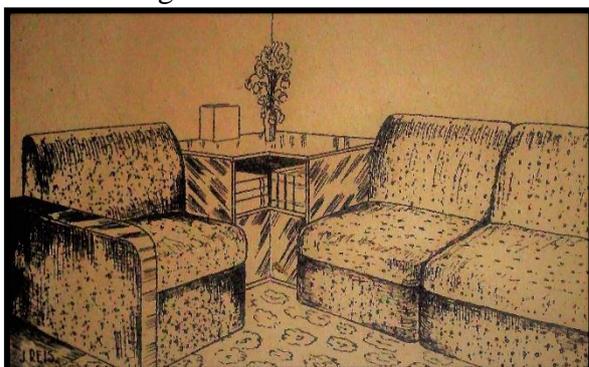


Figura 128 – Sala de estudo

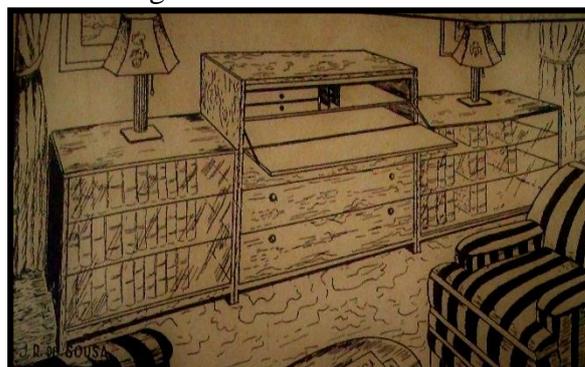
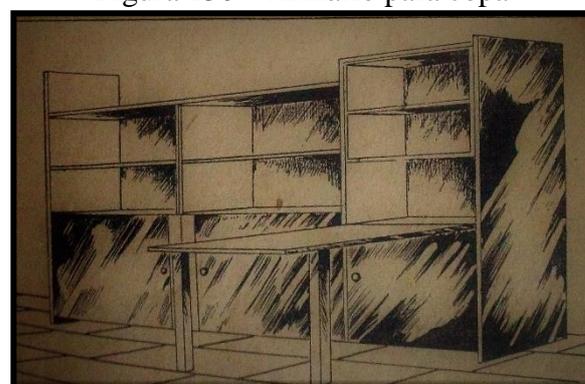


Figura 129 – Penteadeira para banheiro



Figura 130 – Armário para copa



Fonte: (SOUZA, 1952, p. 16-17-19-20)

A unidade III, “A Higiene da Casa”, aborda como se deve proceder com a limpeza dos pisos, paredes e tetos de uma casa, principalmente em relação à cozinha, aos dormitórios e banheiros, adverte sobre a importância da iluminação e arejamento dos seus cômodos, alerta para as doenças respiratórias que podem ser causadas pelas poeiras e dá orientações para o combate dos bolores e insetos, recomenda o uso da água potável e apresenta alguns conselhos e sugestões para a limpeza e conservação de artefatos domésticos.

A seção “C”, tem como título “PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DE ROUPAS” e está subdividida em três unidades – Unidade IV, “Roupa de cama e mesa” – Unidade V, “Peças de Vestuário” – Unidade VI, “Lavagem e passagem das roupas”. Quanto às roupas de cama e mesa, a autora cita as suas peças indispensáveis, o tipo de tecido recomendado para a confecção de cada uma, e indica que as fronhas e lençóis sejam bordados com monogramas, que as colchas com tecidos estampados, grandes bordados e franzidos deixam o quarto com um aspecto bonito, que os cobertores devem sempre ser colocados para arejar, que as toalhas de mesa podem ser de cores e padronagem diversas, porém com bainhas impecáveis, e para as moças casadoiras não se descuidou a autora do livro de elaborar um enxoval com a

quantidade mínima de peças para uso de um casal e que por sua originalidade estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 36 – Sugestão de enxoval para um casal

PEÇAS MÍNIMAS PARA UM ENXOVAL			
QUANT	ESPECIFICAÇÃO DAS PEÇAS	QUANT	ESPECIFICAÇÃO DAS PEÇAS
	DOMITÓRIO		COZINHA
6	Lençóis lisos	18	Toalhas para pratos
6	Lençóis bordados	12	Toalhas para panelas
6	Fronhas bordadas	6	Toalhas para talheres (de flanela)
12	Fronhas Simples	10	Toalhas de mão
2	Colchas para uso diário	10	Pegadores de panelas
2	Colchas para a noite	4	Panos para lavar louças
1	Colcha para dia de recepção		BANHEIRO
1	Cobertor	12	Toalhas de rosto
	SALA DE JANTAR	12	Toalhas de banho
6	Toalhas de mesa para uso diário (com 6 guardanapos)	6	Tapete para banheiro
		3	Cobertura para vaso sanitário
2	Toalhas de mesa para jantar (com 12 guardanapos)		ROUPA PARA EMPREGADA
		6	Aventais
2	Toalhas bordadas para chá (com 6 guardanapos)	4	Lençóis
		4	Fronhas
1	Toalha de mesa para dias festivos em linho bordado (com 12 guardanapos)	4	Toalhas de rosto
		2	Toalhas de banho
		2	Colchas
12	Porta guardanapos	1	Cobertor
3	Jogos individuais		
	COPA	OBS: Deveriam ser adquiridos peças de tricô, crochê, frilolitê, filé ou de tecidos bordados, além de 4 panos para limpar o chão.	
8	Panos para bandeja		
8	Panos para cesta de pão		

Fonte: (SOUZA, 1952, p. 43-44-45)

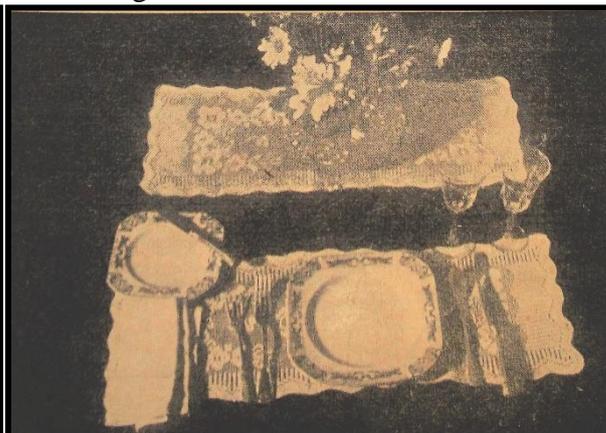
Fechando essa unidade, a autora não esqueceu de recomendar de como se arruma uma mesa, não só para os dias de festas, quando se recebem convidados, mas que fosse um hábito diário, pois uma mesa bem posta e arrumada era o reflexo do gosto apurado de uma boa dona de casa, que não deveria se descuidar da limpeza dos utensílios, toalhas e guardanapos, como também dos arranjos florais que deveriam ter cabos curtos para não atrapalhar a interação dos comensais à mesa e dos candelabros nos dias dos jantares de mais cerimônia. Arremata esse conteúdo com ilustrações de mesas bem arrumadas como pode-se observar nas figuras 114 e 115 que trazem o arranjo de mesas coletivas e individuais para os dias comuns.

Figuras 131 e 132 – Arrumações de mesas coletivas e individuais

Figura 131 – Mesa coletiva



Figura 132 – Mesa individual



Fonte: (SOUZA, 1952, p. 46-47)

As duas últimas unidades, V e VI, da seção “C”, tratam, respectivamente das “Peças de Vestuário” colocando em relevo os principais itens que devem compor um guarda-roupa masculino, feminino e infantil, como também os cuidados e a importância higiênica para com os mesmos, e da “Lavagem e passagem das roupas”, informando os procedimentos necessários, cuidados, materiais de limpeza adequados e alguns conselhos e dicas para uma manutenção perfeita das peças. Apresenta às futuras mães as principais peças que devem compor um enxoval de um recém-nascido e que estão listadas no quadro 35.

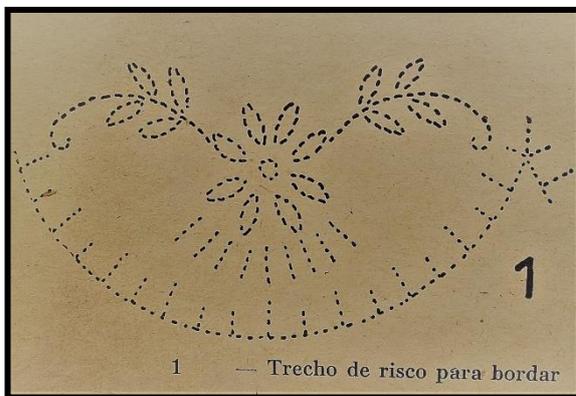
Quadro 37 – Sugestão de um enxoval para recém-nascido

PEÇAS MÍNIMAS PARA O ENXOVAL DO RECÉM-NASCIDO	
QUANT.	ESPECIFICAÇÃO DAS PEÇAS
4	Atadura de crepom (cinteiro) de 5 cm de largura
12	Babadores
8	Camisas de pagão
8	Camisolas compridas
8	Casaquinhos de lã (flanela ou tricô)
4	Cobertores
2	Colchas
6	Cueiros
6 dz	Fraldas
8	Fronhas (sem bordado)
1	Impermeável para cama
8	Lençóis
1	Manta de lã ou capa
1	Saco para dormir
12 p.	Sapatinhos de lã
3	Toalhas para banho (tamanho médio, macia)

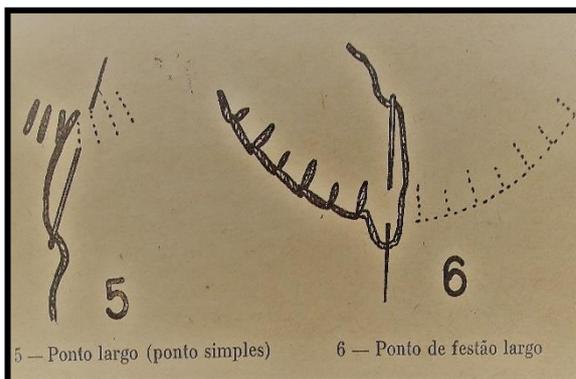
Fonte: (SOUZA, 1952, p. 46-47)

Concluindo os conteúdos da terceira série, na seção “D”, “PREPARO, CONSERVAÇÃO E USO DOS ALIMENTOS”, vê-se que os conteúdos da mesma estão agrupados em quatro unidades: a unidade VII – “Alimentação e sua importância”, compara o humano com uma máquina e o alimento como combustível para o funcionamento do seu organismo, dá a classificação e função dos alimentos e ainda trata sobre os sais minerais, as vitaminas e hormônios; a unidade VIII – “Subnutrição e estados de carência” apresenta a adequação dos alimentos conforme as fases da vida e ao trabalho, realçando o valor calórico e protetor de alguns deles e as consequências de sua carência; a unidade IX – “Origem e preparo geral dos alimentos” traz uma listagem de alimentos de origem vegetal e animal, os seus valores nutritivos, os procedimentos para preparação e conservação de alguns e conselhos e sugestões para isso; a unidade X – “Uso dos alimentos” apresenta padrões de dietas, alerta sobre o rigor para com os horários das refeições, sugere receitas para merendas escolares e sobremesas e dicas úteis de alimentação. A autora finaliza essa seção introduzindo noções de bordado, apresentando modelo de rabisco e tipos de pontos para bordar mais comuns e fáceis para serem praticados, conforme pode-se constatar nas figuras abaixo:

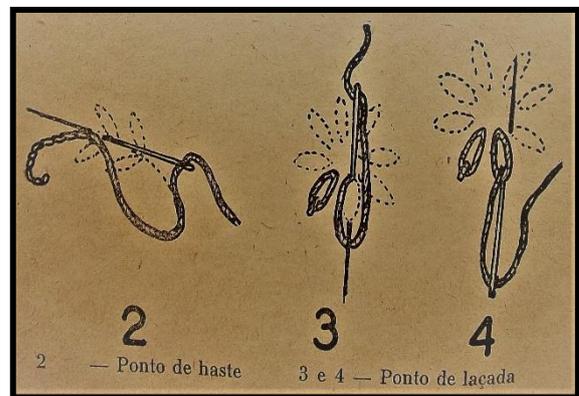
Figuras 133 – Sugestão de rabisco para bordados



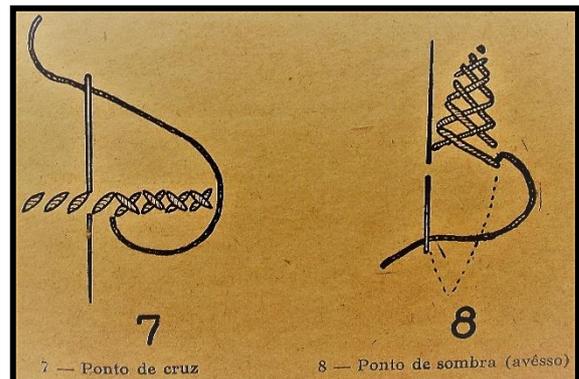
Figuras 135 – Pontos largo e festão para bordado



Figuras 134 – Pontos de haste e laçada para bordado



Figuras 136 – Pontos de cruz e sombra para bordado



Na sequência, correspondendo à unidade III, intitulada “Relações no lar”, a autora assegura que a harmonia doméstica tem como condição primeira o equilíbrio financeiro, cabendo, principalmente, à mulher manter essa estabilização, que, quando assegurada, proporciona um relacionamento familiar saudável baseado na afetividade e na compreensão. O tratamento entre os cônjuges deve ser respeitoso e exemplar para os filhos e empregados, refletindo também fora do lar, nas suas relações sociais. No fechamento dessa unidade, a autora apresenta algumas regras de boas maneiras indispensáveis aos momentos de convívio social, dentre eles: nascimento, casamento, falecimento, mudança de residência, doença, visita e jantar.

Na seção “B” da segunda parte do livro são apresentadas as “NOÇÕES DE PUERICULTURA” separadas em seis unidades: “A criança” – unidade IV, “O recém-nascido” – unidade V, “A alimentação da criança” – unidade VI, “Cuidados higiênicos gerais da criança” – unidade VII, “A criança depois do primeiro ano de vida” – unidade VIII, “Moléstia da primeira infância” – unidade IX. Nessa seção a criança é vista como o “tesouro do lar”, pois, além de trazer alegria, ela influencia na aproximação maior do casal e, por sua fragilidade, a mesma deve ter seus direitos observados e receber cuidados especiais, principalmente no que tange a higiene, vestuário, alimentação e saúde, sem esquecer de estimular a sua linguagem e ofertar-lhe amor e carinho. Para tudo isso, a autora aponta regras a serem observadas pelas aprendentes de mãe no trato com sua futura prole.

Os arremates finais do livro “Economia Doméstica” são feitos na seção “C” sob o título “NOÇÕES DE SERVIÇO SOCIAL” desmembrada na unidade X – “Noções de enfermagem” e na unidade XI – “A mulher e o serviço social”. Em ambas, a mulher é chamada a aprimorar o seu dom de servir. Primeiramente em casa prestando socorros de urgência e para isso são sugeridos alguns cuidados para prevenção de acidentes e providências gerais para agirem em determinados casos de afogamento, asfixia, insolação, choque elétrico, envenenamento, fraturas e luxações, hemorragias, queimaduras e outros. Para uma ação mais eficiente é recomendado que toda mulher tenha em casa uma farmácia caseira com materiais para primeiros socorros.

Na unidade XI, “A mulher e o serviço social”, ela é também chamada para aguçar o seu espírito feminino, manifestando a sua inata solidariedade para com o sofrimento dos desafortunados, procurando minimizar seus sofrimentos por meio da caridade e do amparo social e moral, pois segundo a autora “alma sensível, coração transbordante de amor, dedicação, carinho, a mulher será sempre, para melhor compreensão entre todos os seres humanos, a grande inspiração divina, a intérprete perfeita das virtudes divinas: fé, esperança e

caridade” (SOUZA, 1952, p. 148). Além de etiquetar a mulher de dona de casa, mãe, esposa, mestra e enfermeira, o livro é finalizado com a seguinte afirmação: “Em várias outras atividades poderíamos ressaltar a colaboração indispensável da mulher na sociedade, basta dizer que é ela a principal responsável pela formação dos dirigentes de Pátria” (SOUZA, 1952, p. 150).

No curso ginásial, percebe-se, de modo geral, que há uma preocupação diferenciada com a formação de uma elite feminina chegando a apresentar no seu currículo uma disciplina específica para tal fim. O livro “Economia Doméstica” veio contribuir com esse propósito disponibilizando um conteúdo que viesse moldar o perfil da mulher ideal para a sociedade daquela época.

6.5 A caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense: identidade e controle

Em uma pesquisa histórica, os vestígios garimpados, ao caírem nas bateias de um historiador, poderão se transformar em valiosas fontes reveladoras de um passado que possibilitam a sua compreensão. Tal assertiva sustenta-se no que diz Saviani (2006, p. 30) de que “fontes históricas são sempre produções humanas [...] São documentos, vestígios, indícios que foram se acumulando ou foram sendo guardados, aos quais recorreremos quando buscamos compreender determinado fenômeno”, porém acrescenta que,

Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em conseqüência (sic), aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido (SAVIANI, 2006, p. 30).

Uma das preciosidades encontrada nas buscas incessantes dessa pesquisa foi uma caderneta escolar utilizada pelos alunos do Ginásio Municipal Oeirense. Essa caderneta escolar pertence à Solange Gonçalves Reis, que a guardou cuidadosamente por 48 anos sob a justificativa de que a mesma traz boas lembranças de seu tempo de estudante.

Se para a sua proprietária essa caderneta escolar tem um forte valor sentimental, para este trabalho ela se torna uma rica fonte de pesquisa contendo indicativos importantes de práticas desenvolvidas no interior do Ginásio Municipal Oeirense, contribuindo, por sua vez, para a construção de um conhecimento histórico sobre essa instituição.

Figura 139 – Caderneta Escolar do Ginásio Municipal Oeirense



Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

O uso da caderneta escolar não era uma exclusividade do Ginásio Municipal Oeirense, mas uma determinação expressa na Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942 para todas as escolas secundárias do país. Em seu Art. 38 essa lei expressa que “cada aluno de estabelecimento de ensino secundário possuirá uma caderneta, em que se lançará o histórico de sua vida escolar, desde o ingresso, com os exames de admissão, até a conclusão, com a expedição do devido certificado” (BRASIL, DECRETO-LEI Nº 4.244, 1942). Dessa forma, a caderneta escolar era tida como um documento oficial de identidade do aluno, constando as informações básicas de identificação do mesmo, de controle de sua frequência e notas, além de ser uma forma de possibilitar a comunicação entre a escola e a família. Hoje, em substituição às antigas cadernetas têm-se as versões mais atualizadas denominadas de agendas ou diários escolares dos alunos.

A capa da caderneta escolar individual do aluno, ora analisada, possui cor vermelha, como se pode constatar na figura anterior, trazendo na parte superior a logomarca com o nome da instituição e local de sua instalação apresentando uma tipologia própria que a caracterizava – Ginásio Municipal Oeirense – Oeiras-Piauí. No centro da logomarca vê-se o seu símbolo composto pelas imagens de um tinteiro com uma pena nele introduzida e um livro aberto com a data da fundação da instituição. Na parte inferior da caderneta está uma etiqueta reservada para colocar alguns dados de identificação do aluno. A capa apresenta-se resistente para que não se rasgasse com o constante manuseio e envolvida por plástico grosso para uma melhor proteção proporcionando-lhe uma maior durabilidade.

Essa caderneta é pequena e tem dimensões medindo 10cm X 7,5cm, tamanho ideal para a condução no bolso da farda do aluno, possibilitando o fácil acesso. Possui, excetuando a folha de guarda inicial, 29 páginas impressas, sendo que a maioria era para anotações manuais ao longo do ano letivo conforme a necessidade. Na primeira página, a de identidade do aluno, além de uma fotografia 3X4, que deveria ser colocada na parte superior, seguida do ano letivo correspondente, havia as lacunas para serem preenchidas com informações mais detalhadas do aluno ou da aluna como nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento e endereço residencial. Após conferência dos dados, essa página era assinada pelo diretor.

O verso da página de identidade traz uma observação chamando a atenção dos pais ou responsáveis para, diariamente, examinarem a caderneta escolar. Enumera quatro regras orientando o seu uso correto: a primeira faz uma alerta que, caso a caderneta não seja apresentada ou não exiba as anotações do dia, o pai ou responsável seria solicitado a comparecer à instituição; na sequência, atenta para punição que estava sujeito o aluno que alterasse as informações contidas na caderneta; se a caderneta sofresse alguma rasura, alterações, eliminações ou rasgos de folhas deveria ser substituída por uma segunda via; e, por fim, estabelece que a entrega da caderneta a uma pessoa encarregada, deveria ser feita antes de iniciarem as aulas recebendo-a de volta apenas depois da última aula do dia.

Figuras 140 e 141 – Páginas de identidade do aluno e observações contidas na caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense

Figura 140 – Página de identidade

IDENTIDADE

Foto

ANO LETIVO DE 1956

Aluna: Solange Gonçalves Reis

Filiação: Manuel Aguiar Reis
Solange Gonçalves Reis

Natural de: Oeiras - Brasil

Nascimento: 24 de setembro de 1956

Resid.: Oeiras - Brasil

Nº 215 Fone: 70

Pe. David Augusto

Diretor

Figura 141 – Página de observação

OBSERVAÇÕES

É de suma importância que os pais ou responsáveis examinem CADA DIA a Caderneta Escolar.

- 1 - Quando o aluno não apresentar a caderneta ou apresenta-la sem as anotações correspondentes ao dia, solicita-se ao Pai ou Responsável que se comunique com o Estabelecimento.
- 2 - Toda alteração ou supressão de anotações lançadas nesta caderneta será passível de punição.
- 3 - Ficará sujeita à substituição por 2ª. Via a caderneta em que forem encontradas rasuras, alterações, supressões ou dilacerações de folhas.
- 4 - A caderneta deverá ser entregue pelo aluno antes da primeira aula e retirada depois da última aula do dia.

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

A caderneta escolar do Ginásio Municipal Oeirense que está sendo analisada tinha, dentre outras, a função de fazer o controle da frequência do aluno. Em uma de suas páginas deixa claro que esse ato se encontrava respaldado legalmente na Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961, que textualmente expressa em seu Art. 38-VI a seguinte norma: “frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas” (BRASIL. Lei nº 4.024, 1961). Para o cumprimento do que determinava essa lei, o referido ginásio usava a estratégia de, diariamente, recolher as cadernetas dos alunos para que nelas a secretária ou auxiliares assentassem o carimbo de “COMPARECEU”. A ausência de um aluno era registrada com o carimbo de “FALTOU” tão logo esse apresentasse a caderneta. Havia também carimbos para registrar o “DOMINGO”, “FERIADO” E “DIA SANTO”. Essa rotina diária do ginásio é lembrada por Maria do Espírito Santo Rêgo e por Olavo Braz Barbosa Nunes Filho, ex-alunos do ginásio, que relatam:

Para o controle da frequência tinha uma caderneta, e só entrava na escola quem tinha levado essa cadernetinha. A gente ia entrando e a secretária ou auxiliar de secretaria ia recebendo a caderneta e depois carimbava todas com os nomes: compareceu, faltou ou feriado (RÊGO, ENTREVISTA, 2016).

Eu me lembro da Belisa Portela que era a secretaria principal e a outra que era a Teresinha Maranhão. Elas cuidavam das nossas cadernetas de estudante. Era uma caderneta pequena de capa bastante endurecida que você recebia no primeiro dia de aula e a partir daí controlava a frequência, as notas e as recomendações dos alunos para os pais (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Figuras 142 e 143 – Páginas da caderneta escolar G.M.O. relacionadas à frequência
 Figura 142 – Frequência - Recomendações

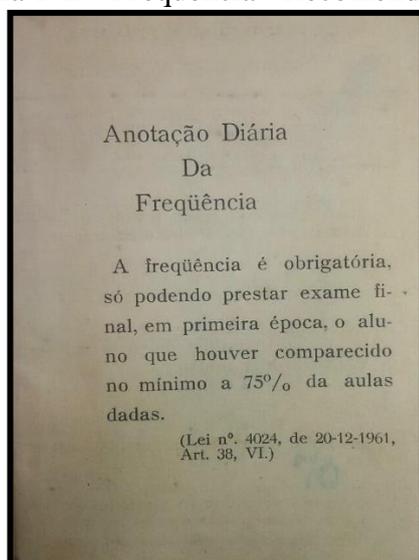


Figura 143 – Frequência - Registro

Maio	
DIAS	DIAS
1	16
2	17
3	18
4	19
5	20
6	21
7	22
8	23
9	24
10	25
11	26
12	27
13	28
14	29
15	30
	31

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

Na caderneta havia espaços reservados para o lançamento das notas e total de faltas de cada mês e para o cálculo geral das médias de cada disciplina. As notas consideradas aprovativas, ou seja, iguais ou maiores que cinco, eram anotadas com canetas de cor azul, ao passo que as notas reprovativas eram registradas com a cor vermelha. A nota vermelha na caderneta representava um baixo desempenho e era muito temida pelos alunos, pois muitas vezes resultava numa pisa e num castigo certo em casa. O aluno nessa situação evitava o quanto possível mostrar os resultados aos pais e assim declara Olavo Nunes: “você tinha que apresentar a caderneta todo dia e quando se chegava em casa a gente sempre escondia essa caderneta por causa das notas baixas” (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

Figuras 144 – Página da caderneta escolar G.M.O. para lançamento mensal de notas e faltas

Disciplinas	NOTAS TOTAIS								MENSAIS DE FALTAS							
	Março		Abril		Maio		Junho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro	
	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F	N	F
Religião																
Português	41	60	83	40	x	41	83	1								
Francês																
Inglês	40	80	80	80	x	80	80	80								
Matemática	68	80	80	80	1	80	90	90								
C. Naturais	88	80	90	80	x	80	90	80								
História	88	80	90	80	x	80	90	90								
O. S. P. B.																
Geografia	80	80	80	80	1	80	80	80								
Desenho																
C. Orfeônico	80	80	80	80	x	80	80	80								
A. Feminina																
Ed. Física																

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

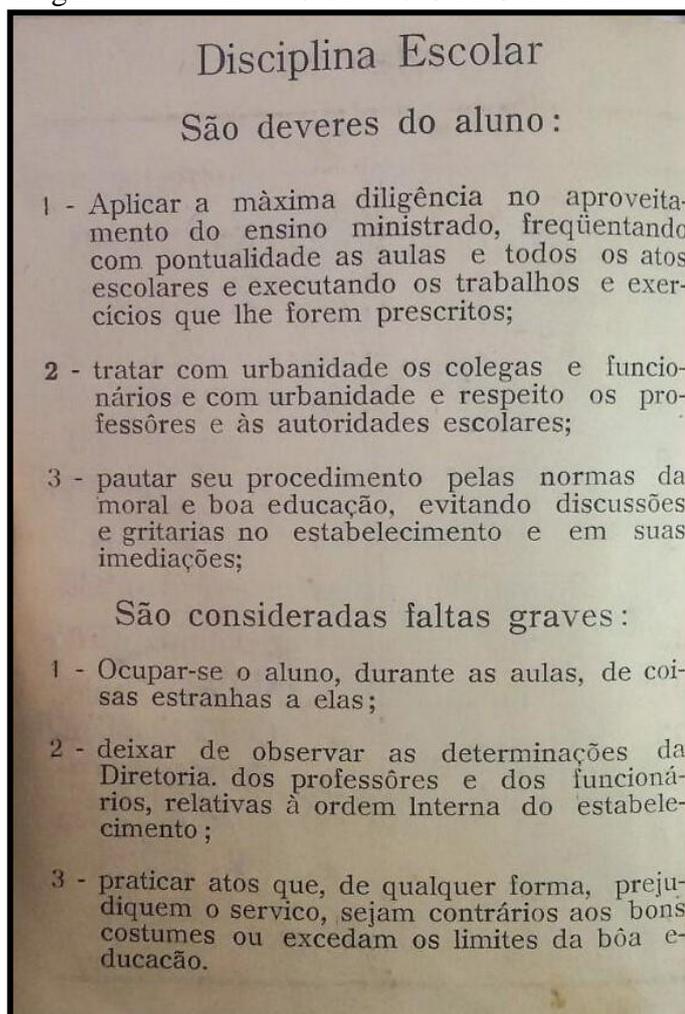
Figura 145 – Página da caderneta escolar G.M.O. para lançamento das médias anuais

COMPUTO DAS MÉDIAS						
Disciplina	Méd. Anual	x 6	Exa Final	x 4	Total	Nota Final
Religião						
Português	59	354	67	268	612	61
Francês						
Inglês	81	486	100	400	886	87
Matemática	80	480	93	372	852	77
C. Naturais	78	468	48	192	660	65
História	85	510	55	220	730	73
O. S. P. B.						
Geografia	75	450	45	180	630	65
Desenho						
C. Orfeônico	84	504	90	360	864	86
A. Feminina						
E. Física						
Resultado: 74 (Aprovada).						

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

A disciplina escolar era mantida com rigor no Ginásio Municipal Oeirense e, como bem lembra um de seus ex-alunos, “lá tinha uma disciplina rígida e exigia um bom comportamento dos alunos, tinha suas regras e punições” (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016). Uma das páginas da caderneta escolar que merece relevo é a que trata da disciplina escolar enumerando alguns dos deveres dos alunos e algumas das faltas consideradas graves. Quanto aos deveres destacados na caderneta, exigiam-se do aluno a assiduidade e pontualidade às aulas, a execução dos trabalhos e exercícios escolares e muita atenção ao ensino ministrado; o tratamento entre os colegas e, principalmente, com os professores e diretor deveriam fundar-se no respeito e urbanidade e o comportamento dos alunos, tanto no interior da escola como nas imediações, deveria ser pautado nos preceitos da moralidade e da civilidade. Não era permitido, constituindo-se falta grave, o aluno ater-se com coisas que não se relacionasse com a aula ministrada, não acatar as ordens e normas da escola e praticar atos que ferissem os bons costumes.

Figuras 146 - Página da caderneta escolar do G.M.O. referente à disciplina escolar



Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

A caderneta escolar era também usada para manter a comunicação entre a instituição e a família dos alunos que lá estudavam, apresentado quatro páginas específicas para a comunicação do estabelecimento e sete páginas destinadas aos pedidos e justificações dos pais ou responsáveis. Na penúltima página impressa encontra-se o quadro de horário para ser preenchido pelo aluno e uma observação alertando que o mesmo deveria sempre chegar pelo menos 10 minutos antes da primeira aula e não se retirar, sem consentimento, antes de concluídas todas as aulas daquele dia. Por fim, a última página da caderneta escolar traz um quadro para controle do pagamento da matrícula e das mensalidades.

Figuras 147 e 148 – Páginas da caderneta escolar destinadas à comunicação entre o Ginásio Municipal Oeirense e a família dos seus alunos

Figura 147 – Página de comunicação do estabelecimento

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

Figura 148 – Página de comunicação do pai ou responsável

Fonte: Arquivo particular de Solange Gonçalves Reis

6.6 O emblema do Ginásio Municipal Oeirense: uma forte impressão

Os emblemas ou brasões são figuras simbólicas, imagens usadas com intenção de representar entidades possibilitando seu reconhecimento. Eram muito usados na Europa da Idade Média para representar os reinos, certos grupos familiares ou instituições de prestígio.

Essa forma de representação firmou-se ao longo dos anos chegando aos tempos atuais, tornando-se comum em empresas, agremiações esportivas, corporação, confrarias e instituições diversas, dentre elas as escolares faziam uso desses distintivos que contribuía como meio representativo de sua identidade, como símbolo de pertencimento.

O Ginásio Municipal Oeirense tinha o seu emblema que se arraigou na memória coletiva daqueles que conviveram diretamente como membro daquela comunidade escolar e dos seus contemporâneos que participaram indiretamente do convívio social com esses. Esse artefato foi localizado dentro de um livro numa das estantes da biblioteca particular da professora Amália Campos e que, segundo a mesma, pertencia ao seu sobrinho Paulo Jorge Campos Reis, ex-aluno da referida instituição. Por ser considerada a identidade gráfica do ginásio estudado, merece aqui um destaque especial.

Figuras 149 e 150 – Emblema do Ginásio Municipal Oeirense

Figura 149 Emblema original do GMO



Fonte: Arquivo particular de Amália Campos

Figura 150 – Desenho do emblema do GMO



Fonte: Desenho feito por Laís Reis

O emblema do Ginásio Municipal Oeirense, como pode ser observado nas figura 208 e 209, apresenta o formato de um escudo e possui fundo azul marinho, cor padrão do ginásio para os dias de gala. Assim como um escudo que é uma arma de defesa com a qual os guerreiros se protegem dos ataques inimigo, pode-se crer que esse emblema ao tomar, propositalmente, esse formato quisesse transmitir a ideia do ginásio como uma instituição forte e aguerrida na sua missão de proteger os alunos na luta constante para o combate da ignorância.

No corpo do emblema encontra-se distribuídos os seguintes elementos: as imagens de um livro e duas penas cruzadas que remetem à compreensão do ginásio como um local da cultura letrada e fonte do saber; um monograma composto pelas letras iniciais do nome do ginásio no formato de um círculo, por ser essa figura geométrica associada à ideia de perfeição assim como deveria ser a constante busca dos membros dessa instituição de ensino; por fim, traz o ano de criação e o local de funcionamento do Ginásio Municipal Oeirense.

O emblema mede 6cm X 5cm e foi estampado em um tecido grosso e, posteriormente, plastificado dando-lhe proteção e conferindo-lhe uma resistência maior para o seu uso e conservando-o das ações de desgaste provocada pelo tempo. No verso do emblema havia um suporte para ser colocado um broche a fim de fixá-lo no bolso da farda ou na manga da camisa, um pouco abaixo da altura do ombro. O uso desse artefato é assim descrito por dois ex-alunos do Ginásio Municipal Oeirense:

O ginásio tinha duas fardas, uma farda de cor cáqui para o dia a dia e tinha a farda de gala com que os alunos se apresentavam nas solenidades cívicas como no 7 de Setembro. Era uma farda de casimira azul com listra branca e camisa branca, com uma dobra em cima do ombro [platina de ombro] com estrelas mostrando o ano que se estava cursando e se usava também um emblema. Com um alfinete se pregava esse distintivo do Ginásio Municipal Oeirense do lado esquerdo do peito e era isso aí que foi muito usado na farda de gala, mas que depois caiu em desuso e passou a fazer um bolso já com o logotipo do ginásio (REIS, ENTREVISTA, 2017).

O emblema era usado em dias de grandes festas do Ginásio Municipal Oeirense. Era colocado na altura do ombro da camisa branca de mangas compridas. No ginásio se usava mangas compridas até na diária, mas só lembro de usar esse distintivo em dias grandes como no 7 de Setembro, Páscoa e etc. (NUNES FILHO, ENTREVISTA, 2016).

O emblema do Ginásio Municipal Oeirense, como peça acessória usada para compor o fardamento escolar, era um símbolo de pertencimento a essa instituição de ensino que conferia aos alunos o seu status de estudante reforçando dessa forma a sua identidade estudantil. Por ser um importante indicador de um modo de ser e pensar essa escola, pode ser considerado um elemento de sua cultura material.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa caminhada, chegou o momento da parada obrigatória para o descanso do pesquisador andarilho, pois sabe-se que o caminho de uma pesquisa acadêmica não tem fim, mas tem tempos determinados a serem cumpridos. Nesta ocasião, faz-se necessário um olhar retrospectivo para apresentar o roteiro das aventuras vividas na jornada investigativa e os conhecimentos construídos nas experiências desafiadoras enfrentadas.

No percurso desta pesquisa foi-se superando os desafios próprios de uma investigação no campo da História da Educação e abrindo veredas ao longo do caminho que possibilitaram a construção de clareiras pondo à mostra aspectos importantes que configuraram a educação secundária ginásial do Piauí republicano e que, em particular, permitiram a revelação da cultura escolar manifestada no Ginásio Municipal Oeirense.

Na primeira etapa dessa turnê histórica procurou-se fazer um aprofundamento teórico e metodológico que veio definir o conteúdo da bagagem necessário para que se pudesse obter o êxito da jornada. Trilhou-se pelo paradigma historiográfico da História Cultural, enveredou-se pelo estudo das instituições escolares tendo como guia a cultura escolar. Os princípios da História Cultural deram sustentação ao desenrolar dessa pesquisa possibilitando penetrar por atalhos em busca dos modos de ser e fazer de épocas passadas.

No passo a passo dessa marcha investigativa pode-se confirmar que no Brasil colonial o ensino secundário, basicamente, foi implantado e sistematizado pela ação dos jesuítas que imprimiram uma cultura escolar própria para além da formação intelectual, mas também fortemente marcada pela formação moral e religiosa.

Depois da fase jesuítica, a Coroa adotou como novo modelo educacional proposto por Pombal, o sistema de aulas régias, tanto para as aulas de primeiras letras como para as aulas de nível secundário, com vista à modernização do ensino em consonância com as ideias iluministas, numa tentativa de substituir a estrutura do ensino jesuítico, porém sem conseguir superá-lo na sua eficácia. Embora o ensino jesuítico e as aulas régias pombalinas de nível secundário tivessem como finalidade o ensino de humanidades, esses dois sistemas de ensino divergiam no interesses de formar pessoas para o exercício da fé ou pessoas à serviço da Coroa, respectivamente.

No Piauí, enquanto capitania, o ensino secundário não se firmou, não obstante as intenções dos jesuítas em tentar criar seminários e as constantes solicitações dos governantes da Capitania do Piauí à Coroa em favor da educação, no sentido se serem criadas aulas régias. Mesmo não tendo êxito as empreitadas educativas dos inicianos no Piauí, a cultura escolar

jesuítica já enraizada no território brasileiro refletiu na escolas piauienses que foram criadas posteriormente.

Dando um passo a mais no desenvolvimento da pesquisa, já com o Brasil independente politicamente e com a educação submetidas às suas próprias leis, detectou-se que a situação do ensino secundário nas primeiras décadas imperiais não sofreu alterações expressivas. Manifestou-se como um ensino ao alcance de poucos, permanecendo de forma elitizada por todo esse período. A educação secundária, com o Ato Adicional de 1834, descentralizou-se e fragmentou-se ficando sob a responsabilidade das províncias. Permaneceu o sistema de aulas avulsas que aos poucos iam sendo agrupadas criando as primeiras instituições públicas secundárias provinciais sob a denominação de Liceus ou Ateneus. Tais instituições tinha como modelo o Colégio Pedro II. A cultura escolar dessas instituições caracterizava-se por apresentar práticas europeizantes e elitistas, adotando um ensino humanista e aplicando um rigoroso processo de admissão sendo, portanto, altamente seletiva.

No Piauí provincial, o ensino secundário, de início, encontrou dificuldades de se estabelecer, poucas cadeiras isoladas foram criadas, quase sempre em vacância por não encontrar pretendentes interessados ou qualificados para regê-las, além da carência de materiais didáticos e a falta de interesse dos alunos. Nessa época, merece destaque a iniciativa particular do Padre Marcos em manter uma escola de nível elementar e secundário, na sua fazenda Boa Esperança, no sertão piauiense e também do Padre Francisco Domingos de Freitas que lecionava Latim sua fazenda Piripiri, bem como do Dr. Cândido de Deus e Silva que ministrava aulas secundárias em Parnaíba.

Em 1845, foi criada a primeira instituição pública de ensino secundário no Piauí, o Liceu Provincial, que iniciou seu funcionamento em Oeiras, enquanto capital, mas que foi transferido, em 1952, para Teresina, quando esta se tornou a nova sede do governo provincial. O Liceu Provincial, assim como os demais estabelecimentos de nível secundário, procurou espelhar-se no Colégio Pedro II e, como esse, atendia um seletivo grupo de alunos oriundos de classes sociais privilegiadas. Essa escola tornou-se referência em educação secundária por todo esse período e mesmo tendo alterado o seu nome e endereço alguma vezes permanece como uma conceituada da escola pública em funcionamento no Estado.

Com a República, o ensino secundário permaneceu sob a responsabilidade dos Estados e para ajustá-lo ao novo regime várias reformas tomaram esse nível como alvo de suas propostas: Reforma Benjamim Constant – 1890, Reforma Epiácio Pessoa – 1901, Reforma Rivadávia Correa – 1911, Reforma Carlos Maximiliano – 1915, Reforma Rocha Vaz – 1925.

Essas reformas visavam o ensino no Distrito Federal, porém os Estados as tomavam como modelo para organizar os seus sistemas.

No início do período republicano, o Piauí apresentava uma educação secundária fragilizada ofertada por algumas escolas particulares como o Colégio Correntino Piauiense, o Colégio Diocesano São Francisco de Salles, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, o Colégio Nossa Senhora das Graças e o Ginásio Parnaibano e, oficialmente, pelo Liceu Piauiense. Essas escolas estavam inseridas num contexto de reformas frequentes que algumas, mal cogitavam a ser implantadas, já eram substituídas.

No Liceu Piauiense era ministrado um ensino secundário excludente, uma regalia para poucos com a finalidade oferecer uma cultura intelectual que preparasse os alunos tanto para pleitear uma matrícula nos cursos superiores como para obter o grau de Bacharel em Ciências e Letras. Era uma instituição que apresentava um forte rigor disciplinar sob a ameaça de castigos com o pretexto de zelar pela educação moral de seus alunos e manter a ordem institucional. O Liceu tinha como missão moldar o seu aluno na figura do cidadão republicano culturalmente preparado para atuar na sociedade. A história do Liceu Piauiense e do ensino secundário do Estado se fundem, passando por períodos de instabilidades, mas ainda mantêm-se em pleno funcionamento. Hoje essa escola é denominada de Colégio Zacarias de Góis, uma homenagem ao seu fundador.

Em 1931, o ensino secundário foi remodelado pela Reforma Francisco Campos procurando por a educação secundária em conformidade com o processo de modernidade que o país estava vivendo. Foi dada uma nova organização ao ensino secundário procurando configurar um sistema nacional, consolidando o ensino seriado e assumindo uma nova estrutura com divisão em duas etapas: curso fundamental, com duração de cinco anos e curso complementar, com duração de dois anos. As práticas escolares modernas baseavam-se num ensino intuitivo, porém mantendo o seu caráter elitista voltada para formar pessoas com hábitos, atitudes e comportamentos que permitissem destacar-se nos grandes setores da sociedade.

Com a Lei Orgânica do Ensino Secundário/1942, uma das leis da Reforma Capanema, o ensino secundário continuou dividido em dois segmentos: o primeiro ciclo – curso ginásial, com duração de quatro anos, o segundo ciclo com dois cursos paralelos – o curso clássico e o curso científico, com prazo de três anos. O ensino continuou propedêutico com tendências elitistas e apresentando práticas de uma educação patriótica com uma forte preocupação em formar cidadãos brasileiros com extremado sentimento cívico. Apesar de apresentar-se receptiva aos princípios escolanovistas com a preocupação de colaborar com a formação de

alunos autônomos e sociáveis, muitos aspectos da cultura escolar de períodos anteriores mantiveram-se, nesse período, nas aulas expositivas e com pontos a serem decorados por meio do processo de memorização.

Em 1961, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, LDB nº 4.024/1961 houve uma maior descentralização da educação pública, a adoção de um currículo mais flexível e a manutenção da estrutura organizacional anterior. Os cursos secundários, os cursos técnico-profissionais e os cursos de formação de professores formaram o Ensino Médio, permitindo a todos e não somente ao ensino secundário a possibilidade do ingresso nos cursos superiores e a estruturação nos dois ciclos: curso ginásial e curso colegial com quatro e três anos de duração respectivamente.

No Piauí, durante a vigência da Reforma Francisco Campos/1931, da Reforma Capanema/1942 e da LDB nº 4.024/1961 observou-se um crescimento progressivo do número de escolas secundárias promovido, inicialmente, pela iniciativa particular com posterior processo de estadualização. A expansão do ensino secundário obrigava o recrutamento de professores dentre profissionais liberais, sacerdotes, normalistas, porém com a CADES e a FAFI os professores secundaristas passaram a ter uma formação pedagógica mais específica. As escolas secundárias piauienses procuraram ajustar-se às essas leis adotando suas recomendações quanto ao regime didático e administrativo, estrutura dos curso, processos avaliativos e outros, além de buscar, dentro de suas limitações e peculiaridades, uma educação mais ativa. Durante todo esse período, conservou o forte caráter seletivo com a adoção do exame de admissão, característica marcante da cultura escolar das instituições escolares secundaristas.

Foi no clima expansionista do ensino secundário no Piauí que, em 1952, ocorreu a criação do Ginásio Municipal Oeirense, na cidade de Oeiras, primeira capital do Piauí, após cem anos da perda do Liceu Provincial para Teresina, a nova capital. A ideia de sua criação foi levantada por Possidônio Nunes de Queiroz que conseguiu o apoio conjunto da Igreja católica local, do poder público municipal e de representantes da sociedade civil.

Esta escola tinha uma ampla sede própria cuja arquitetura embelezava a paisagem urbana e pelas suas amplas dependências oferecia acomodações satisfatórias para a realização de suas atividades escolares desenvolvidas não somente nas salas de aula, como também, na biblioteca, auditório e pátios, sem contar que a escola possuía cantina, instalações sanitárias, sala de professor, secretaria e diretoria.

A cultura escolar do Ginásio Municipal Oeirense manifestou-se pela ação de seus agentes educativos, principalmente de seus diretores, professores e alunos. Era uma

instituição escolar de orientação católica e foi dirigida por padres durante os seus 17 anos de existência imprimindo-lhe uma disciplina rígida com castigos muitas vezes exagerados. Seus professores eram escolhidos pelos diretores dentre os intelectuais da cidade, pessoas com curso superior, de preferência, ou professoras normalistas que primavam pela boa qualidade do ensino que ministravam fazendo com que essa escola se destacasse no cenário educacional piauiense.

O Ginásio Municipal Oeirense era aberto aos que passavam nos exames de admissão e que podiam arcar com os pagamentos das mensalidades, caracterizando-se como uma escola para a elite, mesmo recebendo alguns alunos provenientes de famílias não abastadas contemplados por bolsas de estudo. Os alunos recebiam uma refinada formação intelectual, moral, religiosa, cívica, artística e física e eram submetidos a um rigoroso regime avaliativo formado por provas mensais, parciais e finais nas modalidades orais e escritas, com vista a modelar alunos competentes e egressos atuantes na sociedade.

A criação do Ginásio Municipal Oeirense foi muito importante para Oeiras e cidades vizinhas, pois oportunizou muitos jovens a cursarem um ensino secundário de qualidade garantindo-lhes sucesso na busca de um curso superior e de uma boa ocupação, permitindo um maior desenvolvimento local de ordem econômica, social, cultural, político e educacional.

Os resultados alcançados com a presente pesquisa permitiram a confirmação da **tese de que a cultura escolar produzida no interior do Ginásio Municipal Oeirense contribuiu para a formação de um segmento distinto, apto a atuar em setores de destaque na sociedade, a exemplo de outras instituições de ensino secundário de sua época, criadas como parte do projeto de modernidade empreendido pelo país na busca do progresso.** Esse posicionamento, a princípio uma suposição, ia sendo fortalecido e se comprovando a cada trecho do percurso percorrido, à medida que as curiosidades eram satisfeitas pelas descobertas e revelações dos fatos dando respostas aos problemas que impulsionaram o estudo.

A parada nesse ponto da pesquisa não é definitiva, a viagem deve continuar por novos atalhos, buscando aprofundamentos em aspectos vistos nesse estudo de forma panorâmica. O que aqui foi escrito não deve ser considerado como acabado, mas deve servir de desafio para quem deseje aventurar-se em estudos semelhantes

Essa pesquisa trouxe informações importantes para o mapeamento do ensino secundário ginásial no Piauí e de Oeiras contribuindo para ampliar a produção na área da História da Educação no país e servindo de fonte de pesquisa a quem se interessa por essa temática.

REFERÊNCIAS

LIVROS E PERIÓDICOS

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil: ensaio de identificação de suas características principais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: INEP, v 86, n. 212, p. 39-84, jan/abr. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/849/824>>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, p. 107-118, jun, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074/7633>>. Acesso em 17 de outubro de 2017.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Matemática presente nos exames de admissão ao ginásio. In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática – Educação Matemática: retrospectivas e perspectivas. 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: SBEM, 2013. Disponível em: <http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2570_844_ID.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALENCASTRE, José Martins Pereira. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. 2.ed. Teresina: COMEPI, 1981.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda: 1800-1836**. 2. ed. rev. Campo Grande: Editora UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. O seminário de Olinda. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA, Luciano Mendes Filho e VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 61-78.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada: Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARAUJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. João Pessoa, 2010. 319 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em <http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/PDF/2010_dout_ufpb_rose_araujo.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2016.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. Brasília: UNB, 1976.

AZEVEDO, Maria Francisca. A Semana Santa em Oeiras. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Halley, n.14, p.169-171, 1995/1997.

BANDEIRA Hilda Maria Martins; MENDES Bárbara Maria Macêdo. **Profissão docente: organização histórica do processo pedagógico**. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt1/GT1_19_2006.PDF>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

BARALDI, Ivete Maria; GAERTNER, Rosinéte. A Revista Escola Secundária e a CADES: traços de uma Formação de Professores na História da Educação (Matemática). In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, X., 2010. Salvador. **Anais eletrônicos...** Ilhéus: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <http://www.lematec.net.br/CDS/ENEM10/artigos/CC/T6_CC700.pdf>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 9. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 20013.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERNARDELLI, Kellen Cristina Costa Alves; SANTANA, Graciane Gomes . Abordagem iconográfica: técnica para a reconstrução da história das instituições escolares. In: IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007, Juiz de Fora / MG. **Anais eletrônicos...** CPEHEMG, 2007. Trabalho. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/7b_5.pdf>. Acesso em 27 janeiro de 2016.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: História, produção e memória do livro didático. **Educação e pesquisa**, vol. 30, n.3. p. 471-473, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27952/29724>>. Acesso em 05 de setembro de 2017.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A educação nos 50 anos da Constituição de 1946. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a33 n. 132 out./dez. p. 29-35, 1996

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio. **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campina (SP): Autores Associados, 2002. p. 25-38.

_____. Os estudos sobre instituições escolares: organização espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et. al (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da história, 1929 – 1989**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**. Vol.39, n.3, pp. 513-538, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

CARDOSO, Nathalia. Mediador. **Testemunho de Fé**. Rio de Janeiro: PUC, p. 14, 4-10 de janeiro de 2015. Disponível em: <Http://www.puc-rio.br/sobrepucc/admin/reitoria/igreja/download/entrevista_pedjalma.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

CASTELLANI Filho, Lino. **Educação Física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan/fev/mar/abr. p.113-128, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 13, n. 24, jul./dez. p. 15-29, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/nocaoderepresentacao.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, p. 177- 229, 1990. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/62595645/Chervel-Andre-Historia-das-disciplinas-escolares>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. Apontamentos Biográficos e outros. In: _____. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.413-639.

_____. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

CORRÊA, Denise Aparecida. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo**: lembranças de velhos professores. São Paulo, 2009. 243 f. Tese (Doutorado em História – área de concentração História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13133>>. Acesso em: 23 de março de 2017.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.1.

_____. **Cronologia histórica do estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v.2.

COSTA, Juliana Brondani da. O ginásio parnaibano: a ação educativa de uma sociedade civil na primeira metade do século XX. In: XII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA UFPI E I SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL. 2015. Teresina. História e Narrativas: Estado Nacional, Identidade e Pluralidades Culturais. **Anais...** Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2015.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 51-66.

CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980

CURY, Cláudia Engler. As práticas instrucionais no liceu paraibano (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de história. In: VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação. 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/369ClaudiaEnglerCury.pdf> >. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. **Educação & Sociedade**, Campinas (SP), v. 30, n. 108, outubro, 2009, p. 717-738. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313700005>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DEPRESBITERIS, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo, EPU, 1989.

DIAS, Amália. O magistério de ensino secundário e a regulamentação da profissão (1931-1946). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.01, p.17-34, mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a02v28n1.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2016.

DOUGIAMAS, Martin; TAYLOR, Peter C. Moodle: usando comunidades de aprendizes para criar um sistema de fonte aberta de gerenciamento de curso. In: ALVES, Lynn; BARROS, Daniela; OKADA, Alexandra (Org.). **MOODLE: estratégias pedagógicas e estudos de caso**. Salvador: EDUNEB, 2009. p. 15-34.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

ERMEL, Tatiane de Freitas; BASTOS, Maria Helena Câmara. Ingresso ao ginásio: Os manuais de preparação ao exame de admissão (1950 - 1970). In: VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. 2012, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2559/2010>>. Acesso em: 28 de agosto de 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Série-Estudos**, Campo Grande (MS), n. 16, p. 107-131, jul/dez, 2003. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/511/405>>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EdIUPF, 1998.

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, p. 279-411, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/07.pdf>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2016.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

_____. **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas**. São Paulo, 2000, 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo; 2000.

FERRONATO, Cristiano; AMORIM, Simone Silveira. O ensino secundário no Brasil oitocentista: o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte e seu corpo docente (1836-1875). In: CARVALHO, Jean Carlo de; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de Sousa (Orgs). **Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Marcas de fantasia, 2014. v II.

FORQUIN, J. C. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, p. 28 - 49, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set/dez 1995.

_____. Tiempo, historia y educación. **Revista Complutense de Educación**. Vol. 5, n. 2, p. 9-45. Madrid: Complutense, 1994. Disponível em:
< <https://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/viewFile/RCED9494220009A/17754>>.
Acesso em: 12 de maio de 2017.

FRANCA, Leonel, S. J. **O método pedagógico dos jesuítas**: o Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: AGIR. 1952.

FREITAS, Pedro Ferrer Mendes de. Mestre e diretor. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: [s.n], n. 13, p. 91-92, 1993.

FREITAS, Michele. Entrevista: Novo Reitor da igreja aposta na unidade. **PUC – Urgente**. Rio de Janeiro: PUC, 06 de março de 2015. Disponível em: < <http://pucurgente.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=7080&sid=9>>. Acesso em: 22 de outubro de 2017.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.

GATTI JÚNIOR, Décio. A pesquisa histórico-educacional sobre as instituições educacionais brasileiras: reflexões teórico-metodológicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. Educação no Brasil: história e historiografia. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2000.

_____. História das instituições educacionais. In: ARAUJO, José Carlos Souza; _____ (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. p. 3-24.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR D., INÁCIO FILHO, G. (orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física progressista**: a Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos e a Educação Física brasileira. 3. ed., São Paulo: Loyola, 1994.

GIL, Antonio. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONDRA, José Gonçalves; SAMPAIO, Thiago. Ciência pela Força? Dr. Abílio Cesar Borges e a propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (1856-1876). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 75-82, 2010.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. Parede, Portugal: Princípia, 2010.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. A instrução popular no Brasil antes da República. In: BREJON, Moisés (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

_____. **O ensino secundário no Brasil Império**. 2. ed. São Paulo:Edusp, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HANSEN, João Adolfo. Ratio Studiorm e a política católica ibérica no século XVII. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em História da Educação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 13-42.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas (SP): Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. **Higiene e consumo**: novas sensibilidades para um Brasil moderno (décadas de 1940 a 1960). Rio de Janeiro, 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Fundação Oswaldo Cruz; 2012. Disponível em: <http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/Tese_Elizabete%20Kobayashi.pdf>. Acesso em 27 de março de 2017.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. São Paulo: Ática, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

LEAL, Padre David Ângelo Leal. **Segundo livro de tomo da diocese de Oeiras**. Oeiras, 1955-1973, manuscrito original.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. A escola em festa: as festividades escolares na primeira república no Piauí. In: VI CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia – MG: UFU, 2006. p. 4365-4373.

_____. O debate em torno da educação escolar primária no Piauí: constituição, expansão e composição da rede escolar (1946–1961). In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá - MT, 2013a.

_____. Mais escolas, mais professores: história da constituição do corpo docente de ensino secundário no Piauí (1950 – 1970). In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil, 7., 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá-MT, 2013b.

_____. Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 -1971). In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. Disponível em: < http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1100.htm>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a história do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do antigo regime. **Educação, Sociedade & Cultura**, Lisboa, n. 5, p. 7-34, 1996.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denise Bárbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

_____. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Para a história do ensino liceal em Portugal** – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

_____. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARQUES. Gabriel Rodrigues Dumas. Higienismo e militarismo: instrumentos para garantir a disciplina no Colégio Pedro II (1889-1937). In: VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2015, Maringá. Matrizes interpretativas e internacionalização. **Anais eletrônicos...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em:< <http://8cbhe.com.br/anais/publicacoes/area/13/letter/h>>. Acesso em: 21 out. 2016.

MEDEIROS, Antonio José. Piauí 2000-2013: avanços na inclusão social e desafios da integração econômica. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa. **Os alicerces da educação superior no Piauí**: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930 – 1970).

Teresina, 2006. 225. f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí; 2006. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2006/alicerces_educ-antoniom.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2014.

MENDES, Francisco Iweltiman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade**. Parnaíba: SIEART, 2007.

MENDES, Francisco Iweltiman Vasconcelos. **História da Educação Piauiense**. Sobral: EGUS, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Articulação entre o primário e secundário na era Vargas: crítica do papel do estado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 449-463, set/dez, 2008.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias: subsídios para a História da Educação no Brasil: 1834-1889**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, v. 1.

MONARCHA, Carlos. **História da educação brasileira: formação do campo**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

_____. História da Educação Brasileira: esboço da formação do campo. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Nascimento et. al (org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 125-150.

MOURA, Pe. Laércio Dias de Moura. **A educação católica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MOURA, Iara Guerra de Miranda. **Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2015.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. A nação em armas: o militarismo na Educação republicana no Brasil e em Portugal. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: O ensino e a pesquisa em história da educação. 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/117.pdf>>. Acesso em 21 de outubro de 2016.

NEVES, Abdias. **O Piauí na confederação do Equador**. Teresina: Ed. EDUFPI, 1997.

NOGUEIRA, Teresinha de Jesus Araújo Magalhães. **Instituições confessionais em Corrente/ Piauí – história e memória: práticas educativas e formação de professores**. 2014. 337 f, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As **pesquisas sobre instituições escolares**: o método dialético marxista de investigação. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

_____. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Capinas, SP: Alínea, 2009.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. Revista Brasileira de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 35-60, maio/ago, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf> >. Acesso em: 02 de julho de 2016.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 2.

NUNES, Celis Portela; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (Org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento e perspectiva. Teresina: Halley, 1995. p. 83-111.

OLÍMPIO, José. **Liceu Piauiense**: síntese histórica. 3. ed. rev e aum. Teresina: Mendes, 1993.

PENNO, Sandra Mara Kindlein. **A trajetória da instituição educativa evangélica mais antiga no Estado do Piauí**: Instituto Batista Correntino. Teresina, 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. História da cultura escolar através dos exames: o caso dos exames de admissão ao ginásio (1939-1971). In: **Intermeio**: Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, MS, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. Niterói, 2016. 183 f. Dissertação (História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2038.pdf> >. Acesso em 27 de março de 2017.

PINTO, Diana Couto. CADES e sua presença em Minas Gerais. Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. II, 2003, **Anais...Uberlândia**, p. 752-762, 2003.

QUEIROZ, Possidônio Nunes de. Oeiras: seu passado, pleno de glórias, o presente cheio de realizações úteis. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. Teresina: Expansão, n.16, p.147-176, 1999.

_____. Carta para ugyja brito

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. São Paulo, 1992. 576 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; 1992

_____. **Educação no Piauí**. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

RBEP. **O ensino secundário no Brasil, em 1945**. Rio de Janeiro: INEP, v. 6, n. 17, p. 283-310, nov. 1945.

REIS, Amada de Cássia Campos. **História e memória da educação em Oeiras-PI: de meados do século XX**. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009.

REIS, Carlos Rubem Campos. Pé da Lei. **Revista do Instituto Histórico de Oeiras**. [S.l]: [s.n], n.10, p. 69-72, 1988.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Nádia Maria Dourado. Abílio César Borges, um psicólogo educacional no século XIX. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, vol. XXVI, n. 2, p. 16-22, maio-agosto, 2006.

RODRIGUES, Maria do Socorro Meireles. **Do ensino normal ao pedagógico: história e memória das instituições escolares de formação de professores em Parnaíba (1927-1982)**. Teresina, 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 40. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/oarquivoJNETO.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2016

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, jan./dez, p. 27-33, 2005a. Disponível em: <<http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/SAVIANI.pdf>>. Acesso em: 17 de fevereiro 2016.

_____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**, n. 2, v. 30, 2005b. Disponível em <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a1.htm>>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et. al.] (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007a. p. 3-27.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007b.

_____. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2017.

_____. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, n. 40, v.14, jan/abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 04 de julho de 2016.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura; LAPOLLI, Edis Mafra. O professor e as propostas educacionais do ratio studiorum: algumas reflexões iniciais sobre a prática docente. **Educere**, v. 16, n. 55, set-dez, 2012, p. 273-281. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35626140006>>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

SILVA, Cristiani Bereta da; SCHREIBER, Stefanie; FAVARIN, Thais Cardozo. A história do livro “Programa de Admissão” e a seleção dos conteúdos de História do Brasil assinada por Joaquim Silva (décadas de 1950 a 1960). In: Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 15., 2014. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2014, p. 1-14. Disponível em: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405556111_ARQUIVO_TeTextocompletoCristianiStefanieTha.pdf>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

SILVA, Cristiani Bereta da. Autores, textos e leitores: diferentes formas de narrar o “tempo dos exames de admissão ao ginásio” (1950-1970). **História Oral**, v. 19, n. 1, p. 81-114, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=631&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

_____. Editora do Brasil e o livro admissão ao ginásio (décadas de 1940-1960). In: IX Congresso Brasileiro de História da Educação, 9., 2017. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017, p. 1-17. (apresentado nesse evento e enviado pela autora por e-mail)

SILVA, Samara Mendes Araújo. **A luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906 – 1973)**. Teresina, 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2007/luz_valores-samara.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2016.

SILVA, Francisco Fernando da. **Vida de Dom Expedito Lopes: bispo mártir de Garanhuns**. Recife: Bagaço, 2007.

SILVA, João Batista da. **A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí: 1952-1997**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985 – 1998).** Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 66 (153), 165-172, maio/agosto, 1985.

SOARES, Norma Patrícia Lopes. **Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores.** Unidas: Teresina, 2004.

SOARES, Antonina Mendes Feitosa. **Ação docente em Ciências Naturais: discutindo a mobilização de saberes experienciais.** 2010. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SOARES FILHO, Antônio Reinaldo. **Oeiras Municipal.** Teresina: Gráfica Editora Junior, 1992.

SOARES FILHO, Antônio Reinaldo. **Aquarelas de um tempo.** Teresina: Gráfica do Povo, 2016.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Picos e a consolidação de sua rede escolar: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual.** Teresina, 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2005/picos_e_consolidacao_janja.pdf>. Acesso em 1 de maio de 2017.

SOUSA, Lourenilson Leal de. **História da educação Jaicoense: dos primeiros aldeamentos ao ginásio Padre Marcos.** Teresina, 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Dissertacao_Lourenilson.pdf>. Acesso em 06 de agosto de 2016.

SOUSA, Márcia. Morre ex-reitor da PUC-GO, padre José Pereira de Maria. **Portal Rádio Rio Vermelho.** Silvânia, GO, 2013. Disponível em: <<http://www.radoriovermelho.com.br/site/noticia.php?id=3595>>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850).** Recife, 2009. 355 f. Universidade Federal do Pernambuco, Recife; [2009]. Tese (Doutorado em História). Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/7084/arquivo3278_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 de agosto de 2016.

SOUZA, Marina G. Sampaio de. **Economia doméstica: terceira e quarta séries – curso ginásial.** Rio de Janeiro: Brasil S/A, 1952.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **A memória e a escola.** Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius da. **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p 3-24.

_____. Vestígios da cultura material escolar. Apresentação do dossiê: A cultura material na história da educação: possibilidades de pesquisa. **Revista brasileira de história da educação** n° 14, p. 11-14, maio/ago. 2007a. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/127/137>>. Acesso em 28 de agosto de 2017.

_____. História da Cultura Material Escolar. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai/jun/jul/ago. p. 61-193, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em 04 de julho de 2016.

TEIXEIRA, Anísio. Meia vitória, mas vitória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.37, n. 86, abr./jun. 1962. p. 222-223

TEIXEIRA, Maria Cristina. O Direito à Educação nas Constituições Brasileiras. **Revista da Faculdade de Direito**, São Bernardo do Campo, v. 5, p. 146-168, 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas.../464>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2009.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3. ed. rev. São Paulo: IBRASA, 1986.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A indústria de livros, a materialidade do impresso e o campo educacional: reflexões sobre a organização do acervo histórico da Companhia Editora Nacional. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação Escolar em Perspectiva Histórica, 3., 2004. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004, p. 1-12. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/019.pdf>>. Acesso em: 07 de setembro de 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. História Oral e Contemporaneidade. Trad. Andréa Zhouri e Lígia Maria Leite Pereira. **Revista História Oral**. São Paulo, n. 5, p. 8-29, jul. 2002. Disponível em: <[file:///C:/Users/pc/Downloads/47-190-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/pc/Downloads/47-190-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970)**: desvendando aspectos de sua história e memória. Teresina, 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp130401.pdf>>, <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2007/liceu_memoria.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2016.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 78-90.

VICTORIA, Luiz Augusto Pereira; CARVALHO, Adizel de; BURLAMAQUI, Maria Helena Pardal Pinho; CAMPOS, Edgard Barros de Siqueira. **Questões para o exame de admissão**". Rio de Janeiro: INCA, 196?.

VICTORIA, Luiz Augusto Pereira. Português do Admissão. In: VICTORIA, Luiz Augusto Pereira; CARVALHO, Adizel de; BURLAMAQUI, Maria Helena Pardal Pinho; CAMPOS, Edgard Barros de Siqueira. **Questões para o exame de admissão**". Rio de Janeiro: INCA, 196?.

VIDAL, Diana, Gonçalves. SCHWARTZ, Cleonara Maria. Sobre cultura escolar e história da educação: questão para debate. In: _____; _____. (Org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010.

VIDAL, Diana, Gonçalves. **Cultura escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

VIEIRA, Flávio César Freitas; CARVALHO, Carlos Henrique de. A travessia da educação brasileira no governo Vargas: Estado e Igreja Católica (1930 a 1945). In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/057_flavio.pdf>. Acesso em 24 de março de 2017.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.
_____. O ensino secundário nas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Solange%20Aparecida%20Zotti%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2017.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império Do Brazil de 25 de Março de 1824**. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em 25 de novembro de 2015.

BRASIL. Ato Adicional (1834). **Lei nº. 16 de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832.

Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm >. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

BRASIL. **Regulamento nº 8 de 31 de janeiro de 1838**. Contém os estatutos para o Collegio Pedro Segundo. Coleção das Leis do Império do Brasil. Tomo 1º, parte 2ª, secção 6ª. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Coleção de Leis do Brasil, 1890, p. 3474 Vol. Fasc. XI. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BRASIL, Constituição (1881). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: Acesso em: 18 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.890 de 1º de janeiro de 1901**. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.914 de 26 de janeiro de 1901**. Aprova o regulamento para o Gymnasio Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3914-23-janeiro-1901-503356-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 6.947, de 8 de maio de 1908**. Rio de Janeiro, 1908. Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6947-8-maio-1908-511501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 8.6595 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 29 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 16.782 A – de 13 de Janeiro de 1925.** Reforma João Luiz Alves (conhecida por Lei Rocha Vaz). Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Revista História da Educação v. 13, n. 28, maio-agosto, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321627135011>>. Acesso em: 29 de julho de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.** Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impresao.htm>. Acesso em: 17. Jan. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931.** Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932.** Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1765/constituicao_1937_texto.pdf>. Acesso em 12 de março de 2015

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939.** Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 de novembro de 2016.

BRASIL, **Exposição de motivos do Decreto-lei nº 4.244/1942 feita pelo Ministro Gustavo Capanema, em 1º de abril de 1942.** Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de Abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei orgânica do ensino comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.347 de 10 de dezembro de 1945.** Dá nova redação aos arts. 5º, 15, 19, 20, 24, 25, 28, 35, 36, 38, 39, 43, 45, 49, 50, 51, 85, 88 e 91 do Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8347.htm#art1>. Acesso em: 23 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 de novembro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 18.295, de 5 de abril de 1945.** Concede reconhecimento, sob regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio São Francisco de Sales, de Teresina. Senado Federal. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=41129&norma=56855>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 20.480, de 24 de janeiro de 1946.** Autoriza o Ginásio Municipal São Francisco de Sales, com sede em Teresina, no Estado do Piauí, a funcionar como colégio. Diário das leis. Portal Legislação Disponível em: < <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/121639-autoriza-o-ginasio-municipal-sao-francisco-de-sales-com-sede-em-teresina-no-estado-do-piaui-a-funcionar-como-colegio.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 21.862, de 26 de setembro de 1946.** Concede reconhecimento ao curso ginásial do Ginásio Sagrado Coração de Jesus, de Teresina. Senado Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=154626&tipoDocumento=DD&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 22179 de 25 de Novembro de 1946.** Concede reconhecimento ao curso ginásial do Ginásio Leão XIII, de Teresina. Diário das leis. Portal Legislação Disponível em: < <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/121335-concede-reconhecimento-ao-curso-ginasial-do-ginusio-leuo-xiii-de-teresina.html>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto nº. 24.150, de 2 de dezembro de 1947.** Concede reconhecimento o curso ginásial do Ginásio Dr. Demóstenes Avelino, de Teresina. Senado Federal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=135022&norma=156635>> Acesso em: 27 de abril de 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.331, de 10 de junho de 1946.** Extingue a Instrução Pré-Militar. Disponível em: < <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/13133>>. Acesso em: 23 de março de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 34.638, de 17 de Novembro de 1953.** Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34638-17-novembro-1953-329109-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 15 de julho de 2014.

BRASIL. **Lei nº 2.430, de 19 de Fevereiro de 1955.** Dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários. Disponível em: <

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2430-19-fevereiro-1955-361011-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 de jul. de 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto nº 51.404, de 5 de Fevereiro de 1962**. Dispõe sobre o funcionamento do Conselho Federal de Educação, enquanto não for aprovado o respectivo Regimento Interno. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51404-5-fevereiro-1962-391285-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE. Indicação s/n, de 24 de abril de 1962 do CEPM/CFE: Normas para o ensino médio. In: **Documenta**, n. 1, mar. Rio de Janeiro, 1962a. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/indica%E7%E3o%20normas%20para%20o%20ensino%20m%E9dio-1962.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE. Indicação s/n, de 24 de abril de 1962 do CEPM/CFE: Amplitude e desenvolvimento das matérias obrigatórias. In: **Documenta**, n. 8, mar. Rio de Janeiro, 1962b. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/indica%E7%E3o%20amplitude%20e%20desenvolvimento%20das%20mat%E9rias%20obriga%201962.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE. Parecer nº 117/64, de 30 de abril de 1964, do CEPM. Encontro dos Representantes dos Conselhos Estaduais de Educação. In: **Documenta**, n. 22, junho, p.. Rio de Janeiro, 1962c. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20n.%20117-1964%20sobre%20emc.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Educação – CFE. Parecer nº 136/64, de 05 de junho de 1964, do CFE. Educação Moral e Cívica. In: **Documenta**, n. 27, junho, p.. Rio de Janeiro, 1962d. Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/7_Gov_Militar/parecer%20n.%20136-1964%20emc.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2016.

IBGE. **Censo demográfico:** Estado do Piauí – seleção dos principais dados (1º de julho de 1950). Rio de Janeiro: Serviço gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
 OEIRAS. Prefeitura Municipal de Oeiras. **Ofício enviado para o Diretor do Ensino Secundário solicitando verificação prévia para o Ginásio Municipal Oeirense e outras providências.** Oeiras, [1950?] – Cópia manuscrita.

O FANAL. Oeiras. n. 8, 30 de junho de 1940. p. 2.

OEIRAS. Prefeitura Municipal de Oeiras. Ata da terceira sessão da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras do Estado do Piauí, ano legislativo de mil novecentos e cinquenta e um. **Livro de ata.** Oeiras, 1951a. Manuscrito original.

OEIRAS. Prefeitura Municipal de Oeiras. Ata da sexta sessão, da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras do Estado do Piauí, ano legislativo de mil novecentos e cinquenta e um. **Livro de ata.** Oeiras, 1951b. Manuscrito original.

OEIRAS. Prefeitura Municipal de Oeiras. Ata da terceira sessão, da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Oeiras do Estado do Piauí, ano legislativo de mil novecentos e cinquenta e dois. **Livro de ata.** Oeiras, 1952a. Manuscrito original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Livro de atas dos exames de admissão.** Oeiras, 1951. Manuscrito original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Prontuário do aluno Joel Campos Filho.** Oeiras, 1951. Manuscrito Original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Prontuário da aluna Valdália Reis Freitas.** Oeiras, 1951. Manuscrito Original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Prontuário da aluna Rita de Cássia Campos.** Oeiras, 1952-1955. Manuscrito Original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Prontuário do aluno José Nauto Reis.** Oeiras, 1952-1955). Manuscrito Original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Livro de matrícula.** Oeiras, 1952. Oeiras, 1952. Manuscrito original.

OEIRAS. Ginásio Municipal Oeirense. **Livro de atas das provas parciais.** Oeiras, 1952. Oeiras, 1952. Manuscrito original.

PIAUHY. **Carta de Lei Nº 74.** Livro 1º de registro das leys e resoluçoens da assembléa legislativa da província: palácio do governo em Oeiras do Piauhy, 1837. Decidindo enviar para fora da Província estudantes e funcionários públicos como pensionistas da Província. Manuscrito original.

PIAUHY. Livro 1º de registro das leys e resoluçoens da assembléa legislativa da província: palácio do governo em Oeiras do Piauhy, em 20 de setembro de 1837. **Carta de Lei N° 75/1837**. Marcando as obrigações dos Professores das Escolas de primeiras letras, e das aulas maiores da Província. Manuscrito original.

PIAUHY. Código das leis piauienses. Tomo 6. Parte 1ª. **Lei Provincial nº 198, de 04 de outubro de 1845**. Dá providência sobre a instrução pública. Oeiras do Piauhy: Typographia Provincial, 1845.

PIAUHY. **Relatório do presidente da Província do Piauhy, Zacarias de Góis e Vasconcelos, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy, em 06 de julho de 1847**. Oeiras: Typographia Provincial, 1847.

PIAUHY. **Resolução nº 287**, publicada a 10 de setembro de 1850. Estabelece várias disposições acerca da Instrução Pública. Código das leis piauienses. Tomo 11. Parte 1ª. Oeiras: Typographia Saquarema, 1850.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 13. Parte 1ª. Resolução nº 315, publicada a 21 de julho de 1852. Eleva, desde já, a Vila Nova do Poty a categoria de cidade com a denominação de – Theresina – e transfere para ela a sede do governo da Província, com estabelecimentos e repartições públicas. Theresina: Typographia Constitucional de João da Silva Leite, 1852.

PIAUHY. **Código das leis piauienses**. Tomo 18. Parte 1ª. Resolução nº 485, selada e registrada no livro 5º de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial a 12 de setembro de 1859 e publicada a 13 de setembro de 1859. Reforma a instrução pública, primária e secundária da Província. Therezina, 1859.

PIAUHY. **Relatório do vice-diretor da Instrução Pública do Piauhy, José Joaquim Avelino**. Enviado ao Presidente da Província, Dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, em 27 de março de 1861. Manuscrito original encontrado na Casa Anísio Brito – Arquivo Público.

PIAUHY. **Relatório do presidente da Província do Piauhy, Dr Raimundo José Vieira da Silva, ao passar a administração da Província ao vice-Presidente, Firmino de Sousa Martins, em 27 de julho de 1889**. Therezina: Typ da “Imprensa”, 1889.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Governador Dr. Coriolano de Carvalho e Silva em sessão de 1º de junho de 1896**. Therezina: Typ. D’ “O Piauhy”, 1896.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos, em sessão de 2 de junho de 1898**. Theresina: Typ. do Piauhy, 1898.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira, Governador do Estado, em 1º de junho de 1902**. Therezina: Typ. do “O Piauhy”, 1902.

PIAUHY. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910.** Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do Estado. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.

PIAUHY. **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1917.** Decreto nº 687, publicado em 18 de setembro de 1917. Expediente o regulamento para Lyceu Piauíense. Teresina: Typ. do “O Piauí”, 1917.

PIAUHY. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, pelo Governador Dr. Mathias Olympio de Mello, em sessão de 1º de junho de 1928.** Teresina: Typ. D’ “O Piauí”, 1928.

PIAUI. **Decreto n. 1.301**, de 14 de setembro de 1931. Dá nova organização à Diretoria Geral da Instrução e regulamenta o ensino público. Teresina: Imprensa Oficial, 1931.

PIAUI. **Regulamento Geral do Ensino – Diretoria Geral da Instrução.** Teresina: Imprensa Oficial, 1931.

PIAUI. **Decreto n. 1.438**, de 31 de janeiro de 1933. Revê e altera disposições do Regulamento Geral do Ensino. Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

PIAUI. **Regulamento Geral do Ensino – Diretoria Geral da Instrução Pública.** Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

PIAUI. **Decreto- Lei n. 532, de 20 de maio de 1942.** Dá providências para a adaptação do atual Liceu Piauíense à Lei Orgânica do Ensino Secundário. Decretos do ano de 1942. Teresina: D.E.I.P, 1943.

PIAUI. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, D.D. Presidente da República.** Teresina: D.E.I.P, 1943.

PIAUI. **Decreto- Lei n. 668, de 12 de abril de 1943.** Transforma o atual Ginásio Oficial do Piauí em Colégio Estadual do Piauí e dá outras providências. Decretos do ano de 1943. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.

PIAUI. **Decreto n. 3, de 24 de novembro de 1943.** Limita a matrícula do Colégio Estadual do Piauí dá outras providências. Decretos do ano de 1943. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.

PIAUI. **Decreto- Lei n. 728, de 4 de novembro de 1943.** Dispensa do pagamento de mensalidades os alunos pobres do 2º Ciclo do Colégio Estadual do Piauí, que tenham feito com real aproveitamento o curso ginasial no mesmo colégio, até o limite de 5% do total alunos matriculados no referido ciclo. Decretos do ano de 1943. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.

PIAUI. **Decreto- Lei n. 755, de 30 de dezembro de 1943.** Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1944. Decretos do ano de 1943. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1944.

PIAUÍ. **Decreto n. 8, de 10 de abril de 1944.** Dispensa do pagamento de mensalidades os alunos pobres do 2º Ciclo do Colégio Estadual do Piauí, que tenham feito com real aproveitamento o curso ginásial no mesmo colégio, até o limite de 10% em cada uma de suas séries. Decretos do ano de 1944. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945.

PIAUÍ. **Decreto n. 14, de 23 de agosto de 1944.** Dispensa do pagamento de mensalidades os alunos pobres do 2º Ciclo do Colégio Estadual que tenham feito com real aproveitamento o curso ginásial em qualquer estabelecimento congênere no país, até o limite de 15% em uma de suas séries. Decretos do ano de 1944. Teresina: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1945.

PIAUÍ. **Lei n. 83, de 17 de janeiro de 1948.** Autoriza o Poder Executivo a oficializar a Escola Normal de Parnaíba e o Ginásio Parnaibano, elevando este à categoria de Colégio, e dá outras providências. Ementário – Legislação Estadual – Período Constitucional de 1947 a 1955. Teresina: [s.n.], [195-?].

PIAUÍ. **Ementário** – Legislação Estadual – Período Constitucional de 1947 a 1955. Teresina: [s.n.], [195-?].

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, pelo Governador Pedro de Almendra Freitas, em 1951.** Teresina: O Dia, 1951.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 21 de abril de 1952, pelo Governador Pedro de Almendra Freitas.** Teresina: Imprensa oficial, 1952.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, pelo Governador Dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 1961.** Teresina: [s.n.], 1961.

PIAUÍ. **Lei Estadual nº 2.489 de 20 de novembro de 1963.** Cria o Conselho Estadual de Educação órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ceepi.pro.br/Norma%20estadual/1963%20Lei%202.489%20-%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20CEE.doc>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 31 de janeiro de 1967, pelo Governador Helvídio Nunes de Barros.** Teresina: Imprensa oficial, 1967.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 01 de março de 1968, pelo Governador Helvídio Nunes de Barros.** Teresina: Imprensa oficial, 1968.

PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 01 de março de 1969, pelo Governador Helvídio Nunes de Barros.** Teresina: Imprensa oficial, 1969.

PIAUÍ. **Lei Estadual nº 2.887 de 5 de julho de 1968.** Dispõe sobre

ENTREVISTAS E RELATOS

AMORIM, Petronila Rego. **Depoimento oral.** Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2017.

CAMPOS, Rita de Cássia. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2015.

CAMPOS, Amália do Espírito Santo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2016.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto de. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2017.

FREITAS, Pedro Ferrer Mendes de. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Teresina, 2016.

FREITAS, Pedro Valdemar de Reis. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2017.

HELCIAS, Maria Bernadete Maranhão. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2016.

NUNES FILHO, Olavo Brás Barbosa. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Teresina, 2016.

RÊGO, Maria do Espírito Santo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2016.

REGO, Francisco de Moraes. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2017.

REIS, Paulo Jorge Campos. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Teresina, 2017.

SANTOS, Maria do Socorro Ferreira dos. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2017.

SOBRINHO, Firmino Barroso. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Oeiras, 2016.

TAPETY, Benedito Carmo. **Depoimento oral**. Entrevista concedida à pesquisadora Amada de Cássia Campos Reis. Colônia do Piauí, 2016.